MARIA JUVENCIO SOBRINHO

O PENSAMENTO POLÍTICO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1973-1992):
Autoritarismo e Democratização

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo.

200333693

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 29/07/2003.

BANCA

Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo (orientador)

Prof. Dr. Antonio Rago Filho (membro)

Prof. Dr. Armando Boito Júnior (membro)

Prof. Dr. João C. K. Quartim de Moraes (suplente)

JULHO / 2003

UNICAMP

UNIDADE BC
Nº CHAMADA Unicamp
J988p
V EX
TOMBO BC/ 56269
PROC. 16-124/03
C D
PREÇO R$ 11,00
DATA 9/12/03
Nº CPD

CM00189458-5
BIBID 305029

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

J988p

Juvencio Sobrinho, Maria.
O pensamento político de Fernando Henrique Cardoso (1973-1992) : autoritarismo e democratização / Maria Juvencio Sobrinho. -- Campinas, SP : [s.n.], 2003.

Orientador : Caio Navarro de Toledo.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Cardoso, Fernando Henrique, 1931-
2. Autoritarismo. 3. Ditadura. 4. Democracia.
5. Política. 6. Globalização. I. Toledo, Caio Navarro de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Ao Marcos Frizzarini,

Joventina (in memorian)
e
Chasin (in memorian)

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Índice

Agradecimentos vii

Resumo ix

Abstract xi

Introdução 01

1. A Ditadura Militar e capitalismo dependente-associado 45

1.1. Hegemonia política e estrutura social no capitalismo dependente 59

1.2. Caracterização do "regime burocrático-autoritário" 73

2. A luta pela institucionalização da democracia 97

2.1. Estado e política no mundo contemporâneo e os desafios políticos das sociedades de massas 99

2.2. Reativação da sociedade civil e democracia substantiva 118

2.3. Momento de transição: limites e perspectivas 156

3. A Social-Democracia 167

3.1. A globalização emergente 174

3.2. A globalização e o "novo renascimento" 190

4. A derrocada do "socialismo real" 199

4.1. "A esquerda não registrou as mudanças" 211

4.2. A nova esquerda 224

4.3. O *aggiornamento* da social-democracia e a democracia representativa 240

5. Projeto de modernização para o Brasil 257

5.1. Esgotamento do "modelo" de desenvolvimento 259

5.2. Crise e reforma do estado 268

5.3. Delineamentos para uma política de abertura econômica e de desenvolvimento econômico 283

5.4. Estado como instrumento de melhoria social 309

5.5. Governo Collor 316

Considerações finais 351

Abreviações Utilizadas 363

Referência Bibliográfica 367

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Agradecimentos

Ao meu orientador, Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo, meus agradecimentos pelas sugestões, observações, honestidade intelectual e grande empenho pessoal para que este trabalho se realizasse.

Aos membros da banca, Prof. Dr. Armando Boito Júnior e Prof. Dr. Antonio Rago Filho, que contribuíram com leitura crítica e cuidadosa, pelo apoio e estímulo dispensados.

À minha mãe, pelo exemplo de força e amor. Aos meus familiares, que sempre me apoiaram.

Ao Marcos, ser humano raro, presença decisiva nesta e em tantas outras empreitadas, minha gratidão especial por esses anos de vida em comum.

A todos os amigos da Ad Hominem, pelo convívio de quinze anos enriquecidos em torno de uma perspectiva teórica comum. Em especial, Lívia, Ivan, Rago e Ester, que muito contribuíram com lucidez e afeição. Aos amigos Sandro, Ana, Bá, Keca e Cida Rago, pelo estímulo recebido.

À Ângela, pelo companheirismo e carinho.

Aos amigos da Cásper Líbero, pelo estímulo.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Resumo

Este trabalho buscou - através da análise imanente de sua produção teórica, artigos na imprensa, entrevistas e discursos políticos - evidenciar o pensamento político de Fernando Henrique Cardoso, abrangendo o período que vai da segunda metade da década de 70 até princípios dos anos 90. Destacamos suas teses sobre a ditadura militar (1964-85), parametradas pela teoria do autoritarismo, sobre o processo da chamada abertura política (pós-1974), sobre estado e política no mundo contemporâneo, bem como sobre as inflexões que a realidade nacional e internacional sofreu no final dos anos 80.

No âmbito de suas proposições políticas, procuramos mostrar que sua perspectiva de democratização, bem como o seu projeto de modernização para o país, restringem-se ao universo das regras institucionais, tendo como *locus* privilegiado o estado, posicionamento este que decorre de uma concepção *onto-positiva* da politicidade.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Abstract

This dissertation had as purpose to elucidate Fernado Henrique Cardoso's political thought, presented from the seventies to the early nineties, through immanent analysis of his theoretical work, articles published in newspapers, interviews and political speeches. We have focused on his theses about the military dictatorship (1964 – 1985), which take the theory of authoritarianism as a parameter, the process of political opening (post-1974), state and politics in contemporary world, as well as the inflections suffered by national and international reality in the late eighties.

Within the scope of his political propositions, we have tried to show that his perspective of democratisation, as well as his project of modernisation for the country are restricted to the universe of institutional rules, with the state as a preponderant locus. This account, as we intended to demonstrate, is founded on an ontologically positive conception of politics.

Introdução

Este trabalho consiste na análise da produção teórica de Fernando Henrique Cardoso da segunda metade da década de 70 até princípios dos anos 90. Compreende a fase na qual se engaja na oposição partidária e conquista a senatoria e vai até o momento imediatamente anterior à sua inserção no governo Itamar Franco, no qual ocupa dois ministérios, antes que o suceda na Presidência da República.

Delimitou-se esse período tendo em vista que seus escritos anteriores, que estão centrados na investigação do desenvolvimento capitalista brasileiro, já foram objeto de crítica na academia[1]. É certo que o autor não abandona a tematização econômica e suas teses anteriores não sofrem inflexões, mas se repõem, especialmente nos momentos em que procura deslindar a crise econômica que se agudiza no final dos anos 70. Há, entretanto, uma inequívoca alteração de rumo investigativo (vale assinalar: não de concepção) entre o período em que tratou da chamada teoria da dependência e o momento em que passa a lutar pela democratização do Brasil. A partir dessa fase, Cardoso procura avançar na caracterização e crítica à ditadura militar, que ele denomina *regime autoritário*, visando a definir, através de seus meandros, os mecanismos e contornos pelos quais poderia ocorrer a democratização do país.

Neste momento em que o sociólogo engaja-se na política brasileira, suas reflexões voltam-se mais freqüentemente para o universo da politicidade, e a maior parte de seus escritos dirige-se para a ação política, no campo da oposição ao regime militar. Perfazem os temas desse período, e ganham destaque, questões relativas a estado, democracia, partido e movimentos sociais, entre outros. Somente quando do encerramento da transição política brasileira, ou mais precisamente a partir de 1988, é que Cardoso volta-se mais atentamente para as questões econômicas, momento em que passa a articular uma política econômica para o país. Em face da multiplicidade de temas nos quais o autor se debruçou, buscamos recortar aqueles que efetiva e mais apropriadamente nos informam suas teses

---

[1] Ver GOLDENSTEIN, Lídia. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994; QUARTIM DE MORAES, Joaquim. "El 'status' teórico de la noción de dependência", *in Dependencia y estructura de clase en América Latina*. Buenos Aires/Argentina, 1975; TRASPADINI, *A Teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1999; REIS, C. José, *As identidades do Brasil – de Varnhagem a Fernando Henrique Cardoso*. Rio de Janeiro, FGV, 1999; e, em especial, a pesquisa de COTRIM, I. *Capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso*, que abarca a primeira fase da produção teórica de Fernando Henrique Cardoso e contempla o debate travado em torno desse tema (dissertação de mestrado, Unicamp, 2001).

explicativas da realidade brasileira e sua concepção da política, além daqueles que enunciam suas formulações propositivas.

É importante assinalar que não procuramos estabelecer nenhuma espécie de corte analítico entre o sociólogo e o político. Ao contrário, buscamos apreender a configuração de um pensamento em sua totalidade, ainda que nossa pesquisa traduza algumas aproximações, não esgotando, portanto, todas as suas facetas, o que pressuporia um exame completo de sua gênese, desenvolvimento, maturação e função social. Entendemos, não obstante, que tanto na fala do cientista quanto no discurso do político o que se expressa é a totalidade de um pensamento. Em outros termos, o sociólogo que produz uma dada intelecção da realidade e uma determinada visão de mundo é o mesmo que orienta, conduz e embasa a atuação prática do político. Por outro lado, dado que consideramos que a relação entre pensamento e ação não constitui uma via de mão única, muito provavelmente os problemas colocados para este autor, no seu embate político, reorientaram-no na (re)elaboração de determinadas teses explicativas da realidade social. Tratamos, portanto, de buscar a *unidade entre pensamento e ação*, e não uma suposta dicotomia nos distintos campos de atuação de Fernando Henrique Cardoso.

Considerando, portanto, todas essas implicações – e tendo ainda em conta que recortamos um período relativamente amplo da trajetória cardosiana, além dos limites próprios a toda dissertação –, descartamos o exame de sua atuação política cotidiana, o modo como se comportou e procurou conduzir o processo político em cada circunstância específica da realidade brasileira. Nesse sentido, não examinamos em detalhe sua atuação política, que foi sem dúvida marcante e reconhecida por muitos daqueles que o acompanharam – desde sua inserção no antigo MDB e sua entrada no Senado, passando pela articulação e constituição da Aliança Democrática, que deu sustentação à candidatura de Tancredo Neves, pela sua atuação na Constituinte e pela formação do PSDB, até chegar ao Ministério das Relações Exteriores.

Insistimos: nossa proposta de *análise imanente* procurou evidenciar alguns nódulos de uma dada concepção e proposição política, ou seja, como o autor compreende a realidade nacional, a relação entre estado e sociedade civil e a dimensão política, além de verificar qual o estatuto que confere a esta esfera e de que modo ela é articulada com as demais dimensões da realidade social. No âmbito de suas propostas políticas, procuramos destacar e analisar as formulações mais significativas que apresentou em pelo menos duas etapas de sua trajetória: no período de luta contra a ditadura militar até o encerramento

desta e, posteriormente, suas propostas no interior PSDB e seu posicionamento com relação ao governo Collor de Mello.

Nosso material de pesquisa constituiu-se dos artigos publicados em coletâneas, revistas e jornais nacionais e internacionais, dos discursos proferidos na senatoria entre 1983 e 1992 (publicados no *Diário do Congresso Nacional*), dos escritos veiculados semanalmente numa das colunas do jornal *Folha de São Paulo*, no final dos anos 80 e princípios dos 90, e das inúmeras entrevistas de Fernando Henrique Cardoso. Suas obras anteriores à fase aqui delimitada serão retomadas somente com o intuito de estabelecer os pontos de contato e os traços de continuidade ou eventual inflexão entre os dois momentos.

Esta indicação de investigação nasceu nos anos 80, pela iniciativa de J. Chasin, editor da antiga *Revista ensaio*, e faria parte de uma vasta investigação em grupo sobre um conjunto de autores e teorias, como a do populismo, da dependência, da marginalidade e do autoritarismo – que constituíram o que Chasin costumava designar "analítica paulista"[2]. Tal proposta impunha-se como urgência histórica de elucidação da realidade brasileira, à época marcada pela transição do bonapartismo em crise para a institucionalização autocrática burguesa; neste trânsito se verificava um comportamento oposicionista que, conforme aquele autor, privilegiava, na luta contra a ditadura militar, as franquias democrático-institucionais, ficando, dessa maneira, no interior do ardil politicista burguês, *et pour cause* distante de um projeto de organização das massas articulado com uma alternativa econômica da perspectiva do trabalho que visasse a romper com as bases materiais da estrutura de dominação autocrática[3].

Nossa persistência em prosseguir na investigação da produção de Cardoso deve-se à observância de que seu longo percurso na oposição brasileira não foi ainda objeto de uma análise crítica mais detida, especialmente no que tange a um conjunto bastante amplo de artigos publicados naquele período. O mesmo não se verifica quando assume a Presidência da República, mas – precisamente em função disso – boa parte da crítica parte de um pressuposto comum: o de uma suposta ruptura do político FHC com o sociólogo

[2] Ainda que tenha se deparado com uma série de obstáculos, desse amplo projeto de investigação foram efetivados vários trabalhos; a proposta aqui delineada não apenas se vincula, mas se beneficia de alguns deles, sobretudo das decisivas contribuições de Chasin, que em sucessivos esforços, desde os anos 60, deixou-nos importantes materiais, a maioria publicada na antiga *Revista ensaio* e na *Revista ensaios ad hominem*.

[3] Na parte 2 desta introdução, e ao longo deste trabalho, discutiremos as noções de politicismo e autocracia burguesa.

que nos anos 70 e 80 seria de esquerda. Evidentemente, uma contraposição analítica a essas opiniões pressuporia um exame comparativo entre este momento que visamos a abarcar e sua experiência na Presidência da República, recentemente finda – empreitada que certamente ficará para um outro trabalho.

Expoente da sociologia paulista, Fernando Henrique pertenceu, assim como Octavio Ianni e outros, à geração de sociólogos formada por Florestan Fernandes e tornou-se, ao longo das últimas décadas, um dos mais influentes intelectuais do Brasil, reconhecido nacional e internacionalmente, em especial a partir da publicação de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*[4]. No decorrer de sua trajetória intelectual, debruçou-se sobre as principais mudanças e inflexões que a realidade nacional e latino-americana atravessou - que, por sua vez, estiveram submetidas a amplas transformações socioeconômicas e políticas do cenário mundial. Ao mesmo tempo em que procurou dar conta dessas mudanças, também dialogou com as vertentes teóricas de sua época, mantendo freqüentemente um posicionamento crítico em relação à esquerda brasileira. Isso já se operava, em 1961, com a sua tese de doutorado, *Capitalismo e escravidão*[5], cujo objetivo era mostrar que o sistema escravocrata no Brasil decorre do capitalismo comercial, que se organizava visando ao atendimento dos interesses de um país inserido na dinâmica do capitalismo internacional. É uma obra que instaura um marco na historiografia brasileira, refletindo e respondendo a questões candentes da época, quando ainda prevalecia, especialmente no âmbito do Partido Comunista, a perspectiva de capitalismo autônomo, apoiada numa abordagem de cunho etapista do desenvolvimento econômico brasileiro.

Os comunistas supunham que, antes da emergência do socialismo, seria necessário que o país passasse por uma revolução democrático-burguesa, processo que implicaria um rompimento com o imperialismo, a ampliação das forças produtivas e do mercado interno, a reforma agrária – enfim, a realização das etapas clássicas da formação do verdadeiro capitalismo, rompendo, assim, com os supostos restos feudais da formação econômico-

---

[4] A obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica* foi produzida por Fernando Henrique Cardoso e pelo sociólogo Enzo Faletto por volta de 1967, ocasião em que o primeiro se encontrava no Chile. Foi publicada em espanhol em 1969 e posteriormente traduzida para várias línguas.

[5] CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo, Difel, 1962. Passaremos a nos referir às obras de Cardoso pelas iniciais – os títulos completos podem ser encontrados na lista de siglas, no final deste trabalho.

social brasileira[6]. Cardoso também se volta contra as formulações produzidas no interior do ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, especialmente as de Hélio Jaguaribe[7]. Em que pesem as diferentes angulações no interior do Instituto, bem como deste em relação ao Partido Comunista, também havia a proposição de uma aliança entre os trabalhadores e o empresariado, sob a hegemonia da burguesia, que seria orientada pelo estado. Na avaliação de Cardoso, o ISEB tinha uma visão voluntarista da história, com uma inconsistente definição de povo enquanto sujeito da história e de estado que, apoiado por aquele, promoveria o desenvolvimento nacional[8].

A tese de doutorado de Cardoso já expressa sua aproximação com Marx, cujos lineamentos remontam à experiência do grupo de estudo *d'O capital*[9], que adquiriu celebridade com a ascensão de Fernando Henrique à Presidência. Mito à parte, o fato é que essa experiência marcou a formação teórica dos seus integrantes - muitos dos quais serão, a partir de 69, incorporados ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap, espaço este que, segundo Vilmar E. Faria, configurou-se como um "núcleo de articulação de pessoas que atuavam na oposição ao regime militar. O chamado 'mesão' – as discussões em formato de 'mesa redonda' sobre os temas da atualidade política, incluindo freqüentemente convidados de fora do Cebrap – foi sem dúvida um foco de formação de opinião e de avanço na resistência democrática, extravasando em muito o espaço meramente acadêmico. Desnecessário dizer que a liderança de FHC foi aí decisiva" [10].

---

[6] Registre-se de passagem o repúdio às teses do PCB já eclode no interior do partido, pela voz isolada de Caio Prado Jr., um dos primeiros – e talvez o mais importante – intelectuais de esquerda a fazer a crítica às imputações teóricas e políticas dos comunistas à particularidade brasileira. Uma síntese de suas críticas foi publicada em 1966: *A revolução brasileira*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

[7] Essa crítica aparece em *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, em *Modelo político brasileiro* e outros ensaios.

[8] Uma análise da versão nacional-desenvolvimentista ou, mais precisamente, da natureza da ideologia forjada no interior do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, criado em 1955 e extinto em 1964, foi feita por TOLEDO, Caio Navarro de. *Iseb: Fábrica de ideologias*. São Paulo, Ática, 1977.

[9] O grupo, que teve início em 1958, foi sugerido pelo filósofo José Arthur Giannotti e contou com a participação de Fernando Henrique, Ruth Cardoso, Paul Singer, Fernando Novais, Octavio Ianni, Francisco Weffort, Roberto Schwarz, Bento Prado Jr. e outros. Cabe registrar que Florestan Fernandes não fora convidado a participar do grupo de estudo d'*O capital*, como confessa mais tarde: "Não fui convidado, mas aceitei o fato, fazia parte da dinâmica das gerações. O grupo era muito fechado. Gostaria de ter participado, pois tinha contribuições a dar. Embora tivesse me afastado do trotskismo, eu me mantinha próximo do marxismo". *In* LEONI, B. H. *Fernando Henrique Cardoso – O Brasil do possível*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997, p. 86. Um artigo de Emir Sader é bastante elucidativo tanto por refazer o itinerário desse grupo como por tratar de questões pertinentes à trajetória intelectual de Cardoso. SADER. E. "Nós que amávamos tanto *O Capital*", *In Praga*, Revista de Estudos Marxistas, n. 1, set/dez/1996.

[10] *In* GOERTZEL, Ted G. *Fernando Henrique Cardoso e a reconstrução da democracia no Brasil*. São Paulo, Saraiva, 2002, p. XII. Uma análise mais detalhada sobre a história do Cebrap e das teses produzidas por essa instituição, bem como sobre a saída de alguns de seus membros a partir da segunda metade da

Vale lembrar que a aproximação de Cardoso com as obras de Marx não pode ser abstraída da influência sartriana, pois, como o próprio Cardoso nos informa, quando começaram a leitura d'*O capital*, ainda havia uma "tensão" entre Marx e Weber, que só foi "resolvida" com a vinda de Sartre ao Brasil e com a leitura de seu livro *Questão de método*[11] . Importa salientar, contudo, que a preocupação que se punha ao agrupamento resultou numa aproximação de cunho epistêmico dos escritos de maturidade de Marx, isto é, o objetivo consistia em extrair d'*O capital*, e mais tarde do *18 Brumário*, um método de análise a ser aplicado na investigação sobre a realidade brasileira[12]. Destas preocupações iniciais, que se irradiam no interior do Cebrap, resultará um corpo teórico que será chamado por J. Chasin de *analítica paulista*, referindo-se ao quadro teórico de uma dada reflexão sobre a problemática brasileira e latino-americana conhecido pelas teorias da dependência, populismo, autoritarismo e marginalidade, que se ergueram sob os critérios metodológicos ou sob o "marxismo adstringido", conforme Chasin, que veio sendo cunhado a partir da experiência do grupo d'*O capital*. Como explica: "a *analítica paulista* se afirmou, desde o princípio e daí por diante, como uma modalidade epistêmica de aproximação e apropriação seletiva da obra marxiana de maturidade. Isso compreendeu, pela mesma via, a exclusão praticamente completa dos textos de Marx dos anos 40, sob o entendimento de que eram caudatários da antropologia feuerbachiana. Por efeito, foram ignoradas as críticas ontológicas, a primeira das quais voltada à política, com as quais foi instaurado e teve continuidade a elaboração do *corpus* teórico marxiano. Operações redutoras que perfilaram uma versão do marxismo circunscrito à condição de lógica ou método analítico e de ciência do capitalismo, para a qual ficou irremediavelmente perdido o centro nervoso do pensamento marxiano - a problemática, real e idealmente inalienável, da *emancipação humana* ou do *trabalho*, na qual e somente pela qual a própria questão da prática radical ou crítico-revolucionária encontra seu *télos*, identificando na universalidade

---

década de 70, é feita por SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

[11] A retomada desse percurso é feita em entrevista a Lourenço Dantas Mota (1983), bem como nos prefácios da primeira (1962) e terceira (1977) edição de *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*.

[12] Cardoso lembra: "Entramos na análise do marxismo, com uma grande polêmica interna. No fundo havia o que se chamava então de pessoal favorável à 'antropologia fundante', como o Bento Prado Jr., e os que tinham a 'visão naturalista', como o Giannotti. Eu e o Fernando Novais não éramos nem uma coisa nem outra. Giannotti lia fenomenologicamente *O capital*. Depois mudou para uma coisa mais estruturalista. Ele sempre foi muito lógico. Queria mostrar que o trabalho fundamenta a lógica. Já o Singer tinha uma visão mais de economista". *In* LEONI, B. H. *op. cit.*, pp. 88-9.

da trama das atividades sociais seu território próprio e resolutivo, em distinção à finitude da política, meio circunscrito dos atos negativos nos processos reais de transformação"[13].

Sobre nosso autor também exercerá uma certa influência Alain Touraine, que esteve no Brasil em 1961. Segundo Cardoso, o intelectual francês os alertara sobre a improcedência de reproduzir, na intelecção da formação social brasileira, o modelo de formação européia; "sua crítica nos chocou, pois tínhamos aceito a idéia das fases do desenvolvimento, que havíamos tirado de Marx, embora a leitura deste tivesse sido, como disse, perturbada pela de Max Weber. Achávamos assim que ia haver em São Paulo um desenvolvimento em condições mais ou menos semelhantes às da Europa" (ESP, 7/8/83)[14]. De fato, é a isso que tenta responder em CEBM, procurando demarcar que o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil diferencia-se das formações clássicas; porém, a própria investigação desse processo revelará, em meio a um procedimento teórico eclético, a predominância da influência weberiana. Nesta, a caracterização do sistema de poder, desenraizada de sua determinação material, é feita a partir dos tipos ideais próprios do arcabouço conceitual de Weber, de maneira que, na origem do processo de formação social brasileiro, predominaria uma estrutura de poder, de cunho patrimonialista, cuja determinação é buscada no tipo de orientação valorativa de seus grupos.

O afastamento de Marx e a predominância de Weber neste trabalho ainda se evidenciam na medida em que, como assinala Cotrim, o autor perde de vista os pressupostos necessários para a instauração do "verdadeiro capitalismo", uma vez que designa a estrutura colonial como capitalista, conforme nos explica: "A orientação que o capital comercial imprime às colônias parece ser suficiente para ele tratar essa organização como capitalista. Porém Marx, em cujas concepções econômicas ele declara apoiar-se, considera que a passagem das formas não capitalistas de produção para a capitalista propriamente implicaria na alteração das relações de produção em que o capital passa a determinar não só a apropriação do trabalho excedente em qualquer padrão produtivo, mas em particular naquele em que a dinâmica da força de trabalho, sua operação nos processos de trabalho, se submete ao impulso tecnológico da maquinaria. /.../ Assim, se Cardoso utiliza a designação capitalismo para o momento a partir do qual a organização produtiva

---

[13] CHASIN, J. "Ad Hominem – Rota e prospectiva de um projeto marxista". *In Ensaios ad hominem*, n. 1, tomo I. Santo André, Ad Hominem, 1999, p.11.

[14] Ainda sob a influência de Touraine veremos que Cardoso postulará que o próprio critério de análise de classe marxista reduz o seu escopo analítico, em sua tematização sobre a chamada "sociedade de massas" e, mais explicitamente, na caracterização da globalização. A obra de referência é TOURAINE, *La société post-industrielle*. Ed. Denoël, 1969.

no Brasil se realiza sob o impulso do trabalho livre, não pode fazê-lo igualmente para o período em que as relações de produção dominantes estão fundadas na compra e utilização de escravos. Esse período escravista corresponde à moderna exploração colonial monocultora determinada pelo capital comercial. Trata-se do escravismo moderno, posto por orientação mercantilista para atender à expansão do capital e ocupar produtivamente as colônias, de maneira que não cabe a designação capitalismo, nem mesmo adjetivada por escravista, na medida em que não se desenvolveu aí a diferença socioeconômica entre capacidade ou força de trabalho como mercadoria e seu próprio possuidor, o escravo"[15].

Antes de exilar-se no Chile e lecionar em várias universidades estrangeiras, dentre as quais Nanterre, Cardoso publica sua tese de livre-docência[16], na qual analisa os principais momentos de transformação da vida social brasileira antes do golpe de 64, e procura desvendar o caráter estrutural da burguesia nacional. Constata que esta classe não se constitui como força político-social hegemônica, isto é, inexistia no seio do empresariado qualquer perspectiva de confronto com os segmentos tradicionais, ou seja, com as oligarquias agrárias, ou disposição para lutar contra os interesses do capital estrangeiro. A estrutura de classe, bem como as suas respectivas disposições políticas, jamais expressou um projeto de revolução burguesa que contasse com o apoio das classes trabalhadoras. O autor apóia a tese da inexistência de um projeto burguês hegemônico no caráter recente da formação social do setor industrial. Este elemento teria dificultado um comportamento ou uma atuação como classe propriamente, isto é, não houve manifestação de uma consciência efetivamente de classe que leve à frente um projeto próprio de desenvolvimento. Essa situação também é válida para as demais classes que pertencem à dinâmica da industrialização, ou seja, "da mesma forma que a inexistência de uma 'tradição proletária' dificulta a orientação do comportamento operário por valores compatíveis com a situação de classe, a origem não-industrial recente dos industriais brasileiros dificulta que se orientem como empresários e que atuem como classe" (EIDEB,

---

[15] COTRIM, Ivan. *O Capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso*, dissertação de mestrado, Departamento de Ciência Política, UNICAMP, 2001, pp. 43-4.

[16] *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1972. Esta obra resulta de uma pesquisa do projeto *Economia e Sociedade* de Florestan Fernandes. Este projeto é considerado por Martins "o quadro sociológico mais amplo de referência do governo Fernando Henrique /.../. A modernização da sociedade e do estado brasileiros, considerados no projeto mencionado no grupo de Florestan, que é uma necessidade 'de esquerda', no sentido de que é uma necessidade histórica que quebra o poder das oligarquias e da dominação patrimonial em favor da sociedade, da emancipação do povo dos vínculos clientelistas e populistas, em favor da participação democrática de todos. É um projeto urgente e em execução". "Sociologia e militância: Entrevista com José de Souza Martins". *In Estudos Avançados*, Universidade de São Paulo, v. 11, n. 31, set./dez. 1997, p. 50.

p. 160). Ainda havia aqui, por parte do autor, uma certa expectativa em relação à burguesia nacional, isto é, um questionamento acerca do "destino histórico" desta classe em optar ou não pela continuidade do desenvolvimento que já contava com a presença do capital exterior, donde finaliza em EIDEB: "subcapitalismo ou socialismo?". Indagação que parece refletir o contexto social pré-golpe de 64 – porém, nos trabalhos posteriores, esse questionamento desaparece.

Cabe frisar que a produção teórica posterior a 64 corresponde a uma nova etapa na trajetória do sociólogo. Isto porque, com o seu auto-exílio e a experiência no Chile, com as discussões na e sobre a Cepal[17], Cardoso faz uma revisão ou "uma síntese" de várias questões que ainda o "atormentavam", como em relação às posições do ISEB e do PC, a idéia de projeto de uma burguesia nacional, em aliança com os trabalhadores, por meio de uma articulação do estado[18]. Cardoso reconhece que houve uma certa inflexão em sua trajetória teórica a partir do exílio, pois só neste momento são resolvidas definitivamente "tensões" que ainda existam. Confessa que, quando elaborou EIDEB, "me mortificava para compatibilizar a visão que sustentava o 'papel histórico'da burguesia nacional, já então prestes a acasalar-se com o capitalismo que se internacionalizava, com a realidade brasileira do populismo e de um nacionalismo indigesto"[19]. Afirma que no exílio percebe "que os problemas não eram apenas nossos, mas de toda a América Latina e, em segundo lugar, que eles tinham relação com as estruturas. Por sua vez, as estruturas que se estavam constituindo aqui não podiam deixar de ter um certo parentesco com as da Europa e dos Estados Unidos, mais com as da Europa talvez, embora não fossem a mesma coisa. Daí surge a idéia da dependência. Ao desenvolver essa idéia, o que tento fazer é, usando esse *background* que eu tinha e que já descrevi, repensar os problemas emergentes, mas sem assumir o ponto de vista da aplicação mecânica do modelo clássico à nossa realidade"[20].

A questão da dependência vincula-se ainda a um debate dos anos 50, no qual alguns teóricos da América Latina colocam a inviabilidade de desenvolvimento nos países

---

[17] CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina, criada na década de 40 e sediada no Chile, é um órgão ligado à ONU. Desenvolvida a partir das idéias de Raul Prebisch (1901-1986), contou com muitos intelectuais da América Latina, entre eles, Celso Furtado, que também a presidiu. Foi no bojo das discussões da Cepal que Fernando Henrique produziu DDAL.

[18] "Entrevistas a Lourenço Dantas Mota", Brasília, 1985, pp. 9-11.

[19] "Procópio, um depoimento", *in Novos Estudos*, Cebrap, São Paulo, n. 17, mai. 1987, pp. 26-7.

[20] "Entrevistas a Lourenço Dantas Mota", Brasília, 1985, p. 12.

periféricos, fundamentalmente porque a própria relação que estes mantinham com os países centrais lhes imporia a posição de economias estagnadas[21].

Para Cardoso, em verdade, a partir de 1964 o problema do desenvolvimento está resolvido, visto que a presença do capital externo garantirá a sua continuidade e se consolidará o padrão de desenvolvimento capitalista associado – restando à burguesia industrial a condição de sócia menor do capital externo. Trata-se, pois, para o autor, de uma situação dada, isto é, do "desenvolvimento possível" na situação brasileira. Os possíveis "ajustes" ou "correções" a essa "situação dada" serão buscados, por ele, noutra esfera: nas rearticulações políticas para as quais a democracia será a resposta.

Segundo o autor, as próprias decisões nacionais não são "reflexas e dependentes", como muitos teóricos preconizam, visto que alguns países se reorganizaram internamente e se desenvolveram. Por isso, afirma, "o domínio da política se perfilava como esfera relativamente autônoma no processo de mudança social. Enfim, desenvolvimento e independência nacional não provaram ser dimensões correlatas" (MSAL, p. 15). A idéia de que a esfera política guarda certa autonomia nas estruturas dependentes das sociedades latino-americanas – ou, mais precisamente, de que a política possui uma dimensão autônoma que permite reorientar o processo de desenvolvimento socioeconômico da realidade – será recorrente nas análises do autor; de qualquer modo, ela é defendida, entre outros aspectos, para enfatizar que as formas políticas de dominação e controle não são determinadas mecanicamente pelo desenvolvimento econômico. Em outras palavras, Cardoso tenta refutar o economicismo e o determinismo de algumas interpretações acerca da relação entre economia e política, preconizando a autonomia relativa desta última.

De acordo com ele, outras análises que se preocuparam com a dimensão política - aquelas que concluem pela revolução ou autonomia nacional enquanto alternativas sociais - também não conseguiram desvencilhar-se de certos pressupostos teóricos viciosos e continuam conduzindo o olhar analítico para as sociedades dependentes fundamentalmente a partir da dominação dos países centrais. O autor postula, então, que é decisiva, para pensar nas possibilidades de mudanças sociais, a apreensão científica das especificidades

[21] Segundo Lídia Goldenstein, as análises que preconizam o estagnacionismo também fizeram parte da Cepal. Celso Furtado, com sua "teoria do subdesenvolvimento", opõe-se "às teorias de W. W. Rostow, para quem o processo de desenvolvimento poderia ser orientado de fora para dentro, cumprindo fases até alcançar o 'desenvolvimento auto-sustentado'". Já Theotônio dos Santos "privilegia a estrutura externa como determinante dos processos" e "conclui pela necessidade de uma revolução socialista como única forma de estabelecer a soberania nacional e permitir o desenvolvimento das forças produtivas". Rui Mauro Marini, na mesma direção, considera que sob a ótica do capitalismo os países periféricos estavam determinados ao "desenvolvimento do subdesenvolvimento". Ver GOLDENSTEIN, Lídia. *Repensando a dependência. op. cit.*

das sociedades latino-americanas, precisamente porque este procedimento indica quais são as forças sociais com potencial para as mudanças e, ao mesmo tempo, quais são as que se empenham pela preservação da estrutura dependente. Lembrando, ainda, que ambas as forças são detectadas no interior das sociedades dependentes e não fora delas, isto é, simplesmente pelas pressões externas.

Assim, de uma ótica distinta da do debate latino-americano tal como se dava até então, Fernando Henrique, junto com Enzo Faletto, tentou empreender - como eles denominaram - a análise de uma situação concreta, respeitando as particularidades de cada país. A América Latina, desse modo, não era tomada como configuração histórica única e homogênea das determinações dos países centrais. Não haveria conexão imediata entre situação de dependência e os "centros autônomos de decisão". As situações de dependência expressam - e mantêm – especificidades, de modo que o entendimento de cada país encontra elementos explicativos externos a eles, mas, ao mesmo tempo, existem variáveis internas (relação interna de classes), quais sejam, "os objetivos e interesses que dão sentido, orientam ou animam o conflito entre os grupos e classes e os movimentos sociais que põem em marcha as sociedades em desenvolvimento" (DDAL, p. 21).

Sobre o processo de expansão da indústria, os autores afirmam: "Existe, pois, uma coincidência transitória entre os interesses políticos e econômicos que permite conciliar os objetivos protecionistas, a pressão das massas e os investimentos estrangeiros; esses últimos aparentemente são a condição da própria continuidade do desenvolvimento do esquema político assinalado" (DDAL, p. 123)[22]. Embora se desenvolva um mercado interno restrito (urbano) e aumente a exclusão social – o que é peculiar às situações de dependência –, há um processo de modernização. A integração com o mercado internacional será a nova configuração desses países, com "forte tendência ao reinvestimento local" (DDAL, p. 127), isto é, há investimento estrangeiro e expansão do mercado interno. Diante disso, os autores vêem que há uma nova forma de dependência que não pressupõe ou leva a uma impossibilidade de desenvolvimento, ao contrário, há desenvolvimento, embora dependente. O que orienta esta conclusão, no entanto, é a tese de que a possibilidade ou não de desenvolvimento não depende única e exclusivamente das condições econômicas existentes, mas do "jogo de poder", isto é, a "superação ou manutenção de 'barreiras estruturais' ao desenvolvimento e à dependência dependem, mais que de condições econômicas tomadas isoladamente, do jogo de poder que permitirá

[22] Referem-se ao período Kubitschek e outros.

a utilização em sentido variável dessas 'condições econômicas'" (DDAL, p. 142). Tese que é considerada pelo sociólogo Goertzel como o aspecto mais inovador do livro em tela: "talvez o ponto mais crítico e controvertido proposto no livro seja o de que a crise na América Latina era fundamentalmente política que econômica" [23].

De qualquer modo, voltando à preocupação do autor, seu ponto de partida é o enfrentamento com as interpretações que não admitiam, de uma forma ou de outra, a possibilidade de desenvolvimento e modernização dos países em situação de dependência. Contrapõem-se, também, às perspectivas, que julgam equivocadas, de autonomia burguesa no Brasil, assim como àquelas que pensam como resolutiva uma saída revolucionária, do ponto de vista da classe trabalhadora. Cardoso acredita, porém, que sua análise esteve ancorada em Marx, na idéia de ciclos de expansão: "Tanto eu achava que havia a possibilidade de desenvolvimento que meu livro se chamava: *Dependência e desenvolvimento*. A minha tese não era a de que a dependência impedia o desenvolvimento e que, portanto, havia condições propícias ao socialismo, mas sim a de que haveria um desenvolvimento dependente, que mais tarde chamei de desenvolvimento dependente-associado"[24]. Considera, ainda, que não aplicou de forma mecanicista a teoria imperialista de Lênin para a análise da América Latina e, mesmo percebendo as contradições de uma nova etapa de acumulação capitalista, porém não tratando o imperialismo como a esquerda vulgar, isto é, como "como ave de rapina"[25]. Ou seja, a despeito da dependência e da associação, há desenvolvimento econômico, há formação de um mercado interno consumidor, há diferenciação social e, sobretudo, modernização[26].

De modo que, quando Cardoso volta ao Brasil, em 1969, e defende sua tese sobre o empresariado industrial brasileiro, argentino, mexicano e chileno, aquelas "tensões" tinham se resolvido definitivamente, e afirma: Procópio "foi dos poucos que 'foram ao ponto'. Viu no que e quanto eu mudara nos cincos anos de Chile e de França"[27]. A partir

---

[23] GOERTZEL, Ted. *Fernando Henrique Cardoso e a reconstrução da democracia no Brasil*, *op. cit.*, p. 52.

[24] "Entrevistas a Lourenço Dantas Mota". Importa registrar que Cardoso, desde sua estada em Paris, começa a criticar veementemente as teses de Regis Debray, ex-companheiro de Che Guevara que, em 1967, publica *Revolução na revolução,* preconizando o socialismo, via luta armada, em alguns países latino-americanos.

[25] "Entrevistas a Lourenço Dantas Mota", p. 14.

[26] Na opinião de Joseph Kahl, o livro de Cardoso e Faletto surge precisamente num momento em que as explicações em voga estavam deixando de corresponder às novas condições latino-americanas; *in* KAHL, A. Joseph. *Modernization, exploitation and dependency in Latin América: Germani, Gonzáles Casanova and Cardoso*, New Brunswick, Transaction Books, New Jersey, 1976, pp. 131-92.

[27] Cândido Procópio F. de Camargo, um dos fundadores do CEBRAP, Ver "Procópio, um depoimento", *op., cit.*, p. 27. Cotrim, que analisou mais detidamente essas questões, constata que, de fato, depois do golpe há

daí sua atenção se concentra na oposição à ditadura militar e na luta pela democratização. De todo modo, nos anos em que permaneceu no exílio, Cardoso já havia definido as teses centrais da caracterização desse regime.

Como veremos, Cardoso entende que, no plano econômico, a ditadura foi modernizadora, embora "politicamente reacionária", e, ainda que, aponte, em certos momentos, algumas debilidades do padrão de acumulação existente, não chega a fazer uma crítica efetiva; recusa-se, por exemplo, a reconhecer que o arrocho salarial ou a exclusão é a base do padrão de acumulação que a ditadura militar sustentou, concluindo que conciliar desenvolvimento econômico e distribuição de renda para a maioria depende da legitimação dos conflitos e de canais de participação institucional e política. Ou seja, sob vários aspectos a modernização perpetrada pelo "regime autoritário" será aceita por Cardoso, como bem observou Reis, porque ela oferece as "condições necessárias à democracia, ao criar um operariado numeroso e uma classe média forte", mas isso, conforme esse mesmo autor, deve-se ao fato de que em Cardoso "a paixão se submete à razão"[28]. Por esse ângulo, como veremos, a possibilidade de transição do autoritarismo para a democracia obedece à mesma concepção analítica da situação de dependência, isto é, a busca de solução dos constrangimentos da situação de dependência (financiamento e tecnologia) ou do "autoritarismo" depende de uma articulação política, que deve se ancorar na ampliação, cada vez maior, de "canais de pressão política".

É nessa direção, como veremos, que Cardoso evoca a oposição, especialmente os extratos "radicais", à valorização da democracia e à participação institucional; a reconhecer no governo e na burguesia alguns aliados (liberais) para institucionalização da democracia; a ver, enfim, a possibilidade de democratização do estado. Sobre este intento, a que se esforça com maior vigor a partir do governo de transição, Lehmann sugere que não foi nada desprezível a influência de Cardoso sobre a oposição brasileira, uma vez que

---

uma certa inflexão: "Destacamos aqui uma ambigüidade nas posições de FHC quando o imperialismo é tomado como referência: em sua produção teórica até 64, antes do golpe, o desenvolvimento industrial é obstruído ou, no mínimo, reduzido em termos de seu dinamismo possível, pelas relações externas de subordinação. Porém, a produção subseqüente ao golpe de 64 dá um novo contorno às relações internacionais, às relações com os países imperialistas, pois o autor busca explicar o desenvolvimento dependente tomando aqueles países como condição favorável e não mais obstrução deste". Este autor também mostra que as alusões de Cardoso ao imperialismo jamais evidenciam o caráter subordinante das relações entre periferia e centro. De fato, no entender de Cardoso, o imperialismo, longe de ser hostil, faculta o desenvolvimento na periferia. COTRIM, I, *op. cit.*, p. 83.

[28] Vale registrar, contudo, que, segundo Reis, "Cardoso é um pensador burguês e paulista. Ele se tornou um formulador do projeto burguês para o Brasil quando percebeu que a burguesia tinha dificuldade em dar forma à sua própria consciência. Decidiu formulá-la para ela, oferecendo-lhe a sua própria representação". *In As identidades do Brasil, op. cit.* , p. 254.

"havia manobrado a esquerda radical até conduzi-la a uma posição de participação no que se poderia chamar de 'discurso da transição democrática' – e com tal êxito que o centro, na forma do PMDB, parece ter agora debilitado completamente mesmo a esquerda intelectual marxista na política brasileira". Lehmann também assinala que a produção teórica de Cardoso está marcada por um ecletismo no qual se articulam marxismo e liberalismo, concluindo que a posição cardosiana de democratização do estado, "mesmo sem fazer parte de estratégias revolucionárias", decorre de sua "idéia de dominação" como "princípio articulador" [29].

Durante seu percurso na oposição brasileira, Cardoso defende uma perspectiva de democratização que se restringe à institucionalização, em detrimento, pois, de uma alternativa ao padrão de acumulação prevalecente, uma vez que o caminho que lhe parece historicamente possível é o do desenvolvimento dependente-associado com tendências à democracia. Nesse diapasão, vale lembrar que os militares e os porta-vozes do regime de 1964 sempre alardearam a necessidade e a disposição de "aperfeiçoar" o sistema político, enquanto a política econômica permanecia intocada. Cardoso, por sua vez, acaba subsumindo-se a essa estratégia, visto que prioriza a luta institucional desvencilhada da luta econômica e em detrimento desta, ou seja, acaba se subordinando ao caráter politicista da burguesia e do regime. Este posicionamento de Cardoso sobre a realidade nacional se mantém, como veremos, a partir da segunda metade da década de 80, no interior do PSDB, no qual defende uma política de modernização social-democrata para o país; isto é, continua defendendo a democracia sob o primado da institucionalização. Assim, a social-democracia não é senão a proposição de um novo aperfeiçoamento institucional, de sorte que nos dois momentos o pressuposto é o mesmo: aperfeiçoar a política e o estado, bem como os mecanismos de controle político sobre esta e outras instâncias decisórias, visto que somente *através e por meio disso* será possível promover o bem-estar social.

Nesse sentido, constatamos ao longo de nossa pesquisa que tanto as análises que Cardoso elabora sobre a realidade nacional quanto as suas proposições são de natureza politicista, uma vez que sempre acaba prevalecendo a idéia de que a resolução dos problemas sociais, cuja raiz é socioeconômica, está subordinada à política. Submetido,

---

[29] LEHMANN, David. "FHCardoso: da dependência à democracia". *In Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 14, p. 36, fev. 1986. Vale remeter o leitor para uma análise diametralmente oposta a esta, feita por Weffort, que se refere a FHC como o "intelectual das identidades complexas". *In A utopia viável: trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso*. Brasília: Presidência da República, 1995.

assim, à concepção politicista, Cardoso está impossibilitado de ultrapassar o gradiente das posições próprias do capital.

****

Tendo em vista a complexidade do universo no qual se insere a especificidade de nossa investigação, no campo das formações ideais, não é possível rastrear aqui a vasta bibliografia existente sobre este tema e suas diferentes vertentes teóricas; no entanto, procuraremos demarcar dois aspectos que envolvem o tema em questão: a determinação social do pensamento e a problemática da politicidade, a fim de explicar o fenômeno do politicismo.

Seguiremos aqui uma orientação marxiana no que se refere à determinação social do pensamento e ao papel desempenhado pela consciência humana no devir histórico-social. As várias manifestações da consciência humana são entendidas por Marx não como mero reflexo passivo da realidade, mas como formas determinadas *pela* e *através da* atividade. Em seus próprios termos, "A produção de idéias, de representações da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio espiritual dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanação direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são produtores de suas representações, de suas idéias, mas os homens reais ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas. A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real"[30].

Dito de outro modo, e complementarmente, toda atividade humana é um *pôr teleológico*, ou seja, pressupõe finalidade a ser objetivada, o que se verifica tanto na esfera prática dos homens - no processo de trabalho propriamente dito, isto é, na reprodução material - quanto nas demais instâncias da vida social, precisamente porque o ser humano é um "animal tornado homem através do trabalho, como um ser que dá respostas" e "toda

[30] MARX, Karl. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro, Hucitec, 1986, pp. 36-7.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

atividade laborativa surge como solução de resposta ao carecimento que a provoca"[31]. De modo que o homem é um ser social que responde porque se manifesta ativamente diante dos problemas colocados na sua mundaneidade. Isto é, o homem, tanto na esfera de sua relação com a natureza quanto na de suas relações sociais, vê-se compelido a reagir e resolver suas próprias carências, oferecendo as respostas possíveis num determinando momento histórico – donde: no seu processo de desenvolvimento social, ele próprio transforma as respostas em perguntas, e assim sucessivamente, enriquecendo desse modo o gradiente de sua experiência individual e, pois, social. Ou, como nos informa Lukács, "tudo o que a cultura humana criou até hoje nasceu não de misteriosas motivações internas espirituais (ou coisa que o valha) mas do fato de que, desde o começo, os homens se esforçam por resolver questões emergentes da existência social. É à série de respostas formuladas para tais questões que damos o nome de cultura humana"[32].

A consciência é um atributo do ser ativo dos homens no mundo e, portanto, expressa um caráter social, de modo que a produção da consciência, uma vez que compreende um momento da prática humana, é constituída no evolver da sociabilidade, já que a reprodução da vida social implica na produção simultânea do universo objetivo e do subjetivo. Assim, de uma esfera à outra (da real à ideal e vice-versa), existe atividade sensível, e através desta ocorre a articulação necessária e imprescindível entre os âmbitos ideal e real. Desse modo, o pensamento constitui-se como uma das dimensões da atividade humana, fundamental à consecução de sua prática no mundo – tanto objetiva quanto subjetivamente –, portanto, inseparável da vida humana em sua totalidade, de modo que o mundo social é resultado da apropriação e produção humanas; por via de conseqüência, não é possível apartar a consciência ou suas várias formações ideais da própria sociabilidade humana.

O pensamento encontra, assim, sua gênese nesta esfera, isto é, "a dimensão fundamental da *determinação social do pensamento,* ao contrário do que é genericamente suposto, diz respeito à sociabilidade como condição de possibilidade do pensamento. A consciência é reconhecida como consciência *do ser social,* como o seu atributo e só enquanto tal pode se realizar. De maneira que a sociedade fornece a matéria, os meios e as próprias demandas para a exercitação do pensamento, pois da situação mais elementar ou

---

[31] LUKÁCS, Georg. "As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem", *in Revista Temas de ciências humanas*, nº 4, 1978, p. 5.

[32] *Apud* VAISMAN, Ester. *A determinação marxiana da ideologia,* Tese de doutoramento, UFMG, 1997, *mimeo*. p. 107.

corriqueira à mais técnica ou sofisticada é sempre como ser social que o homem pensa"[33]. Assim, em termos ontológicos (que reconhecem o ser social em sua totalidade), não é possível estabelecer uma clivagem entre as posições que aquele assume tanto no universo do trabalho, em seu intercâmbio com natureza, quanto nas demais esferas de sua atividade social, visto que os homens são a expressão da totalidade de suas atividades. Como afirma Marx, "Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com *o que* produzem, como com o *modo* como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção"[34]. Desta maneira, o conteúdo do pensamento, o seu teor falso ou verdadeiro, não depende de um mecanismo puramente ideal, desvinculado da sociabilidade, mas das condições e do modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida, isto é, os limites e possibilidades à apreensão subjetiva da realidade social são oferecidos pela própria sociabilidade.

Para que possamos arrematar outros aspectos que julgamos importantes acerca do papel da consciência no evolver histórico e outras implicações da determinação social do pensamento que incidem sobre nosso campo de investigação, cabe demarcar, no interior deste complexo universo das formações ideais, a problemática da ideologia. Ainda que não possamos enveredar longamente pela ampla e controversa discussão acerca deste tema, convém registrar algumas considerações. Principiemos pela análise do filósofo húngaro G. Lukács, cuja contribuição, vale assinalar, especialmente em sua obra de maturidade *Para uma ontologia do ser social*, deve-se ao resgate do estatuto ontológico da obra marxiana, cujos desdobramentos resultaram na elucidação do fenômeno ideológico com base na determinação onto-prática, em contraposição ao critério gnosiológico.

Lukács toma como parâmetro justamente a categoria *trabalho*, acima aludida, para especificar a natureza do ser social. O trabalho, a atividade mais elementar da existência humana, possui um caráter teleológico presente também em toda atividade do ser social, uma vez que nesta existe sempre finalidade a ser alcançada. Ou seja: conforme a formulação lukacsiana, o trabalho constitui-se como protoforma de toda atividade humana, pois, independentemente de sua natureza e especificidade, existe um momento ideal, um momento de prévia ideação. O homem é um ser ativo que, ao tomar consciência de suas carências, elabora uma resposta prática - que é previamente (idealmente) formulada –,

---

[33] VAISMAN, Ester, *A determinação marxiana da ideologia, op. cit.*, p. 244.

[34] MARX, *A ideologia alemã, op. cit.*, pp. 27-8.

escolhendo as alternativas possíveis dadas pela realidade para a execução de suas finalidades. Existe, pois, um momento ideal inescapável a toda e qualquer atividade humana. Nesse sentido, a consciência exerce um papel fundamental, já que a representação ideal, que precede o produto ou os fins a serem objetivados, é um dos momentos constitutivos – e, portanto, ineliminâveis – da atividade humana em qualquer estágio e âmbito de sua processualidade.

Lukács diferencia, no entanto, dois tipos de posições teleológicas: as primárias, que operam na esfera propriamente material (no universo do trabalho), e as secundárias, que buscam modificar o comportamento dos próprios homens. As posições teleológicas secundárias estão presentes até nas formações sociais mais simples e toscas, já que, para que os homens levem a cabo as suas tarefas, são necessários certos atributos – "pensem na coragem pessoal, na astúcia e engenhosidade, no altruísmo em certos trabalhos executados coletivamente" – vão se tornando cada vez mais complexas conforme se desenvolve a divisão do trabalho. A própria reprodução da estrutura econômica carece de outras posições teleológicas, pois "o processo de reprodução econômica, a partir de um estágio determinado, não poderia funcionar, nem no plano econômico, se não se formassem campos de atividades não-econômicas, que tornam possível no plano do ser o desenvolvimento desse processo"[35]. Este campo de atividades não-econômicas é justamente aquele conjunto de atividades responsável pela organização social – ou o que se designa de *superestrutura* da sociedade.

Segundo Lukács, é precisamente no interior dessas posições teleológicas secundárias que se encontra a ideologia, esta entendida como expressão de um momento ideal, portanto, como manifestação da conscientização dos homens acerca dos problemas a serem resolvidos, de modo que a determinação da ideologia é dada pela atividade social precisamente porque toda atividade humana pressupõe uma mediação consciente. Cabe destacar, nesse sentido, que não é o ser falso ou verdadeiro que faculta a uma dada manifestação da consciência ser ideologia; isso porque, "'em primeiro lugar, são muitas as formulações da falsa consciência que nunca se tornaram ideologia', porque justamente nunca chegaram a exercer a função social específica em discussão; 'em segundo lugar, aquilo que se torna ideologia não é de modo nenhum necessariamente idêntico à falsa consciência'. Por conseqüência, 'a mais pura verdade objetiva pode ser usada como meio para dirimir conflitos sociais e, portanto, como ideologia'. Assim, em termos

[35] VAISMAN, Ester. *A determinação marxiana da ideologia, op. cit.*, p. 103.

gnosiológicos, pode-se determinar se um produto espiritual é falso ou verdadeiro, mas não se pode através disso determinar se ele pode ou não assumir função ideológica. Essa identificação só é possível através do critério ontológico-prático, ou seja, através do exame da função que este pensamento desempenha na vida cotidiana efetiva"[36]. Nessa direção, a ideologia, que nasce da atividade social, cumpre a função social de prévia ideação - independentemente do seu teor falso ou verdadeiro, isto é, independentemente de sua correspondência científica à realidade -, com intento de resolver os problemas colocados tanto no âmbito da cotidianeidade quanto o caráter mais genérico. Para Lukács, a ideologia, enquanto categoria ontológica do ser social, ultrapassa as especificidades de cada momento histórico, podendo se manifestar em momentos em que a sociedade não esteja marcada pela divisão de classe, bem como em períodos cujos problemas derivam dos conflitos de classes.

Visto o papel da consciência no evolver histórico, reconhece-se, então, a *inseparabilidade* entre as esferas material e espiritual, pois existe um nexo ineliminável entre formação ideal e atividade sensível, o que significa dizer que uma dada formação ideal, entendida como uma determinada posição teleológica da atividade humana, pode desempenhar papel objetivo na realidade precisamente porque toda atividade humana é consciente. Portanto, as esferas material e espiritual não são autônomas, pois mantêm relação de interdependência, embora isso não elimine a natureza específica de ambas, de maneira que a base econômica é, em última instância, determinante, mas os complexos que compreendem a chamada superestrutura também acabam por, de uma forma ou de outra, *influenciar* (diferente de determinar) as formas das lutas que se travam na história[37]. De modo que o conteúdo da chamada superestrutura "pode estar voltado tanto para a manutenção quanto para o desenvolvimento ou destruição do *status quo*", mas sua "existência é determinada através de múltiplas mediações, pelas necessidades postas pelo desenvolvimento material da sociedade"[38]. Assim, de acordo com a orientação marxiana, o fato de se constatar que a vida social é determinante (e não a consciência) não significa conferir ao pensamento ou à consciência um papel secundário: trata-se, de um lado, do

---

[36] *Id., ibid.*, p. 112.

[37] Mesmo porque "a essência do ser econômico é de tal natureza que não pode se reproduzir sem trazer à vida uma superestrutura que, mesmo de modo contraditório, corresponda a esse ser econômico". LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx.* São Paulo, Ciências Humanas, 1979, p. 155.

[38] VAISMAN, *A determinação marxiana da ideologia, op. cit.*, p. 104.

reconhecimento da *inseparabilidade entre ser e pensar*, e de outro do fato de que a sociabilidade é que fornece as condições e os meios de possibilidade do pensamento.

Cabe observar a importância fundamental de Lukács na recuperação do estatuto ontológico da obra marxiana, tarefa a que se lançou em sua fase de maturidade teórica, em que empreendeu uma autocrítica, visto que, à época da publicação de *História e consciência de classe*, identificava o fenômeno ideológico à falsa ideologia, que seria oriunda do fenômeno da alienação e/ou coisificação, entre outros problemas. Entretanto, certas dimensões e elementos acerca do fenômeno da ideologia na obra marxiana escaparam ao tratamento lukacsiano; mesmo que não possamos aqui explicitar a dimensão destas questões, apontaremos rapidamente alguns resultados do trabalho de Vaisman[39]. A autora, ao examinar o conjunto da obra de Marx, chega às seguintes conclusões: a ausência de uma "teoria geral das ideologias" em Marx; a inexistência de um único significado do termo ideologia empregado por ele, em diferentes momentos; a constatação de que, na obra marxiana, no que se refere à análise da produção social da consciência ou das manifestações ideais, existe a determinação social do pensamento.

Salientemos: o termo ideologia em Marx é aplicado de duas formas: *onto-crítica* e *onto-nominativa*, sendo a primeira mais restrita, enquanto a segunda é mais ampla. "São duas acepções diferentes, mas não excludentes, e dependendo do emprego pode significar uma ou outra, já que ambas possuem caráter ontológico. A primeira, mais restrita, é empregada por Marx como sinônimo de especulação e como denúncia do defeito muito característico ou predominante na filosofia idealista: a inversão ontológica entre ser e pensar; a segunda é mais ampla e menos explicativa, pois designa o complexo de tudo aquilo que não apresenta vinculação direta com a ordem da produção material propriamente dita. É no interior dessa segunda acepção que, por vezes, Marx emprega o termo no sentido de identificar determinado horizonte social ou ponto de vista de classe"[40]. Assim, o primeiro significado do termo ideologia inscreve-se na crítica ontológica que Marx faz ao pensamento especulativo (Hegel e os neohegelianos),

---

[39] A grande contribuição de Lukács em *Para uma ontologia do ser social* foi tratar o problema da ideologia sob o critério onto-prático, elucidando, com isso, o papel e a função social das formações ideais na resolução dos problemas práticos da vida social. Contudo, segundo Vaisman, "escapou ao enfoque lukacsiano o sentido onto-crítico do termo ideologia – enquanto designativo próprio à inversão ontológica entre ser e consciência – na exata medida em que o filósofo húngaro descuidou do papel central da categoria em questão no interior da crítica ontológica da especulatividade operada por Marx, sobretudo em *A ideologia alemã /.../*, como também o esclarecimento do significado onto-nominativo que o termo veio a assumir no interior da análise marxiana acerca da determinação social das formações ideais". Cf. VAISMAN, *A determinação marxiana da ideologia, op. cit.*, pp. 241-2.

[40] *Id., ibid.*, p. 246.

reconhecendo a prioridade do processo objetivo real em relação às representações do pensamento, ou seja, a atividade objetiva dos homens determina o que eles são e o que pensam que são. Nesse sentido, as manifestações da consciência, falsas ou corretas, não decorrem de elaborações puramente subjetivas, mas derivam das condições em que os homens produzem e reproduzem sua vida. A famosa frase "Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência" expressa justamente a tese da determinação social do pensamento. De modo que ideologia, empregado na primeira acepção, não quer dizer falsidade em geral, mas diz respeito a uma determinada falsidade que o pensamento especulativo opera ao fazer a inversão ontológica entre ser e pensar, supondo a prioridade do segundo em relação ao primeiro. Dessa forma, a definição que Marx dá ao termo ideologia para uma determinada formação ideal (especulação) não pode ser generalizada.

No que se refere à acepção onto-nominativa de ideologia, que Marx utiliza para definir o "horizonte social ou ponto de vista de classe", inexiste aí o critério prévio de falsidade ou veracidade para facultar o uso do termo, já que o autor o emprega "para denominar em conjunto as formações superestruturais e as formas de consciência"[41], de modo que a correção ou falsidade dessas formações ideais depende das condições concretas nas quais elas foram engendradas, pois a essência da determinação social do pensamento refere-se precisamente à própria sociabilidade como sua condição de emergência. De modo que a correção ou falsidade de um ideário não depende da "virtude de uma forma de discurso pré-moldado", uma vez que "Os próprios discursos, em todas as suas modalidades, são predicações sociais, mediadas pelos sujeitos que integram a formação real sob clivagens de inserções efetivas e óticas de adoção igualmente societárias"[42]. Reconhecemos, portanto, a descoberta marxiana da determinação social do pensamento, pois "A fundamentação onto-prática do conhecimento, pela autogênese do homem e o correlativo engendramento de sua própria mundaneidade, remete, de saída, à determinação social do pensamento"[43]. É nesse sentido que o caráter onto-prático deste reside justamente no ente ativo no mundo, em que a consciência aparece como atributo ineliminável do ser, que emerge de sua prática e sociabilidade, de modo que o pensamento não é a manifestação de uma subjetividade autônoma que se põe independentemente do

---

[41] *Id., ibid.*, p. 233.

[42] CHASIN, J. "Marx – estatuto ontológico e resolução metodológica", *in Pensando com Marx*. São Paulo, Ensaio, 1995, p. 415.

[43] *Id., ibid.*, p. 404.

objeto e nem produto automático da vida material, mas encontra na sociabilidade suas condições de possibilidades ou de impedimentos. Assim, o conhecimento – falso ou verdadeiro – é um conhecimento interessado que se põe e se objetiva como necessidade do ser, ou seja, toda atividade laborativa, independentemente do seu grau de correção ou falsidade, tem como pressuposto ou condição de possibilidade de existência a própria sociabilidade humana e os problemas aí postos.

Proceder, então, à análise das formações ideais não implica em ter *a priori* uma suposta "teoria geral das ideologias", mas pressupõe uma análise concreta de cada formação ideal, tendo em conta a determinação social do pensamento. Dessa maneira, a especificidade de um pensamento poderá ser desvelada pela escavação de seu conteúdo específico, pela intelecção de sua gênese e função sociais. Apreender a essa origem pressupõe a elucidação das condições sociais e dos próprios problemas colocados pela realidade, nas quais o sujeito opera e a que procura responder, evidenciando, assim, a posição social do objeto e o tipo de resposta que oferece. Reconhecendo, portanto, a determinação social do pensamento, pode-se afirmar que "a possível correção ou falsidade das formações ideais não são motivadas por mecanismos puramente ideais, inerentes à própria constituição da esfera subjetiva, mas derivam da potência e de limites do modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida, ou seja, as possibilidades e os limites à devida apreensão dos nexos constitutivos da realidade são postos socialmente"[44]. Em suma, a análise concreta das formações ideais implica na investigação de três dimensões centrais: sua gênese, seu conteúdo e sua função social.

Lembremos, por fim, que Cardoso atuou ativamente no cenário político nacional, buscando compreender e responder a uma gama bastante variada de problemas colocados pela realidade brasileira, especialmente das últimas décadas – envolvendo-se, dessa forma, no interior das lutas sociais travadas num contexto social no qual determinadas alternativas foram escolhidas e, por sua vez, marcaram e marcam o curso recente da forma de ser e ir sendo capitalismo no Brasil. Nessa direção, examinar o *conteúdo específico de seu pensamento*, o modo pelo qual compreende esta realidade, bem como a natureza das soluções que formulou e levou às oposições, tentando desencadear nestas determinadas posições teleológicas, constitui-se como ponto de partida aproximativo para o entendimento tanto do papel desempenhado pelas oposições no interior das lutas sociais do país quanto de determinados problemas e desafios que marcam as vicissitudes de nossa

[44] VAISMAN, *A determinação marxiana da ideologia, op. cit.*, p. 244.

história. Assim, compreendendo a complexidade social que envolve a determinação do pensamento e a função que este pode desempenhar na sociedade, e entendendo, pois, que a análise de um conjunto de idéias é um dos momentos que visam a apreender o objeto em sua totalidade - já que dados os limites desta dissertação, não é possível levar a efeito os três nódulos que constituem a análise de uma formação ideal - nossa pesquisa constitui-se numa dada aproximação com o ideário cardosiano, não esgotando, portanto, todas as apreensões necessárias à sua elucidação e função histórica.

Passado em revista o estatuto onto-prático do pensamento, que em Marx é o critério para a análise das múltiplas facetas das relações sociais, examinaremos agora a que se refere à problemática da politicidade.

A resolução dessa questão em Marx desemboca primeiramente na constatação da *determinação da política pela sociedade civil.* Tal descoberta marxiana procede da averiguação do que já foi acima aludido acerca do caráter onto-prático do homem, isto é, os homens são a expressão do que e do como produzem seu modo de vida, cuja atividade implica um conjunto ordenado e mediado por determinadas relações e manifestações sociais, entre elas a política. De modo que o conjunto das várias manifestações sociais não é mera somatória de atividades isoladas e inespecíficas ou indeterminadas, mas compreende um complexo social unitário, cujas atividades particulares são expressões diferenciadas de um mesmo ser; porém, em que pesem as diversas mediações das relações sociais, isso não elimina a natureza específica de cada uma, donde a base fundante socioeconômica da sociabilidade é que oferece conteúdo à política. Ou seja, a "chave" para a compreensão do estado reside na sociedade civil e, de igual modo, esta é a base para edificação daquele. Nessa direção, Marx afirma, em não raros momentos, que a política – compreendendo aí toda a sua gama de edificações – erige-se justamente a partir da separação que se opera entre os homens e suas próprias forças sociais e que, ao se separarem, assumem um poder que lhe é estranho e, com efeito, os subsume.

Vale dizer que esta separação é posta gradativamente, oriunda da divisão do trabalho e encontra a sua forma mais cabal com o desenvolvimento pleno da propriedade privada sob o capital.

A clivagem que se opera, então, entre sociedade civil e estado dá-se pela emergência do próprio capital. Como nos diz Marx, "A expressão 'sociedade civil' aparece no século XVIII, quando as relações de propriedade já se tinham desprendido da comunidade antiga e medieval. A sociedade civil, como tal, desenvolve-se apenas com a

burguesia"[45] . Assim, a partir do momento em que a propriedade privada se desliga da comunidade, exclui-se também "toda a influência do estado sobre o desenvolvimento da propriedade privada", de modo que o surgimento desta corresponde precisamente a instauração do estado moderno; este, conforme Marx, passa a ser controlado "completamente" pela burguesia, através do sistema da "dívida pública"[46]. A partir daí, pode aparecer como "organização própria", à parte da sociedade civil; contudo, nos diz Marx, "este estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses necessariamente adotam, tanto no interior como no exterior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses. A autonomia do estado ocorre hoje em dia apenas naqueles países onde os estamentos ainda não se desenvolveram totalmente até se transformarem em classes, onde ainda desempenham certo papel os estamentos já eliminados nos países mais avançados, onde existe certa mistura; países nos quais, por conseguinte, nenhuma parte da população pode chegar a dominar as outras. Este é particularmente o caso da Alemanha"[47].

Desse modo, a própria sociabilidade do capital engendra um poder político, uma vez que as energias humanas são usurpadas das próprias individualidades que as constituem, de maneira a adquirirem uma força estranha que subjuga os próprios homens, em vez de ser comandadas e dirigidas por eles. Ou seja, os indivíduos não controlam seu processo e condições de vida; daí que o poder político seja "um aparato destacado da base social, que tende a se afastar cada vez mais dela; é esse afastamento congênito que constitui a substância da tirania: o tirano é apenas uma personificação da essência tirânica do poder político"[48]; este último surge, então, de determinadas carências, limites e estranhamentos de dadas formações sociais. Assim, a instauração do estado moderno, expressão mais desenvolvida e contraditória da política, decorre justamente da incapacidade de autodeterminação do conjunto da sociabilidade humana, pois é "socialmente ativada como estranhamento por debilidades e carências intrínsecas às formações sociais contraditórias /.../, quanto mais o estado se entifica real e

---

[45] Nos desdobramentos de Marx: "Nos povos surgidos da Idade Média, a propriedade tribal desenvolve-se passando por várias etapas diferentes – propriedade feudal da terra, propriedade mobiliária corporativa, capital manufatureiro /.../, isto é, até chegar à propriedade privada pura, que se despojou de toda aparência de comunidade e que exclui toda influência do estado sobre o desenvolvimento da propriedade". *In A ideologia alemã, op. cit.*, p. 97.

[46] *Id. Ibid.*

[47] *Id. Ibid*, p. 98.

[48] CHASIN, J. "Ad Hominem – Rota e prospectiva...", op. cit., p. 42.

verdadeiramente, tanto mais é contraditório em relação à sociedade civil e ao desenvolvimento das individualidades que a integram"[49].

Dessa maneira, a instauração do estado moderno distingue-se das formas anteriores precisamente pela clivagem que se opera entre esta instituição e a sociedade civil (ou entre poder político e vida social). É por esta razão que a política, uma vez que é a expressão de um poder "destacado da base social", pode aparecer no âmbito da consciência como uma esfera supostamente engendrada por um mecanismo autônomo em relação à sociedade civil. Como Marx explica: "Como o estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo estado e adquirem através dele uma forma política. Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade destacada de sua base real – na vontade livre. Da mesma forma, o direito é reduzido novamente à lei"[50] . Donde: a instauração do estado moderno pode aprofundar a crença *onto-positiva* da politicidade, qual seja, que o estado ou a política é a esfera determinante da vida social; o estado como esfera da autodeterminação do homem ou de sua generidade abstrata; ou que na esfera política encontram-se a explicação e a resolução dos problemas econômico-sociais, resultando, portanto, na ilusão de que pelo aperfeiçoamento do estado ou da política é possível resolver problemas cuja determinação é social. E aí estamos imersos no terreno próprio do politicismo, que acaba tratando o estado como instância separada ou paralela à sociedade civil, em verdade fragmentando e desnaturando a totalidade social; a economia, a atividade essencial e vital da existência humana, é convertida em *fator* e a política ou o estado em agente social apartado da sociedade civil e das classes, com poder para engendrar interesses próprios.

A ilusão politicista – supondo, então, que carências sociais de fundo econômico-social podem ser resolvidas via estado – acaba propondo o aperfeiçoamento deste e de suas instituições, supondo, então, que a mudança na sua forma e qualidade é a chave para a resolução dos problemas sociais. Nessa direção, algumas passagens das *Glosas críticas* evidenciam a natureza e os limites do politicismo, em sua feição mais radical; diz Marx que, nos momentos gloriosos da Revolução Francesa, "Os próprios políticos radicais e revolucionários procuram o fundamento do mal não no *ser* do estado, mas numa determinada *forma de estado*, no lugar da qual eles querem colocar uma *outra* forma de

---

[49] CHASIN, J. "Mar - estatuto ontológico" *op., cit.*, p. 368.

[50] Ideologia alemã, *op. cit.*, pp. 97-8.

estado". E arremata: "O entendimento *político* é justamente entendimento da *política* enquanto pensa no *interior* dos limites da política. Quanto mais vivo e penetrante for, tanto mais incompetente é para compreender os males sociais. O período clássico do entendimento político é a Revolução Francesa. Muito longe de perceber no princípio do estado (a sociedade civil) a fonte dos defeitos sociais, os heróis da Revolução Francesa percebiam muito mais nos defeitos sociais a fonte dos males políticos /.../. O princípio da política é a vontade. Quanto mais unilateral, quer dizer, pleno é o entendimento *político*, tanto mais ele acredita na *onipotência* da vontade, e tanto mais cego é em face dos limites *naturais* e espirituais da vontade, e assim incompetente também para descobrir a fonte dos males sociais"[51].

Sendo assim, a concepção politicista desarma a determinação ontológica do político, já que o verdadeiro conteúdo da política é dado pela ordem material, e confere a ele uma dimensão e significado que não possui; ou, dito de modo mais preciso, "O politicismo transgride os lineamentos ontológicos marxianos em dois pontos fundamentais: 1) reduz o complexo fundante a fator, empobrece e estreita sua manifestação, irradiação e responsabilidade pelo conjunto da formação; 2) desordena a lógica determinativa, não mais se tem a linha consistente de determinação, as relações determinativas passam a ser voláteis, arbitrárias ou fortuitas, tendendo sempre a predominar, em última análise, a determinação da política como determinação decisiva"[52]. Concebendo, assim, o estado como instância separada da sociedade civil – vale dizer, de sua base econômica e das classes sociais, isto é, desencarnando a política de suas determinações econômicas e dimensões sociais – é possível ver nele o poder de criar interesses próprios que podem ou não coincidir com os interesses de classes. Dito de outro modo, o politicismo é a autonomização do político justamente porque desconsidera a totalidade da base social na qual a política se projeta e encontra a sua razão de ser[53], e é nesse sentido que "é um fenômeno simétrico ao economicismo", pois, enquanto no último o poder está ausente, no politicismo desaparece a determinação material.

Uma das facetas deste procedimento é desvincular luta econômica e luta política, ou seja, as perspectivas norteadas por essa concepção - assim como as atitudes que

---

[51] MARX, *apud* CHASIN, J. "A sucessão na crise e a crise na esquerda". *In Revista Ensaio*, n. 17/18, São Paulo, Ensaio, 1989, p. 86.

[52] CHASIN, J. "Rota e Prospectiva...", *op. cit.*, p. 39.

[53] Ver CHASIN, J. "A esquerda e a Nova República". *Revista Ensaio* n. 14, São Paulo, Ensaio, 1985 e *Revista Temas* n. 2. São Paulo, Grijalbo, 1977, p. 146.

derivam dela - tratam esses dois pólos não só de maneira autônoma, como exacerbam o universo da política. A luta política, uma vez que se desvencilha da esfera material, direciona-se para o ideal de perfectibilização das esferas políticas, para o aperfeiçoamento das instituições e dos próprios procedimentos, acabando por conferir a este universo (no caso, o político) o poder de determinação e resolução das problemáticas sociais.

Ocorre que a política – enquanto expressão da usurpação das energias humanas e vitais, que possui, pois, uma determinação onto-negativa – não pode expressar as melhores qualidades humanas, pois é justamente o resultado das debilidades do homem, de modo que não será nesta esfera que a autodeterminação humana pode se pôr. Nessa direção, tomando como exemplo as elucidações presentes em *A questão judaica*, Marx, ao explicitar os vários limites e contradições da emancipação política (tendo, inclusive, como referência, o seu momento mais auspicioso, a Revolução Francesa), mostra que, embora esta tenha libertado a sociedade dos limites e constrangimentos próprios da velha organização social – o que permitiu o desenvolvimento da sociedade civil e do estado moderno –, assegurou ao estado as condições para o seu pleno desenvolvimento, mas não assegurou aos homens a libertação dos seus próprios grilhões. Dessa forma, "ninguém deve iludir-se quanto aos limites da emancipação política. A cisão do homem em *pessoa pública* e *pessoa privada*, o deslocamento da religião do estado para a sociedade civil, não é uma fase, mas a consumação da emancipação política. Desta maneira, a emancipação política não abole, nem sequer procura abolir, a religiosidade *real* do homem"[54].

Isto ocorre precisamente porque a emancipação política é a expressão de uma base social limitada; o desenvolvimento contraditório do capital impulsiona o domínio do homem sobre a natureza, o desenvolvimento das forças produtivas, mas não gera o domínio sobre as forças sociais que foram engendradas. A dominação que se instaura sob o capital já não é mais, pois, a expressão da subordinação do homem à natureza (ou a comunidade natural), mas uma forma de dominação na qual ele está subsumido às forças por ele mesmo criadas, de modo que a dimensão genérica do homem se separa dele e se plasma na forma do capital e do estado. A emancipação política, portanto, não abole os constrangimentos da vida humana sob a nova sociedade (capital), mas os garante ao expressar a cisão entre vida pública e vida privada, na qual a sociedade política – do cidadão, do homem público –, esfera dos "interesses gerais", erige-se como garantidora dos interesses particulares da sociedade, de modo que a emancipação política é

[54] MARX, K. *A questão judaica*. Lisboa, Edições 70, pp. 47-8.

precisamente a subordinação da sociedade política aos interesses (privados) da sociedade civil.

Assim, por mais que o estado ou a política adquira uma forma democrática, será sempre a expressão dos constrangimentos sociais, uma vez que, está posto sobre a clivagem entre sociedade e poder (estado). De maneira que a democracia, embora seja uma forma política mais flexível, é a expressão de uma liberdade limitada, já que "pertence ao anel perpetuador da totalização recíproca entre sociedade civil e estado" e "Enquanto tal expressa nexo e lógica que provém de algo situado para além de sua simples figura de canal e contorno"[55]. Ou seja, na medida em que a política está assentada na dissociação entre estado e sociedade civil, na separação entre os homens e suas forças sociais, a forma política democrática não pode romper aquele "anel perpetuador", mas apenas reflexioná-lo.

Isto significa que uma prática que leve à superação de uma base social limitada implica uma "metapolítica", isto é, uma prática que visa à própria superação da política. Nesse sentido, vale lembrar algumas passagens d'*A miséria da filosofia*, no momento em que Marx discute as condições materiais e subjetivas nas quais se operaria a revolução social, bem como o papel da "classe oprimida", quando afirma que, "A organização dos elementos revolucionários como classe supõe a existência de todas as forças produtivas que poderiam se engendrar no seio da sociedade antiga. /..../ Isto significa que, após a ruína da velha sociedade, haverá uma nova dominação de classe, resumindo-se em um novo poder político? Não". E, de modo categórico: "A classe laboriosa substituirá, no curso de seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e seu antagonismo e não haverá mais poder político propriamente dito, já que o poder político é o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil"[56]. De modo que a autodeterminação humana se daria não através do aperfeiçoamento da política, expressão das próprias debilidades encarnadas de uma dada formação social limitada. Daí a percepção marxiana da política como "onto-negativa, precisamente, porque exclui o atributo da política da essência do ser social, só o admitindo como extrínseco e contingente ao mesmo, isto é, na condição de historicamente circunstancial; numa expressão mais enfática, enquanto predicado típico do ser social, apenas e justamente, na

---

[55] CHASIN, J. "Democracia política e emancipação humana". *In Ensaios Ad Hominem*, n. 1, tomo III. São Paulo: Ad Hominem, 2000, p. 97.

[56] MARX, K. *A miséria da filosofia.* São Paulo, Global, 1989, pp. 159-60.

particularidade do longo curso de sua *pré-história*"[57]. Por ser a política a expressão da usurpação das energias sociais, e, pois, uma forma "inessencial" do homem é que Marx contrapõe a emancipação política à emancipação humana, não como ideal a ser atingido mas como autoconstrução através da atividade essencial do homem (o trabalho) daí que para Marx a verdadeira "emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando, como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (*forces propres*) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política"[58]. O que não significa, saliente-se, abrir mão da prática política, mas, reconhecendo os seus limites, ir para além dela – o que implica uma prática revolucionária que recupere as energias humanas usurpadas ou as forças sociais que foram alienadas à política e, assim, reconhecendo-as como suas próprias potências, autodeterminar-se como individualidade humana.

É preciso insistir para o fato de que o reconhecimento do caráter onto-negativo da politicidade de modo algum significa negligenciar uma ação transformadora. Em primeiro lugar porque em Marx a superação do capital não decorre de um movimento imanente a este, mas, uma vez que o capital gera as suas contradições e cria o agente que permite a sua superação, é necessária uma ação prática conscientemente orientada para esta tarefa. Ademais, há em Marx uma clara distinção entre revolução política e revolução social. A primeira, enquanto movimento inicial cuja tarefa principal é a destruição das relações existentes, quais sejam: a supressão da propriedade privada e do estado; mas, se a este movimento inicial cabem as tarefas negativas, à *revolução social*, cujo objetivo central é a emancipação humana, cabem as tarefas de construção a partir da recuperação daquelas energias humanas que foram usurpadas à política, isto é, a emancipação humana pressupõe uma atividade voltada precisamente para a genuína construção do homem.

É nessa direção que o entendimento do politicismo, expressão ideal contraposta a esta descoberta ontológica da politicidade, implica no desvendamento da própria natureza da política, uma vez que as várias expressões do politicismo não decorrem de um

---

[57] CHASIN, J. "Marx – estatuto ontológico e resolução metodológica", *op. cit.*, pp. 367-368.

[58] MARX, K. *A questão judaica.* Lisboa, Edições 70, p. 63.

mecanismo puramente ideal desvinculado do modo de ser dos homens, mas encontram sua base real na própria sociabilidade humana[59].

Cabe atentar que esses são os traços mais gerais da problemática da politicidade e do fenômeno do politicismo; contudo, tendo em vista as variações e diferenças existentes entre as correntes políticas e filosóficas, o politicismo assumirá determinadas especificidades que apenas poderão ser apanhadas pelo exame da formação social na qual se expressa, bem como da classe ou segmento social que o defende.

Tendo isso em conta e uma vez que a presente pesquisa assenta-se em um dos momentos mais conturbados de nossa história recente, através do exame de um conjunto de reflexões de um intelectual cujo peso e influência são reconhecidos na vida nacional, mas cujas teses e propostas estiveram, no nosso entender, comprometidas com uma concepção politicista, faz-se necessário demarcar o terreno social no qual esta se projeta.

Nesse sentido a captura das especificidades que o politicismo adquire em países como o Brasil pressupõe o exame da forma particular de nossa formação social, problema este de que nos ocuparemos a seguir.

Na historiografia existente, o único autor que se ocupou do fenômeno do politicismo, enquanto traço típico do capitalismo brasileiro, foi J. Chasin, no seu duplo esforço teórico de recuperação do pensamento de Marx e de apreensão da particularidade de objetivação do capitalismo brasileiro, por ele designada *via colonial*[60]. Chasin principia

---

[59]Não é o caso, aqui, de esmiuçar a trajetória da formação e maturação do pensamento marxiano, mas convém demarcar alguns dados a fim de esclarecer determinados pontos sobre os quais esta discussão se assenta, que são objeto de polêmica pelos estudiosos. O enfrentamento de Marx com o universo da politicidade opera-se no âmbito de sua atuação na *Gazeta Renana* (durante os anos 1842-43), fase na qual ainda está subordinado à concepção onto-positiva da politicidade. Momento este em que Marx, como posteriormente esclarece, vê-se impelido a resolver problemas de ordem material, isto é, os problemas econômicos e sociais do capitalismo tardio da Alemanha, para os quais o instrumental analítico de que dispunha era insuficiente, uma vez que centrado no idealismo, na crença na determinação e resolução da política; no ideal de perfectibilização do estado, na crença, pois, na instauração do estado moderno e democrático como resolução do atraso e das carências do capitalismo alemão. Em face dessas questões é que Marx "retira-se do cenário público para o gabinete de estudos", em Kreuznach, em 1843, e empreende a *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, cujo pensamento era a expressão mais desenvolvida e acabada da concepção onto-positiva da politicidade. A crítica ao pensamento especulativo: a inversão entre ser e pensar; a constatação onto-negativa da politicidade: o reconhecimento de sua impotência diante dos problemas sociais marca a "viragem ontológica" do pensamento de Marx. Convém registrar as obras que marcam essa ruptura: de 1844, *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel*; *A questão judaica*; *Manuscritos econômicos e filosóficos*; *Glosas críticas*. De 1845: *A Sagrada Família*; Teses *ad* Feuerbach; em 1846, escreve *A ideologia alemã* e em 1847, *A miséria da filosofia*.

[60] Vale salientar que as reflexões de Chasin não se puseram no vazio completo de intelecção da trajetória particular da história brasileira, uma vez que se basearam e avançaram a partir das elucidações de Caio Prado Júnior acerca da gênese e configuração colonial que marcaram a formação social brasileira. As primeiras contribuições desse esforço foram publicadas em 1977, na *Revista Temas de ciências humanas* CHASIN. J. "A politicização da totalidade: oposição e discurso econômico", *in Temas de ciências humanas* n. 2, São Paulo, Ciências Humanas, 1977. J. Chasin foi co-fundador desta revista. Veja-se ainda

sua reflexão tendo como referência aproximativa, e não como modelo, certas "determinações gerais" elucidadas por Marx sobre a "miséria alemã" e as de Lênin sobre a "via prussiana", cujas especificidades contrastam com os casos clássicos de objetivação do capitalismo[61].

Nesta aproximação, evidenciam-se traços comuns entre as formações tardias do capitalismo e o caso brasileiro, como a presença marcante da grande propriedade rural; uma lentidão no desenvolvimento das forças produtivas que leva ao retardamento da implantação do capitalismo industrial, isto é, do verdadeiro capitalismo, de acordo com a acepção marxiana; e o "reformismo pelo alto" como característica marcante do processo de modernização de ambos - o que implica a ausência de rupturas e impõe "uma solução conciliadora no plano político imediato", o que descarta, naturalmente, a participação das classes subordinadas. De modo que tanto na via prussiana como na *via colonial* esses traços específicos de objetivação do capitalismo configuram uma formação social em que a emergência "do *novo* paga alto tributo ao historicamente *velho*"[62], como sintetizou Lênin.

Saliente-se, porém, que, na medida em que Chasin não toma a via prussiana como modelo, essas "determinações gerais" não são suficientes porque apenas dão conta dos traços comuns, de modo que é necessário verificar como cada uma dessas "entidades sociais" se concretiza, isto é, "como se objetivam os predicados de e em cada uma das singularidades"[63], em busca de sua *diferença específica*. Ou seja, só a partir dessa verificação será possível explicitar as particularidades históricas, pois, se ambas possuem em comum certos caracteres que as distinguem dos casos clássicos, ao discernir o modo de objetivação de ambas constata-se não uma identidade entre a via prussiana e o caso brasileiro, mas distinções, portanto duas formas particulares.

Desse modo, tomando a questão da grande propriedade rural, constata-se que na Alemanha ela tem sua origem no sistema feudal, enquanto no Brasil é oriunda do esquema colonial. Por outro lado, na Alemanha a industrialização é tardia, datando do final do

---

sua tese de doutorado, *O integralismo de Plínio Salgado. Forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. 2 ed. Santo André: Ad Hominem, 1999.

[61] Dentre os países que objetivaram o capitalismo pela via clássica podemos citar França e Inglaterra. A via prussiana se refere ao caminho alemão, italiano e japonês, entre outros. No que tange à via prussiana, estaremos nos detendo mais no caso alemão, para nos reportarmos diretamente às obras em que o próprio Marx tratou do assunto. Ver CHASIN, "A politicização da totalidade..." *op. cit.*, p. 154.

[62] *Id., ib.*, pp. 154-5.

[63] Isto porque, para Chasin, "o decisivo não é tanto o que um nome possa designar, 'mas como o objeto nomeado se objetiva, se individualiza, enquanto entidade social'". *Id., ib.*, p. 155.

século XIX, mas se torna autônoma e imperialista em pouco tempo; já no Brasil nasce noutro contexto histórico, em que as lutas imperialistas estão mais acirradas para disputarem o mercado mundial e já eclodiu uma revolução anticapitalista. Nessas condições históricas, a industrialização brasileira, *hiper-tardia*, jamais pode romper com sua estrutura subordinada, permanecendo caudatária das economias centrais. Ainda mais: no Brasil, a objetivação do capitalismo (como a alemã) também foi marcada pela ausência de processo revolucionário; entretanto, a conciliação entre o velho e novo não se deu da mesma forma da via prussiana e nem se trata do *mesmo* historicamente velho, pois a conciliação aqui ocorreu entre as distintas frações burguesas e não entre a burguesia e representantes dos resquícios feudais, já que o feudalismo jamais teve vigência em nossa formação social. Além disso, se tanto para a burguesia de via colonial quanto para a de via prussiana é impossível o exercício democrático do poder, a primeira não só deixa de realizar suas tarefas políticas quanto é incapaz de efetivar as econômicas, impossibilitada de romper com sua subordinação constitutiva[64]. Assim, esses e outros traços da configuração brasileira não apenas a distinguem dos casos clássicos, mas também da particularidade da "via prussiana".

A partir desses delineamentos iniciais e gerais, Chasin vai buscando a concreção da forma particular de objetivação do capitalismo brasileiro, através do exame de cada situação histórica, de modo a evidenciar a malha causal e determinativa do "modo de ser e ir sendo capitalismo". Nessa direção, mostra que a trajetória do capitalismo no Brasil tem sido marcada por uma sucessão de ciclos curtos de crescimento econômico e domínio autocrático, seja ela institucionalizado ou abertamente bonapartista, "pobre efetivamente de soluções econômicas de resolução nacional e carente de verdadeira tradição democrática"[65], que dizem respeito à gênese da estrutura colonial e perpassam toda a formação social brasileira. Tais ciclos, nossos "milagres", consistem num período de acumulação que atende aos interesses tanto do capital nacional quanto do estrangeiro, mas se esgota em função dos seus próprios mecanismos de funcionamento; isto porque se trata

---

[64] Enquanto a burguesia alemã efetivou a unificação nacional e monetária e a liberdade de associação, de profissão e de circulação, entre outras – ao mesmo tempo em que abria mão da democracia liberal –, a burguesia brasileira não só abdicou do mundo democrático-burguês como transferiu as tarefas de implantação do capitalismo industrial ao estado, que os realizou às vezes contra os interesses imediatos desta mesma burguesia, embora em acordo com seus interesses históricos.

[65] A exemplo do "'milagre' da cana-de-açúcar, o 'milagre' da mineração, o 'milagre' do café, e finalmente, dentro do 'milagre' da industrialização subordinada ao imperialismo, o menor e mais curto de todos, o 'milagre' de 1968-1973". CHASIN, "Conquistar a democracia pela base", *in Revista Temas de ciências humanas* n. 7. São Paulo, Ciências Humanas, 1979, p. 154.

de um capital *incompleto*, subordinado às economias centrais, de modo que uma fase de acumulação é substituída por outra de mesma lógica, repondo e modernizando o arcaico sem satisfazer as necessidades da maioria dos indivíduos. O que marca essa lógica de acumulação é a ausência de resoluções sociais, ou, mais precisamente, a base na qual se funda conta justamente pela exclusão de grandes parcelas da classe trabalhadora.

Em conjugação com os "milagres", erigem-se as "especificidades políticas", que marcam a estrutura de dominação autocrática: "Sem contar o período monárquico, que fala por si mesmo, montado que esteve sobre a mão-de-obra escrava, o período republicano, em sua primeira fase de pouco mais de 40 anos, fez vigorar a 'política dos governadores' – estrutura de poder autocrático, de fachada liberal-democrática, real ditadura das oligarquias rurais. A segunda metade da década de 30, depois de irrelevantes e pouquíssimos anos constitucionais, vê surgir a ditadura do Estado Novo, que só findará com o término do segundo conflito mundial em meados da década seguinte. Os anos 40 terminam com o governo constitucional de Dutra, sob o patrocínio da Constituição de 46 e da política imperialista da guerra fria, redundando em repressão geral, particularmente aos comunistas, que são postos na ilegalidade, com a cassação de todos os seus parlamentares, após curta existência legal. Do retorno de Vargas ao poder, por via eleitoral, até o golpe de 64 transcorrem os anos 'mais democráticos e liberais' da vida nacional. Menos, portanto, década e meia, através da qual a democracia vigente, com todas as suas limitações, foi várias vezes duramente atacada, e ao cabo da qual não se conseguiu firmar"[66].

De modo que a ausência de rupturas no plano material e social e o evolver de uma dada acumulação - que tem seu matrizamento fundado na subordinação constitutiva da formação social burguesa e na exclusão social - expressam a exigência de adequações políticas de cunho permanentemente autocrático. Dito de outro modo, a impossibilidade de autonomia nacional, bem como o peso da velha estrutura agrária, que originariamente se estruturou e se subordinou aos ditames do capital externo, são traços de uma formação nacional na qual conciliar o novo com o velho implica simultaneamente na exclusão das categorias do trabalho, donde a impossibilidade da forma democrática de dominação, uma vez que a inclusão econômica e política das massas pressuporia a ruptura com a "solução" conciliadora.

Tão "entrelaçadas" e "afinadas" com os "milagres" estão as especificidades políticas que a ditadura implementada em 1964 – cujo objetivo era garantir a continuidade

---

[66] *Id., ib.*, p. 154.

e o aprofundamento de uma lógica de acumulação que beneficiava o capital externo e excluía econômica e politicamente os segmentos do trabalho – entra em crise precisamente no momento em que o "milagre" de 1968-73 chega a seu termo; isto é, o "inchaço" da economia estava para a ditadura como a auto-reforma política do regime deflagrada pelo governo Geisel estava para o esgotamento do milagre, uma vez que a autocracia foi a forma encontrada para a reposição, em patamares mais modernos, da antiga conciliação entre o velho e o novo, perdendo sua base de sustentação e de legitimação no momento em que aquela fórmula inviabiliza-se consigo mesma.

De maneira que a via colonial determina duas características estruturalmente vinculadas: uma forma de acumulação que permite momentos de crescimento material e modernização, mas em contraposição ao desenvolvimento *social*, cuja equação exige uma forma de dominação política autocrática. Ou seja, o curso da via colonial vai engendrando uma burguesia estruturalmente débil, "conformando-se, assim, em permanecer nas condições de independência neocolonial ou de subordinação estrutural ao imperialismo", pelo que lhe aparece "completamente estranha a efetivação de um regime político democrático-liberal"[67]. Desta forma, os condicionantes internos e externos levam a burguesia brasileira a rechaçar a inclusão das categorias do trabalho, embora muito mais por aquilo que elas poderiam vir a ser. Assim, esta burguesia, "Determinada, histórica e estruturalmente /.../ desconhece a autonomia política e lhe é completamente estranho o encargo de universalizante político – não pode se ver e assumir, na particularidade de seus interesses, como representante de todas as categorias sociais, da sociedade em seu conjunto. Vedado-lhe o 'luxo' e o simulacro desta representação, mesmo na forma de pretensão clássica, dado que se encontra sempre, pela sua atrofia estrutural e pela época em que surge e se manifesta em seus desdobramentos, em confronto aberto com as categorias sociais que tem por baixo, enquanto mansamente se subordina ou concilia com aquelas que se emparelham na sua própria altura ou estão acima dela"[68].

A formação social engendrada pela via colonial vive e sobrevive sobre as oscilações do "capital metropolitano", reproduzindo o arcaico: a subsunção e a exclusão social. Por mais que seu capital se agigante e se modernize, está subsumido à lógica de desenvolvimento desigual e combinado do movimento contraditório da expansão mundial

---

[67] CHASIN, J. "As máquinas param, germina a democracia!" *In Revista Ensaio* n. 7. São Paulo: Escrita, 1980, pp. 128-9.

[68] CHASIN, J. "'¿Hasta Cuando?' A Propósito das Eleições de Novembro", *in Revista Ensaio* n. 10. São Paulo: Escrita, 1982, pp. 127-8.

do capital[69]. Por isso o capital determinado pela via colonial tende a atuar sempre como "receptor" para as "exercitações" do capital superproduzido, que necessita cada vez mais alargar os espaços de sua atuação. Ou seja, cada estágio de modernização do "capital atrófico" é a reiteração da condição de receptor ou de sua natureza arcaica[70].

Ocorre, ainda, que o evolver constitutivo da dupla debilidade do capitalismo brasileiro – sua incompletude e a ausência de exercício democrático do poder burguês – *requer o componente politicista* enquanto "forma natural de procedimento". Vale chamar a atenção: tal componente político se impõe na medida em que a burguesia brasileira nasce não apenas numa situação interna desfavorável, mas num momento histórico em que suas congêneres ao nível mundial há muito tinham deixado para trás suas bandeiras revolucionárias e se tornado conservadoras, quando se viram confrontadas com o movimento operário – e com mais forte razão quando se depararam com a emergência de experiências histórias que, em que pesem suas limitações e contrafações, efetivaram mudanças que deixavam claro não só o principal inimigo da burguesia, mas os limites históricos desta classe. Em outros termos, ainda, a debilidade estrutural da burguesia brasileira e sua incompletude econômica de classe condicionam tanto uma forma política autocrática quanto o politicismo, isto é, a difusão da crença na possibilidade de resolver pela política problemas cuja gênese é econômico-social.

Assim sendo, a incompletude do capital vinca-se à subordinação que está na gênese dessa formação social o que resulta numa forma de desenvolvimento e numa equação interna permanentemente articulados pela modernização e conservação do arcaico, sob o influxo do capital dos países centrais. Em todos os momentos em que lhe foi apresentada a alternativa de rompimento com a subordinação, a burguesia igualmente amesquinhada sempre optou pela preservação de seus interesses, em comunhão com o grande capital, isto é, pela parceria na condição de "vassala" do grande capital externo, ao invés de orientar uma equação que rompa com a subordinação e que responda tanto aos seus interesses quanto aos da maioria da população[71].

---

[69] *Id., Ib.*, p. 41.

[70] Cabe ressaltar que essa constatação está em oposição radical com a chamada *teoria da modernização* que, desconhecendo ou negando formações desiguais e combinadas, supõe que seja possível o acabamento do capital através da "*vontade política* e competência tecnológica e administrativa em sua plena integração ao sistema internacional". Ignora, pois, que cada etapa de modernização e integralização mundial do capital engendrado pela via colonial exacerba seu caráter arcaico e subordinado, levando, assim, à reiteração de sua incompletude. CHASIN, "A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda", *in Revista Ensaio,* n. 17/18. São Paulo: Ensaio, 1989, p. 42.

[71] Não se deve esquecer, obviamente, que o caminho de desenvolvimento traçado pela via colonial nos informa, dilemas específicos de cada momento, resistências e titubeações mais ou menos aflorados quanto

Por outras palavras, a classe dominante no país, expoente de uma estrutura subordinada e subordinante, caudatária de outras burguesias, impossibilitada – e conformada com os limites de sua subsunção - de formular um projeto de re-ordenamento material que integre econômica e socialmente as massas (mesmo no interior dos estreitos limites do sistema capitalista) e impelida a garantir o exercício de sua dominação autocrática, tem de recorrer ao expediente politicista para subtrair do debate político todas as questões que ponham em xeque sua base de sustentação econômica. De modo que o politicismo torna-se sua "forma natural de procedimento", o que significa precisamente "tomar e compreender a totalidade do real exclusivamente pela sua dimensão política e, ao limite mais pobre, apenas de seu lado político-institucional". Ocorre que, ao desfigurar a realidade social, a concepção politicista orienta uma "política avessa", pois "Expulsa a economia da política ou, no mínimo, torna o processo econômico meramente paralelo ou derivado do andamento político /.../ jamais admitindo o caráter ontologicamente fundante e matrizador do econômico em relação ao político". Dessa forma, o politicismo, enquanto traço político constitutivo da incompletude de classe da burguesia brasileira atua ao mesmo tempo "como freio e protetor" dessa mesma "estreiteza econômica e política da burguesia", que "Efetivamente subtrai o questionamento e a contestação à sua fórmula econômica, e aparentemente expõe o político a debate e ao 'aperfeiçoamento'" [72]. Assim, o politicismo constitui-se o mecanismo pelo qual a burguesia se antecipa à crítica e ao questionamento de sua base de sustentação econômica, cerceando com isso as possibilidades de ruptura pelas categorias do trabalho de sua estrutura autocrática de dominação, uma vez que esta se assenta precisamente na exclusão econômica e política das categorias do trabalho.

Assim, e chamando a atenção para o que linhas acima foi registrado, a análise de Chasin da forma de ser e ir sendo do capitalismo no Brasil e da natureza de classe que lhe dá suporte ancora-se na descoberta marxiana da determinação da política pela sociedade civil, o que implica no reconhecimento do caráter onto-prático do homem, isto é, os homens são a expressão *do que* e do *como* produzem seu modo de vida, atividade que implica um conjunto ordenado e mediado por determinadas relações e manifestações sociais, entre elas a política. Desta forma, a maneira de ser da burguesia brasileira corresponde precisamente às condições e ao modo pelo qual esta classe realiza o conjunto

---

ao itinerário que não invalidam seus traços gerais, mas dão a conhecer condições e respostas variadas em cada período.

[72] CHASIN, "'¿Hasta Cuando?' ...", op. cit., pp. 7-8.

de suas atividades (econômicas, culturais, políticas etc.) que integram uma mesma totalidade social e expressam uma dada forma de ser; daí que aja no âmbito político de acordo com os seus interesses de classe, tal como eles se expressam na sociedade civil, o que leva a considerar uma impropriedade atribuir-lhe uma expressão ou a possibilidade do exercício de poder democrático como se a vigência deste obedecesse a um mecanismo à parte, isolado ou paralelo, dos vários modos de ser particulares das classes dominantes.

Em países como o Brasil, cuja formação capitalista é estruturalmente débil, a burguesia não realiza suas tarefas econômicas e políticas, isto é, ela nunca foi e nunca pretendeu ser autônoma e soberana, mantendo-se caudatária, em termos econômicos, de outras burguesias e tendo no conservantismo autocrático os limites de sua expressão política. Ou seja, sua estrutura subordinada aos centros hegemônicos do capital internacional, não a impede de exercer sua dominação, pelo contrário, ela encontra no dispositivo autocrático do Estado a única forma de viabilizar sua dominação. Da eficácia dessa dominação depende a mencionada exclusão das massas populares. A forma específica de hegemonia burguesa brasileira necessita do politicismo enquanto componente, tanto quanto precisa do exercício do poder por parte das várias frações burguesas, uma vez que a burguesia industrial, dada a sua estreiteza estrutural, concilia com os segmentos agroexportadores, oriundos da subordinação constitutiva que matriza o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

O politicismo, enquanto forma de exercício do poder político da burguesia brasileira, manifesta-se com certa flexibilidade de acordo com o momento histórico e com os interesses da classe que o empunha, oscilando, assim, em graus variados, do bonapartismo (ditadura) à autocracia institucionalizada, mantendo em ambos os casos a essência da forma particular de dominação burguesa. Ou seja, "a institucionalização da autocracia burguesia é a expressão jurídica do politicismo, quanto o bonapartismo é sua expressão explicitamente armada, na exata medida em que ambos são formas (no plural) de poder político de uma mesma forma de capital, de um mesmo modo de ser capitalista, que o politicismo sintetiza. /.../ Resultam, pois, dois pólos para a genuína dominação capitalista no Brasil: a truculência de classe manifesta e a imposição de classe velada ou semivelada", excluída a possibilidade da hegemonia burguesa num "quadro integracionista e participativo de todas as categorias sociais, que caracteriza, com todos seus limites conhecidos, a dominação de tipo democrático-liberal"[73]. A estreiteza da burguesia

[73] CHASIN, "'Hasta Cuando?'...", *op. cit.*, p. 11. Não cabe aqui enveredar pelas distinções existentes entre a particularidade do bonapartismo brasileiro e o bonapartismo em sua expressão clássica; os lineamentos da

brasileira, determinada pela sua subordinação constitutiva, é que a faz articular a esfera política abstraindo-a do conjunto da realidade social, como esfera autônoma e determinante. As burguesias expoentes das formações clássicas, ainda que no limites históricos de sua classe, realizaram suas tarefas econômicas; as de países retardatários – impossibilitadas de construir um estado democrático, não revolucionárias e comungado da mesma ilusão – também realizaram suas tarefas econômicas, tornando-se no decorrer do processo autônomas economicamente. Já a burguesia de países como o Brasil, hípertardios, subordinados, ao contrário de todas as citadas, não cumpre nenhuma de suas tarefas de classe, restando-lhe apenas o politicismo como expressão ideal e prática do mundo burguês. O politicismo burguês diz respeito, portanto, à *forma de ser* e *ir sendo* da burguesia brasileira, cuja debilidade e incompletude econômica geram duas expressões correlatas: um estilo de dominação ao mesmo tempo subordinado e autocrático que encontra no politicismo sua forma de procedimento. Adita-se a isso o fato de que a incapacidade da burguesia do capital atrófico de se projetar como agente transformador tem de inverter o sentido preciso da transformação em *manipulação*, este se convertendo em componente cada vez mais necessário para as mudanças ou processos de modernização feitos pelo alto. Ou seja, trata-se de uma forma de atuação que sempre opera nos limites da imediaticidade de modo que "A atividade manipuladora resulta, portanto, numa mudança que sustenta e reafirma a natureza da estrutura e dos fatores que a integram, reproduzindo os lugares sociais dos atores no complexo". É certo que a "inteligência da manipulação" é um traço típico da burguesia contemporânea e não um componente privilegiado da burguesia do capital atrófico, contudo, vale salientar, esta diferente da burguesia clássica, que substituiu a inteligência da transformação de outrora pela manipulação, nasce e se projeta apenas contando com a "inteligência da manipulação" meio incontornável do seu

---

via colonial do capitalismo brasileiro indicam o quão separadas estão. Mas há uma dimensão no estado bonapartista que extrapola as particularidades históricas, uma vez que ele se erige em qualquer situação como aparato guardião da ordem burguesa, quando esta se vê ameaçada e constrangida para avançar no seu processo de acumulação. Segundo Francisco de Oliveira, no caso brasileiro: "Bonaparte emerge, e Bonaparte tem espada, e Bonaparte corta os nós górdios que obstaculizam a acumulação de capital, nós górdios que eram formados pelas antigas relações entre o tripé das forças produtivas e as classes sociais dominadas. A história do pós-64 é, pela força de Bonaparte, o aprofundamento das tendências que já estavam anunciadas e que já estavam dadas, de certa forma, pela configuração estrutural da própria economia, isto é, pelo tripé que se havia formado. A política econômica pós-64 vai ser, de um lado, a busca incessante de consolidar e aperfeiçoar, e sedimentar de forma mais acabada, os contornos de um controle monopolístico da economia brasileira, ao nível das forças produtivas e, do outro lado, dando novos saltos no processo de acumulação, estabelecendo uma nova relação no tripé com as classes sociais dominadas. Essa nova relação é, como sempre, em qualquer sistema capitalista, uma relação de força, mas cuja forma é agora diferente". *In Economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1989, p. 120.

ser precisamente assim, impossibilitada, pois, de levar a frente processo de transformação que de fato supere o historicamente velho, ou como afirma Chasin "enquanto a inteligência manipuladora é a reprodução possível da completude da burguesia do centro, na periferia é a produção da integralização impossível do capital subordinado" [74].

Este é, pois, o chão social no qual se projeta ou tem tentado se erguer a esquerda brasileira, contudo vale um rápido exercício comparativo, e lembrar que a esquerda dos países de capitalismo avançado surge precisamente a partir de 1830, momento em que, segundo Marx, a burguesia havia realizado suas perspectivas políticas de 1789 e abandonado seus ideais humanitários, como afirma, "Foi em 1830 que acabou por realizar os seus desejos de 1789, com uma diferença no entanto: com a sua formação política acabada, a burguesia liberal já não acreditava poder atingir o estado ideal através do estado representativo constitucional, já não aspirava à salvação do mundo nem ao fins humanos universais: pelo contrário, tinha reconhecido nesse regime a expressão oficial do seu poder exclusivo e a consagração política dos seus interesses particulares"[75]. De modo que as primeiras lutas que os trabalhadores travam contra a burguesia têm como referência principal a radicalização dos ideais que a própria burguesia havia descartado. A esquerda que irá se formar nesses países, a partir do século passado, tem, portanto, atrás de si, uma longa trajetória revolucionária da classe burguesa e o "novo mundo" criado a partir dela, que a esquerda pretende revolucionar no *ir além* do capital[76].

Situação esta muito distinta da de países como o Brasil, que se problematiza ainda mais por uma renúncia à independência teórica, ou seja, como afirma Chasin, "A crítica prática e teórica dos trabalhadores, aqui, não principiou por onde os proprietários haviam concluído. Estes não só não haviam terminado, como não podiam *terminar* nunca". Mas a esquerda nacional, além de iniciar suas atividades numa realidade aquém daquela dos países clássicos acaba por tomar, para si, as bandeiras que seriam da burguesia e com isso "não atina para a natureza específica do solo em que pisa, nem para a peculiaridade de postura e encargo que este chão dela demanda e a ela confere"[77].

---

[74] CHASIN, J. "A miséria da república dos cruzados", *Revista Ensaio* 15/16, São Paulo: Ensaio, 1986, p.10.

[75] MARX, Karl. *A sagrada família ou Crítica da crítica crítica*. Lisboa: Editorial Presença, pp. 186-7.

[76] Referimo-nos aqui aos momentos mais significativos das manifestações da perspectiva do trabalho, especialmente as revoluções européias de 1848, a Comuna de Paris de 1871 e 1917, com a Revolução Russa. Ao mesmo tempo, indicamos a referência adotada para qualificação de esquerda, entendida como expressão da perspectiva de *superação* da sociabilidade capitalista.

[77] CHASIN, "A Esquerda e a Nova República", *op. cit.*, p. X.

De fato, a incompletude de classe da burguesa brasileira coloca sérios desafios para a formação da esquerda, mas a inobservância da particularidade do chão social no qual nasce é que a deixa desarmada a enfrentar as mazelas do capital atrófico, donde nunca se perguntar sobre as reais condições para a construção da democracia no país. Ou seja, uma vez que o ideal democrático não esteve e nem poderia estar no horizonte da burguesia autocrática e politicista, a democracia só pode ser um empreendimento da classe trabalhadora; se esta é o único agente, "a motivação e o direcionamento não permanecem voltados pura e simplesmente, para a objetivação de formas institucionais". Em outras palavras, uma equação democrática na perspectiva do trabalho implica no rompimento do politicismo, isto é, ruptura com as condições nas quais a autocracia burguesa se reproduz no país: a superexploração da força de trabalho, o que não significa, como assinala Chasin, "desprezo dos trabalhadores pelas franquias legais as mais elementares, ao contrário; mas, à medida que até mesmo estas só são dispositivos integralizáveis na proporção de sua interferência, têm de estar articuladas a matrizes mais substantivas: em primeiro lugar, às condições de salário e trabalho sob as quais, cada trabalhador e os trabalhadores em seu conjunto, na imediaticidade, são compelidos a produzir e reproduzir suas existências materiais"[78] . Ou seja, encetar o empreendimento no terreno próprio do capital, fundindo luta econômica com luta política.

Para finalizar, restam breves comentários sobre o critério de investigação adotado. Este consistiu na análise imanente dos escritos cardosianos. Tal procedimento, que não pressupõe a construção de modelos *a priori* e, portanto, descarta a imputação de traços e características exteriores e estranhos ao objeto em questão, procurou respeitar e apreender a própria natureza do pensamento de Fernando Henrique Cardoso, respeitando a lógica interna dos seus textos e discursos. Vale salientar que partimos do pressuposto de que "antes de interpretar ou criticar, é incontornavelmente necessário compreender e fazer prova de ter compreendido"[79]. Nesta direção, a realização da análise imanente ou estrutural corresponde ao trabalho de investigação que "encara o texto - a formação ideal - em sua consistência auto-significativa, aí compreendida toda a grade de vetores que o conformam, tanto positivos quanto negativos: o conjunto de suas afirmações, conexões e suficiências, como também as eventuais lacunas e incongruências que o perfaçam"[80]. Tal

[78] *Id.*, "Hasta cuando?", *op. cit.*, pp. 14-5.

[79] CHASIN, "Marx - Estatuto ontológico e resolução metodológica", *op. cit.*, p. 335.

[80] *Id.*, *ibid.*, p. 336.

procedimento de análise apóia-se nas indicações de Marx, segundo as quais a atividade intelectiva rigorosa significa a reprodução no pensamento da própria lógica do objeto examinado. Ou seja, o processo do conhecimento deve apreender a totalidade das determinações de um objeto, não importando a sua natureza, seja ela material, social ou ideal.

Em *Para a crítica da economia política – Introdução*, Marx, contrapondo-se ao método da economia política e evidenciando o modo pelo qual deve-se empreender uma análise científica, afirma: "O concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação"[81]. Cabe assinalar, contudo, que a reprodução do concreto no pensamento não obedece à mesma processualidade pela qual se objetivou, isto é, há uma distinção entre o processo do conhecimento e o de constituição do objeto ou da realidade. Ou seja, o processo de constituição das várias determinações da realidade ou do concreto tem um itinerário distinto do operado pelo processo do conhecimento que capta o objeto. Mas o concreto, que é a "síntese de múltiplas determinações", existe como tal independentemente do processo de conhecimento – portanto, a escavação ou investigação deve captar os elementos existentes no próprio objeto.

O concreto que aparece como resultado do processo do conhecimento é o seu ponto de partida, que deve ser captado pelo pensamento e deve coincidir, ao menos em termos aproximativos, com o real concreto em suas múltiplas determinações. De maneira que o concreto pensado ou o concreto produto da busca do conhecimento decorre de um processo de investigação que, ao partir do objeto real – através de "determinações abstratas"[82] , uma vez que a abstração é todo o movimento do pensar – inicia a escavação de suas especificidades, retirando-lhe determinações simples ou operando abstrações razoáveis, que fazem parte das "múltiplas determinações do concreto", estabelecendo suas formas de evolução e conexão. Isto é, ao fazer as abstrações e apreender as especificidades de cada coisa, é necessário articulá-las, pois do contrário teríamos um conjunto de abstrações caóticas. Assim, a partir desse processo de escavação das especificidades do objeto, é possível reproduzir idealmente (no pensamento) o processo do real. Ou seja,

---

[81] MARX, K. *Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. São Paulo, Abril Cultural, 1982, p. 14.

[82] *Id., ibid.*, p.14.

apreendem-se e se retêm no pensamento as várias especificidades, características, mediações e relações próprias do objeto, isto é, reconhecem-se no pensamento as características fundamentais do próprio objeto, que existem neste independentemente da concepção do sujeito que investiga.

De modo que o procedimento aqui adotado para exame da formação ideal – no caso em questão, do discurso cardosiano – não se prende a prévias orientações metodológicas, de cunho epistemológico, ou a problemas extrínsecos ao objeto, e absolutamente oposta a orientações irracionalistas que postulam a negação da própria possibilidade do conhecimento. Contrariamente, não parte de imputações de significados ao objeto, mas busca desvelar a sua natureza intrínseca e, para isso, submete-se analiticamente à própria lógica deste e por ele se orienta – em "subsunção da qual o pensamento se realiza, no empenho de capturar o *ente enquanto ente*, vale dizer, sem contaminar a coisa com exterioridades de qualquer origem ou natureza, incluídas as do próprio pensamento /.../ pois para a analítica marxiana a questão da possibilidade do saber é, desde logo, resolvida nesta esfera, ou seja, onto-praticamente, de modo positivo e categórico"[83]. O que não significa assumir alguma postura de natureza passiva ou a-crítica, mas um procedimento, com rigorosa honestidade intelectual, simultaneamente *ativo* e *crítico*, que se subsume à lógica do próprio objeto, único modo de desvelar sua natureza. Trata-se, portanto, do reconhecimento da possibilidade de apreender aquilo que de fato existe a partir do que está concretamente configurado, no caso, uma dada formação ideal, ao contrário de um procedimento de atribuição de significados. Aqui, pois, a orientação metodológica não teve seu percurso norteado por modelos gnosiológicos que instrumentalizassem o processo de investigação, e sim por uma conduta básica e decisiva: *o ponto de partida para a análise científica é o próprio objeto*, de modo que o processo de investigação implica uma subordinação à lógica interna deste.

[83] CHASIN, "Marx - Estatuto ontológico e resolução metodológica", *op. cit.* , p. 530.

Estruturação dos capítulos

Articulamos os capítulos dessa dissertação da seguinte maneira:

No Capítulo 1, centram-se as teses de Cardoso sobre o golpe militar de 1964, parametradas pela teoria do autoritarismo.

No Capítulo 2, desenvolvemos primeiramente as formulações do autor que embasam e fundamentam suas proposições a partir da "abertura política" promovida por E. Geisel, centradas no universo da politicidade. Em seguida, passamos em revista suas proposições de democracia; organização partidária e institucional; e suas teses acerca da desagregação da ditadura militar.

No Capítulo 3, abordamos suas posições durante o período de encerramento do Governo José Sarney, a articulação do PSDB e o novo quadro internacional surgido com a queda do leste europeu e a aceleração da globalização.

No Capítulo 4, destacamos suas reflexões acerca da derrocada do chamado socialismo real e as repercussões da nova ordem mundial sobre o pensamento de esquerda, encerrando esta parte com suas proposições para a renovação do ideário social-democrata.

No Capítulo 5, tratamos do conteúdo programático do projeto de modernização, no qual se destacam as propostas de abertura econômica, de alteração do modelo econômico e de reforma do estado. Ainda neste capítulo, examinamos o posicionamento de Cardoso em relação ao governo Collor.

Capítulo 1

A Ditadura militar e o capitalismo dependente-associado

Segundo Cardoso, a sucessão de golpes na América Latina, entre as décadas de 60 e 70, deu-se no momento em que alguns países passaram a enfrentar um duplo problema: a crise do chamado modelo populista-desenvolvimentista e os "desafios que a internacionalização da economia colocava às velhas crenças do nacionalismo autonomista" (DSDAL, p. 36). Embora o autor denomine o período anterior à intervenção militar como "populista" considera que o golpe interrompe a experiência democrática que teve vigência de 1945 a 1964, sobretudo durante a presidência de Goulart – isto é, "a forma adotada para a revogação do poder democrático foi a do 'golpe militar'". (DDAL, p. 134). Contudo, o padrão de dominação que daí emerge não será tratado pelo autor como ditadura, mas como "regime burocrático-autoritário"[1].

Uma das principais teses que perpassam toda a caracterização de Cardoso sobre o "regime burocrático-autoritário", da instauração até sua crise, é a de que a nova correlação de forças que surge após 64 permitirá um novo processo de modernização econômica no país. É certo que de acordo com ele, já durante o governo JK houve uma inflexão tanto na trajetória de desenvolvimento econômico brasileiro quanto no quadro da correlação de forças, uma vez que o processo de acumulação faz-se sob o aporte do capital externo, instaurando propriamente o capitalismo dependente-associado, de modo que o capital externo passa a contar naquela nova correlação de forças[2].

Em verdade, trata-se de uma nova etapa do desenvolvimento capitalista, que o autor designa como "internacionalização do mercado interno", cuja industrialização ocorre sob a forma do capitalismo monopólico, instaurando, portanto, uma dinâmica próxima à dos países avançados, não obstante, sem passar pelas mesmas etapas de desenvolvimento clássico. Esta nova etapa altera a estratégia de desenvolvimento anterior - que buscava "escapar da dependência externa" e garantir internamente a produção de bens de capital, a chamada indústria de base - e incorpora uma estrutura produtiva "já pronta", baseada fundamentalmente na produção de bens de consumo duráveis, notadamente do setor automobilístico, sob o aporte do capital externo. Instala-se um modelo de desenvolvimento

---

[1] Trata-se de uma definição incorporada por Cardoso, mas difundida por Guilherme O'Donnell, *in:* "Modernization and bureaucratic authoritarianism: studies in south american politics", 1973.

[2] Ver "Hegemonia burguesa e independência econômica: raízes estruturais da crise do populismo e do nacionalismo", *in*: CD, p. 75.

que, no dizer do autor, "começava por onde as economias avançadas terminavam, operava, portanto, de forma invertida". A industrialização que se desenvolve a partir daí é "'excludente' ou 'restritiva'", já que "não trouxe consigo maior participação social nos frutos do processo tecnológico" (AD, p. 74). Trata-se, assim, de uma industrialização voltada para a produção de bens de consumo e que atende a determinados setores da classe trabalhadora e da classe média, com uma política de concentração de renda e de contenção salarial. Esse tipo de industrialização, tal como no passado, não foi acompanhado por mudanças estruturais no tocante à questão da propriedade agrária e da redistribuição de rendas, o que não inviabiliza o processo de acumulação. De sorte que a "a característica de excludência da industrialização brasileira /.../ se baseia na concentração de renda mais do que na pretendida incapacidade de absorção da mão-de-obra devida à dependência e ao tipo de tecnologia que marcam a industrialização" (AD, p. 77).

Não obstante, ainda que durante o governo JK haja uma inflexão na orientação nacionalista, desenvolvimentista e redistributivista do período anterior, ainda segundo Cardoso, subsiste o esquema populista, sustentado pelo sistema político tradicional clientelista. Este não teria sido ameaçado, em grande medida, graças à exclusão das massas e ao aporte de capital estrangeiro que permitiu assegurar as taxas de acumulação, isto é, havia "expansão do sistema produtivo" (CD, p. 75). Em verdade, o autor caracteriza a estrutura de poder anterior ao golpe como dominação política patrimonialista, embora considerando democrática a fase de 1945-64, precisamente porque teria vigorado um sistema de aliança com os setores tradicionais e com as massas urbanas e rurais – estas últimas excluídas em termos econômicos ainda que ocasionalmente as primeiras lograssem alguma participação econômica, mas ambas "disponíveis" à manipulação pelo sistema político. De modo que, a despeito das mudanças efetivadas durante o governo JK, vigorou o esquema populista, ou seja, "a política da aliança PSD-PTB-grupos nacional-populista do período de Kubitschek, apesar da oposição da esquerda nacionalista, logrou consolidar o seu campo inicial de força e expandi-lo pela inclusão de capitais externos" (CD, p. 75). Assim, mesmo que a fase de desenvolvimento da era Vargas tenha se assentado no capital nacional e no estado e, diferentemente, a fase de desenvolvimento que se instaura com JK se sustentasse no aporte de capital externo, ambos mantiveram o esquema populista, ainda que alargado o campo de alianças.

Ocorre que, a partir de princípios dos anos 60, durante o governo João Goulart, que resgata a orientação política-econômica varguista, "As bases sociais e políticas sobre que assentava o regime populista /.../ começavam a deixar de corresponder, em forma variável,

aos setores de classe que controlavam as forças produtivas" (MPB, p. 54). A ascensão dos movimentos sociais e as propostas de reforma agrária, de redistribuição de renda e de controle do capital externo - que o governo Goulart, em certa medida, as respaldava - começaram a roer o sistema político "populista" à medida que iam inibindo novos investimentos externos. De maneira que, enquanto houve crescimento econômico, foi possível manter o "esquema populismo-desenvolvimentismo", mas, "À medida que a pressão popular tendeu a generalizar-se, atingindo as áreas assalariadas agrícolas e os setores não-industriais, a burguesia passou a assumir posições claramente antipopulistas" (CD, p. 72). Tal situação, portanto, que punha em risco a "dominação burguesa" e o estilo de desenvolvimento vigente, gerou a necessidade de intervenção das forças militares, que teve, inicialmente, um caráter de "contenção" e procurou sanar a situação de impasse econômico a que havia chegado o governo anterior.

A crise de hegemonia a que se assistiu, então, foi resolvida pela intervenção das forças armadas e a instauração de um "estado autoritário", que, para dar continuidade à acumulação interna de capitais, refez o sistema de aliança e por meio repressivo excluem as camadas sociais comprometidas com o sistema anterior[3].

Os militares, confirma Cardoso, aproveitando-se das condições externas favoráveis, uma vez que a expansão do capitalismo mundial oferecia possibilidades de industrialização na periferia, promoverão uma nova fase de acumulação no país. Para isso, o movimento de 64 rearticula o sistema de alianças, rompendo com a orientação nacionalista que sobrevivera no governo JK, embora este já tivesse implantado um novo padrão de acumulação, baseado na associação entre burguesia nacional e estrangeira e estado. Ao mesmo tempo, destroça as organizações políticas da classe trabalhadora, que durante o período "populista" tinham conseguido reduzir os efeitos negativos que aquela acumulação exercia sobre os seus salários, e promove políticas de contenção salarial[4]. Alija, assim, "as forças populares do sistema de decisões, como condição básica para acelerar a formação interna de capitais e assegurar seu controle através de grandes unidades produtivas monopólicas: estrangeiras, nacionais e eventualmente estatais" (CD, 1977, p. 77). Dessa maneira, visando a dar continuidade ao desenvolvimento econômico, os governos militares definem um conjunto de mecanismos para atrair o investimento externo e manter a exclusão dos setores populares – ou, mais precisamente, para dar

[3] Cf. também "Classes sociais e história: considerações metodológicas", *in*: AD, capítulo III.

[4] Ver, a esse respeito, especialmente MPB.

guarida ao padrão de desenvolvimento estabelece as normas que asseguram a dominação sobre as classes subalternas, e ao mesmo tempo, garantem um padrão de desenvolvimento – "limitado e orientado para satisfazer o consumo das classes de altas rendas" (MPB, p. 196). Observe-se que já nesta altura da análise Cardoso reconhece que o "novo regime" tem conseqüências negativas para a classe trabalhadora; como salientará mais tarde, o "regime autoritário" "tem base militar, se mantém pela violência e com uma política salarial repressiva" (IAP, p. 31).

No seu entender, porém, se é certo que os dilemas econômicos, próprios de uma economia dependente, façam parte das raízes estruturais do golpe de 64 ou da crise do regime "populista", não acredita "que 1964 estivesse inscrito inexoravelmente na lógica econômica da História. Antes penso que o processo político joga um papel ativo na definição do curso dos acontecimentos" (MPB, p. 65). Ou seja, se havia problemas econômicos e políticos no antigo governo que "radicalizaram as forças políticas e moveram as bases institucionais do regime, o movimento insurrecional foi uma das saídas possíveis e não a única, como se interpretaria a partir de uma visão economicista da história" (MPB, p. 65). Ora, se o autor tenta eliminar uma análise "economicista" do golpe militar, ele próprio não acreditava que havia possibilidade objetiva de outro caminho político e econômico: "Mas politicamente, nas condições atuais, que forças sociais implementariam o modelo alternativo?" Visto que foi descartada a alternativa de desenvolvimento nacional pela burguesia, já que esta optou pelo desenvolvimento dependente-associado, "como se implementaria um modelo capitalista sem os capitalistas, ou tendo-os a reboque de forças nacionalistas que sabem, de antemão, que não podem contar com a burguesia? Pela via de uma revolução da classe média?" (MPB, p. 65). Então, se nenhuma classe ou movimento social poderia levar a cabo uma alternativa ao golpe militar e ao modelo econômico adotado, a intervenção das forças armadas não teria se constituído na saída possível para resolver os impasses políticos e econômicos da situação anterior?

De todo modo, partindo do pressuposto de que "o processo político joga um papel ativo na definição do curso dos acontecimentos", o autor elabora um conjunto de argumentações para demonstrar que o fator decisivo para as mudanças econômicas e políticas operadas a partir de 1964 foi a definição de um novo sistema de alianças, liderado pela corporação militar e pela burocracia pública. Nessa direção, por exemplo, em termos do sistema político, o "novo autoritarismo" que vai prevalecer não estava posto como projeto claro entre todos aqueles que lideraram o movimento de 1964, e nem se pôs

de forma imediata. A rigor, o "autoritarismo" que prevaleceu "era um estado de espírito, mais do que um programa definido, sem deixar de ser, por isso, uma clara manifestação ideológica" (CD, p. 156).

A feição "autoritária" do novo regime foi, assim, constituindo-se ao longo dos primeiros anos da incursão militar e diferiu do projeto inicial: "o golpe de 1964 e as políticas inicialmente propostas (tanto econômicas quanto no plano institucional) não visavam deliberadamente a alcançar uma forma de estado e um regime burocrático-autoritário. Ao contrário, explicitamente a mobilização anti-Goulart foi feita para restabelecer o primado da ordem constitucional que se acreditava ameaçada pela base social chamada de 'pelego comunista'" (CD, p. 216). Assim, o golpe militar de 1964 foi efetivado "contra o risco da perda de controle da 'dominação burguesa'", mas, quando o regime "burocrático-autoritário" se instaura, a partir de 1968, aquela ameaça já não existia "E a economia já estava aquecida" (CD, p. 220). De modo que, como retomaremos posteriormente, a instauração, propriamente, do regime autoritário pesou menos sobre as "conseqüências" econômicas que a nova correlação de forças que surgiu em 64.

Cardoso salienta que não ocorreu a manutenção dos ideais democráticos nos quais se pautava parte das lideranças do movimento de 64, proprietários rurais, classe média, Igreja, partidos tradicionais e parcela das forças armadas estariam, de uma maneira ou outra, "comprometidos com a ideologia liberal conservadora e com os interesses do setor privado da economia". O que foi objetivado no plano econômico, por exemplo, diferiu das declarações dos líderes de 64, isto é, não houve a redução do setor produtivo do estado, que era visto por algumas lideranças do movimento como forma de racionalização do sistema econômico, mas a interferência cada vez maior do estado na vida econômica. Em nome da ordem democrática, visava-se a extirpar os setores subversivos e a ameaça comunista e, por outro lado, sanar a crise econômica, a inflação e assegurar as condições para a acumulação capitalista. A permanência das forças militares no poder seria transitória e circunstancial, pois "corretora" da situação de impasse a que havia chegado o governo anterior. Desse modo, o objetivo central da operação de 64 era reorganizar a sociedade e o estado em termos econômicos e políticos, de sorte que até o governo Costa e Silva o "estado burocrático-autoritário" "aparecia 'envergonhado'". Ou seja, os anos que antecedem a instauração do "regime autoritário" correspondem às disputas entre as duas facções no bloco do poder: a do grupo "castelista", que era favorável à institucionalização da "Revolução", que deveria desaguar na restauração do estado de direito, e a do grupo

"linha dura", que pretendia aprofundar e prolongar o regime de exceção, em nome da moralização do estado e da luta anticomunista.

Ao fim e ao cabo, as tentativas de institucionalização – tanto no governo Castelo quanto no de Costa e Silva – são destronadas pela linha dura. Em verdade, para Cardoso, este projeto que qualifica de "'modernização liberal-conservadora'" "ruiu tanto ao golpe dos segmentos 'duros' do movimento /.../ quanto graças à resistência do '*ancien régime*'" (CD, p. 217). Esta se expressou tanto em função das correções iniciais do estado em relação à política econômica, via gestão Roberto Campos (que além de garantir o arrocho salarial contrariava aqueles setores privados dependentes do estado e acostumados com suas benesses, isto é, os setores atrasados) quanto pela oposição das lideranças políticas do antigo sistema. O endurecimento do regime político foi, segundo ele, facilitado pela retomada do crescimento econômico - e não o inverso - e pela eclosão da luta armada. A mobilização dos movimentos sociais urbanos e o advento da luta armada foram a justificativa para uma nova empreitada repressiva e, com efeito, para a vitória dos "ultra". Esta facção, segundo Cardoso, "tinha um substrato real no pensamento elitista e no apego ao estatismo e à expansão burocrático-militar do estado. Viam, como Hegel, na burocracia a expressão 'civil' do estado e nas corporações civis o espírito 'estatal' capaz de redimir a sociedade" (CD, p. 165).

As disputas e resistências que marcaram os primeiros anos do golpe foram resolvidas a partir da consolidação de um novo pacto de dominação e da instauração do regime autoritário-burocrático, sob controle das forças armadas, isto é, saíram derrotadas aquelas frações que vislumbravam mudanças condizentes com os ideais do movimento de 64, isto é, "democratizantes". A entrada de G. Médici consolidou a ascensão das forças armadas como corporação, instaurando propriamente uma forma de dominação burocrática. Entretanto, observa Cardoso, as frações divergentes no seio das Forças Armadas conciliaram-se através de uma sucessão de compromissos, via pactos, pela hierarquia militar; não obstante, suas disputas permaneceram latentes no interior do estado, especialmente quanto à forma do regime, ao papel policial das forças armadas, enfim, quanto à forma institucional do modelo político. Por conta disso, a instauração do "regime burocrático-autoritário" assumiu um caráter híbrido, isto é, conforme o autor, diferentemente do autoritarismo burocrático de outros países latino-americanos, no Brasil mantêm-se, ao lado das práticas ditatoriais, alguns mecanismos institucionais, como o jogo

partidário, o Congresso etc.[5]. Enquanto houve crescimento econômico, as divergências entre o grupo dos "ultra" e o grupo liberal-conservador foram conciliadas. Passada a fase "esplendorosa" do autoritarismo, eles voltaram a se digladiar. De qualquer modo, a despeito do seu caráter "híbrido", uma vez instaurado, o regime político autoritário brasileiro passa a apresentar os seguintes traços, segundo o autor, "centralização crescente, em desmedro do espírito federativo (que era defendido pelos históricos de 64); preponderância do Executivo sobre os outros poderes (que, em certas circunstâncias, perdem substância e passam a cumprir funções quase ornamentais, mas de valioso simbolismo, como nas sucessões presidenciais); convivência entre a ordem jurídica (existe uma constituição) e o arbítrio corporificado no AI-5; censura à imprensa; condicionamento da cultura; em suma, um regime de liberdades prescritas cujo exercício é restrito" (CD, p. 156).

Importa reter, por ora, que, segundo o autor, a instauração do "regime autoritário" resulta de um reordenamento de todo o sistema de poder. Além da exclusão das massas, que por si só não garantiria a ruptura com o esquema anterior, a ascensão dos militares ao poder, que visava a promover os objetivos acima aludidos, deu-se através da supressão do "populismo como instrumento de mobilização e sustentação política" (CD, p. 152). Também houve a aplicação de políticas que acabaram expurgando ou marginalizando os setores tradicionais, inclusive parte daqueles que apoiaram o golpe de 64, enquadrando facções agraristas e os "empresários parasitas", fato que evidencia, segundo o autor, que as correções na vida econômica foram feitas fundamentalmente pelo estado, e não pelos ditames do livre mercado. Assim, a rearticulação política de 64, ao remover os obstáculos institucionais e políticos, deslocou os setores mais atrasados em benefício dos mais modernos, deu proeminência, pois, tanto às empresas multinacionais quanto àqueles que se vincularam a estas, mas também aos "setores das Forças Armadas e da tecnocracia que – por serem antipopulistas – estavam excluídos do sistema anterior, mas que em função de suas afinidades ideológicas e programáticas com o novo eixo de ordenação política e econômica constituíram-se em peça importante do regime atual: assumiram tanto funções repressivas no plano social, como modernizadoras no administrativo" (MPB, p. 54). O novo esquema de alianças que daí emergiu implantou uma forma de dominação

[5] Daí compartilhar, de certo modo, com a tese de Juan Linz, que qualifica o "regime mais como uma 'situação autoritária' do que propriamente como um regime autoritário" (CD, p. 156). Ver "The future of an Authoritarian situation or the institutionalization for an authoritarian Regime: The case of Brazil". In Alfred Stepan, ed., *Authoritarian Brazil: Origns, policies, and future*. New Haven: Yale Universsity Press, 1973.

burocrática na qual a participação dos setores da sociedade civil dependia de uma articulação com os militares e com os grupos tecnocráticos, que controlam agora o aparato do estado e que assumiram como seu projeto a continuidade e o aprofundamento do padrão de acumulação, já em curso durante o governo JK.

Tais mudanças, porém, segundo o autor, não significaram uma reposição do passado, mas uma inflexão econômica e política no país, já que "o eixo hegemônico do sistema de poder e a base dinâmica do sistema produtivo modificaram-se" (MPB, p. 54). Quer dizer, a remoção do antigo sistema político (o "populismo-nacionalista") é que permitiu a modernização do estado e a introdução de critérios de "racionalidade e competência", que por sua vez incidiram sobre a modernização da economia – os militares, então, acabaram cumprindo funções não apenas repressoras, mas também modernizadoras, ao nível do estado e da economia[6].

No fundo, uma das principais teses que Cardoso manterá, mesmo quando analisa a crise da ditadura militar e o processo de "democratização", é a de que o golpe de 64 teve um caráter modernizador, ou seja, ao remover os obstáculos - situados tanto dentro quanto fora do estado –, isto é, ao afastar "os empecilhos ideológicos e organizacionais que dificultavam a definição de políticas de associação entre o estado, as empresas nacionais e os trustes internacionais" (MPB, p. 71), permitiu a definição de políticas que efetivamente assegurara a modernização do estado e da economia, de modo que, para o autor, o golpe militar teve "conseqüências revolucionárias".

Desse modo, a despeito das justificativas e objetivos externados por aqueles que comandaram o processo inicial e do caráter repressivo do golpe militar, a nova correlação de forças que emergiu da movimentação política de 64 permitiria uma nova fase de acumulação capitalista em patamares mais avançados das forças produtivas, aprofundando o padrão de desenvolvimento baseado no dinamismo das grandes empresas oligopólicas, estrangeiras, nacionais e estatais. A partir do "milagre econômico", o "regime autoritário" alargou o processo de associação entre capital nacional, estrangeiro e estatal que consubstancia o chamado tripé da economia brasileira, isto é, aprofundou o processo de internacionalização da economia sob aquele padrão de acumulação instaurado durante o governo JK, consolidou, enfim, o capitalismo dependente-associado. De modo que o caráter "revolucionário" consagrado pelo regime autoritário-burocrático-militar consiste

[6] Mais tarde, Cardoso avalia que a "revolução" de 1964 não rompeu de fato com o autoritarismo tradicional, mas o repôs, pois "não resolveram o sistema político. Fizeram uma montagem do estilo tradicional. A versão nova do 'bico de pena'. Tudo vem de cima para baixo, como na República Velha" (IAP, p. 126).

precisamente no fato de que o novo sistema de alianças forneceu as condições necessárias à modernização do estado e da economia, colocando-a em compasso com o padrão de desenvolvimento capitalista mundial e reintegrando-a a esta.

Nessa direção, insiste o autor, o "regime" que se instaurou não era um desdobramento ou continuidade do padrão de desenvolvimento econômico e político do país ou dos traços de autoritarismo característicos da história brasileira, não se constituindo, pois, como "uma volta ao passado", dimensão esta que, segundo o autor, ninguém assimilou à época, nem mesmo os setores de esquerda. Ainda que o novo regime repusesse e aprofundasse a situação de dependência, sob a forma "autoritária", rompia com o passado na medida em que "expressa uma rearticulação política que se baseia em alterações no modelo social e econômico de desenvolvimento que prevalecia anteriormente. Nesse sentido, não fosse para evitar a confusão semântica e a manipulação política óbvia que ela permite, seria mais correto dizer que o golpe de 64 acabou por ter conseqüências 'revolucionárias' no plano econômico" (MPB, pp. 52-3).

Assim, o aspecto revolucionário da rearticulação política de 64 e do novo regime instaurado não residia na repressão perpetrada contra os movimentos sociais - mesmo porque esta possui em si um caráter reacionário, embora o golpe não tenha sido "integralmente contra-revolucionário", visto que não estava em curso um movimento revolucionário precisamente "pela falta dos instrumentos adequados para isso: metas claras, uma política não oportunista por parte dos grupos de esquerda" (MPB, p. 69). Sua configuração revolucionária estava no fato de que, ao expurgar ou marginalizar os setores que sustentavam o antigo regime, ao garantir uma nova fase de acumulação, o que pressupunha a "desarticulação dos instrumentos de pressão e defesa das classes populares" (MPB, p. 55), ao modernizar o aparato do estado, o movimento de 64 o fez em nome dos setores mais avançados, mais modernos, mais internacionalizados. Instaurou-se, a partir daí, uma nova situação de hegemonia, pautada pela correlação de forças entre os setores que representavam o capital externo (instalado diretamente ou em associação) e os que estavam alijados do sistema "populista": as forças armadas e a tecnocracia, ainda que o dinamismo do novo sistema seja dado pelos setores mais avançados, isto é, pela burguesia internacionalizada. Como afirma, "Em certas conjunturas a nova hegemonia de classe se exprime diretamente pela ação e pela palavra da burguesia local internacionalizada; noutras é o setor nacional-estatal composto por militares, funcionários ou técnicos que se faz ouvir. Em ambos casos, entretanto, os limites estruturais da ação estão dados pela relação entre o estado e a burguesia internacionalizada, sendo que se esta nem sempre é o

árbitro inconteste da situação, a arbitragem estatal não pode ultrapassar os limites dos interesses dos setores mais dinâmicos da burguesia" (AD, p. 131)[7].

É esta nova aliança – formada pela burguesia-internacionalizada e pelo tecnocratismo civil-militar, que afasta do bloco de poder os setores que outrora formavam a antiga aliança "populista" – que o autor denomina de "revolução burguesa dos países dependentes". Trata-se, no entender do autor, da revolução "possível" a uma burguesia que não se constitui como força político-social hegemônica, pois "A sua 'revolução' consiste em integrar-se no capitalismo internacional como associada e dependente. Lutando, naturalmente, para obter o máximo de proveito possível. Mas limitada por um processo objetivo: a acumulação capitalista nas economias dependentes não se completa" (MPB, pp. 53-71). Esse tipo de "revolução", típica de países subordinados, não mantém semelhanças com a revolução burguesa democrático-liberal de outras formações históricas. Mas não poderia ser de outro modo, uma vez que, sugere o autor, a burguesia brasileira está "limitada por um processo objetivo": "a acumulação capitalista nas economias dependentes não se completa". Assim, a rearticulação de 64 evidencia a "impossibilidade" de a burguesia nacional conduzir de forma hegemônica o processo de desenvolvimento e de transformação da sociedade, "já que seu papel é caudatário das multinacionais e do estado" (CEM, p. 106). Interpretando desse modo o golpe militar de 64, Cardoso parece nos sugerir que, ainda que "politicamente reacionário", que acabou desempenhando o papel que a burguesia deixou de cumprir, já que colocou a economia em compasso com a contemporaneidade capitalista, embora de maneira limitada, porque associada e dependente.

De todo modo, para o autor, o processo de industrialização a que se assistiu no Brasil e em vários países latino-americanos que se inseriram no sistema capitalista mundial assinala a situação específica de desenvolvimento na periferia sob a forma dependente. A partir da nova etapa de acumulação, sob o regime militar, explicita-se, segundo o autor, "o 'segredo' da forma de desenvolvimento dependente-associado: faz-se uma divisão de área de atuação que, sem eliminar a expansão dos setores controlados pela burguesia local, desloca-os dos setores-chave da economia, ou quando a burguesia local consegue manter-se neles é de forma associada e subordinada. Ao mesmo tempo, cresce a

[7] Cabe adiantar que essa caracterização diz respeito ao estado e não propriamente ao novo regime político. Como veremos, o autor adverte para a necessidade de distinguir estado (enquanto pacto de dominação) e regime político (a forma política que a dominação assume) para entender a dinâmica dessa nova hegemonia.

base econômica do setor estatal, que se endereça aos setores de infra-estrutura, e assegura-se às empresas multinacionais especialmente o controle dos bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos etc.) bem como parte importante no controle da produção e exportação de produtos primários, brutos ou semiindustrializados" (AD, p. 47).

Cardoso discorda, contudo, da idéia de que a burguesia nacional inexiste ou que mantém um papel desprezível na nova conjuntura, dado o seu grau de associação e de compromisso com o capital externo[8]. Em verdade, avalia que as novas condições desta fase de expansão do capitalismo dependente no Brasil redefiniram o papel do empresariado no novo sistema de alianças, de modo que, embora cumpram um papel caudatário, também estão representados politicamente: eles "tratam de influenciar e controlar determinados setores do estado, constituindo o que chamei de anéis burocráticos" (CEM, p. 106). Ademais, o potencial econômico brasileiro resultante, ainda que contraditório, do aprofundamento da internacionalização, coloca as burguesias locais numa posição reconhecidamente vantajosa, comparada à situação de algumas de suas congêneres latino-americanas.

De toda maneira, trata-se de um processo de modernização da estrutura produtiva interna – devido em grande medida à transferência de parte do parque produtivo internacional –; não obstante, essas economias permanecem dependentes, visto que não lograram a sua completude. Este inacabamento e a dependência decorrem do fato de que "o setor de produção de bens de produção não se desenvolve plenamente; não se desenvolveu plenamente até agora, pelo menos; ou seja, as economias continuam tendo uma vinculação estrutural com outras economias, e essa vinculação estrutural não é de interdependência, como muitos ideólogos propagam, mas continua sendo uma relação na qual a tecnologia vem de fora e na qual os setores mais dinâmicos da economia local dependem ainda do que ocorre nos países centrais" (CEM, p. 97). Por outro lado, nessa nova etapa de desenvolvimento do capitalismo dependente, sob o regime "autoritário", a despeito do seu caráter politicamente repressivo e da exclusão das massas, há um "certo dinamismo social", que é dado pela incorporação de outros segmentos sociais, isto é, o regime "coopta socialmente grupos importantes das classes médias e manipula símbolos nacional-integradores para mobilizar as massas urbanas" (AD, p. 130).

[8] Segundo Fernando Henrique Cardoso, o setor nacional é composto basicamente por: burguesia agrária, setor financeiro, contratistas de obras e, ainda, um que é parcialmente nacional, o setor de autopeças.

Cardoso reconhece que o processo de internacionalização do mercado interno, aprofundado durante a ditadura, foi duplamente excludente para as massas populares – argumenta que, em geral, o padrão desenvolvimento na periferia leva à formação de um mercado elitista e concentracionista, admitindo enfim que o regime autoritário "tem base militar, se mantém pela violência e com uma política salarial repressiva" (IAP, p. 31). O autor, entretanto, não acredita que a base de sustentação da nova fase de acumulação econômica fosse exclusivamente uma política salarial restritiva, já que "O aumento da produtividade – ou seja, da acumulação materializada em tecnologia – é essencial para explicar o processo. Essa acumulação tecnológica deu-se, como se verá adiante, através da utilização de recursos externos" (AD, p. 70). Ou seja, o que permitiu o investimento na periferia do sistema capitalista foi precisamente "a competição oligopólica entre as empresas internacionais que na luta para assegurarem mercados são levadas a investir no exterior e a espraiar pelo mundo a forma típica da competição oligopólica, baseada na administração de preços, mas também na permanente renovação tecnológica". Deste modo, "A mão-de-obra barata é apenas um fator e não o central nesta expansão. Não fora assim e na América Latina o Haiti e não o Brasil seria o pólo natural dos investimentos externos" (QP, p. 3).

Segundo Cardoso, para a conjuntura de 63-64 no Brasil vale o argumento de que a repressão e o desmantelamento das organizações da classe trabalhadora, o controle salarial e medidas afins foram favoráveis à acumulação de capital, mas isso não se aplica a qualquer situação, pois a dinâmica do capitalismo também depende "e decisivamente, da intensificação das forças produtivas (daí a importância da tecnologia e tendência ao aumento da composição orgânica do capital) e da concorrência entre as empresas, que leva, por sua vez, à inovação tecnológica" (CD, p. 230). Para ele, os adeptos da teoria da "superexploração", negligenciando esses fatores necessários à acumulação do capital, imaginam "que a acumulação depende exclusivamente da concorrência entre os próprios trabalhadores por emprego, da tendência à baixa dos salários reais e do controle das organizações sindicais para evitar pressões salariais (AD, p. 230)[9]. Mas "se esquecem também que o nervo do capitalismo avançado baseia-se na extração da mais-valia relativa

[9] Trata-se também de uma polêmica com Rui Mauro Marini, que pode ser vista na pesquisa de COTRIM, I. *O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso*, dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política, UNICAMP, 2001. O autor deixa evidente que uma das principais divergências entre Cardoso e Rui Mauro Marini reside justamente na questão da superexploração da força de trabalho, que para Marini constitui a forma encontrada para viabilizar acumulação no Brasil, dada, entre outras coisas, a baixa composição orgânica do capital no país "para além dos limites da mais-valia absoluta e relativa", IN "As polêmicas sobre a dependência", op., cit.

(decorrente do progresso técnico e não da superexploração da jornada de trabalho) e na competição (embora oligopólica) entre produtores" (AD, p. 14). Segundo nosso autor, houve "compressão salarial, especialmente entre 1964-68, mas sem reversão de monta até 1975" e, durante o período de *boom*, o estado repressivo permitiu uma política de contenção salarial que favoreceu a "intensificação da exploração da força de trabalho", que o autor atribui à ampliação da jornada de trabalho.

Cardoso acredita que isso "ajudou a recompor os fundos de acumulação das empresas e exerceu um efeito adicional de atração das empresas multinacionais" (PDMA, p. 32). Diferentemente, no entanto, de outros países periféricos – como Cingapura e Coréia – que se constituíram em plataformas de exportação, no Brasil o padrão de desenvolvimento dependente-associado levou à expansão do mercado interno, através do consumo interempresas, de setores públicos, de automóveis e eletrodomésticos, bem como de "bens de salário". Conformava-se, assim, um mercado interno suficientemente dinâmico, que "passa a ser fundamental tanto para garantir a circulação de mercadorias como para garantir a continuidade do processo produtivo" (ID, p. 38)[10]. Este "modelo de desenvolvimento" – além de depender do financiamento externo nas atividades produtivas – também contava com a participação decisiva do estado enquanto investidor direto e como instrumento que favorecia a criação de um mercado elitista; isso se fez através do desvio de fundos sociais da classe trabalhadora para financiar tanto o consumo das classes médias e altas quanto o das empresas privadas, de modo que "o crescimento econômico (inegável no caso brasileiro) não traz, em si mesmo, uma tendência à melhor distribuição de seus frutos. Estes se distribuem de acordo com a capacidade de pressão dos distintos grupos sociais e com os modelos de participação política que regulam aquela capacidade de pressão" (AD, p. 70)[11].

---

[10] Cabe observar que Cardoso atribui a ampliação do consumo de "bens de salário" ao aumento do contingente de trabalhadores na indústria o que levaria a ampliação do consumo neste setor, contudo, não chega a avaliar o desempenho produtivo deste setor no período examinado. Em verdade não chega a examinar propriamente o setor ligado à força de trabalho, de maneira que se trata de uma lacuna que como observou COTRIM: impede Cardoso de "aprofundar a análise sobre a superexploração do trabalho como necessidade da própria industrialização incompleta, do desenvolvimento possível, do capitalismo dependente". Vale registrar que COTRIM também observa o fato de que o termo "superexploração" utilizado por Cardoso não é idêntico à formulação marxiana: como "pagamento da força de trabalho abaixo do seu real valor", mas apenas a uma remuneração salarial aquém do capitalismo desenvolvimento ou a não inclusão do setor operário no mercado de trabalho.

[11] Cardoso entende que sempre houve uma baixa capacidade de pressão da classe trabalhadora, que só foi minorada nos momentos em que vigorou a chamada política populista. Nos momentos de repressão política, a capacidade de pressão dos trabalhadores declinou, pois foram proibidos seus mecanismos de organização e pressão.

Desse modo, a acumulação capitalista na periferia não depende simplesmente da exclusão ou da miséria de amplos segmentos da classe trabalhadora, mas da concorrência entre capitais, da utilização de tecnologia, da taxa de lucro. Ou seja, a despeito da exclusão social, há desenvolvimento, modernização produtiva, formação de um mercado de consumo interno, de modo que a miséria, em si, não faz parte da base de sustentação ou de viabilização da acumulação capitalista dependente. Nesse sentido, o autor considera que a forma de distribuição dos resultados da produção não é o elemento definidor do "modelo". Como afirma: "A redistribuição de renda, em si mesma, não constitui o pólo de um gradiente que distingue padrões de desenvolvimento e que teria no outro pólo políticas econômicas concentradoras de renda. Não. Em qualquer situação concreta que se tome, só pode haver crescimento e desenvolvimento se houver acumulação. Entretanto, esta acumulação pode fazer-se seja por meio da empresa privada ou por meio da empresa pública (ou então por intermédio de combinações entre ambas)" (MP, p. 15).

Assim, embora o autor reconheça que o tipo de industrialização aprofundado durante a ditadura era "'excludente' ou 'restritivo'" – uma vez que estava voltada para a produção de bens de consumo para atender a determinados setores da classe trabalhadora e da classe média – e não obstante também perceba as restrições econômicas e políticas impostas pela ditadura à classe trabalhadora, em sua concepção a distribuição não aparece como elemento definido pela produção: isto é, *o que e como se produz* não define *o para quem* se destina o produzido. De forma que, embora reconheça as mazelas sociais dele conseqüentes, não divisa uma possibilidade contrária de desenvolvimento, conformando-se com aquela alternativa escolhida. Assim, o padrão de acumulação consolidado com a internacionalização da economia e com a ditadura militar é mostrado pelo autor muito mais pelos seus aspectos "positivos" que pelos negativos; saliente-se aí a miséria social, cuja resolução atribui mais a condicionantes políticos que econômicos, uma vez que os resultados da produção dependerão da "capacidade de pressão" da classe trabalhadora – de sua organização política para reivindicar, então, a participação nos frutos do progresso.

Retomaremos essa discussão no próximo capítulo, por ora, é preciso evidenciar um pouco mais como autor caracteriza a nova situação de hegemonia e quais são os mecanismos políticos pelos quais passam a se articular os setores que ganharam proeminência a partir da movimentação política de 1964.

1.1. Hegemonia política e estrutura social no capitalismo dependente

Conforme Cardoso, a movimentação política de 64 contou com a participação da "burguesia nacional" que, optando por um rumo contrário aos ideais de autonomia, intentava, garantir o processo de acumulação em associação com o capital externo e excluir as "forças populares do sistema de decisões". Isto é, "na reconstituição do sistema de alianças desde a derrubada do governo Goulart, viu-se claramente que importantes setores industriais-financeiros articularam o golpe e se propuseram à busca de uma posição hegemônica" (CD, p. 76). Entretanto, no interior do novo sistema de alianças, a "burguesia nacional" exercerá inevitavelmente uma posição "caudatária dos grandes grupos monopólicos, ou como dependente do setor público" (CD, p. 78).

Assim, segundo o autor, para entender a natureza e o alcance das mudanças ocorridas a partir de 64, deve-se ter claro que "o movimento de 64 criou uma nova situação de hegemonia", porém "a hegemonia do bloco de poder se exerce de forma imediata sobre as classes dominantes (o que implica a distinção entre classe dominante e facção dirigente)" (CD, p. 162). Isto porque a incapacidade das classes dominantes de conter a pressão política dos movimentos sociais ou a "aceitação pela burguesia, no primeiro momento, do aumento da interferência militar para lograr aquele objetivo" acabou alijando os próprios setores burgueses do "sistema político formal". Ou seja, os militares tomaram medidas que, ao suprimir o "regime populista", acabaram extinguindo "a própria expressão política direta da burguesia", já que "o sistema de partidos ficou à margem do sistema de decisões e as formas de organização e pressão política da classe média e da burguesia, que nunca foram sólidos, passaram a depender de contatos e alianças com os grupos militares e tecnocráticos que ocupavam o estado" (MPB, p. 55)[12]. Assim, segundo Cardoso, se é certo que setores burgueses "articularam o golpe" e buscaram uma posição hegemônica no novo sistema de alianças, a transição política do período democrático anterior para o "regime autoritário" foi feita "por revoluções nas quais são as grandes organizações nacionais, como o exército e a burocracia pública, mais que as burguesias nacionais ou internacionais, que atuam e se reorganizam" (DDAL, p. 134). Essas novas forças dirigentes terão como missão a repressão e o fortalecimento da nação, via modelo de desenvolvimento dependente. O "modelo" político que daí emerge é "de dominação autocrática sob controle burocrático-militar e está assentado em bases

[12] Ver CRAAL, p. 61.

economicamente dinâmicas" (MPB, p. 79), que são oferecidas pelas grandes empresas, locais, estatais e multinacionais. Cabe esclarecer, contudo, que durante o governo Costa e Silva o autor utiliza-se da noção de "dominação burocrático-tecnocrática" para caracterizar o sistema político pós-64, visto que o novo sistema de poder passa a ser controlado pelas grandes burocracias: a ligada às multinacionais e a civil e militar. Posteriormente, o autor conclui que aquela noção é insuficiente para dar conta da nova dinâmica do estado e do regime, especialmente em virtude do papel estratégico que passa a desempenhar o setor produtivo do estado. Ou seja, para entender a natureza do novo estado é preciso "em primeiro lugar determinar quais sãos as bases de sua sustentação". Ocorre que a "base social do estado do capitalismo dependente foi gerada por ele mesmo, na medida em que sua função produtora /.../ criou um setor de empresários públicos" (EPPAL, p. 382). Isso ocorre, segundo o autor, porque, em face dos condicionantes externos, a resposta à necessidade de acumulação e aos desafios políticos postos pelos movimentos de contestação foi a construção de um estado que é ao mesmo tempo repressor e empresarial, de maneira que "O que dá possibilidade de dinamismo a esta forma estatal e o que a caracteriza *não é* o aspecto burocrático que pode ter assumido em alguns países /.../ e sim seu aspecto empresarial, o que o leva a aliar-se na produção às empresas multinacionais (EPPAL, p. 376). Assim, a análise do sistema político pós-64 implica, segundo o autor, em levar em conta a emergência do setor empresarial dentro do estado e, portanto, na "caracterização das forças sociais que estão por trás dos regimes autoritário-burocráticos" (AD, p. 40).

É nesse sentido que Cardoso, então, cunha, a noção de "burguesia de estado" para caracterizar essa base social e avançar na análise do regime "autoritário-burocrático" e, nessa medida, avaliar o jogo político que se assenta na aliança entre distintas forças sociais, na qual esta "nova categoria social" cumpre um papel estratégico. O autor reconhece que esta noção expressa uma contradição nos termos, uma vez que o conceito de burguesia implica numa forma de apropriação privada dos meios de produção, enquanto as empresas estatais são de patrimônio público. Mas, uma vez que o setor produtivo atua como capital e estabelece relações cada vez mais estreitas com o mercado, associando-se ao capital externo e cumprindo um papel dinâmico e modernizador na economia – já que introduz novas formas de acumulação do capitalismo internacional –, não é possível tomá-lo simplesmente como um setor público tradicional. Ou seja, suas funções extrapolam a dimensão da burocracia tradicional. Como explica, "Às vezes chamamos este setor 'burguesia estatal', para sublinhar que, ainda que não são

proprietários dos meios de produção, estes agentes sociais não são apenas burocratas nem implementam simplesmente o 'bem público' mas que sociologicamente atuam como 'funcionários do capital' na medida em que constituem a relação social de suporte da acumulação nas empresas estatais" (EPPAL, p. 382).

Assim no fundo, o importante não é o fato de a "burguesia de estado" não ser detentora dos instrumentos de produção, mas os interesses que a orientam e a forma de controle que ela exerce sobre as empresas e sobre as políticas de desenvolvimento e, por conseguinte, o tipo de controle político. Para nosso autor, "Dizer 'controlado pelo estado' é uma abstração. /.../ O importante é a relação, digamos, do controle das empresas". A título de palpite, ele afirma que "se apesar das mudanças de governo, e até mesmo de regime, tiver sido mantida de forma relativamente estável a camada de pessoas que tomam decisões nas empresas estatais, seria possível pensar que essas pessoas, esse grupo social /.../ poderia ser capaz de definir alguns objetivos a partir /.../ dos interesses do capital estatal" (EAL, p. 95).

Assim, a chamada "burguesia de estado" é tratada pelo autor como uma camada social gerada pela própria expansão do estado, mas que se transformou num setor político estratégico no processo de desenvolvimento e modernização pós-64. Este segmento social passa a definir políticas "próprias", orientadas por uma ideologia de expansão e fortalecimento do estado, isto é, ao nível do estado "busca-se uma 'autonomia relativa'. Essa baseia-se na pressuposição de que a capacidade reguladora de um estado cada vez mais forte limitará a ingerência interna das multinacionais, na diversificação da origem nacional dos capitais externos (japoneses, alemães, suecos etc, ao lado dos americanos) e na crença de que, apesar das vantagens que as empresas estrangeiras possuem no controle dos mercados externos, na introdução de novas tecnologias e na disposição de recursos estrangeiros, a firme decisão de criação de uma grande potência sob a égide do estado nacional garantirá os riscos do futuro" (AD, p. 48).

Em verdade, esta ideologia – que expressa um "nacional-estatismo" e que de alguma maneira aspira a soberania, buscando obter o controle de determinados setores produtivos e vantagens no cenário internacional, sem que por isso seja "nacional-populista" ou antiimperialista – se estende a outros dirigentes do estado, pois é tanto da ""burguesia de estado' quanto dos militares, técnicos e funcionários" (AD, p. 48). De acordo, então, com esses atributos, a "burguesia de estado", que faz parte da base social de sustentação econômica e política do novo estado e do novo regime, desenvolve interesses "próprios", em nome da nação ou do estado, que muitas vezes não coincidem com os

interesses do pacto de dominação vigente, isto é, com a aliança contraditória que expressa o estado brasileiro pós-64. Assim, a forma pela qual a "burguesia de estado" se relaciona com as empresas, bem como com as demais classes, confere-lhe uma dimensão que a simples adjetivação *burocracia* não explica, já "que se formou um setor de classe no conjunto dos interesses 'burgueses' – ou seja, capitalistas – que passou a disputar a hegemonia no bloco de poder formado pelas classes dominantes" (AD, p. 18). Como veremos posteriormente, Cardoso sugere uma aliança com esta camada social, cuja orientação ideológica é de talhe "nacional-estatista", para o processo de democratização do país.

Por hora, cabe ressaltar que, segundo nosso autor, a estrutura de poder montada a partir de 1964 passa a ser controlada por dois tipos de burocracia: a pública, que encerra as forças armadas e a "burguesia de estado"; e a da grande empresa privada, que representa as corporações multinacionais. A primeira atua no marco de defesa dos interesses da nação, a segunda responde aos interesses extranação; são os gerentes e administradores dos negócios do grande capital internacional, isto é, um setor social "basicamente técnico-burocrática que exerce, por controle remoto, o papel de representar o grande capital das multinacionais" (CEM, p. 97). Essas "estruturas burocráticas" se articulam através do que o autor denomina de "anéis burocráticos": são mecanismos políticos, internos ao aparato do estado, que se organizam sob a forma de "círculos de informação e pressão" e servem exclusivamente aos grupos de poder, isto é, por meio desses "anéis" se conectam os empresários, os funcionários do estado e os próprios militares, segundo interesses e objetivos diversos, não apenas econômicos. Esta nova forma de articulação entre estado e sociedade civil, porém, baseia-se em mecanismos de cooptação e não de representação, que permite "aos interesses privados estabelecerem suas raízes dentro do estado, mas só através de comissões ou grupos especiais de consultoria controlados por funcionários do estado (civis e militares)" (CRAAL, p. 50).

Assim, na medida em que o regime burocrático-autoritário não se baseia e não se sustenta em mecanismos de representação política, organizados no interior da sociedade civil, o sistema de anéis se transforma em mecanismo de pressão tanto dos setores privados, que se infiltram nos espaços (do estado) onde são decididas as políticas que lhes dizem respeito, como da burocracia pública, ligada às forças armadas e à burguesia de estado. Ou seja, o "mecanismo de anéis" atravessa as duas grandes burocracias, a pública e a privada, constituindo-se, assim, numa espécie de teia que vincula as diferentes facções, permitindo que tanto os setores da burocracia pública e estatal se liguem aos grupos de

interesses das empresas privadas (da burocracia privada que responde pelos interesses dos grandes conglomerados) e vice-versa. Desse modo, os "anéis burocráticos", ao substituírem o antigo sistema político e as formas de representatividade da sociedade civil nos quais as classes sociais se organizavam em torno do estado – suplantando, portanto, os mecanismos que permitiam a influência e pressão dos setores tradicionais (atrasados) e da classe trabalhadora, e garantindo, pois, que as decisões ficassem restritas "à cúpula" – viabilizam, dessa maneira, o alinhamento entre a "empresa pública" e a "empresa privada", de modo que "Não se trata do Estado Absoluto destruindo os barões, mas de uma reorganização e redistribuição de poder através do entrosamento dos 'anéis burocráticos' que fundem interesses privados e públicos" (AD, p. 184).

Dessa forma, a emergência dos "anéis burocráticos", que permite "criar instrumentos de luta político-burocrática no aparelho do estado" (CD, p. 174), viabiliza, então, interesses distintos e, por vezes, contraditórios e conflitantes entre aqueles setores que compõem o novo "pacto de dominação", que intentam dar continuidade ao processo de acumulação e sua integração com os grupos oligopólicos do capitalismo internacional. E, na medida em que tiveram êxito nessa empreitada, através das "organizações burocráticas" que fundem interesses públicos e privados, Cardoso questiona: "como manter a preeminência dos velhos temas, problemas e instituições que, no passado, caracterizam a 'vida política': partidos, sufrágio, representação, organização federativa etc?" (AD, p. 184). Ademais, como veremos, a burocratização das decisões é considerada pelo autor como uma tendência inerente ao processo de modernização no mundo contemporâneo, de modo que é preciso criar "contrapesos" políticos "às tendências que decorrem da natureza das grandes organizações burocráticas à manipulação, ao segredo, à não responsabilidade e à perversão autoritária" (AD, p. 185). Contudo, como veremos, os "contrapesos" sugeridos pelo autor não ultrapassam uma nova forma institucional, no interior da qual sejam criados mecanismos políticos que controlem as burocracias e o estado.

De todo modo, as mudanças que se operaram nas instituições e no estado pós-64 não foram feitas para o fortalecimento dos instrumentos políticos autônomos dos setores privados modernos, que passaram a "depender de contatos e alianças com os grupos militares e tecnocráticos que ocupavam o estado" (MPB, p. 55). Em verdade, "o caráter dependente da economia brasileira e a tradição centralizadora e burocratizante do estado brasileiro acabariam por redefinir o quadro institucional". Este se reorganizou e formou "um sistema híbrido que, atendendo aos interesses do capital monopólico /.../ tratou de

fortalecer, ao mesmo tempo, a Empresa Pública e de ampliar a área decisória do Governo e sua capacidade de controle sobre a sociedade civil" (AD, p. 198). De fato, conforme o autor, regime imposto após 64, ao eliminar os obstáculos ao desenvolvimento capitalista, isto é, ao dissolver o antigo sistema político e ao excluir política e economicamente as massas populares, e ainda que tenha alijado politicamente a burguesia, aplicou políticas condizentes com os setores mais dinâmicos desta classe, em suas faces local e estrangeira, e desse modo permitiu um processo de modernização tanto do estado quanto da economia, colocando esta em compasso com o capitalismo avançado.

O estado, porém, foi além deste intento, uma vez que o sistema de anéis fusiona os interesses privados e públicos, isto é, se de um lado a rearticulação política não pôs em xeque o modelo de desenvolvimento dependente-associado, mas ao contrário, de outro, no interior desse novo padrão de dominação, "cabem, inclusive, pressões nacionalistas. À condição de que se mantenha o caráter 'associado' do desenvolvimento e /.../ um estado forte" (MPB, p. 79). De maneira que a rearticulação política de 64 possibilitou "a formulação de um modelo de desenvolvimento e um regime político" compatíveis com interesses distintos e, por vezes, contraditórios - nacionais, estrangeiros e estatais - precisamente porque eliminou "inimigos maiores, estes sim, antagônicos, representados pela ameaça de uma política favorável às classes populares" (MPB, p. 68). Visto por este ângulo, o estado, ao dar guarida a expectativas de cunho nacionalista, não pode ser pensado simplesmente como expressão dos interesses dominantes ou como "a mera expressão de uma parcialidade", pois, como afirma, "Não fosse assim, de fato o estado seria, sem rebuços, o 'comitê executivo da burguesia' (neste caso, do capitalismo internacional) e os militares, o braço armado da oligarquia" (MPB, p. 68). Ao contrário, para o autor, o estado pós-64 é o "comitê executivo de um pacto de dominação que expressa a aliança entre "funcionários (militares e civis), 'burguesia de estado' (ou seja, executivos e *policy-markers* das empresas estatais), grande empresariado privado (nacional e estrangeiro) e os setores das 'novas classes médias' a ele ligados" (AD, p. 215).

Caracterizando desse modo as mudanças operadas a partir de 64, Cardoso nos põe diante de um movimento político que parece operar com uma certa margem de autonomia em relação às classes. Vemos uma movimentação política, liderada pelas forças burocráticas, que, ao destronar o antigo sistema político, ao alijar a classe trabalhadora, as oposições etc., assegura os interesses das classes dominantes (setores modernos), mas ao mesmo tempo fortalece o estado a tal ponto de este poder ir para além dos interesses

privados. Desta maneira, ainda que reconheça que a burguesia está "limitada" por uma situação objetiva – já que "a acumulação capitalista nas economias dependentes não se completa" (MPB, pp. 53-71) e o caráter caudatário desta classe foi aprofundado com o processo de internacionalização –, o autor entende o golpe militar de 64 como uma rearticulação política, em termos de novas alianças que, em contraposição ao antigo sistema de poder, oferece condições mais apropriadas para o avanço do processo de desenvolvimento, e não como a expressão propriamente da debilidade estrutural da burguesia. Do mesmo modo, a prevalência do "modelo de desenvolvimento associado" não aparece como resultado do conjunto de vicissitudes históricas e estruturais que conformaram a burguesia e o tipo de acumulação que lhe diz respeito, mas como oriundo de uma rearticulação política imposta pelos militares.

De qualquer maneira, partindo do pressuposto de que o estado "não é a mera expressão de uma parcialidade", Cardoso considera equivocadas as interpretações que postulavam que o estado pós-64 se transformaria em guardião dos interesses internacionais. Viu-se que os resultados do movimento de 64 não corresponderam às orientações de suas principais lideranças, pois as políticas econômicas implementadas, longe de limitar a expansão do estado na economia, mantiveram e acentuaram a sua interferência, dotando-o de uma forte capacidade de investimento e regulação econômica, a tal ponto que o estado brasileiro entrou em confronto com outros países e gerou, como veremos, formas de resistência, ainda que equivocadas, segundo o autor, por parte da burguesia local. De maneira que tal processo teria amplas conseqüências econômicas e políticas, razão pela qual o autor freqüentemente assinala a importância de pensar esse novo caráter do estado para os processos de mudanças na sociedade brasileira, incluindo o de democratização. O autor entende, é certo, que o papel que o estado assumiu na história do desenvolvimento econômico brasileiro e sua expansão no pós-64 "não é resultado da definição ideológica dos que estão no poder, mas responde a um problema estrutural" (CEM, p. 104)[13]. Trata-se de um processo requerido muito mais pelas exigências do desenvolvimento dependente-associado que pela forma de regime político, embora esta tenha influído no processo. Ademais, não se trata de ocorrência tipicamente brasileira, é compartilhada por outros países latino-americanos, como México, Peru e Venezuela. Entretanto, o que lhe chama a atenção são as perspectivas políticas e econômicas que se

[13] Entende, por exemplo, que, embora setores como petroquímica e siderurgia tenham sido o resultado de "políticas da nação", o estado vai assumindo o controle destes e de outros em função da deficiência de acumulação do próprio capital privado.

abrem a partir desse processo, mais que as razões de fundo para o fortalecimento do estado.

O importante, então, para o autor é verificar que durante o regime militar os empreendimentos estatais ganharam não apenas em magnitude, mas também em posição estratégica. Até meados dos anos 50, as inversões estatais provinham de taxas e impostos, agora elas advêm da própria acumulação estatal em ramos como petroquímica, mineração etc. Além disso, a partir da nova etapa de acumulação, sob o regime militar, o setor público aumentou sua participação na formação do capital fixo em geral. Como registra o autor, "Cerca de 65% do capital adicional novo de cada ano vem do setor estatal; e metade disso, de empresas estatais" (CEM, p. 98). Por outro lado, os empreendimentos estatais passaram a priorizar a associação com os monopólios internacionais como forma de garantir a produção, o consumo e a renovação tecnológica. Como assinala, "O caráter de estado empresário e de estado associado economicamente com as forças imperialistas, sem ser politicamente um estado-associado, deu a forma estatal contemporânea um significado distinto do que teve em meados dos anos 50" (EPPAL, p. 376)[14].

Entende-se, com isso, que o autor veja como positiva a posição do estado na nova etapa de desenvolvimento brasileiro, visto que a associação com os grandes grupos internacionais permite assegurar tanto a introdução de novas técnicas de produção como reduzir a ingerência externa, já que o estado pode diversificar a origem dos capitais e, com isso, contrabalançar o controle monopólico internacional da economia. Chega a afirmar, por exemplo: "Está-se ultrapassando a etapa em que a produção de bens de consumo durável, simbolizada pela produção automotriz, representava a vanguarda do desenvolvimento industrial" (AD, p. 47), já que o novo dinamismo poderia tender também "na direção da grande siderurgia, da exportação de produtos semi-industrializados e dos minérios"[15]. Adverte, contudo, que isso "não significará a carta de alforria da dependência, que alentaria expansões de mercado a serem incentivadas pelos estados nacionais, mas sim que na nova divisão internacional da produção o país busca obter vantagens relativas (e as está conseguindo) sob o guarda-chuva protetor da associação com as multinacionais de

[14] O texto "Estado y processo político en América Latina" é um *post scriptum* escrito por Cardoso e Enzo Faletto para as edições inglesa e alemã e para uma nova edição castelhana do livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, em 1976.

[15] Trata-se de uma reorientação econômica em que Cardoso, de fato, apostou, pois considerava que o regime militar deveria ter acelerado a produção desses setores na "época das vacas gordas", questão que abordaremos no próximo capítulo.

distintos países" (AD, p. 61)[16]. Ou seja, essa nova orientação do estado não redimiria a economia brasileira das contradições do desenvolvimento dependente-associado, entretanto, a despeito das ressalvas do autor, o fato é que ele parece compartilhar das perspectivas de "autonomia" que acima imputou à "burguesia de estado" e à burocracia militar, o que implica arrefecer o aprofundamento da dependência e da subordinação da economia brasileira pós-1964.

Cardoso reconhece, no entanto, que, enquanto houve expansão e aumento do patrimônio estatal e enquanto a seções da burguesia nacional foram deslocadas, embora estas também tenham se expandido, o capital externo passou a controlar setores estratégicos da economia, isto é, a hegemonia é do capital monopólico internacional, pois "as empresas estrangeiras controlam entre 40% ou 50% dos grupos, segundo a medição tanto do ativo fixo, o patrimônio líquido, o emprego ou o faturamento" (EPPAL, p. 377). Isto porque, como já foi aludido, na divisão de áreas de atuação, o "'filet mignon' da economia coube às empresas estrangeiras" (AD, p. 46), situação esta que expressa, como bem reconhece o autor, a forma de "desenvolvimento dependente-associado".

Mas ressalta freqüentemente que, se de um lado o desenvolvimento econômico – na situação atual de dependência – exige que o estado se expanda para garantir os suportes de acumulação privada local e estrangeira, de outro, isso leva a uma ampliação da capacidade do estado na tomada de decisões. Afirma, inclusive, ao fazer um balanço do processo de industrialização no Brasil e outros países latino-americanos, após dez anos da publicação de *Dependência e desenvolvimento*, que "*Strito sensu* aumentou a capacidade de vários estados latino-americanos para atuar. Neste aspecto, havia 'menos dependência'. Nossa preocupação não é, contudo, medir os graus de dependência nesses termos – que são abstratos porque não se colocam o 'para quem'?" (EPPAL, p. 375). Cardoso responde que o estado, ao atuar como "empresário e repressor", separa-se da nação, toma os

[16] Segundo Cardoso, há outros fatores externos deram margem às aspirações de "autonomia relativa" no Brasil: "a quebra da bipolaridade mundial, a desaparição das expectativas de enfrentamento militar entre a URSS e USA, e a presença da China no cenário mundial". Ou seja, o fim da Guerra Fria e o realinhamento político das potências econômicas na década de sessenta abriram novas possibilidades para a política externa das economias nacionais, isto é, lhes ofereceram uma maior margem de manobra no cenário internacional, isto é "conduziram os governos brasileiros, depois de 1968, a definir uma política internacional que se separa da política externa norte-americana, em alguns pontos importantes: não se firmou o Acordo Atômico, subscrevendo posteriormente um acordo com Alemanha para a construção de reatores atômicos e transferência de tecnologia nuclear; uma declaração unilateral (como a de outros países da região) de soberania sobre as águas territoriais até 200 milhas; acordos com países árabes devidos a pressão exercida pela necessidade de importar petróleo e, mais recentemente, em 1974, reconhecimento do MPLA em Angola, país com o qual os governos brasileiros intentam há anos negociar acordos econômicos" (EPPAL, p. 373). Além disso, o Brasil "intensificou relações, não só políticas mas basicamente econômicas, com Alemanha, Japão e África" (EPPAL, p. 372).

interesses da empresa como se fossem nacionais e se alheia aos anseios da maioria da população. Contudo, na medida em que se trata de um processo contraditório – já que estado, ao se converter num mecanismo para a acumulação privada, acaba se fortalecendo, aumentando, pois, sua ingerência sobre a economia e buscando ampliar a sua soberania – o importante, em sua concepção, é detectar os conflitos que ocorrem ao redor do estado, isto é, o "jogo político" que se encerra num tipo de estado "empresarial repressivo", que tem de, "contraditória e simultaneamente", responder às necessidades de acumulação nacional e internacional e às necessidades de desenvolvimento com soberania das burocracias empresariais e das classes dirigentes. Em certos momentos, o interesse em ampliar o espaço de atuação do estado leva à disputa de determinados setores, de maneira que, conclui o autor, "a luta política em torno do estado resume o essencial da forma de dependência; o estilo de desenvolvimento e de sociedades alternativas dependem da resolução do problema do estado" (EPPAL, p. 375).

Com isso, Cardoso vai operando com ambiguidades: de um lado, assinala a positividade posta pela internacionalização da economia, cujo enlace propicia uma dinâmica modernizadora para a economia do país, o fortalecimento do mercado interno e a preservação de espaço para manobras tanto ao nível interno quanto externo – já que o "regime autoritário" possibilitou a compatibilidade do fortalecimento da empresa pública e também da privada (a despeito dos eventuais choques) e pelo fato de os militares definirem política em nome da Nação. De outro, mostra que esse mesmo processo de internacionalização dá-se sob forma inconclusa e dependente do capital, uma vez que o setor de bens de capital não se desenvolve plenamente, ficando o seu controle e financiamento nas mãos do capital estrangeiro. Donde resulta, por conseguinte, que na divisão de áreas produtivas o "'filet mignon'" da economia local ficou com o grande capital estrangeiro. Ainda assim, porém, o autor nos assegura que, no final das contas, o estado se fortaleceu – aliás, o alvo para o qual se dirigem suas formulações é esta instituição, pois considera que as alternativas possíveis estarão circunscritas a ela, ou melhor, nenhuma alternativa política pode se pôr sem considerá-la, bem como ao seu reordenamento.

Assim, para o autor, os "regimes autoritários" não foram determinantes na expansão do estado, mas acabaram por reforçar essas forcas sociais uma vez que as burocracias públicas civis e militares se beneficiaram da forma autoritária e tentaram fortalecer a base econômica do estado enquanto aparato político, isto é, elas não cumprem "meramente a função de comitê executivo da burguesia. Elas cumprem o que chamei de

funções de quadro do comitê executivo do pacto de dominação, mas aderem a este com títulos próprios" (AD, p. 217). A nova camada social – a "burguesia de estado" – que emerge da expansão do estado, cuja base de poder é de certo modo diferenciada, pode se chocar com a atuação do governo que, por sua vez, tem de enfrentar e respaldar os interesses dos demais grupos que sustentam o pacto de dominação, de modo que o estado deve ser pensado "como facções em luta política" (AD, p. 182).

Embora o autor, por vezes, coloque em termos de "palpite" as considerações acerca desse segmento social (a burguesia de estado), advertindo que são necessárias pesquisas empíricas para avaliar o verdadeiro alcance político dessa nova camada social, isso não arrefece a importância que confere em muitos momentos a esse setor, como novo *condottiere* do estado, ao lado dos militares. Um ponto parece claro ao autor, desde o início: esse segmento, imbuído de um "nacional-estatismo", teria condições para até certo ponto definir políticas internas de desenvolvimento e limitar as ingerências externas, a despeito de se associar com o capital externo.

O peso político que o autor atribui a esta camada social elucida-se um pouco mais quando observamos sua tematização sobre o papel desempenhado pela burocracia na formação do estado brasileiro (e latino-americano). Por certo, tratam-se de dois conceitos distintos, mas não estão desvinculados, uma vez que a origem da "burguesia de estado" é burocrática, e parece que esta condição foi lhe conferindo aquele substrato ideológico.

Ou seja, a formação do estado-nação na América Latina esteve, desde o início, segundo o autor, marcada por uma dupla contradição, primeiro porque o exercício da soberania esteve limitado pelas relações internacionais, que repuseram os laços de dependência; em segundo lugar, ao se fundar numa sociedade ainda escravocrata, não pôde assumir plenamente o componente ideológico de representação dos interesses gerais, pois a ordem interna não estava fundada no princípio da "igualdade formal entre os indivíduos". Ou seja, as formas de dominação tradicional de cunho autoritário que o estado foi assumindo continuaram a invalidar a aplicação do conceito de estado liberal, nos moldes em que esse se formou no solo europeu. Para o caso brasileiro, o autor acresce a essa dupla contradição o fato de que a constituição do estado nacional independente herdou o aparato estatal, incluindo a burocracia, que fora trazido com a transferência da família real para o país. A organização da vida nacional, feita durante o Império, contou com o aparelho burocrático imperial, de maneira que os elementos de disciplina, de ordenação jurídica e territorial, enfim, os elementos civilizatórios foram sendo constituídos por uma ampla participação da burocracia (civil e militar). Esse corpo

burocrático foi evoluindo no decorrer da história brasileira e influindo cada vez mais no aparelho do estado, cumprindo inclusive as suas funções ideológicas, que "não são meras mistificações, elas envolvem também a crença nos valores que as engendraram. Os funcionários que fazem parte da burocracia judiciária não podem deixar de crer, por exemplo, que todo cidadão é igual perante a lei" (EAL, p. 86)[17].

E, na medida em que o estado foi se expandindo e assumindo setores produtivos, formou-se uma burocracia civil de profissionais liberais e técnicos que foi participando cada vez mais do aparelho estatal e se identificando com certos interesses deste, em termos de acumulação etc., de modo que o autor acredita, a título de "palpite", que se aquela camada social que comanda as empresas estatais (burguesia de estado) tiver sido mantida apesar das mudanças de governo e de regime, ela poderia definir objetivos "de acordo com os interesses do estado" (EAL, pp. 94-5). A posição estratégica desses setores ainda se justifica pelo fato de que as empresas estatais têm uma certa influência no próprio ciclo de acumulação, "têm uma posição estratégica na economia brasileira, suficientemente até agora, até certo ponto, para se contrapor a certos efeitos baixíssimos ou a certos efeitos de expansão, segundo decisões tomadas a nível das empresas" (CEM, p. 98). Para Cardoso, existiria aí uma base a partir da qual seria possível pensar numa alternativa de mudança.

Avaliando, assim, a trajetória histórica das burocracias, o autor conclui que estas não apenas fizeram parte da constituição do estado brasileiro como é impossível pensá-lo sem ela. Ou melhor, o estado não é uma mera expressão das classes dominantes: ele encerra várias dimensões, entre elas uma burocracia. Com isto não se quer, adverte o autor, tomar o estado a partir da superestrutura ou negar o seu caráter de classe, mas reconhecer que o estado extrapola o "comitê-executivo" da burguesia. Como se vê, trata-se de uma tese reiteradamente defendida por Cardoso; o estado não se constitui apenas como instrumento da dominação de classes; "Sim, é o suporte da exploração de classes, mas ao mesmo tempo é outra coisa. É também uma barreira para essa exploração de classes, é contraditório" (SE, p. 34).

Quanto ao papel da "burguesia de estado", Cardoso adverte, todavia que o papel dessa nova camada social não pode ser tomado como um substituto ao que burguesia nacional deixou de cumprir. Como afirma, "Aqui o problema central diz respeito,

[17] Vale registrar que, segundo o autor, "a elite industrial-imigrante, nos anos 30, estava muito distanciada do poder. É por essas razões que ela não gerou objetivos políticos globais: ela não tinha possibilidade de manejar o estado e o estado se motivava, basicamente, - vou simplificar – por duas forças: o exército e a classe média profissional liberal" (EAL, p. 93).

novamente, à autonomia política desse setor. Não creio que se possa dizer: então agora, já que a burguesia nacional não é capaz de assumir um papel transformador, chegou a vez da 'burguesia estatal'" (CEM, p. 106). Entretanto, suas indicações sugerem atributos e alternativas para este grupo que dificultam a aceitação de sua advertência.

Parece-nos, ademais, que o fato de no interior do estado aparecer essa categoria – a burguesia de estado, com esses atributos – permite-lhe supor (desconsiderando a natureza da vinculação entre a economia local e o sistema internacional, vale dizer, a dependência e a subordinação) que é possível reorientar o processo não a partir deste segmento, mas a partir do estado[18].

De todo modo, considera que "Na realização das políticas de acumulação e desenvolvimento, ainda que o quadro burocrático de dominação possa estar nas mãos de uma tecno-burocracia ou da corporação militar (juntas ou isoladamente) a natureza da relação estatal dominante se revela pelo fortalecimento da aliança, acima referida, entre empresariado local, associado às multinacionais, as empresas estrangeiras e o setor produtivo estatal" (EPPAL, p. 375).

Por mais que essas relações não sejam destituídas de divergências e contradições, não são "antagônicas" a ponto de se romper aquela aliança básica pela qual esses grupos exercem o seu domínio sobre o resto da sociedade. Enquanto houver crescimento econômico é possível manter o alinhamento entre esses setores, a despeito das fricções no interior da aliança, de modo que, assevera, não tem sentido pensar que uma aliança entre empresários e estado contra as multinacionais seja o caminho a seguir para resolver os problemas sociais, já que esses setores, apesar dos conflitos, solidarizam-se: "eu nunca escrevi nem jamais pensei que a transformação da qual poderá resultar maior bem-estar para o povo dependa deste choque" (CEM, p. 104). Além disso, não acredita que a expansão do estado estivesse levando a um desenvolvimento autônomo das estatais, como os próprios dados demonstram em relação à composição e ao controle dos setores produtivos, "inclusive tem ocorrido o contrário", de modo que "A tendência não tem sido para um desenvolvimento independente nem eu estou pregando isso. Eu não sou favorável a um estado forte, só os nacional-fascistas o são. Sou favorável a um estado que responda ao conjunto dos indivíduos que o constituem, portanto, a um estado democrático" (CEM,

[18] Veremos no próximo capítulo como, por exemplo, aposta no II PND proposto por Geisel, sugerindo que a "burguesia de estado" e os "tecnocratas" com alguma "consciência nacional" poderiam apoiar aquele projeto, mas através de uma aliança na qual obtivessem apoio popular.

p. 107)[19]. Donde considera "difícil uma evolução em favor da maioria baseada no setor estatal, se este continuar a se comportar como até agora. Como poderá se comportar de outra maneira? Se houver forças de outro tipo que pesem na cena política. Deixado a si mesmo o setor estatal vai gerar simplesmente o crescimento das estatais, não será jamais responsável perante a opinião pública" (CEM, p. 107)[20].

Isso não significa, entretanto, que deixe de apostar num reordenamento político e econômico a partir do estado e que chegue mesmo a evocar uma aliança com os setores estatais, de modo a reverter o processo. Não se trata, evidentemente, da postulação de uma perspectiva de autonomia que implique um acirramento dos conflitos entre o estado (ou a "burguesia de estado") e as empresas multinacionais, mas de garantir as condições políticas, em termos de alianças, em direção à democratização. Neste sentido, para o autor, não cabe inferir as conseqüências políticas a partir do que a "burguesia de estado" é, em si, mas da correlação de forças que pode surgir a partir de uma aliança com esses setores: "Em ciências sociais não se pode analisar um objeto – ou um sujeito, no caso – atribuindo-lhe certas características essenciais e, a partir delas, definir o curso da história. /.../ Na análise sociológica é sempre assim, não se pode analisar o papel das classes por seus atributos específicos, mas em função de como, no movimento da história, na luta por atingir certos objetivos, umas entram em relações com as outras e conseguem ou não impor certos caminhos[21]. Suponhamos, por absurdo, que amanhã se proponha um modelo de desenvolvimento político e uma forma de participação política que leve onde as empresas estatais se transformem no *pivot* de uma alteração que propicie a diminuição das diferenças de rendas no Brasil e a mobilização política das camadas populares. Aí, então, essa mesma gente que está na direção das empresas estatais ganharia um novo contorno, um outro conteúdo" (CEM, p. 107).

---

[19] Ademais, "suas agências fundamentais de crescimento como o BNDE e mesmo a política de preços, de compras de expansão em *joint ventures* das empresas estatais, constituem componente fundamental do sistema de acumulação capitalista" (PDMA, p. 59).

[20] Não é desnecessário registrar que, nesse aspecto, Cardoso parece divergir de algumas propostas de estatização que surgiram no interior do MDB: "Nesse ponto, critiquei, amplamente, o estatismo e o que chamei de 'burguesia do estado', ou seja, a burocracia econômica herdeira do autoritarismo político e filha dileta dos monopólios oficiais" (DMPTE, p. 149). "A esquerda tradicional era a favor da burguesia de estado. Claro que a expressão é uma contradição nos termos. Usei-a de propósito. Não se pode ser ao mesmo tempo burguesia e estado. Usei-a para mostrar que o estado perde a sua capacidade de defender o bem comum, de ser universal, passou a ser apropriado por um setor de classe, o funcionalismo, que tem a ver com as empresas estatais e que se alia ao setor produtivo local. Sempre fui contra isso e a favor da sociedade civil, a favor dos movimentos sociais" (MP, p. 53).

[21] Note-se que sua análise das classes sociais não passa prioritariamente pelo papel que elas ocupam na produção, mas o que elas são depende da relação social.

Existiriam, assim, condições no interior do estado a partir das quais "outros grupos redirecionassem mais tarde o processo" (EAL, p. 95). Esses "outros grupos" poderiam ser também de militares, com inclinações nacionalistas e em condições de jogar no processo político: "Imagine-se que algum setor militar quisesse redirecionar o processo político brasileiro fazendo a ligação entre as empresas do estado e os interesses do povo. A base está aí, existe base para isso" (EAL, p. 96). Mas também poderiam ser formados pela oposição, isto é, Cardoso passa a sugerir que aqueles que são favoráveis à democratização possam se alinhar a uma parcela do estado. Como afirma, "não vejo porque eliminar de um processo de democratização a possibilidade de que o setor estatal produtivo, por exemplo, possa alinhar-se ao lado daqueles que querem a democratização. Eu não vejo porque alienar, por outro lado, a parte do setor estatal que se choca com o interesse estrangeiro num processo de transformação substantiva. Julgar o estado em bloco é jogar a criança com a água do banho; perde-se mais do que se ganha, nesse processo. O jogo é muito mais sutil do que à primeira vista parece" (EAL, p. 97). Como veremos em outros momentos, para Cardoso importa mais a equação política, isto é, a definição das alianças políticas que lhe parecem possíveis para levar à frente o processo de democratização do regime que um novo direcionamento econômico a favor das massas – estas, inclusive, não aparecem como personagens centrais. Dito de outro modo, o autor não indica uma equação na qual estejam presentes as categorias do trabalho, para fazer o que sugere ser uma "ligação entre as empresas do estado e os interesses do povo".

1.2. Caracterização do "regime burocrático-autoritário"

Chegamos a um ponto que nos permite adentrar no campo da teoria do autoritarismo. Dentro dos limites da nossa pesquisa, entretanto, não é possível rastrear a ampla bibliografia existente sobre este tema e, com isso, demarcar qual foi efetivamente a contribuição específica que Cardoso nesta área e em que medida suas postulações se diferenciam daquelas formuladas por outros adeptos desse conceito.

Cabe aqui apenas apontar que, na esteira do trabalho de Juan J. Linz[22] sobre o governo franquista, seguiram-se outros que difundiram na América Latina a noção de autoritarismo, ou o conceito de autoritarismo burocrático, para analisar o conjunto de

[22] LINS, Juan J. "An authoritarian regime: Spain", publicado em 1964. Ver também desse autor, "The Future of an Authoritarian Situation of the Institutionalization of an Authoritarian Regime: The Case of Brazil". *Authoritarian Brazil: Origins, Policies and Future.* New Haven: Yale University Press, 1973.

países latino-americanos que sofreram golpes militares entre os anos 60 e 70. Para Juan Linz, o autoritarismo é a expressão de uma "situação autoritária", cujas características situam-se numa situação intermediária entre totalitarismo (fascismo) e a democracia.

Ainda que os autores desse universo teórico não compartilhem integralmente das mesmas teses, ao menos num ponto parecem não divergir da idéia de J. Linz: o autoritarismo não é *idêntico* ao totalitarismo. O argentino Guilhermo O'Donnel foi, certamente, o teórico que mais sistematizou a noção de autoritarismo-burocrático, ocupando-se, por exemplo, de estudos comparativos entre as experiências argentina (1966-70 e pós-1976) e brasileira (pós-64). Apesar de empregar este conceito também para os casos do Chile e do Uruguai (pós-1973), descarta, posteriormente, o México do grupo de países sob "regimes burocrático-autoritários"[23]. Cardoso, por seu turno, não tem estudos sistemáticos a esse respeito e suas contribuições estão dispersas em vários trabalhos, notadamente sobre a experiência brasileira e ocasionalmente sobre as de outros países latino-americanos, fato que dificulta a análise de suas teses. Tentaremos agora, após a exposição sobre o caso brasileiro, definir em termos aproximativos os contornos mais gerais de sua teorização e mostrar em que medida a adjetivação *regime burocrático-autoritário*, pode, conforme sua interpretação ser empregada.

Vimos que Cardoso trata a ditadura militar que se instaura após 1964 como *regime autoritário*, agregando a esta noção o qualificativo "burocrático" em virtude de o eixo de poder ser controlado por burocracias, públicas e privadas, aditando ainda o conceito de "burguesia de estado". Contudo, é preciso observar que o autoritarismo, segundo o autor, perpassou a história brasileira desde a sua formação original até alcançar o estilo de desenvolvimento dependente-associado, de modo que este "acomoda-se a uma estrutura política que nunca foi democrática e que se formou no solo ibérico e dele foi transplantada para a América sem jamais ter sido realmente européia, no sentido de que o desenvolvimento capitalista e a revolução burguesa não a modificaram plenamente. Não obstante, também a forma deste autoritarismo variou, desde o paternalismo autocrático do império, passando pela forma oligárquica republicana da 'democracia de elites' e pelo populismo autoritário (às vezes beirando o fascismo), até o atual autoritarismo tecnocrático" (AD, p. 12).

---

[23] Um resumo de suas principais teses e de reformulações feitas ao longo de seus trabalhos, bem como as especificidades das abordagens de outros autores, podem ser vistos em COLLIER, David, *in: O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, caps. 1 e 9. Remetemos, ainda, o leitor interessado ao livro de Florestan Fernandes *Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo*. São Paulo, Hucitec, 1979, no qual questiona as bases desta teoria.

Existiria, pois, um caudal autoritário na estrutura sociopolítica brasileira, que sobreviveu às principais mudanças econômicas e políticas do país, cujas raízes residiriam no patrimonialismo pré-independentista; este, por sua vez, deve ser entendido, segundo o autor, também à luz da ideologia do "patrimonialismo católico", uma vez que o viés paternalista prevalecente é mais típico do catolicismo do que do individualismo protestante. Esse estilo de patrimonialismo é mais negativo porque menos responsável, já que imprime uma ética do "grupo" ou do "coletivo", distinta da ética da "responsabilidade individual", esta mais próxima do protestantismo. De maneira, que sob este prisma, as instituições e especialmente o estado são encarados como instâncias "benevolentes", isto é, de modo paternalista.

Evidentemente, a referência para a caracterização da estrutura sociopolítica brasileira é o modelo liberal, cujos mecanismos de representação, no dizer do autor, nunca se enraizaram na vida política do país, ou seja, a sociedade civil sempre se mostrou frágil em relação ao estado. Mesmo com a aceleração do processo de industrialização e de urbanização, no despontar dos anos 30, o estilo "populista", que vigorou a partir daí, longe de romper com o patrimonialismo anterior o manteve, recriando, pois, um movimento político de cima para baixo e repondo os setores e o caráter tradicional de poder, no qual a relação entre estado e massas populares (ou entre massas e grupos de poder) dá-se sob a forma manipulatória. De modo que, a despeito das alterações significativas no seio da vida urbana, dos realinhamentos entre as classes e do jogo político que se instaura, apesar da existência de instituições representativas, como partidos e sindicatos, o estado continua sendo o pólo central ou o elemento de "legitimidade" das relações políticas.

A nova fase de desenvolvimento capitalista, sob o impulso do capital monopólico internacional e sob a nova correlação de forças imprimida pelos militares, se suplantou as formas políticas mais arcaicas (como a do "populismo"), não deu lugar à formação do capitalismo competitivo, que nos países centrais foi a base para a emergência do liberalismo democrático. Em vez disso, sucedeu-a um processo de modernização através da burocratização dos eixos do poder, de modo que, "do ponto de vista do regime político, passa-se do patrimonialismo anterior para um regime de tipo autoritário (civil ou militar) que encontra no capitalismo oligopolista seu nervo vital" (AD, pp. 161-2). No fundo, prevalece a idéia de que o longo período patrimonialista pesou sobre a formação da sociedade civil, obstando o enraizamento da democracia representativa – existindo, pois, um "autoritarismo tradicional" anterior à emergência do autoritarismo tenocrático ou ao regime burocrático-autoritário.

Cardoso sugere ainda que a própria esquerda não ficou imune a essa herança patrimonialista ou a este "autoritarismo tradicional", que se incrustou no âmago da sociedade, afirmando que esta se refaz tanto no seio da burguesia quanto no das oposições, ao sentenciar que, "Quando as novas formas de sociedade tentam crescer a partir do *élan* capitalista, é no estado e na empresa (bem como na inter-relação entre ambos) que o burocratismo e a ausência da 'pressão da base' penetram mais fundamente. Quando a nova sociedade tenta impor-se pela via teoricamente mais luminosa do socialismo, é no Partido e no Sindicato que as tendências à estagnação, à rotina, ao 'tecnicismo' burocrático se apresentam como mais vigor" (AD, pp. 161-2).

Cardoso adverte, porém, que não se trata de postular um "culturalismo" para explicar a natureza específica do autoritarismo burocrático, isto é, a ausência histórica de uma sociedade civil forte e autônoma e de regimes democráticos estáveis - ou a prevalência de formas autoritárias do passado - não explica o "novo autoritarismo", nem no Brasil nem na América Latina. Como se viu, o regime que se instaurou no país após 1964 "não teve o caráter de volta ao passado", aspecto este despercebido pelos setores de esquerda, por não reconhecerem a face modernizadora da incursão militar.

De maneira que a instauração do regime burocrático-autoritário não foi um desdobramento linear do desenvolvimento econômico e nem um continuísmo do sistema político, ou seja, a ausência de democracias estáveis não é suficiente para explicar a emergência da atual forma de autoritarismo. Como foi visto, a nova correlação de forças que surgiu do movimento de 64 acabou por alterar as bases do regime anterior e acabou incidindo sobre os rumos econômicos. Isso não significa, no seu entender, que não exista um movimento político típico das estruturas econômicas prevalecentes no processo histórico brasileiro, mas é necessário verificar os mecanismos internos do estado e das formas políticas que ele adota.

Na verdade, na medida em que Cardoso avança na teorização do estado e do "regime burocrático-autoritário", precisamente no momento em que a ditadura dá sinais de liberalização, procura cada vez mais descartar o que denomina de *visão economicista*, que estabeleceria uma relação causal entre desenvolvimento econômico e regime político. Explicita cada vez mais sua concepção da política enquanto *correlação de forças*, argumentando freqüentemente que há uma certa especificidade da política, de modo que ela não pode estar necessariamente presa ou subordinada aos "condicionamentos estruturais". Em outros termos, há outras "mediações" que são necessárias para a análise do estado e do regime político que extrapolam as questões econômicas e conjunturais e até

mesmo aquelas que são próprias do desenvolvimento dependente-associado. De modo que, ao estabelecer essas "mediações", seria possível verificar que as alterações políticas não mantêm uma relação direta com os fatores econômicos e estruturais, mas resultam da natureza da correlação de forças existente[24].

De todo modo, emergiu na América Latina um "novo autoritarismo" que não se confunde com a velha forma caudilhesca latino-americana, porque agora era a própria corporação militar que controlava o aparato institucional, ou seja, tem-se "a burocratização da forças armadas servindo de espinha dorsal para o autoritarismo do estado" (DAL, p. 46). Não se trata de um "modelo de dominação personalístico-militar", pois qualquer que seja o general no poder ele está submetido à corporação. Essa militarização do estado não era possível anteriormente devido ao baixo desenvolvimento profissional das forças armadas e ao poder maior das oligarquias que reivindicavam a participação dos militares apenas circunstancialmente. Para o autor, a profissionalização das forças armadas e a eclosão da guerrilha revolucionária, "que acabaram por corresponder-se reciprocamente", incentivaram a emergência do "novo autoritarismo" ou a militarização do estado. Por outro lado, a velha forma caudilhesca se desenvolveu no contexto de sociedades tradicionais, e não modernas. Agora, diferentemente, os militares assumem o controle do estado "não como no passado para manter um ditador no poder (tal como Vargas ou Perón), mas em vez disso para reorganizar o país segundo a ideologia de 'segurança nacional' da moderna doutrina militar" (CRAAL, pp. 43-4). Nessa direção, como vimos, o golpe militar no Brasil teve "conseqüências revolucionárias", uma vez que reorganizou o estado e a economia, colocando-os em compasso com a contemporaneidade capitalista. É assim que a ditadura militar de 1964 é apresentada pelo autor como modernizadora – e é nesse sentido que se diferencia das ditaduras e da forma que o estado assumiu anteriormente.

O autoritarismo burocrático-militar também difere dos regimes fascistas e totalitários por não ser mobilizador de massas, não ter esse propósito e nem carecer da cooptação de membros do partido para repressão social nem, tampouco, tem nas massas um foco de legitimidade do estado. Ao contrário, ele "aspira, acima de tudo, produzir a apatia entre as massas" (CRAAL, p. 44). Ou seja, os instrumentos utilizados pelo estado

[24] Ver, por exemplo, José Serra, que critica o viés economicista da abordagem de O'Donnell – que teria estreitado demasiadamente a relação entre o regime burocrático-autoritário e a necessidade de "aprofundamento" do processo de industrialização, *in:* "Industrialização e regimes autoritários", COLLIER, D. *O novo autoritarismo, op. cit.*

não permitem um controle do conjunto da sociedade civil tal como se verificam nos regimes totalitários ou fascistas. Além disso, a situação de dependência sob a qual se assentam os regimes autoritários inviabiliza o tipo de ideologia de grandeza da nação que orientava a aspiração expansionista pela conquista de mercados externos dos movimentos fascistas. Independentemente de suas especificidades, todos os regimes autoritários que vicejavam na América Latina se instauraram desmantelando as organizações políticas da sociedade civil, e não se apoiando em partidos; eram, portanto, regimes "desmobilizadores" e, nesse sentido, aproximavam-se mais "da situação espanhola pós-movimento propriamente fascista ou da portuguesa do salazarismo, do que do fascismo italiano ou alemão que fora mais civil, mais mobilizador e ávido pelo controle partidário" (DAL, p. 47).

Isso não implica na eliminação completa de mecanismos da relação entre estado e massa, mas que esses se restringem ao necessário aspecto ideológico – no qual o estado transmite certos valores e crenças referentes à questão da nação, do fortalecimento do poder estatal e da hierarquia, do desenvolvimento, da possibilidade de consumo etc. – e que assegurem, de algum modo, a visão de que o estado está acima de todas as classes. Mais fácil do que lidar com organizações partidárias que façam a mediação entre sociedade civil e estado, as forças armadas, que o controlam, optam por "um relacionamento de apoio 'técnico' entre o estado e os grupos sociais, em vez de um relacionamento baseado em alianças com amplos grupos sociais" (CRAAL, pp. 43-4).

Os regimes autoritários também não assumem uma forma corporativa, como se verifica na experiência espanhola. Como se viu, no Brasil, os militares também destronam os mecanismos de expressão política da burguesia. Ou seja, é a própria corporação militar que assume a hegemonia política no sistema de decisões. Este se constitui em oposição às organizações de classe, num sistema burocraticamente estruturado que funciona pelo critério de cooptação (de membros ou de interesses privados). Trata-se, pois, como se viu, dos mecanismos que dão origem aos chamados "anéis burocráticos". O autor alerta, no entanto, que essa caracterização do funcionamento dos mecanismos de tomada de decisão não pode ser generalizada para todos os regimes burocráticos-autoritários.

Cardoso chega a advertir sobre os riscos de uma utilização muito elástica da noção de autoritarismo burocrático, concluindo que nem todos os regimes da América Latina podem ser classificados sob sua rubrica. Sugere que esta noção seja utilizada para designar o tipo de *regime político* – e não a forma de estado prevalecente – e aplicado apenas "às situações nas quais a intervenção militar ocorresse em reação contra movimentos

esquerdistas e nas quais as políticas que servissem para reorganizar o estado e a economia para garantir o progresso continuado do desenvolvimento industrial capitalista fossem implementadas por regimes *militares*, como na Argentina e no Brasil" (CRAAL, p. 45). Nesse sentido preciso, essa designação não deve ser estendida ao caso do México, pois, embora expresse traços autoritários-burocráticos, o controle do estado naquele país é civil e não militar. O autor reivindica, pois, um certo rigor analítico para a utilização do termo "autoritarismo burocrático", estabelecendo em princípio dois traços básicos: em primeiro lugar, "o fato decisivo da militarização do estado"; em segundo, a consideração de que, "apesar da rigidez destes regimes e de sua capacidade repressora e limitativa da sociedade civil, existe uma dinâmica social que independe do regime" (CD, p. 215). Por outro lado, a análise das especificidades do regime autoritário-burocrático implica no estabelecimento da distinção entre estado (ou pacto de dominação) e *regime político*. Em verdade, no entender do autor, ambos compõem as várias dimensões do estado que, como veremos posteriormente, são importantes para o entendimento da sua própria natureza contraditória, especialmente na forma contemporânea[25].

A idéia de regime diz respeito, em sua concepção, "às regras formais que ligam as principais instituições políticas (Legislativo ao executivo, executivo ao judiciário, e o sistema partidário a todos eles), bem como a questão da natureza política dos laços entre os cidadãos e os governantes (democrática, oligárquica, totalitária ou seja qual for". Por outro lado, a concepção de estado "se refere à aliança básica, ao 'pacto de domínio' básico, que existe entre as classes sociais ou frações das classes dominantes e às normas que garantem o seu domínio sobre as camadas subordinadas" (CRAAL, p. 46). Assim, de um lado, o estado expressa um pacto de dominação efetivado a partir dos interesses socio-econômicos da sociedade, que são suas bases reais; de outro, também expressa uma organização ("agências e burocracias do estado") que, embora seja o meio pelo qual o pacto de dominação se articula no estado, não se confunde com este. Ou seja, o estado, enquanto organização e burocracia, "é permeável ao controle por distintas forças sócio-políticas" (ECM, p. 26), inclusive da própria burocracia estatal, como a "burguesia de estado", e mesmo, em determinados momentos e situações, podem ser de "segmentos não pertencentes ao pacto de dominação" (ECM, p. 26). Outra coisa ainda é a forma política

[25] A análise de Robert R. Kaufman aproxima-se, em certa medida, da de Cardoso, especialmente quanto à restrição do uso da noção de autoritarismo burocrático bem como em relação à "visão economicista" do modelo original deste conceito. Ver "Mudança industrial e governo autoritário na América Latina: Uma crítica concreta do modelo autoritário-burocrático", *in*: COLLIER, D. *op. cit.*

que o pacto de dominação adota, que pode ser variável, isto é, pode ser democrático, autoritário etc.

Traçar essas distinções é fundamental, segundo o autor, para a análise de situações concretas. Países como Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, por exemplo, têm em comum o fato de estarem submetidos a regimes controlados por uma base militar. São ainda países que acentuaram a interferência do estado na sociedade e tentaram se reintegrar na economia capitalista. Entretanto, há diferenças significativas entre eles – seja do ponto de vista da dinâmica das instituições políticas seja no tocante às políticas econômicas implementadas – que só podem ser captadas através da distinção entre estado (enquanto pacto de dominação) e regime político.

Nessa direção, alguns países latino-americanos, por exemplo, expressam traços comuns, definidos pela imposição de políticas que visam ao controle da força de trabalho que beneficiam o setor privado da economia (local e internacional) e prejudicam a maioria da população. Isso diz respeito, no entanto, ao estado enquanto pacto de dominação, que nesse sentido é comum a países capitalistas dependentes como Brasil, Argentina, México, Venezuela e Costa Rica, que expressam, por sua vez, regimes distintos. Desse modo, se é verdade que as primeiras políticas efetivadas pelos governos militares para sanar a crise econômica e viabilizar a acumulação explicitamente não favoreceram a classe trabalhadora, não é certo que após a realização deste intento as políticas dos regimes autoritários, no que se refere à distribuição de renda, tenham se diferido das perpetradas pelos regimes democráticos anteriores. Explica o autor que, "Aparentemente, o que conta nestas questões é mais o caráter do estado do que o do regime, bem como o nível de desenvolvimento da economia e, acima de tudo, a força das pressões sociais de baixo. É para controlar estas pressões e facilitar assim a acumulação de capital que o autoritarismo burocrático se torna repressivo e baixa o padrão de vida dos trabalhadores e das massas" (CRAAL, p. 56). Assim, portanto, de um mesmo tipo de estado que mantém a exclusão das massas podem emergir regimes políticos diversos, de modo que o que explica e distingue os regimes políticos autoritário-burocráticos não é o fato deles favorecerem os interesses privados, locais e estrangeiros, pois "todos os estados capitalistas devem facilitar e garantir o processo de acumulação de capital" (CRAAL, p. 57).

Nesse sentido, o autor se vale do exemplo do Peru, cujo tipo de estado entende como distinto do que prevalece no Brasil. Na sociedade peruana, também haveria uma aliança entre estado e grande capital, como também um controle da corporação militar, contudo, sob uma orientação nacional-reformista. Neste país, ainda que não tenha ocorrido

uma revolução, como no México, houve um certo esforço no sentido de modernizar a economia e fortalecer a base produtiva estatal e limitar as incursões das multinacionais, em boa medida porque lá, diferentemente do Brasil, a economia se estruturava em enclaves, portanto, tratava-se da superação de problemas que não havia no Brasil em 64. A instauração de um regime autoritário implicou, no entanto, numa certa mudança do pacto de dominação em que o estado "alargou as bases da sua existência", isto é, antes da "revolução militar" a participação se limitava a 5% da população, estendendo-se depois para 25% dela (EAL, p. 91), de modo que "no caso peruano as políticas sociais e econômicas, se não são revolucionárias, não são concentradoras de renda na mesma proporção que tem lugar quando as multinacionais e o setor privado da economia nacional dirigem o processo de acumulação" (EPPAL, p. 380). Assim, as políticas sociais do estado peruano – que é "autoritário-militar" – de certa forma ampliaram a participação social, distinguindo-se, pois, das implementadas pelo estado burocrático-autoritário brasileiro, fato que ratifica que a natureza do estado ou o tipo de pacto de dominação conta mais do que a forma do regime político. O caso peruano demonstra, ademais, que um regime de base militar não leva necessariamente à exclusão social – concluiu o autor.

Outra tese, subjacente a esta, que Cardoso se esforça em demonstrar é que não há uma relação imediata entre autoritaritarismo e desenvolvimento econômico ou internacionalização da economia. Acumulação econômica não depende exclusivamente de restrição política, ou seja, não necessariamente um estado que pretenda promover o desenvolvimento econômico, em associação com os setores estrangeiros e com o setor público, adquire a forma política de um regime autoritário-burocrático. Em outras palavras, é equivocada "a idéia de que, dado um estágio de desenvolvimento conjuntural das forças produtivas, dada uma forma momentânea que o processo de acumulação capitalista adota etc., necessariamente haverá uma expressão burocrático-autoritária de poder. A história mostra uma variabilidade enorme de regimes políticos frente a situações de interesse econômico-social semelhantes" (EAL, p. 87). A Venezuela, por exemplo, intentou um desenvolvimento deste tipo, rearticulando a economia no mercado mundial,

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

porém sob a forma de um regime democrático ou, ao menos, mantendo "o jogo partidário, a representação de interesses e algumas liberdades públicas" (EPPAL, p 378)[26].

Segundo o autor, no Brasil, o estado burocrático-militar, de fato, desempenhou um papel central no processo de acumulação e inserção da economia no mercado mundial, ao aceitar a "ideologia predominante" de associação com as multinacionais, de maneira que, "Quisessem ou não, os militares, neste, caso, foram garantia de internacionalização da economia e com sua repressão ajudaram a conter os ímpetos redistributivistas, facilitando a acumulação de capitais e o crescimento econômico" (DAL, p. 47). Os militares, portanto, não foram "imobilistas" do ponto de vista econômico; entretanto, não se pode dizer que o militarismo na Argentina, no Chile e no Uruguai produziu os mesmos efeitos. Na Argentina houve mesmo um processo oposto ao que se verificou no Brasil e no Peru, onde os militares aceitaram e incentivaram o estilo de desenvolvimento dependente-associado e lograram uma nova forma de inserção econômica internacional. A experiência argentina, inclusive, é que poderia, segundo Cardoso, dar razão àqueles brasileiros que falavam em "pastorização" da economia nos anos 60. No Chile e no Uruguai, a orientação econômica foi menos benéfica à industrialização e à expansão do estado, pois "a 'nova economia' não fez mais do que diminuir o ímpeto de crescimento, privatizar setores da atividade econômica e social sem dotá-los de recursos de expansão, manter, quando não ampliar, o desemprego e transformar em caricatura a inserção das economias locais na nova divisão internacional do trabalho" (DAL, p. 49), pois nestes países prevaleceu um tipo de integração mundial primário-exportadora.

Assim, vários países submetidos a "regimes políticos ditatoriais e de base militar", como Brasil, Chile e Uruguai, tentaram integrar-se à moderna economia capitalista, porém foram distintos os ajustes de suas economias ao capitalismo oligopólico internacional. Enquanto Brasil e México – este manteve um regime autoritário de base civil - incorporaram parte do parque produtivo internacional e dinamizaram o mercado interno, o Chile limitou-se a uma reorganização do seu setor primário-exportador, de modo a ampliar sua presença no mercado internacional. Assim, a ideologia pregada pelos militares e os regimes políticos podem ser semelhantes, mas as políticas internacionalizadoras tiveram efeitos distintos em cada país. Isso demonstra, portanto, segundo o autor, que um regime burocrático não é o caminho "seguro" para viabilizar acumulação e modernização capitalistas. De modo que a "militarização" do estado não é suficiente para integrar as

[26] Como foi o caso também do Brasil durante o período JK.

economias periféricas na ordem capitalista oligopólica e garantir o "salto à frente" [27], ou seja, essas experiências demonstram que "a militarização do poder jogou um papel menor do que se imaginava" (DAL, p. 47). Com isso, o autor, novamente, explicita sua aceitação e concordância com o caminho da internacionalização do Brasil, visto que este é que permite assegurar a modernização da economia nacional e colocá-la em compasso com o padrão de acumulação internacional, como também acaba diluindo o caráter subordinado da economia nacional e subordinante do imperialismo. Até porque vem salientando que, "apesar" de o "regime autoritário" facilitar a internacionalização, os militares e a burocracia pública (Brasil e Peru) acabaram fortalecendo o estado e desenvolvendo políticas que não necessariamente coincidiram com os interesses das multinacionais.

Para Cardoso, "o fator decisivo", então, para a rearticulação das economias locais à nova ordem econômica mundial, dominada pelas empresas oligopólicas, não reside na natureza dos regimes políticos - pois tanto Brasil como Venezuela e México, que exibem regimes políticos distintos, reinseriram suas economias, sob o domínio do capital monopólico –, mas na "reorganização do estado, isto é, das forças sociais, que sustentam a dominação de classe e as formas de articulação entre as áreas política e econômica" [28] (SDAL, p. 35)[29]. Desse modo, o estilo de desenvolvimento prevalecente em cada país tem mais que ver com o tipo de estado do que com o regime político, pois, "se é verdade que os regimes se militarizaram, o novo poder não alterou as bases da dominação social. O estado, enquanto síntese das relações de dominação, continuou respondendo às classes e não, estrito senso, ao estamento burocrático-militar. Assim, a resposta à pergunta 'quem manda' é só parcialmente: os militares. Mandam, sim; controlam o estado; mas não definem esse mandar" (DAL, p. 48).

Cardoso também acredita que as diferenças entre Brasil e Peru, de um lado, e Argentina, Chile e Uruguai, de outro, dizem respeito a formações sociais distintas nas quais atuaram as políticas internacionalizadoras e os regimes autoritários. O segundo grupo de países teve uma configuração social diferente da que se verificou no Brasil e no Peru, tendo sofrido uma influência européia, que lhe conferiu uma estruturação diversa da economia, das classes e da sociedade civil. Nestes casos, os golpes militares, de fato,

---

[27] Tese que arrefece a necessidade dos golpes militares.

[28] Texto traduzido do inglês para uso nesta pesquisa.

[29] Cabe registrar, contudo, que em 1969 Cardoso afirmara: "Tudo leva a crer que a passagem para o estabelecimento de um modo capitalista industrial de produção relativamente desenvolvido em países dependentes assente-se em regimes políticos autoritários" (DDAL, p. 138).

destroçaram uma "'sociedade civil' relativamente ativa", encontraram ademais uma estrutura estatal relativamente sólida "mas sem uma burocracia isolada dos partidos", de modo que tiveram menos condições, ou condições mais adversas, para realizar aquilo que Brasil e Peru vivenciaram. Como explica "Os militares /.../ encontraram terreno menos fértil na burocracia e no estilo de desenvolvimento econômico (menos marcado pela presença das grandes corporações oligopolistas internacionais) para servir de patamar ao 'salto para frente' das ideologias de grandeza nacional" (DAL, p. 48).

Brasil e Peru, por outro lado, não sofreram a influência européia, ao contrário, "Os traços patrimonialistas são mais fortes", com muito mais bolsões de miserabilidade. São sociedades que transitaram, a partir de meados da década de 50, "para o estilo de desenvolvimento baseado nas grandes corporações privadas e estatais funcionando no quadro da atual internacionalização do processo produtivo. Correlatamente, o antigo patrimonialismo refez-se no setor produtivo estatal, a burocracia modernizou-se, sem perder força"; ali as classes sociais "passaram a viver ao compasso das 'sociedades de massas'" (DAL, p. 49) [30]. Esses países não aderiram, na prática, à orientação "fridmaniana", já que "os núcleos de racionalidade desenvolvimentista, assentados no setor produtivo estatal e na dinâmica da empresa privada, tolheram os efeitos das propostas ortodoxas" (DAL, p. 49). Observe-se que a principal diferença entre o primeiro grupo de países, que desenvolveu uma sociedade civil mais autônoma em relação ao estado (*à la* européia), e nações como Brasil e Peru, cuja formação social é mais "patrimonialista", é a existência, no segundo caso, de uma forte burocracia pública. Ora, se no caso brasileiro este setor, na figura da "burguesia de estado", compõe as forças "que sustentam a dominação de classe" – que, orientada por uma ideologia de talhe "nacional-estatista", tem interesse "no nível ideológico e algumas vezes no prático" em expandir uma base econômica do estado para a sua própria sustentação política e orienta políticas de inserção econômica de modo a arrefecer as ingerências do capital monopólico internacional –, vê-se, então, o quão amplo foi, para o autor, o papel desempenhado pela burocracia no encaminhamento e consolidação do capitalismo dependente-associado[31].

Em outros momentos, Cardoso defende a tese de que a expansão dos investimentos produtivos do estado nos países mais industrializados da América Latina, na comparação

[30] No próximo capítulo, veremos como Cardoso aborda a problemática da chamada "sociedade de massas".

[31] Então, nesta direção, se é certo que a rearticulação política brasileira em 1964 assegurou as bases e os mecanismos, via repressão, para a modernização do aparato estatal e do seu setor produtivo – a rearticulação da economia com a ordem do capitalismo oligopólico não pode ser atribuída ao regime autoritário, ou à militarização do estado, mas ao pacto de dominação.

entre 1950-4 e 1969-70, deu-se de modo relativamente independente dos regimes políticos[32]. Isto é, as variações em termos de crescimento do setor público "coincidiram menos com os regimes políticos do que com os ciclos de expansão econômica" (EED, p. 19). Ademais, uma economia oligopólica necessita de "um suporte estatal ativo de produção pioneira em áreas básicas ou críticas para coordenação de políticas com respeito aos salários, crédito, dinheiro, exportação, tecnologia etc., todos eles que conduzem a superposição do eixo da economia e da política. Isso torna a funções do estado mais complexas e requer a preparação do corpo técnico e burocrático em um grau considerável, independentemente do tipo de regime, mesmo que ele claramente afete a capacidade de regulação do estado em relação ao restante da sociedade" (SDAL, p. 35). Ora, se o autor está afirmando que o estado se expande justamente naquelas economias latino-americanas que estão se industrializando, sob o impulso dos oligopólios internacionais, trata-se então de uma tendência determinada pelas necessidades econômicas que pelos desígnios próprios daqueles que comandam o estado, de modo que nos parece que essas considerações do autor contrastam com aquelas em que estado e os militares após o golpe de 64 aparecem operando de maneira um tanto "independente" com relação ao encaminhamento econômico e político.

De todo modo, sob este ângulo de análise, a militarização do estado não é condição para prosperidade econômica e para sua inserção na ordem mundial, já que países como Argentina, Chile e Uruguai não foram bem-sucedidos neste intento[33]. Do mesmo modo, "o estilo de desenvolvimento" e expansão produtiva do estado não dependem do regime político, mas da "reorganização do estado" em sua dimensão de pacto de dominação (ou de alianças). O tipo de regime, então, que pode ser burocrático-autoritário (Brasil), democrático (Venezuela) ou partidário-burocrático (México), aparece como uma espécie de "contingência" política dos processos de acumulação e internacionalização.

Assim, do ponto de vista da acumulação capitalista e da necessidade de inserção na ordem econômica mundial, o regime "burocrático-autoritário" não se diferencia de qualquer estado capitalista, que deve garantir o processo de acumulação, de modo que para

---

[32] No México, sob regime autoritário-civil, houve mais expansão do setor privado que do estatal; a Venezuela, sob regime democrático, expandiu a partir de 1970 o investimento estatal; no Chile, antes de Pinochet, houve mais expansão do setor público que do privado; a Colômbia, sob uma "democracia restritiva" , "foi o país que mostrou o maior crescimento relativo do setor público (passou de 16% a 34% /..../. Já a Argentina – marcada por golpes e contragolpes no período – viu o setor público crescendo constantemente, e o Brasil ainda mais" (EED, p. 19).

[33] Ver CRAAL, p. 60.

o autor é necessário discernir regime político e estado e se perguntar: "Que grupos tiveram vantagem com o autoritarismo atual? Que centros de acumulação de capital se beneficiaram do governo autoritário – o setor local da iniciativa privada, o setor produtivo do estado ou os empreendimentos multinacionais?" Ele mesmo responde: "Levou algum tempo para tornar a resposta óbvia aceitável: o autoritarismo burocrático é politicamente lucrativo para os burocratas civis e militares que detêm cargos do estado". Isto porque o estado vai para além da finalidade de garantir o processo de acumulação, portanto, extrapola a função de representação dos interesses de classes, isto é , na medida em que o estado tem outras dimensões, ele também é uma "organização que, já que não pode ser outra do que a rede social das pessoas, existe por direito próprio e possui interesses próprios" (CRAAL, p. 57).

Desse modo, o autor explica a existência dos "regimes autoritários" menos pelos interesses privados (nacionais ou estrangeiros), contemplados pelo novo regime que pelos interesses daqueles que passaram a controlar o estado. Em outras palavras, a razão de ser dos regimes autoritários é explicada pelo autor com base nos interesses das burocracias civis e militares. Como afirma em outro momento, "Eu penso que os regimes deste tipo, nas sociedades dependentes, encontram sua *raison d'être* menos nos interesses políticos das corporações multinacionais (que preferem formas de controle mais permeáveis a seus interesses privatistas) do que nos interesses sociais e políticos dos estamentos burocráticos que controlam o estado (civis ou militares) e que se organizam cada vez mais no sentido de controlar o setor estatal no aparelho produtivo. A esse eixo se aliam alguns setores empresariais locais, mas de forma caudatária" (AD, p. 40).

Parece-nos que Cardoso, ao reivindicar a necessidade de distinção entre pacto de dominação e regime político (que, como veremos tem outras implicações), ressaltando a variabilidade de regimes políticos sob um mesmo padrão de desenvolvimento econômico, acaba diluindo a função que cumpriram os militares na remoção dos obstáculos à acumulação e à nova etapa de internacionalização da economia. Em verdade, o que procura demonstrar é que o regime "autoritário", bem como a presença dos militares e da tecnocracia pública, expressam funções que vão além desse intento. Nessa direção, como se viu, a instauração, de fato, do regime autoritário no Brasil, dá-se após a retomada do crescimento, isto é, "a retomada desenvolvimentista é anterior ao Ato 5 e sofreu percalços em 1969, depois dele" (MPB, p. 79). Viu-se também que as burocracias civis e militares, que passaram a controlar o estado, desenvolveram uma ideologia "nacional-estatista", cuja prática abriria possibilidades de manobra no campo interno e internacional. Os generais

brasileiros, por exemplo, a despeito de seu compromisso em estreitar os laços internacionais, "aumentaram no fim a esfera da produção do estado e até entraram em choque com o governo americano, sobre a questão da tecnologia nuclear" (CRAAL, p. 58). De maneira que, se "o estado é o principal beneficiário do autoritarismo burocrático", sobra espaço, então, para a articulação de políticas que não expressam exclusivamente os interesses dos setores privados, nacionais ou internacionais. Com isso, a caracterização da emergência do "novo autoritarismo", qualificativo este utilizado em substituição a ditadura militar, de fato, arrefece o compromisso da intervenção militar com as incursões do capital internacional, até porque, como o autor sugere, linhas acima, a forma autoritária se ajusta mais aos interesses dos "estamentos burocráticos" (civis e militares) que às corporações multinacionais, uma vez que para estas um estado mais flexível politicamente seria mais vantajoso, portanto, os militares não são "uma milícia para proteger os interesses das corporações multinacionais" (CRAAL, p. 58).

E quanto à pergunta acerca de que "centros de acumulação de capital" se beneficiaram com o autoritarismo, o autor deliberadamente a afasta da razão de ser do "regime burocrático-autoritário", afirmando: "As respostas para a segunda pergunta são mais complexas. Não é correto deduzir do caráter formal dos regimes autoritários que tipo de políticas de crescimento econômico eles irão perseguir /.../. O fato é que mesmo nas situações autoritárias o estado está ligado de várias maneiras à classe social e aos seus interesses" (CRAAL, p. 57). Ou seja, o estado, tomado enquanto regime político, no caso "autoritário-burocrático", responde aos interesses das burocracias civis e militares; por outro lado, quando é tomado como pacto de dominação, o estado atende aos interesses da aliança que o sustenta – no Brasil, pós-64, a "aliança entre funcionários (militares e civis), 'burguesia de estado' (ou seja, executivos e *policy-markers* das empresas estatais), grande empresariado privado (nacional e estrangeiro) e os setores das 'novas classes médias' a ele ligados" (AD, p. 215).

Cardoso defende a tese de que o estilo de desenvolvimento dependente-associado tem um leque de possibilidades políticas, podendo conviver com "regimes democráticos, como na Venezuela, e civis-autoritários, como no México" (DADTD, p. 460). Não obstante, compartilha da noção de O'Donnell de que há "afinidades eletivas" entre o padrão de desenvolvimento dependente-associado e o regime político burocrático-

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

autoritário[34]. Ou seja, o tipo de acumulação capitalista do tipo oligopólico, que tende a concentrar as decisões nas mãos do estado e da burocracia, favorece a emergência de regimes políticos do tipo burocrático-autoritário, porém esta não é uma regra geral, pois, "também é certo que a concentração do poder econômico em mãos privadas o reforça" (EED, p. 19)[35]. Além disso, existem situações conjunturais - de crise política - em que o perigo do autoritarismo pode se impor, pois "Não foi nenhuma coincidência" a emergência do militarismo na América Latina ter sido precedida por amplos movimentos de esquerda, que significavam uma "poderosa ameaça à ordem estabelecida" (CRAAL, p. 51). Porém, dependendo da correlação de forças existente em cada situação, ele pode não vingar, de modo que o autoritarismo não pode ser encarado como conseqüência inevitável do estágio de desenvolvimento econômico, ou como condição para garantir a acumulação e o controle da força de trabalho.

Vale registrar que a experiência argentina, anterior à consolidação do regime autoritário-burocrático pós-1976, foi tomada por Cardoso como exemplo para esta validação teórica: "Nem sequer é suficiente encarar o comportamento político dos setores dirigentes em termos de reação a um desafio popular. Se viu que este, na Argentina, se foi capaz de condicionar e vetar, não teve condições para propor e transformar: el solo choque entre as forças que expressam os pólos opostos de uma relação contraditória não é suficiente para levar à superação de impasses. Em tanto, partindo de uma base histórico-econômica real, não se viabilizem alianças capazes de impor uma forma de estado que recupere não somente as aspirações de soberania, mas o primado dos interesses populares, a incapacidade hegemônica dos grupos populares acrescentará a capacidade repressiva das classes dominantes, ingrediente fatal que leva a uma política avanços e retrocessos dentro do círculo de ferro das estruturas vigentes" (EPPAL, pp. 379-80)[36]. Nessa direção, faz sentido concluir que a aliança, liderada pelos militares no Brasil produziu um resultado diverso, ou seja, ela foi capaz não apenas de reprimir e controlar, mas de "propor e transformar", já que conduziu a uma nova etapa de desenvolvimento econômico, que beneficiou não apenas o capital internacional, mas os setores internos. Os militares, então,

[34] O'Donnell, segundo o autor, ao postular a existência de "afinidades eletivas", não teria sucumbido a uma "visão economicista", pois "especialmente em 'Estado e alianças na Argentina', /.../ existe um vívido esforço para mostrar que a 'mútua indispensabilidade' entre a acumulação oligopólica e os regimes burocrático-autoritários passa pelo crivo das lutas de classe e pelos azares da história" (EPPAL, p. 378).

[35] Sobre as "afinidades eletivas", ver também DADTD, p. 459.

[36] Trata-se de uma análise muito semelhante a que O'Donnell faz sobre a Argentina. Ver especialmente, "Estado e alianças na Argentina: 1956-1976". In PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estado na América Latina*, RJ/SP, CEDEC, 1977.

não deram origem apenas a um novo regime, mas puderam reorganizar o estado, conduzir à sua expansão e "dar o salto à frente", ao contrário de países como Chile, Uruguai e Argentina, como já foi mencionado[37].

No fundo, o autor se esforça em demonstrar que não existe uma relação causal entre regime político e políticas econômicas adotadas[38]. Se é certo que os regimes autoritários, controlados por militares, facilitaram a penetração dos interesses estrangeiros, isso não significa que os regimes democráticos os tenham barrados. Ademais, o governo militar peruano, por exemplo, num certo sentido, inibiu os empreendimentos multinacionais ou ao menos lhes impôs limites muito maiores que noutros países sob regimes autoritários. Por outro lado, mesmo que estes facilitem essa internacionalização, não quer dizer que não haja um espaço a partir do qual se possam operar interesses distintos das multinacionais e dos interesses privados, como as aspirações dos militares e dos empresários públicos no Brasil atestam. Portanto, "constitui um esforço inútil considerar os acontecimentos políticos apenas do ponto de vista estreito dos fatores econômicos" (CRAAL, p. 60).

Por outro lado, na medida em que Cardoso fragmenta o estado – em "pacto de dominação", "regime político", "burocracia" –, avalia que o apoio das classes dominantes ao regime autoritário depende da capacidade deste em viabilizar uma política de desenvolvimento. Como afirma, "as altas taxas de crescimento da produção são tão importantes como a repressão no processo de criar e projetar a imagem do regime e em sua aceitação pelas classes dominantes. A ordem social com progresso econômico é a palavra de ordem usada para esconder quaisquer perguntas sobre 'progresso para quem?'" (CRAAL, p. 61). É como se o regime político não fosse a expressão dos interesses das classes dominantes, de modo que estas simplesmente podem ou não apoiá-los. De todo modo, o "período esplendoroso" do regime autoritário no Brasil foi marcado justamente pela capacidade do regime autoritário em viabilizar o crescimento capitalista e, com efeito, pelo apoio das classes dominantes.

---

[37] Para Cardoso, o "salto à frente" na Argentina não foi possível, em grande medida, porque a crise política e social não foi resolvida.

[38] Embora reconheça, no ensaio mais elaborado sobre a questão do "autoritarismo", que "Não fui bem-sucedido em identificar um laço unilinear entre os regimes autoritários e as políticas econômicas particulares. /.../ pode bem ser que a inconclusividade do meu argumento sobre as relações entre a economia e a política reflita alguma ansiedade que as minhas inclinações intelectuais me impedem de expressar mais claramente" (CRAAL, p. 59).

Segundo o autor, contudo, isso não significa que os regimes autoritários tenham capacidade para lidar com qualquer "desafio político" ou com "contradições inesperadas", aspecto este que abriria, portanto, possibilidades de mudança. Isto tem que ver tanto com os fatores de vulnerabilidade do próprio regime como com a dinâmica social do desenvolvimento dependente-associado. Quanto ao primeiro aspecto, Cardoso parte da premissa de que o controle do regime autoritário sobre a sociedade nunca é completo, o que o deixa vulnerável. Este controle também depende do quão organizada era a sociedade antes da emergência do autoritarismo, ou da "presença ou ausência de um sistema partidário preexistente". Naqueles países onde existe uma tradição de estado forte e com controle político elitista, como no Brasil, há mais chances de sucesso dos regimes autoritários. Em contrapartida, nos casos em que a sociedade civil é mais organizada, como no Chile, a capacidade de controle dos regimes diminui.

Entretanto, a especificidade do regime autoritário no Brasil acabou alargando, segundo o autor, a teoria do autoritarismo na América Latina, fato que tem a ver, como já foi aduzido, com as disputas no interior das Forças Armadas quanto ao modelo institucional que levaram à formação de um regime autoritário ambíguo, isto é, "o estado não assume no Brasil, como ideologia, o autoritarismo que pratica. Isto leva o regime a dificuldades típicas, porque está regido por uma dualidade de princípios: a ordem constitucional que prevê, por exemplo, eleições e os 'atos institucionais' que transformam o presidente militar em um ditador de fato, sempre que a ordem política fica ameaçada, de acordo com os critérios dos organismos militares de seguridade" (EPPAL, p. 380). A coexistência entre instrumentos de exceção e um jogo partidário deixa o regime mais vulnerável a tensões tanto no interior do bloco de poder quanto no seio da sociedade. O próprio partido de oposição (MDB) no Brasil, criado pela ditadura, transformou-se no decorrer do tempo em partido de oposição de fato, contrariando as perspectivas dos militares.

Ademais, caracterizando esses regimes em contraposição ao totalitarismo, Cardoso mostra que não se baseiam em partido único e numa ideologia totalitária. Com efeito, não há uma uniformidade ou homogeneidade no que se refere aos ideais e ao comportamento, inclusive entre os próprios setores que controlam o estado, a exemplo das disputas entre a tecno-burocracia, os militares e o governo, no caso brasileiro. Por outro lado, há uma dificuldade em manter um processo de hegemonia, ou pelo menos em estabelecer todos os elementos que caracterizam uma situação como esta. Tal embaraço deriva da própria forma de funcionamento do regime autoritário, visto que não se sustenta em mecanismos

de representatividade e nem no apoio das massas, excluídas do pacto de dominação; a ideologia na qual se baseia o regime é uma "ideologia de estado", que é desmobilizadora, segundo o autor. Se esta ideologia, aliada aos artifícios de propaganda da idéia de Brasil-potência, atinge a classe média, ela é limitada, pois "trata-se de uma solidariedade não ativa e, em parte, peneirada pela necessidade do atendimento específico de 'vantagens materiais' para a sua obtenção e não pela adesão irracional ou arraigada a valores" (AD, p. 215). Enfim, não existe um conjunto de valores suficientemente forte que ligue as massas, e mesmo as classes médias, ao estado, isto é, que "cimente" ideologicamente o pacto de dominação, o que reduz a margem de manobra do regime em situações de crise, especialmente quando a economia dá sinais de desaquecimento. Numa situação como essa, a hegemonia das classes dirigentes se mede, na opinião do autor, por sua capacidade de "imprimir políticas que atendam aos interesses dos componentes do Pacto de Poder e mantiverem a coesão relativa deles" (AD, p. 216) e, conseqüentemente, contornar os conflitos existentes no interior do próprio pacto, mesmo que as massas estejam excluídas. Assim, de um lado, visto que o regime autoritário fica a meio caminho entre o totalitarismo e a democracia, ele não tem condições de se projetar totalmente sobre a sociedade.

As ambigüidades do regime brasileiro, por outro lado, conferem-lhe um espaço político maior que em outros regimes autoritários, limitam "a possibilidade do autoritarismo e dão o espaço político para a existência de alternativas de outra natureza" (EAL, p. 92). Desse modo, a própria dinâmica institucional que o regime político adota abre brechas para a sua alteração; contudo, é preciso observar que essas incursões do autor acerca da vulnerabilidade do regime autoritário brasileiro dão-se com maior vigor quando a própria ditadura militar começa a sinalizar com políticas de liberalização, momento este em que a economia já dá sinais de desaquecimento. A partir daí, o autor passa a advertir que o "regime burocrático-autoritário" não será capaz necessariamente de lidar com os todos os desafios (políticos ou econômicos), de modo que a resolução desses "pode depender numa grande extensão da capacidade política dos grupos de oposição de proporem alternativas criadoras de poder que tratem destes mesmos desafios oferecendo soluções diferentes e melhores" (CRAAL, p. 62). Nessa direção, como veremos, considera que o próprio desenvolvimento dependente-associado gerou uma dinâmica social mais complexa, com diferentes demandas, que se mostrou incompatível com o "regime autoritário". Ou, dito de outro modo, este mesmo mostrou-se frágil para lidar com

sociedades complexas, que denomina, por vezes, de "sociedade de massas", cuja dinâmica impõe redefinições políticas.

Importa registrar, a esta altura, que nos primeiros trabalhos de Cardoso sobre o golpe militar de 64 e a instauração do "regime autoritário", as questões relativas ao "pacto de dominação" e à forma de estruturação do poder não aparecem desvinculadas, embora o reordenamento do estado apareça como decisivo para as mudanças em curso. Porém, na medida em que avança na teorização dos "regimes autoritários", o autor abstrai a situação política das políticas econômicas executadas, associando-as ao estado enquanto pacto de dominação sem, no entanto, explicar exatamente a relação entre as duas "esferas", sob o argumento de que não existe uma relação causal entre ambas. Considera, assim – com base nas experiências argentina, brasileira, mexicana e venezuelana, que apresentaram políticas econômicas semelhantes, ao menos enquanto projeto, exibiram regimes políticos distintos, que é um equívoco pensar que "dado um determinado conjunto de interesses de classes, ele produz uma única e necessária *forma de organização* de estado e de sua relação com a sociedade. Um só e necessário *regime político*. A história, entretanto, é mais complexa do que isso" (EAL, pp. 86-7). No máximo, considera que há "afinidades eletivas" entre autoritarismo e desenvolvimento dependente-associado, mas entende que é um "simplismo" imaginar que este tipo de acumulação se constitui como "um fator explicativo monocausal, e ainda admitindo-se que ele interfere na interpretação, não se pode atribuir efeitos unívocos" (DSC, p. 28).

O modo relativo pelo qual o autor vem tratando os diferentes tipos de regimes políticos em relação ao desenvolvimento econômico e à internacionalização da economia – vale insistir, desvinculando economia e política – resulta, um lado, em minimizar o papel da intervenção militar nestas tarefas. De outro, ao enfatizar a diversidade de regimes políticos sob políticas econômicas semelhantes, o autor não nos explica exatamente como e porque os diferentes regimes se expressam, mas isso lhe permite conduzir a tese de que a alternativa de desenvolvimento dependente-associado (a internacionalização) era a única possível. Esta tese permanece mesmo que nem todos os países latino-americanos tenham assumido esta forma, pois "qualquer que seja o regime, as classes dominantes, dada a internacionalização crescente da produção, são forçadas a fazer acordos com os interesses estrangeiros e a reorganizar o sistema interno de exploração econômica a fim de enfrentar as novas realidades" (CRAAL, p. 60). Ora, se na concepção do autor não há relação causal entre "desenvolvimento econômico" e "fechamento político", e se não é possível dar as

costas à internacionalização da economia, resta aceitar a alternativa de democratizar o "regime autoritário" mantendo a forma de desenvolvimento dependente-associado.

De qualquer modo, tanto para garantir o desenvolvimento econômico quanto para alterar a forma de regime político o decisivo, para o autor, é a correlação de forças existentes ou o tipo de aliança que se projeta em cada caso, que pode ou não levar a cabo essas transformações. Ou seja, as mudanças econômicas e políticas dependem da correlação de forças, que é definida no âmbito político. Como afirma em outros momentos: "Em resumo, existe uma dimensão política específica, que reelabora os influxos originados na base socioeconômica. Esta dimensão depende de como se aglutinam as forças políticas, como se apresentam os argumentos políticos à sociedade e como os objetivos propostos são (ou não são) capazes de acelerar a nova articulação das forças sociais, transformando-as em fatores políticos" (DSC, p. 29). Sob esse prisma, não pode haver determinação do econômico sobre o político, ao contrário, este foi abstraído da materialidade social e dotado da capacidade de reordenamento social.

Como se viu, as principais mudanças operadas a partir do golpe militar no Brasil e em outros países, tanto no que se refere à acumulação quanto no que diz respeito ao processo de ajuste interno dos países à economia mundial, dependeram antes da natureza do "reordenamento do estado" que do tipo de regime. Porém, estado e regime político, além de abstratamente desmembrados, aparecem como "esferas" relativamente autônomas, já que "Não se deve pensar que na organização de um regime, na definição das pautas que devem regulamentar a relação entre os grupos sociais, que dão os limites entre o que vale e o que não vale, ao definir as regras da legitimidade, a imaginação e a capacidade de organização política de um povo esteja condenada, necessariamente, a assumir uma só forma" (EAL, p. 87). Existe, portanto, uma "dimensão específica da política" que permite reordenar tanto a economia como a própria política. Esta "dimensão específica da política" diz respeito, na concepção do autor, ao caráter *relativamente autônomo* da política[39].

De todo modo, parece-nos que a condução metodológica sugerida por Cardoso para analisar o estado – na qual postula a necessidade de discernir *estado* enquanto pacto de dominação e *regime político* como forma política ou os mecanismos institucionais da

[39] Tese esta que Cardoso diz compartilhar com Edelberto Torres e Guilherme O'Donnell, desenvolvida, especialmente, numa coletânea organizada por Paulo Sérgio Pinheiro: *O estado na América Latina*, op. cit. Cardoso desdobra um pouco mais a tese da autonomia relativa da política ao tratar da natureza do estado e da sociedade civil no mundo contemporâneo, tema que discutiremos no próximo capítulo.

relação entre estado e sociedade que o pacto de domínio básico assume – não é destituída de pressupostos teóricos e nem de proposituras políticas (a política enquanto correlação de forças). Não importa, nesse sentido, que advirta sobre os riscos de uma utilização elástica da noção de autoritarismo, pois as "diferenças" que procura ressaltar num e noutro caso acabam não vinculando as especificidades históricas e a trama material nas quais esses "regimes" se projetam.

A propositura política que daí emerge parte de um pressuposto básico, que o autor explicitou à exaustão: se a ditadura militar não pode ser pensada como o único caminho possível para garantir o desenvolvimento econômico, e se este, mesmo sob a forma do desenvolvimento dependente-associado, não é necessariamente incompatível com sistemas democráticos, é possível, então, alterar a forma do regime na direção de sua democratização, sem que se altere o padrão de desenvolvimento dependente.

Convém, agora, demonstrar que a teoria do autoritarismo na qual se sustentam suas análises funda-se no modelo liberal. Como se viu, o autor diferencia *autoritarismo* de *totalitarismo*, uma vez que o primeiro, dados os mecanismos nos quais se sustenta, não exerce controle total sobre os indivíduos; mas a referência classificatória é fornecida pelo "paradigma da democracia", de modo que o autoritarismo expressaria uma variância entre totalitarismo e democracia.

Valemo-nos aqui da crítica de Chasin a esse construto teórico que conclui que a "noção de totalitarismo nada mais reflete do que o liberalismo com sinal trocado", ou seja, ao tomar como referência analítica o modelo liberal, tanto "totalitarismo" como "autoritarismo" passam a ser explicados como formas que em graus variados de projeção negam elementos que aquele modelo oferece - tais como império da razão, do indivíduo, da lei e, por fim, da democracia. Note-se que, sob esse viés, o liberalismo não é tomado "como hegemonia de uma determinada classe, mas como a expressão real da igualdade entre os indivíduos"[40]. Enquanto negação plena da liberdade, o totalitarismo expressaria "o sistema no qual prevalecem a violência extremada – *o terror* – e a dominação hipertrofiada pela concentração do poder e nutrida pelo monopólio político do partido único"[41]. Congruentemente, vai-se encaminhando a idéia de "que no estado liberal todos têm, ou pelo pelos tendem a ter, algum poder".

---

[40] CHASIN. J. "Sobre o conceito de totalitarismo" *In* Ad Hominem, n. I, tomo III, p. 82.

[41] *Id.*, p. 80.

Operando com *universais abstratos* e reduzindo a complexidade do poder político a uma questão de legalidade formal, isto é, sem sua correspondência à trama material, a teoria do totalitarismo permite igualar entificações históricas particulares, como nazi-facismo e comunismo, tomadas arbitrariamente por suas aparências semelhantes, ou seja, trabalhando com tais generalidades, a teoria do totalitarismo "limita as questões à esfera do político /.../ e permite misturar e confundir Hitler com Stalin e, se não bastasse, também fenômenos do tipo Vargas ou Perón" [42]. Dessa maneira, "em lugar de reproduzir conceitualmente o concreto, evidenciando em cada caso a particularidade decisiva, somos conduzidos, por aquela análise, a nos defrontar com a *razão em geral, a liberdade em geral, o cidadão em geral, o estado em geral, a violência em geral* etc. etc." [43].

Assim, conforme a análise de Chasin, a atividade conceitual da teoria do autoritarismo dá-se sob duas formas: de um lado, autonomiza a política, isto é, a abstrai de sua malha societária, "secciona e autonomiza o círculo político do entrelaçamento de todos outros circuitos que amalgamam a existência societária concreta, em especial da malha fundante da produção e reprodução da vida" [44]. Essa desencarnação do político e a formulação de generalidades dela extraídas impedem a apreensão das específicas "formas de dominação política" e suas determinações sociais. A outra operação consiste numa classificação a partir do paradigma democrático, donde totalitarismo é a sua negação absoluta e o autoritarismo é a "figura intermediária, desprovida enquanto tal de partes e procedimentos básicos do perfil democrático, sem que atinja o cancelamento integral das liberdades que é do formato totalitário. Assim, o autoritarismo é a voz abstrata que denomina os quadros em geral de carência democrática, a falta decisiva, ainda que parcial, de franquias públicas" [45].

Trabalhado assim, sempre contraposto aos traços gerais do liberalismo, o conceito de totalitarismo se converte num modelo, "e não noção formal, pois não é esquema vazio, mas arcabouço de conteúdos privilegiados; uma parte da aparência do concreto, à qual é conferida a qualidade de essência". Ou seja, o conceito pretende-se explicação da realidade, mas, uma vez que seu ponto de partida já encerra determinados elementos,

---

[42] *Id., ib.*, pp. 82-3.

[43] *Id., ib.*, p. 82.

[44] CHASIN, J. "A sucessão na crise e a crise na esquerda", *In* Ad Hominem, n. I, tomo III, p. 78.

[45] *Id., ib.*, p. 78.

somente capta uma parte do real, ficando de fora o que não estiver de acordo com aqueles elementos previamente elencados.

Por outro lado, ao desencarnar o político, isto é, separar política e economia - ou, mais precisamente, o círculo das manifestações políticas da materialidade social –, o modelo de totalitarismo não é isento de "vantagens ideológicas", visto que desvincula "os fenômenos nazi-fascistas, isto é, os 'fenômenos políticos' das estruturas econômicas, enseja-se a separação entre capitalismo e nazi-fascismo, ao mesmo tempo em que se busca reforçar a pretendida identidade entre capitalismo e liberalismo, além de estabelecer que os 'regimes de terror' são exatamente os que negam o liberalismo, isto é, o capitalismo"[46]. Isto porque totalitarismo e autoritarismo são apresentados como anulações ou deformações do liberalismo, e este é tomado como a expressão mais racional da liberdade resulta que o último se converte num ideal a ser perseguido[47].

Enfatize-se: a alternativa política prática que advém da teoria do totalitarismo e de sua congênere, o autoritarismo, é a liberal-democracia. E, na medida em que a movimentação analítica é politicista – já que separa, deformando, a política da trama da "produção e reprodução da vida" –, não é possível tomar o liberalismo, "lógica e historicamente /.../ como forma de hegemonia de uma determinada classe, mas como a expressão real da igualdade entre os indivíduos. E, na medida em que o social é a soma dos indivíduos, o jurídico não pode deixar de ser a aparência que elide a desigualdade concreta"[48]. Assim, dados os pressupostos, deixa-se de fazer uma pergunta básica: se a objetivação da democracia é possível em determinadas entificações históricas. Esta indagação também não existe em Cardoso, que está submetido a este universo teórico restrito ao político, isto é, não lhe cabe questionar se a democracia é possível em países como Brasil, dadas as condições socioeconômicas que o enformam[49].

---

[46] CHASIN. J. "Sobre o conceito de totalitarismo", *op. cit.*, p. 85.

[47] O mesmo vale para a construção da teoria do populismo. Ver crítica à utilização deste conceito *in* COTRIM, Lívia. "A crítica do populismo: elementos para uma problematização", *in Revista Puc Viva*, ano 2, n. 8, mar./abr. 2000; e também o trabalho de BOITO JÚNIOR, Armando. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*, 2 ed., São Paulo, Brasiliense, 1984.

[48] CHASIN. J. "Sobre o conceito de totalitarismo", *op. cit.*, p. 82.

[49] Trata-se de um tema que iremos desenvolver no próximo capítulo no qual apresentaremos a concepção de democracia do autor.

Capítulo 2

A luta pela institucionalização da democracia

O conjunto de proposituras que Cardoso leva ao debate político no Brasil, a partir de meados dos anos 70, está ancorado em uma abordagem mais geral sobre a relação entre estado e sociedade. Uma das teses que perpassa suas análises mostra que a dinâmica do capitalismo contemporâneo, que exige uma atuação cada vez maior do estado na economia, levou a um entrelaçamento entre esta instituição e a sociedade civil. Assim sendo, as teorias clássicas (liberal, marxista ou estrutural), que prescreviam a separação entre essas duas instâncias e analisavam o estado, os partidos e as formas de representação tendo como ponto de partida a sociedade civil, já não dão conta dessa nova realidade.

Segundo Cardoso, Marx, durante toda a sua trajetória intelectual, insistiu no caráter de classe do estado, na determinação econômica da política, isto é, no predomínio da sociedade civil. Com efeito, no entender de Cardoso, embora destituída de traços deterministas, a concepção do filósofo alemão jamais abriu espaço real para a questão da "autonomia relativa do político" e, presa à sociedade do século XIX, não ofereceu instrumental analítico para investigar a complexidade do estado e da sociedade civil no mundo contemporâneo, no qual aparecem cada vez mais entrelaçados. Tampouco se preocupou com a questão da representação e com os mecanismos de controle político, já que "se punha na perspectiva do fim do estado e da política como dominação" (ECM, 1977, p. 28). Cardoso considera ainda que o debate marxista contemporâneo, ao repor a questão do estado e da ideologia, com raras exceções pode inovar em termos teóricos.

Outra transformação que, no seu entender, também incide sobre a política contemporânea e que emergiu dessa mesma dinâmica do capitalismo oligopólico – sob cuja lógica ocorreu o processo de internacionalização e modernização do Brasil – foi a formação de um tipo de sociedade que passa a denominar de "sociedade de massas", que expressa características muito distintas daquela do século XIX e que servira de base para as teorias clássicas. De maneira que esse conjunto de modificações que extrapola, mas ao mesmo tempo corresponde à situação de países cujo desenvolvimento se deu sob a forma dependente-associada, impõe uma redefinição dos parâmetros teóricos nos quais a política deve ser encaminhada. Ou seja, as novas formas de expressão do estado e da sociedade alteram os mecanismos de organização política, de modo que o encaminhamento da

democracia contemporânea passa necessariamente pela reposição do papel do estado e, com efeito, pela questão da "representação e da representatividade".

Ao longo de seu percurso na oposição à ditadura militar, Cardoso elabora, como veremos, um conjunto de análises, discursos e propostas situado no universo das regras institucionais e dos canais de participação política. Posiciona-se contra as limitações do projeto de distensão que vai se perfilando com a chegada de Geisel à presidência, isto é, contra a propalada "distensão lenta, gradual e segura", propugnando um alargamento da institucionalização do poder e evocando as oposições, especialmente os extratos mais "radicais", à valorização da democracia, enquanto a atuação extra-institucional com a qual muitos se identificavam estava em desmedro, seja no âmbito dos movimentos sociais, seja no interior dos grupos extra-oficiais.

Tem ciência nosso autor de que tanto o projeto de "abertura" dos arautos da ditadura quanto o transcurso da transição política brasileira não sinalizavam ruptura com as agruras econômicas e sociais do período anterior, mas a esta "situação" submete-se em nome do "realismo político" e do reconhecimento da "correlação de forças" existente: antes aceitar limitadas "conquistas" que as inviabilizar. Ademais, se a "democracia liberal" é reconhecidamente limitada, não deixa de ser "condição favorável" para mudanças mais substantivas na sociedade (CD, p. 264). Cardoso sugere que, contra um "sistema de participação ultra-restrita", a alternativa é conduzir a sociedade a uma luta pela expansão da institucionalização da vida política. E é nesse diapasão politicista que vai definindo os rumos da oposição, subordinando a resolução econômica e social, ainda que sobre esta nos ofereça poucas linhas, ao equacionamento institucional e político e, com isso, facilitando a execução do projeto de auto-reforma que a ditadura prescrevia, embora a conta-gotas. E o autor o fazia sempre supondo que no momento seguinte se pudesse dar o salto, enfim novamente perfilado no âmbito da flexibilização do regime, para o qual novos ajustes institucionais são necessários em direção à consagração de um novo arcabouço constitucional.

Esse posicionamento cardosiano evidencia-se por um conjunto de formulações e proposições que a seguir iremos expor através de três núcleos: 2.1. estado e política no mundo contemporâneo e os desafios políticos das sociedades de massas; 2.2. reativação da sociedade civil e democracia substantiva; e 2.3. momento de transição: limites e perspectivas.

2.1. Estado e política no mundo contemporâneo e os desafios políticos das sociedades de massas

Como vimos, o estado, para o autor, tem de ser pensado como algo que extrapola a relação de dominação de classes, isto é, ele expressa várias dimensões: além de ser a expressão de um pacto de dominação, "o estado envolve também a existência de uma série de outros componentes. Estado significa também uma organização, significa, portanto, também uma burocracia. Estado significa /.../ um aspecto ideológico" (EAL, p. 86).

O caráter de dominação de classe que o estado expressa tem de se articular por intermédio de um pacto entre as distintas classes, que, dependendo do momento (populismo, bonapartismo etc.) pode incluir setores social e economicamente subalternos. Ocorre que este pacto, em função de sua natureza contraditória – oposição entre dominados e dominantes - exige um movimento permanente de rearticulação que vai da sociedade ao estado e vice-versa, exige "em todos os níveis, desde a sociedade até o estado – contínuos esforços de rearticulação, convencimento, imposição etc." (ECM, p. 25). Assim, as contradições da ordem capitalista exigem permanentes "alianças e oposições" e requer que o estado, enquanto instituição, por meio da força e da ideologia, particularize os interesses e os apresente como se fossem interesses gerais. No plano ideológico, uma vez que o estado expressa interesses contraditórios, ele tem de gerar uma ideologia que considera o todo como se fosse homogêneo. Como afirma: "encaro o estado como *locus* privilegiado no qual se dá a articulação política entre as classes e se estrutura primariamente a ideologia. Ao dizer isto estou afirmando que o estado é ao mesmo tempo um feixe objetivo de conexões de interesse e um cadinho de ilusões" (CD, 1974, p. 163). Para o autor, a ideologia tem um caráter tanto mistificador quanto real, isto é, a ideologia tem a "função social" de gerar a ilusão do que não é para manter o que é. Ou seja, certos valores e idéias transmitidos pelo estado não correspondem ao real, mas "para consolidar sua face verdadeira são tão importantes como reais" (CD, 1974, p. 163). Entretanto, a ideologia vai para além desse caráter mistificador, pois o estado é também "uma estrutura contraditória" (CEM, p. 101) já que tem de expressar interesses distintos da sociedade civil e interesses que lhe são próprios, e como "no caso dos estados modernos, passa a ser, ademais, uma organização econômica produtiva" (EPPAL, p. 381), o estado deve gerar uma ideologia que "unifique" tudo isso, de modo que "o estado é esse cadinho que mistura

tudo; que no conjunto necessita, como cimento de tudo isso, gerar a ilusão de que todos somos iguais" (CEM, p. 101).

Por outro lado, para que sua função ideológica funcione, o estado deve propor "medidas que dêem verossimilhança à dimensão mistificadora de 'generalidades de interesses'" (EPPAL, p. 381). Ou seja, além do estado ter de aplicar medidas que correspondam aos interesses do pacto de dominação, tem de "atender, variável e assimetricamente, aspirações dos grupos dominados" (EPPAL, p. 381)[1].

O estado enquanto pacto de dominação depende de "contínuo esforço de rearticulação", de modo que não pode ser considerado como "estático", mas "variável". Daí que "a política não se resume ao estado, embora seja ele o *locus* fundamental para a articulação da ordem sócio-econômica dominante" (ECM, p. 25). E, na medida em que o estado, enquanto pacto de dominação, depende da articulação permanente de "alianças" e, portanto, é "constituído de tensões e lutas permanentes" (ECM, p. 25), ele pode ser "segmentado" enquanto organização, ou seja, o estado pode ser ocupado por segmentos de classe (e mesmo das classes dominadas), não pertencentes ao pacto de dominação, que em casos extremos pode pôr em risco o próprio pacto de dominação vigente. Portanto, "o estado enquanto burocracia e organização é permeável ao controle por distintas forças sociopolíticas e enquanto expressão de um Pacto de dominação depende da reatualização constante de alianças múltiplas" (ECM, p. 26). Isso demonstra, segundo o autor, que a dominação não é sinônimo de controle do aparelho de estado, isto é, há que discernir "dominação e o poder estatal" (ECM, p. 24). De maneira que se o padrão de dominação política depende das alianças que se projetam em cada momento, dizer que o estado é o comitê executivo da burguesia simplifica, no entender de Cardoso, a natureza complexa e contraditória do estado, pois o estado é a expressão de interesses múltiplos e contraditórios que requerem permanentes rearticulações, em termos de alianças. É, pois, tanto a natureza das alianças quanto a natureza contraditória do estado (visto que ele expressa também interesses próprios) que altera o conteúdo do estado. Como explica: "Comitê executivo de que classe? Depende do momento e depende das alianças de classe, e o estado, como eu disse, é necessariamente uma relação que tem de representar também o todo; de alguma

[1] Em síntese, afirma Cardoso: "penso o estado como forma, arena, matriz de valores, e *last but not least*, organização. Penso-o, pois, como objetivamente contraditório, na medida em que ele sintetiza o interesse particular e a aspiração geral e que nele se digladiam interesses não sempre homogêneos. Entender o 'modelo político' do Brasil consiste, antes de mais nada, em explicitar a forma estatal, a organização estatal, a ideologia do estado, as políticas por ele engendradas. Ao fazê-lo, explicitam-se os que mandam, os que são beneficiados, os que são excluídos e os que participam" (CD, 1974, p. 163).

maneira, portanto, ele também é contraditório" (depende, portanto, da correlação de forças) (EAL, p. 97)[2].

Ocorre, ademais, que o pacto de dominação que é engendrado na sociedade civil requer a sua expressão no estado, e para que essa expressão não seja "metafísica" ela "supõe uma teoria dos encadeamentos (*linkagens*) entre o estado como burocracia e como organização e a sociedade civil: partidos, lobbies, anéis burocráticos, *mass-media* etc. Supõe, portanto, autonomia relativa das ideologias enraizadas nas classes frente às burocracias (ao contrário do que postula Althusser)[3] e supõe a organização das instituições estatais e de seu relacionamento com a sociedade civil através de *regimes políticos* específicos" (ECM, p. 27). Assim, uma coisa é o pacto de dominação ou a aliança fundamental entre as classes dominantes e as regras básicas que garantem sua dominação sobre o resto da sociedade, outra coisa é a forma jurídica e política pela qual este pacto de dominação se organiza "através das agências e burocracias do estado" (CRAAL, p. 46). Ou seja, pacto de dominação é distinto de regime político e este, como vimos, pode variar no âmbito de um mesmo tipo de pacto, ou mesmo não ser alterado conforme as mudanças no padrão de desenvolvimento econômico, de modo que pode ocorrer uma variabilidade de regimes sob o mesmo padrão de desenvolvimento econômico e domínio de classe.

Então, como já foi observado, segundo Cardoso, se é possível alterar o regime político, independentemente da variação nas forças materiais, significa que há uma "dimensão da política" que permite operar mudanças. De modo que o autor reivindica "a elaboração de uma teoria das instituições políticas e de sua relação com as classes", isto é, "uma teoria dos regimes políticos", que explique esse movimento específico da política que engendra formas variadas de regimes políticos sob as mesmas formas de acumulação de capital, pois "Se houvesse tal determinação mecânica, o sentido efetivo da 'autonomia do político' não seria mais que uma simples (e irrealista) autonomia da burocracia. No essencial, a questão da autonomia relativa implica a variabilidade de relações político-

---

[2] Como dirá em outros momentos, o estado "Não é nem neutro nem tampouco a mera expressão de uma parcialidade. Ele contém dentro de si mesmo a luta política real da sociedade" (SE, 1984, p.33).

[3] Isto porque, para Cardoso, Althusser parte do equívoco da existência de uma "Ideologia Geral" e não de "*as* ideologias", aquela supostamente expressaria a unidade entre as classes dominantes e o estado, desprezando, com isso, "a vívida trama das contradições entre as classes". Ocorre que, para Cardoso, o estado não é somente a expressão da dominação de classe, portanto, ele não pode expressar apenas "a ideologia" das classes dominantes, pois "tanto o caráter repressivo quanto o consensual dependem da correlação de forças, das políticas postas em execução, do choque entre as classes e frações de classe, da diversidade de alianças e oposições entre estas e delas com as burocracias que dão substância aos aparatos ideológicos etc." (ECM, p. 16).

institucionais em função das alianças e das lutas de classe, ainda quando num mesmo padrão de relações entre as classes e, portanto, numa mesma forma, ou circuito, de expansão e predomínio de setores do capital (financeiro, industrial, agrário, mercantil etc; monopólico, oligopólico, competitivo etc.)" (ECM, p. 27).

Assim, o estado, no que se refere a todas as suas "dimensões", se altera mediante a correlação de forças ou "em função das alianças e da luta de classe" (ECM, p. 27). Porém, estas aparecem desvinculadas de sua materialidade social, ou seja, Cardoso não demonstra como e porque a "luta de classe" é travada e onde reside a capacidade de "alianças múltiplas". Em verdade, as diversas "dimensões" do estado não apenas diferem entre si, mas são dotadas de movimentos relativamente independentes. Daí que é possível, para o autor, falar em "autonomia relativa da política".

De qualquer modo, de acordo com sua concepção, a autonomia relativa da política "implica a variabilidade de relações político-institucionais", isto é, a variabilidade de regimes políticos mesmo no interior de um mesmo pacto de dominação. Como vimos, por exemplo, regimes democráticos, como Venezuela, ou civis-autoritários, como no México, ou mesmo burocrático-autoritários como no Brasil, podem convergir com o mesmo estilo de desenvolvimento, dependente-associado. De modo que, no entender de Cardoso, não se pode "reduzir os processos políticos e ideológicos a meras 'condições de reprodução' da ordem dominante. Por certo, nem todas as mudanças são sempre possíveis, nem sempre existem forças políticas capazes de aproveitar as possibilidades de transformação, porém /.../ existe lugar para a variabilidade histórica dos tipos de regimes" (EPPAL, p. 384).

Para Cardoso, entretanto, existem limites para essa variabilidade, pois a mesma aliança básica que sustenta o estado em economias dependentes pode "organizar-se institucionalmente num contexto de autoritarismo, democracia restringida ou totalitarismo, sendo pouco provável sua compatibilidade com formas de democracia substantivas de massas, populismo ou ainda autoritarismo caudilhesco tradicional", porque nestes casos é difícil viabilizar políticas condizentes com a expansão capitalista. Portanto, não se trata de postular uma variabilidade de circunstâncias históricas, já que existe um problema de base que diz respeito ao caráter contraditório que o estado assume, especialmente na atual etapa de desenvolvimento capitalista das economias dependentes, onde o estado tem de assegurar os pressupostos necessários à acumulação, beneficiando, desse modo, tanto o capital local quanto o estrangeiro, e onde teve lugar também a formação de um estado "empresarial repressivo" e separado da Nação. De modo que também é típico de uma situação de dependência "a dificuldade de conceber uma transição política baseada"

(EPPAL, p. 383) num movimento político de cunho proletário. Assim, a variabilidade de regimes tem limites. Como afirma, "Não creio que qualquer tipo de regime seja possível em qualquer forma de acumulação. A autonomia é relativa" (ECM, p. 27). Mas, se não há uma relação direta ou "mecânica" entre economia e política ou entre estado e regime, como pode ocorrer uma mudança de regime político?

Conforme Cardoso, há certas conjunturas ou situações que permitem ou não a existência de determinados regimes políticos, porém do mesmo modo que existem forças numa situação de crise – "de descontrole inflacionário, de incapacidade de acumulação, de greves etc." –, que são favoráveis ao autoritarismo, há forças no sentido oposto. Portanto, "há sempre margem de manobra", de modo que "não é tanto reafirmar esses limites, mas, ao contrário, criar o espaço da política" (EAL, p.87). Postula, então, o autor: "A questão fundamental é a capacidade que os vários grupos sociais têm de propor formas de organização política que permitam a realização dos interesses fundamentais das classes dominantes" (EAL, p. 87). Sugere, assim, que as mudanças nas formas de regime político dependem da "imaginação e da capacidade de organização política" da sociedade ou dos vários grupos. Não custa a perceber que o intuito é descartar a relação determinante entre acumulação econômica e regimes políticos - ou mais precisamente desvincular o universo da produção e reprodução da vida social da política. E, embora afirme que existam limites para a variabilidade dos regimes, é a política (na acepção utilizada pelo autor) que permite transpor esses limites, desde que o "espaço da política" seja encontrado pelos grupos interessados e desde que estes tenham "capacidade de imaginação", capacidade de alianças ou capacidade para "criar o espaço da política". E, assim, Cardoso vai dotando a política de determinados atributos – sem explicar como e por quê eles se originam – desvinculando, portanto, as manifestações políticas bem como os seus mecanismos de sua base material, a partir da qual e, em resposta à qual, essas manifestações políticas se projetam.

De todo modo ou por isso mesmo, Cardoso não deixa de explicitar aí o seu limite propositivo: é possível encontrar uma nova forma institucional que não colida com a necessidade de acumulação das classes dominantes e que amplie o espaço da política e, com efeito, o seu grau de autonomia.

Nessa direção, a variabilidade da autonomia política depende "contraditoriamente" de dois elementos: "da existência de um forte pacto de dominação de classes – ao nível do mercado, da ideologia e da sociedade civil – e de um regime político flexível, capaz de dar alento à rotatividade de interesses *políticos*, à institucionalização de partidos e cliques e ao

controle da máquina estatal por estes" (ECM, p. 28). Quando esses elementos estão presentes haverá uma "maior autonomia do político, embora não do estado". Ou seja, em uma sociedade civil mais "ativada" e com um regime político mais democrático, isto é, em uma situação na qual o estado não pese sobre a sociedade civil, a exemplo do regime "autoritário", tem-se uma maior autonomia da política, mas não do estado, já que o espaço de intermediação ou mediação entre sociedade e estado está preenchido com "os partidos, as associações de classe, a imprensa etc." (ECM, p. 27), bem como por mecanismos de controle do estado. De modo que, para Cardoso, uma situação de maior autonomia relativa do político dá-se através da legitimação das instituições e pela multiplicidade de canais políticos, capazes de assegurar a expressão dos múltiplos interesses da sociedade civil no estado e não pelo fortalecimento do mesmo, isto é, a autonomia relativa do político "não ocorre quando existe predomínio de formas bonapartistas-burocráticas no estado", já que numa situação como esta tem-se "o predomínio de uma fração de interesses particulares".

Com isso Cardoso nos sugere que a existência de um regime político democrático assegura uma maior autonomia da política, a sua ausência uma maior autonomia do estado, de modo que a questão do estado implica numa "teoria da representação e da representatividade". Mas, visto que há uma tendência do capitalismo contemporâneo de intervenção crescente do estado na economia e na sociedade, a nova teoria política tem de indicar novas formas de controle sobre o estado e as burocracias, e que "redefina o estado em função de suas complexas interações com a sociedade (e a economia)" (ECM, p. 28)[4].

A criação de mecanismos de controle da sociedade sobre o estado e as burocracias, que permitam sua alteração é, para Cardoso, a alternativa possível no mundo contemporâneo, já que "no horizonte histórico (ou teórico) contemporâneo não se coloca mais a suposição do fim do estado", caso contrário se afiançaria "a autonomia do estado em desmedro da existência da política fora das burocracias e dos interesses (políticos e econômicos) das classes que elas atendem.. Neste caso, a autonomia do estado, sem a

---

[4] "Estado capitalista e marxismo" é um dos ensaios mais importantes de Cardoso do período que examinamos. Há nele uma digressão, ainda que rápida, acerca dos clássicos (Hegel, Marx) e uma discussão sobre a teoria política contemporânea, que inclui alguns marxistas, como Althusser, Gramsci, Poulantzas. Segundo Cardoso, no âmbito do marxismo, Gramsci e, especialmente, Nicos Poulantzas foram aqueles que mais contribuíram para avanço da reflexão acerca do estado, da relação entre este e a sociedade civil. Lamenta, ainda, que a influência de Poulantzas sobre os intelectuais latino-americanos tenha ocorrido mais durante a sua fase althusseriana, pois o período seguinte, com certa aproximação com Gramsci, seria mais rica, especialmente porque o intelectual francês procurou definir, a partir de uma visão marxista, "o lugar próprio para a 'autonomia do político' e, portanto, do estado" (ECM, p. 20) Os trabalhos deste autor utilizados por Cardoso foram: "The problem of capitalist state", In *New Left Review*, "Les transformations actuelles de l'État; la crise politique et la Crise de l'État", In *La crise de l'État*, Paris, 1976.

visão redentora da moral hegeliana, torna-se uma pura teoria da opressão mascarada pela concepção de um estado cuja 'pluralidade interna e fragmentação ideológica' apenas assegura a ordem e os interesses dominantes, sem dar passo a uma reflexão sobre os fundamentos da dominação e, especialmente, sobre os horizontes (mesmo que imaginários) que permitem discutir as alternativas à dominação" (ECM, 1977, pp.27-8). Ora, mesmo que o autor não reivindique uma leitura hegeliana do estado, não estará também preconizando uma "visão redentora do estado", ao insistir que "a pergunta do que é o estado tem que ser completada por outra sobre as formas de controle desse estado"? (CEM, p. 102).

Cardoso considera que há uma tendência mundial de interferência do estado na vida econômica e social, e isso tanto nos países que se desenvolveram sob a forma dependente-associada quanto nos países centrais, já que a expansão capitalista oligopólica "requer crescentemente elevar o consumo e regular e impulsionar os fundos de acumulação"(PSDO, 1983, p. 180). Nos países mais desenvolvidos, a presença do estado foi marcada por investimentos produtivos, "mas especialmente do gasto público e da regulamentação do consumo através de políticas distributivistas e de *welfare*" (EED, 1977, p. 19), enquanto que nos países latino-americanos que mais avançaram no rumo do desenvolvimento dependente-associado a expansão do estado obedeceu aos imperativos do crescimento econômico capitalista, que passou a exigir aportes crescentes do setor público, que em suas últimas etapas de desenvolvimento, sob o impulso do capitalismo oligopólico internacional, fez-se através da aliança entre empresa multinacional, empresa estatal e burguesia local.

No Brasil, sob o regime "autoritário", esta fusão entre estado e empresa, ambos assentados em burocracias, articulou-se através dos chamados "anéis burocráticos"; contudo, ressalta o autor, esse entrelaçamento decorre menos da natureza do regime que da dinâmica do capitalismo contemporâneo, cujo funcionamento está baseado em oligopólios (privados e públicos), criando uma tendência à centralização do capital e burocratização das decisões, haja vista, por exemplo, a base de sustentação dos regimes "autoritários", bem como do nazismo e do fascismo, que estariam apoiados "em setores oligopólicos privados e entrelaçados com eles" (EED, 1977, p. 19).

Assim, tanto nos países avançados quanto mais especialmente nos dependentes, ampliam-se formas de articulação entre estado e empresa, de maneira que as grandes decisões econômicas ficam restritas às burocracias privada e pública, isto é, "nas economias oligopólicas, fortemente estatizadas, a centralização tornou mais visível a

desproporção entre os que controlam as informações, o saber, as empresas, o mercado de trabalho etc., e a massa da sociedade, que não dispõe dos mesmos recursos" (DPM, p. 35) [5]. Há, portanto, uma tendência geral contemporânea de centralização das decisões e dos capitais e de interferência crescente do estado na vida econômica. Nesse sentido, Cardoso entende que Weber se antecipou aos problemas atuais ao advertir que a burocratização é uma tendência intrínseca ao processo de modernização: "Foi Weber quem deu-se conta que o crescimento do capitalismo teria como subproduto uma coisa muito mais terrível que o patrão, que é a burocracia, que é o burocrata que se transforma em patrão e que impede, muitas vezes, que se possa ter um alvo direto a quem manda; pois a burocracia, por definição, manda sem rosto, sem face" (SE, p. 35)[6]. A propositura que daí resulta, como veremos, é a criação de mecanismos de contrapeso à tendência "autoritária" e à burocratização, pois, já que não é possível eliminar o poder das burocracias, resta submetê-las ao controle público.

Além disso, o autor também toma a crescente atuação do estado por "politização" da economia, como resultado da própria movimentação do capital em sua fase monopólica, cujos mecanismos de regulação são bem distintos dos da fase competitiva. Ou seja, a modernização operada na base produtiva, sob o comando de capitais concentrados e centralizados, modifica a própria reprodução do capital e coloca, segundo o autor, problemas para "para a 'perequação' da taxa de lucros"". Como explica, "a monopolização dificulta os fluxos de capital entre as órbitas de produção, processo que deve ocorrer para que o capital reaja à queda das taxas de lucro. Mais ainda, na medida em que os oligopólios têm o caráter de 'conglomerados' que reúnem ramos produtivos, ramos comerciais, financeiros e de serviços em geral, eles podem fazer seus cálculos de lucro entre os diversos ramos, os quais não são necessariamente os mesmos para os diversos conglomerados. Tudo isso torna vaga a referência a uma taxa geral do lucro". Para o autor, tal forma (política) de administração dos preços e dos lucros significa que "a luta para assegurar as condições de reprodução da mais-valia torna-se política de modo imediato, sem que o parâmetro do mercado funcione automaticamente; assim como é política a luta pela distribuição da mais-valia entre os monopólios e entre as classes" (CSCC, 1982, pp. 24-5).

---

[5] Cardoso cita Claude Lefort e C. Castoriadis como importantes para a compreensão do fenômeno da burocratização.

[6] Tendência esta que, segundo Cardoso, também se projeta sobre outras instituições, como os partidos, "porque também eles se burocratizam" (SE, 1984, p. 36).

Vale registrar que o autor, referindo-se ao debate existente em torno da relação entre a tendência da queda da taxa de lucros e as crises do sistema capitalista – bem como sobre a relação entre o crescimento do setor de serviços e sua relação com a produção do valor – esquiva-se de entrar neste debate, de certa forma negligenciando a própria idéia de crise do sistema e concluindo sem mais que a economia, longe de ser regida pelo princípio da concorrência, "passa por uma instância política: o estado; e depende do controle da produção da tecnologia e dos mecanismos de sua difusão". Seu esforço consiste, pois, em demonstrar que, na etapa oligopólica de desenvolvimento capitalista, o próprio movimento do capital leva à "politização" da economia, já que exige a participação crescente do estado, seja como produtor, seja como organizador da sociedade, seja como "regulador dos níveis em que ocorrerá a apropriação da mais-valia pelas classes" (CSCC, 1982, p. 25)[7]. Assim, a idéia é que o estado, na fase monopólica do capital, penetra de tal maneira a sociedade civil que passa a controlar o "próprio fundamento econômico", de modo que todas as esferas da economia passam por "uma decisão política", o que acarreta, portanto, uma "politização da economia"[8].

Esse processo de proeminência do estado na vida econômica e social invalida a idéia, de cunho marxista, do estado enquanto expressão dos interesses de classes, uma vez que "A função do estado enquanto capitalista global permanece; mas ao lado de outro fenômeno contraditório: o estado torna-se monopolista econômico, produtor de mais-valia e concorrente, no mercado, de outros monopólios, nacionais ou internacionais" (CSCC, 1982, pp. 5-6). De modo que o estado, como vimos linhas acima, tem de ser pensado como algo que vai além de "uma instância que representa a dominação de classe": Para Cardoso, ele expressa um pacto de domínio, estabelecido ao nível da sociedade civil, pelas classes ou frações das classes dominantes, a fim de assegurar a sua dominação, sobre as classes subalternas – pacto este que, embora encontre sua expressão no estado, exige uma organização que tende a expressar também os interesses daqueles que controlam diretamente o aparato estatal. No caso do estado brasileiro, viu-se que este consiste numa

---

[7] Cabe registrar que, na avaliação de Cardoso, N. Poulantzas teria sido um dos poucos teóricos que apreenderam a nova dinâmica do capitalismo contemporâneo e inovaram nas formulações marxistas, já que mostrou que nesta fase do capitalismo "Estado e sociedade 'integram-se diretamente, alargando o próprio espaço da acumulação do capital' na medida em que o capital público e o nacionalizado se integram no espaço estatal, modificando as funções do estado com relação à economia" (ECM, 1977, p. 23). Adverte, contudo, que o teórico francês limitou-se à situação européia e não incluiu, portanto, a especificidade do entrelaçamento de países como Brasil e México, em que o estado torna-se também "capitalista individual".

[8] Cardoso também se apóia, em certa medida, em trabalhos de Daniel Bell – "The cultural contradictions of capitalism" – acerca do fenômeno da politização da economia.

aliança de forças sociais distintas e contraditórias, no interior da qual, ao lado da burguesia local e internacional, emerge o setor empresarial público com interesses próprios – a chamada burguesia de estado, que controla os setores estatais produtivos. E viu-se também que o "regime autoritário" foi permeável a mecanismos de disputas entre esses diversos componentes sobre o controle das decisões que são tomadas no interior do estado. Nessa luta, o setor empresarial estatal "mergulha com títulos próprios", chocando-se, por vezes, com a burocracia administrativa e com o governo, bem como com os setores privados. Donde o autor conclui que, na medida em que o estado garante os mecanismos de acumulação, regula os "níveis em que ocorrerá a apropriação da mais-valia pelas classes" (CSCC, 1982, p. 25), transforma-se em produtor e abriga uma burocracia empresarial, "a luta reivindicativa 'da sociedade' passa a ser, *ipso facto*, uma luta 'dentro do estado'" (DAL, 1984, p. 54).

Assim, o processo de "politização da economia" e de penetração cada vez maior do estado no espaço econômico – especialmente nas sociedades latino-americanas, em que torna-se produtor e "passa a fazer parte da sociedade civil"[9] (ELDM, 1983, p. 17) – demonstra, segundo Cardoso, que os limites entre estado e sociedade civil, ou entre economia e política, estão desfeitos. Com isso, a velha distinção clássica entre estado e sociedade civil desaparece, pelo que clama: "Voltemos hoje a tradição 'jusnaturalista' em que estado e sociedade se fusionam /.../ e não há distinção tão clara entre /.../ a força política e a força social"[10] (SE, 1984, p. 32).

Nova estruturação social e crítica às oposições

Nessa direção, Cardoso passa a criticar alguns setores da oposição brasileira que, no seu entender, analisam a sociedade e o estado a partir da sua clivagem e formulam propostas políticas baseadas no modelo de sociedade e nas experiências históricas do século XIX e da fase do capitalismo competitivo, que se movia de maneira distinta da fase atual do capitalismo monopólico.

Para ele, a esquerda que se forjou em meio à luta contra o autoritarismo procurou imprimir uma prática distinta daquela do pré-64, mas acabou por cometer outros

---

[9] Para o autor, o caso italiano é um exemplo bem próximo da situação da América Latina, uma vez que ali o estado também interpenetra a sociedade. Ver SE, 1984, p. 32.

[10] Isto porque, segundo o autor, na tradição jusnaturalista (que inclui Locke e Rousseau), sociedade civil significa sociedade política.

equívocos derivados da incompreensão sobre a nova dinâmica entre estado e sociedade, isto é, partindo da separação entre ambos[11]. A velha esquerda limitara-se ao circuito político entre partido e estado, desprezando os movimentos sociais e a dinâmica da sociedade civil; a nova esquerda, para não incorrer no mesmo erro, despreza completamente o estado e prima pela "base" da sociedade. Para esta concepção, tanto o estado quanto as instituições em geral estão comprometidos com as elites, apartados dos interesses da "sociedade civil" e, portanto, asseguram a dominação social, de modo que qualquer tipo de regime político – não apenas o autoritário – "que não haja emanado diretamente da base da sociedade – é uma espécie de ardil que prepara a manipulação da massa". Emerge, assim, segundo o autor, uma visão idílica das bases, já que "os caminhos da transformação social em favor dos assalariados e dos pobres dependerá da ação e da organização da 'sociedade civil' a partir dela própria, sem conexões com o estado e com a sociedade política (QP, 1978, p. 9). Resultam, pois, dessa visão propostas de lutas circunscritas às comunidades de base, à igreja e afins, prescindindo do partido e do estado, isto é, acaba-se rechaçando qualquer caminho de luta que inclua a sociedade política: o estado e as instituições.

Avalia Cardoso que, no fundo, essa concepção "basista" deriva, em certa medida, de uma avaliação mal feita da história das instituições políticas no Brasil, em que, de fato, "os interesses populares acabaram sempre estiolados pelo peleguismo, pela manipulação estatal, pelas oligarquias partidárias etc". Mas a crítica às mazelas das práticas partidárias e institucionais do passado, embora legítima, resultou, no seu entender, numa ideologia antipartido e na crença no "espontaneísmo" ou na missão "salvacionista" das bases. Produziu-se, desse modo, um Hegel "invertido", pois, para esta concepção "basista", a sociedade civil "seria a encarnação da moral objetiva e no seu desdobramento engoliria o estado, e quem sabe o dissolveria na negociação direta da base com a base. O espírito absoluto baixaria do estado para aterrissar na sociedade civil, saltando a verdadeira questão que é a dos interesses contrapostos e da dominação" (QP, 1978, p. 11). Assim, a "nova esquerda", para não sucumbir nos mesmos erros da esquerda pré-64, acaba desprezando completamente o estado e as instituições. E, ao primar pela "base" da sociedade, simplesmente não formula "as questões reais e concretas da organização do

---

[11] Cabe esclarecer que a crítica de Cardoso à "esquerda" muitas vezes é feita num sentido muito genérico e abrangente, sem especificar seus mentores intelectuais, e muito raramente menciona os partidos, restringindo-se, desse modo, às principais concepções que norteiam os agrupamentos de *oposição* no Brasil.

poder e do estado", tornando-se, portanto, "incapaz de articular lutas que levem de fato a politização das massas a encontrar-se com o enigma do Poder" (PPB, 1982, p. 4)[12].

Outra vertente da oposição, que Cardoso define como a expressão das "tendências ultra-esquerda" (QP, p. 10) que preconiza um partido de "vanguarda", o partido do "proletariado" cujo objetivo é a destruição do "estado burguês", também acaba dando as costas ao estado e ao sistema representativo visto que privilegia a organização política no âmbito dos setores produtivos (fábricas e campo).

O principal equívoco, então, dessas concepções sempre desconfiadas das "cúpulas" e das "instituições político-representativas" seria não indicar os meios pelos quais a sociedade fará a transformação social – estes se constituem, para Cardoso, pelas instituições e, sobretudo, pelo estado. Assim, partindo do pressuposto de que houve no capitalismo contemporâneo um "amálgama" entre estado e sociedade, o autor vai sugerindo que o centro das mudanças não está na sociedade civil e nem nas "bases", mas no estado, isto é "Aqueles que pensam em estado por uma parte e sociedade por outra, não pensam, fazem metafísica. Para pensar o real, para pensar as lutas, para pensar nas políticas efetivas, tem que pensar que as mesmas disputas que há na sociedade estão dentro do estado" (SE, p. 33).

Nesse sentido, considera que as proposições tanto de talhe liberal-democrático, que prescreve a democracia parlamentar como a expressão mais adequada de organização e controle da sociedade civil, quanto as oriundas da versão marxista, que consideram as instituições como reprodutoras das desigualdades sociais, são insuficientes para enfrentar os desafios políticos postos por esta "fusão" entre estado e sociedade civil. Destas vertentes não emergiriam soluções democráticas para contrabalançar as formas de interferência crescente do estado na sociedade: a primeira porque tem a ilusão de que a defesa dos valores democráticos, a organização partidária, a atuação parlamentar sejam suficientes para controlar o estado, a segunda (tanto a "basista" quanto a "dogmática") seja porque repudia qualquer tipo de luta institucional seja porque a própria questão da democracia representativa lhe aparece como uma "falsa questão".

Cardoso passa a reivindicar, então, uma teoria política que repense a ação política e os mecanismos de representação: o papel do partido, do sindicato e das demais instituições e, sobretudo, as formas de articulação destas instâncias com o estado, já que, para fazer

---

[12] Esta "nova esquerda", segundo o autor, também será formada pelos setores esquerdistas do Partido dos Trabalhadores.

face à questão da política e da transformação no mundo contemporâneo, há que reconhecer que o "amálgama" que se processou entre estado e sociedade faz com que "a luta reivindicativa 'da sociedade' passa a ser, *ipso facto*, uma luta 'dentro do estado'" (DAL, p. 54). De modo que não é mais possível pensar a política, os partidos e movimentos sociais à luz da concepção liberal, forjada na fase do capitalismo competitivo, que prescreve – teoricamente – a limitação do poder do estado, ou através da concepção marxista, que pressupõe que "A verdadeira emancipação humana deverá ser obtida por intermédio das 'forças sociais' da sociedade civil e não do estado" (ECM, pp. 8-9).

Assim, uma vez que a estrutura do capitalismo monopólico, com grandes unidades de produção, não sobrevive sem o estado e se este passa a fazer parte da sociedade civil e se "a luta reivindicativa da 'sociedade' passa a ser *ipso facto* uma luta dentro do estado" (DAL, p. 54), todas as questões econômicas e sociais, tanto no que se refere à articulação do país na ordem mundial quanto no que diz respeito ao encaminhamento de seus problemas internos, dependerão "das respostas" que as sociedades periféricas "possam dar quanto ao que seja o seu próprio estado" (CEM, p. 100).

Seguro disto, Cardoso afirma que os setores da oposição brasileira que se orientam mediante a dicotomia entre estado e sociedade, privilegiando, freqüentemente, a ação política no âmbito da sociedade civil, acabam deslocando "a luta de sua arena, que é o estado" (IAP, p. 126). Assim, este vai se tornando, para o autor, o elemento vital para uma perspectiva de transformação social, e é nessa direção que, mais tarde, por exemplo, analisando já a crise do regime político – ou, mais precisamente, o "esfacelamento" da "unidade do bloco de poder" que sustentou o regime militar –, Cardoso considera que se estava assistindo, talvez no sentido gramsciano, a "uma 'crise de hegemonia' ainda sem alternativas", e sugere que o enfrentamento dessa situação implicaria em repor a "questão da representatividade política" sem que isso significasse "comprar o pacote inteiro do liberalismo" (CD, p. 261). Já que, além da problemática da organização institucional e autônoma da sociedade civil, é preciso encontrar meios para democratizar o estado, uma vez que "é teoricamente insatisfatório e politicamente pouco eficaz imaginar uma política de transformação social que não diga o que fazer *no* e *com* o estado para redirecioná-lo em benefício da maioria" (CD, p. 265).

Ocorre ainda que, além da problemática da "politização da economia" e do "entrelaçamento entre estado e sociedade" no capitalismo contemporâneo, há, segundo o autor, uma nova especificidade da sociedade atual – mais forte ainda nos países de desenvolvimento dependente, designada por ele como "sociedade de massas" – que, por

sua vez, também exige uma redefinição tanto dos parâmetros conceituais para análise da estrutura de classes quanto dos novos instrumentos de luta e das possibilidades de mudanças.

Segundo Cardoso, o Brasil está entre aqueles países que consolidaram a forma de desenvolvimento dependente-associado e se readequaram de forma positiva às novas etapas da divisão internacional do trabalho, passando a se mover econômica e socialmente pela dinâmica da internacionalização. Tal processo de desenvolvimento, apesar de seus desajustes econômicos e sociais, tornou a sociedade brasileira mais complexa, dinamizou o mercado de consumo interno, acelerou a urbanização e ampliou a classe média e a massa de trabalhadores assalariados, tanto na indústria quanto no setor de serviços modernos e mesmo na área rural, em decorrência da capitalização da agricultura. Adverte o autor, entretanto, que o padrão de desenvolvimento capitalista, bem como o novo "modelo societário" que daí emerge, não se põem sobre os mesmos pressupostos europeus e nem surtem as mesmas conseqüências. Como se viu, são sociedades que se industrializaram de forma rápida, eliminando etapas, passando de uma economia de base agroexportadora e se inserindo num processo de industrialização capitalista já em sua fase oligopólica, portanto, não conheceram a fase do capitalismo competitivo, fato que impediu, entre outras coisas, a formação de uma ampla pequena burguesia. Nesta comparação, a despeito das diferenças entre os países avançados, existe uma "homogeneização da classe trabalhadora", fenômeno que não ocorre nos países de economias dependentes, cujas condições de trabalho e de subsistência são não apenas inferiores às dos países centrais, como distintas entre os trabalhadores urbanos e rurais e mesmo entre as categorias urbanas. Isso significa que há uma "heterogeneidade estrutural" em países da periferia que não se verifica entre os países avançados, isto é, aqui a estrutura de classes é outra, tanto no que se refere à classe trabalhadora quanto no que concerne à classe dominante – esta formada por uma burguesia nacional caudatária do estado e do capital estrangeiro e por um "empresariado estatal" que, por conta disso, expressa um estilo de dominação de classe mais apoiado no estado que nos partidos e obsta freqüentemente a participação das massas.

Além disso, como se viu, seguindo Cardoso, a forma de acumulação adotada, que começa por onde as economias centrais terminaram, pautou-se pelo investimento nos chamados bens de consumo duráveis: automóveis, eletrodomésticos e correlatos, priorizando-se, pois, a produção em maior escala de gêneros de "consumo de massa", sem reversões de monta para o conjunto da sociedade. Tal padrão acabou por acentuar uma tendência já existente de concentração da riqueza que, no seu entender, foi "mantida,

sobretudo, por uma repartição desigual de terras", diferente dos países mais avançados, que facilitaram o acesso à propriedade, como nos EUA, ou fizeram a "revolução agrária", a exemplo dos países europeus. Transplanta-se, segundo o autor, para o interior das sociedades, um "estilo de consumo e de vida" - real para as camadas altas da população, porém apenas desejado pelas demais, isto é, desenvolve-se aqui uma versão distorcida do chamado "consumo de massa" das sociedades industriais avançadas, de modo que as "sociedades de massas" daqui não se dão num contexto da "abundância", mas se põem de forma "pervertida" (QP, p. 3).

Entretanto, a forma societária que emergiu da internacionalização da economia brasileira produziu um "estilo de vida" que, embora não se ponha num contexto da "abundância" – fato que implicaria uma menor exclusão e heterogeneidade estrutural –, expressa uma "homogeneização cultural", visto que os meios de comunicação de massa, especialmente a TV, transmitem e manipulam, ao lado da empresa e do estado, aspirações de consumo e os estilos idealizados de vida[13]. Ressalta, contudo, que se é certo que no contexto de uma "sociedade de massas" e de um regime político "autoritário" as massas estejam submetidas a mecanismos econômicos e políticos de exclusão e manipulação que conduzem "à apatia e à incapacidade de mobilização" (SPCP[14], 1976, p. 148), não é certo que sempre respondam passivamente a esses mecanismos, pois as insatisfações reais levam os indivíduos a se oporem às condições de vida e a redefinir as mensagens que recebem. Daí que o descompasso entre uma homogeneização no plano subjetivo e as dificuldades objetivas para satisfação das expectativas imprimidas pela "cultura de massas" na população, especialmente naquela parcela destituída de condições mínimas de sobrevivência, permita certas reações, ainda que "os liames unificadores" sejam frágeis[15].

Entretanto, segundo o autor, parte da esquerda brasileira "desconhece" tanto o fenômeno da "politização da economia" e do entrelaçamento contemporâneo entre estado e sociedade, quanto "a heterogeneidade constitutiva da sociedade brasileira e sua contemporaneidade, simultânea, com as sociedades chamadas imprecisamente de pós-

---

[13] Ver PSDO, 1983, p. 181.

[14] Trata-se da pesquisa publicada sob o título *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo, Edições Loyola, 1976. Este estudo foi realizado pelo Cebrap, a pedido de Dom Paulo Evaristo Arns, e contou com a participação de Cardoso, Cândido P. Ferreira de Camargo, F. Mazzucchelli, J. Álvaro Moisés, Lúcio Kowarick, Maria H. Tavares de Almeida, P. Singer e Vinícius C. Brant. Foi patrocinado pela Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. O intuito era examinar a situação de vida da periferia e da chamada "pastoral do trabalho".

[15] Veremos adiante que essas mudanças, para o autor se constituíram em elementos "desestabilizadores" do regime político.

industriais'" (QP, p. 15). Ou seja, uma parcela da esquerda ficou presa ao pensamento do século XIX e não "entendeu" que as transformações nas forças produtivas do sistema capitalista oligopólico, com a introdução da microeletrônica e da automação, alteram profundamente as relações de produção, reconfigurando a composição e o comportamento da classe trabalhadora. A antiga classe média deixa de ser proprietária e passa a compor a massa de assalariados, que por sua vez se amplia em decorrência da modernização do setor de serviços, que cresce mais que o setor industrial de maneira que a economia capitalista atual não se sustenta apenas sobre o trabalho operário, mas por uma grande massa de assalariados com uma pauta de interesses diversos.

Por outro lado, esse mesmo processo de modernização, que aumenta os níveis de produtividade, faz com que o salário transforme-se numa questão meramente política, segmentando ainda mais os interesses da classe trabalhadora e, com efeito, alterando a força política de cada segmento do trabalhador. Cardoso acredita, inclusive, que os critérios salariais não passam mais pela esfera da produção, "não sobrevivendo mais a relação entre o esforço despendido no trabalho e o que se ganha, como era no passado. Marx previu isso. Marx achava que, quando isso acontecesse, haveria diretrizes certas para não explodir. Só que não explodiu e produziu-se uma capacidade animal de produção que nada tem a ver com o trabalho despendido. Então, o que é o salário? Converte-se em uma relação política de quem pode mais" (DN, p. 60).

Conclui que essas mudanças levaram a uma nova forma de sociabilidade que exige novos critérios para a análise das classes e novos instrumentos de luta. Ou seja, as novas formas de percepção e de comunicação dos indivíduos extrapolam as relações de produção, visto que existem mecanismos – postos, sobretudo, pela mídia – que uniformizam o comportamento e o modo de pensar dos indivíduos, de maneira que, para identificar entre os trabalhadores "white-collars" e "blue-collars", (que expressam diferenças em termos de capacitação e de rendimentos) quem é pequena burguesia e quem é proletariado "é preciso considerar a representação que eles formam sobre suas funções na sociedade e a própria ação política prática que desempenham, sem deter a análise no nível das simples relações de produção" (CSCC, p. 27). Para isso, o autor lança mão da noção de "sociedade de massas", cuja especificidade são os "particularismos" – ainda que ressalte que sociedade de massas não é "sociedade sem classes" – que fornece certos "papéis", "valores" e "comportamentos" que se dão por "intermédio de canais de comunicação e da sociedade mais ampla" (CPCSP, p. 1). Marx, no entender de Cardoso, não fez uma análise das classes em termos simples; n'*O capital*, por exemplo, "referia-se

às 'três grandes classes' a partir da forma pela qual se distribuía a mais-valia: capitalistas, proprietários fundiários e assalariados", e no *Dezoito brumário* a luta de classes ia para além da dicotomia burguesia x proletariado. Além disso, Marx não teria tratado as classes sociais somente a partir das relações de produção, pois levava em conta as representações: as ideologias. Ora, Cardoso tenta se apoiar no filósofo alemão, mas acaba autonomizando a esfera das "representações" individuais das relações de produção, como se a subjetividade humana se desenvolvesse por mecanismos paralelos e autônomos: de um lado, emergem objetivos específicos, oriundos da forma pela qual cada trabalhador insere-se na produção, mas que fragmenta a classe trabalhadora; de outro, surgem aspirações, criadas pelos meios de comunicação de massa, que interferem no comportamento dos indivíduos.

De qualquer modo passa a sustentar que, se o capitalismo na periferia não percorreu as mesmas etapas dos países avançados e nem sofreu os mesmos efeitos sociais e econômicos, é necessário estabelecer "outra fenomenologia das classes que, partindo do que chamei de *blend* específico das sociedades industriais-dependentes, se liberte do esquematismo das analogias com as situações de desenvolvimento originário e perceba que se é certo que a industrialização cria, e cria rapidamente, um proletariado; este por mais que cresça em números absolutos, não será mais uma posição de classe que generaliza por seu número, posto que a nova sociedade é tanto industrial – à antiga – como de serviços e 'programada', como escreveria Touraine" (DADTD, 1983, p. 458). Ou seja, se os avanços no sistema produtivo nos países avançados e nos periféricos redefinem a estrutura das classes sociais, se o operariado declina numericamente, dando lugar a outras categorias de trabalhadores, isto é, se a camada assalariada se diversificou e surgiram categorias com posições estratégicas no novo sistema produtivo, - a exemplo do trabalhador altamente capacitado que "atua diretamente sobre o setor moderno da produção capitalista", de modo que "uma greve no setor de computação que afeta a automação é mais nevrálgica do que uma greve do proletariado têxtil" (CSCC, 1982, p. 28) – o peso estratégico que o operariado tinha no século XIX não é mais o mesmo, de modo que sua força e capacidade de transformação dependerão, sugere o autor, de uma aliança "com os 'produtores intelectuais diretos" (CSCC, 1982, pp. 26-7).

Assim, na medida em que a sociedade não mais se configura por duas classes sociais apenas, mas por vários "segmentos", não é mais possível pensar, segundo nos sugere, que a história seja a história da luta de classes entre burguesia e proletariado, pois o "confronto político" não se dá mais nesse nível, mas "se desdobra em múltiplas e

assimétricas contradições: as transformações sociais das sociedades contemporâneas ocorrem quando há uma precipitação e uma espécie de fusão (às vezes inesperada) de crises e tensões que eclodem em planos diversos. Estes, por si, sem que repercutam ao nível das relações produtivas, também são impotentes para propor o futuro: mas a recíproca, se não é decisiva, é pelo menos suficientemente importante para ser tomada em conta" (QP, 1978, p. 19)[16]. Isso não quer dizer, continua Cardoso, que a referência ao capital e às classes perdeu vigência, mas que a dinâmica do capitalismo oligopólico e da sociedade de massas exige uma nova forma de organização política, visto que nesse novo contexto, no qual os meios de comunicação de massa passam a disputar a opinião pública ao lado dos partidos e demais instituições, não cabe pensar que as soluções políticas sejam as mesmas do passado.

No entanto, uma parcela da oposição brasileira, que manifesta "tendências ideológicas da ultra-esquerda", ainda sucumbe a analogias com as transformações políticas dos países de desenvolvimento capitalista originário, tendo como modelo as experiências socialistas e formas de organização típicas das situações européias, e preconiza um modelo de partido baseado nos setores de vanguarda para a derrubada do "estado burguês". Com isso, negligenciam, segundo Cardoso, não apenas as especificidades da sociedade brasileira, mas também a dinâmica das sociedades de massas, cujas "questões não se colocam somente a partir das relações de classe" (IAP, p. 187), de maneira que torna-se inadequada a idéia de que nessa nova sociedade "primem os interesses do proletariado

---

[16] A idéia é que as mudanças podem se dar em qualquer nível da sociedade e não apenas a partir dos conflitos das relações de produção, ou seja, sem que o confronto ocorra entre burguesia e proletariado. Nesse sentido dirá que as teorias clássicas já não explicam os processos de mudança da sociedade contemporânea, de maneira que nenhum sociólogo pode dispor de uma teoria da mudança social. Com base nisso, Cardoso desenvolve a idéia de "curto-circuito" para explicar o processo de mudança, beirando mesmo ao relativismo: "Na melhor das hipóteses dispomos hoje de uma teoria do 'curto-circuito' que se aplica *ex-post*. Aí, depois de ocorrida uma greve, ou uma alta dos preços dos produtos básicos (como na Polônia), ou uma mobilização urbana-religiosa (como no Irã), ou um movimento reivindicativo do tipo libertário-estudantil (como em Nanterre, em 1968), ou uma luta guerrilheira prolongada que inicialmente era impulsionada por ideais libertários considerados 'de classe média', é possível que o choque produzido num ponto do sistema social se propague e se generalize por toda a sociedade e pelo sistema político. Entretanto, o fator que dispara a reação em cadeia – como se vê nos exemplos citados – tanto pode estar localizado no centro nevrálgico do sistema de dominação social e política como pode localizar-se - tal é o caso das reivindicações estudantis – nos pontos distantes desse mesmo centro. E o tipo de movimento que provoca o curto-circuito é também muito variável, da luta urbana à guerrilha rural; da reivindicação econômica à cultural. Por certo a generalização eventual do curto-circuito e o incêndio que ele provoca são explicáveis. E a distância das classes, a situação econômica, o papel opressivo do estado, etc., são recuperados na explicação. Difícil é prever o que politicamente é essencial: onde estão situados os 'motores de arranque' e quando eles provocarão em cadeia. /.../ Ao invés de Uma só Teoria, teorias de mudança. Ao invés do Ator privilegiado, um caleidoscópio quanto a agentes de mudança. Ao invés de um Resultado único, homogeneizador, universal, uma distribuição mais nuançada e rica de alternativas históricas" (RPMS, 1981, p. 8).

porque esses são os portadores do futuro" (QP, 1978, p. 13). Um partido moderno defende, terá que agregar, também as novas demandas da sociedade que passam pelos movimentos de "classe média", tais como "as reivindicações em relação ao meio ambiente, as reivindicações das mulheres, das minorias" (IAP, 1983, p. 112)[17].

De qualquer modo, é com base nessas análises que Cardoso, no momento em que se especula sobre o fim do bipartidarismo, por volta de 1978, e trava-se o debate sobre a formação de novos partidos, contrapõe-se àquelas "analogias" e a algumas propostas partidárias, que no seu entender, não poderiam responder aos desafios da redemocratização para além da "proposta de democracia restritiva e de base oligárquica oferecida pelo governo". Passa a propugnar, então, um partido dos assalariados, uma espécie de agremiação mais heterogênea e menos classista[18].

Cardoso também adverte que, nas sociedades modernas, o partido enquanto instrumento de representação é quase sempre limitado; especialmente em países como o Brasil, que não têm sequer uma tradição partidária, a articulação dos partidos com os movimentos sociais é freqüentemente circunstancial e temporária. Além disso, existem outros "elos" de mediação entre estado e sociedade que passam pelas universidades, "essa instituição fundamental da sociedade moderna, porque confere os saberes especializados, os quais por sua vez dão força aos que os possuem"; passam ainda pelos órgãos de comunicação, pelos sindicatos, pelas igrejas, bem como pelos movimentos sociais.

---

[17] Ademais, segundo o autor, os próprios partidos de esquerda, em solo europeu, já vinham tentando se refazer, desde os anos 50, em face das vicissitudes da sociedade de massas, convertendo-se em partidos de massas e/ou em partidos bastante heterogêneos. Vejam-se os partidos socialista espanhol, comunista italiano e o socialista francês, que se converteram num "amálgama" ou no que o autor denomina, por vezes, de partido "ônibus", sem diferenciação doutrinária, "onde todo mundo pode entrar" (DN, p. 31), que agrega, pois, diferentes segmentos da sociedade: trabalhadores, classe média, empresariado. Para o autor, essa heterogeneidade dos "novos" partidos não os enfraquece, ao contrário, "Isto é condição de poder na sociedade moderna, que não é uma sociedade que se fragmenta em blocos homogêneos e contrapostos, como era no século 19" (IAP, 1987).

[18] Forma de partido esta que poderia emergir do próprio MDB e posteriormente do PMDB. Vale registrar que Cardoso recusa-se a entrar para o Partido dos Trabalhadores porque avalia que este "nascia sob uma forma velha" (MP, p. 215): partido dogmático, sectário, que pretende ser homogêneo. Tornou-se um partido "indefinido": "Não sabe se quer fazer a revolução ou ganhar a eleição, e fica nesse ziguezague, que dificulta e levou o PT a se estreitar tanto que perdeu bases em São Paulo. /.../ Por isso não estou no PT. Queria um partido de características de massa realmente, e que tivesse características de incorporação do que é o setor democrático de esquerda e democrático do PMDB, mais do que é o PDT que é o PT. O que ganhou não foi isto. Foi uma idéia de inspiração mais trotskista e de comunidade de bases, que são ambas, por razões opostas limitativas. Uma porque tem consciência revolucionária dos puros, poucos e bons, e outra, que tem consciência de base, mas achando que é preciso remodelar o mundo sem o estado, na base de que na luz do dia-a-dia a comunidade se refaz. São duas versões de utopia, uma regressiva e outra prospectiva, que é a trotskista; antagônicas, mas ambas não permitindo o crescimento de um partido de massa" (IAP, 1982, pp. 188-9). Pouco depois, avaliando o desempenho dos novos partidos, afirma que "Em São Paulo, onde a classe trabalhadora conta, o PT e o PMDB ocuparam o eventual espaço de um partido social-democrata" (PH, 1983, p. 106).

Portanto, "Deve existir uma visão mais pluralista da mudança e do controle da sociedade, pois a idéia do partido como eixo fundamental acaba sendo totalitária. Totalitária e impotente, porque a sociedade não se submete a esse eixo" (ELDM, 1983, p. 20). A despeito, contudo, de sua heterogeneidade, de suas limitações representativas, de sua "tensão irredutível" com os movimentos sociais, os partidos terão a função de "unir a importância do debate parlamentar com a reivindicação específica da sociedade", isto é, devem fazer a ponte entre os anseios das massas e as instâncias políticas decisórias, fundamentalmente para encontrar formas de controle sobre o estado[19].

De modo geral, essas teses estarão, como veremos, orientando suas propostas para a chamada redemocratização do país.

2.2. Reativação da sociedade civil e democracia substantiva

Cardoso, por volta de 1973, ao analisar as possibilidades de dissensões e alternativas ao "regime autoritário", julgava que não havia justificativas suficientemente fortes para a continuidade do regime de exceção, seja do ponto de vista da conjuntura externa – o arrefecimento da chamada guerra fria, que acalentara a "idéia de guerra subversiva" –, seja no que diz respeito às "necessidades" de acumulação. Cabe lembrar que o autor insiste na idéia de que não há relação causal ou de determinação entre desenvolvimento econômico e regime político. Este, quando assume no Brasil uma forma ditatorial, tratada pelo autor como dominação burocrático-autoritária, expressa mais os interesses dos grupos burocráticos que passaram a controlar o estado que os das classes dominantes, locais e internacionais. De maneira que – se, de fato, nos primeiros anos, o "regime autoritário" favoreceu a acumulação através de uma política de arrocho salarial e desmantelamento das organizações sindicais – naquele momento em que ainda persistia a "euforia" do "milagre" econômico, "as mudanças ou o imobilismo político dependerão mais da dinâmica dos grupos ligados diretamente ao estado do que de um hipotético empresariado competitivo que alimentaria uma concepção liberal de mercado, ou, no pólo oposto, de um empresariado ávido por manter o controle salarial e a repressão sindical", isto é, a mudança do "regime autoritário" dependeria, em sua avaliação "mais de fatores

---

[19] Para Cardoso, o partido não pode ser a síntese dos movimentos sociais, como pensa Pietro Ingrao, porque eles são "policlassistas". Nessa direção, também irá discordar do PT, que pretende atrelar a política partidária aos movimentos sociais.

definidos no plano propriamente político do que, de imediato, no plano econômico" (AD, p. 231).

Nesta linha, o autor observa que o regime começara a expressar uma espécie de "esclerose" de seus canais decisórios e pontos de degeneração permissiva, que acabaram por gerar insatisfações e conflitos entre as próprias classes de apoio ao bloco de poder, como se viu na forma e na repercussão da articulação da candidatura Geisel, em que a unidade da corporação militar foi abalada[20]. Ou seja, além daquelas divergências iniciais quanto ao modelo institucional – isto é, a colisão latente da facção militar propensa à "legalidade da revolução" com o aparelho repressivo – e dos choques entre o "nacional-estatismo" e uma orientação "liberal-imperialista", os próprios mecanismos de decisões nas "cúpulas" e o "secretismo" "terminaram por gerar insatisfações e por aumentar a distância entre as duas faces do sistema político brasileiro: a que expressa a agregação de interesses sociais e econômicos de uma parte da sociedade civil e a que resolve pela cooptação elitista os interesses corporativos" (AD, 1974, p. 231).

Além desses focos de dissensão no interior do próprio regime, outros começaram a despontar em decorrência do anacronismo que foi se produzindo entre uma estrutura política baseada na "burocratização do eixo de poder", no controle das informações, na apatia e na desmobilização das massas e uma sociedade que havia se modernizado. Ou seja, a própria dinâmica do desenvolvimento dependente-associado alterou a configuração da sociedade, tornando-a mais complexa, com demandas econômicas e sociais e pressões típicas de uma "sociedade de massas", que vive sob o compasso dos meios de comunicação, "que difundem os valores e os modos de vida prevalecentes noutras partes do mundo" (AD, 1973, p. 233), de modo que um dos focos de dissensão escapa do horizonte de previsibilidade do regime, pois resultou do próprio desenvolvimento econômico, tecnológico e urbano. Assim, as reivindicações e tensões que daí emergem não encontram canais para se expressar, gerando, com isso, "situações complexas, onde a barganha se torna cada vez mais difícil"; portanto, se punha a necessidade de institucionalização do poder, isto é, era necessário criar canais de legitimação dos conflitos da "nova" dinâmica social.

Havendo, assim, em sua avaliação, uma coincidência tática favorável à mudança – dada tanto por elementos internos ao "regime autoritário" quanto por focos de distensão

---

[20] O SNI é um exemplo emblemático de autonomia e de ausência de responsabilidade do estado. Daí que, quando o general Geisel assume o comando, Cardoso afirma que "quase se pode dizer dele com alívio: 'Regem habemus'" (CD, p. 199).

que escaparam a seu controle, isto é, a contradição entre o "estilo burocrático-repressivo do regime" e a dinâmica da sociedade industrial – Cardoso passa a defender a proposta de "reativação da sociedade civil". Esta poderia se dar através de um pacto, ao qual invoca, por vezes, uma tomada de posição tanto dos dirigentes do estado, especialmente daqueles com consciência dos riscos de um "totalitarismo anacrônico", quanto dos setores da oposição, que devem perceber os pontos de interseção entre os ideais democráticos e os pontos débeis produzidos pelo regime. Este pacto, diferentemente das alianças do passado que deram guarida ao estilo populista, expressaria "uma espécie de compromisso múltiplo entre a burguesia internacionalizada e os empresários públicos, entre a existência de uma sociedade de massas (e, portanto, a necessidade de definição de alguma forma de participação popular) e uma condução política patrimonialista e elitista" (AD, 1973, p. 236). A viabilidade desse compromisso dependeria do reconhecimento mútuo da "necessidade de legitimação dos conflitos" que garantiria um certo grau de liberalização política, isto é, "um clima de liberdade e respeito que permita a reativação da sociedade civil, fazendo que as associações profissionais, os sindicatos, as igrejas, os grêmios estudantis, os círculos de estudos e debates, os movimentos sociais, em suma, exponham de público seus problemas, proponham soluções, entrem em conflitos construtivos para o país", e "dentro do aparelho de estado também será preciso legitimar as divergências construtivas". Não se tratava ainda de uma efetiva democratização da sociedade, mas constituiria num avanço político que permitiria "pensar em redemocratização e preparar-se para ela" (AD, 1973, pp. 238-9).

Ocorre, entretanto, que pouco depois desse diagnóstico e sugestões programáticas para uma possível flexibilização do regime, o país está às voltas com a crise do "milagre econômico" (1969-1973), elemento este que Cardoso passa a incorporar, como veremos, para explicar as razões da abertura política, sem, no entanto, conferir qualquer tipo de "hierarquia" aos elementos "desestabilizadores" do bloco de poder.

O governo Geisel e o II PND: elementos para uma proposição econômica

Abordaremos, agora, o posicionamento de Cardoso sobre o governo Geisel, no tocante à tentativa deste de reorientar a estrutura produtiva do país através do II Plano Nacional de Desenvolvimento, passando, em seguida, ao exame das proposituras do autor para a democratização do país.

Cabe assinalar que Cardoso reconhece que o país, a partir de 1973, estava sofrendo os reveses de uma dupla crise: a crise externa – a recessão generalizada do sistema capitalista, que operou entre os anos 1974-75, aliada à crise do petróleo –, e a crise interna – decorrente das distorções próprias do modelo de desenvolvimento dependente-associado. Essas distorções, segundo Cardoso, remontam à forma pela qual as economias periféricas se industrializaram e se vincularam ao sistema capitalista internacional, num momento em que a expansão deste exigia a ramificação de parte de seu sistema produtivo. Ocorre que a internacionalização do mercado interno dá-se numa situação de "incompletude" do capital local, erigindo-se, então, um padrão de desenvolvimento e consumo que é comandado pelos centros hegemônicos do capitalismo internacional, isto é, "a forma dependente de acumulação quer dizer precisamente que o setor da produção de bens de produção e o setor financeiro do sistema se abrem para o exterior e dele requerem os elementos para sua expansão continuada" (AD, 1975, p. 16). A partir daí, os setores oligopólicos internacionais passam a controlar internamente setores chaves, mais rentáveis e lucrativos, e ditam o modo pelo qual as empresas privadas e públicas devem atuar. Nessa direção, embora a nova etapa de internacionalização e acumulação tenha se dado em associação com os setores estatais e locais – conferindo aos primeiros um certo controle e margem de manobra –, o padrão de desenvolvimento dá-se pela lógica do capital monopólico e sob a hegemonia do capital externo.[21] De modo que a nova forma de dependência se reproduz com os seguintes agravantes: "por um lado, aumenta o desequilíbrio crônico entre a geração de divisas e a necessidade de importações, por outro, o funcionamento do sistema produtivo industrial continua requerendo a importação de equipamentos e tecnologia que são produzidos nos países do centro" (ID, 1979, p. 38). Ou seja, o modo pelo qual a economia brasileira se enganchou à economia internacional leva a um "estilo de desenvolvimento" em que o controle dos recursos financeiros, de pesquisa e desenvolvimento, é feito pelos centros monopólicos do capitalismo mundial. Nesse sentido, a economia brasileira, de acordo com o autor, "não tem condições de realizar o ciclo completo do seu desenvolvimento", já que, com efeito, a "grande forma de dependência agora é tecnológica e financeira" (IAP, 1979, pp. 53-4).

Assim, o processo de industrialização, especialmente a partir da segunda metade da década de cinqüenta, dá-se pela incorporação de um sistema produtivo destinado à

---

[21] Cabe observar que, no auge do "milagre econômico" o autor enfatizara como positiva a "margem de manobra" do estado brasileiro.

fabricação de produtos finais, isto é, pela dinamização e aceleração do setor de bens de consumo duráveis; contudo, sem que a economia tivesse dominado todo o processo produtivo, notadamente o de bens de produção, ainda que se mantivesse o investimento neste setor e mesmo o intensificado em determinados momentos, o ritmo daquele era maior, o que implicava uma política de importação de equipamentos e insumos industriais. Situação que leva – especialmente durante o "período do *boom*" (1969-1974), em que este padrão foi intensificado –, a uma agressiva política de exportação para bancar os custos das importações. De maneira que, conforme o autor, a estratégia exportadora não fora adotada para suprimir uma suposta debilidade do mercado interno, que, como mostrou, era suficientemente dinâmico, embora concentracionista, para absorver parte considerável da produção - inclusive, as taxas de crescimento do mercado interno eram superiores as de exportação - mas para custear o circuito importador, ou melhor, para "para pagar os custos de um modelo de desenvolvimento que começava por onde as economias avançadas terminavam, operava, portanto, de forma invertida" (PDMA, p. 35).

É a isso que Cardoso denomina de "contradições do desenvolvimento dependente-associado" que irão "pesar" na realidade brasileira, a partir de 1973, sob o governo Geisel. Os efeitos destas distorções se fizeram sentir através do agravamento do déficit da balança comercial e, com efeito, pelo aumento da dívida externa, que praticamente triplicou durante 1971-1974, pelo crescimento dos custos com o pagamento de juros, fretes, *royalties*, *know-how*, turismo etc., pelo aumento da inflação e outros sintomas que são oriundos do que o autor denomina de "dependência financeira e tecnológica". Ou seja, o modelo de desenvolvimento adotado – que se assentava na debilidade (incompletude) do setor de bens de produção e na aceleração da produção do setor de bens de consumo durável – contava, entre outras coisas, com uma política de exportação subsidiada, que, de fato, ampliou e diversificou sua pauta, mas incapaz, contudo, de financiar os custos crescentes com as importações de bens de produção e insumos básicos. Como explica o autor: "a relação entre o valor das exportações e o das importações expressa a deterioração contínua dos termos de intercâmbio. Ou seja, em vez de ocorrer o que os ideólogos apregoavam em 1972 e 1973 (o fim das relações desfavoráveis aos produtos primários quando comparados com o preço dos produtos industrializados), ocorreu a persistência deste processo, apesar do reajuste dos preços do petróleo" (EAE, p. 8). Esses desajustes são mais agravados com a retração do mercado mundial, que leva a um reajustamento dos preços de bens de capital no comércio mundial e reduz a oferta abundante de crédito com os quais as economias dependentes se endividaram para financiar o seu crescimento e, por

fim, com a crise do petróleo. Contudo, a despeito de ter apontado todos esses desajustes estruturais do "modelo", Cardoso afirma que este "funcionou razoavelmente até 1974, quando a contração do comércio internacional e a alta dos preços do petróleo se converteram em sérios obstáculos". Isto é, o autor parece sugerir, em alguns momentos, que se o mercado mundial não tivesse se contraído, seria possível levar adiante as taxas de acumulação sob aquele "modelo". Em outros momentos, no entanto, reconhece que a crise externa não fez mais que intensificar uma situação já posta. Como afirma: "Na verdade, as perturbações da economia mundial só vieram agravar outros tipos de problemas estruturais que a economia brasileira apresenta internamente" (DPM, p. 92).

O lançamento do II PND pelo governo Geisel, cujo objetivo era fortalecer a indústria de base sob uma forte ingerência do estado, provocou inúmeras críticas e resistências, especialmente por parte do empresariado que, logo no primeiro momento, faz uma campanha contra o *estatismo*; mas, segundo a avaliação de Cardoso, à época do lançamento do programa, tratar-se-ia de uma falsa crítica, já que o desafio de Geisel era mais complexo e problemático: tinha de enfrentar uma situação de turbulência, provocada tanto pelo estilo de desenvolvimento dependente-associado quanto pela crise econômica mundial.

O diagnóstico de Cardoso parece ir mais longe ao afirmar que "o estilo de desenvolvimento aberto na segunda metade dos anos 50 e acelerado no período de 68-73 esgotou-se, tendo atingido os objetivos passíveis de serem alcançados por uma economia que se lançou à produção de bens duráveis de consumo – tendo à frente a indústria automotriz – e baseou seu mercado na concentração de rendas" (EAE, p. 8). E chega mesmo a dizer que os militares teriam perdido as chances de reorientar o modelo de desenvolvimento durante aquela fase do *boom*, a fim de reforçar o investimento nos setores de bens de capital e insumos. E quando Geisel, consciente de certos desajustes estruturais, procura "corrigir as falhas do modelo e reconverter a economia" a situação já está por demais adversa. Como afirma o autor: "na época das vacas gordas, quando havia possibilidade de controlar o processo de substituição de importações, não se acelerou o processo de substituição de importações", ao contrário, "adotamos o procedimento mais simples /.../ que é o de acelerar o crescimento dos bens de consumo direto e de consumo intermediário, de consumo final" (EAL, 1977, p. 99)[22]. Ou seja, a política econômica dos

[22] Como questiona em outros momentos, ao tratar da crise econômica: "será preciso saber por que, em 73, não foram tomadas medidas que em seguida o governo Geisel quis tomar, mas era tarde" (DPM, p. 78).

militares acabou acentuando a debilidade já existente do setor de bens de capital ao manter a rápida industrialização do setor de bens de consumo, sem a contrapartida de um programa para a "expansão do setor de bens de produção e para a produção de matérias-primas industriais", e "fazendo inversões improdutivas como a Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói, reforçando, portanto, a situação de dependência" (EAE, pp. 8-10).

Desse modo, Cardoso vai sugerindo que teria sido possível priorizar o investimento nos setores de base, seja porque se dispunha de condições políticas, seja porque as condições externas eram mais favoráveis. E, na mesma linha, sugere que o regime tinha condições de fazer ajustes não apenas em relação àqueles setores de bens de capital e insumos, mas também em relação à questão política e social do país. Como explica: "Mas, o mal, mesmo, foi a revolução não ter, em certos momentos, cortados os nós górdios, ou seja, foi reposto todo o sistema autoritário tradicional. Nenhum passo foi dado, não digo no sentido da esquerda, do socialismo, mas não foi dado um passo sequer no sentido da modernização capitalista dentro da sociedade. A estrutura da propriedade agrária não foi mexida. A estrutura de fixação de impostos não foi mexida. Os privilégios foram reproduzidos numa escala ampliada. Não houve um esforço consistente no sentido de elevar o piso da sociedade" (IAP, 1978, p. 126). Por isso, não revolveram o sistema político. "Fizeram uma montagem do estilo tradicional. /.../. Estamos na República oligárquica, só que essa oligarquia agora é composta de plutocratas, dos grandes bancos e de burocratas, unidos na tarefa de deter a marcha da participação popular" (IAP, 1978, p. 126).

Mais tarde, Cardoso dirá que o regime, ao reforçar o poder das oligarquias do nordeste, mostrou - contrariando as suas expectativas - que os "ímpetos renovadores" do regime acabaram não prevalecendo. Quanto a esse aspecto, cabe chamar a atenção que, se neste momento de crise econômica as análises do autor vêm, de um modo ou de outro, marcadas por críticas tanto ao chamado estilo de desenvolvimento, quanto à condução dos governos militares, é preciso lembrar que suas análises acerca da ditadura militar, durante a fase do milagre econômico de 1969-73, imputavam não poucas positividades às novas orientações do regime. Basta lembrar que, em sua avaliação, o rearranjo político de 64 empreendeu todos os mecanismos necessários para a modernização tanto do estado, quanto da economia brasileira. Embora politicamente reacionário, o movimento de 64 logrou colocar o capitalismo dependente-associado em compasso com o padrão de desenvolvimento do capitalismo avançado, facilitou os ingressos produtivos estrangeiros, reintegrou a economia brasileira no mercado mundial e assegurou uma nova fase de

crescimento econômico, ou seja, os militares "souberam pilotar no sentido do desenvolvimento", que "já era tendencial" (IAP, 1978, p. 126)[23].

De todo modo, Cardoso, naquele momento, entendia que o desafio de Geisel advinha mais daqueles desajustes estruturais, para os quais propunha uma alternativa, que de algum projeto de cunho estatista ou nacionalista, mesmo porque a estratégia não era a de ruptura com as multinacionais. Manteve-se, por exemplo, as *joint-ventures* e as associações, embora com a definição de alguns critérios[24]. Em verdade, segundo sua avaliação, "O ponto crucial da reconversão a que o governo se vê compelido não é o dilema entre estatismo e privatismo, ou nacionalismo e integracionismo, como fazem crer os interessados ou os tolos, mas é precisamente o de promover as rearticulações necessárias para /.../ preparar os mecanismos para um novo patamar de acumulação capaz de fazer frente à necessidade de substituir a importação de bens de capital e garantir a criação ou a continuidade dos programas de produção de insumos industriais básicos (siderúrgicos e não ferrosos, por exemplo), de matérias primas e de fontes de energia (hidrelétrica e não convencionais)" (EAE, p. 10). Visando à reativação da economia a partir dos seus setores mais débeis – os setores de bens de capital e insumos básicos –, isto é, aqueles que pesavam na balança comercial, o governo contava com o mesmo instrumento – o Conselho de Desenvolvimento Industrial, que outrora beneficiou o setor de bens de consumo e as exportações, e com o BNDE, transferindo para o controle deste órgão os recursos do PIS e PASEP, que anteriormente estavam a "disposição da rede bancária privada", para financiamento de empresas estrangeiras[25]. Não é o caso de esmiuçar os programas e outras medidas tomadas pelo governo, mas de observar que o estado altera substancialmente a sua forma de intervenção na economia, e apesar de aumentar os subsídios às empresas privadas, rearticula as prioridades de investimentos, mirando os setores de bens de capital e insumos básicos, setores estes que têm forte presença das estatais. Tratar-se-ia, portanto, de uma proposta que visava dar continuidade

---

[23] Ver também "Primeiro limpar o entulho autoritário".

[24] Considera, no entanto, que as ambigüidades na orientação do governo, tendo à frente Mário Henrique Simonsen e Severo Gomes, respectivamente Fazenda e Indústria e Comércio, tenham contribuído para as especulações em torno do projeto. Valer lembrar que, em 1976, foi abandonada a estratégia do II PND e, em 1977, houve a demissão de Severo Gomes, que era "favorável à defesa da indústria nacional e a uma alternativa de desenvolvimento menos ligada à divisão internacional do trabalho sob impulso das multinacionais, e o fortalecimento subseqüente do ministro Simonsen de linha mais 'ortodoxa'" (CD, p. 239).

[25] O Conselho de Desenvolvimento Industrial reorientou, a partir de 1974, as prioridades econômicas, aumentou os incentivos e benefícios para os setores de bens de capital. Perfaziam ainda o projeto o programa atômico, o programa da Siderbrás, da Petrobrás e da Aeronáutica, entre outros.

ao processo de crescimento, porém reorientando o sistema produtivo, através do estado, que segundo Cardoso "é mais fácil quando os ventos do mercado, inclusive internacional, sopram a favor" (EAE, p. 19). Porém numa conjuntura desfavorável – de crises interna e externa – a resistência do empresariado é inevitável, especialmente daqueles que se beneficiaram com as políticas anteriores e que "investiram nos setores que pareciam conter as galinhas de ovos de ouro (bens duráveis de consumo, indústria de exportação, especulação financeira, construções de obras financiadas pelo BNH etc.) sem se preocuparem com as 'necessidades objetivas do sistema'". Estes setores, numa situação de crise também querem participar "dos benefícios fiscais, dos juros negativos, do mercado assegurado pelo estado e, ao mesmo tempo, querem 'liberdade de iniciativa'" (EAE, p. 23).

Anos mais tarde, Cardoso avalia que a reação inicial positiva de parte do empresariado ligado ao setor de bens de produção cedeu a uma atitude pessimista do conjunto do empresariado porque, para o conjunto desta classe, a tentativa do governo Geisel, que alterava a política que tinha sido implementada em 1964, "foi percebida como irrealista e perigosa. Irrealista porque requeria um esforço de investimento considerado acima das possibilidades do país (o II PND falava em uma taxa de poupança de 35% entre 1975 e 81) e perigosa porque não só aumentava o papel das empresas estatais na dinâmica do desenvolvimento como ampliava a ação reguladora do estado na economia" (CD, 1983, pp. 242-3). Assim, a resistência ao II PND dos setores que perfaziam a aliança forjada em 1964, o peso da crise internacional e da dívida externa, levaram a derrocada do programa em 1976.

Entretanto, importa tomar nota que na avaliação de Cardoso, em 1975, embora reconhecendo que a política econômica do governo contrariava diretamente aqueles setores empresariais, há o indicativo de que se esta "reconversão" fosse feita no auge do "milagre" econômico as oposições seriam menores, ou melhor, ela teria mais chances de êxito: "Como o ensaio geral da reconversão do modelo faz-se com teto baixo e numa conjuntura em que até os setores agrários (por outras razões) somam suas vozes ao protesto dos setores industriais-mercantis-financeiros, que estão sendo marginalizados dos programas de investimento ou estão sendo vítimas da conjuntura recessiva, e culpam os programas governamentais por sua má chance, o Governo Geisel entrou em zona de turbulência" (EAE, p. 22). Cardoso também avalia nessa mesma época, que a tímida política de "distensão social" do governo não poderia resultar num "reforço popular" à sua política oficial, já que para isso seria preciso "revitalizar os sindicatos e dar-lhes maior

liberdade", questão que encontrara obstáculo não apenas no empresariado "assustado" mas também na manutenção "da versão estática de uma política de segurança nacional que garante na prática, o imobilismo social favorável às classes economicamente dominantes" - como se esta derivasse exclusivamente de uma vontade do estado que paira acima das classes dominantes.

De todo modo, ou por isso mesmo, conclui, naquele momento: "Como 'classe de apoio' a uma reconversão econômica com pretendida abertura social resta o '2° escalão' de tecnocratas com 'consciência nacional e social' e a parte da 'burguesia de estado' ligada aos segmentos ilustrados do governo, que poderiam constituir a base para uma espécie de 'autocratismo esclarecido', cujas luzes inquietam os setores não estatais da burguesia, sem atrair o interesse da base popular de que necessitariam para, de fato, transformar-se em força política" (EAE, 1976, p. 23). Ou seja, o autor parece sugerir que a contrapartida de uma flexibilização política poderia "transformar" os setores "ilustrados" do estado "em força política" de modo a ampliar sua base de apoio.

Ocorre ainda que estes setores que inicialmente Cardoso deposita alguma esperança também não assumiram a empreitada, isto é, "as empresas estatais não puderam (e alguns setores da burocracia empresarial pública não quiseram) sustentar o setor local produtor de bens de capital" (CD, p. 244). A partir da derrocada do II PND Cardoso arrefece sensivelmente suas "expectativas" em relação à "burguesia de estado", denunciando mais freqüentemente a autonomia que a burocracia estatal adquiriu com a ditadura e sua responsabilidade quanto à privatização do estado. Como afirma: "muitas vezes os empresários estatais se opõem às políticas de governos que procuram, eventualmente, por exemplo, dar preferências nas compras de equipamentos nacionais, sob a alegação de que por critério de eficiência técnica e lucratividade das estatais, mais vale importar do que fabricar localmente" (PDMA, 1979, pp. 36-7).

Na verdade, a expectativa inicial do autor em relação à burocracia estatal coaduna-se com sua análise que já expusemos, no capítulo anterior, na qual procura demonstrar que dado o peso que o setor estatal tem na economia, ele teria capacidade de definir políticas de desenvolvimento e de influir nos ritmos de crescimento econômico do país, conclusão esta que se vinca a idéia de que a "correlação de forças" que resultou da aliança que sustentara o regime de 64 ofereceria "margem de manobra" para o estado. De modo que, quando sugere que uma tentativa de "reconversão" do modelo, na "época das vacas gordas", teria sido mais fácil, explicita a desvinculação que o autor estabelece, desde o início, entre o estado (de natureza autocrática bonapartista) que se forjou em 64 com o

padrão de acumulação adotado e as classes sociais que as sustentavam. Assim, nos parece que este "regime" não poderia, dada as bases materiais e políticas nas quais se assentava, implementar uma "reconversão" do modelo, como o autor sugere, seja no diz respeito a medidas "autonomistas" seja no que concerne a integração das massas, pois, impossibilidade de autonomia capitalista e exclusão social perfazem a equação do modo de ser e ir sendo do capitalismo brasileiro.

Outro aspecto que merece destaque é o fato de que embora Cardoso pareça ver como assertiva a intervenção do Governo Geisel com miras a reestruturar o sistema produtivo, a fim de preparar as bases para um novo ciclo de acumulação nucleado pelos setores de bens de produção, continua não apostando numa perspectiva de desenvolvimento autônomo, isto é, avaliara que não havia uma tendência favorável ao desenvolvimento baseado "na Empresa estatal e na Tecnologia autóctone", e menos ainda aceitá-la como correta "se o valor principal posto for o bem-estar da população. De fato, em nome desta tendência podem reforçar-se ideologias e práticas altamente perigosas do ponto de vista político e do ponto de vista da distribuição social da riqueza. É portanto mais do que hora para perguntar-se, desenvolvimento em benefício de quem e a que preço?" (AD, 1975, pp. 14-15).[26] De qualquer modo, o autor entendia que estava em questão naquele momento e não destituído de contradições era a definição do "tipo de crescimento" para o futuro, mas que apenas participariam: "o governo, empresas estatais, multinacionais e empresários nacionais privados", já que os demais grupos e classes, de uma forma ou de outra, "continuarão suportando as irracionalidades do mercado até que possam, por sua própria força e decisão, propor-se como alternativa viável para conduzir um processo de desenvolvimento que, diferentemente do atual, consiga, de fato, submeter o mercado à lógica de um Plano Social" (EAE, p. 24).

A partir da crise dos anos 70, Cardoso passa a insistir, ainda que em termos muito genéricos, na necessidade de alteração do "estilo de desenvolvimento" prevalecente no país. Chega a propor, em alguns momentos, uma alteração não apenas com vistas a

---

[26] Cabe registrar que Cardoso critica freqüentemente setores da oposição que vêm como saída a estatização, e nesse sentido colide com as posições do emedebista Saturnino, que preconiza que a empresa estatal "é a fórmula capaz de obviar os graves problemas gerados pela grande empresa, e oferecer à Nação um saldo muito maior de benefícios em favor do desenvolvimento. /.../ Nossa proposta /.../ é que se prossiga, sem temores nem preocupações, no aprofundamento dessa linha de ação ditada pelo pragmatismo e pela realidade brasileira: sem radicalismos, sem executar ou exigir encampações, estatização de empresas privadas que estão em atividade, que estão em expansão; mas sem preconceitos, tomando o estado as iniciativas criadoras, empresariais, onde e sempre que a dimensão do investimento ou do aspecto tecnológico exigir a sua presença" (DCN, 21/6/1976).

fortalecer o setor de bens de capital e insumos básicos, como foi mencionado, mas também na direção de incorporar as massas populares. Vale salientar, contudo, que em relação a essa matéria, diferentemente de outros temas, não há um esforço considerável de sistematização por parte do autor. Colhe-se aqui e ali apenas algumas indicações, não obstante, é possível detectar os termos nos quais chega a propor uma alternativa econômica e em que medida esta se rearticularia com as suas proposições políticas.[27]

Para o autor, o "modelo" econômico adotado não apenas vinculou estruturalmente a economia local ao sistema internacional como acabou determinando "o perfil do 'estilo de desenvolvimento': rendas concentradas, dependência tecnológica, necessidade de importações crescentes e, por conseguinte, exportações também crescentes, papel mais do que ativo – decisivo – da ação estatal para coordenar tudo isso" (PDMA, pp. 35-6). Tal "estilo" definiu também um padrão de consumo e de vida que, se é real para as camadas altas da população, é apenas desejado pelas demais, isto é, uma versão "perversa" ou distorcida do chamado consumo de massa das sociedades industriais. Assinala que o ritmo de crescimento deste 'modelo' provocou um aumento de consumo energético que, além de acentuar a dependência externa, afeta o meio ambiente e a qualidade de vida da população urbana, sobretudo as mais pobres: poluição, sistema precário de transportes, de infra-estrutura, de moradia etc.[28] Dadas essas conseqüências sociais e ambientais, Cardoso adverte que mesmo que os esforços do governo fossem exitosos em buscar alternativas tecnológicas ao petróleo e reduzir a dependência externa em matéria de energia, permaneceria em questão o próprio "estilo de desenvolvimento", isto é, "quem consome energia e para que ela é consumida" (PDMA, 1979, p. 48).

Em outros momentos o autor explica melhor o que vem a ser "estilo de desenvolvimento", quando se apóia num trabalho de Aníbal Pinto,[29] cuja abordagem sobre os países latino-americanos julga ser um razoável ponto de partida para a discussão sobre "outro" estilo de desenvolvimento. Cardoso vale-se da acepção de "estilo de desenvolvimento" empregada por este autor, que a distingue tanto da noção de "sistemas

---

[27] Cardoso reconhecia, ademais, que não tinha claro qual seria o caminho ou projeto; quando indagado, por exemplo, "Que processo você propõe para promover esse povo nesse nível de vida?", Cardoso responde: "Eu devo confessar honestamente que eu não sei a resposta. Se a tivesse acho que nós estaríamos numa situação bem melhor" (CEM, p. 103).

[28] Ver PDMA, 1979, p. 43.

[29] Trata-se de *Notes sur des styles de développemente en Amérique Latina (Notas sobre estilos de desenvolvimento na América Latina)*. Além disso, Cardoso também apóia-se em relatórios de pesquisas da Cepal.

de desenvolvimento" quanto de "estruturas". Os "sistemas" referem-se às instituições e a forma de organização da propriedade; capitalismo e socialismo seriam exemplos emblemáticos de sistemas diferentes no mundo contemporâneo. As "estruturas", por sua vez, concernem ao grau de industrialização e ao "papel (dominante ou subordinado) da economia nacional no mercado mundial". Quanto aos estilos: "são opções, *no interior* de uma estrutura e de um sistema dado, que conduzem à modificações significativas na orientação das políticas de desenvolvimento. Para dizer de uma maneira mais direta: um 'estilo de desenvolvimento' exprime como, num *sistema dado*, os recursos e os bens são repartidos e qual intenção preside a escolha dos bens a produzir, dos serviços a serem disponibilizados, dos modos de produção e dos beneficiários. Este último ponto é da maior importância, porque um estilo se define pela resposta que damos a seguinte questão: para quem o produzimos?". O "estilo de desenvolvimento" se define então pelo "índice de satisfação das necessidades sociais" e este "não depende nem da estrutura, nem do sistema, mas da participação das escolhas políticas". Ainda que existam situações que limitam a escolha de determinados "estilos", implicando em mudanças no próprio sistema, é possível pensar, segundo o autor, numa "estratégia de desenvolvimento que não seja predativa e que a maioria aproveite" (QSD, 1977).

Tomando como parâmetro a dinâmica da produção latino-americana entre os anos 1967-1970, constata que houve uma nítida diferença entre os ritmos de crescimento dos setores denominados tradicionais (alimentação, vestimenta etc.) e as atividades ditas modernas (indústria de base e de bens de consumo duráveis), já que estas últimas se expandiram mais que os primeiros.[30] Correlacionando a dinâmica de investimento e de consumo – ou seja, o quê e o quanto cada camada da população consome – com a distribuição de renda entre os vários segmentos da população, num período maior (1960-1970), observa-se, além de outras disparidades, uma redução dos rendimentos entre aqueles que já possuíam rendas baixas e aumento entre aqueles que já tinham rendas elevadas. Tudo isso evidencia, segundo Cardoso, a conclusão de Aníbal, "os elementos mais dinâmicos do aparelho de produção dependem da *demanda privilegiada* /.../. Em outros termos, para que o sistema continue a funcionar, o estilo de desenvolvimento atual exige que rendimentos e despesas estejam concentrados na camada mais rica" (QSD, 1977).

---

[30] Os dados estatísticos que Cardoso reproduz são da Cepal e estão registrados no trabalho já citado de Aníbal Pinto.

Mas, constata-se que na Argentina há uma "relativa desigualdade", que em comparação com os demais países latino-americanos exibe um padrão de consumo distribuído menos desigualmente entre a população, portanto, é possível tomá-la como referência para algumas alterações no "estilo de desenvolvimento" prevalecente na América Latina. Cardoso propõe, então, que se altere o ritmo de crescimento nos diversos setores de produção para que se atinja "o nível de relativa igualdade que existe na Argentina" ou para que haja um aumento do consumo, que atingisse o patamar verificado neste país em 1970. Ou, ainda: "propomos que o tipo de oferta seja controlado (que a melhor tecnologia seja utilizada para isto) em função dos destinatários, que serão consumidores escolhidos". Uma "inversão do modelo" implicaria na elevação da renda dos mais pobres e "isso exigiria igualmente uma mudança da taxa de crescimento dos produtos de base e da oferta", isto é, seriam necessários investimentos consideráveis nos vários setores que compõem o chamado bens de consumo popular de maneira a aumentar sua oferta.[31] Cardoso avalia ainda, baseado em estimativas feitas pela Cepal, que "Sustentar as capacidades de compra das classes mais pobres, ou simplesmente aceder às necessidades fundamentais, demanda uma remodelagem das políticas, nem drástica, nem insuportável (em termo de renda) para os mais ricos" (QSD, 1977). Cabe observar que Cardoso não chega a desdobrar essas sugestões, que são apresentadas de forma superficial, genérica e, sobretudo, sem entrar no mérito de outras implicações econômicas e políticas que uma proposta como essa acarretaria. Pensamos, por exemplo, num enfrentamento com os grupos que se constituíram em torno de setores produtivos que não se dirigem às necessidades básicas da população, o que a rigor levaria a um enfrentamento com o capital externo. Contudo, essa "lacuna" nas proposições do autor é coerente com o seu ponto de partida: acredita que é possível alterar os "estilos de desenvolvimento" – que dependem das escolhas políticas –, no interior de uma mesma "estrutura" ou "sistema".

De qualquer forma Cardoso chama a atenção, em alguns momentos, para a necessidade de vincular a questão da distribuição à lógica da produção e os riscos políticos que uma propositura apenas distributivista encerraria. Como afirma: "Eu acho que aqueles que pensam seriamente numa tendência social-democrática, ou socialista que seja, não podem desconhecer o problema da produção. /.../. Uma distribuição de renda desatada, sem produção, tem como resultado um processo inflacionário galopante. A reação a essa

---

[31] Para alimentação, por exemplo, seria preciso um crescimento de 90,9%. A esse respeito Cardoso reproduz estimativa feita pela Cepal, baseada em estudos realizados em diferentes estados latino-americanos.

conjuntura costuma ser a recessão, o desemprego e com eles, a repressão" (DPM, pp. 23-86).

As declarações de Cardoso parecem sugerir uma alteração no "estilo de desenvolvimento", no tipo de industrialização ou mais precisamente uma alteração naquela desproporcionalidade, acima aludida, entre a produção de bens de consumo duráveis e bens destinados ao consumo popular. Como postula: "Por que não reconhecer que é preciso dar um basta ao consumismo – alterando a base da produção, ou seja, menos carros e mais máquinas, menos brinquedos eletrônicos e mais roupas e sapatos – e subsidiar a alimentação, a casa popular?" (DPM, pp. 96-7)[32]. Acredita ainda que uma mudança do modelo de desenvolvimento passaria por uma alteração na forma de financiamento do consumo, isto é, ao invés de financiar o consumo das classes altas seria possível encontrar "outras formas de poupança" que beneficiasse o consumo da classe trabalhadora, e por medidas que "alterem a distribuição da propriedade, que é a base que sustenta a distribuição de renda" (DPM, p. 96)[33]. Sugere que se tire vantagem da vasta "fronteira agrícola" que o país ainda possui, mas não "através do mesmo sistema que levou a industrialização para o buraco, ou seja, entregando às multinacionais" (IAP, 1983, p 56), como foi também o caso da Amazônia, cujas políticas do regime militar levaram a uma forma de ocupação predatória e concentracionista, isto é, não foram políticas "capazes de aglutinar a população e distribuir a terra, para ser explorada, mas políticas que aglutinam a propriedade e exploram os trabalhadores" (PDMA, p. 56)[34]. De modo que é possível pensar, sugere o autor, numa forma de desenvolvimento que não se baseie apenas na grande empresa, mas que incorpore também o "pequeno produtor rural" (IAP, 1983, p 56)[35].

E assim, Cardoso vai destilando sua crítica ao modelo de desenvolvimento adotado desde os anos 50, sob a hegemonia do capital externo, que, no seu entender, "provoca

---

[32] É preciso levar em conta que essas indicações são fragmentos de discursos proferidos por Cardoso em circunstâncias diversas, em entrevistas, palestras, muitas das quais fez durante a primeira campanha para o Senado, em 1978, em que aborda uma infinidade de temas, não se configurando, portanto, na apresentação propriamente de um programa econômico.

[33] Ver a esse respeito CEM, pp. 104-5.

[34] Ver a esse respeito estudo bastante denso de CARDOSO e MULLER, G. *Amazônia: expansão do capitalismo*. Mimeo, São Paulo, Cebrap, 1977.

[35] Aparecem ainda outras propostas como a descentralização das políticas sociais, a desprivatização dos fundos públicos, que freqüentemente são utilizados para a acumulação privada ou para o atendimento das classes médias, e ainda a defesa de uma reforma tributária e uma descentralização para melhorar a situação dos estados e dos municípios. Ver a esse respeito RO, p. 88; PDMA, p. 54; PM, pp. 30-1.

desajustes gritantes" tanto econômicos quanto no se refere à forma de distribuição de renda que é "altamente injusta" (DPM, p. 98). Ocorre, entretanto, que as mudanças sugeridas, a fim de alterar o "estilo de desenvolvimento", não passariam por um enfretamento com o grande capital externo, ou seja, reorientar a produção visando à incorporação das massas não implicaria numa redefinição dos "termos" da dependência e da subordinação do capitalismo brasileiro, alegando que não caberia uma alternativa autonomista, uma vez que o capitalismo brasileiro é "basicamente dependente do exterior nos seus pontos mais vitais" e que, ademais, "tanto no capitalismo avançado, quanto no socialismo, a grande unidade de produção possui vantagens técnicas que as tornam estratégicas no crescimento da economia" (DPM, p. 99).

Não se trata de discutir, nos diz Cardoso, a forma da propriedade, mas encarar o problema das multinacionais, da empresa nacional e estatal do "ângulo dos interesses nacionais", contudo, o encaminhamento desses interesses depende de uma resolução política do país, já que "A questão das multinacionais tem a ver de forma direta com o problema político geral do país e com a participação popular no processo de criação e controle da criação da riqueza nacional". Ou seja, "Foi exatamente porque, no passado recente, a Imprensa, o parlamento, os partidos, as universidades – enfim os fóruns da discussão política – estiveram (e ainda persistem) de quarentena, que as decisões mais contrárias ao interesse nacional (p.ex.: os termos da concessão Fiat ou o desmantelamento da indústria elétrica nacional) foram tomadas nos gabinetes 'tecnocráticos', cercadas de sigilo de uma pseudo-segurança nacional" (DPM, p. 98).

E Cardoso passa a propugnar, então, que através de uma flexibilização institucional e de um sistema fluido de informações, surjam públicos para controlar tanto o estado quanto as grandes empresas estatais, mediante uma "discussão pública das opções concretas e exigir que se preste contas de 'entregas' passadas e das conseqüências econômicas e sociais do tipo de crescimento econômico empreendido, nos dez últimos anos, sob comando das multinacionais" (DPM, p. 98). E conduzindo então a discussão econômica para esta esfera política o autor passa a sugerir que uma alteração do "modelo de desenvolvimento" dependeria da alteração dos mecanismos políticos que foram constituídos durante o "regime autoritário", a exemplo dos "anéis burocráticos" que permitiram o "enfeudamento" dos interesses privados na máquina estatal. Em lugar destes, um sistema fluido de informações e de órgãos públicos que obriguem o estado, a burocracia pública e as empresas privadas a prestarem conta de suas ações ao parlamento, aos meios de comunicação, enfim à sociedade, de modo a controlar as políticas que são

tomadas nestes setores. É precisamente nestes termos que Cardoso passa a defender a democracia, cujo desafio é "ligar a igualdade jurídica à igualdade social", e a realização destes "valores" dependerá da "capacidade de controle que as sociedades criarem para orientar as políticas em qualquer nível (nas empresas, nos sindicatos, nas burocracias, nos partidos etc.)" (DPM, p. 36).

Cardoso avalia ainda que mudanças em termos sociais que não signifiquem, vale frisar, desorganizar "o sistema produtivo" ou "provocar o caos econômico e a demagogia, que terminam sempre em mais repressão", dependem do surgimento de "alguma força real que force a sociedade à mudança",[36] que ainda não existia, mas "é possível aumentar as áreas de negociação, legitimar mais temas, legitimar a participação de grupos que não participam, como os populares. O futuro fica em aberto, pois aí seria querer mesmo resolver pela palavra o que ainda não foi resolvido pela vida" (DPM, p. 24). Ou seja, a decantação de forças sociais com capacidade de mudança e, com efeito, a própria resolução social dependerão do encaminhamento institucional do país e da participação social nesta esfera. Como afirma: "enquanto não houver espaço político para a atuação de um grande partido dos assalariados, a redefinição do modelo econômico continuará no impasse" (DPM, p. 92). E com isso, o autor vai subordinando, pois, a resolução da problemática social e econômica do país à institucionalização da vida política.

Antes de passarmos em revista as demais propostas do autor é importante observar que, embora suas críticas às mazelas sociais do 'estilo do desenvolvimento' pareçam, em determinados momentos, vincular estruturalmente uma coisa a outra, o autor não altera aquela interpretação que já fora registrada no capítulo anterior: apesar do modelo de desenvolvimento aprofundado pela ditadura ser socialmente excludente, a miséria e o achatamento salarial não se constituem na base de sustentação do modelo econômico. Nesta direção, vale mencionar um trabalho que foi produzido por nosso autor e outros teóricos no interior do Cebrap em 1975[37], cuja análise traçada discrepa, sob alguns aspectos, da que encontramos nos textos de Cardoso[38]. Trata-se de uma cuidadosa pesquisa acerca da forma desordenada e excludente do processo de desenvolvimento econômico e da modernização da cidade São Paulo, que denuncia as precárias e miseráveis condições de vida da população, sobretudo da classe trabalhadora. A pesquisa

---

[36] Conforme DPM, pp. 86-7 e CEM, pp. 104-5.

[37] O já citado livro *São Paulo 1975: crescimento e pobreza.*

[38] Apenas o último capítulo do livro, intitulado "Autoritarismo e democratização: o contexto da sociedade civil" expressa coerentemente as teses de Cardoso.

evidencia, através de inúmeros dados que, enquanto a economia brasileira cresceu e aumentou o seu coeficiente de produtividade durante "milagre" econômico, o salário decresceu e aumentou a concentração de renda no país, mesmo na cidade de São Paulo, que concentra os salários e os lucros mais elevados em relação às demais regiões do país. Mostra também que, enquanto a produção e o consumo estiveram destinados aos setores mais modernos e aos extratos mais altos da população, decaiu o consumo com alimentação, vestimenta, saúde, transportes e outros itens que afetam diretamente o consumo da classe trabalhadora, evidenciando, em suma, que a modernização econômica durante o *boom* econômico não foi acompanhada pela inclusão social. A crítica ao "modelo de desenvolvimento excludente" sustenta-se, por exemplo, na tese de que "A distribuição de renda não é um 'problema social', ao lado dos demais 'problemas existentes. /.../ Se, além disso, o crescimento da economia não vem significando uma melhoria das condições de vida para a maior parte da população é porque a própria forma de aumento da riqueza assim o determina. A distribuição de renda não é um fato posterior à produção de riquezas. /.../ A organização do próprio processo produtivo determina a forma como a riqueza produzida se distribui entre salários e lucros" (SPCP, 1976, p. 63)[39]. Evidentemente que Cardoso não nega que houve uma política de exclusão social durante o período de crescimento econômico (na ditadura), mas, como desdobramos no capítulo anterior, além de não reconhecer que a base de sustentação do modelo seja a exclusão social, assinala que este propiciou uma mobilidade social, e separa o que qualifica de caráter modernizador e dinâmico do modelo da superexploração da força de trabalho, isto é, não vê que esta foi a base de sustentação daquele.

De qualquer modo, nos parece que essa inobservância de Cardoso acerca da superexploração da força de trabalho como pilar de sustentação do padrão de acumulação vigente vinca-se à crença de que é possível alterar "o estilo de desenvolvimento" no interior de uma dada "estrutura". Concepção que traduz precisamente a separação entre produção e distribuição - ainda que o autor, ao nível do discurso, postule que a distribuição

---

[39] Goertezel entrevistou Cardoso e este mesmo leu e corrigiu os originais de sua biografia; o entrevistador registra que Cardoso "discordava particularmente de Procópio e Kowarick sobre a premissa de que a pobreza aumentada era uma conseqüência inevitável do desenvolvimento econômico capitalista /.../. Em sua concepção, o livro ia muito longe na crítica do desenvolvimento capitalista em lugar de insistir em que as reformas sociais deveriam acompanhar o desenvolvimento. Ele achava que a obra era politicamente eficaz, em grande parte, pelas razões erradas: porque nutria sentimentos anticapitalistas simplistas e imprecisos" Goertezel também afirma que na opinião de Paul Singer, Cardoso, ao insistir que o desenvolvimento não reprimia o desenvolvimento social, "pode ter sido um divisor de águas para Fernando Henrique em sua transição de esquerdista radical para reformador moderado. In GOERTZEL, Ted. *Fernando Henrique Cardoso e a reconstrução da democracia no Brasil*, pp. 75-85.

não pode estar apartada da produção. Trata-se de uma concepção diametralmente oposta às elucidações marxianas em que a produção é a instância determinativa sob todos os ângulos da vida social, incluindo a distribuição dos seus resultados, ou seja, produção e distribuição devem ser pensados como momentos diversos de uma mesma unidade. Como afirma: "'O resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio, o consumo, são idênticos, mas que todos eles são momentos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade /.../ Uma forma determinada da produção determina, pois, formas determinadas do consumo, da distribuição, da troca, assim como relações determinadas destes momentos entre si /.../ A própria distribuição é um produto da produção, não só no que diz respeito ao objeto, podendo apenas ser distribuído o resultado da produção, mas também no que diz respeito à forma, pois o modo preciso de participação na produção determina as formas particulares da distribuição, isto é, determina de que forma o produtor participará na distribuição'"[40]. Assim uma vez que produção e distribuição perfazem uma mesma totalidade, seja no que se refere a distribuição dos meios de produção seja no que concerne aos resultados da produção, a produção não pode ser pensada como instância intangível da economia, como propagam as interpretações de corte liberal em que o universo da produção e reprodução da vida material pertenceria a leis naturais (imutáveis) da sociabilidade e restritas ao universo privado, enquanto a distribuição dependeria das remodelações oferecidas pela interferência política, ou como defende Cardoso, por "opções" ou pela "intenção" que define quem serão os "beneficiários", ou pelo modo como os indivíduos participam da coisa pública (dos canais públicos ou institucionais existentes que asseguram o direito de participar e exigir este ou aquele direcionamento da vida social).

Assim, mesmo quando Cardoso se debruça sobre alguns pontos que lhe permitiram encetar tanto a crítica à totalidade do padrão de acumulação sustentado pela ditadura e com isso demarcar uma resolução que abarcasse essa mesma totalidade, está obstado pelo seu ponto de partida: a separação que empreende entre economia e política, donde que os próprios termos pelos quais postula um reordenamento material sejam limitados, isto é, obstaculiza a proposição de uma reestruturação econômica que, de fato, pelos seus próprios fundamentos, seja capaz de definir o que se produz e para quem se destina. De modo que, seja do ponto de vista analítico seja do ponto de vista propositivo (na verdade

---

[40] MARX *apud* CHASIN, "A Sucessão na Crise...", *op. cit.*, p. 97.

um é a expressão do outro), a política sempre aparece ao autor como instância determinante e resolutiva.

Democracia substantiva e os rumos da oposição

A subsunção de Cardoso à idéia de que a institucionalização da vida política do país é o pressuposto para o encaminhamento das questões econômicas e sociais evidencia-se não apenas, como vimos, no momento em que chama a atenção para a problemática econômica do país, mas também quando defende uma "democracia substantiva". Trata-se de uma proposta que o autor encaminha durante todo o processo em que atuou na oposição brasileira ao regime militar enquanto "esforço" de democratização que ultrapassasse a definição das regras institucionais entre estado e sociedade.

Cardoso argumenta que, na medida em que "substantivamente nunca houve democracia no Brasil" (DPM, p. 21),[41] uma vez que "a forma tradicional de relação política é uma forma que está baseada num exclusivismo de tipo elitista /.../, agravada pelo processo histórico, pela herança da escravidão, por uma porção de processos nesse sentido" e "as oportunidades reais de realização pessoal, econômica, de educação, de acesso aos bens da aquisição material e à cultura são extremamente desiguais" (CEM, 1975, p. 102), a instauração do estado de direito é insuficiente para enfrentar e combater a tendência elitista e autoritária da formação social brasileira, o tipo de estado e as bases sociais nas quais este se sustenta, e o padrão de inclusão social prevalecente de modo que caberia um esforço de democratização substantiva, "como Mannheim o chamou, para expressar o processo pelo qual o conjunto da sociedade civil se democratiza. Não se trata somente da relação dela com o estado, mas de um processo que envolve e requer uma transformação nas relações entre os grupos sociais e os homens, ao nível da sociedade civil" (EAL, 1975, p. 89). Tratar-se-ia, de um lado, de um processo de transformação que envolvesse o conjunto da sociedade e alterasse o padrão de comportamento e de "convívio social" a partir de núcleos como família, trabalho, escola, movimentos sociais etc., constituindo-se como ponto de partida para proposições mais abrangentes como a de "encontrar respostas à altura do desafio da organização de um estado complexo numa

[41] Cabe lembrar que o livro *Democracia para mudar* é uma coletânea de entrevistas de Fernando Henrique, realizadas durante os anos de 1974 e 78. Os textos foram organizados por J. A. Guilhon Albuquerque e revisados por José Serra. O livro é publicado em 1978, isto é, precisamente no momento em que Fernando Henrique candidata-se a suplente de Franco Montoro: apesar de se tratar de uma candidatura de protesto para fortalecer o partido e aglutinar mais forças políticas, já é uma ação voltada para a política nacional.

sociedade dinâmica" (EAL, 1975, p. 89). De outro, uma transformação "no sentido de uma equalização de base da sociedade", o que pressupõe garantir o atendimento às necessidades básicas da população, melhoria em suas condições de vida (CEM, p. 102).

Cardoso passa a preconizar, então, uma luta pela democratização que não seja meramente uma "declaração de princípios liberais", mas que alinhe "liberdades políticas" e "inclusão social", isto é, ela "deve incluir a preservação das liberdades, mas não deve desconectá-las das necessidades: ser livre é também ter emprego, ter agasalho, estar nutrido, ter instrução e ter a capacidade de informar-se, opinar e influir" (QDC, p.22). Isto porque, adverte o autor, "a discussão abstrata do que seja a democracia não tem nenhuma possibilidade de se transformar num agente real de transformação, senão passando pelo aumento de oportunidades de trabalho, das oportunidade de educação" (CEM, p.102).

Contudo, ainda que a perspectiva de democratização substantiva signifique, entre outras coisas, alguma forma de inclusão social, Cardoso entende que a definição de um novo arcabouço constitucional ou de um processo de liberalização ao nível institucional é o pressuposto para mudanças ulteriores na sociedade. Como explica: "só será possível uma democratização substantiva quando se construírem, na esfera institucional, organizações que viabilizem a expressão do sentimento popular sem que o temor estanque o protesto". Nessa linha, a constituição de um estado de direito é o ponto de partida para criação de "outras instituições que abrigarão o povo para, nelas e por seu intermédio (embora não exclusivamente), criar-se o clima de confiança que permita transformar o que pode estar assegurado abstratamente na Lei em condição de vida. /.../ Uma perspectiva de democratização substantiva supõe também um sistema fluido de informações, que permita o intercâmbio das experiências e dos desejos populares, e a capacidade de propor alternativas viáveis (processo que requer conscientização e educação popular), em direção a uma ordem social mais igualitária e capaz de assegurar emprego, alimentação e abrigo para todos" (SPCP, 1976, p. 151)".

Desse modo, uma efetiva democratização da sociedade teria como ponto de partida a "reativação da sociedade civil": um processo de flexibilização institucional, de ampliação de espaços públicos para a expressão da sociedade que decantaria, através de um processo de "aprendizado" político, uma nova forma de relação entre estado e sociedade civil, evoluindo, pois, para uma democratização substantiva. À oposição caberia, para não cair nas investidas de cooptação do regime, que certamente viriam, dar-se conta de que "existe base real para a proposição de um outro tipo de estado", educar e conscientizar as massas, pois não seria possível uma transformação do regime sem que

houvesse forças organizadas para este fim. É nesta linha de proposição que Cardoso, quando passa a integrar as fileiras do antigo MDB, defendendo a proposta de um partido dos assalariados ou partido de massas, chega a advertir que a oposição organizada se alinhe mais com as camadas populares para não ficar a reboque das táticas manipulatórias da ditadura. Como afirma: "Ou bem as oposições políticas se reencontram com os movimentos da base da sociedade /..../ ou o seu empenho parlamentar pela reconstitucionalização corre o risco de ficar isolado e será flanqueado pelos 'diálogos', 'salvaguardas' e outros expedientes que os fabricadores da política de centro-esquerda' do regime estão preparando" (IAP, 1978, p. 16). Naquela altura da abertura política brasileira, que já contava com a ampliação dos movimentos, Cardoso chega mesmo a afirmar que as bandeiras oposicionistas deveriam ser renovadas – "estado de direito", "anistia", "constituinte" etc. não eram suficientes. Tratar-se-ia de indicar alternativas, isto é, definir uma política nacional com conotação popular: "eu sou favorável, sem subterfúgios, a um programa político para o Brasil que favoreça políticas mais igualitárias (na distribuição de renda, na divisão do bolo entre as regiões do país, no estilo de produção industrial que será implantado, etc.) e que assegure maior participação popular nas decisões e no controle das políticas" (IAP, 1978, p. 15).

Entretanto, embora Cardoso defenda uma perspectiva democrática do ângulo dos interesses populares – procurando enfatizar que a instauração de um estado de direito não é suficiente para suplantar o "elitismo" político e o padrão de exclusão social seculares, insistindo na necessidade de conciliar "liberdade política" e "igualdade social" e mesmo na definição de um projeto orientado pelos interesses populares –, os próprios termos nos quais vai articulando e defendendo a democratização do país vão explicitando a separação entre "liberdade política" e "inclusão social" e subordinando este àquele. Insiste em outros momentos, por exemplo, que é um equívoco estabelecer uma relação mecânica ou de determinação entre inclusão social e democracia. Argumenta que a esquerda tem razão ao denunciar "as insuficiências da idéia democrática como alavanca para as transformações sociais". Contudo, é equivocada a orientação marxista que subordina as liberdades políticas à igualdade social e econômica, uma vez que não há relação direta entre melhoria social e democracia – esta não é condição para aquela. Mesmo porque a história demonstrou, argumenta Cardoso, que os problemas econômicos, sociais e políticos podem ser "resolvidos" sob vários regimes políticos. Ainda que no caso brasileiro, a reivindicação democrática deva, necessariamente, incluir o ideal de "igualização social", não significa que se possa estabelecer uma relação de objetividade entre uma coisa e outra. Exemplifica

UNICAMP

ainda que os ideais democráticos consubstanciam anseios de participação política que não se restringem a inclusão social e nem se esgotam nesta, - vide a luta pela autonomia de organização dos grupos sociais, pelo acesso ao poder em países como Polônia - de maneira que "não há discurso 'objetivista' em nome do social capaz de obscurecer a importância da questão do acesso, da participação e da regulamentação do poder. Pelo menos nas sociedades que já experimentaram o sabor das liberdades asseguradas ou que receberam os efeitos de refração de algum centro cujo modelo de civilização contempla estas dimensões" - como é o caso brasileiro, cuja dinâmica de desenvolvimento e internacionalização decantou um tipo de sociedade, cujos anseios por democracia já não se satisfazem com "o argumento de que haverá mais pão e também mais circo" (DSC, 1981, p. 27)[42]. Sendo assim, postula o autor: não será "no plano instrumental" que a luta democrática deva ser encaminhada, isto é, a democracia não pode ser defendida como se fosse o único meio para resolver a problemática da exclusão social. Não seria em nome desta exclusão social que a esquerda deveria defender a democracia e, com isso, sensibilizar as massas, pois há "um largo caminho a percorrer para transformar a idéia democrática em algo compatível com a necessidade de mudanças estruturais, e sem desfigurá-la" (DSC, 1981).

Dessa maneira, se democracia não é sinônimo de melhoria social o que afinal de contas ela significa? Na verdade, nos explica Cardoso: "Democracia não é a ilusão do consenso nem é a decorrência de valores supostamente sustentados pelos interesses econômicos, como alguns apregoam", mas "É o reconhecimento da diversidade e do conflito de interesses", o que implica a criação de canais onde esses conflitos e interesses possam ser articulados. De modo que "A partir da legitimidade da discordância e do conflito de interesses pode haver a negociação das soluções. Estas variarão em cada conjuntura, conforme a correlação real de forças permitir" (QDC, p. 24), já que "na negociação, ganha mais quem tem mais recursos políticos". Ademais, há problemas que "às vezes são negociáveis e, às vezes, não, há um impasse. Democracia não soluciona" (DPM, p. 64 e p. 78). Assim, nesta acepção, democracia é uma forma de legitimação dos

---

[42] Podemos concluir, então, que, para Cardoso, defender a democracia em nome da inclusão social é estar aquém do "estágio" de desenvolvimento da sociedade brasileira, uma vez que ela já é capaz de reivindicar também a liberdade. Sobre esse aspecto, vale lembrar que suas críticas à esquerda sempre passam por aí: "'as elites de poder', e com elas a 'intelectualidade' foram incapazes de propor alternativas para resolver a questão de base: o desenvolvimento econômico mobilizou socialmente a 'massa', mas não preencheu o vazio histórico de uma sociedade e uma cultura que jamais lograram organizar esta massa, educá-la, torná-la capaz, enfim, de reivindicar tanto pão, como liberdade" (MPB, p. 82).

conflitos e, neste sentido, é um dos instrumentos pelos quais é possível ou não resolvê-los, pois está dependente da correlação de forças. De modo que podemos concluir, então, que, na concepção do autor, democracia não corresponde a uma situação na qual as necessidades sociais, vale dizer materiais, estejam satisfeitas, ao menos em parte, mas equivale a uma situação política institucional em que é possível ou não efetivar mudanças sociais dependendo da correlação de forças do momento[43]. E o sentido que Cardoso vai conferindo a democracia vai mostrando que ela é apenas a institucionalização dos conflitos, não diferindo dos termos formais do liberalismo. Argumenta o autor: "Se não for isto, a democracia ou é a 'ilusão liberal-burguesa' de que todos são iguais, sem o serem, ou é um utopismo, sem força política, dos que crêem que basta conhecer a verdade (e a verdade seriam os interesses populares) para que ela se estabeleça pela vontade da maioria. Infelizmente, talvez, a política não equivale à revelação mística e no seu reino os bem-aventurados não são os pobres de espírito" (DPM, p.19). De modo que a questão da transformação social não depende da definição de modelos societários ou de "ideais que não são concretizáveis porque são completamente desligados da base da nossa sociedade" ou mesmo de "alternativas e tipos que não estão postos pela vida política" (CEM, p. 103). Ademais, quando se desconsidera, segundo o autor, a natureza da correlação de forças existente a resposta é a repressão, isto é, "Quando não se aceita que existe uma diversidade de interesses e que a força relativa deles é desigual, tem-se, à direita, um totalitarismo que, às vezes, soma-se à força e impõe consenso, mas é o consenso dos cemitérios, os mortos não opinam. À esquerda, um consensualismo 'de massas', também autoritário e que, em geral, mal se enuncia e é levado de roldão pela repressão direitista" (DPM, p. 19).

Convém demarcar que se trata, aqui, também daquela crítica reiteradamente dirigida a algumas parcelas da oposição brasileira que, no entender de Cardoso, permaneciam presas a ideais e a experiências históricas que não correspondiam às condições objetivas do país[44]. Avalia que, se de um lado, a proposta de abertura política do governo ditatorial era limitada, por outro, parcelas da oposição também obstavam o

---

[43] E esta correlação de forças implica em considerar o estado enquanto articulador de interesses, pois "É neste ponto que a análise do papel do estado na articulação dos interesses ganha sentido. A democracia, nas sociedades contemporâneas, tem chances quando a mediação dos interesses econômicos torna-se difícil pela via autocrática e quando aqueles que estão à margem dos grandes vetores econômicos têm força para levar a uma redefinição do Pacto Social de modo a incluir nele os grupos subordinados à elite" (DPM, p. 19).

[44] Ver também artigo no *Jornal Opinião*, 26/08/1974, em que chega mesmo a afirmar que a defesa "instrumental" da democracia e da liberdade, por parte da esquerda, em alguns momentos, "traduziu-se em convergência imediata com o autoritarismo".

avanço democrático, uma vez que em nome dos seus "ideais" abriam mão de uma prática "realista".

Nessa direção argumenta, por exemplo, que é uma improcedência teórica e política tentar reproduzir no Brasil a fórmula européia, *à la* século XIX, precisamente porque, como já indicamos mais atrás, a implantação rápida da dinâmica do capitalismo oligopólico no país imprimiu uma forma societária, "mais desigual e mais diferenciada", que passou a viver sob o estilo de vida da chamada "sociedade de massas", cujos mecanismos de expressão política extrapolam as instituições tradicionais e que, ademais, conserva um estilo de dominação de classe mais apoiada no estado que nos partidos e que obsta freqüentemente a participação das massas. Tudo isso, assegura-nos Cardoso, obriga a repensar os instrumentos de organização política, bem como os ideários de transformação social, donde propostas de talhe socialista ou social-democrata não encontrariam chão social no qual se apoiar, isto é, "ambas são variantes de um mesmo mundo, que não é o mundo latino-americano. Ambas supõem uma extensão, um peso e um grau de organização e de autonomia das classes trabalhadoras frente ao estado e às classes dominantes que não se vêem no cotidiano desse continente" (ALSDO[45], p. 25). Ademais, naquela fase da abertura política, o país não oferecia, por exemplo, nenhuma das condições que levaram à formação do pacto social-democrata tal como ocorreu na Europa: "Primeiro: a existência de um grande partido operário, baseado numa estrutura sindical e movimento dos trabalhadores de caráter muito amplo. Segundo: um desenvolvimento econômico bastante forte. Terceiro: uma burguesia que procura pacto com o movimento operário. Quarto: uma liderança operária que aceitou esse pacto e que de alguma maneira disse: está bem, vocês continuem aí produzindo a riqueza que nós vamos ajudar na gestão, com a condição de que nós tenhamos mais controle" (DPM, pp. 39-41). Além de tudo, estas condições também puderam emergir porque o partido social-democrata se enraizou na classe trabalhadora e fez com que esta aceitasse "uma espécie de transformismo, como diria Gramsci. Só que um transformismo de baixo para cima" (DPM, p. 40). Portanto, "No Brasil, enquanto não se tiver um movimento de trabalhadores forte, não se tiver sindicatos ativos, nenhum partido propriamente operário, nem burguesia disposta a oferecer co-gestão ou co-direção para nada, quem quiser ser social-democrata é bobo" (DPM, p. 40). No entanto, uma parte da oposição e dos agrupamentos de esquerda supõe que tem a

---

[45] *O novo socialismo francês e a América Latina.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, coletânea de artigos organizada por Fernando Henrique Cardoso e Helgio Trindade sobre o significado da ascensão de Mitterrand à Presidência na França (em maio de 1981) e a influência dessa experiência na América Latina.

"chave" da transformação, um "plano", uma "proposta" ou um "modelo alternativo", imagina saber de antemão o que interessa as bases e se movimenta independentemente dos verdadeiros anseios das massas populares, sucumbindo, assim, ao "elitismo", ao "dogmatismo", e na medida em que não são contrapostas pelas bases perdem a "trama real das forças sociais". Outra parcela da oposição, ao contrário, prima pela "base" da sociedade civil, mas acaba "dando as costas" ao estado, aos partidos e ao sistema político. E ao valorizar os movimentos sociais, ao pretender se "guiar" pelas bases, a oposição deixa de cumprir o papel de oposição e liderança – embora este papel pressuponha, segundo o autor, um "controle possível por parte dos liderados".

Cardoso considera, contudo, que "No espectro da opinião democrática moderna cabe uma alternativa socialista, e isto deve ser dito e reconhecido", mas seria "inoportuno" pregá-la sem levar em conta "aqueles que, por definição, constituem os atores privilegiados de tal opção, as classes populares, e especialmente as lideranças operárias. Reconhecê-la como uma alternativa contemporânea não é um ato de fé, mas honestidade elementar de analista político. Saudá-la amanhã, como possibilidade talvez possa constituir uma reconciliação entre a razão e o querer" (QDC, p. 24). Assim, se a alternativa socialista ainda não foi posta pela vida a questão política emergente, naquele momento, era a democracia, isto é, "nós ainda estamos na fase da democracia" (DPM, p. 39), de maneira a, "sem deixar de apontar para o socialismo e para a democracia substantiva como metas construir os caminhos que tornem viável a soldadura política de uma frente popular" (QP, p. 20).

Nessa direção avalia que se a oposição não articula uma luta política mediada com as instituições - que pressupõe um processo de esclarecimento e de educação, visando a politização das massas – e não formula questões concernentes à organização do poder e do estado[46], e se o estado, por sua vez, ainda conforme Cardoso, é frágil para defender os interesses públicos, não deixa de ser "extremamente forte para estancar e reprimir" todos – governo, oposição, estudantes – "Bloqueiam-se mutuamente, sem dar lugar à redemocratização, já que esta não pode supor a ausência do estado nem sua subordinação imediata a qualquer interesse da sociedade civil que se apresente como aspirante hegemônico; mas, ao contrário, supõe o estado que, se não é forte no sentido fascistóide, deve ser complexo, diferenciado, capaz de atuar entrelaçado, não com as Grandes

[46] Politização aqui é entendida pelo autor enquanto conscientização da dinâmica do estado e de sua relação com a sociedade civil, nos termos em já expusemos.

Empresas (do próprio estado ou privadas) mas com os interesses públicos, múltiplos, ativos e diversificados" (DPM, pp.17-8).

Em lugar disso, Cardoso sugere que a oposição abra mão de suas metas mais generosas, porém ineficazes, em nome de um "pacto social", necessário, para superar o "bloqueio mútuo" entre estado e sociedade. Como afirma: "É preciso buscar o princípio da realidade da política e este, democraticamente, não pode ser outro que não o das forças sociais existentes. Estas incluem a cara pálida dos interesses constituídos, e a cara branca da repressão do estado, mas não se limita aí; que novas ilusões poderemos descobrir nas máscaras que encobrem a face dos interesses populares!" (DPM, p.19). E, desse modo, Cardoso vai cobrando das oposições um posicionamento mais flexível, em nome de um "pacto" face à "correlação de forças" do momento: a repressão e a ausência de forças sociais com capacidade de encaminhar, de fato, "a solução da questão da democracia". Porém qual seria o conteúdo desse pacto? A flexibilidade institucional, a criação de canais de resolução de conflitos, isto é, a "reativação da sociedade civil", o que é compatível, segundo o autor, com uma sociedade "moderna" e "heterogênea" como a brasileira, mas esta não está posta para o socialismo, a não ser como tendência política que, por sua vez, deve ser reconhecida pela institucionalização da vida política do país.

Nesse sentido, Cardoso, avaliando que o regime abrira, porém mantendo o que passa a chamar de "entulho autoritário"[47], passa a sugerir que a principal tarefa da oposição era buscar o apoio dos movimentos sociais e, com isso, fazer avançar na institucionalização, enfatizando, inclusive, que "o compromisso fundamental dos trabalhadores, hoje, não é com a candidatura ou mesmo com o MDB, mas com a democratização e com as condições que só a democracia oferece para a concretização de seus interesses de classe" (DPM, p. 45)[48]. Tratar-se-ia de "democratizar" para resolver os problemas das massas, de modo que a oposição deveria empunhar as seguintes bandeiras nas eleições de 1978 (e sobre elas vale uma citação mais extensa): "a Constituinte porque sem ela não há lei que seja legítima. /.../. Mas nós queremos liberdades políticas, Estado de Direito, liberdade de organização partidária, reincorporação à vida nacional de todos os

---

[47] A remoção da "Lei Falcão" e da legislação partidária e eleitoral que estão submetidas a controle burocrático; a remoção da lei de Segurança Nacional, da lei de imprensa e da legislação que regula a vida sindical e, por fim, a remoção do sistema de sucessão presidencial indireta (PLEA, pp. 54-5).

[48] Convém registrar que são essas e outras proposições que Cardoso defende em meados de 1978, no contexto do ressurgimento grevista no ABC paulista, quando então se candidata pelo MDB à senatoria, obtendo, inclusive apoio das principais lideranças sindicais. É também um momento em que se coloca o debate sobre a reformulação partidária, suscitado também pela proposta do governo de extinção do bipartidarismo a fim de dicidir a oposição.

perseguidos, para construir uma sociedade mais eqüitativa. Democracia para mudar; não apenas democracia para justificar a pobreza, a exploração, a concentração de renda. /.../. A democracia que queremos é um regime que permita às bases, aos municípios, aos estados da federação, aos grandes centros urbanos, a mesma *autonomia* que os sindicatos reivindicam, os estudantes desejam, os assalariados necessitam. Sem que se ponha um paradeiro às burocracias e à centralização crescente, sem que a política das empresas públicas torne-se de fato pública, sem que os partidos, a imprensa, os sindicatos, os grupos de moradores, enfim a própria sociedade, participe das decisões, controle e fiscalize os que mandam, não haverá democracia, nem a democracia que se construir servirá para mudar as condições de vida do povo /.../. Eu sinto que o eleitorado brasileiro – que condena as eleições indiretas – quer hoje, participar. Participar para poder terminar com elas, não para dar-lhes substância. Participar através do MDB, para eleger candidatos que tenham compromissos claros e inequívocos com nossas bandeiras: Constituinte, Anistia, Estado de Direito, Distribuição de renda" (DPM, pp. 13-14)[49].

Assim, embora Cardoso parta da idéia de que "igualdade social" e "liberdade política" não devem ser encaradas separadamente, na medida em que sua perspectiva de democracia vai explicitando cada vez mais restrita ao universo institucional. Isto é, sem articulá-la a um projeto econômico, a questão da "democratização substantiva" vai se convertendo num ideal subordinado aos meios, donde Cardoso afirma, num dado momento – tentando conciliar os ideais de liberdade política e igualdade social, mas abstraindo-os em esferas distintas, ou mais precisamente separando conquistas políticas das conquistas sociais – que priorizar as necessidades sociais "ou supô-las como pré-condição para a democracia resulta em autoritarismo. Esquecê-las leva ao irrealismo. Por que não propor um 'realismo utópico' que englobe a liberdade e a necessidade?" (QDC, p. 22). Ou seja, a vinculação que o autor reivindica entre liberdade jurídica e igualdade social não se submete a um reordenamento material, mas a uma equação política, concepção que está perfeitamente de acordo com sua definição de política e valores (de caráter politicista): "eu tenho dito que política é travessia, é caminho – não é proclamação de objetivos. Por isso eu também falo em realismo utópico: é preciso ter um horizonte de opções para escolher. Mas, se nós nos concentramos toda a atenção no modelo, não caminhamos nada. Ficamos discutindo no clube dos sábios a República ideal. E por ai não se vai longe. Por que? Porque as utopias estão dadas, não adianta discutir muito. A questão

[49] Discurso de Cardoso durante a convenção paulista do MDB em junho de 1978.

é como, na prática, vamos nos aproximar das utopias" (DPM, p. 21). Assim, o "ideal" de inclusão, ou a proposta de democracia substantiva etc., se converte numa utopia, que está no campo valorativo e orienta a ação (*à la* Weber).

De modo que é preciso, segundo Cardoso, ter claro que "em qualquer ato político você tem que levar em consideração dois lados da questão. Por um lado, a filosofia política, o que são seus valores, até onde você quer chegar. Não se trata de uma colocação puramente idealista, de umas proposições ideais, mas é aquele conjunto de idéias que, no decorrer da prática social, num determinado momento, se apresenta como as idéias força, que orientam a ação. E, por outro lado, existe o aspecto do como se chega até obter esses objetivos. A política é a relação entre essas duas coisas. A política implica, por um lado, todo um mecanismo do que fazer, como se costuma chamar, a travessia. Como é que se chega, de onde você está, até onde você quer ir" (DPM, pp. 61-2). Vê-se assim que tanto a política como os valores são autonomizados; a política desencarnada de sua base material e os valores dotados de uma "imanência" própria, isto é, não ligados às classes e *et por cause* a seus interesses materiais, e por meio dessa dissociação arbitrária é que a política pode aparecer como atividade que permite articular o que foi arbitrariamente dissociado: "o agente ativo e sensível (o social) da própria atividade sensível (o econômico)"[50].

Ou seja, embora Cardoso nos diga que a mudança (seja no que se refere a inclusão social seja, por exemplo, no que diz respeito à definição de um arcabouço institucional que expresse os interesses da maioria) depende da "correlação de forças"[51], não nos informa como e porque alguns "têm mais recursos políticos que outros", ou por que as "forças são desiguais". E quando afirma que as "utopias estão dadas" ou que "é preciso ter um horizonte de opções para escolher" está, justamente porque operou aquela dissociação apontada, arbitrariamente esvaziando o caráter determinante da trama da vida material, como se esta fosse passível de várias possibilidades, cuja realização depende da "correlação de forças" (que emerge e é armada no campo estritamente político). De maneira que vai conferindo à política um atributo resolutivo, que permite reorientar a materialidade social, de sorte que é perfeitamente coerente com sua concepção preconizar que a questão da transformação social (da resolução de problemas cuja raiz é sócio-econômica) depende antes de uma resolução institucional do país e da participação nesta

---

[50] CHASIN, "Rota e Prospectiva...", *op. cit.*, p. 18.

[51] Como afirma: "Não há correlação de forças no Brasil atual com possibilidade de se efetuar uma tal proposta. A constituinte não vai ser a expressão da vontade dessa maioria e eu acredito que ninguém pode imaginar que a uma constituinte se manifeste desta forma" (DPM, p. 62).

esfera – ou da "da participação das escolhas políticas" (QSD, 1977), já que "enquanto não houver espaço político para atuação de um grande partido dos assalariados a redefinição do modelo de desenvolvimento continuará num impasse" (DMP, p. 92).

Os agentes da democracia

De todo modo cabe inquirir: se democracia, para Cardoso, é apenas uma forma política na qual há legitimação dos conflitos, em que medida ela pode se pôr na perspectiva da inclusão social e, com efeito, na perspectiva das classes que, de fato, se interessam por esse ideal?

Cardoso propugna uma proposta de democratização, que de uma forma ou de outra intenta alterar o grau de exclusão social existente. Entretanto, no âmbito da equação que sugere, as categorias sociais mais interessadas numa perspectiva desta só se transformam em agente de um processo de mudança se estiverem canalizando suas reivindicações, ao lado dos demais segmentos da sociedade, para a luta política, restrita ao universo institucional. Por dois motivos: primeiro, porque o autor julga que as reivindicações das massas, seus anseios e vigores de luta são facilmente estiolados pelo estado e pela repressão; além disso, "as carências são tantas que tornam a massa impossibilitada para contrapor-se à manipulação tecnocrática" (QDC, p. 23). De modo que é necessário que os partidos e as lideranças políticas canalizem esses movimentos para a luta política, institucional. Segundo, porque o autor acredita que o processo de internacionalização da economia, a emergência da sociedade de massas e o avanço dos meios de comunicação "colocaram com ímpeto o problema político das formas de participação popular e das formas de organização institucional desta participação", e os "atores" das reivindicações democráticas são diversos: são os movimentos populares e as classes não proprietárias; os trabalhadores urbanos e rurais, a classe média assalariada privada e pública. E o autor imputa a essas categorias, indistintamente, os seguintes objetivos: "O novo sujeito histórico de uma democracia atualizada nasce deste modo exigindo mais que a cidadania", uma vez que pretende o "reconhecimento de 'categorias sociais' que demandam regras em virtude das quais, mais além do plano formal da igualdade, se assegurem 'direitos de interferência' no plano social e econômico. E estes desembocam no estado" (DSC, p. 31).

Nestas circunstâncias, sugere Cardoso, a tarefa das oposições era organizar as bases, canalizar suas reivindicações sociais para a luta política, isto é, para "para arenas políticas (algumas delas institucionais, como a Imprensa e o Parlamento)" (QP, p. 14),

porém sem dar "as costas" ao estado; denunciando as formas de articulação do estado com a economia e exigindo controle sobre suas decisões. Caso contrário, os movimentos sociais correm o risco de se dissolverem nos "meandros do estado", já que este no capitalismo avançado não é "imobilista", ele assimila as demandas da sociedade e ao fazer isso, desmobiliza "o vigor político oposicionista", especialmente quando este se expressa simplesmente como reivindicante por melhores condições de vida ou por reivindicações setoriais e imediatistas. Como afirma: "se a ação reivindicativa se processa apenas ao nível do social e do econômico /.../, por exemplo, demandas tipicamente urbanas por melhores transportes, mais creches, habitação acessível etc. sem passar pelo político /.../ dá-se o que chamo de dialética perversa". Ou seja, excluindo a intermediação com os partidos e as instituições, os movimentos sociais ou os líderes populares acabam por se confrontar diretamente com o "funcionário" do estado, resultando, assim, que o movimento social acaba por legitimar aquilo que deve combater "o estado burocrático e alienante" (PSDO, p.186).

Esta suposição de Cardoso, de que a consciência política mais "avançada" é aquela que reivindica não apenas "pão" mas também o direito de participação nas instâncias decisórias, se evidencia com maior rigor no contexto do ressurgimento grevista do ABC paulista.

Neste momento, Cardoso avalia que o vigor do movimento operário impulsionara um processo de "reativação da sociedade civil", que vinha se perfilando especialmente a partir de 1974 – com ampliação das manifestações sociais, de estudantes, advogados, intelectuais na resistência contra a ditadura e com a votação expressiva que o MDB obteve no escrutínio de 1974, que resultou, segundo o autor, daquele avanço da urbanização e da industrialização e de uma "'modernização' das formas de comportamento de massas"[52], e do fato de o partido ter se beneficiado do acesso à TV.

Dessa maneira, o "clima de apatia das massas", produzido pelos anos do autoritarismo, vinha se arrefecendo, quando emergem as greves no ABC paulista que, segundo o autor, mostraram, na prática, como se constrói a democracia: "Agora sim pode-se falar em democracia, sem adjetivações. Ela vem da base, das demandas por mudanças por parte dos que estão cansados de tanta equação matemática do salário perfeito". Ademais, "Os líderes sindicais não foram perguntar se o direito de greve é reconhecido

---

[52] Vale registrar que Cardoso já em 1974 participa da redação do programa de campanha do MDB. Ver a esse respeito TDB, p. 6.

pelo AI-5. Os trabalhadores paulistas, quando pararam ordeiramente de trabalhar, partiram do óbvio: o AI-5 é que é ilegal perante a consciência nacional; a tutela do Ministério do Trabalho é que é imoral perante o ânimo de reivindicar negociações diretas entre patrões e operários. /.../ É este o passo a ser dado: democracia, já, com nossas próprias pernas. Sem diálogos do passado a prometer a revogação do que já está revogado pela vida" (DPM, p. 13).

Avalia que a experiência grevista teria resultado da espoliação econômica e política que os trabalhadores estavam submetidos durante a ditadura, porém, embora reconheça que as motivações e proposições da classe trabalhadora eram tanto econômicas quanto políticas, considera que as últimas eram as mais significativas, na medida em que, ao reivindicar liberdade sindical, autonomia, bem como uma nova relação com os empresários, punha-se em xeque toda uma legislação autoritária e rígida, que remontava à era varguista. Como afirma: "o fato mais auspicioso e salutar é que se começa a reconhecer que esses grupos existem completamente desligados do estado, o que significa uma independência relativa das classes. Hoje é possível fazer negociações com os empresários. /.../ A greve é ilegal segundo a legislação. Mas na prática nos levou a concluir que a lei é imoral" (DPM, p. 43). No momento em que Lula e outros sindicalistas estão presos, Cardoso reconhece que os trabalhadores optaram pela continuidade da greve em defesa dos seus salários, porém ressalta: "Mas os que imaginam que a reivindicação de São Bernardo se esgota aí e que a prisão dos líderes é suficiente para desarticular os trabalhadores não terão compreendido que nos anos de resistência democrática e agora de lutas sociais, os trabalhadores aprenderam que para alcançar esse objetivo precisam assegurar sua identidade e sua autonomia. A luta de São Bernardo é também a luta pela dignidade do trabalhador e pelo direito do operário ser reconhecido como parte deste país. Cidadania, tanto quanto mercado; política no mais generoso sentido, tanto quanto sobrevivência econômica. Desapareceu a fronteira entre o sindical e o político" (IAP, 1980, p. 77)[53].

---

[53] Num pequeno artigo redigido em homenagem ao movimento de São Bernardo, "A crisma de São Bernardo", Cardoso afirma que não se poder dizer que SBC seja o exemplo puro da marca distintiva do Brasil: riqueza e miséria, pois, o que se concentrou de especificamente novo ali foi "reivindicação, dignidade e cidadania". O surgimento do movimento operário, ao lado dos demais setores da sociedade, crismou a cidade "como a capital da redenção popular" (CSB, p. 88). Daí que mesmo no contexto do refluxo operário no ABC paulista Cardoso avalia que começou a se "perfilar o novo ator histórico. Novo, não porque antes não existisse, mas porque agora existe de um modo específico: enfrentando-se com o estado, sendo mais bombardeado pelos meios de comunicação de massas, sujeito a uma burguesia que perdeu a capacidade histórica para ser artífice da democracia em uma sociedade de massa" (DSC, p. 34).

Cardoso não acreditava que as pressões sociais, entre elas a própria greve, fossem suficientes para debelar o projeto de "abertura controlada", mas contribuiriam para o avançar na democratização. Porém em que termos? Em direção a uma flexibilização institucional. Como afirma: "Creio que as negociações entre trabalhadores e empresários passarão a ser vistas como uma relação democrática, o começo da legitimação dos conflitos, pois não existe democracia sem uma legitimação dos conflitos existente entre as classes que compõem o universo produtivo. A grande surpresa foi que o empresário não apertou o botão e chamou a polícia, o que nos leva a concluir que o que está acontecendo agora é um avanço" (DPM, p. 43). E vai transparecendo em suas análises a idéia de que empresários e estado tivessem interesses distintos em relação a regulamentação da vida operária e, sobretudo, quanto a questão do arrocho salarial, como se este não se constitui-se em peça chave dos interesses privados. Como afirma: "Agora você me pergunta porque os setores econômicos, que estão ganhando tanto com o atual sistema de coisas, querem mudar. Isso não deve surpreender ninguém. O arrocho salarial, por exemplo, não é e nunca foi uma medida permanente em economia. É uma medida que funciona em determinados casos e para determinados períodos. Hoje, por exemplo, o fim do arrocho salarial, o funcionamento livre dos sindicatos e uma maior distribuição de renda ampliariam o mercado, abrindo novas perspectivas de crescimento econômico" (DPM, p. 73). Supunha o autor, passada a experiência de 1978 no ABC, que o empresariado, ao menos o dos grandes setores, tinha interesse numa negociação direta e suportaria uma pressão salarial, isto é, eles pareceriam "aceitar a idéia de negociar diretamente com os operários e livrar-se dos sindicatos controlados pelo governo. E já provou nas negociações com os sindicatos do ABC. /.../ Há muito que venho afirmando que não creio que o arrocho corresponda, hoje, a uma necessidade das empresas. /.../ Em circunstâncias específicas é possível aumentar a produtividade e os salários" (DPM, p. 82).

Vale lembrar que Cardoso sempre insistiu que a superexploração da força de trabalho não é a base exclusiva de sustentação do modelo de desenvolvimento econômico, e é com base nesta tese que no momento em que, de fato, o movimento grevista sofre a repressão do estado, lamenta a falta de apoio de uma parcela do empresariado "habitualmente menos cego pelo autoritarismo e pelo interesse econômico imediato", já que estes, imagina Cardoso, "sabem, tão bem quanto os operários, que o que está em jogo não são os magros 7% a mais ou a menos nos salários, que um mês de inflação consome. Sabem que da agenda de reivindicações operárias quase tudo refere-se a procedimentos e não a cruzeiros. Procedimentos, diga-se de passagem, corriqueiros nos países sede de

muitas das empresas envolvidas na crise. Sabem também que o argumento de que é preciso quebrar a crista do movimento operário para controlar as pressões sociais que virão é o mesmo invocado para passar pitos em empresários independentes: o da força, como razão de estado. Não obstante, calaram e com isso comprometeram a saída democrática para este tipo de impasse no futuro" (IAP, 1980, p. 79). Não se pondo, portanto, em sua análise, a relação estrutural entre arrocho salarial e lógica de acumulação, separando, num certo sentido, os interesses do estado dos interesses do empresariado, como se empresariado e estado ditatorial não tivessem ambos empenhados em manter o controle sobre a força de trabalho, sugerindo, pois, que a dimensão econômica da greve é secundária, é que Cardoso chega a reclamar da posição dos empresários frente às greves, por não terem impedido a intervenção do estado e facilitado uma negociação direta com os sindicatos. Como afirma, após as derrotas de 1979: "O que bloqueou a negociação foi a intervenção do governo. Não foi a possibilidade de atender à reivindicação, não foi nem sequer a inexistência de certas pontes que permitiriam a negociação. Foi o fato de que por razões políticas os empresários se escudaram atrás do estado"[54]. Ora, se os patrões recorreram ao estado por "razões políticas" por que será que em 1981 o presidente da Federação do Comércio do estado de São Paulo manifesta-se "preocupado" com os efeitos da lei salarial vigente em nome do "'poder de compra dos assalariados e a saúde financeira das micro, pequenas e médias empresas'"?, declaração esta que Cardoso contesta, porém, visto que não vê o arrocho salarial como base para a acumulação, sugere que os empresários proponham outras medidas para enfrentar a crise econômica, como por exemplo, "contra os juros escorchantes, contra os desperdícios estatais", e não o arrocho salarial – ainda que este tenha sido a justificativa, na época do milagre, para "favorecer a rápida acumulação, sem riscos inflacionários" (IAP, 1981, p. 89). Não entendendo, pois, que o arrocho salarial se constitui como a base de sustentação do modelo de acumulação ou mais precisamente que a superexploração da força de trabalho é o pilar da autocracia burguesa no Brasil que assumiu sua feição militar, Cardoso perde a dimensão econômica e política das greves. Uma vez que, ao reivindicar aumento salarial, não era uma debilidade

---

[54] Vale registrar que uma das principais lideranças do movimento grevista do ABC também, por outras vias, não percebeu que o estado agiria em nome do capital: "'Nós acreditávamos que sozinhos venceríamos a classe empresarial do ABC /.../. O que não contávamos era que o estado jogasse tão pesado como jogou em defesa das empresas, coisa que não fez em 79 /.../. A gente tinha a esperança de que o governo não iria bancar tudo sozinho. Mas ele bancou tudo do começo ao fim, desde o Tribunal do Trabalho até os helicópteros do Exército'". *Apud* ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho*. São Paulo: Ensaio, 1986, p. 91.

do movimento grevista, pois punha em xeque a política econômica do regime, cujo aparato institucional fora montado para esta finalidade, de modo que não há contradição entre a propositura da abertura lenta e gradual, com repressão, e o posicionamento do empresariado, pois intentam o mesmo: manter a política econômica da ditadura, cuja base é o arrocho salarial[55].

Cardoso via na movimentação operária no ABC paulista, ao menos de início, a possibilidade de uma abertura política mais substancial, mas a repressão, as derrotas posteriores e a manutenção do que o autor passa a chamar de "entulho autoritário", demonstram, em sua avaliação, que não apenas o movimento grevista mas as oposições em geral não tiveram capacidade suficiente para avançar na institucionalização política. Ou seja, as próprias lideranças se limitaram ao ABC e não conseguiram generalizar as demandas para o resto do país; ficaram, pois, ilhados, e assim colheram as derrotas ainda que "heróicas". Contudo, em sua avaliação, a impossibilidade de "generalizar as demandas" deu-se porque não houve articulação e enraizamento das oposições com os movimentos sociais, incluindo as greves, que, no seu entender, não foram canalizadas para a luta política. Como afirma: "segmentos ágeis da sociedade avançam anos-luz e desenham meteoricamente o perfil do futuro, deixando o setor político à margem e boquiaberto com tanta reserva de energia não canalizada de modo sistemático para a luta política" (IAP, 1981, 136)[56].

Na verdade, em sua avaliação, a oposição em geral estava desarticulada, fragmentada e sem "rumo" pois não conseguiu se unir "em torno do óbvio que é lutar para mudar o regime no sentido democrático", mas isso se deve precisamente ao "desencontro" entre movimentos sociais, lideranças e instituições. Como afirma: "como a crise não é só dos partidos, e da sociedade também; os rumos não virão espontaneamente da base. Sem que o setor político (lato senso: não só os políticos profissionais, mas as lideranças trabalhistas, a Universidade, a Igreja etc.) defina o rumo da transição, os movimentos reivindicatórios se estiolarão neles próprios (curtindo suas vitórias chochas, como no ABC, ou suas decepções, como no caso do funcionalismo público) e as tentativas de revitalização política serão como bolos sem fermento (como as campanhas pela Constituinte ou pelas eleições diretas)". E embora advirta que os "rumos" não podem se

---

[55] Ver a esse respeito CHASIN, "Conquistar a democracia pela base", e "As máquinas param, germina a democracia!", *op. cit.*

[56] Trata-se de um artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, em 24 de maio de 1979, intitulado "Os rumos da oposição" (1).

restringir às questões institucionais, visto que o "grande desafio da oposição é o de viabilizar propostas políticas de nítida conotação popular", enfatiza que "não basta um programa", já que é preciso canalizar "sistematicamente" os movimentos sociais "para a luta política", tal como os movimentos grevistas de São Bernardo, em 1981, que demonstraram como se democratiza uma sociedade elitista como a brasileira exigindo reuniões entre sindicatos, empresários e governo. Isto é, mostraram como "fazer política no sítio em que assume conotações decisórias, obrigando os ministros a aceitarem os trabalhadores como classe que se constitui na luta e na representação ideológica que têm de seus interesses e de seu papel" (IAP, 1981, p. 87)[57]. E partindo então da idéia de que a questão central é canalizar os movimentos para a luta política, especialmente a partidária, Cardoso vai definindo um conteúdo programático de natureza meramente institucional, exigindo, para isso, uma renovação do partido emedebista, já que "Está chegando o momento no qual o enraizamento social da oposição implicará que os setores populares participem devidamente da vida partidária. /.../ é preciso ir construindo os alicerces de um partido popular moderno" (IAP, 1981, p. 139). Defendendo, então, a construção de um partido dos assalariados, não sectário e aberto a diferentes categorias e segmentos sociais, que só poderia emergir da renovação do MDB, e a unificação da oposição em torno da constituinte bandeira esta que julga ser mais realista, ao contrário do que supõem as parcelas "basistas" e "dogmáticas" da esquerda, que imaginam que a Constituinte "é uma palavra burguesa", estas, no seu entender, deveriam "estar recolhido a um convento, e não na prática política".

É nessa linha que Cardoso vai definindo os "rumos" da oposição em torno da construção de um partido dos assalariados, em torno da constituinte, a fim de dar "substância a luta democrática", pois acredita que "Para o povo o sinal sensível de democracia é o voto. /.../ Ou nós ficamos no 'o que importa é o feijão com arroz', então ficamos numa posição obreirista-basista, a meu ver muito perigosa, ou, se nós ficamos no pólo oposto e simplesmente só propomos as grandes reformas, seremos um partido do tipo liberal-democrático. Os dois pólos estão errados. /.../ Prá ter feijão com arroz, precisa ter organização. Pra ter organização precisa ter lei; prá que esta lei não seja um engodo, reverte: é preciso que essa lei seja produto da pressão que vem de um partido organizado,

[57] Trata-se do artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, 23 de abril de 1981, "Os rumos da oposição" (2).

de um povo organizado. É a famosa dialética" (PM, 1980, pp. 54-5) [58]. Ou ainda: "quem sabe, ressurja amanhã, na Constituinte necessária, um novo ordenamento, democrático e profundamente enraizado no querer coletivo que exige mudanças sociais decididas para que a ordem econômica deixe de ser o que tem sido, bastião de privilégios e reprodução da miséria" (IAP, 1980, p. 79).

Observe-se que, embora Cardoso proponha uma vinculação abstrata entre as reivindicações materiais e institucionais, a equação sugerida é sempre a mesma – de natureza politicista: levar aos movimentos sociais a perspectiva da institucionalização por meio da crença de que um redirecionamento político institucional e a participação nesta permitirá a resolução de problemas cuja raiz é socioeconômica.

Reforma do estado

Resta observar que, se Cardoso preconiza a organização autônoma da sociedade civil e sua participação institucional, seu alvo é o estado, e é para este que dirige as suas formulações. Vimos que o autor, ao partir daquele pressuposto de que houve um amálgama entre estado e sociedade, e de que, precisamente por isso, "a luta reivindicativa 'da sociedade' passa a ser, *ipso facto*, uma luta 'dentro do estado'" (DAL, p. 54), passa a propugnar que qualquer luta que prescinda do estado é inócua, de maneira que é preciso refazer as pontes entre estado e sociedade. Ou seja, visto que não é possível eliminar a interferência crescente do estado na vida econômica e social, e já que a tendência do mundo moderno é a burocratização, e dado que as bases autoritárias do estado brasileiro foram e continuam sendo burocráticas – e essas, a despeito do seu poderio, durante o regime autoritário, foram incapazes de alinhar desenvolvimento econômico e melhoria social –, o autor considera que os partidos e o parlamento continuam sendo o espaço efetivo da liberdade de expressão e da crítica; porém, sozinhos, não têm o poder de alterar os rumos da política. Estes deverão, portanto, segundo Cardoso, lutar ao lado dos sindicatos e dos movimentos sociais pelo acesso às informações e pelo controle democrático das decisões, onde, de fato, estas são tomadas: no estado, nas burocracias e nas empresas, pois são nestas instâncias que no mundo moderno "são tomadas as decisões que condicionam as nossas vidas" (ELDM, p. 21). O que implica repensar também uma

[58] Por essas mesmas razões dirá que a Constituinte não vai resolver os problemas sociais. "Ela apenas coloca a condição necessária, mas não suficiente" (DPM, p. 65).

nova maneira de formular e implementar políticas sociais. Como afirma: "a filosofia subjacente à políticas sociais se desejar escapar da camisa de força da situação atual terá de reforçar os aspectos do planejamento democrático, do caráter público mais do que meramente estatal das agências sociais, e não poderá continuar cega aos riscos da 'cidadania regulada'. /.../ A introdução dos avanços democráticos e populares – que supõem o controle direto das agências estatais de serviços e a definição das políticas sociais pelo usuários – e a generalização das técnicas sociais de decisão e controle são tão importantes para a reforma das sociedades latino-americanas como são o parlamento livre e as liberdades políticas" (PSDO, p.187)[59].

Assim, um processo de democratização para o autor implica a liberalização institucional que assegure o exercício da cidadania, um sistema fluido de informações para ter acesso às principais decisões políticas e econômicas, de maneira que a sociedade fosse criando públicos capazes de controlar tanto o estado – para que este se torne "responsável e eficaz frente aos *interesses públicos*" (EED, p. 20) – quanto as grandes empresas privadas, exigindo a prestação de contas das "escolhas políticas" feitas tanto no passado e daquelas que atingem o conjunto da sociedade (DPM, p. 14).

Vê-se, assim, que o problema central para Cardoso está no modelo institucional, na ausência de controle sobre o estado e sobre as empresas, de modo que sua perspectiva de democracia resume-se na participação política. E isso não implica numa mudança do padrão de acumulação, precisamente porque esta daria-se mediante a participação pública, as pressões dos grupos organizados e a ampliação dos espaços públicos e institucional. Tal como explicita, ainda: "a questão da democracia frente ao estatismo econômico, assim como frente às multinacionais ou às grandes unidades de produção em geral é *política*, não é decorrência imediata de um ou outro 'modelo econômico" (EED, p. 20). Ainda que estes rumos, para o autor, não pudessem ser assegurados com a liberalização institucional, o importante em sua concepção é definir o caminho e o alvo. Como explicita: "Saber quê rumos tomará o processo que chamamos de 'democracia substantiva' para permitir que a primazia do nacional e popular se afirme e para que um modelo alternativo se esboce livre dos riscos de burocratismo e de autocratismo, e perguntar quais são os limites entre a

---

[59] É importante chamar a atenção para o fato de que o próprio projeto de liberalização da ditadura visava a incorporar o discurso da oposição da época, cuja crítica centrava-se no "caráter tecnocrático da política social", no "modelo de cidadania regulada", no "modelo de proteção social", na "centralização excessiva", introduzindo, assim, o chamado "planejamento participativo" em alguns centros urbanos. Ver a esse respeito estudo dessa experiência nas cidades de Natal e Recife *in* ARAÚJO, Ilza. *Políticas e poder: o discurso do planejamento*. São Paulo, Ensaio, 1996.

necessidade de organização e a vitalidade do comportamento espontâneo das massas, são todas perguntas práticas que permitirão definir um tipo alternativo de estado" (EPPAL, 1977, p. 385).

2.3. Momento de transição: limites e perspectivas

Observe-se, primeiramente, que, ainda que Cardoso argumente sobre a importância do "elemento" econômico, sustenta que as transformações políticas não decorrem de processos estruturais, mas da correlação de forças, pelo que os limites da distensão vão depender "da força real dos grupos envolvidos na briga política" (CEM, p.109). No caso brasileiro, Cardoso acredita que a crise econômica do período pós-74 não foi determinante para o processo de auto-reforma do regime, a assim chamada *redemocratização*, mas um dos seus elementos impulsionadores, de maneira que essa crise soma-se aos problemas políticos internos ao bloco do poder e às movimentações políticas em prol da democratização do país. Ou seja, no seu entender, houve crises paralelas que num dado momento foram confluindo para a distensão do regime.

De um lado, os antigos conflitos no interior do bloco do poder, especialmente em relação ao modelo institucional, já sinalizavam "focos" para a distensão do regime, de outro as pressões da sociedade civil - fruto da dinâmica do desenvolvimento dependente-associado que permitiu, em outras transformações, como vimos, influxos ideológicos exteriores (no que concerne a dinâmica da "sociedade industrial de massas") entre distintas "categorias sociais": lideranças operárias, intelectuais, comunidades eclesiásticas e mesmo entre empresários, que se expressaram na busca de um ideário que busca "um modelo societário que valoriza a sociedade civil frente ao estado" (CD, 1983, 251). De maneira que podemos dizer que um dos "focos" de distensão do regime, segundo o autor, foi produzido pelos aspectos "modernos" e "civilizatórios" daquele padrão de desenvolvimento, - aberto aos fluxos, internacionais, materiais e culturais -, que acabou se tornando incompatível com a estrutura de dominação política do "regime burocrático autoritário" e obrigando o regime a "ceder".

Paralelamente a isso, o irromper da crise econômica externa e interna e a incapacidade do governo de solucioná-la fizeram com que o regime fosse se exaurindo "social e economicamente" (IAP, 1978, p. 13). Assim, somaram-se pressões da oposição, dos movimentos sociais, a crise econômica e a crise interna do regime, isto é, "as fendas abertas no tripé de sustentação econômica do regime graças às dificuldades econômicas

/.../ e a perspectiva de ambigüidades liberais no seio do bloco dominante criaram condições propícias para a 'distensão'" (IAP, 1978, p.13). Restando, então, a alternativa de flexibilizar as regras do jogo "para evitar que a discórdia terminasse por romper o estado, restabelecer um sistema de válvulas para soltar a pressão e ao mesmo recriar um sistema de freios para salvar, senão os anéis, os dedos das camadas dirigentes" (CD, 1979, p. 190)[60].

Aparece, em meio à crise econômica, as tentativas do governo Geisel de "reconversão" e as políticas econômicas posteriores as pressões do empresariado contra o estatismo e em prol da liberalização, e mesmo uma "nova elite industrial" com uma certa visibilidade política, que desempenhou um papel "favorável" a transição, na medida em que se manifestou contra o "terrorismo de direita" e apoiou o tipo de mudança proposto pelo regime: uma liberalização controlada, sem ruptura com o tipo de estado, "isto é, sem mudar a base social do regime, nem sequer a injunção direta das forças armadas" (CD, 1967, p. 237 e 253). Ressalva, entretanto: "Isto não quer dizer que a estratégia da abertura decorreu da pressão empresarial. Esta última somou-se, com certo atraso, às alterações políticas propostas pelo Grupo Geisel-Golbery e ao coro dos protestos da base da sociedade civil" (CD, 1983, p. 251)[61]. Avalia que tal como no passado, a classe empresarial não se comporta como "elite hegemônica" pois continua querendo se escudar no estado de modo que não se constituíra como força capaz de definir a política de abertura, estariam, os empresários, fundamentalmente buscando "refazer seu sistema de alianças" sob o antigo tripé. De modo que, conclui o autor: "é por isso e não por 'erro' ou 'fraqueza' que ele assume simultaneamente uma postura de crítica ao autoritarismo e de apoio à transição controlada" (CD, 1967, p. 255). Cardoso insiste que "o projeto que finalmente vem tendo o endosso da liderança empresarial (e de suas bases) não é outro senão o do governo. Não se trata da emergência de uma corrente democrática hegemônica que veja na sociedade civil a fonte do poder, nos partidos sua instrumentação e no regime

---

[60] Nesse sentido, o autor reconhece que, a partir de 1973-74, a continuidade do "regime autoritário" estava em questão diante da pressão inflacionária e da retração do mercado mundial: "Que ocorrerá no momento em que o êxito econômico não puder mais ser usado para justificar a opressão?" (DPM, p. 92), no entanto, isso não será determinante para a abertura política.

[61] É inegável, de fato, que Geisel, Golbery do Couto e Silva e o grupo castelista pretendiam institucionalizar o projeto de 64 desde o início. Para nós, a pergunta é: por que precisamente num momento de crise econômica esse projeto, ao invés de ruir como nos primeiros anos, pôde finalmente vingar, inclusive contra a vontade do grupo dos "duros"? O próprio Golbery, não obstante continuasse pleiteando a auto-reforma do regime como forma de "liberar os vapores da panela de pressão", acreditava que não era o melhor momento para que fosse implantada. Ver a esse respeito NOELI, Vânia. *O Satânico Dr Go: a ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva.* Dissertação apresentada na PUC-SP, 1999.

democrático seu objetivo. Embora existam alguns empresários que, individualmente, assim pensem. Trata-se, antes, da contrapartida no empresariado de uma política de liberalização controlada" (CD, p. 263). De modo que os empresários "compraram" o projeto de "abertura controlada", e mais: "Nesta fase da transição para a democracia, o posicionamento empresarial pela 'abertura' foi inegavelmente um fator favorável. Favorável é bom esclarecer, a um modelo de transição que não se originou de pressões empresariais e que encontra no governo o centro de gravidade" (CD, 1983, pp. 252-3). Não sendo a cabeça e nem o mote do projeto de abertura, o papel do empresariado, avalia Cardoso, "é ao mesmo tempo crucial e limitado. Crucial porque as pressões cooptadoras se exercem com força sobre ele e se ele se deixar absorver pelo estado as concessões liberalizantes serão menores. Limitado porque na política de cerco ele é apenas um dos batalhões, e não dos mais aguerridos. Não se deve, portanto, sobrevalorizar sua importância no espaço que se criará se o cerco ao autoritarismo levar o país a uma transição estável para um regime mais compatível com a presença reivindicante das massas" (CD, p. 256).

Importa aqui reter por ora a análise do processo de abertura que Cardoso elabora: a crise do milagre não foi determinante para a abertura política, mas apenas um fator a mais: em suas palavras, "não foi a dinâmica da expansão econômica em si que gerou pressões: foi a combinação dela com a 'liberalização controlada' *e com* (grifo nosso) o súbito desencantamento com os êxitos do milagre". Cardoso adverte que não minimiza as condicionantes estrutural e conjuntural da economia, principalmente num país com o nosso tipo de desenvolvimento; entretanto, "para fins de análise da política da mudança institucional a referência ao econômico é obrigatória, mas insuficiente", pois uma crise "tanto pode minar o regime no sentido de torná-lo ainda mais rígido, quanto no sentido de desarticulá-lo. A direção que o processo assumirá dependerá do encaminhamento propriamente político" (CD, 1967, p. 262). E é nessa clara subsunção politicista que a questão de fundo da transição do *bonapartismo* em crise para a *autocracia institucionalizada* vai sendo ignorada pelo autor.

É desnecessário, aqui, reafirmar que uma perspectiva democrática não estava e nunca esteve no horizonte da burguesia brasileira. Neste caso, não importa que o projeto de abertura tenha sido, desde o início, formulado pelos arautos da ditadura. A questão que se põe é que se trata de uma estratégia de abertura perfeitamente afinada com os interesses empresariais, tal como a ditadura esteve para essas, cujo objetivo central é manter intocado sim, como afirma o autor, o antigo tripé de acumulação: estado, capital externo e

burguesia local. Mas que se constituiu, desde o início, pelo arrocho salarial, de modo que a estratégia de abertura controlada, as intenções de aperfeiçoamento institucional que sempre foram manifestadas pelo governo, independente das dissensões internas no bloco do poder, atende antes a preservação da autocracia burguesa.

De modo que, quando Cardoso afirma que o papel do empresariado é limitado e crucial, "porque as pressões cooptadoras se exercem com força sobre ele e se ele se deixar absorver pelo estado as concessões liberalizantes serão menores" ou de que "Não se trata da emergência de uma corrente democrática hegemônica que veja na sociedade civil a fonte do poder, nos partidos sua instrumentação e no regime democrático seu objetivo", está simplesmente ignorando os nexos entre ditadura e empresariado e, com isso, a questão de fundo que matiza o projeto da auto-reforma: a da preservação, no trânsito do *bonapartismo* em crise para a *autocracia institucionalizada*, da natureza do poder e da base de sustentação que o gera: um padrão de acumulação excludente, que para ser mantido requer o componente politicista (próprio da burguesia autocrática) para manter sua estreiteza econômica e política. A razão, portanto, de fundo, que explica a ausência de uma "corrente democrática hegemônica" empresarial, apontada pelo autor em termos estritamente abstratos, está precisamente em sua incapacidade congênita de perspectivar a sua própria autonomia econômica e de encetar um projeto de reordenamento nacional capaz de incluir, ainda que nos estreitos limites do capitalismo, as categorias do trabalho.

Cardoso detecta, contudo, certos traços do caráter "transformista" da transição: uma transição que se processa mantendo o "pacto de dominação" – sob a direção dos principais setores que comandaram o golpe de 64 e sem a derrota das forças armadas –, daí que estaríamos numa "democracia relativa": isto é, "ampliam-se os 'espaços'; há como respirar politicamente; mas ficaram intocados os fundamentos do mando" (IAP, 1983, p. 144). Considera que a tática do governo, mediante a agudeza da crise econômica e da pressão da sociedade, foi de a se antecipar para manter o controle sobre a oposição, pelo que acabou ganhando "na definição da agenda política" (DN, p. 12): isto é, "o regime antecipou e procurou auto-reformar-se" (IAP, 1983, p. 160). Entende também que as reformas políticas eram "acanhadas diante do peso das grandes questões nacionais": da crise econômica, da questão social, agrária etc. Entretanto, na medida em que sua crítica à ditadura e à transição é politicista, passa a cobrar, efetivamente, os limites institucionais da transição. Pois como afirma: "se as reformas institucionais propostas não são suficientes é porque elas não entram a fundo nas questões da participação política, da modernização dos mecanismos de tomada de decisões, de modo a abri-los à opinião pública, na reformulação

partidária e no estabelecimento de um sistema democrático de negociação entre as partes interessadas" (CD, 1967, p. 195).

Se Cardoso entende os limites da abertura eram institucionais, se as novas regras do jogo eram acanhadas e não permitiam mudanças mais abrangentes, a perspectiva que leva as oposições é a de um "aperfeiçoamento institucional". Nos seus termos: "Estabelecido um horizonte de mudanças no plano institucional, resta ver como faremos para conduzir o barco da democratização até lá pelo mar revolto da dívida externa, da dívida interna, da inflação galopante, de índices de desemprego assustadores, /.../ da justa exasperação dos assalariados após anos seguidos de arrocho e, como pano de fundo de tudo, da ameaça de descrédito a que se expõe o novo governo se não for capaz de oferecer à nação perspectiva razoáveis de superação das dificuldades" (AT, p. 8). Resta, portanto, *conquistar a institucionalização* política, para depois *cuidar da vida*[62].

Nesse mesmo diapasão, diante da crise econômica no início da Nova República, Cardoso continuará postulando o avanço institucional e criticando os limites da "agenda de transição", apontando-os da seguinte maneira: "O reconhecimento da cidadania dos analfabetos ficou pela metade: eles poderão votar, mas não ser votados. Não houve respaldo para corrigir as distorções da representação por estados na Câmara dos Deputados: o voto do eleitor de SP continuará, desse modo, valendo várias vezes menos que o do eleitor de um estado pequeno". A garantia de eleições diretas para todas as instâncias permitia a reconstrução das instituições democráticas, com a possibilidade de varrer o que denominava "entulho autoritário": a legislação partidária, sindical e eleitoral burocrática, a Lei Falcão, a Lei de Segurança Nacional e a Lei de Imprensa, além da eleição indireta para presidente da República (PLEA, pp. 54-5)[63].

Assim, diante dos limites do "processo político de liberalização" a oposição deveria se manter unificada para "fortalecer as instituições democráticas", mesmo que destituídas de ganhos sociais, porque isso abriria possibilidades de um "verdadeiro compromisso nacional" para outras modificações, como a resolução da miséria (PLEA, pp. 62-3). Isso porque "em certos casos, essa reorganização é profunda e permite localizar as lutas sociais e as chances políticas dos dominados em melhores condições" (SE). De

---

[62] CHASIN, "¿Hasta cuando?", *op. cit.*

[63] Chamava, ainda, a atenção para a necessidade de acabar com a função tutelar das Forças Armadas, restringindo-a à segurança nacional, portanto à política externa, mesmo porque "Não há nenhuma agitação extraordinária hoje no Brasil /.../. Quem fala em setores incendiários das esquerdas está inventando inimigos. Não há hoje no Brasil nenhum setor das esquerdas que pregue outra coisa senão o voto" (PLEA, pp. 62-3).

modo que "Alcançada a democracia, ter-se-á conseguido apenas abrir um espaço maior para as mudanças sociais e econômicas, sem as quais a eventual vitória democrática perderá legitimidade e sentido histórico" (IAP, 1981, p. 163).

É nessa mesma direção que, ao se aproximar o processo de sucessão presidencial do governo Figueiredo, Cardoso defendia a negociação com aqueles "que detêm os instrumentos de controle" como imprescindível à "formulação de uma alternativa político-social, a partir do Congresso e da sociedade", pela mobilização "das opiniões" (IAP, 1983, p. 212) – inclusive porque a oposição não dispunha de força suficiente para fazer a "travessia" do modo como gostaria, isto é, através da eleição direta[64].

Suas preocupações estão totalmente dedicadas, portanto, à consolidação de um novo arcabouço institucional. E as medidas que propõe como "agenda concreta para a redemocratização" estariam, no seu entender, adiante das postuladas pelo governo, pautando-se pelas "aspirações nacionais e populares". Ressalta ainda que estas não poderiam estar restritas ao aspecto político, mas "as questões econômicas e sociais requerem uma articulação mais clara por parte da oposição, para que possa cobrar com mais firmeza do governo". Aponta as questões a resolver que considera cruciais: "são pontos que vão desde a desconcentração de poder, a descentralização do processo decisório e a desburocratização, até o apoio à livre iniciativa, o fortalecimento das empresas nacionais, o tratamento favorecido às pequenas e médias empresas, passando pela questão da Constituinte"[65].

Vemos, assim, que a natureza da proposta de Cardoso não difere da proposta de auto-reforma da ditadura. A diferença entre uma e outra é de grau: na medida em que a

---

[64] Nessa direção, entendia que a própria resolução da crise econômica e política por que o país passava naquele momento só poderia ser encaminhada via flexibilização institucional, que garantisse algum nível de negociação, donde a proposição de uma "fase constituinte" antes de uma Assembléia Nacional Constituinte, já que "Quando se institucionaliza um processo democrático, automaticamente se institucionaliza um mecanismo de negociação", e então, "Na medida em que o jogo é mais aberto, mesmo num parlamento como o nosso – que é castrado de funções controladoras -, você começa a perceber que pode avançar". Propõe, portanto, uma sucessão presidencial pactada, que passaria pelo Congresso e pelos partidos.

[65] Destaque-se aí implantação de eleições diretas e sem prorrogações de mandato para todos os níveis de governo (mesmo paulatinamente), saneamento do estado e o seu fortalecimento para uma intervenção mais eficaz na economia e na criação de programas sociais, renegociação da dívida externa em condições mais vantajosas, retomada do crescimento econômico com redistribuição de renda, aumento progressivo do salário de acordo com o crescimento da produtividade, autonomia das organizações sindicais "e todas as implicações dela para a determinação dos salários e na regulamentação do conflito social que, numa democracia, exige o respeito ao direito de greve; passos concretos para a anistia, e assim por diante" (IAP, 1979, p.129). No que tange aos últimos aspectos, cabe atentar que não se trata de um programa econômico propriamente dito, mas do delineamento de "um quadro de referência" e de um "compromisso fundamental" do qual "Ninguém poderá afastar-se".

ditadura sinalizava com a abertura política de modo gradativo, Cardoso propõe avançar nela.

Conforme evidenciamos ao longo deste capítulo, Cardoso não considera que a ditadura militar tenha sido implantada para garantir um determinado ordenamento econômico, posto em risco pelos movimentos sociais do imediato pré-64; sendo assim, também não atina para o fato de que a proposta de abertura controlada tenha vindo à tona justamente no momento de crise do "milagre econômico". Ao contrário disso, como mostramos, considera que teria sido possível intentar a reversão da organização política durante o auge daquele. Conforme também já mostramos, Cardoso entende que, no plano econômico, a ditadura foi modernizadora, de sorte que, embora apontando para algumas debilidades da organização econômica vigente, não chega jamais a fazer sua crítica efetiva. Todos estes aspectos de sua concepção permitem compreender que Cardoso estava impossibilitado de escapar ao diapasão em que a própria ditadura propusera a questão da transição – mantendo-a no plano estritamente político. Ao manter-se também aí, fez o jogo da situação. A proposta de redemocratização de Cardoso não se põe e não poderia se pôr na perspectiva das massas, uma vez que esta implicaria num reordenamento econômico, e não apenas institucional. Assim, de que "democracia" estamos falando? Daquela que se restringe ao aperfeiçoamento institucional, e que não servindo, de fato, aos trabalhadores, servia, entretanto, ao capital.

Procuramos expor, na Introdução deste trabalho, a análise desenvolvida por Chasin a respeito do sentido e das características próprias da formação social brasileira, mormente no que diz respeito ao caminho pelo qual procedeu sua industrialização, e ao qual denominou de "via colonial". Na esteira dessa sua apreensão de nossa história, Chasin ofereceu uma série de análises a respeito dos principais passos de todo o percurso de transição da ditadura para a autocracia institucionalizada. Entre estas, e com referência direta ao tema deste capítulo, encontramos sua avaliação do "milagre econômico" e, com ela, das raízes do regime ditatorial.

Durante o governo de João Goulart, a burguesia brasileira, em face da exacerbação dos movimentos sociais que punham em xeque o padrão de acumulação vigente, recorre às forças militares para manter a sua dominação, para buscar uma resolução, de sua perspectiva, para a crise iniciada em fins do governo JK, e encontrar uma nova fase de acumulação. Transferindo a tutela do estado para as mãos militares, as várias frações burguesas se organizam econômica e politicamente, mantendo-se no caminho da industrialização subordinada ao capitalismo monopólico internacional, o que implicava a

manutenção da exclusão social da maioria da população, operada pelo mecanismo da super-exploração da força de trabalho, ou arrocho salarial. A ditadura bonapartista, de feição militar, foi a forma encontrada para o desmantelamento dos movimentos dos trabalhadores urbanos e rurais e para a recomposição das forças heterogêneas da burguesia brasileira e a preservação da estrutura autocrática do mando político, e criou as condições institucionais indispensáveis à aceleração da acumulação do capital de maneira que a burguesia, a despeito de não estar diretamente no comando político, foi a principal beneficiária da forma da autocracia explícita erigida em 1964.

O assim chamado "milagre econômico", bandeira maior do "sucesso" dos governos ditatoriais, "sucesso" ao qual não somente Cardoso, como muitos outros expoentes das oposições sucumbiram, pautou-se pela exacerbação do ordenamento econômico iniciado com JK, num momento de fartura de capitais externos: produção capitaneada pelos bens de consumo duráveis, especialmente vinculados à indústria automobilística, na sua maior parte de origem externa, exigindo importações crescentes de bens de produção e gerando também crescentes remessas de lucros. Para fazer face a tais despesas, contou-se com o "esforço exportador", ainda majoritariamente de produtos primários. Todo este esquema assentado na superexploração da força de trabalho, cuja possibilidade e necessidade estão dadas exatamente pelo fato de a parcela mais significativa da produção voltar-se ou à exportação ou a uma parcela bastante restrita do mercado interno, continuando em segundo plano a produção voltada para as necessidades mais elementares da maioria da população – o que, mantém elevado o valor de tais bens de consumo básicos, sem que, entretanto, seja necessário, para os interesses prevalecentes do capital, aumento salarial compatível, uma vez que não é essa a produção, nem esse o segmento do mercado interno, que de fato lidera a acumulação. Esta, de fato, cresceu amplamente durante alguns poucos anos, mas rapidamente vê-se impossibilitada, ou ao menos seriamente reduzida, à medida que, não sendo suficientes as divisas obtidas pelo "esforço exportador" para prover à compra de bens de produção e remessa de lucros, recorre-se crescentemente aos empréstimos, o que amplia aquelas despesas com o pagamento dos respectivos juros, de sorte que, rapidamente, a dívida inviabiliza o prosseguimento da produção. Desde 1974 os sintomas da crise do "milagre" são visíveis.

Assim, como aponta Chasin, o "milagre" foi, durante um curto período, um "sucesso", especialmente para o capital monopólico interno e externo; já para a maioria da população brasileira, foi, desde o início, um estrondoso fracasso, uma vez que não poderia, de modo algum, jamais satisfazer suas necessidades mais elementares, já que baseado na

super-exploração. E foi novamente um fracasso, mesmo do ponto de vista do capital, após muito pouco tempo. É precisamente no momento em que o "milagre" de 1968-1973 chega a este seu segundo fracasso, num momento, portanto, de crise interna, decorrente do esgotamento do "milagre econômico", que o general Ernesto Geisel assume o governo em 1974 com a tarefa de reconduzir o país à institucionalização da autocracia burguesa e enfrentar as vicissitudes do capital atrófico, agora imerso no turbilhão da crise. Uma vez que a ditadura militar foi a forma encontrada para a reposição, em patamares mais modernos, da antiga conciliação entre o velho e o novo, no momento em que aquela fórmula se inviabiliza consigo mesma a ditadura perde sua base de sustentação e de legitimação, especialmente porque as diversas frações da burguesia que a sustentaram de modo aparentemente monolítico passam a debater entre si quem pagará o ônus da crise que se abre, e quem se beneficiará numa eventual nova fase de acumulação. É para atender, fundamentalmente, a necessidade de espaço de debate da própria burguesia que se torna necessária a "abertura" política. Entretanto, como não ocorreu, por parte desta classe, uma mudança de posição que a levasse a romper com a forma subordinada da industrialização e com o arrocho salarial, tratava-se de manter a questão central – a econômica – longe do debate da classe trabalhadora; para isso o politicismo era fundamental: discutir publicamente apenas a abertura política, de preferência somente institucional, a retomada ou aperfeiçoamento da "democracia".

De sorte que a sugestão de Cardoso, de que teria sido viável reverter o modelo político durante o período de auge do "milagre", mostra-se ancorada numa análise totalmente equivocada. Igualmente se evidencia que a autonomização da esfera política e a atribuição a ela de força determinativa, características de sua posição, equivalem a uma subordinação ao politicismo próprio da burguesia brasileira; em outras palavras, Cardoso não ultrapassa o gradiente das posições próprias do capital.

O mesmo se manifesta em sua avaliação do movimento sindical, que se repõe ao final da década de 70. Conforme indicamos, Cardoso entende-o apenas como "mais um" setor que, "finalmente", se junta aos demais que já vinham se opondo à ditadura; coerentemente vê como mais importante a participação institucional dos trabalhadores do que suas reivindicações salariais – uma vez que não compreende que o arrocho salarial é um dos mais significativos pilares de sustentação da ditadura militar, não pode compreender a importância específica de uma reivindicação que o atacava diretamente.

Não percebe, pois, que o movimento sindical, ao se repor, e ainda ferindo imediatamente a base da ditadura, poderia, de fato, constituir a possibilidade de escapar ao

ardil do politicismo, armado pela própria ditadura, e conseqüentemente, partir para sua crítica efetiva, para a crítica da totalidade de seu ordenamento sócio-econômico-político a partir da única perspectiva que possibilita isso – a do trabalho.

Ao contrário, Cardoso esforçou-se por levar aos trabalhadores a perspectiva da institucionalização, isto é, esforçou-se por politicizar o movimento sindical nascente. Viu como importante a mobilização e pressão das massas, sem dúvida, mas somente para que estas participassem dos mecanismos institucionais; não se tratava, para ele, de mobilizar os trabalhadores a partir de suas necessidades mais prementes, tocando, assim, nos fundamentos da dominação autocrática. Como afirma: "se houver novamente uma pressão de massa, como houve na eleição de 82 /.../ agravada pela crise econômica, pela desinteligência reinante no governo e no PDS – será criada uma situação política que some as duas coisas: a mobilização para pressão da base, com nossa capacidade de traduzir esse desejo numa linguagem parlamentar, de formulação de idéias, que se dá ao nível do estado. Então, é possível avançar" (IAP, p. 211).

Assim, para Cardoso, a democracia é um meio, mas um meio que é resolutivo. De fato, o autor postula que são as massas que têm necessidades democráticas, já que a história brasileira demonstra que a democracia nunca esteve no horizonte da burguesia. Entretanto, não questiona, efetivamente, quais seriam as condições de possibilidade para a democracia, ou de que democracia se trataria. Diz-nos que é necessária uma aliança entre forças sociais distintas, mas estas deveriam convergir, não para um programa econômico e institucional, mas para a mera participação nesta última esfera.

Certamente, devemos considerar que um processo de transformação que tenha como centro os trabalhadores deve contar com outras categorias, todas aquelas que, de uma forma ou de outra, são espoliadas pelo sistema. Ocorre, entretanto, que na proposição do autor vemos apenas a necessidade de uma "aliança" que não se articularia a partir de um projeto econômico nucleado pelas necessidades populares, mas sim que supõe como possível e suficiente o reconhecimento das diferenças e o direito de participação no estado, pois somente através deste enquanto articulador de interesses seria possível encetar um processo de mudança, de sorte que a proposta de confluência das distintas forças sociais torna-se abstrata e diluidora de conteúdo. De modo que sua perspectiva de democratização se converte num "participacionismo" que, como afirma Chasin, só pode "servir como

número à manipulação politicista, destituído de classe, consciência e individuação, sem vínculo concreto com a construção do humano e de sua liberdade"[66].

[66] CHASIN. J. "A esquerda e a Nova República", *op. cit.*, p. XIII.

Capítulo 3

A social-democracia

Vimos, no capítulo anterior, que Cardoso objeta uma eventual proposta social-democrata, uma vez que naquele momento da luta contra o "regime autoritário" a questão política emergente era a da democracia, isto é, a sua institucionalização. Ademais, o país não oferecia nenhum dos elementos sob os quais ocorrera o pacto social-democrata europeu: condições econômicas, amplo movimento dos trabalhadores, um partido operário e uma burguesia "disposta" à "cogestão".

No entanto, no final dos idos dos 80, momento em que Cardoso passa a defender propriamente a social-democracia, as condições acima - ao menos nos termos em que foram descritas por Cardoso para a viabilização de um pacto social-democrata – não se apresentavam no Brasil, isto é, nem a classe trabalhadora brasileira se colocou no mesmo diapasão da européia, nem a burguesia brasileira acenou com alguma proposta de "cogestão", e menos ainda havia um auspicioso desenvolvimento econômico. A despeito disso, Cardoso opta pela social-democracia sem rever aquelas objeções, manifestadas durante a fase de abertura e do governo de transição.

Em verdade, parece-nos que a posição inicial se tratou apenas de uma recusa formal à social-democracia, visto que o autor jamais se questionou sobre a viabilidade da própria democracia no país em face das condições históricas e estruturais da formação do capitalismo brasileiro e o caráter da dominação burguesa no Brasil, cujos delineamentos já tivemos oportunidade de expor. Como vimos, sua perspectiva de democracia não se matizou pela perspectiva do trabalho - ainda que reconhecesse que um projeto democrático nunca esteve no horizonte da burguesia - mas pelo universo das regras institucionais, para as quais prescreve um conjunto mais ou menos amplo de procedimentos enredados sempre nos limites do político-institucional tendo como *locus* central o estado, enfim, suas propostas para a transição estiveram nucleadas pelas franquias institucionais, porém desfibradas precisamente pela ausência de uma equação que tocasse nos fundamentos das carências socioeconômicas do país e, pois, inócuas para responder aos desafios que a situação impunha: não apenas garantir as franquias institucionais - que em si não são desprezíveis - mas a de articulá-las numa equação que visasse a ir além da estreiteza da política de abertura, que repunha a antiga fórmula do reformismo pelo alto, o que implicava alçar as reivindicações das massas a um programa

alternativo que pelos seus próprios fundamentos socioeconômicos precisasse as possibilidades e meios para a sua realização.

A perspectiva democrática de Cardoso, destituída de uma equação como esta e *et por cause* submetida ao ardil politicista dos arautos da ditadura, converte-se num conjunto de postulados que legalizam uma situação social que não foi infletida nos seus fundamentos, ou seja, por não tocar nos pilares que perfazem a equação do desenvolvimento contraposto a desenvolvimento social acaba por legitimar a própria negação da democracia.

De modo que nos parece que a perspectiva de democratização que Cardoso leva as oposições e as massas apenas difere do projeto de auto-reforma – impetrado pelos mesmos "gestores do capital atrófico" e sustentado pelas mesmas classes sociais - no âmbito dos procedimentos políticos, pois ambos estão enredados nos limites estreitos do politicismo[1].

Do lado de Cardoso, a crença de que a garantia das regras institucionais e de representação política e a participação nestas esferas são os pressupostos para o reordenamento socioeconômico, visto que apenas por este universo (político) é possível reorientar o sentido do desenvolvimento econômico bem como os seus beneficiários. Por parte da estratégia do projeto de auto-reforma, expressão teórica e prática do ardil politicista da burguesia brasileira, restringir o debate público às questões institucionais e com isso garantir a manutenção do padrão econômico e a natureza autocrática do estado.

Assim, a ausência de questionamento sobre as possibilidades da democracia ou de uma social-democracia deve-se antes a própria análise politicista da situação nacional e da perspectiva de mudança que desta resulta. Ou seja, se é possível a construção da democracia pela via institucional e pela participação nesta esfera não tem sentido o questionamento efetivo sobre as condições necessárias para tal finalidade.

De maneira que, se Cardoso insistiu tantas vezes que "as aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá", isto é, que não é possível reproduzir aqui o itinerário e as experiências políticas dos países originários do capitalismo na medida em que os limites que detecta para a democracia estão circunscritos ao universo institucional, torna-se coerente defender a social-democracia a partir de então.

Assim, como veremos nos próximos capítulos, a natureza da propositura democrata que Cardoso apresenta desde a segunda metade da década de 70 bem como esta

---

[1] Para uma elucidação da ideologia bonapartista da autocracia burguesa produzida durante 1964-1985, ver pesquisa de RAGO FILHO, Antonio. A ideologia 64: Os gestores do capital atrófico, tese de doutoramento defendida na PUC de São Paulo, 1998.

outra, agora denominada social-democrata, não difere em termos substanciais. A defesa da social-democracia permanece, tal como Cardoso advogara a democracia (subsumida aos imperativos institucionais) na luta contra o chamado regime autoritário. Num primeiro momento, tratava-se *da questão democrática*, isto é, da instauração do aparato institucional e da própria valorização da democracia no embate contra o "autoritarismo", agora se trata da consolidação da democracia, que pressupõe um aperfeiçoamento de sua institucionalização.

Os pressupostos básicos para a consolidação da democracia teriam sido dados, segundo Cardoso, pelas conquistas democráticas obtidas durante a fase de transição; ou seja, uma vez instaurado o Estado de Direito sob princípios liberais e democráticos, consagrados pela nova Constituição de 1988, a realidade brasileira passa a oferecer melhores condições políticas. A transição política, independentemente dos seus limites, havia se consumado, ainda que a democracia não tivesse sido consolidada[2], de modo que a defesa da social-democracia encontrara finalmente condições políticas e institucionais mais favoráveis para se expressar.

Há que lembrar que, já nos debates que antecederam a Constituinte, Cardoso advertia sobre a ausência de um verdadeiro projeto institucional para o país. O presidente, o Congresso e os partidos se descuidaram da dimensão institucional, limitando-se a poucas conquistas nessa esfera. Avaliava que, nos dois momentos em que floresceu uma discussão sobre um possível modelo institucional para o país – nos debates sobre as "Diretas-Já" e mais tarde, já na Nova República, por ocasião da Emenda Constitucional nº 25, em que se definiram as novas regras para as eleições e para a organização partidária –, as aspirações institucionais eram tênues e pouco empenho houve sobre a projeção de um modelo institucional para o país. No Congresso, prevaleceu "o espírito do não vamos fazer já o que puder ser feito depois e não vamos definir muito para deixar que a sociedade se amolde ao clima de liberdade, este, inegavelmente existente" (MPI, 1987, p. 99).

Mas a sociedade, por sua vez, também foi negligente quanto à questão institucional, uma vez que, com grandes expectativas de mudanças, sobretudo a partir da instauração da Nova República, "preocupou-se mais com a inflação, o desemprego, os salários, a dívida externa, a taxa de juros e com o debate sobre se a constituinte deveria ser

---

[2] Na verdade, no entender de Cardoso, as eleições de 1994 encerraram o processo de transição: "Depois de dezesseis anos de marchas e contramarchas, a 'abertura lenta e gradual' do ex-presidente Geisel parece finalmente chegar ao porto seguro de uma democracia consolidada", como afirma em discurso de despedida do Senado (DCN, 15/12/94).

exclusiva ou não, do que com a discussão sobre a nova institucionalidade" (MPI, 1987, p. 99).

Cardoso reconhece, então, que a sociedade estava muito mais preocupada com as agruras da vida material. Como afirma ainda: "havia expectativa de mudança no plano econômico e social", todavia o problema central, para o autor, era precisamente esse, o de preocupar-se com a vida material em detrimento da dimensão institucional. A consolidação da democracia requer, segundo Cardoso, a definição de regras que alterem a estrutura do Estado no seu âmbito administrativo e de mando, assim como nas demais instituições. Ou seja, a luta pela democratização não poderia apenas se assentar nas perspectivas de desenvolvimento econômico e social. Ela requer, em primeiro lugar, o cimento ideológico, a ser oferecido fundamentalmente pela universidade, pelos partidos e pela imprensa, que consubstanciaria o que o autor designa de "idéias socialmente articuladas" em torno da institucionalização, "para evitar que apenas o fortalecimento da Presidência e a dinamização do aparelho do Estado para cumprir programas de crescimento econômico e de bem-estar social preencham todo o espaço da democracia" (MPI, 1987, pp. 100-2).

No âmbito do contexto social do final dos anos 80 e início dos anos 90, em si bastante significativos em termos de definições para o país, Cardoso, além de reiterar suas teses acerca da democracia, avaliou que esta ainda carecia deitar raízes no país. Considerava que aquele era o momento "de tornar a planta democrática enraizada entre nós", algo que lhe parecia mais fácil do que fora no passado, uma vez que não se tratava mais, segundo ele, de "discutir a superioridade da democracia como um valor. Os anos de autoritarismo fizeram deste um trabalho fácil" (CDDPAI, 1990, p. 43). A idéia liberal já havia se tornado algo consensual na sociedade brasileira. O que vem a ser essa idéia liberal? "A noção de que as minorias hão de ser respeitadas, /.../ de que há valores universais que se sobrepõem ao indivíduo e mesmo à coletividade nacional (questão ecológica) e de que se é verdade que o indivíduo possui direitos que podem (e devem) ser complementados pelo coletivo /.../, os direitos dos indivíduos /.../ valem por si, constituem o solo fértil para a institucionalização da democracia" (CDDPAI, 1990, p. 48).

Em termos gerais, considerava Cardoso que não apenas a Constituição tinha avançado nessas prerrogativas liberais, como também o país tinha conseguido progressos na própria prática democrática em direção à consolidação das instituições, mas ainda haveria, no seu entender, um conjunto de reformas políticas importantes para o aperfeiçoamento democrático. Nesse sentido, o autor continua propugnando as reformas

institucionais - agora centradas no Estado, em todos os níveis, na introdução do parlamentarismo, nas alterações da legislação partidária, entre outros. Durante o governo Collor, empenha-se ao máximo para viabilizar o parlamentarismo, enquanto mecanismo mais apropriado para enfrentar os problemas econômicos e políticos e\ou evitar os impasses políticos existentes nesse momento[3].

Dessa forma, tal como no passado, Cardoso continua preconizando a democracia sob o primado da institucionalização, de modo que a social-democracia não é senão a proposição de um novo aperfeiçoamento institucional, de sorte que nos dois momentos o pressuposto é o mesmo: aperfeiçoar a política e o Estado, bem como os mecanismos de controle político sobre este e outras instâncias decisórias da sociedade, visto que somente *através e por meio disso* será possível promover o bem-estar social. As reformas políticas seriam necessárias para permitir uma maior participação da sociedade e seu controle sobre os setores privado e público, garantindo, assim, a institucionalização da democracia, algo fundamental, já que a "governabilidade hoje significa também institucionalização da democracia" (CDDPAI, 1990, p. 50).

Por outro lado, a governabilidade também requer o enfrentamento, com algum grau de eficiência, dos desafios econômicos e sociais, vale dizer, da retomada do desenvolvimento econômico e da redução da desigualdade social, que em tese podem ser conduzidos por qualquer outro regime político, mas nos termos da social-democracia "hão de se submeter à tarefa imediata do enraizamento da democracia" (CDDPAI, 1990, p. 43).

Vale lembrar que foi nessa linha, na qual o primado institucional sobrepõe-se aos imperativos da vida material, que Cardoso criticara a esquerda brasileira, por esta descrer na força de transformação das instituições, de modo que a institucionalização da democracia continua sendo o núcleo central de sua concepção democrática. De toda forma, para o autor, a questão da governabilidade, ainda que seja uma problemática candente na dinâmica da chamada sociedade de massas em geral – visto que trata-se da capacidade das instituições de controlar e dirigir a sociedade, portanto, extrapola a situação específica do Brasil – é freqüentemente abordada pelo autor desde a situação de desgoverno do período Sarney e com mais forte razão a partir da gestão Collor. Para

---

[3] Entre os próprios constituintes formou-se um consenso de uma revisão constitucional, que seria feita num prazo de cinco anos. Previa-se um plebiscito sobre regime de governo, a realizar-se no dia 7 de setembro, e também uma revisão constitucional a partir de 5 de outubro de 1993. Cardoso tenta antecipar para 1992 a decisão sobre o regime de governo, sem, contudo, lograr êxito. Verdade é que a tentativa de reforma constitucional fracassa naquele momento e somente durante o primeiro governo de Fernando Henrique têm início os trabalhos de revisão.

Cardoso, além de um processo de institucionalização da democracia, a governabilidade é "antes de tudo decorrência da existência (ou não) de condições políticas para que o governo atue. E, no caso presente, atuar quer dizer reformar" (CDDPAI, 1990, p. 50). A rigor, governabilidade significa para o autor a capacidade do governo, das instituições e do conjunto da sociedade de encaminhar e resolver os problemas colocados pela sociedade. Não se limita, portanto, ao governo, "é muito mais complicada, porque diz respeito à capacidade /.../ que a Nação tem de se governar. /.../ A capacidade que o conjunto do país tenha de encontrar solução para os conflitos que existem" (GOP, 1990, p. 279).

Cardoso considera, entretanto, que - a despeito da crise de legitimidade e esvaziamento do poder executivo, produzidos pelo governo Sarney - houve, a partir daí, uma renovação da sociedade e das instituições políticas. De sorte que faltava apenas um esforço efetivo de articulação e coordenação entre as principais instituições para definir os rumos do país. Em verdade, Cardoso acreditava que estaria havendo um avanço no processo de democratização da sociedade, independentemente das instituições tradicionais. Os indivíduos estavam aprendendo a fazer escolhas e pressionar por mudanças em vários planos da sociedade. No entanto, se essas pressões sociais não se transformassem em reformas efetivas, haveria uma ameaça à governabilidade e, com efeito, à própria democratização. O escrutínio de 1989, em que pesem os elementos específicos que favoreceram a ascensão de Collor de Melo, segundo ele, expressou justamente essas expectativas de mudança da sociedade. Tanto aqueles que votaram neste candidato quanto àqueles que optaram por Luís Inácio Lula da Silva queriam mudanças efetivas e rápidas. Levando isso em conta, Cardoso assevera, nesse momento, "Se o governo é capaz de governar e seriamente fazer alguma coisa quanto aos problemas atuais, a democracia e o desenvolvimento social podem se tornar realidades, sem que um se choque com o outro. Se não, teremos que prever que no futuro, bem como no passado, a situação será de instabilidade" (CDLA, 1991); e acresce, se o novo governo não encontrar a via da "governabilidade com reformas", comprometerá o processo de democratização.

No entanto, se até a Constituinte de 1988 Cardoso privilegiou a questão institucional, reconhecia que não era mais possível, a partir da promulgação da nova Carta, postergar a resolução dos problemas econômicos do país. A partir daí, passa a insistir cada

vez mais na necessidade de um projeto econômico para o Brasil rumo à modernização, sem que, com isso, reduza a importância que atribui às reformas políticas[4].

Cardoso pretende fundar a social-democracia nas condições brasileiras que, a seu ver, herdam os problemas econômicos, sociais e políticos do "regime autoritário", como também um conjunto de desafios ligados diretamente às mudanças pelas quais o mundo passara ao final dos anos 80. De maneira que a formalização da posição de Cardoso no campo da social-democracia, que se expressa imediatamente após sua ruptura com o PMDB, vem no bojo das transformações econômicas e políticas no cenário mundial: a aceleração da globalização e o desmoronamento da antiga União Soviética. Nesse contexto, sua perspectiva social-democrata passa a expressar um projeto de modernização para o país, a fim de equacionar um conjunto amplo de problemas econômicos e sociais e, ao mesmo tempo, adequá-lo à nova conjuntura internacional. Ocorre que, a partir de 1990, a história do Brasil começa a sofrer uma certa inflexão, precisamente a partir do governo Collor, o qual dá início a uma nova fase de internacionalização da economia. Afora o grau de convergência de Cardoso em relação à proposta de modernização de Collor, bem como o tipo de crítica que dirige a este governo, como veremos, importa assinalar que desde o final da Constituinte Cardoso vem manifestando uma preocupação explícita quanto à globalização e insistindo sobre a necessidade de o país definir um projeto de modernização que implicaria uma política de re-inserção mundial. Visto que constatamos que o projeto de modernização que Cardoso enseja para o país tem como referência não apenas as condições nacionais, cujos principais lineamentos adiantamos linhas acima, mas as mudanças no cenário mundial: a aceleração da globalização e o fracasso do chamado socialismo real, optamos pela seguinte exposição: evidenciar suas teses sobre a globalização; na seqüência a discussão sobre a problemática do chamado socialismo real bem como a relação entre essas mudanças ao nível mundial e o pensamento de esquerda no Brasil para então finalizar com a discussão do conteúdo programático do projeto de modernização, no qual se destacam as propostas de abertura econômica, de alteração do modelo econômico e de reforma do estado e seu posicionamento em relação ao governo Collor.

---

[4] Como se vê em sua propositura no Senado: "Façamos isto, Senadores: Constituição já; eleições a seguir, e teremos cumprido a parte mais óbvia de nossa missão. Depois disso, resta quase tudo" (DCN, 29/01/88).

3.1. A globalização emergente

Cardoso vem chamando a atenção, desde o final dos anos 80, para o processo de revolucionamento do modo de produção, cuja tendência seria a mundialização do sistema econômico. Tal processo, que tem por base importantes conquistas no âmbito produtivo, incide sobre a totalidade da vida social, sinalizando uma nova era para a humanidade, cujos traços apontam para um "novo renascimento".

Afora o tipo de relação que o autor estabelece entre globalização e o que denomina um "novo renascimento", como veremos posteriormente, uma das teses que vem procurando demonstrar é que "A globalização não é um valor, não é algo que se queira, que se deva querer, a que se tem amor. É uma força já instaurada no mundo, que produz uma série de desastres, por um lado e uma série de modificações positivas por outro" (Veja, 10/09/97)[5].

O autor considera que o fenômeno da globalização carece de uma teoria geral do capital. Ainda que os clássicos – o autor oferece uma lista eclética que inclui desde Marx e Weber até Werner Sombart - forneçam as pistas conceituais para o entendimento do fenômeno, estas são insuficientes para apreender a nova lógica do mundo contemporâneo ou, como afirma, "Acho que, na fase atual do desenvolvimento capitalista, está faltando alguém que explique e analise as regras de seu funcionamento: o do sistema financeiro, do capital em estado puro, universalizado, desligado do estado, portanto também da nação, e até mesmo da decisão do dono do capital" (FSP, 13/10/96). Contudo, sugere a reposição do caminho metodológico empregado outrora por ele: "Na realidade, volto ao mesmo recurso metodológico que inspirou a 'teoria da dependência'. O capitalismo se expande de forma diferenciada e o elemento central para compreender a lógica de seu movimento está na ligação entre a dinâmica da expansão e as 'situações concretas' que encontra, que dizem respeito ao modo de articulação das leis de expansão com as estruturas sociais e políticas nacionais" (GPI, p. 73). Reafirmando a validade da orientação metodológica para

---

[5] É importante esclarecer que Cardoso, desde o final dos anos 80, tem se ocupado da problemática da globalização. Mesmo que não tenha desenvolvido nenhum trabalho sistemático sobre este tema, exceto alguns artigos, ele aparece freqüentemente em seus discursos, sobretudo a partir do momento em que assume a Presidência da República. Embora nossa pesquisa pretenda dar conta da atuação de Cardoso até meados de 1992, foi-nos impossível deixar de avaliar estes discursos. Mesmo porque constatamos que o autor não alterou sua interpretação acerca da globalização. No entanto, privilegiamos desta última fase as reflexões mais gerais sobre a globalização, deixando de lado um conjunto bastante amplo de proposituras válidas para o Brasil a partir desse momento, visto que entrar nessa investigação nos obrigaria a avaliar um período da história que ultrapassaria os limites dessa dissertação.

a fase atual do capital, entende o autor que "O marco da globalização é uma moldura estreita para dar conta das situações sociais de cada país, para explicar modos de inserção no capitalismo contemporâneo. Sem um conhecimento dos limites de globalização e da relevância das especificidades das histórias nacionais, qualquer análise fica imperfeita, prejudicada. Perde-se o movimento dialético entre o que é universal e o que é particular". E acrescenta: "A globalização não fornece elementos suficientes para situar o estado no desenvolvimento de cada sociedade /.../. Na verdade, parece haver atualmente uma certa confusão sobre o papel do estado, que a referência simplista à globalização não ajuda a esclarecer. O que importa é menos o tamanho do estado, definido *a priori* por critérios doutrinários, do que a qualidade de sua atuação" (GPI, pp. 73-5).

Antes de trazer à baila o que esta orientação significou em sua teoria da dependência, convém demarcar suas teses atuais a fim de mostrar nos seus próprios enunciados sobre o assunto em tela em que medida essa orientação metodológica se repõe.

Cardoso considera que a globalização – embora expresse uma nova configuração econômica, política e social – é um processo que "leva ao extremo tendências do capitalismo" (GPI, p. 69), tal como fora sugerido por Marx, já que "A vocação do capitalismo é sua expansão universal, revolucionando outros sistemas, /.../ submetendo-os" (PSS, p. 82). Mas isso não quer dizer que, no seu entender, a globalização conserve a essência do sistema capitalista, pois "É como se o avanço do modo de produção guardasse certos traços que ainda não o descaracterizam completamente e, ao mesmo tempo, adquirisse outros que significariam talvez uma mudança qualitativa" (GPI, p. 69). Mesmo reconhecendo a assertiva de Marx quanto à intrínseca tendência à mundialização do capital e considerando que a globalização não foi ainda apreendida em suas várias dimensões atuais, afirmará sem ressalvas, como veremos, que o capital de hoje não é o mesmo pensado por Marx; mais que isso, dirá que a globalização, que tem como base um novo patamar de produção, alterou a própria constituição tanto do capital quanto do trabalho e conseqüentemente a natureza da relação capital-trabalho, cujos traços, que aponta, de fato, afastam-se da análise marxiana do capital.

De qualquer modo, Cardoso entende a globalização como um processo, inscrito na própria trajetória do capitalismo, que vem se acentuando nas últimas décadas – um fenômeno que, avalia, não fora apreendido suficientemente quando escrevera DDAL, ainda que já tivesse insistido sobre o processo de internacionalização dos mercados, visto que as empresas estrangeiras passavam a transferir para a periferia "partes de seu parque produtivo". No fundo, como afirma, "o processo subjacente era muito mais complexo do

que a simples internacionalização do mercado: ocorreu a internacionalização do processo produtivo, que supôs uma enorme reorganização dos mercados financeiros mundiais" (CPNMI, p. 12). Avalia que, apesar de utilizar o conceito de internacionalização dos mercados – e não de transnacionalização e de globalização –, efetivamente, intuía sobre a essência do processo de mundialização, na medida em que a descrição então já revelava que uma parcela da periferia se industrializava, processo este que significava concretamente a internacionalização da produção[6]. Ou seja, já naquele momento estava se processando a globalização da economia, com a expansão dos fluxos de capitais e comércio mundo afora, e que hoje se amplia, sobretudo no âmbito financeiro, que acabou reconfigurando todo o sistema econômico mundial. De modo que a globalização evidencia um processo crescente de internacionalização da produção que leva a unificação de todo o sistema econômico.

Importa assinalar, desde já, que Cardoso reconhece que a globalização objetiva-se, especialmente a partir da década de 60, graças a uma revolução no âmbito das forças produtivas que afeta todo o modo de vida – a revolução científica e tecnológica, "a desintegração do átomo, a informática. Com esta os microcomputadores, a microeletrônica, a robotização, a comunicação instantânea. Era a 'aldeia global'" (CPNMI, p. 12). Ou, ainda, que a globalização é o resultado "Da transformação do sistema produtivo provocada basicamente pela automação, pela revolução dos transportes, pela revolução das comunicações. Foi também resultado da imensa acumulação financeira" (MP, p. 256). Ou seja, o processo de internacionalização da produção industrial - através das investidas das multinacionais mundo afora - e a expansão do comércio deu-se graças à revolução técnico-científica que permitiu um crescimento exponencial das forças produtivas, que afetou "toda a rede de produção de serviços (dos financeiros ao telex, ao fax, aos satélites de comunicação e assim por diante), criou novas fontes de poder e de recursos, permitindo a descentralização da produção e dos serviços, mas garantindo controles unificados" (AEAL, p. 53). Entretanto, Cardoso insiste que se trata de algo mais complexo que isso já que na base das transformações em curso "acha-se a verdadeira revolução do nosso século: o casamento da ciência, tecnologia e liberdade; da universidade, empresa e autoridade pública" (PL, p. 152).

---

[6] Considera, inclusive, que foi, por isso, mal compreendido: "Toda hora me criticam, sobre essa questão da dependência, atribuindo a mim pensamentos tão bobos, tão sem sentido... /.../ Diziam-me: 'Então, você está justificando...' Não estava justificando nada – descrevia um processo objetivo do que hoje se chama 'globalização'" (PSS, pp. 82-3).

O processo de globalização configura uma nova forma de produzir que pressupõe liberdade, daí porque Cardoso denomina, por vezes, a revolução no âmbito das forças produtivas de "revolução democrático-tecnológica". Quer dizer, de um lado, ele entende que a globalização resulta dos avanços nas forças produtivas, de outro, enfatiza que se trata de uma nova forma de produzir e organizar a sociedade. Concorda com Castells, para quem a nova sociedade é a sociedade da informação, e não meramente pós-industrial. Assim, perpassando-se o olhar pelo âmbito produtivo, pela esfera institucional e pública, vêem-se não somente saltos qualitativos nas forças materiais, não apenas novos métodos de gerenciamento, mas amplas cadeias de comunicação de massa. Tudo isso leva a novas formas de intercâmbio, em que o local é influenciado pelo global, não apenas no âmbito econômico, mas que abrange o comportamento e a própria cultura. De outro, enfatiza que esse processo de desenvolvimento científico e tecnológico só foi possível graças à variável *liberdade*, isto é, graças a um "clima de liberdade necessário à imaginação, à pesquisa, ao desenvolvimento". De modo que o verdadeiro significado da chamada Terceira Revolução Industrial é precisamente o da *produção com liberdade*. A nova dinâmica da sociedade prima pela descentralização e pelo controle democrático, isto é, assiste-se a um movimento inverso ao da centralização das informações, dos meios de comunicação e da burocratização das decisões econômicas. Por exemplo, o processo de reestruturação produtiva e do trabalho, que rompe com o fordismo e o taylorismo, movimento iniciado no Japão e que se estende para os EUA e o resto do mundo, é visto por Cardoso enquanto um processo de "quebra do autoritarismo e a volta da responsabilidade até individual ao trabalhador, tornando a linha de produção /.../ algo obsoleto" (PL, p. 153). Tal movimento sinaliza então uma conquista social importante, uma vez que permite maiores controles democráticos das decisões econômicas.

Nessa direção, a nova lógica do sistema produtivo e do próprio desenvolvimento científico e tecnológico é incompatível com a burocratização, já que pressupõe liberdade: "O novo hoje já não é sequer o 'desenvolvimento'. E nem se pense que a inversão científica e mesmo a patente tecnologia, por si, constroem uma civilização nova. Novo é a combinação entre 'organização' (portanto, racionalidade), liberdades públicas e individuais e maiores níveis de igualdade" (AEAL, p. 51). Em verdade, acredita que tanto as transformações no sistema capitalista quanto aquelas que se processaram na União Soviética – a partir da derrocada do chamado socialismo real – expressam esse "espírito novo", que se entranhou em vários âmbitos da sociedade contemporânea. Considera assim, que a racionalização crescente da vida, cuja origem está no Século das Luzes, e a busca de

regras de normatização das relações sociais triunfaram no mundo contemporâneo. Conforme suas palavras, "O cálculo de custos e benefícios, a racionalização formal que mede a relação entre os meios empregados e os fins alcançados, o individualismo possessivo, a busca incessante de regras formais para permitir as decisões dos indivíduos e para legitimar as do poder, tudo isso transformou-se em pão nosso de cada dia" (CPNMI, p. 16). A idéia é que estamos diante de um novo mundo, de um novo modo de organizar a produção e a sociedade, cuja essência não é apenas dada pela acumulação e nem mesmo esta supõe apenas a exploração de classe. A lógica do mundo contemporâneo pressupõe uma nova forma de socialização, como afirma: "Na fusão entre organização-liberdade-justiça social, a mola do futuro não é só a acumulação (e a luta de classe por ela posta). Há um 'espírito novo' em tudo isso" (AEAL, p. 51). Mas, o que vem a ser exatamente esse "espírito novo" do mundo moderno?

Cardoso tenta explicá-lo através da pena de Werner Sombart, que foi "/.../ talvez mais do que Max Weber, quem se antecipou na visão desse 'espírito novo'. Weber, preso ao diálogo com Marx, não rompeu a férrea lógica do capitalismo gerada pela visão genial de Marx. Apenas quis invertê-la, dando mais peso aos componentes 'organizatórios' do capitalismo do que à sua brutalidade exploradora. Mas Sombart sublinhou o essencial, que, digamos com certa liberdade, não é a 'exploração' (de resto, com as sucessivas revoluções tecnológicas, cada vez menos relevantes), mas sim o espírito de aventura somado a um 'método'". Esse "espírito", segundo Cardoso, é uma espécie de "força social enraizada nos vários níveis da sociedade, compartilhada como uma vontade coletiva, que requer motivação e objetivos novos, permanentemente mutáveis. O 'novo' espírito do capitalismo é, portanto, essa mistura de espírito de empresa com motivação argamassada no conhecimento científico e com propósitos coletivos de bem-estar". E, segue o autor, "A acumulação de capitais é condição para tudo isso. Mas já não se repõe por si, isto é, pela exploração direta da força de trabalho em benefício de capitalistas individuais. O capitalismo contemporâneo supõe uma 'socialização específica' que torna a mera acumulação parte de um processo civilizatório. Esse requer universidade, estados racionalizados (e não nacionalizados apenas), burocracia dominada por alvos políticos extra-empresa, vontade societária de liberdade e justiça social" (AEAL, pp. 51-2)[7]. Ora,

[7] Vê-se que o autor supõe a possibilidade de que a economia possa ser racionalizada, por meio da junção entre técnica, ciência e governo e, desse modo, ponha-se a serviço do conjunto da sociedade, sem que seja necessário subverter a propriedade privada. Ou seja, supõe que a técnica e a ciência sejam comandadas não apenas pelos interesses privados, mas pelos interesses da maioria.

Cardoso salienta a genialidade de Marx em comparação com Weber, quanto à dimensão exploradora do capital que aquele detectou, mas logo, em seguida, coloca em segundo plano essa mesma dimensão em nome do caráter "civilizatório" do capital, *à la* Werner Sombart.

Importa reter que Cardoso parece entender que o processo de globalização efetiva uma tendência do capitalismo que acaba resultando no desaparecimento – ou pelo menos arrefecimento – de suas contradições, e permite – na verdade, segundo ele, exige – a social-democratização do mundo.

Ou seja, no seu entender, essa "nova lógica" do mundo contemporâneo expressa outro mecanismo de acumulação do capital e, por isso, tem implicações políticas, uma vez que as mudanças operadas na esfera produtiva – com esses novos componentes, mas cuja base intensifica tendências das décadas anteriores –, teriam dado o golpe de morte no principal argumento do socialismo: "a teoria da exploração (de classe e de nação) foi sacudida por um terremoto de magnitude 8 na escala de Richter, a revolução tecnológica e científica reduziu enormemente a massa dos explorados que são necessários para a saúde do sistema capitalista, tanto em casa quanto entre as nações" (RNSCA, p. 8). Na verdade, isso vem, de certo modo, na esteira daquilo que Cardoso afirma desde o final dos anos 70, que as mudanças estruturais do sistema capitalista colocariam em xeque a análise clássica (marxista) das classes sociais, isto é, que o desenvolvimento no sistema produtivo estaria alterando a estrutura de classes, reduzindo o número de operários e provocando uma diferenciação crescente no interior da classe trabalhadora. Mas, agora, o autor acresce novos argumentos para sustentar a tese da inviabilidade de uma alternativa revolucionária; o processo de globalização do capital, cuja base produtiva intensifica essa tendência de diferenciação no interior das classes sociais, acabou levando, no entender de Cardoso, a uma redefinição ainda maior tanto no universo do capital quanto no do trabalho, e modificando a própria relação entre capital-trabalho. Como afirma, "Na dimensão do Capital um dos aspectos a ressaltar é o de que assistimos a uma verdadeira pulverização de sua propriedade. Hoje os fundos de pensão e de investimento detêm, por exemplo, posição estratégica no controle do capital e na definição de sua utilização. Isso está diluindo e despersonalizando a relação patrão-empregado nos setores mais dinâmicos e modernos da economia, embora no Brasil e em boa parcela dos países em desenvolvimento, o grande empregador ainda sejam as pequenas e médias empresas" (IGPD, p. 39). Enquanto isso, o desenvolvimento das forças produtivas tende a diminuir o número de operários, exigindo, para a boa saúde do seu funcionamento, um componente cada vez maior de massa cinzenta

no processo produtivo, de modo que a própria categoria trabalho assume outra dimensão frente ao capital. Cardoso considera que, quando a teoria econômica clássica – sem mencionar nenhum autor específico - tematizou essa questão, "o fator Trabalho tinha uma característica estática, homogênea. A tecnologia estava associada diretamente ao fator Capital não ao Trabalho. Hoje como a produção tornou-se mais 'intensiva em conhecimento' (*knowledge intensive*) quem detém esse saber muito mais do que a empresa é o próprio trabalhador. Um exemplo significativo disso é o *Sillicon Valley* nos EUA, que cresceu com base no conhecimento não nos capitais que afluíram *a posteriori*". Isso mostra, segundo o autor, que "o capital variável cresce em importância com relação ao capital constante na medida em que o processo produtivo vai ficando mais 'intensivo em conhecimento'" (IGPD, p. 40). O que o autor tenta sugerir é que a "pulverização do capital", bem como a importância que o trabalhador (aquele altamente qualificado) assume em face do processo produtivo, expressam uma nova forma de reprodução do sistema capitalista contemporâneo, de modo que este não tem mais como centro a exploração do trabalho, mas os "trabalhadores, participam agora do capital, via fundos de pensão /.../ reduzindo, desse modo, o seu interesse em confrontar o capital" (PAP, p. 9). Ou, como afirma ainda, "Ora como falar hoje com nitidez de 'exploração' do capitalista de realização da mais-valia no sentido clássico do marxismo, se uma parcela importante dos trabalhadores começa a se tornar sócia do capital? Sem dúvida há grupos específicos de trabalhadores que souberam construir melhores formas de acesso ao Capital, justamente porque foram capazes de se organizar de forma moderna" (IGPD, p. 39). Cardoso insiste que tudo isso não quer dizer que a luta de classes desapareça, mas sugere que ela perdeu sua base de sustentação: "Passada a experiência do socialismo real, sabemos que não será por intermédio de uma transformação radical do sistema de propriedade que ganharemos em eficiência e equidade. Até porque a propriedade privada em parte se democratizou e se pulverizou com a presença cada vez maior dos fundos privados de pensão como investidores. Sabemos também que não haverá uma via exclusiva para transformações radicais e definitivas, como queria o marxismo clássico. O projeto de transformação pela via revolucionária, pode-se afirmar sem receios, está perempto" (APSVI, p. 104).

Assim, o processo de modernização do sistema produtivo e a emergência de um "espírito novo" do capitalismo alteraram a natureza da reprodução do capital, ou melhor, da própria sociedade, de modo que o "novo" é precisamente o fato de que "Na fusão entre organização-liberdade-justiça social, a mola do futuro não é só a acumulação (e a luta de classe por ela posta). Há um 'espírito novo' em tudo isso" (AEAL, p. 51). É justamente

essa nova "racionalidade", combinada com liberdade, que move as parcelas mais avançadas do mundo contemporâneo. Assim, se o *novo* no mundo contemporâneo é a combinação entre racionalidade e liberdade, os países que souberam adotar essa fórmula conseguiram transitar ou estão transitando para o *novo mundo.* Como afirma, "Foi essa fórmula milagrosa que fez a 'velha' Europa tornar-se a esperança do futuro. E acaso aqui na Espanha pós-franquista /.../ não é esse mesmo sentimento que a renova? Não terá sido a capacidade espanhola – a férrea vontade de determinar-se a um propósito – que juntou a Espanha à CEE, guardou respeito às liberdades e moveu o país na direção de maior justiça social?" (AEAL, p. 51). Entretanto, segundo Cardoso, aqueles países que, por razões distintas, não conseguiram assimilar essa fórmula debatem-se agora à procura de um caminho que os leve a compartilhar desse novo mundo. Porém, mesmo considerando que os caminhos sejam distintos, como veremos mais adiante, em decorrência da situação específica de cada país, há que se levar em conta, ainda de acordo com ele, que o mundo contemporâneo se move da maneira descrita acima, o que implica uma redefinição das estratégias políticas que tanto visam ao desenvolvimento econômico quanto ao bem-estar social. De modo que as estratégias do passado, que procuravam dar conta destas finalidades, perderam valia no mundo contemporâneo. Um dos equívocos, segundo Cardoso, será o de continuar a pensar na "superexploração da mão-de-obra como pilar do crescimento econômico e a depredação do meio ambiente como fator de progresso", pois, "apesar das esperanças abertas pelo Relatório Brandt[8] (que pretende assumir uma visão keynesiana a nível mundial, valorizando o consumo dos pobres para sustentação da produção dos ricos), *a economia contemporânea dispensa a pobreza*[9]. Ela precisa sim de investimento e consumo, mas dos próprios produtores, não da massa de indivíduos pobres. Na visão Keynes-Brandt, à escala mundial, os pobres – com a ajuda dos ricos – deixariam de ser pobres, transformando-se em consumidores. Assim, os ricos, ao ajudá-los, estariam ajudando a si próprios, criando as bases para a prosperidade mundial /.../ Mas não é por este caminho que trilha a prosperidade dos ricos. A África pode passar fome sem criar uma conjuntura de 'crise de demanda' na Europa e o mesmo se diga na América Latina com respeito à economia americana" (AEAL, p. 57). Vê-se, então, que a idéia do autor é de que o capitalismo contemporâneo não precisa ou não se sustenta na super-exploração

---

[8] Político alemão (1913-1992), membro do partido socialista dos trabalhadores, contrário ao nazismo. Foi presidente do partido social-democrata (SPD). Em 1976 tornou-se presidente da Internacional socialista, cargo que ocupou até 1992 (Prêmio Nobel da Paz, 1971).

[9] Grifo nosso.

de mão-de-obra e nem mesmo na miséria de vastos contingentes da população mundial, isto é, esses fatores não operam para a prosperidade do sistema capitalista. Esta se dá por uma nova equação, posta pela diferente relação capital/trabalho e pela "combinação entre 'organização' (portanto, racionalidade), liberdades públicas e individuais e maiores níveis de igualdade" (AEAL, p. 51). Assim, a nova lógica de acumulação "não resolve os problemas de uma imensa massa da humanidade que não dispõe dos recursos da inteligência, da nova tecnologia e que é inútil para a riqueza dos países prósperos", ou, em termos simples, não servem mais para ser explorados, "E ao não servirem ficam como se estivessem hegelianamente à margem da história. Não há mais dialética de senhores e escravos. Quando há dialética do senhor e do escravo, o escravo tem a possibilidade de negar o senhor. Quando o senhor já não se preocupa com esses segmentos da regulação que podem ser muito grandes, eles são como se fossem 'detritos da história'" (CPNMU, p. 7).

Ora, que o capital possa continuar se reproduzindo a despeito da miséria humana crescente é um fato, que, aliás, está presente em sua própria gênese e constante funcionamento; que o capital, dado o avanço das forças produtivas, tende a reduzir o número de trabalhadores na produção, bem como a massa de recursos naturais, também é um fato. O problema é que essas constatações levam Cardoso a sugerir que a miséria e a exploração da força de trabalho não se vinculam mais, de maneira estrutural, à lógica de acumulação do capital, que tem como base a extração da mais-valia. É como se a miséria e/ou os detritos da história – isto é países e massas que não têm condições de se integrar na nova produção globalizada - não tivessem mais explicação na própria reprodução do capital. Cardoso parece tomar apenas como um fato ou acaba sugerindo como explicação aquilo que precisaria ser explicado; em verdade, parece-nos que ele, ao tentar explicar a nova forma de acumulação do capital (que prescinde da miséria, mas não da exploração da força de trabalho), confunde aquilo que não ameaça a reprodução do capital com aquilo que é produzido pelo próprio capital.

Trataremos em outro momento dessas questões, bem como das alternativas sugeridas por Cardoso ante essas mudanças na relação capital/trabalho – mesmo porque elas ainda têm como parâmetro a derrocada do chamado socialismo real; porém, cabe reter, por ora, que a globalização é entendida como um processo que tem por base uma nova dinâmica de produção, proporcionada pela revolução científica e tecnológica, mas cuja base e organização vão para além da exploração de classe, já que expressam um "espírito novo".

Cardoso ainda demarca outras características e implicações dessa nova fase do capital. Afirma que, nas últimas décadas, os resultados concretos da internacionalização do sistema produtivo foram imediatos, por vezes inesperados, mas positivos. Por exemplo, antes da Segunda Guerra Mundial "não havia investimento tecnológico nos países dependentes, o que havia era exploração de *commodities* e de plantações. Hoje há esse investimento" (MP, p. 322). Na medida em que o processo de internacionalização avançava, abriam-se perspectivas de industrialização na periferia do sistema, como se observou na América Latina e nos NICs asiáticos, mas ele ressalta que a expansão capitalista favoreceu apenas aqueles países que souberam aproveitar as oportunidades abertas pela globalização, como afirma: "Os tigres asiáticos e até certo ponto o próprio Japão souberam sair à frente, com políticas industriais e educacionais mais eficientes. As altas taxas de crescimento que obtiveram nas últimas décadas resultaram do acerto dessas políticas e também das perspectivas abertas pela globalização" (UV, p. 86).

Mais recentemente, a escala de produção e as trocas ampliadas levaram à formação dos blocos econômicos regionais, que são, em verdade, os "quadros institucionais que dão os contornos da globalização mundial: os mercados comuns" (AEAL, p. 53), mas "antes da multipolarização política, deu-se a multipolarização econômica. Japão e o Sudoeste Asiático, o Mercado Comum Europeu, o Norte-Americano (do Canadá ao México) são hoje realidades desafiadoras" (CPNMI, p. 12). Desde o final dos anos 80, Cardoso entende que a constituição dos blocos regionais é uma tendência inescapável da globalização, de modo que as negociações bilaterais cederiam lugar a acordos intrablocos. Ante a tendência de consolidação desses blocos, a inserção de cada país no mercado mundial passará necessariamente pelo seu pertencimento aos blocos regionais, do que resulta que aqueles países que ficarem de fora desse processo perderão o bonde da história. É nesse sentido que Cardoso vem insistindo para a necessidade de um empenho mais sistemático e intenso quanto à integração latino-americana e, mais recentemente, quanto ao Mercosul, enquanto forma de fortalecimento do poder de barganha desses países em face dos efeitos negativos da globalização. Ou seja, os blocos regionais se tornariam cada vez mais espaços de negociações e de mediação com o mercado mundial, de modo que quanto mais fossem fortalecidos, mais chances teriam de fazer face àquele. Ademais, "Através dos blocos regionais tem-se maior capacidade de preservação dos interesses nacionais. Aquilo que se dizia sobre a integração européia, que é boa para Europa, mas também para Portugal, penso exatamente a mesma coisa em relação ao Mercosul e, amanhã talvez, até em relação à integração hemisférica com os Estados Unidos. Talvez, desde que nós tenhamos tempo

para uma política mais realista, que assegure os nossos interesses" (MP, p. 25). E, tal como havia sugerido, em sua tese DDAL, que a internacionalização é "positiva", pois possibilita a industrialização e os investimentos na periferia, afirma "Temos de admitir que a participação na economia global pode ser positiva, que o sistema internacional não é necessariamente hostil. Mas, para aproveitar as oportunidades, é preciso ir com cuidado. O sucesso da integração na economia global depende, de um lado, da articulação diplomática e da construção de parcerias comerciais adequadas, e de outro, da realização de reformas internas em cada país em desenvolvimento, democraticamente conduzidas" (CSG, 1996). O estado deve se fortalecer internamente para poder orientar esse processo de integração regional e mundial; em seus termos, "E só o estado é capaz de ver o Mercosul como perspectiva. O Mercosul, não foi construído pelos empresários, foi construído pelos estados" (MP, p. 259).

Cardoso tem ressaltado que a constituição de grandes espaços regionais não significa a criação de muralhas, isto é, a consolidação dos blocos regionais não ocorreria em detrimento da intensificação das trocas, mas, ao contrário, expressa um processo de interdependência, como explica: "A razão para isto é simples: escala de produção e inovação tecnológica. Cada vez mais a revolução produtiva – o amálgama entre ciência e produção – criará novos produtos e novas técnicas de processamento da produção" (CPNMI, p. 13). A idéia é que a globalização do sistema produtivo leva a um compartilhamento entre os próprios países uma vez que os produtos, "especialmente aqueles mais intensivos em tecnologia", passam a ser produzidos em cadeias distribuídas entre os vários países, de modo que "Os produtos finais, dificilmente podem receber o rótulo de serem integralmente feitos (*made in*) num só país. Isto é o resultado da integração de várias novas tendências, entre as quais a redução nos custos da mobilidade dos fatores de produção e as economias de escala exigidas por processos produtivos crescentemente sofisticados" (CSG, 1996). Ou seja, operou-se uma revolução no sistema produtivo, que maximiza a produção e que exige um espaço de trocas em escala mundial. O processo de unificação da economia é, portanto, uma tendência irreversível, "não tem como você fazer barreiras, porque elas caem. Mesmo barreiras cambiais caem. Manda moeda para cá e para lá" (FSP, 02/11/97). Por outro lado, Cardoso reconhece a existência de entraves a essa "interdependência" entre os blocos econômicos, uma vez que a globalização acirra a concorrência entre as nações, "as mudanças globais e a interdependência fizeram reemergir práticas protecionistas, e a ameaça de guerras comerciais torna-se cada vez mais visível no horizonte. A guerra fria e as tensões Leste-

Oeste foram substituídas por árdua competição entre as nações e grupos de nações. Esta é provavelmente a chave para entendermos tanto a relação entre a CEE e um país como o Brasil quanto o meio internacional como todo" (MRE, p. 2).

De qualquer forma, dada a necessidade cada vez maior de ampliar os espaços de troca, visto o volume de bens produzidos, em face da demanda crescente por inovações tecnológicas, os blocos não serão auto-suficientes, mas interdependentes assegura. A consolidação dos blocos regionais é a busca pela formação de mercados cada vez mais amplos; poderá haver a constituição de "sub-blocos, mas não vão ser fechados". Desse modo contrapõe-se à tese da hegemonia da tríade: EUA, União Européia e Japão, que a seu ver não é uma tese marxista, uma vez que a tendência do capital, como já apontava Marx, é a sua universalização, e objetivamente o que se verifica é que o capital tem se mundializado e penetrado na periferia do sistema, ainda que tenha como alvo os mercados mais significativos. Como ilustra, o capital produtivo tem ido "para China e para os países emergentes, em grande quantidade. Por uma razão simples: você tem um capital excedente no mundo, 'sobrante'. E a lucratividade é muito maior na periferia. A taxa de lucro recomenda que se diversifiquem os investimentos" (FSP, 13/10/96)[10].

Nessa direção, discorda da tese de que a globalização seria uma nova versão do imperialismo, por crer que"estamos entrando numa era pós-imperialista" (PGFHC, p. 54). Isto porque a expansão do capital mundo afora se põe de maneira distinta da época do imperialismo e o capital agora dispensa a exploração da oferta abundante de mão-de-obra barata. Em seus termos, "Na fase imperialista o poder político e militar controlava os países da periferia do sistema capitalista, os países dependentes, explorando recursos naturais e mão-de-obra. Hoje, a globalização levou a que o próprio sistema produtivo se generaliza no mundo" (MP, p. 322). Além disso, "O custo da mão-de-obra não é hoje, porventura, o essencial. O custo da mão-de-obra, na área industrial, não é necessariamente mais barato no Brasil que o custo da mão-de-obra na Itália. As empresas buscam outra coisa, buscam o mercado. Se o Brasil não fosse um grande mercado, elas não teriam vindo, mesmo que a mão-de-obra fosse barata. A mão-de-obra mais barata do mundo é na África e para lá não vão porque não existe mercado suficiente" (MP, p.322). O que há de novo nesta etapa de expansão do capital é que ela se processa tendo por base novas formas de produzir e conduzir o processo, porquanto "Não se trata apenas de ter a produção

---

[10] Essa é uma das questões que dividem as opiniões dos analistas acerca da globalização; Chesnais, por exemplo, defende a tese da hegemonia da tríade. Ver A mundialização do capital. São Paulo, Xamã, 1996.

industrial dispersa no mundo. Isso o imperialismo já assegurava, quando se assistiu ao desenvolvimento de certos setores da indústria na periferia do sistema. O fenômeno que interessa é o de uma modificação tecnológica brutal, que terminou com a diferença de tempo e espaço. E isso teve um efeito tremendo no mercado financeiro" (PGFHC, p. 54). A globalização do sistema financeiro discrepa com o esquema do imperialismo, uma vez que este setor não tem compromisso com os estados nacionais, especialmente o de cunho especulativo. As imposições deste capital afetam indistintamente todos os países, diferentemente da fase imperialista, na qual o efeito perverso "era sentido mais diretamente nos países da periferia" (MP, p. 323). Considera, então, que a crítica aos efeitos desarticuladores desse capital não é uma censura "antiimperialista, é antiespeculação, anticapitalismo financeiro desligado da produção, onde quer que esteja ocorrendo o fenômeno" (MP, p. 323)[11].

Cardoso reconhece que a globalização não elimina as diferenças entre os países e estados, mas elas não se expressam mais como na época do imperialismo, pois "O imperialismo era uma fase de expansão política do estado" (MP, p. 323), "enquanto a forma moderna precisa de menos – a especulação financeira não deseja a intervenção do estado e de certo modo ultrapassa os estados nacionais" (PSS, p. 324). O imperialismo era uma "ordem política sendo usada como ponta-de-lança do mercado, não é isso? Agora, o mercado está dispensando o estado, ou quase dispensando o estado. Se você enxergar essa ordem global tal como eu caracterizei agora, vê-se uma situação em que os governos têm peso muito menor na história, o que inclui o governo americano", isto é, "o predomínio dos EUA não se dá mais por meio do estado" (PGFHC, p. 54). Embora reconheça a predominância econômica, política, militar, cultural dos EUA e de sua recusa em compartilhar decisões e fortalecer instituições internacionais, como a ONU, conclui que "Considerar a globalização semelhante ao imperialismo obscurece as diferenças entre o passado e presente e, portanto, as possibilidades de crítica conseqüente à ordem existente" (MP, p. 322).

Cardoso considera, então, que, diferentemente da época do imperialismo, a globalização precisa de menos estado e mesmo diminui o escopo de sua atuação, acrescentando que "O diplomata, representante típico das 'políticas de potência' e o estado nacional, por sua vez, se debilitaram, dando lugar à ação direta de negociantes e de

[11] Por isso Cardoso propõe a criação de mecanismos que possam regular o "predomínio do mercado na forma mais abstrata, de mercado financeiro puro, de mercado de derivativos, de aposta no custo futuro do dinheiro" (MP, p. 324).

produtores que atuam nos marcos de acordos negociados a nível técnico-político pelos governos" (AEAL, p. 54). Os estados são compelidos, agora, a agir dentro de um marco institucional, como no âmbito dos blocos regionais, e de regras estabelecidas internacionalmente. Aditando-se a isso as formas de especulação financeira e de organizações internacionais que diariamente ditam regras e avaliações de diversos países, o estado reduziu sua capacidade de manobra para operar políticas nacionais, seja em relação ao desenvolvimento, à questão cambial, do comércio etc. Entretanto, se em comparação com o imperialismo, o estado reduziu seu campo de influência, isto não significa, no entender de Cardoso, que tenha perdido relevância – ao contrário, ele ganha destaque no marco da correlação de forças, agora em nível mundial. Como sugere, "Os contornos dentro dos quais o mercado atua são delineados politicamente, num contexto em que o jogo de poder entre as nações está sempre presente de modo inequívoco. As negociações sobre comércio, sobre as regras da competição internacional, sobre padrões de preservação ambiental, sobre mecanismos de integração regional são conduzidas através do diálogo tradicional entre estados, em foros onde eles têm assento. Os governos têm como influenciar a direção destes processos. Não podem renunciar a este papel em nome de uma falsa ideologia do mercado" (GPI, p. 74). Cabe observar que não se trata apenas da tese de que o estado tende a desempenhar um papel importante no processo de globalização, mas também de que o próprio processo de globalização é o resultado da conjugação de forças políticas distintas, isto é, a globalização não é um processo resultante apenas dos mecanismos de mercado, mas é definida politicamente, através de um jogo político constante entre as nações. As negociações econômicas, entre os diversos grupos produtivos ramificados em escala mundial, são conduzidas politicamente pelos governos locais em conjugação com os empresários. E mais, "É do embate direto entre posições negociadoras distintas que nasce o arcabouço de regras e parâmetros que fixará os limites dentro dos quais os processos de globalização terão de operar" (GPI, pp. 74-5).

Cardoso reconhece, no entanto, que existem diferenças entre as forças políticas que conduzem a globalização, que "A globalização está longe de ser um fenômeno que avança de modo uniforme no plano internacional. Seu ritmo obedece a movimentos variados. O paradigma financeiro, por exemplo, é diferente do comercial. Neste último as resistências são muito mais pronunciadas, sobretudo nos países desenvolvidos, como provam a questão dos produtos agrícolas, da pesca e tantos outros. Há uma clara contradição entre o discurso globalizante e a prática, cuja regulação dos limites é ditada por negociações diplomáticas. Na área financeira, a abertura certamente é maior, mas não significa que esteja isenta de

mecanismos regulatórios, normalmente estabelecidos pelos Bancos Centrais de cada país" (IGPD, p. 42). Diferenças estas que não são levadas em conta pela abordagem apologética da globalização, que freqüentemente critica e avalia os países segundo sua performance econômica ou segundo a sua capacidade de adaptação à globalização. Neste tipo de enfoque, "A globalização passa da condição de um dado da realidade – que temos de reconhecer e dentro da qual opções devem ser feitas – a um padrão que serve de base para juízos de valor" (GPI, p. 70). Ou seja, há que considerar, segundo Cardoso, que a globalização não leva a um processo de homogeneização entre as nações e nem suplanta os interesses nacionais – que existem, portanto, diferenças, mas há que entender as razões das dessemelhanças entre as forças que negociam no processo de globalização: "Estas diferenças reais na mesa de negociação têm a ver, antes de tudo, com o grau diferenciado de desenvolvimento de cada país, com as peculiaridades de sua organização social e política, com a especificidade de sua trajetória /.../. Neste processo, economia e política, mercado e poder se combinam com enorme clareza" (GPI, p. 75). Ocorre que as diferenças entre os estados não são apenas determinadas pelas condições econômicas e trajetórias distintas de cada país. Isto porque, com a globalização, altera-se a natureza da hierarquia entre os estados, uma vez que ela "não elimina, conseqüentemente, a hierarquia entre estados, não os coloca forçosamente num mesmo patamar de igualdade. Mas há duas diferenças na maneira pela qual a hierarquia se reflete no comportamento dos atores internacionais /.../. A primeira é a de que agora a hierarquia não se apresenta apenas em termos de diferencial de poder militar estratégico, embora este continue a ser decisivo /.../. A hierarquia se estabelece em função de uma complexa equação que inclui como variáveis cada vez mais importantes o poder econômico e aquilo a que se denomina *'soft power'*, ou seja, a capacidade de coletar e processar informação, o poder de irradiar cultura e padrões coletivos de comportamentos, a projeção diplomática e o prestígio internacional /.../. A segunda é a de que os deslocamentos, as manobras dentro da hierarquia obedecem a movimentos variados. Existem diversas possibilidades de associação de interesses entre grupos de países que se unem em torno de temas específicos. Há uma ampla gama de geometrias possíveis como interesses comuns em áreas como comércio de bens agrícolas, liberalização de serviços, meio ambiente, direitos humanos /.../. Já não há assim uma política previsível ou pré-determinada que corresponda a uma posição dentro da hierarquia" (GPI, p. 76). De fato, economia, política, cultura etc. "se combinam", não existe determinação, como conclui: "Diria mesmo que o avanço do capitalismo terá mostrado que as expectativas deterministas – os desenhos das estruturas econômicas

escondem o destino do povo e basta desvendar os primeiros para combater o que a humanidade será – arrefeceram diante de um mundo em que as escolhas sociais e, portanto, a política, reinam soberanas. A globalização poderá ou não oferecer as condições para um mundo mais justo; mas, para tanto, não existem fórmulas acabadas ou atores privilegiados. Evitaremos o pior se soubermos fazer as escolhas políticas corretas nos planos nacional e internacional" (GPI, pp. 69-70). Note-se o privilégio dado à política isto é a autonomização conferida à política neste processo: a expansão do capital passa a ser a expressão de acordos políticos internacionais, ainda que prevaleçam protecionismos e privilégios, e sobretudo da correlação de forças entre as nações e esta é que pode "infletir" as relações de subalternidade. Ou seja é a política que "reina soberana" e não as entidades desiguais que enformam graus distintos de desenvolvimento econômico entre os países e ou grupos de países. Vê-se, desse modo, que o elemento que permite dar conta do "movimento dialético entre o universal e o particular" é a correlação de forças políticas, isto é, é o jogo político que define o processo de globalização, de sorte que a política "reina soberana". Assim, a despeito de o processo de globalização alterar as formas e os mecanismos políticos, o estado e os interesses nacionais não desaparecem, ao contrário, o estado é um "ator" fundamental e decisivo na condução da globalização, ou seja, "A política renasce de outra maneira" (FSP, 02/11/97). Daí porque Cardoso preconize a avaliação e o acompanhamento permanentes das conexões entre o global e o nacional, justamente para saber quais são as melhores alternativas, tanto como forma de reações quanto como forma de aproveitar as possibilidades abertas pela globalização. Sugere que se pense melhor a questão da política externa, porquanto "nós, cientistas sociais, não atentávamos com a devida importância nos anos 60: os temas da política. Víamos a política externa como uma ação reflexa dos modos de inserção no sistema capitalista, de tal modo que não merecia teorização própria. /.../ o fato é que as opções de política externa devem ser analisadas em sua *dinâmica própria*[12]. Há fatores de natureza histórica, estratégia, cultural e tantos outros que afetam diretamente a relação de estado a estado e que nos permitem entender a análise da modernização de nossas sociedades" (NASAL, p. 42). Ou seja, a globalização passa a ser o resultado da correlação de forças, que tem uma lógica própria e, neste aspecto, essa tematização não rompe de modo algum com a orientação de Cardoso quando escrevera DDAL, isto é, aqui já aparece a idéia de que o desenvolvimento não é algo que seja determinado simplesmente pelas condições

[12] Grifo nosso.

econômicas de cada país, mas pelo jogo político que, dependendo da forma como se desse, faria o desenvolvimento econômico seguir este ou aquele caminho. O desenvolvimento continua sendo, pois, o "mais político dos temas econômicos" (DMPTE, p. 151). Por isso, Cardoso sugere que os chamados tigres asiáticos souberam fazer escolhas políticas mais assertivas que os países que passaram pela experiência autoritária na América Latina, isto é, souberam imprimir "rumos mais favoráveis" para a questão social. Essa experiência faz pensar que "O que restava de 'determinismo', talvez um resquício marxista, na teoria da dependência – e eu fui crítico do determinismo - certamente terá que ser fundamentalmente reformulado. O grau de influência da escolha política sobre a estrutura da economia é maior do que nos parecia nos anos 60" (DMPTE, p. 151). Posta, então, sob este ângulo, a globalização não é um processo que produzirá, inexoravelmente, efeitos mais deletérios para os países "dependentes", uma vez que o futuro desses países dependerá das escolhas políticas. "Vista em perspectiva histórica, a situação é paradoxal. Os efeitos da globalização parecem aumentar, de forma indiscriminada, a dependência, ao mesmo tempo em que as condições se ampliam para que a maior inserção internacional possa trazer benefícios em função de escolhas certas pelas sociedades nacionais" (DMPTE, p. 152).

Nessa linha de entendimento do processo de globalização é que Cardoso propõe um estado eficiente tanto do ponto de vista social quanto econômico, para ser capaz de atuar no plano internacional e responder aos desafios postos pela globalização, de modo a garantir o atendimento dos interesses nacionais.

3.2. A globalização e o "novo renascimento"

Cardoso, embora reconheça que a globalização leva a um processo de marginalização e exclusão de vastas parcelas da humanidade, vem defendendo a tese de que as transformações em curso no mundo consubstanciam a emergência de uma nova etapa da história humana e projetam uma nova sociedade. De modo que as contradições latentes dessa nova ordem mundial cedem a ênfase às potencialidades e possibilidades abertas pela globalização.

Assim, de um lado, a nova lógica da produção capitalista – sob a forma da globalização – expressa um novo e mais avançado patamar de acumulação, que reconfigura e dramatiza a situação dos países periféricos. Como afirma, "A Grande

Transformação[13], entretanto, - que causou a queda do autoritarismo centralizado, que alterou completamente as forças de produção e criou a 'economia da informação' /.../ - *não alcançou a totalidade do planeta*. Pior ainda, enquanto a globalização da economia moldou a formação de novos blocos econômicos, destruindo a antiga polaridade leste-oeste e a hegemonia soviética e americana, teve também um efeito *negativo e desintegrador no Terceiro Mundo*" (RNSCA, p. 11). Como já foi indicado, a tese de Cardoso é que a nova dinâmica do capitalismo "dispensa a pobreza" e se reproduz independentemente da miséria de vastos contingentes da população mundial, de modo que aqueles países que não conseguiram acompanhar a revolução técnica e científica estariam condenados ao esquecimento, já que "A história é impiedosa para com os que ficam à margem do *main-stream*. Eles são deixados no caminho mais como detritos do que como peças de museu do anacronismo". No caso, "A África, especialmente a do Sahel, partes significativas da América Latina, especialmente no mundo andino e na América Central, e regiões superpovoadas da Ásia Meridional constituem o 'público alvo' deste mundo da desesperança e da miséria" (CPNMI, p. 14). Os "detritos" da história não estão, contudo, circunscritos a dimensões geográficas, mas compõem uma grande massa de inexplorados mesmo no interior de países que não ficaram totalmente à margem desse processo, como Brasil, México e Índia, por exemplo. Porém, por outro lado, a despeito da miséria e exclusão crescentes, a globalização "sinaliza uma era de prosperidade sem igual na história do Homem – um novo renascimento" (IGPD, p. 47). Ou seja, assiste-se ao mesmo tempo à globalização da economia, que tem como "pano de fundo" a miséria e a exclusão, mas também à perspectiva de um novo humanismo. Vejamos os argumentos que sustentariam tal tese.

Cardoso entende que a nova ordem mundial expressa não apenas uma nova forma de produzir como também a emergência de uma prática democrática "com fortes preocupações sociais" (CPNMI, p. 14), que se traduzem no mundo capitalista, mesmo onde já existe a democracia, por uma "preocupação crescente com a monopolização dos meios de comunicação e a possibilidade de manipulação da informação por grupos privados ou estatais" (SD). As transformações no mundo ocidental e aquelas que se verificaram no leste europeu sinalizam a vitória da razão, contrariando os diagnósticos pessimistas de sua falência, pois "o que ocorreu foi uma ampliação da liberdade, uma

---

[13] A "grande transformação" é também por vezes denominada de "revolução 'democrático-tecnológica'"; ver RNSCA, p. 11.

busca de maior entendimento, e uma proliferação de questões mundiais" (RNSCA, p. 9). Nessa direção, o mundo contemporâneo passa a se deparar com questões que extrapolam as dimensões de classe e de estado, isto é, o mundo teria percebido que há ameaças e problemas que dizem respeito à humanidade, como a questão nuclear e do meio ambiente, por isso Cardoso corrobora o argumento de Gorbachev, que afirmara que o risco atômico extrapolava a questão nacional, de classe ou mesmo de estado[14]. Nesse sentido é que também incorpora a visão, que se perfilhou na época em meio à queda do "socialismo real", de que a humanidade poderia viver uma paz mundial, como também imaginava que fosse possível converter os gastos militares de outrora em programas de cooperação internacional, de modo a integrar o mundo capitalista avançado e os países socialistas, dois prognósticos que abandona rapidamente[15]. De qualquer modo, o autor considerava que, ao lado da ampliação da conscientização acerca dos problemas que afetam o conjunto da humanidade (como a ameaça nuclear e a questão ambiental), também haveria o compartilhamento do sentimento de injustiça e de um conjunto de temas comuns à humanidade, isto é, a percepção de que, embora o mundo esteja em plena "Terceira Revolução Industrial, e vivamos no que Manuel Castells denomina 'economia da informação', importantes áreas do mundo e segmentos da sociedade continuam a ser enxovalhados" (RNSCA, p. 9).

Para o autor, as mudanças em curso no mundo não estavam conduzindo à vitória do neoliberalismo ou ao fim da história (*à la* Fukuyama), mas à vitória da Razão e à reafirmação dos valores democráticos, que ele denomina de *um novo sentimento humanista* ou mesmo de um novo *éthos*. Esse novo *éthos*, que se desenvolvera no mundo ocidental e atingiu a sociedade soviética, refere-se ao triunfo do "espírito novo" do capitalismo; nos seus termos, "De alguma maneira o espírito da Renascença, a crença na Razão e a ética da responsabilidade triunfaram. Esse *ethos* veio da Europa, fez-se fé nos EUA, atingiu o Japão e a Ásia moderna, é mimético na América Latina e nas partes 'modernas' do Terceiro Mundo e triunfou como objetivo, embora ainda não na prática, na União Soviética e no Leste Europeu" (CPNMI, pp.16-7). A globalização da economia e a derrocada do socialismo são não a reafirmação do mercado ou do liberalismo – estes

---

[14] O livro de Gorbachev utilizado por Cardoso chama-se "Perestroika".

[15] Cardoso encontrou-se com dirigentes da Perestroika, do plano dos 200 dias, em Moscou, com Pavlov, futuro ministro da Finança, e reconhece as dificuldades para integração, visto que "os pressupostos são para uma economia mais ativa, mais dinâmica, mais 'moderna'" (PL, p. 152). Conclui, então, que os custos internos para reconstrução da economia e sua inserção mundial eram maiores do que se imaginava.

entendidos aqui como ideologias –, mas a reafirmação da razão e dos valores democráticos. O conceito de novo *éthos* do mundo é que permite a Cardoso explicar a um só tempo a globalização da economia capitalista e a derrocada do socialismo real; como explica, "Assim, classes e nações de vastas regiões do planeta, embora suas diferenças não tivessem sido abolidas, encontram-se às voltas com um espírito de globalismo e iluminismo. Tudo isso está agora sendo confundido por muitos como uma vitória pela competição, pelo individualismo autoconfiante, pelo mercado, pelo capitalismo neoliberal". E continua o autor: "É verdade que o mundo soviético e a Europa Ocidental – até China – retornam à modernidade em termos quase clássicos: mercado mais liberdade. Entretanto, por detrás desse casamento /.../ há uma revolução no modo de produção e de vida que reúne a humanidade de um modo muito diferente daquele que imaginaríamos se o modelo explicativo fosse o de 'fim da história'. O raciocínio predominante, como disse, é mais humilde e forjado pelo genuíno risco do holocausto nuclear e do caos. A liberdade desejada não será encontrada na salvação revolucionária, e tampouco no conflito de interesses privados resolvidos pelo deus encoberto do mercado. O novo humanismo /.../ encontra mais na humanidade que no individualismo, constituindo-se, assim, humanismo coletivo. E no reino das ações práticas, há algo de novo que não repousa no indivíduo ou em sua alma, objetificados no estado ou na burocracia, mas sim na criação de 'instituições intermediárias' que não são, efetivamente, 'instituições', porém movimentos e novos espaços públicos" (RNSCA, p. 9). O "novo espírito" do mundo acabou triunfando sobre o burocratismo, o centralismo e mesmo sobre o mercado, uma vez que o novo capitalismo, como já foi indicado, não é apenas mercado, é também estado, universidade, instituições, mas também porque o novo espírito é "força social enraizada nos vários níveis da sociedade, compartilhada como uma vontade coletiva, que requer motivação e objetivos novos, permanentemente mutáveis. O 'novo' espírito do capitalismo é, portanto, essa mistura de espírito de empresa com motivação argamassada no conhecimento científico e com propósitos coletivos de bem-estar" (AEAL, p. 51). E, desse modo, o novo espírito também triunfou sobre a idéia de revolução, visto que esta deixou de ser a alternativa salvacionista; a humanidade crê agora na força regeneradora das instituições e dos espaços públicos.

Assim, conforme Cardoso, essas mudanças no mundo, que têm como base um novo e inaudito patamar de produção - desenvolvimento científico e tecnológico –, só têm paralelo na história com a época do Renascimento, no qual houve o despontar de novas condições e de novas possibilidades para o Homem; para ele "na difusão científica e

tecnológica, acoplada pela expansão infinita nas formas de comunicação, está o cerne do processo contemporâneo de transformação. Estamos confrontados com uma era de descobertas e avanços que geram forças poderosas de transformação social e econômica. A rapidez e a novidade das ofertas tecnológicas geram uma forma de 'deslumbramento' com os poderes não só da tecnologia, mas também do mercado. Podemos muito. Talvez o estoque de conhecimentos científicos e tecnológicos seja, hoje, suficiente para aliviar algumas das mazelas de nosso tempo, como a fome, a miséria absoluta" (APSVI, p. 101). Cardoso entende, assim, que o avanço exponencial das forças produtivas engendra novas formas de produção, de vida e de comunicação entre os homens, que ampliam as possibilidades humanas, inclusive no campo da arte, que pode adquirir amplas possibilidades tanto no que concerne à sua criação quanto em sua fruição, mas – embora identifique esse "novo renascimento" com um novo modo de produção de riqueza e intercâmbio humano (que, por sua vez, está na base do processo de globalização) parece separar os dois fenômenos: o "novo renascimento" e a globalização. Como explica, "Esse século vinte foi, talvez, não sei, um dos mais ricos na história da humanidade, você mudou o modo de viver, por causa das comunicações, dos transportes, da educação e, por causa disso, porque o mundo ficou um só, a aldeia global é um fato. Você tem tudo *'on line'*, a relação tempo-espaço ficou diferente. Nesse sentido que falo de um renascimento. Não é por causa da globalização -- pois seria uma apologia da globalização, não é meu pensamento. Hoje você dispõe de condições como nunca na história de resolver problemas. Não quer dizer que você vá resolver. Há uma acumulação de riqueza como nunca houve, uma potencialidade de riquezas em todos os sentidos, até cultural, como nunca" (FSP, 13/10/96). Ora, se o "novo renascimento" tem a ver com uma nova forma de vida e intercâmbio humano e a globalização é justamente o processo que permite o intercâmbio mundial das atividades e produções humanas, por que, então, essa idéia de renascimento não se dá "por causa da globalização"? Parece-nos que há uma certa ambigüidade nas explicações de Cardoso, pois em outros momentos reconhece que a globalização também provoca novas percepções da realidade. Como afirma: "Outro fenômeno contemporâneo, também engendrado pelo progresso tecnológico, e que reforça a tese do 'Novo Renascimento', é o da globalização, que produz nova consciência das dimensões do mundo. Os acontecimentos, em qualquer parte, afetam a vida de todos, em todos os seus aspectos. O Renascimento estabeleceu o indivíduo como sujeito e, com a própria reversão das formas religiosas de interferência na política, deixou aberto o terreno para a definição de um novo modelo de organização social, o estado moderno. Agora, o

avanço da globalização desenha a 'humanidade como novo sujeito' e, de uma certa forma, o próprio estado é obrigado a se adaptar a novas circunstâncias. Essa noção impactante de 'comunidade global' está alterando nossa cosmovisão e, em conseqüência, a dos governantes, que já não podem encarar os problemas a partir de uma ótica meramente nacional. A solidariedade torna-se uma exigência que não decorre apenas da consciência ética dos povos. As grandes conferências das Nações Unidas, ao lidar com temas como meio ambiente, direitos humanos, população, mulher, problemas urbanos, desenvolvimento social, revelam claramente que o mundo da política e, portanto, dos conflitos e contradições, não está mais contido nos limites nacionais" (APSVI, p. 102)[16]. Se o "novo renascimento" decorre ou não das conquistas da globalização, o fato é que Cardoso, embora identifique aspectos negativos do processo de globalização, como a miséria e a exclusão social, o vê como a expressão da ampliação das possibilidades de realizações humanas. No fundo, a idéia de renascimento é uma possibilidade, não um movimento objetivo no mundo atual, e por isso ele combate freqüentemente o que considera visão pessimista ou catastrofista desse processo. Nas suas palavras, "Há muita coisa nova para ser reivindicada como valor de progresso. Cabe muita coisa, inclusive um novo humanismo. O mundo da globalização é ao mesmo tempo essa confusão do dinheiro internacional, da homogeneização da produção, da fragmentação – e um mundo que coloca de novo a humanidade como sujeito, porque traz à tona questões que afetam a todos. Há tanta coisa boa, nova, desafiadora, que me entristece ver como as pessoas se aferram a esse... como é que eu chamei? ... esse nhenhenhém, não foi isso o que eu disse?" (Veja 10/09/97).

De qualquer modo, as transformações em curso no mundo, especificamente no âmbito da produção e do intercâmbio mundial, são vistas enquanto processo inovador para a humanidade e que traria uma série de elementos positivos. É nesse sentido que avalia que Marx não previu esses acontecimentos, ainda que reconheça que tenha sido um "gênio" na economia e que tenha acertado ao afirmar que a tendência do capital era a sua universalização, "O que ele errou foi na política, não na economia. E errou ao imaginar que o sistema capitalista tivesse fortes incentivos para capotar, não é?, a tal crise. Até hoje,

---

[16] Parece-nos que o momento atual só tem paralelo com o Renascimento em termos das possibilidades materiais para a realização humana, mas discrepa das condições subjetivas e espirituais que aquele momento expressou. O homem do Renascimento, conforme nos mostra, por exemplo, Agnes Heller, tinha a consciência das condições do mundo e de si, enquanto sujeito. HELLER, Agnes. O homem do renascimento. Lisboa, Presença, 1982.

há a expectativa da crise geral do sistema. A dificuldade é que, antes, esperava-se que houvesse onde se agarrar caso houvesse a crise. Agora, não há". Ou seja, Marx falhou porque não houve catástrofe do capitalismo, "houve um enorme avanço tecnológico e não houve crise de pauperização" (MP, p. 256). Marx "se equivocou, ao apontar a tendência ao empobrecimento do proletariado, absoluto ou mesmo relativo. Houve vários equívocos – equívocos da época. O sistema foi se modificando e a teoria foi ficando curta para explicá-la em seu conjunto" (PSS, pp. 195-6). Mas, por outro lado o autor conclui que a história mostrou que não há determinismo, há novos problemas e novas contradições, o sistema capitalista, "está gerando uma capacidade de acumulação financeira tão brutal, que pode pôr em causa, ameaçar o próprio sistema produtivo. Há tanto capital e tão pouca capacidade efetiva de investir para transformar o capital especulativo em capital produtivo que – para falar em termos marxistas – estamos diante de uma nova contradição. Portanto, não existe o fim da história; nada nos permite prever que o capitalismo seja eterno. E, portanto, não se deve pensar em uma só ideologia, um pensamento único. É aí que entra a crise da civilização, a questão dos valores, que entendo ser fundamental" (MP, p. 257)[17]. Porém, a despeito da "nova contradição" do capital - vista apenas por um dos seus aspectos fenomênicos (capital financeiro) –, a globalização é irreversível e positiva, pois gera novas formas de vida e novas formas de solucionar problemas, inclusive possibilidades de investimento e desenvolvimento em outras parcelas do mundo, ou seja, no seu entender, não há porque ter uma visão pessimista da globalização.

Ainda na direção das positividades postas pela globalização, Cardoso não acredita que esse processo tenda a despolitizar os indivíduos, mesmo porque, como foi afirmado acima, as mudanças no mundo estariam levando a uma reafirmação da razão e dos valores democráticos; portanto, considerar que a globalização aliene ainda mais os indivíduos é uma visão pessimista do processo, "isso é a visão atualizada da escola de Frankfurt, o pessimismo básico diante de um mundo novo. Esse pessimismo não se sustenta, a não ser como visão subjetiva. A análise da realidade, dos dados, mostra que não é assim /.../. Realmente acho que esse tipo de avaliação da cultura contemporânea é uma espécie de 'acesso romântico' (imita alguém com *'malaise'*). Não existe base para um pensamento desse tipo, com *'malaise'*" (FSP, 13/10/96). Considera que a esquerda catastrofista corre o risco de ser conservadora, pois "Isso não é pensamento progressista, isso é conservador. A

---

[17] Cardoso não chega a desenvolver a idéia de "uma nova contradição do capital": limita-se a apontar os "efeitos" negativos do capital especulativo.

intelectualidade tem aí um papel: é o de ser crítica, mas confiante; crítica, mas otimista" (MP, p. 158).

A globalização não é, pois, um processo que tenda a conduzir à inércia ou à catástrofe, ao contrário, a despeito de suas negatividades, da fragmentação social, da segmentação dos interesses, é possível uma ação política. O mundo emergente, que expressa a vitória da racionalidade, favorece "a pluralidade de níveis de decisão, tornando possível uma 'utopia poliárquica'", isto é, favorece a emergência de novos canais de participação e decisão na sociedade. De fato, o processo de globalização e a derrocada do socialismo real impõem a reflexão sobre novos meios e instrumentos políticos. Mas a *política* continua a desempenhar um papel fundamental na sociedade, não no sentido de obliterar o processo de globalização, mas no de arrefecer seus impactos mais drásticos e negativos e, sobretudo, de aproveitar as possibilidades abertas.

Em verdade, acredita que as condições atuais são melhores que as do passado para o controle político do processo social. O novo mundo coloca os indivíduos diante de problemas comuns, possibilita a consciência da necessidade de buscar soluções compartilhadas e oferece ainda as condições materiais para enfrentar o problema da miséria e outras formas de desenvolvimento humano. Então, em face de um mundo tão promissor o que resta a fazer? "Sabemos hoje, com clareza, contudo, que o progresso, o crescimento econômico é insuficiente e vazio se não estiver orientado por valores, como o respeito aos direitos humanos, a ecologia, a melhor distribuição da riqueza. Conceitualmente, diria que estamos preparados para dar um salto qualitativo, em termos de um dos problemas centrais da humanidade, que é o da justiça do social. O que nos falta, porém, é o controle das artes das políticas para estabelecer formas eqüitativas de crescimento" (APSVI, p. 103)[18]. De fato, se a via revolucionária está descartada, a economia de mercado, que gera riqueza, é inamovível. O primeiro cuidado a tomar, segundo o autor, é encarar o mercado como ele realmente é, isto é, como espaço que gera riqueza e desenvolvimento mas que por si não é capaz de promover o bem-estar, de modo que, se o mercado "reinar absoluto, haverá, como talvez no domínio da estética, um sentimento de desamparo. E a idéia de 'alienação' (no sentido marxista do termo) voltaria, diante de forças que criamos e não sabemos controlar" (APSVI, p. 101). Cabe recorrer, portanto, aos artifícios da política para empreender mecanismos de regulação de suas

[18] Como freqüentemente afirma, a política "não é a arte do possível e sim a de tornar possível o necessário" (NE, p. 60).

distorções e assegurar rumos de desenvolvimento mais compatíveis com o bem-estar social. De sorte que conciliar as necessidades humanas - e evitar a "alienação" - com os imperativos do mercado passa a ser uma questão fundamentalmente política e valorativa, visto que será através de um equacionamento político, ancorado em valores que será possível controlar o mercado e direcionar o processo social.

Assim, a globalização da economia e a derrocada do socialismo real confluem, no entender de Cardoso, para um mesmo desiderato, isto é, para a perspectiva de um mundo mais civilizado e humanizado, pois controlado democraticamente pela sociedade, - que abre mão da revolução, embora não dos mecanismos de mercado. É esta concepção que norteia todas as argumentações de Cardoso em relação à nova fase do capitalismo, com mais forte razão após o fracasso da experiência do chamado socialismo real. Ou seja, suas argumentações visam a mostrar que a forma de reprodução do capitalismo atual põe em xeque a alternativa revolucionária, que não pode mais ser encarada como a via que permitirá a construção de um mundo melhor. A aceleração da globalização, ao contrário, teria criado novas condições materiais e espirituais que permitem controlar politicamente o capital de modo que a alternativa, que resulta da crença na política como instância resolutiva, é a democratização do próprio capital.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Capítulo 4

A derrocada do "socialismo real"

Inicialmente caberia reter algumas postulações de Cardoso acerca da globalização, visto que são importantes para entender a própria análise que empreende sobre a experiência do socialismo real. Vimos que Cardoso, ao inquirir sobre o processo de globalização da economia, translada da descrição de um processo objetivo que se verifica no âmbito da mundialização da produção, do comércio, enfim do intercâmbio mundial, vale frisar, que denomina de globalização da produção, para a descrição de outro processo subjacente a esse, que expressa, no seu entender, uma nova *racionalidade*, que estaria ancorada em valores e motivação. De modo que a globalização da economia ou o novo espírito do mundo contemporâneo expressa uma nova forma de produzir, que implica na existência de liberdade em todos os âmbitos da vida.

Como já indicado, Cardoso efetivamente descartara a alternativa socialista, ainda que ao nível do discurso esboçasse alguma simpatia por esse ideário. Certa feita, na década de 70, afirmou: "No espectro da opinião democrática moderna cabe uma alternativa socialista, e isto deve ser dito e reconhecido. /.../ Reconhecê-la como uma alternativa contemporânea não é um ato de fé, mas honestidade elementar de analista político. Saudá-la amanhã, como possibilidade talvez possa constituir uma reconciliação entre a razão e o querer" (QDC, p. 24). Tal postulação torna-se compreensível visto que, em sua concepção, estabelece-se a divisão entre razão e querer ou entre o que é possível e o que é desejado, como instâncias não simplesmente distintas, mas separadas e contrapostas, de modo que o ideário socialista é sempre posto por Cardoso enquanto alternativa situada na esfera dos valores, distante de uma possibilidade prática. Cabe registrar ainda que ele nunca se ocupou em definir socialismo para além de uma sociedade mais justa, mas sempre foi crítico em relação ao chamado socialismo real, ainda que também não tenhamos tomado conhecimento de nenhum trabalho mais sistemático acerca dessa experiência. Suas críticas ao socialismo real apareciam entremeadas nas análises, entre outras, do caso brasileiro e da realidade latino-americana[1].

---

[1] Ou nos seguintes termos: "no plano do que eu penso, socialismo seria uma sociedade não regida pelo princípio da empresa e do mercado. Mas tal questão não está posta hoje, não é questão política principal do momento" (DPM, p. 84). De qualquer modo, chegara a afirmar em relação ao chamado socialismo real que houve "uma espécie de desencantamento do mito" uma vez que estas experiências se afastaram do ideário socialista do século XIX, que expressava "um sentimento de democracia substantiva" (DPM, p. 59). Em entrevista a Mino Carta, Carta Capital, 1994, Cardoso afirma que seu "desencantamento do mito" ocorreu

De todo modo, uma das principais objeções de Cardoso a essas formações sociais é a ausência de democracia. A experiência do socialismo real teria adulterado e, sobretudo, ignorado os princípios liberais democráticos. Nessa direção, o que distinguiria, segundo o autor, o socialismo do século XX e o ideário socialista do século XIX é que neste havia "um sentimento de democracia. Democracia, como eu chamo, substantiva" (DPM, p. 58). É também nesse sentido que argumenta que a alternativa socialista não seria viável para o Brasil, pois "Qual é a classe social que está disposta a suportar esse tipo de transformação rápida de cima para baixo, controlada por um grupo de quadros que tem a noção do que é conceito de classe e do futuro, e que se não for aceito impõe esse conceito pela força?" (IAP, p. 127). Chegou a defender uma "utopia socialista", que no fundo não expressava a pretensão de superação do capital, mas objetivava politicamente discipliná-lo e evitar os horrores do socialismo real. Como afirma, "Digo utopia porque o contraste com o socialismo real 'tal como existe' terá de ser feito para dar credibilidade ao que se deseja. E digo utopia, também, porque é preciso imaginar para além do visível uma forma de controle da produção que, sem dispensar o estado, corte-lhe as garras de monstro devorador de iniciativas e de liberdades. Deste ângulo, não se trata de saber se o socialismo está posto no Brasil como questão política atual; não está. Mas está posto mesmo na questão ideológica contemporânea. O que o socialismo tem de não resolvido é como domesticar a produção moderna, como tornar transparente a informação e como assegurar um controle político que seja popular-democrático. Não porque o estado, em teoria, se basearia no proletariado e no povo, mas porque os saberes e as práticas do cotidiano e da produção da vida, da economia, da organização social e da cultura estarão de fato 'abertos' à participação e ao controle de todos" (CD, p. 271)[2].

Um dos principais equívocos do socialismo real foi, no seu entender, ter priorizado a garantia das necessidades sociais em detrimento da democracia e da eficiência econômica. O socialismo bolchevique "viu no autoritarismo centralizador o *ersatz* da Mão Invisível, agindo por intermédio de um Deus pagão (o partido) capaz de prever e prover o cotidiano dos povos, através do planejamento estatal, talvez mais inspirado em Augusto Comte do que na dialética" (DSDAL, p. 31). No seu entender, o socialismo real conseguiu realizar seu intento, o das garantias sociais, ao menos durante um determinado período,

---

antes da invasão da URSS a Polônia, em 1956, quando então estava próximo a revista Fundamentos, que reunia publicações de militantes do partido comunista.

[2] Ver a esse respeito ISL, pp. 157-8.

mas à custa da nulificação do indivíduo e da ineficiência da economia. E, ao mitificar o estado e o partido, readmitiu as desigualdades "pela porta dos fundos, transformando a 'ditadura do proletariado' em ditadura de uma camada privilegiada de funcionários do estado e do partido dominante" (SD). Erigiu-se, assim, uma sociedade na qual prevaleceram o burocratismo e o autoritarismo em todos os âmbitos da vida.

O chamado socialismo real fracassou economicamente, acredita Cardoso, precisamente por não ter sido capaz de acompanhar as transformações em curso no mundo contemporâneo, isto é, a revolução científica e tecnológica, que alterou substancialmente todo o modo de viver dos homens, processo este bastante anterior ao desmoronamento do socialismo real, mas que se intensificara nas últimas décadas, sem que aquela economia, central e burocraticamente organizada, pudesse incorporar as mudanças no âmbito produtivo e científico. Com efeito, não pode continuar sustentando a satisfação das necessidades da população, que inicialmente conseguira prover em termos de saúde, alimentação, vestimenta etc. A partir do final dos anos 60, quando "o mundo passava por uma tremenda revolução, que tem muito mais a ver com a criatividade, a URSS se recusou a aceitar isso, quando expulsou das suas escolas a Cibernética, que assim se chamava então, pois se dizia que ela não era capaz de transpor a linguagem da dialética. Ao perder a capacidade de entrar nessa corrida de transformação, condenou o sistema" (PL, p. 152). Assim, a forma de organização da economia do chamado socialismo real, politicamente centralizada, impediu a assimilação da revolução científica e tecnológica, o que levou a sociedade a perder o dinamismo econômico.

Cardoso sugere que existiram outros motivos para o fracasso do socialismo real, porém não nos informa acerca deles: "Há, por certo, muitas causas para isso. Mas, sem dúvida, as incompreensões sobre a natureza da civilização tecnológica (que têm a ver com a falta de liberdade e com o dogmatismo) começaram a minar a União Soviética desde os tempos da genética de Lisenko e tornaram-se patéticas quando, em nome da dialética, tentou-se impedir o avanço da cibernética" (CPNMI, p. 13). O burocratismo e dogmatismo, prevalecentes na União Soviética obstaram a revolução organizacional que se via no mundo ocidental avançado com suas "técnicas de administração e controle novas, descentralização crescente com controle remoto das grandes organizações, quebra das gestões familiares, controle crescente dos grandes fundos de investimentos por fundos de pensão etc." Enquanto tal processo de transformação deslanchava no mundo ocidental, no "mundo socialista prevaleceu uma espécie de desconfiança a tudo que parece ser 'superestrutura' *soft*. Não houve a contaminação das organizações produtivas (e da

sociedade em geral) pelas novas técnicas. Ciência e investimento tecnológicos foram limitados às áreas 'pesadas' da indústria" (CPNMI, pp. 13-4)[3].

Assim, a nova lógica de acumulação, propiciada pelo desenvolvimento científico e tecnológico e pelas novas formas de organização do trabalho, que são incompatíveis com a burocratização e a centralização política, não teve guarida no mundo soviético, precisamente porque este não ofereceu as condições da produção com liberdade – não havia incorporado, portanto, o "espírito novo" do mundo contemporâneo. De modo que a tese explicativa para o fracasso do chamado socialismo real – no âmbito dos seus fatores endógenos – reside no equívoco político cometido por essa sociedade. Ao optar por uma economia centralmente planejada, sob o comando da burocracia partidária e do estado, foi obliterada a liberdade individual, a criatividade e, conseqüentemente, o desenvolvimento científico e tecnológico. Em síntese, a centralização e o burocratismo do modo de produção soviético obstaculizaram a ampliação da riqueza e resultaram, pois, na impossibilidade, inevitável, da generalização do bem estar social, de sorte que o pecado original da experiência socialista foi a defesa do socialismo em detrimento da democracia e da participação política[4].

Por outro lado, Cardoso sugere que a expansão capitalista colaborou com o fracasso soviético, embora não explique propriamente o processo. Em seus termos, "A terceira conseqüência da internacionalização do processo econômico foi o fracasso espetacular dos países que não foram capazes de reunir aquelas condições de participar da economia global, a começar pelas economias centralmente planificadas no Leste Europeu. Depois do ímpeto desenvolvimentista do pós-Segunda Guerra, quando a União Soviética chegou a dar a impressão de que estava na vanguarda tecnológica após o lançamento do

---

[3] Não custa a perceber que Cardoso não envereda pela análise da estrutura de funcionamento da economia soviética, no que tange aos seus mecanismos de produção e reprodução, tanto em seu processo originário quanto nos subseqüentes. E nem os constrangimentos externos que a experiência soviética sofreu - a guerra e a concorrência, por exemplo. Detecta, é certo, que a partir da década de 60 fica visível a inferioridade do padrão de produção soviético, mas não explica como e de que maneira esse descompasso foi se processando no interior das economias do leste. Mandel, por exemplo, assinala que, a partir da década de 70, os países do leste têm necessidade cada vez maior de importação de bens de produção e outras mercadorias dos países imperialistas, cujos custos são maiores em comparação aos produtos que podiam exportar. De modo que o baixo padrão de produção dos países pós-capitalistas impunha necessidade de relações comerciais com o resto do mundo avançado, evidentemente em condições desiguais, o que fazia reverberar, tanto interna como internacionalmente, a crise da dívida externa, que se acentuou no final da década de 80, a tal ponto que foi considerada pelo FMI e Banco Mundial como insolvente. Ver a esse respeito *A crise do capital*, São Paulo, Ensaio, 1990, especialmente capítulo IV. Também sobre essa questão há dados bastante reveladores In KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

[4] Nesse sentido é que afirma que O bolchevismo é "destrutivo" e "leva ao totalitarismo" (PSS, p. 197).

Sputnik, o comunismo perdeu terreno" (UV, p. 87). Sugere apenas que, à medida que a revolução tecnológica ia se processando nos países capitalistas avançados, aumentava a pressão sobre as economias burocratizadas e centralmente dirigidas; "a globalização da economia com dispersão controlada, associada a práticas de criatividade e liberdade, pôs em xeque as concepções burocráticas do planejamento central das economias socialistas. Tornou-se evidente a superioridade tecnológica que serve de suporte à potenciação da produtividade das empresas capitalistas e que não é alheia à questão da liberdade e da iniciativa individual" (AEAL, p. 54). E, quando finalmente o novo *ethos* atingiu a sociedade soviética - assimilado de forma prática, como veremos, por Gorbachev - toda aquela forma de organização começou a ruir.

Observe-se que Cardoso critica o socialismo real no mesmo diapasão que criticara o burocratismo e a centralização, enquanto tendência da modernidade, levados a efeito pelas grandes empresas estatais e privadas. É certo que considera que no ocidente a burocratização não levou à estagnação do sistema produtivo, mas tanto num caso como noutro as formas de burocratismo e centralização políticas obstaculizam a participação dos indivíduos. De modo que o critério analítico de Cardoso em relação ao socialismo real é político; o centralismo e a burocratização ou o estatismo mais que democracia – no plano das decisões de desenvolvimento - foram os responsáveis pelo fracasso da experiência do socialismo real. Ora, se o burocratismo e a centralização inibiram a criatividade, bem como o progresso material e social, não caberia perguntar qual é a origem ou a determinação do burocratismo e da centralização?

Em outros momentos, Cardoso parece oferecer algumas pistas para responder a essa pergunta. Afirma que "Foram muitas as contribuições de Marx para entender a realidade do capitalismo. Mas talvez, sua mais profunda contribuição tenha sido a de ligar o processo de transformação social a uma proposta ética, de caráter profundamente igualitário. As 'partes' da realidade – a economia, a política, o mundo dos valores – se ligariam e formariam um todo inteligível, com leis de movimento que apontariam para certa direção no futuro. A constatação de que o todo social é contraditório, dialético, sobredeterminado pelas relações de produção, não nos afastaria da compreensão *do sentido da mudança*, que traria necessariamente mais igualdade". E segue o autor: "Quando o socialismo se converte, porém, em forma ideológica de regimes políticos, a compreensão dialética da realidade se perde", tal como ocorreu com a experiência soviética, precisamente "porque não se compreendeu a tempo que um ingrediente

necessário para o desenvolvimento era a liberdade, a circulação desimpedida de idéias e informações. Falharam os valores, os objetivos éticos, porque os ideais se enrijeceram, perderam vitalidade, levaram ao enfraquecimento dos regimes, tanto porque se criavam novas modalidades de desigualdades /.../ quanto porque a liberdade individual foi subestimada como um valor em si, necessário e imprescindível para a afirmação dos cidadãos" (APSVI, pp. 97-8). Afora a inversão e deturpação da concepção marxiana – como se em Marx a construção de uma nova sociabilidade dependesse de uma orientação valorativa e não de prévias condições materiais e subjetivas, a partir das quais opera-se a intervenção prática dos homens na estrutura social, de modo a subvertê-la, e uma vez subvertida passe a ser organizada e controlada socialmente –, cabe reter o que o próprio Cardoso acaba expressando em todas essas argumentações. Ele entende que o chamado socialismo real fracassou em termos econômicos, políticos e sociais porque, ao coibir a liberdade – já que se organizou de forma burocrática e centralizada e desdenhou do valor da liberdade –, obstou a modernização, o desenvolvimento, enfim, o progresso material.

Assim, ao difundir uma ideologia contrária à autonomia e ao igualitarismo – como se esta fosse a essência do socialismo em termos marxianos –, não foi capaz de atender à carência material – isto é, garantir o bem-estar social. E isso acabou matizando o pensamento de esquerda tradicional, uma vez que esta "subestimou a capacidade da democracia formal de promover melhorias nas condições de vida do proletariado e do campesinato. Mais do que isso, ao aferrar-se a estruturas políticas fechadas e autoritárias, subestimou, também, a importância da livre circulação de idéias e informações, num momento em que um novo paradigma tecnológico começava a comandar um processo produtivo cada vez mais internacionalizado e balizado pela lógica da economia de mercado"[5] (NE, p. 71). Vê-se, assim, que a raiz da carência material foi a ausência de liberdade política e a raiz desta parece residir na esfera dos valores, já que na ideologia prevalecente no socialismo real estava ausente o ideal de liberdade individual; contudo, se a experiência do socialismo real tivesse optado pela democracia, os resultados seriam outros, como sugere o autor: "a experiência do socialismo real revelou que a implementação de um ideal igualitário, embora necessária, é insuficiente para determinar os critérios de bom governo. Ideais que não encontram caminhos de realização efetiva perdem força de legitimidade. Desorientam, passam a constituir, na forma clássica da expressão ideológica, um espelho invertido, a mostrar não o que a sociedade pode

[5] Ora, é a democracia que faculta a política a se ancorar na realidade?

alcançar, mas o que as estruturas de dominação 'fingem' oferecer. Uma das vantagens da democracia é justamente a de ter mecanismos – cada vez mais eficientes – de avaliar medidas de governo, seu sentido, sua eficácia. De uma certa forma, a política hoje tem a possibilidade de estar ancorada na realidade, e este é um ganho inegável de nossos tempos. A ideologia, na concepção marxista, pode apagar-se diante da disputa real em torno de idéias e ideais" (APSVI, p. 99).

Cardoso, assim, longe de avaliar as condições e os limites históricos e nacionais que confrontaram tal experiência, bem como as contradições específicas de uma determinada forma de sociabilidade, a partir de sua materialidade - visto que esta concretamente não reunia as condições materiais imprescindíveis à emancipação humana e, portanto, não podia transitar para o socialismo (mesmo porque seu ponto de partida o condiciona ao confronto formal entre o "modelo" político do socialismo real e a democracia enquanto valor) –, resume todo o fracasso do chamado socialismo real à esfera política e valorativa[6]. Toda a sua análise parece girar num círculo vicioso em torno de valores, ideais e escolhas políticas e não aparece o questionamento sobre porque, como, em quais condições os homens fizeram tais escolhas. E, concretamente, esse questionamento não poderia aparecer, porquanto seu critério de análise, ou melhor, seu ponto de partida está subordinado à esfera política, de modo que as debilidades e insuficiências do chamado socialismo real são atribuídas exclusivamente à política, desencarnada de sua base material. De modo que a burocratização e a centralização, expressão política daquela forma de organização da sociedade, não foram determinadas pelo seu baixo padrão de desenvolvimento material, mas o inverso. Em outras palavras, a gênese de todos os fracassos do socialismo real acaba sendo de natureza política e valorativa.

Além disso, parece ficar claro que o seu posicionamento diante do fracasso do socialismo real não tinha apenas como pressuposto a superioridade da democracia como valor, mas também a da economia de mercado em relação à economia socialista. É

---

[6] Não se trata de trazer à tona a ampla discussão que esse tema já suscitou, mas apenas assinalar que a Rússia não reunia aquelas condições objetivas indicadas por Marx para uma efetiva transição para o socialismo, isto é, não contava com um amplo desenvolvimento das forças produtivas, já que este "é um pressuposto prático, absolutamente necessário, porque, sem ele, apenas generalizar-se-ia a escassez e, portanto, com a carência recomeçaria novamente a luta pelo necessário e toda a imundície anterior seria restabelecida" (MARX, K. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro, Hucitec, 1986, p. 50). Além da ausência de condições objetivas, problema já detectado por Lênin, a Revolução Russa não fomentou ou contou com outras revoluções, em países mais avançados economicamente, que lhe fornecessem as necessárias energias materiais e espirituais.

exatamente isso que Cardoso tentou demonstrar, como vimos antes, tanto acerca da experiência socialista quando em relação à fase atual da economia capitalista, ao assinalar os supostos atributos positivos do triunfo do espírito do capitalismo no mundo contemporâneo. Daí o fracasso do socialismo real ser visto por ele como importante avanço para essas sociedades, uma vez que possibilitaria ao mundo soviético e ao leste europeu experimentarem novamente as virtudes do mercado, quais sejam, "A competição, o casamento entre ciência, tecnologia e organização produtiva, o gosto pelo novo e pelo risco (gosto que é antes um imperativo da competição do que uma inclinação estética), em uma palavra, a empresa como base da organização produtiva e o mercado competitivo como estimulador do aumento da produtividade" (CPNMI, p. 22).

Em realidade, Cardoso passa a pleitear – postulação válida não apenas para as experiências do leste europeu como também para a América Latina – as virtudes da economia de mercado, pois "se as soluções ideológicas liberais não se revestiram da coerência que o socialismo tinha em seu ponto de partida, ganharam consistência ao longo do tempo. A combinação das noções de mercado, liberdades individuais e democracia decorreu de uma construção histórica. Daí a variedade das fórmulas do 'capitalismo real', que admite desde as formas individualistas, mais ligadas ao mundo anglo-saxônico, às formas mais comunitárias, que se afirmam na Ásia, a partir do modelo japonês. A economia revelou-se ainda mais maleável. Seu dinamismo, de resto previsto por Marx, foi notável, sobretudo porque encontrou as condições políticas do progresso, dadas essencialmente pelos regimes democráticos. O que seria importante reter é: diferentemente do socialismo as economias de mercado admitem soluções diferenciadas de ética social. Mais claramente: o mercado apresenta, por si só, exigências políticas, como a da liberdade individual, mas não gera automaticamente modelos uniformes de convivência social. Daí a distância entre os modelos social-democrata e neoliberal, dentro do mesmo marco da economia de mercado. O espaço de escolha para estruturar soluções sociais é amplo e, quando falamos em escolha, falamos em valores, em orientação ética" (APSVI, p. 98). Fica evidente, assim, que não se trata simplesmente de mostrar as incongruências do socialismo mas de enaltecer a superioridade da economia de mercado, ainda que, como veremos, julgue que essa por si só não promova o bem-estar social.

De qualquer modo, voltando ao mundo soviético, compreende-se, dada a natureza da crítica de Cardoso ao socialismo real, porque o autor tenha saudado as mudanças

perpetradas por Gorbachev, vendo-as, num primeiro momento, inclusive, como uma espécie de aperfeiçoamento daquela sociedade[7].

Cabe salientar que Cardoso viu em Gorbachev[8] a expressão de um novo pensamento humanista, tanto por lutar pela democratização da sociedade soviética quanto por ter levado ao mundo ocidental suas crenças e proposições. O estadista soviético percebera que a paz mundial é imprescindível para a sobrevivência da humanidade e que esta "requer cooperação e esforços a nível planetário", ao se empenhar pelo desarmamento e ao propor, entre outros, acordos e compromissos compartilhados a fim de preservar o meio ambiente. Como afirma ainda, "Por ter transmitido com força suas crenças novas, Gorbachev foi o homem que possibilitou a derrubada do Muro de Berlim; sem ele, tampouco teria havido a unificação das Alemanhas; e foi graças à sua peregrinação (em Genebra, com Reagan em 1985; no Acordos de Helsinque sobre a segurança da Europa; na Islândia, em 1986, e de novo com Reagan em 1987) que no Ocidente, mesmo os mais empedernidos, acabaram por acreditar em sua boa-fé, em sua capacidade de assumir e cumprir compromissos e em sua habilidade para conduzir a União Soviética por caminhos democráticos" (DCN, 14/11/90). Ademais, Gorbachev assimilou a lógica do novo mundo, ao reconhecer a "'interdependência entre todos os estados da comunidade mundial'" (Gorbachev *apud* Cardoso, DCN, 14/11/90). Ou seja, Gorbachev reconheceu que a sobrevivência das economias no mundo contemporâneo depende de sua inserção no mercado mundial e que para isso era necessária a reconstrução da economia de seu país, cujos princípios Cardoso legitima: "'As empresas devem ser colocadas em tais condições com o intuito de encorajar a competição econômica para melhor satisfação do consumidor, e a renda dos empregados deve depender estritamente dos resultados finais da produção, dos lucros'" (Gorbachev *apud* Cardoso, DCN, 14/11/90). Desse modo, Gorbachev, ao ser cônscio dos sinais dos novos tempos, foi aquele que mais contribuiu para que o mundo soviético saísse de seu estado de letargia, e assim "ajudou a virar uma página da história" (RNSCA, p. 8).

Cardoso avaliava que a *glasnost* (transparência), ao colocar um fim à censura e à mentira oficial, seria o ponto de partida para a democratização da sociedade soviética,

---

[7] Como afirma, "Eu sei, como qualquer um, que os ventos liberalizantes de Gorbachev /.../ não destruirão os sulcos profundos do socialismo" (CDDPAI, p. 41).

[8] Cardoso faz, inclusive, um extenso discurso no Congresso e rendeu homenagem a Gorbachev, prêmio Nobel da Paz em 1990. Cardoso, que não apenas admirava o estilo político do ex-estadista soviético como também compartilhava algumas de suas idéias, vai propor para o Brasil um conjunto de reformas cuja orientação é da mesma natureza das defendidas pelo dirigente soviético.

como também um "incentivo à sua luta para democratizar a sociedade capitalista", na medida em que reconquistava os valores fundamentais da democracia: os direitos humanos, o pluralismo partidário, as eleições livres etc. No plano econômico, a *perestroika* (reestruturação da economia) também significou um avanço político importante, já que colocou "em xeque a concentração do poder político e das decisões econômicas nas mãos do partido único e da burocracia estatal" (SD). Cardoso receava, contudo, que o incentivo à propriedade privada e à economia de mercado perdessem de vista as conquistas do socialismo real, como afirma: "Espero, embora sem a certeza de que isto vá ocorrer, que se reconheçam as políticas eficientes do socialismo: as garantias de emprego, o acesso à educação e à saúde são conquistas inestimáveis" (DCN, 14/11/90). Avaliou que a reestruturação do mercado no mundo soviético dava-se em concomitância a um sentimento antiestatal, compreensível, uma vez que prevaleceram lá o burocratismo tecnocrático e a debilidade da sociedade civil. Mas, caso prevalecesse a idéia de mercado, haveria o risco de conseqüências deletérias para o conjunto da sociedade. Em sua opinião, o êxito dessas sociedades não dependeria apenas da introdução do mercado, menos ainda em sua forma *à la* século XIX: "O que lhes falta não é o 'capital' no sentido técnico nem apropriação individual dos meios de produção. Falta-lhes muito mais uma 'cultura de empresa', que envolva tanto a disciplina no trabalho como o gosto pelo risco e pela competição. Falta-lhes, precisamente, a noção nova do 'planejamento espontâneo' que não substitui a burocracia pelo mercado, mas faz deste último um aferidor de tendências livremente previstas pelos grupos empresariais" [9] (AEAL, p. 55). E acrescenta "O capitalismo de hoje não é mais apenas 'o mercado'. Ele é também a Universidade, o Estado, a mídia, sacudidos pelas revoluções tecnológicas. E ele incorporou, em grau jamais imaginado, duas noções que faltam à União Soviética em seu cotidiano: a do Direito (dos cidadãos, direitos 'difusos', direitos coletivos etc) e a da existência de novos espaços para o exercício de uma democracia não só representativa, como participativa" (CPNMI, p. 14). Ou seja, faltava à União Soviética não apenas a economia de mercado, mas a revolução organizacional e democrática que se processou no mundo ocidental avançado, já que "O capitalismo deixou de significar apenas o 'livre jogo' dos mercados para, através da revolução tecnológica e da informação, tudo abarcar: a Universidade, o

[9] Nessa direção, concordava com o alerta de Galbraith "Diz ele a respeito do leste europeu: cuidado, não pensem agora que o mercado ao qual hoje todos prestam homenagem é o mercado do século XIX; o mercado foi domado, nos paises de capitalismo maduro, por uma série de ações sociais que permitiram contrabalançar as injustiças que por si só as forças do mercado podem ocasionar" (DCN, 19/03/91).

estado, os meios de comunicação" (UV, p. 88). Em verdade, faltava "recriar a sociedade civil" (LP, p. 20) e, com isso, as formas de controle democrático em relação ao mercado, uma vez que tanto a burocracia quanto a oligolipolização – inerentes às tendências do mercado –, quando não são contrapostas pelos interesses públicos, são deletérias à eficiência econômica e ao bem-estar social.

De fato, Cardoso manifesta, em vários momentos, certo temor quanto à forma pela qual os mecanismos de mercado estavam sendo introduzidos na União Soviética; inclusive, referindo as polêmicas entre os ultra-reformistas e o próprio Gorbachev, sugere que este estava procurando ser mais prudente quanto à velocidade das reformas, especialmente no que concerne à introdução dos mecanismos de mercado. Mas o fato é que parecia ignorar o caráter daquelas mudanças; julgava imprevisível o futuro das reformas naquele país e uma questão de ordem "especulativa, sem interesse prático, a de saber se a transição que ocorre na União Soviética e adjacências aponta para 'um novo socialismo' ou para uma 'recaída (?) capitalista'" (CDDPAI, pp. 41-2). Ou seja, Cardoso não atina para a natureza daquelas reformas, que já indicavam a reconversão ao sistema capitalista. Mais tarde, embora sendo obrigado a reconhecer que o chamado socialismo real transitara para o capitalismo, julga ainda que isso era imprevisível, análise que se apóia, como veremos, em sua teoria do "curto-circuito"[10].

De todo modo, Cardoso considerava que no âmbito cultural a transição foi imediata: "nada de justificar as repressões, o arbítrio, a demolição do saber em nome de uma verdade de estado. /.../ A crítica é livre, se o pão falta – como às vezes ocorre – a graça, a ironia, o impulso, até mesmo a iconoclastia não estão ausentes – nunca" (DCN, 14/11/90). Prognosticava ainda que, a despeito dos dilemas que o leste europeu enfrentara, não tardaria para que as demandas sociais se impusessem à crença no mercado e surgisse a "necessidade de mecanismos corretivos das distorções que o mercado, por si, produz". Entendia que num primeiro momento se imporia a carência material e social diante da "crise das prateleiras vazias", mas acreditava que, "uma vez democratizada a

---

[10] Vale registrar que J. Chasin, desde 1983, apontava a ausência de socialismo no leste europeu, em seu ensaio "Da Razão do Mundo ao Mundo Sem Razão", *Marx hoje*, São Paulo, Ensaio. Mais tarde, analisando a *glasnost* e a *perestroika*, evidentemente em sincronia com a crítica ao pseudo-socialismo, já indicava que essas políticas, "exibição do atestado de fracasso, econômico e político, da experiência iniciada em 17", expressavam a reconversão do sistema pós-capitalista ao capitalismo, introduzindo simultaneamente engrenagens do mercado e a formalização da liberdade, não podendo, pois, constituírem-se como o aperfeiçoamento do que não existe (o socialismo). "A sucessão na crise e a crise na esquerda" *In Revista Ensaio 17/18*. São Paulo, Ensaio, 1990, p. 16. Outro autor que nos valemos é István Mészáros, especialmente, "Política Radical e Transição para o socialismo – reflexões sobre o centenário de Marx", In Marx Hoje, op., cit., Ver também *Para Além do Capital*, São Paulo, Unicamp, Boitempo, 2002.

antiga sociedade soviética, a questão da igualdade voltará a surgir. E ressurgirá, entretanto, não como um valor absoluto a ser garantido pela revolução, pelo partido e pela burocracia, mas, em lugar disso, em termos relativos de 'maior igualdade'". Ao fim e ao cabo, o ideal de estado centralizador seria substituído pelo ideal de melhor estado, "tendo por objetivo a correção das desigualdades causadas pelo mercado" (RNSCA, p. 8). Cardoso apostava que a sociedade soviética tenderia a assimilar os mesmos valores, em parte já introduzidos pelas reformas de Gorbachev, que vigoravam no mundo ocidental avançado, vale dizer, no mundo da economia de mercado democratizada.

É nessa direção que Cardoso vem entronizando as virtudes da economia de mercado, não somente em face do malogro da experiência revolucionária, mas também, como veremos, enquanto pressuposto para o *aggiornamento* necessário da social-democracia. A economia de mercado é tida como inamovível, uma vez que ela é o principal *locus* da produção de riqueza e, portanto, geradora das condições materiais necessárias ao bem-estar social, de modo que é possível, na concepção de Cardoso – mesmo no âmbito do capital, até porque o mercado se mostrou politicamente mais flexível que o modelo do socialismo real – obter melhoria social. Como argumenta, "Hoje, sem mudança no modo de produzir, está se buscando um aumento do bem-estar. Não se encontrou outro modo de produzir que fosse capaz de oferecer mais bem-estar. A falência do socialismo real levou a uma constatação de que tentar alterar o modo de produzir não resolve o problema. A opção é tentar aumentar o bem-estar sem alterar o modo de produzir. Para aumentar o bem-estar é preciso universalizar os programas. É preciso estar disposto a arriscar a ordem em benefício da universalização" (FSP, 13/10/96). De sorte que "reconhecer" as "virtudes" do mercado não é visto por Cardoso como subsunção ao capital, mas como uma espécie de realismo pragmático, desde que se construam os mecanismos de correção das "distorções" que o mercado produz. Mesmo porque o capital - enquanto relação social, cuja base é dada pela produção social e a apropriação privada da riqueza social - foi convertido, em sua análise, num "espírito novo", de modo que as contradições do capital se transformaram em "distorções" do mercado passíveis de correções.

4.1. "A esquerda não registrou as mudanças"

Cardoso avaliava que as mudanças no leste europeu teriam conseqüências em termos ideológicos na América Latina e que, portanto, impunha-se uma reflexão "do que significa ser socialista e fazer parte da esquerda no mundo" (CDLA), tarefa esta que não vinha sendo desempenhada a contento tanto pela esquerda organizada quanto pela academia. Por conta disso, concluía que, nessa nova conjuntura mundial, não é somente a direita que defende como novidade um liberalismo ultrapassado, mas também a esquerda, que não se deu conta do que ocorreu no leste, defende propostas antigas.

Em verdade, Cardoso avaliava que a esquerda já vinha sendo questionada desde os anos 60; o movimento de maio de 1968 na França foi emblemático em relação a isso. Embora reconhecendo e combatendo traços individualistas e certo sentimento antiinstitucional do movimento de contestação francês, entendia que este já colocava em xeque a perspectiva socialista, pelo menos em sua expressão bolchevique, como também questionava os efeitos da chamada sociedade pós-industrial [11] . Como afirma, "Efetivamente, desde a onda libertária de maio de 1968 até a queda do Muro de Berlim, o socialismo e a esquerda em geral encontram-se confinados, postos no centro das críticas. Toda uma tradição, que já reuniu razão e utopia, iluminismo e revolução, viu-se deslocada pela incerteza acerca da idéia de progresso e pelo descrédito na dialética 'negação da negação': como a história mostrou, a revolução vitoriosa não estava mais presente" (RNSCA, p. 6). Decerto, Cardoso não compartilha de alguns postulados pós-modernistas, que emergiram a partir desse clima político francês – por exemplo, o descrédito na razão e a fragmentação do conhecimento –, convergindo, de certo modo, com Jürgen Habermas que, conforme sua avaliação, procurou de algum modo ancorar o pensamento crítico nos pilares da razão[12]. Curioso notar, contudo, que o próprio Cardoso argumenta que, ainda que o colapso do socialismo real tenha contribuído para o avanço democrático, ele é concomitante à crise do pensamento de esquerda e a um mundo que não eliminou o risco de barbárie, "tanto na dimensão global, quanto civil", concluindo que essa "sensação de risco", num momento em que se se dissuadiram as ilusões revolucionárias, "torna qualquer

---

[11] Considera, no entanto, que as críticas à "sociedade pós-industrial" são de caráter conformista e individualista. Ver, a esse respeito, ISL, especialmente os capítulos IV e V.

[12] Entendia, por exemplo, que a crítica à razão instrumental, ainda que as barbáries do mundo tivessem fornecido boas justificativas para a censura à civilização, equivocara-se no alvo, pois "pensa-se que é a razão em si quem perverte". Mas o que importa assinalar é que considerava que o maior problema do sentimento de descrédito na razão é que produzira "uma espécie de desalento quanto à capacidade genuinamente transformadora das instituições /.../ sem acreditar mais na possibilidade de destruir a dominação ou pelo menos reformar o estado" (ISL, p. 181).

ideologia (quer doutrina ou 'ciência') necessariamente mais humilde, mais 'probabilística', e menos uma fonte de verdades" (RNSCA, p. 6). Parece, então, que Cardoso, ainda que não tenha sucumbido à prática da destruição da razão, foi ao menos capturado pela idéia de escopo limitado dessa faculdade humana em face do chamado mundo moderno.

Voltaremos a essas questões posteriormente. De toda maneira, Cardoso vem apontando, desde o início dos anos 90, que as transformações que ocorreram no mundo (tanto aquelas verificadas no leste europeu quanto as que se deram no âmbito da estrutura produtiva do capitalismo mundial) não foram registradas pela esquerda brasileira. Desse modo, "Por não reconhecerem, objetivamente, sociologicamente, economicamente, que houve uma mudança no padrão estrutural da economia e da sociedade contemporâneas, têm propostas regressivas"; por isso, o que pensa a esquerda não corresponde ao que ela faz: "Pensam-se na vanguarda, mas consubstanciam o atraso; suas referências valorativas estão circunscritas no horizonte do passado e não têm como dar curso prático as idéias" (RI, p.176). Como dirá mais tarde, a esquerda latino-americana opera com sinais políticos trocados, pois ainda tem como referência o Labour quando nacionalizava as minas, a China da revolução cultural e a União Soviética quando "transformava a opressão burocrática em virtude da classe trabalhadora" (NSRE, p. 12). Cardoso avaliava que, apesar do clima político mundial mais favorável à democracia, no despontar dos anos 90, a perspectiva social-democrata na América Latina deparou-se com uma série de obstáculos não apenas de natureza econômica, mas teórica e política. De um lado, a social-democracia terá de enfrentar um clima ideológico que lhe é desfavorável, marcado pela avalanche neoliberal, para a qual os governos Thatcher e Reagan constituíram-se em referências máximas; de outro, terá de ajustar o seu pensamento em relação à crise do chamado socialismo real, mas, em virtude da reconstrução dos mecanismos de mercado no leste europeu, não pode deixar-se confundir com a suposta idéia de supremacia do mercado. Contudo, não são apenas esses os desafios que a social-democracia tem pela frente, pois, "na situação concreta da América Latina, além dos desafios dessa batalha ideológica, a social-democracia precisa ajustar contas com uma tradição política que lhe é desfavorável /.../. Tudo isso no contexto de uma situação de estagnação econômica (a década de 80 é considerada, deste ponto de vista, uma década perdida) e de desigualdade social crescente" (DSDAL, p. 31). A reminiscência de concepções que orientaram a esquerda tradicional ou o pensamento progressista – em geral consubstanciadas por aquilo que se convencionou chamar nacional-desenvolvimentismo e estatismo econômico – no

seio das oposições latino-americanas imporia, segundo Cardoso, um acerto de contas, já registrado no Manifesto de Fundação do PSDB em 1988. Em verdade, como veremos, tal ajuste de contas, sob muito aspectos, não se distancia da natureza da crítica que Cardoso vem fazendo à esquerda brasileira desde as décadas anteriores, ainda que erija novas argumentações e proposituras baseadas nas análises do sistema capitalista mundial, da derrocada do socialismo real e da realidade brasileira. Desse modo, Cardoso vem tentando, desde o final dos anos 80, colocar-se numa dupla tarefa: refutar um pensamento de esquerda que julga ultrapassado e, ao mesmo tempo, traçar uma perspectiva política, que passa a denominar de social-democrata e propugna, como veremos, um *aggiornamento* da social-democracia, que a rigor já vinha se processando na Europa[13].

Faremos aqui uma apresentação sumária do ajuste de contas de Cardoso com a esquerda latino-americana, e em seguida trataremos de suas propostas para um novo pensamento social-democrata.

Segundo ele, o pensamento progressista originário se desenvolve no âmbito das vicissitudes do processo de urbanização e industrialização na América Latina, em defesa dos interesses nacionais e populares, preconizando o desenvolvimento industrial em substituição ao chamado modelo agroexportador e tornando-se crítico freqüente do que chama estado patrimonialista[14]. Ocorre que o processo de modernização acabou levando à "formação de uma espécie de cidadania perversa"[15], sem ruptura com o estado patrimonialista. De sorte que o processo de transição da chamada "economía de la hacienda" para a economia urbano-industrial deu-se sem romper com a velha estrutura de dominação política. É certo que tal processo variou entre os países latino americanos, "porém na passagem do antigo regime para a ordem democrático-burguesa, houve mais uma transformação do estado, através de alianças de setores da sociedade tradicional com grupos sociais emergentes (classes médias urbanas e empresariais) e com representantes mais simbólicos do que efetivos do 'populacho', da turba, do *popolo minuto*, do que uma ruptura revolucionária da ordem preexistente" (DSDAL, p. 33). Em quaisquer das modalidades de transição, que Cardoso tipificou nas décadas anteriores, tanto nas

---

[13] Cardoso considera que o PSDB também foi atingido pela crise do pensamento de esquerda e, como veremos, não ficará imune às suas críticas.

[14] Cardoso generaliza o termo "pensamento progressista latino-americano"; inclui posições que se desenvolveram no universo da Cepal até aquelas que se manifestaram no âmbito propriamente da esquerda. Na verdade, isso ocorre porque entende que existem similitudes entre essas vertentes.

[15] Definições de Gino Germani, em sua obra *Política y sociedad en una epoca de transición*.

economias baseadas em enclaves quanto naquelas em que havia maior desenvolvimento e controle interno das decisões, o resultado comum foi o fortalecimento do estado, como afirma: "Se algo perpassou toda a história latino-americana depois dos anos 30 – depois da Grande Depressão, foi o papel do estado como agente central tanto do desenvolvimento econômico, como de uma possível política de distribuição de renda e de melhoria das condições de vida do povo" (DSDAL, p. 33). As análises que se desenvolveram no âmbito da Cepal sobre esse processo erigiram, de uma forma ou de outra, o estado como o grande "demiurgo", capaz de promover o desenvolvimento econômico e elevar as condições de vida do povo. Conforme Cardoso, para essa concepção, o estado é menos encarado como a expressão da dominação de classe (*à la* Marx) que como pólo de convergência entre os interesses nacionais e os interesses populares. Sob esse viés, "curiosamente, o pensamento progressista assumiu teses que, em princípio, seriam da burguesia". De acordo com sua leitura, não havia contradição nesse encontro e quando havia a crítica dirigia-se ao imperialismo, aos latifundiários e aos interesses tradicionais e, desse modo, foi possível a bênção tanto ao nacional-populismo quanto ao revolucionarismo de classe média, carecendo sempre de crítica aquilo que para Cardoso seria decisivo: a proposta de distribuição sem produção e a participação sem democracia.

Considera que o pensamento latino-americano propriamente de esquerda esteve matrizado pela visão marxista em que "a vida política culminaria quando se desse a cada um segundo a sua necessidade. Nitidamente utópica, portanto, de difícil visualização, salvo a ênfase na igualdade social e econômica, mais do que na liberdade política" (NE, p. 64). Mas, na América Latina, o ideal de igualdade tem uma conotação um pouco distinta da que se realizou na União Soviética, e isso em decorrência da Revolução Cubana. Esta leva água ao moinho da concepção segundo a qual é possível revolução em países não avançados economicamente, e acabou forjando "um modelo de *igualdade na pobreza.*"

Ainda que a vertente marxista não tenha sido hegemônica no cenário brasileiro, há semelhanças entre ela e as correntes progressistas latino-americanas, uma vez que, para todas elas, o estado é tomado "como instrumento essencial para promoção de mudanças" (NE, p. 65). Ocorre que, além de privilegiarem o estado, todas as agremiações políticas progressistas priorizaram a perspectiva de melhoria social em detrimento da democracia. Assim, tanto do ponto de vista da esquerda quanto, por exemplo, dos desenvolvimentistas, a democracia e a valorização das instituições democráticas apareciam como algo supérfluo. Para os primeiros, isso era feito em nome de uma sociedade futura mais justa, para os segundos em nome da industrialização e do desenvolvimento econômico. Desse

modo "a crítica da ordem existente fez-se através de duas vertentes, ambas minimizando os aspectos formais da democracia frente às agudas necessidades de combate às causas substanciais da desigualdade: de um lado, a esquerda, por considerar necessidade fundamental o fim da exploração capitalista somada à exploração imperialista, desprezava o jogo político no marcos das instituições. Paralelamente, do ângulo dos desenvolvimentistas, não necessariamente de esquerda, a defesa do estado de direito aparecia como algo supérfluo frente ao desafio da industrialização e do desenvolvimento econômico. A chamada burguesia progressista foi muito mais estatizante e nacionalista do que liberal-democrática" (NE, p. 67).

Argumenta o autor que os teóricos desenvolvimentistas e os dependentistas[16] não foram responsáveis pelo populismo e outros movimentos latino-americanos, mesmo porque esses são anteriores àquelas expressões teóricas, mas entende que a idéia de progresso na América Latina nasce tributária desse tipo de condução política e distante do ideal democrático representativo – o que não quer dizer que Cardoso considere que tal pensamento não tenha efetivamente influído nas ações concretas –, pouco compromissada, portanto, com a valorização das instituições, dos partidos, dos sistemas eleitorais, enfim, com a valorização dos direitos e da cidadania. Nessa direção, a América Latina teria feito o caminho inverso da Europa; enquanto lá "a crítica às insuficiências da democracia formal ganhou força depois que esta (com o sufrágio universal e tudo mais) já estava enraizada em larga medida nas práticas políticas dos países mais desenvolvidos, na América Latina a reivindicação social (via populismo) e a busca de maiores oportunidades de desenvolvimento econômico (via anti-imperialismo) surgem antes da reivindicação propriamente democrática e, até certo ponto, com menosprezo dela" (DSDAL, pp. 33-4). E novamente, comparando as "desventuras" do pensamento progressista latino-americano com a experiência social-democrata européia, afirma: "Na Europa a social-democracia, a partir de certo momento, aceitou o desafio do sufrágio universal como o instrumento para ascender ao poder. Acreditou que, reorientando o estado e o gasto público (com políticas de renda e políticas fiscais capazes de permitir ações niveladoras da sociedade) poderia gerir uma economia de mercado sem querer substituí-la por outra baseada na apropriação coletiva dos meios de produção" enquanto que "os proto-social-democratas" optaram por outro caminho, de "acomodarem-se nas frentes progressistas", que, porém, estavam mais

[16] E "me incluí entre eles, embora a contragosto quando se vê o mecanicismo em que caiu o dependentismo" (DSDAL, p. 34).

preocupadas com o desenvolvimento econômico autônomo e com políticas redistributivistas que com a democracia representativa (DSDAL, p. 35). De maneira que a esquerda tradicional acabou desdenhando da "capacidade da democracia formal de promover melhorias na condição de vida do proletariado e do campesinato" (NE, p. 71).

Observe-se que, embora o autor tenha repetido inúmeras vezes que "as aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá", inclusive para se contrapor aos grupos de esquerda, a experiência política européia também não deixa de ser modelo para a sua validação de democracia; porém, qual democracia? A democracia institucional, ficando ao largo não apenas as distinções estruturais entre as duas regiões em questão, mas também as próprias polêmicas que foram travadas, no interior da social-democracia européia, entre os liberais democráticos e os socialistas. De qualquer forma, pois voltaremos a essa questão mais adiante, a tese de Cardoso é a de que o pensamento progressista originário na América Latina, bem como a reivindicação social e a idéia de progresso, surgem dissociados da perspectiva de aperfeiçoamento dos mecanismos de representação política e de fortalecimento da cidadania. Tanto os desenvolvimentistas, que a rigor não eram propriamente de esquerda, quanto a esquerda em geral menosprezavam a democracia institucional em nome do desenvolvimento econômico, que para alguns era desenvolvimento econômico *com autonomia*. Desse modo, o pensamento progressista originário, ao menosprezar o ideal democrático representativo, compactuou com o populismo ou no mínimo foi reboquista desta vertente, ou, como afirma, "as forças que poderiam fazer a crítica do clientelismo e do patrimonialismo em nome da democracia e da generalização dos direitos humanos e políticos, até meados dos anos 70, deram preeminência à 'eficácia do estado'" (DSDAL, p. 34). Entediam que o fortalecimento do estado era o pressuposto para o desenvolvimento econômico e, por vezes, para promoção da elevação das condições de vida do povo, de sorte que "A ação social direta dos governos, mesmo para os progressistas mais críticos, tinha precedência sobre as questões da democracia, da autonomia das classes e da representação política direta dos interessados" (DSDAL, p. 35). Por tudo isso, continua ele, o pensamento progressista originário foi caudatário de uma prática política conservadora, descuidou-se da questão da representação autônoma das classes populares, de um esquema partidário efetivamente representante, em suma dos mecanismos institucionais de legitimação democrática. Em vez da valorização da democracia institucional, preferiram assegurar algum tipo de benefício social ou alguma forma de participação que arrefecesse a miséria.

Em outros momentos, Cardoso reconhece que a bandeira nacionalista da esquerda latino-americana, nos termos em que a postulava, não poderia se pôr de outro modo, isto é, preconizando o protecionismo e fundos de acumulação interna, pois, "para criar empregos e melhorar o nível de vida da população era preciso investir, absorver tecnologia, ampliar o mercado interno, reformar as estruturas arcaicas, sobretudo no campo. Noutros termos, a continuidade do processo de revolução capitalista, no plano econômico e social, pressupunha uma luta em favor do mercado interno e da reversão das economias colonial-exportadoras. Portanto, qualquer que fosse o designativo, pressupunha, uma atitude antiimperialista" (DSDAL, p. 45). Cardoso sugere então que, naquele momento, era "justificável" a defesa de políticas protecionistas, para garantir o fomento da indústria local, bem como a preocupação com a formação do mercado interno. Mas a aposta que o pensamento progressista fez, ao apoiar o protecionismo – da mesma forma que a aposta da esquerda comunista, ao fazer alianças com a burguesia e as massas contra o imperialismo e favor do capitalismo nacional – não previu certos "resultados inesperados" do processo; "as viradas da história deixaram os ideólogos de calças curtas" (DSDAL, p. 45). Ou seja, o processo de internacionalização e de industrialização da periferia, da mesma maneira que a inserção de parte do empresariado no estilo de desenvolvimento dependente-associado, simplesmente golpeou as principais teses do pensamento progressista originário. Aditando-se, agora, a aceleração da globalização, o que se vê é um puro anacronismo: a defesa de velhas bandeiras nacionalistas no seio das forças "progressistas" da atualidade. Propõe, então, Cardoso que a social-democracia afirme-se "nos resultados não previstos" pelo pensamento progressista latino-americano.

Este, continua o autor, encontra sua expressão prática no estado desenvolvimentista e no populismo da América Latina. Contudo, o movimento populista e a política desenvolvimentista entram em crise em meados da década de 60 e foram substituídos pelo autoritarismo, cuja base foi o desenvolvimento dependente-associado. O estado burocrático autoritário rompeu com o ideário de inclusão social, que bem ou mal o nacional-populismo pregava, e perpetrou uma série de políticas repressivas sobre a sociedade. Sob essas circunstâncias, reaparece a discussão da democracia institucional, porém subordinada à dicotomia entre estado e sociedade. Em relação a essas vertentes, a

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

social-democracia emergente na América Latina, nos anos 90, terá de fazer, segundo Cardoso, também um acerto de contas[17].

As novas vertentes políticas, que se forjaram durante a luta contra o autoritarismo, em lugar de valorizar o estado enquanto "demiurgo", como o pensamento progressista originário expressava, passa a valorizar a sociedade civil. De acordo com o tom irônico com que Cardoso insistentemente traduz o pensamento dessa nova vertente, que prima por um maniqueísmo ideológico, o estado transforma-se em deus pagão e a sociedade civil em anjo não contaminado pelo pecado original do ideário progressista, capaz, portanto, de redimir os pecados do mundo. Houve assim, segundo Cardoso, um efeito inesperado no plano ideológico em relação ao pensamento progressista originário, isto é, o estado, "que no começo da história do desenvolvimento, era o 'mocinho', tornou-se o 'vilão', e isso como conseqüência do próprio desenvolvimento econômico, ou melhor, do estilo de desenvolvimento que prevaleceu" (DSDAL, p. 37).

A crítica ao estado – ou em alguns casos a crítica mais propriamente ao estatismo – foi ainda reforçada pela avalanche neoliberal dos anos 80 e pelo desmoronamento do leste europeu, que colaboraram com a falsa dicotomia estado x mercado. De sorte que tanto a crítica de esquerda quanto de direita ao estado dá-se pela clivagem entre estado e sociedade (ou entre estado e mercado). De modo que tudo que é nefasto está no estado e tudo que é regenerador pertence à sociedade (ou ao mercado). Desse modo, sob a onda liberal dos anos 80, a idéia positiva do estado desenvolvimentista é ainda mais arrefecida e o próprio estado passa a ser visto como obstáculo ao progresso. Ainda na esteira dessa vertente, que surge contra o autoritarismo nos anos 70, aparece outra forma de expressão do pensamento esquerdista latino-americano, especialmente de talhe social-católico que, segundo Cardoso, desconhece uma das preocupações cepalinas: o desenvolvimento econômico. O pensamento social-católico, ainda que tenha contribuído para a reafirmação dos direitos humanos e a autonomia dos movimentos sociais, também descuidou da produção enquanto pressuposto para a distribuição. Há inclusive, nessas vertentes, especialmente naquelas que defendem o socialismo, segundo Cardoso, formas de regressividade pré-capitalistas, ao preconizarem "um mundo de pequenos produtores independentes, de riquezas e oportunidades iguais, pouco propensos à larga escala na

[17] A crítica a essas vertentes já foi exposta nos capítulos anteriores, de modo que aqui nos restringiremos a poucas indicações que Cardoso repõe nos anos 90.

produção e na acumulação" (DSDAL, p. 41). Esse tipo de utopia igualitária menospreza os princípios racionalizadores da produção em nome do distributivismo.

O pensamento católico, sob a forma da Teologia da Libertação, vulgarizou o pensamento de Marx. Neste, a despeito de alguns equívocos, "Tinha-se uma utopia que partia de uma análise. Os bens de produção teriam de ser coletivos, e uma classe, o proletariado, seria a portadora da boa nova, para falar em linguagem religiosa. /.../ havia uma teoria e uma visão – materialista – segundo a qual o fundamental são as relações sociais de produção, por sua vez embasadas nos sistemas produtivos, no modo de produção. Na teologia da libertação, essa parte desaparece. O centro passa a ser a teoria da alienação, com forte conteúdo humanista. O inspirador é o chamado jovem Marx, que o velho Marx não tomava mais ao pé da letra. A teologia da libertação luta para acabar com a alienação, mas não tem uma proposta viável de organização da sociedade"[18]. Isto porque "Os teólogos da libertação esqueceram que o mundo se mediatizou, que o sistema produtivo cresceu enormemente, que a sociedade, hoje, é de base técnica brutal. E acabaram propondo, como agentes de transformação, os deserdados da terra. Isso Marx nunca aceitaria. Os deserdados da terra não são portadores do futuro. Portador de futuro era o proletariado, porque estava na condição mais moderna. A visão de Marx e de Lênin é uma visão de progresso. Aqui não, a visão não é de progresso, é de solidariedade. É de resgate do valor de coesão. Isso tem um peso moral e religioso, mas não resolve os problemas". Enfim, a Igreja visa à distribuição sem cuidar antes da produção, e "uma parte do PT ficou fascinada por isso" (PSS, p. 194). Foi positiva a contribuição da Teologia da Libertação sobre as massas oprimidas, por ter recuperado "a dimensão ética na vida e na política", bem como pela sua crítica à tese de que os fins justificam os meios. Mas "A teologia da libertação vinculou-se ao marxismo vulgar e os dois se estragaram reciprocamente" (MP, p. 168).

Embora o socialismo cristão tenha feito a crítica ao populismo e ao patrimonialismo estatal, assemelha-se a eles, uma vez que desconsidera o fator produção e preconiza o distributivismo. Caberia, segundo Cardoso, reconhecer os limites para o atendimento de determinadas reivindicações, como, por exemplo, a que se referem a ganhos salariais, em si justas, mas que não podem ser sustentadas no futuro. Ou seja, qualquer forma de distribuição de riqueza que não esteja sustentada pelo crescimento

---

[18] Esse "corte espistemológico" entre o "jovem" e o "velho" Marx foi o que parametrou o famoso "Seminário de O Capital", no qual a principal preocupação era extrair o método de investigação marxista.

econômico é ilusória ou deletéria para o conjunto da sociedade. Outro aspecto no qual a social-democracia ainda se distancia desse pensamento social-católico concerne à questão do basismo, também denominado por Cardoso de "movimentismo" e "assembleísmo", que menospreza a participação popular nos mecanismos institucionais. A social-democracia, ao contrário, compreende que a ampliação da participação popular só pode ser assegurada pela articulação com esses mecanismos, pois são eles que permitem a eficácia das pressões populares em torno de suas demandas reais.

No amplo Manifesto da Social-Democracia, que Cardoso elabora no final de 1989, desfere as principais críticas acima aludidas a alguns partidos do Brasil[19], que, segundo o autor, ainda persistem com aquelas idéias que nortearam o pensamento progressista e a esquerda latino americana em décadas passadas.

Repudia o assembleísmo que predomina no Partido dos Trabalhadores, que invoca a participação das organizações de bases em detrimento das "instituições fundamentais da democracia representativa - o estado de direito, o parlamento, o governo legitimamente eleito, o próprio partido político" (SD). Na democracia moderna, argumenta, a participação das organizações de base é importante, mas não prescinde das instituições, mesmo porque "a autonomia das organizações de base também depende dessas instituições" (SD). Já em 1992, considera que o fato de o PT ter ganho eleições para algumas prefeituras "levou o partido a um aprendizado fundamental para a democracia brasileira. O PT ainda quer mudanças mas hoje sabe o valor das instituições e o custo das mudanças, e está expulsando aqueles que não sabem" (Veja, 20/05/92). Entretanto, considera que o PT permanece indefinido quanto à questão de classe, isto é, ainda oscila entre ser o partido de vanguarda da classe operária ou ser um partido de massa. Repudia igualmente o corporativismo, para o qual o Partido dos Trabalhadores tende a se inclinar, pois encara a "reivindicação de um grupo social específico - desde que se enquadre entre os 'explorados' - como um direito absoluto" (SD). O PT, segundo Cardoso, ao se aferrar ao corporativismo moderno – e sobretudo porque parte do pressuposto de que para fazer face às demandas sociais tem de apoiar o protecionismo, a regulação do mercado interno e o estatismo – ignora a revolução produtiva e o papel positivo da iniciativa privada na

[19] Vale registrar que esse Manifesto da Social-Democracia foi escrito e assinado apenas por Cardoso, "O que se apresenta aqui é uma interpretação pessoal das idéias social-democráticas, embora reflita, como é natural, posições assumidas em documentos oficiais do PSDB" (SD), posição que talvez se justifique, visto que o PSDB, embora já contasse com quadros identificados com a social-democracia, era um partido formado por diferentes tendências, como atesta seu Manifesto de fundação de 1988.

obtenção de novas tecnologias e é, portanto, incapaz "de ajustar ao contexto contemporâneo a luta pela igualdade e pela erradicação da miséria" (RI, 1994). Dessa forma, esse partido acaba obstando o avanço econômico e, portanto, a melhoria das condições de vida do povo.

O PMDB, por sua vez, acredita que os problemas atuais possam ser resolvidos com as propostas da década de 60: continua postulando que a principal alavanca para o desenvolvimento é o setor estatal, "com algum tipo de proteção ao mercado interno e um certo intervencionismo estatal" (SD). O PDT, conforme Cardoso, está mais ainda em descompasso com a história, já que "Trava luta contra o colonialismo *à la* século XIX" e, preso ao fantasma do imperialismo, não tem uma alternativa viável para o país. Ademais, o personalismo que impera neste partido o tem impedido de avançar nacionalmente. Para Cardoso, parte considerável da esquerda no Brasil, que inclui PDT, PT e outros partidos, ainda confunde estatismo com socialismo, e por conta disso "é incapaz de propor qualquer política conseqüente de reforma do estado intervencionista brasileiro, teimando em defender privilégios da burocracia estatal como se esta fosse guardiã suprema do interesse nacional e popular" (SD). Assim, aos olhos de Cardoso, os principais partidos de oposição não conseguiram renovar as suas proposituras, tanto em relação à esquerda européia do século XIX quanto às teses equivocadas do pensamento progressista originário latino-americano. A esquerda brasileira precisa se reatualizar, aprender com a experiência do leste europeu, com as mudanças na ordem capitalista mundial e extirpar de suas fileiras o nacionalismo anacrônico, que "confunde independência com isolamento econômico" (SD)[20].

Contudo, Cardoso deixa bastante evidente que não pretende, com isso, obstar a possibilidade de alianças entre o PSDB e alguns partidos da oposição brasileira. Mesmo porque, acredita, há em comum entre o PSDB e essas agremiações o legado oposicionista que se constituiu na luta contra o autoritarismo, existindo, pois, "uma afinidade básica que tem a ver, não tanto com ideologias, mas com o sentimento de indignação diante da tragédia social brasileira - a tragédia da desigualdade exacerbada, da miséria das massas e da cegueira das elites" (SD). Reconhece, ainda, que algumas das propostas da social-democracia, que ele apresenta, são compartilhadas por esses partidos e, por essa razão, o PSDB estaria aberto a diálogos e alianças com as demais forças políticas que se dispõem à

---

[20] A crítica de Cardoso ao arcaísmo da esquerda brasileira e latino-americana converge, em muitos aspectos, com a crítica de Luiz Carlos Bresser Pereira. Ver, por exemplo, artigo in PSDB. Social democracia hoje, 1990, especialmente pp. 42-4.

realização das propostas social-democráticas. Ademais, a própria propositura partidária do PSDB visa a uma espécie de confluência de distintas correntes políticas, como deixa claro o Manifesto da fundação: "Amplo bastante para possibilitar a confluência de diferentes vertentes do pensamento político contemporâneo – por exemplo, liberais progressistas, democrata-cristãos, social-democratas, socialistas democráticos –, o PSDB nasce coeso em torno da democracia enquanto valor fundamental eleito das mudanças reclamadas pelo povo brasileiro"[21]. Nessa direção, em 1991, e por conta da conjuntura do momento, Cardoso sugere uma convergência maior entre essas agremiações. Elogia as resoluções do Congresso do PT: "Digo com clareza: se o PT cumprir o que decidiu, passa a ser um partido não só radicalmente democrático (e é assim que o deputado Genoino apelida o socialismo) como parceiro necessário para a transformação do país /.../. Ao saudar as mudanças havidas no PT, estendo minhas esperanças à renovação do PCB (quem sabe, à sua integração em outro partido). E não deixo à margem, na expectativa de um caminho melhor para o Brasil, a força inegável do PDT. Do meu canto que não é de sereia, mas de tucano que sabe que na ornitologia política uma andorinha não faz verão, persisto na tese do entendimento. A vida está associando partidos que deveriam ser mais afins e que circunstâncias diversas os separaram. Trabalhemos para que, sem diludir diferenças reais, possamos dar jeito ao que menos jeito tem sido dado até hoje: às necessidades das massas /.../. Hoje, os partidos à esquerda reconhecem a importância da empresa e do mercado. Não os têm como demiurgos, mas já não os vêem como demônios. É preciso que os setores da opinião política que sempre viram o 'progressismo' como perigo (ou como atraso travestido) dêem também a mão à palmatória e percebam que sem uma esquerda democrática não haverá justiça social eficaz nem sonho de Primeiro Mundo" (FSP, 05/12/91).

Conforme Cardoso, a orientação básica do PSDB é a democracia "enquanto valor fundamental", que pretende "um Brasil mais igualitário e que tenha um desenvolvimento econômico baseado numa ação eficaz da empresa privada, desde que ela tenha o contrapeso do controle público, para que suas decisões não sejam o reforço a um capitalismo selvagem, mas que crie o capitalismo de participação"; e acrescenta: "não pregamos um modelo socialista... Aliás, somos o único partido que diz no programa uma coisa desafiadora favorável ao capital estrangeiro: subordinado ao sentido público nacional, era bem-vindo" (IPFP, p. 184).

---

[21] O Programa do PSDB foi publicado no Diário Oficial da União em 6 de julho de 1988.

As demais proposituras do Partido da Social Democracia Brasileira serão apresentadas posteriormente, mas convém antes reter as questões centrais do "acerto de contas" de Cardoso com o pensamento progressista e a esquerda latino-americanos.

Nosso autor entende que, em geral, as propostas reformistas na América Latina contra "o estilo de desenvolvimento que prevaleceu" – a repressão e os privilégios –, diferentemente da crítica social-democrata européia ao capitalismo, foram conduzidas sem a valorização da democracia. Essa é, em verdade, a pedra de toque de toda a crítica cardosiana ao ideário de esquerda no Brasil. Contudo, ao reconhecer a prioridade que Cardoso confere à democracia representativa, não podemos perder de vista a sua concepção sobre desenvolvimento econômico e o modo como articula essas duas dimensões. No seu entender, os principais equívocos do pensamento progressista residiam na crença de que o estado, via estatismo, pudesse garantir o bem-estar social, sem atinar para a necessidade de controle democrático do próprio estado e para a eficiência e competitividade econômicas. Disto depreende-se que Cardoso não critica o pensamento progressista originário na América Latina *por priorizar o estado,* impressão errônea que algumas de suas afirmações podem suscitar, mas pelo tipo de função que aquele pensamento atribuía ao estado e pelo seu menosprezo pela democracia representativa[22].

Assim, a social-democracia dos anos 90, não pode sucumbir às crenças do passado, de sorte que, em lugar das propostas de crescimento econômico e autonomia nacional, como postulava a esquerda latino-americana, e no lugar do estatismo e do menosprezo pela democracia, é prioritário pensar na produção, na sua racionalização e eficiência e no "controle democrático das decisões e da gestão", pois somente através disso é possível garantir "a generalização do bem-estar" (DSDAL, p. 35). Assim, enquanto a esquerda tradicional identificava interesse nacional e popular com desenvolvimento econômico autônomo e com práticas, segundo Cardoso, protecionistas e corporativistas, a social-democracia deve defender as reformas sociais, porém tendo como pressuposto a racionalidade econômica. Terá de redefinir a questão da relação entre mercado externo e mercado interno e a relação entre interesse nacional e interesse popular, a partir da dinâmica da produção global. Desse modo, diferentemente da posição do pensamento progressista originário, não se trata mais de rechaçar o mercado externo em prol dos interesses nacionais e populares, mas de assegurar a inserção econômica na economia

[22] Afirma, inclusive, que "Não por acaso algumas ditaduras populistas latino-americanas foram admiradas pelos progressistas, até quando se excediam na limitação das liberdades individuais (não tanto públicas)" (DSDAL, p. 35).

global. Portanto, o acerto de contas com o pensamento progressista e/ou a esquerda não tem por base apenas a valorização da democracia representativa, ausentes naquelas vertentes, mas também a divergência, já manifesta em seus primeiros trabalhos acadêmicos, em relação às propostas de desenvolvimento econômico que elas vinham defendendo desde o pré-64. Não é o caso de repor aqui esse debate, mas convém chamar a atenção para o fato de que, em lugar da crítica ao imperialismo e a luta pela autonomia nacional – que, vale lembrar, a despeito dos limites e equívocos cometidos por aqueles que hastearam essas bandeiras, não significava, ao menos para alguns, meramente a aposta no desenvolvimento e na modernização, mas no desenvolvimento econômico que levasse à inclusão social –, Cardoso passa a defender a racionalidade econômica e a internacionalização da economia, o que também não é novidade se retomarmos suas posições em relação ao golpe de 64. De qualquer maneira, a proposta social-democrata de Cardoso centra-se, como veremos, em dois postulados: desenvolvimento econômico e democratização.

No entanto, antes de apresentar o conteúdo programático de Cardoso para o Brasil no despontar dos anos 90, e para evitar o reducionismo, faz-se necessário inspecionar um pouco mais um conjunto de reflexões em que ele enuncia um novo pensamento de esquerda ou novo *aggiornamento* da social-democracia.

4.2. A nova esquerda

Cardoso vem apontando que as transformações em curso no mundo, especialmente a emergência da globalização e a derrocada do chamado socialismo real, colocavam em xeque a alternativa revolucionária para a transformação social. Com efeito, de acordo com ele, impunha-se uma redefinição do pensamento de esquerda que, no fundo, será forjada pela renovação do próprio pensamento social democrata.

As argumentações de Cardoso na direção da formulação de um novo pensamento de esquerda partem das constatações, como já foi aludido, de que a emergência de uma nova ordem mundial dava-se concomitantemente ao surgimento de um novo *ethos* moral e político, e mesmo de um *novo humanismo*. Esse novo espírito contemporâneo que triunfou como prática ou como objetivo no mundo contemporâneo expressaria acima tudo a vitória da razão. De modo que a vitória da racionalidade e o surgimento de um novo humanismo seriam a expressão de dois movimentos simultâneos: o processo de globalização – fundado num novo patamar de desenvolvimento científico e tecnológico, que pressupõe

produção com liberdade - e a derrocada do socialismo real. Esses dois movimentos convergiriam então para um mesmo desiderato: o surgimento de um novo humanismo. Como exemplifica, "No quadro de multipolarização mundial surgido no pós-guerra fria, ao lado da globalização da economia e do predomínio dos grandes temas da sobrevivência da humanidade, a discussão dos aspectos éticos da idéia do progresso voltará a ser tendência crescente nos próximos anos. Dito de maneira diferente: às vésperas da entrada no novo milênio, desenha-se no horizonte um 'novo humanismo'. A aceleração e a amplitude do desenvolvimento tecnológico levaram a sociedade contemporânea a ter de defrontar-se com temas, que, se têm semelhança com aqueles que desafiaram os homens do Renascimento, deles se afastam por uma questão de perspectiva: já não se trata do homem, sujeito individual, como medida de todas as coisas, mas da Humanidade, sujeito coletivo, medida da própria sobrevivência de qualquer civilização ou cultura" (UV, p. 92).

A derrocada do socialismo real contribuiu positivamente, então, para a emergência de valores comuns à humanidade e a convergência de questões na arena internacional. Nessa direção, o exemplo de Gorbachev é emblemático, e freqüentemente aludido por Cardoso como aquele que o teria despertado para essa questão. O ex-estadista soviético trouxe à luz um conjunto de temas que, de fato, afetam diferentes povos, "foi buscar na crítica humanista ao terror atômico, à irracionalidade da guerra global entre as superpotências, a razão para repor, sob a ótica simultaneamente pragmática e ética, /.../ a idéia de que existe algo de universal que *transcende* as oposições de classe: a necessidade absoluta da Paz e a defesa do patrimônio de todos, que constitui o 'meio ambiente', passaram a ser os grandes desafios do futuro" (DCN, 14/11/90). Ao lado disso, os valores democráticos reaparecem com força, "A democracia predomina, se nem sempre como realidade, pelo menos como objetivo a ser alcançado. O respeito aos direitos humanos firma-se como norma geral de conduta civilizada; reforçam os mecanismos internacionais para a proteção ambiental; e a noção de liberdade econômica como meio de promoção do crescimento complementa a de liberdade política" (UV, p. 91). Ou, ainda, "As ditaduras, como demonstra a história recente, acabam sendo mais provisórias que a democracia; esta, por sua vez, torna-se um valor cada vez mais universal" (LP, p. 19).

Desse modo, a necessidade da paz e da preservação do meio ambiente e o reconhecimento quase consensual dos ideais democráticos repõem a humanidade, ou melhor, a idéia de humanidade, e esta reaparece como valor acima dos interesses de classes. Cardoso chega a afirmar, inclusive que, "Se Marx fez do proletariado a classe universal e da luta de classes fenômeno que não conhecia fronteiras, os temas globais hoje

nos fazem lembrar que existe algo de universal que transcende as ideologias tradicionais" (UV, p. 91)[23]. Desse modo, o fim do embate entre capitalismo e socialismo contribuiu para a emergência de um conjunto de valores e temas comuns à humanidade, e isto indica que esta foi colocada acima dos interesses particulares, das diferenças de classes e de nações, sempre segundo nosso autor. A reafirmação dos valores democráticos, a luta pela liberdade e pela justiça social, não são exclusividade desta ou daquela corrente ideológica.

No entanto, Cardoso considera que nem tudo no mundo contemporâneo é racionalização da vida, visto que ainda convive com a problemática "da fragmentação, da subjetividade afirmativa, dos particularismos irredutíveis", tanto do lado do ocidente – ao produzir a "rebelião romântica", via Teologia da Libertação ou Sendero Luminoso - quanto através das religiões fundamentalistas do lado oriental e do norte da África. As formas de fundamentalismo ainda estariam mais distantes da visão racional do mundo moderno, já que "reagem à modernidade em nome da transcendência e, contraditoriamente, da afirmação nacional". Entende que essas duas visões fazem parte do próprio mundo moderno, como afirma: "Tal abstração – o mundo moderno – quando vista de perto em sua concretude, é também contraditória e o que aparece como 'contrário' ao espírito moderno é, na verdade, parte dele: o pós-moderno é tão intensamente constitutivo do mundo ocidental contemporâneo como a unificação tecnológica da produção" (CPNMI, p. 17). Assim, o novo mundo emergente, com a globalização da economia e a derrocada do socialismo real, em que prevalece de um lado a visão racionalizadora da vida e de outro a visão oposta à modernidade, leva a crer que, "na última quadra do século, estejamos a repor as preocupações dos dois Weber (Alfred e Max) sobre religião e capitalismo, cultura e poder. Sinal de que, entre as grandes tendências do mundo de amanhã, ao lado da globalização da economia, estará o renascimento da religião e do nacionalismo como forças motoras, mesmo que por oposição ao *main stream* da História" (CPNMI, p. 18)[24]. Cardoso entende que, apesar do processo de integração regional proporcionado pela globalização, e a despeito da reafirmação da razão e da convergência de valores no plano mundial, haveria o risco de novos conflitos, marcados muito mais pelas diferenças

---

[23] Vale registrar que a idéia de classse universal não é marxiana, é hegeliana, como o próprio o autor afirma posteriormente, mas que não faz a distinção entre um e outro. Questão que voltaremos noutro momento.

[24] Posições muito próximas às de Huntington, autor do famoso *O choque de civilizações, e a recomposição da ordem mundial*, Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

religiosas do que pelas diferenças de classes e de sistemas políticos[25]. No fundo, Cardoso tenta sublinhar que a convergência de novos temas na arena internacional, assim como os conflitos existentes, são de tal natureza que se sobrepõem às diferenças de classes, ainda que não queira negar a sua existência, como explica: "Isso não quer dizer que a dimensão 'classe social' desapareça. Mas quer dizer que sua efetivação como agente político provavelmente estará mesclada com fatores religiosos e culturais e que a oposição específica 'proletariado x burguesia' será substituída por outra 'pobres x ricos', freqüentemente confundida com a dicotomia 'Sul x Norte', ou seja, 'países pobres *versus* países ricos'. Nos primeiros, sempre que houver um fator cultural unificador, a ação política será mais motivadora, como se vê tanto na desarticulação do poderio soviético quanto na formação de frentes anti-ocidentais no mundo mulçumano". De modo que, complementa Cardoso, a tendência do mundo não é a da negação da racionalização pelos valores fundamentalistas, mas a da "fusão entre crenças religiosas fundamentalistas com sentimentos nacionalistas. E tudo isso revestido do caráter da luta dos pobres contra os ricos, do Sul contra o Norte" (CPNMI, p. 19). Ora, a "dicotomia" ricos e pobres não tem como base justamente a clivagem posta pela existência das classes sociais?

Mas o que importa destacar é: Cardoso pretende demonstrar que a globalização e a supressão da oposição entre capitalismo e socialismo contribuíram para colocar na arena internacional temas e problemas comuns aos indivíduos, e que esses novos temas e valores estão acima dos conflitos de classes e dos estados nacionais – ainda que persistam diferenças e conflitos nesse novo cenário –, o autor tenta revogar ou pelo menos atenuar a dimensão de classe social do universo da política contemporânea. Como afirma, "Na verdade a questão do aumento da desigualdade e da exclusão social que a globalização parece de alguma maneira alimentar é intricada e de difícil combate /.../. O paradoxal – e de certa forma até irônico – é que o aumento da desigualdade se processa num momento em que com o final da guerra fria e com a abertura ao exterior dos regimes socialistas mais empedernidos, caminhamos para uma uniformização institucional, a uma maior convergência universal de valores" (IGPD, p. 44). Afirma ainda que "A idéia de justiça social, ainda que sem uma teoria dos explorados, continuará a existir como valor a ser alcançado. De que serve ao pobre saber se ele é pobre porque seus ancestrais foram

---

[25] Mais tarde, dirá que os conflitos derivados do fundamentalismo são mais difíceis de dirimir do que os de classes. Estes "têm formas de se institucionalizar, criando mecanismos de negociação, enquanto os conflitos de diferentes visões de mundo, quando tomam o aspecto fundamentalista, tornam-se de muito mais difícil solução" (MP, p. 250).

explorados e com isso se fez a riqueza dos poderosos ou se estes, com a tecnologia, podem dar-se ao luxo de despreocuparem-se de continuar explorando os pobres?" (CPNMI, p. 24)[26]. Ora, qual o sentido de o autor afirmar que os conflitos de classes e as diferenças entre as nações continuarão a existir se todas as suas argumentações caminham na direção de "atenuar" a oposição das classes sociais e mesmo de sugerir que não importam mais as razões dessas desigualdades?

De todo modo, a emergência de novos temas e valores universais possibilitaria a convergência entre os interesses nacionais e internacionais, expressando, pois, a busca de soluções compartilhadas. É certo que Cardoso entende que tudo isso está no plano da idealidade, como afirma em entrevista recente: "Por enquanto, isso ainda é literatura, não tem nada a ver diretamente com o que cada um de nós vai fazer daqui a pouco. Agora, certamente, a emergência desses temas universais será inexorável, mas, para isso, a globalização terá de avançar mais. E isso não implicará o desaparecimento das diferenças, a homogeneização da cultura. Significará, sim, que vai haver certos temas que darão eletricidade no ar e que pegarão a todos" (PGFHC, P. 55). Assim, o arrefecimento dos conflitos de classes e das disputas ideológicas entre dois sistemas sociais, aliado a globalização, é visto como um importante avanço para a humanidade, uma vez que cederam lugar a temas universais, que galvanizam indistintamente os indivíduos[27].

A problemática da fragmentação da sociedade, que persiste ao lado da emergência de valores comuns à humanidade, recebe de Cardoso um tratamento específico que remete ao que acima foi aludido acerca na nova configuração capital/trabalho. Mas também se ancora no conceito de "sociedade de massas complexas", tal como o autor vinha apontando nas décadas anteriores. Trata-se da tese de que a sociedade contemporânea – a partir das transformações no sistema produtivo, proporcionadas pelo desenvolvimento científico e tecnológico, e do predomínio dos meios de comunicação de massa, expressa uma nova dinâmica tanto no interior do capital quanto do trabalho, alterando substancialmente a estrutura de classes, bem como o comportamento dos indivíduos. Como já foi registrado, Cardoso sugere que, dada a nova dinâmica do capital e do trabalho, não há mais sentido em falar em teoria da exploração.

---

[26] As principais teses defendidas em "Caminhos para o novo milênio", de 1990, foram repostas em outros artigos, bem como em outras palestras que Cardoso proferiu nos anos 90. Muitas delas foram reeditadas em 1995, com o título "Nova esquerda" In *UV*.

[27] Cardoso nos descreve uma situação na qual os interesses e valores se deslocam de sua base material.

Um confronto entre capital e trabalho não está mais na ordem do dia, de modo que o operariado deixa de ser a classe universal, representante da humanidade e, conseqüentemente, deixa de ser a classe portadora da transformação social. Assim, não faz mais sentido tratar os conflitos sociais existentes mediante a dicotomia burguesia-proletariado, ao contrário: embora as classes sociais continuem existindo, ocorre uma fragmentação no seu interior, marcada pela diferenciação crescente no âmbito das ocupações e das qualificações, bem como dos salários. O processo de modernização da economia conforma uma nova estrutura das classes, na qual se assiste a uma redução do operariado e a um crescimento do setor de serviços, no qual "há baixa capacidade de mobilização (para efeitos de negociação com os detentores do capital), maior informalidade e grandes diferenciações de tipos de ocupação e de margens salariais". Ademais, é "em função dessa mudança no perfil de emprego que a flexibilização das normas trabalhistas está ocorrendo nos quatro cantos do mundo" (IGPD, p. 40). Cardoso ainda salienta que o fato de que o conhecimento tenha se tornado um fator de diferenciação entre os trabalhadores fez com que crescessem em importância os setores assalariados altamente qualificados, já que "o trabalho baseado no conhecimento remunera mais que no passado porque ele tornou-se escasso vis-à-vis o capital" (PAP, p. 9); enquanto isso, os trabalhadores não-qualificados ficam cada vez mais vulneráveis e marginalizados.

Tais mudanças demonstrariam, portanto, que "indivíduos podem ser encontrados num amplo espectro de combinações possíveis na nova relação Capital e Trabalho". Ou seja, na medida em que a dinâmica do capitalismo contemporâneo altera a estrutura de classes[28], fragmentando-a, ocorre também uma modificação substancial nas formas de mediação entre as esferas econômica, social e política. Deixa de existir uma correspondência clara entre os aspectos políticos e sociais, já que "A estrutura social hoje é extremamente complexa, com grupos e indivíduos perseguindo uma gama vasta de objetivos" (PAP, p. 9). Trata-se, aqui, da tese de que os indivíduos deixam de ser definidos pela função que ocupam na estrutura produtiva e passam a sê-lo pelas suas identidades raciais, culturais, regionais etc. Conforme Cardoso, tudo isso ocorreu sem que a esquerda tradicional desse a devida atenção, e o mesmo se passou em relação à emergência de novos temas, que não foram assimilados, como a questão da mulher, que fora apontado,

[28] Para Cardoso, a estrutura de classes, tal como foi pensada pelas teorias clássicas, teve vigência na Europa até a Segunda Guerra Mundial.

segundo Cardoso, por Rosa Luxemburgo, que de "certa forma anteviu problemas do marxismo de lidar com esta questão" (NE, p. 69). Ou seja, conforme o autor, emergiram novos interesses, de segmentos sociais distintos, como o feminino, o ecológico, o da violência, o da sexualidade etc. que não foram assimilados pela esquerda tradicional, mesmo porque tais temas não podem ser apreendidos se a análise estiver condicionada pela visão de classe social, em sua forma clássica, burguesia x proletariado. Desse modo, a idéia de que houve uma mudança na estrutura de classes, que levou à fragmentação social e a idéia de que emergiram novos temas visam a negação do alcance analítico e político das classes sociais. Conclui, então, Cardoso: "Assim, à observação de Touraine 'mais do que nos definirmos por aquilo que nós fazemos, passamos a nos definir por aquilo que somos' eu acrescentaria 'não somente por aquilo que somos', mas também por aquilo que nós desejamos" (PAP, p. 10)[29]. Ora, se o indivíduo também é o que deseja ser, não caberia perguntar de onde e como surge esse "desejo"[30]?

De qualquer forma, segundo Cardoso, a fragmentação da sociedade altera as formas de organização política, já que interesses distintos (de indivíduos e grupos distintos), por mais legítimos que sejam, já não "refletem um conjunto amplo de valores ligados a uma identidade econômica e cultural" (PAP, p. 9)[31]. De modo que a política já não pode mais ser conduzida pelo esquema tradicional, no qual havia a idéia de totalidade, em que o partido representaria uma classe, que seria capaz de universalizar-se. Ou seja, não é mais possível pensar a política a partir do interesse de uma única classe. Com isso, Cardoso visa a mostrar que a classe não pode mais ser tomada como sujeito da transformação social, ou melhor, passa a afirmar que já não existe mais um sujeito específico da mudança. A rigor, passa a falar em "agentes sociais" da transformação social. Então, quem seriam esses "novos agentes"? Não mais seriam "a 'burguesia conquistadora', uma vez que o capital vai-se despersonalizando; não mais a classe média como portadora privilegiada de valores democráticos; tampouco o proletariado, órfão das utopias revolucionárias depois da derrocada do socialismo real" (IGPD, p. 41). Conclui o autor que os "agentes" permanecem incertos, "é a indefinição que prevalece, nos dias de

---

[29] Touraine separa o ser do fazer, enquanto Cardoso separa o desejo de vir a ser do fazer e do ser.

[30] Ademais, configurando a sociedade dessa forma, dissolvendo-se os conflitos de classes e tomando aquilo que é aparente como sendo a essência da sociedade, esta se transforma na idéia que se tem dela.

[31] Observe-se que, quando Cardoso trata dos valores e temas que não têm relação com as classes, preconiza a tese da convergência de valores, e quando trata dos interesses que têm alguma relação com as classes sociais ou com os interesses ligados ao trabalho preconiza a tese da fragmentação social.

hoje, sobre quais seriam os agentes sociais da construção do futuro. Não creio mais ser possível identificar uma classe social específica com esse papel de timoneiro da nação rumo ao desenvolvimento, em meio ao turbilhão da mudança. Dar sentido humano ao progresso, reforçando-se a ética da solidariedade, tanto na dimensão nacional como internacional, passou a ser crescentemente um exercício coletivo, disperso, fragmentário, num verdadeiro composto de utopias parciais. Nenhuma classe ou grupo social detém, hoje, o monopólio na demanda por eqüidade. Exatamente por isso - volto a insistir - é que precisamos revitalizar os valores essenciais do humanismo, da razão sábia, da tolerância. Esses são, por excelência, os balizadores da legitimidade moderna. É necessário um engajamento real do Governo e da sociedade contra a corrente do individualismo exacerbado e niilista, que conspire contra a própria noção de identidade nacional. Os governantes, os intelectuais, as lideranças da sociedade civil têm um papel decisivo a desempenhar para que o novo Renascimento possa florescer em toda a sua força transformadora da História (IGPD, p. 48).

Assim, a fragmentação da sociedade e a sobrevivência na arena internacional de interesses e valores comuns à humanidade, como o ideal de liberdade e de igualdade ou de justiça social, demonstram que os problemas (indivíduos) já não podem ser encaminhados do ponto de vista de uma única classe e muito menos tendo como meta a sociedade do futuro, visto que o fracasso do socialismo real e as mudanças na lógica do capital mostraram que não é mais possível um reordenamento do "tecido social". De modo que "o sujeito histórico não é só a classe, nem a nação. Resgata-se o homem no sentido universal, e isso é novo. Este é o primeiro ponto. Ponto dois: Se tenho que fazer a paz eu não posso desconhecer o outro. Esse outro está unido a mim por essa mesma nova configuração em que vivemos", de forma que "O que acontece num ponto afeta necessariamente o outro. E o particularismo tem de dar espaço ao universalismo". Tudo isso, segundo Cardoso põe em xeque o pensamento da esquerda tradicional, visto que a idéia de universalismo atual não corresponde mais ao pregado por aquela concepção. Como explica, "uma boa parte da crítica da esquerda, no passado, foi o quê? Foi denunciar o universalismo. Quero dizer, reclamava-se o universal concreto, que é a classe. Agora, demos a volta. Voltamos para o universal. Só que esse universal concreto não é mais um segmento. Ele tem de ser pensado globalmente. /.../ Portanto, não será mais através desse universal concreto, como se dizia hegelianamente, que se vai fazer o progresso". Sendo assim, é preciso, pois, "ver o efeito

do interesse segmentário sobre o global"; e postula, então: a esquerda deverá ser mais "universal ou não será nada" (EVU)[32].

Ora, Cardoso parte do pressuposto de que continuam a existir classes e conflitos de classes, mas a seqüência do seu raciocínio leva à demonstração de que os "interesses" que predominam no mundo contemporâneo não têm mais ligação com as classes, mas com segmentos diversos, com a idéia de "universalismo" ou com a idéia de "humanismo". É certo que ele reconhece que a globalização coloca aos indivíduos problemas comuns, que exigem resoluções comuns, porém esses problemas são transformados numa idéia de "universalismo". É como se a idéia de universalismo fosse dotada da capacidade de agregar os homens ou os diferentes "segmentos" sociais, independentemente de suas posições de classe. Assim, tanto a idéia de universalismo como a idéia de classe social assumem um caráter tão abstrato que o real passa a girar em torno de valores, idéias e interesses. É como se a idéia (universalismo) assumisse o lugar das coisas (as classes e os seus conflitos). De modo que a idéia de universalismo que prega não corresponde, de fato, ao que existe, mas ao que deve ser buscado. Ou seja, ao postular que a esquerda deve ser universal, está pleiteando que ela incorpore e expresse diversos "interesses", de sorte que ser universal significa ir além dos interesses de classes, ou melhor, significa transcender os interesses de uma única classe para abarcar a idéia de "universalismo" ou de "humanidade".

De todo modo, um novo pensamento de esquerda, no entender de Cardoso, terá de se forjar sem a dicotomia de classes, própria da esquerda tradicional. Ou seja, os conflitos de classes persistem, mas não podem mais ser encaminhados do ponto de vista de uma única classe ou segmento da sociedade, como fez a esquerda marxista, ao identificar o interesse do proletariado com o interesse universal. De sorte que a ação política não pode mais estar calcada na idéia de classe, mas na de "universalismo". Assim, se a perspectiva de superação da desigualdade social, via revolução, está descartada ou não é mais capaz de acalentar esperanças, o ideal de igualdade ou justiça social repõe-se enquanto valor, assim como um conjunto de temas e problemas que dizem respeito à humanidade e que, por sua vez, estão acima dos conflitos de classes ou mesmo de nação. Desse modo, são esses os ideais que devem agora nortear a ação política. Cardoso sugere, então, que a política, na

---

[32] Interessante é notar que a idéia de que a classe perdeu referência ou diminuiu o seu escopo analítico e político é também compartilhada por figuras importantes da esquerda brasileira, que entrevistam Cardoso em *Esquerda 21*. Roberto Freire, por exemplo, afirma que, "Além da classe, há outros referenciais, como as questões da mulher e da ecologia"; José Genoino acrescenta que existe também a questão da miséria.

medida em que passa a assimilar os novos temas, como o dos direitos humanos, da ecologia etc; tornar-se-ia um novo elo entre os indivíduos, uma vez que estes passam a se aglutinar em torno de temas mais amplos e menos imediatistas. Talvez, assim, a política, ao se apoiar em temas mais amplos e em valores convergentes, seja capaz de unificar aquilo que a vida "fragmenta".

Não se trata aqui de explicitar aquilo que esse conjunto de argumentos evidenciou: o peso que o autor confere à esfera dos valores. Mas não é demais demarcar que este tem sido um traço de sua concepção, que o próprio autor reconhece: "O capitalismo contemporâneo não é mais aquele que Marx descreveu no século XIX, mas as contribuições deste permanecem valiosas, sobretudo no que respeita ao impacto das forças produtivas sobre a organização social e à tendência à universalização do modo capitalista de produção. Ao relacionar etapas no progresso da Humanidade com os avanços no domínio da indústria, o pensamento de Comte mantém sua atualidade. De Weber, ainda há muito do que recolher, pois, em sociedades como as nossas, em que a informação (portanto, o tecido das idéias e dos valores) é decisiva, suas lições continuam atuais. Durkheim remete-nos à questão sempre presente das formas de solidariedade existentes em sociedades complexas, em particular agora quando as manifestações de grupos e setores parecem prevalecer sobre os interesses coletivos". Ainda que o autor reivindique um certo ecletismo[33], isso não significa que uma dessas orientações não prevaleça em sua concepção (IN, p. 20).

Esquerda e direita

Como foi visto, Cardoso considera que a vitória da razão e a convergência de valores na arena internacional não suplantaram a fragmentação, o fundamentalismo e os particularismos, assim como não desapareceram as ideologias e as diferenças, tanto no interior das sociedades quanto entre as nações. Mesmo porque, ao lado da degringolada do socialismo real, que contribuiu para uma mudança no plano dos valores, emergiu com força outra ideologia, a neoliberal, porém pelo aspecto negativo, pois falseia a realidade. Como exemplifica: "a queda do Muro de Berlim leva a, pelo menos, duas atitudes

[33] Em artigo recente, "Uma homenagem a Vilmar Faria", Cardoso declara: "Tínhamos afinidade de espírito, odiávamos o dogmatismo, e não temíamos ser ecléticos". In *Novos Estudos Cebrap*, 62, 2002, p. 6.

significativas. De um lado, uma euforia, fácil e enganosa: a de que teríamos chegado ao fim da 'era das ideologias', como se, em um passe de mágica, fosse criado um consenso universal sobre o que é melhor para as nações (o livro de Fukuyama teve sucesso porque espelha o nascimento desse sentimento /.../. De outro, a compreensão de que, apesar das crescentes convergências, estas não se transformam em unanimidades. Não preciso lembrar, como assinala Huntington, as diferenças civilizatórias[34], que ainda perduram, e podem levar a conflitos, mesmo internacionais. No âmbito do Ocidente, o universo da política segue como um universo de escolha, de dilemas e contradições; não existe um caminho exclusivo para o progresso" (NE, p. 63). Assim, afora a persistência dos particularismos e fundamentalismos no mundo, a debacle do socialismo real teria sido seminal para dois tipos de concepção ou por duas visões de mundo: a que prega o fim da história e que leva à visão enganosa de que se chegou ao fim das ideologias ou de que "os problemas não teriam mais a ver com idéias mas com práticas", e aquela que percebe que há convergência de valores mas reconhece que não há ainda consenso político sobre qual o caminho a seguir para que eles se transformem em realidade. De modo que o principal desafio do mundo contemporâneo é o "de lidar não apenas com uma realidade radicalmente nova, mas principalmente com o vazio ético que a idolatria do mercado gerou e que o fim das utopias revolucionárias acirrou" (IGPD, p. 47)[35].

Nessa direção, Cardoso concorda com a idéia de que permanece válida a dicotomia esquerda-direita, ainda que esta tenha sido "esmaecida". Contudo, os critérios para saber o que é esquerda e o que é direita já não podem ser oferecidos pelas antigas ideologias, de sorte que tais acepções adquirem novas conotações no mundo contemporâneo.

Cardoso sugere, por vezes, outras definições que espelhariam melhor as diferentes visões de mundo, como "progressista" e "atrasado". Em seu Manifesto da social-democracia, formulado no final dos anos 80, ele afirma que "Se esquerda significa ser contra a ordem social existente, e direita a favor, a social-democracia é sem dúvida uma corrente de esquerda". Afinal, segue o autor, "Um social-democrata é antes de tudo alguém que tem senso crítico – que percebe as injustiças da sociedade e não tem medo de se opor a elas, mesmo correndo o risco de passar por subversivo ou sonhador. Ser 'de

---

[34] A própria tese de crise das civilizações já indica a quão afastada está da visão de classe social e, sobretudo, do entendimento de que esses conflitos têm raízes e determinações na expansão contraditória do capital.

[35] É certo que se trata aqui, evidentemente, da recusa do autor em aceitar o caminho preconizado pela nova versão liberal, mas há que observar que essas distintas visões de mundo, que Cardoso admite, expressam, em verdade, tomadas de posição no e pelo capital.

esquerda', neste sentido é o mesmo que ser 'progressista'. É acreditar que tudo na vida muda, se transforma e que é melhor ajudar conscientemente a mudança do que ficar parado no tempo, agarrado aos privilégios, à ideologia, às conveniências políticas, enfim, a tudo o que faz as pessoas 'de direita' defenderem a ordem estabelecida apesar das injustiças, da miséria e da violência que ela produz" (SD). Por este ângulo, esquerda passa a ser aquela corrente política que tem uma preocupação social e que luta contra as injustiças sociais. Mas ser de esquerda é também acompanhar as mudanças da realidade, por isso, dirá que aqueles que se autodenominam de esquerda no Brasil são em verdade atrasados, pois não perceberam "as mudanças que aconteceram no mundo neste século e continuam lutando contra um tipo de sociedade que de fato já não existe" (SD). Nessa direção, aquelas correntes de esquerda que ainda estão presas ao modelo bolchevique ou a propostas do mesmo gênero são tomadas por Cardoso como atrasadas.

Nosso autor considera, assim, que o desmoronamento do socialismo real, bem como os imperativos políticos colocados pela dinâmica da globalização, incidem sobre o universo valorativo e, portanto, balizam agora as dicotomias ideológicas. Afirma ele: "De que servem as ideologias modernas – o liberalismo, o socialismo, a social-democracia, o nacionalismo – hoje? Sabemos que, historicamente, tiveram um peso na orientação dos atores políticos, dos grupos sociais. Indicaram caminhos para a decisão política e, mais do que isto, para a organização de atores sociais. Deram padrões de julgamento sobre o que faziam os 'homem políticos'. Criaram critérios de avaliar o que era progressista, o que melhorava a condição humana" (NE, p. 62). Essas ideologias forneciam os parâmetros para avaliar o que significa ser de esquerda e ser de direita ou o que é ser progressista ou conservador. Mas, com o arruinamento do socialismo real, o divisor ideológico, entende o autor, não é mais a guerra fria, a luta contra a burguesia e nem mesmo a luta contra a economia de mercado, como na perspectiva marxista tradicional. O que é esquerda é luta pela igualdade e justiça social. Contudo, a meta de igualdade e especialmente a de justiça social são insuficientes para definir uma propositura à esquerda. Nesse sentido é que considera insuficiente o critério estabelecido por Bobbio para discernir direita e esquerda[36].

É certo que a orientação do intelectual italiano, na qual a direita encara as desigualdades como algo natural, enquanto a esquerda luta pela igualdade, é válida, mas

---

[36]Especificamente desenvolvido por Norberto Bobbio, no ensaio intitulado *Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política.* São Paulo: Unesp, 1995.

não pode dar conta de situações históricas concretas. Aspecto este que o próprio Cardoso reconhece que existe no trabalho de Bobbio, mas que pretende enfatizar um pouco mais. Para Cardoso, direita e esquerda assumem conotações distintas em cada país; no caso brasileiro, por exemplo, a luta contra a desigualdade tem marcado o comportamento da esquerda; "Se formos inventariar a ação dos partidos progressistas, as variantes da democracia cristã, da social-democracia, do trabalhismo, e, de uma certa maneira, do populismo, o ideal da igualdade se converte em propostas de elevação das classes mais oprimidas. Em todos, diante da iniqüidade da distribuição de rendas, o objetivo de melhorar as condições sociais aparece naturalmente" (NE, p. 65). Cabe lembrar que na visão de Cardoso esse traço da esquerda latino-americana foi menos virtude que defeito, visto que a esquerda, cuja raiz o autor entende que é marxista, sempre primou pela igualdade social em detrimento da liberdade política[37]. De maneira que não se trata apenas de estabelecer a meta de paridade para definir o que é esquerda, já que a escolha dos "métodos para chegar à igualdade (ou melhorar as condições sociais)" também distinguem situações concretas, haja vista que, conforme o autor, enquanto a esquerda latino-americana desdenhou dos mecanismos de representação, as alternativas reformistas européias emergiram valorizando a democracia representativa, acreditando que por meio desta fosse possível a inclusão social.

Cardoso reconhece que nas sociedades latino-americanas, dada a agudeza das diferenças sociais, o ideal de combate às desigualdades está posto, dada a necessidade premente de "fornecer a todos os cidadãos os serviços básicos de saúde, de educação, de segurança, e acesso universal à cultura" (NE, p. 70)[38], porém tal constatação, que ajuda a situar uma posição à esquerda não resolve o problema, já que, afirma, "Como realizar as transformações visando mais igualdade é o nó da questão ideológica contemporânea, o núcleo dos conflitos políticos" (NE, p. 70). O caso da "direita" no Brasil ainda colabora para anuviar a distinção esquerda-direita, a começar pelo fato de que não existe propriamente um pensamento de "direita", no sentido liberal. Os próprios partidos também não têm um conceito liberal, "Os partidos, do ponto de vista do conceito, são mais ou menos a mesma coisa". Cardoso sugere, então, alguns critérios para estabelecer,

---

[37] Sem que possamos entrar, aqui, no mérito do quão abstrados e carentes de significação os "ideais" são tratados por Cardoso, nos parece pertinente lembrar que, ao menos, em Marx não existe o ideal igualitário. Basta ver, por exemplo, a crítica ao comunismo grosseiro presente nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844, especialmente item "propriedade privada e comunismo", Lisboa, Edições 70, 1989.

[38] É importante esclarecer que Cardoso usa os termos redução das desigualdades e ideal de igualdade com a mesma conotação, mas ambas no sentido de ampliação ou universalização do acesso a determinados bens.

politicamente, o divisor de águas entre os partidos no Brasil: "Costumo dizer que se devem fazer duas perguntas ao político brasileiro. A primeira é: ele sabe que existe mercado? Uma boa parte acha que o mercado depende do governo, e que o governo fabrica dinheiro. Segunda: ele sabe que o estado não foi feito para seus amigos e familiares? Esse é o corte no Brasil. É um corte atrasado, e atravessa todos os partidos. Até posso me complicar politicamente com o que estou dizendo, mas muita gente no PFL não tem nada a ver com liberalismo. Porque nasceu no estado, ou muito próximo do estado" (PSS, p. 212). É certo que Cardoso reconhece que em relação à questão social "há uma prática conservadora. Ela não é uma direita política, ela não formula valores de autoridade, não formula, nem acredita nisso. Agora, em termos sociais, não tenha dúvida de que essa direita existe. É fisiológica e conservadora" (PSS, p. 212). Mas a direita no Brasil está fortemente marcada pelo estado, ou melhor, umbilicalmente ligada a esta instituição, seja sob a forma fisiológica e/ou clientelista, seja sob a forma autoritária. Ocorre que, para Cardoso, boa parcela da esquerda no Brasil também tem uma visão autoritária, pois é estatizante, "Só que houve a fusão do estatismo de esquerda com o da direita. A direita usa o estado para clientelismo. No Brasil se chama 'fisiologia'. É clientelismo às vezes corrupção, mas os fisiológicos em geral são apenas clientelistas" (MP, p. 63)[39].

No Brasil, a dificuldade para discernir esquerda e direita resulta de uma história política e cultural marcada pelo patrimonialismo e pelo estatismo[40], ou seja, "A cultura política tradicional pesa. Usam, às vezes, esses rótulos, mas o comportamento não tem nada a ver com as etiquetas utilizadas" (MP, p. 64). Ou seja, se "encontra pessoas que querem o estado forte de um lado e do outro do espectro" de sorte que no Brasil "esquerda e direita já não significam progresso e atraso, porque há atraso na esquerda também". Para Cardoso, ser de direita não significa necessariamente "dar as costas" aos trabalhadores, pois, como afirma, "A questão é a forma dessa relação com os trabalhadores, e isso passa pela noção de como se usa o estado. Usa-se muitas vezes a autoridade do estado sem dar

---

[39] Conforme Cardoso, o PSDB é o partido que está propondo um *aggiornamento* de todas essas questões, pois tem outra visão de estado. Ver MP, p. 65.

[40] No governo, Cardoso declara que tem de enfrentar os resquícios patrimonialistas do estado brasileiro "O maior problema do nosso conservantismo é que ele é de origem patrimonialista, e confunde o público com o privado. Não posso dar, como presidente, exemplos concretos, mas aqui há desde pessoas que considero inimputáveis – porque nem sabem o que estão fazendo, não percebem a separação entre o público e o privado, pessoas do tipo 'coronelão', até as mais sofisticadas, que usam mecanismos avançados de corrupção. O que permeia o nosso conservantismo é a fisiologia. Aquilo que Sérgio Buarque de Holanda chamou de atraso, no Brasil, é a fisiologia. No sentido perverso, não no sentindo normal de você distribuir cargos ao séquito dos que te apóiam – isso é Weber -, mas no sentido perverso de utilizar os cargos para fins de clientela, ou pessoais, ou familiares" (Veja, 10/09/97).

atenção ao mercado. Muito freqüentemente a direita é anti-mercado" (PSS, p. 210). Nesse sentido, o neoliberalismo, que Cardoso considera que não existe no Brasil, é uma prática de direita, já que se afasta do estado, mas que também não tem compromisso nem com a igualdade nem com a inclusão social: defende a mudança, mas em nome da economia de mercado. A vaga neoliberal no Brasil seria uma expressão meramente retórica, pois "O que existe na prática é o monopólio de grupos privilegiados. Não tem competição nenhuma" (PG 84). Ademais, existem poucos "neoliberais estruturados. Aqui não tem ninguém neoliberal. A maioria quer o estado atuante e, se possível, em expansão" (MP, p. 65). Assim, uma vez que a direita se encastela no estado e negligencia o seu caráter público, não se pode dizer que exista liberalismo, mas sim conservadorismo. Ocorre que a esquerda no Brasil sempre foi estatizante, de modo que direita e esquerda aqui se confundem, visto que ambas acabam confluindo na mesma direção. Observe-se que o divisor de águas entre esquerda e direita no Brasil não seria dado propriamente pela perspectiva de classe, mas pela concepção de estado que se tem, ainda que a direita existente no país seja o atraso, isto é, a expressão do clientelismo e do fisiologismo clientelista[41].

Em outros momentos, Cardoso sugere que no mundo inteiro estaria havendo uma espécie de *aggiornamento* tanto à direita quanto à esquerda, como afirma "Se se ampliam áreas de consenso, mesmo no âmbito das democracias ocidentais, os cursos sobre o sentido do progresso, agora de debate mais complexo e sutil, estão longe de morrer" (NE, p. 63).

Ou, em outra passagem, "Se o ideário de esquerda tradicional avançou, deixando para trás noções como a da ditadura do proletariado ou do planejamento central, o ideário associado à direita também evoluiu para incorporar políticas públicas compensatórias para atenuar as desigualdades mais flagrantes do modo de produção capitalista" (NE, p. 71). Cardoso ainda sugere que, se o conflito entre capitalismo e socialismo desapareceu, as diferenças sociais continuam existindo, de modo que as distorções da economia capitalista levam à conscientização da necessidade de mecanismos de correção. Ademais, o problema da desigualdade extrapola a questão ética, uma vez que pode colocar em risco o próprio funcionamento do capital. "Há o problema na areia na máquina: se a sociedade for injusta,

---

[41] É nessa direção que, mais tarde, Cardoso dirá que "os partidos à direita simplesmente deixaram que ideólogos como Roberto Campos defendessem sua propositura. A esquerda, por sua vez, ao invés de comemorar a inexistência de uma candidatura neoliberal, "graças à sua inviabilidade prática", imputam ao PSDB um projeto neoliberal (RI, p.175).

não vai conseguir produzir" (FSP, 13/10/96). Nessa direção, a direita pode, em determinados momentos, propor políticas que visem à redução das desigualdades, especialmente quando a miséria atinge graus insuportáveis. Por outro lado, a esquerda não necessariamente pretende eliminar todas as desigualdades sociais, ainda que em todas as suas matizes seja comum a luta pela sua redução. Assim, além de a peleja contra a manutenção da apropriação privada dos meios de produção deixar de ser critério de definição de esquerda, a preocupação com a redução das desigualdades passou a fazer parte tanto da direita quanto da esquerda, de modo que "o que diferenciaria o ângulo de esquerda, talvez social-democrata, é aceitar que o tema da desigualdade deve ser *objeto direto da ação política* (grifo nosso)[42]. É um modelador da ação. /.../ A diferença, como todas as de nosso universo pós-guerra Fria, é mais sutil e tem a ver com graus, com matizes" (NE, pp. 71-2).

Das alusões de Cardoso à questão esquerda/direita podemos extrair, por enquanto, duas conclusões: primeira, o autor deixa evidente que direita e esquerda oscilariam na órbita do capital, embora não coloque nesses termos, e tal fato está longe de ser encarado como negativo para o autor. Segunda, parece-nos que as objeções em relação aos critérios para distinguir esquerda e direita oferecidos por Bobbio, partem do pressuposto de que o ideal de igualdade não é suficiente para balizar a primeira posição, visto que se a nova esquerda se limitasse a esse ideal cometeria os mesmos equívocos da esquerda tradicional[43], para quem "há que considerar não que os fins justifiquem os meios, simplesmente os meios se tornam absolutamente secundários, dada a grandeza do ideal. Daí a importância da idéia revolucionária e da busca do ator que a levaria adiante – o proletariado urbano ou camponês – e o complicado debate sobre a melhor estratégia para vencer as classes dominantes, da luta armada à via eleitoral. Neste quadro, a democracia, tal como praticada e mesmo em teoria, não é decisivamente importante porque as

---

[42] Adam Przeworski, ao mostrar as diversas rupturas que o pensamento social-democrata fez em relação a Marx, lembra que a crítica socialista ao sistema capitalista não se dava "pelo fato de o capitalismo ser moralmente errado ou injusto" e quando, em 1911, "um colaborador de um periódico sueco declarou que era possível ser socialista sem ser marxista, devido a uma repulsa moral à desigualdade e à injustiça, suas palavras foram recebidas como uma heresia", In *Capitalismo e social-democracia*, São Paulo, Cia das Letras, 1989, pp. 69 e 298.

[43] Cabe esclarecer que essa conclusão é tirada das próprias proposições de Cardoso, e não de uma possível crítica que tenha feito a Bobbio. Em verdade, nosso autor mais se apóia em Bobbio do que diverge; inclusive, em vários momentos vale-se da mesma distinção do pensador italiano para argumentar que a luta contra a desigualdade é a principal bandeira da social-democracia.

instituições estão viciadas pela ordem desigual, significativa de exploração do homem pelo homem" (NE, p. 66).

Ou seja, o que permeia as argumentações do autor é a preocupação em demonstrar que os meios e os instrumentos que conduzem à redução da desigualdade se sobrepõem ao próprio ideal. Este é tomado como "modelador" da ação, mas não como fim que possa subordinar os demais. Dito de outro modo, o que definiria a esquerda não é somente a defesa do ideal de justiça social, pois este não deve ser encarado com supremacia, mas *os meios utilizados*. De modo que a nova dicotomia esquerda/direita - além de não mais se definir pelo seu posicionamento de classe e pela confrontação entre dois modos de organização social – é menos definida pela meta de justiça social (e o grau de empenho de ambas as vertentes em relação a tal objetivo ajuda a discerni-las) que pelo seu comprometimento com os instrumentos democráticos. Se não, vejamos ainda. No entender de Cardoso, se o ideal de igualdade não tem mais como parâmetro a sociedade do futuro e não mais se move a partir do interesse de uma única classe, ele se torna "mais concreto, mais voltado para problemas de gestão, mas está longe de morrer. De outro lado, o debate sobre métodos, sobre modelos de organização e ação política, fica no marco da democracia" (NE, p. 68). De sorte que, se o ponto de chegada não pode ser definido de antemão, cabe a definição do caminho: a democracia. Em verdade, é esse o critério que perpassa todas as suas discussões acerca da chamada nova esquerda.

4.3. O *aggiornamento* da social-democracia e a democracia representativa

Retendo os principais postulados de Cardoso apresentados até o momento, constatamos que o desmoronamento do leste europeu é visto como a comprovação definitiva de que a fórmula bolchevique fracassou, de sorte que continuar imaginando que a união entre partido e estado possa alterar a sociedade é não reconhecer os novos tempos. Adverte ainda que a idéia de "socialismo do futuro", depois da fracassada experiência do socialismo real, não apenas não se sustentará na idéia de partido representante da classe do futuro e no estatismo como também não pode mais encontrar apoio na teoria da exploração, já que as transformações no mundo fizeram emergir uma nova racionalidade cuja tônica não é dada simplesmente pela acumulação e pela exploração, que continuam existindo, mas por um novo modo de produção e organização, cuja forma de socialização é movida por novos valores. Não obstante, a idéia de justiça social permanece válida, ainda que sem a teoria da exploração e sem a idéia de sociedade do futuro. Desse modo, se

a opção revolucionária está descartada, ressurge a social-democracia, abarcando tanto a idéia de justiça social como um conjunto de aspirações sociais do mundo contemporâneo.

Resta esclarecer que Cardoso não opta pela social-democracia em função do fracasso do socialismo real; em verdade, seu diálogo freqüente com essa vertente, ou mais precisamente com a alternativa revolucionária, põe-se com o intuito de reafirmar a assertiva da perspectiva social democrata. Ou seja, na medida em que a alternativa revolucionária nunca esteve no horizonte do autor, a análise que vem empreendendo acerca da ruína do socialismo real, bem como sobre a atual etapa do capitalismo, procura demonstrar a validade do ideário social-democrata – corrente da qual jamais se distanciou. É isso que perpassa toda a sua crítica ao fracasso dos regimes pretensamente socialistas, da mesma forma que toda a sua discussão sobre a emergência de valores comuns à humanidade, em que procura demonstrar a permanência e o fortalecimento das idéias de liberdade, de democracia e de justiça social, que teriam subsistido mesmo diante das grandes transformações em curso no mundo. De modo que os anseios sociais e individuais por liberdade e justiça social já não estão mais presos a uma opção ideológica entre dois sistemas econômicos, mas "o que a História não superou no ideário principalmente das ideologias de esquerda foi a aspiração generosa no sentido de que as transformações tivessem o objetivo de incorporar os mais fracos, os mais desfavorecidos. Por isso o tema da desigualdade persiste e ocupa espaço necessário na reflexão sobre a globalização" (IGPD, p. 39). Dessa forma, a luta contra a desigualdade continua válida, já que, segundo o autor, o próprio "desenvolvimento da civilização tecnológica e capitalista, socialmente injusta, cria as possibilidades (pelo lado da acumulação e da tecnologia) e cria a necessidade (pelo lado da pobreza) da correção dos rumos que levam à injustiça flagrante" (CPNMI, p. 24).

A social-democracia, mesmo sem se apoiar na teoria da exploração, na idéia de classe revolucionária e de partido como vanguarda, mas tendo como bandeira as idéias de liberdade, de democracia e de justiça social, seria assim a alternativa política concernente a esse novo mundo, caminho válido não apenas para os países avançados como também para o Brasil, mesmo porque, aqui, vinha encontrando adesão, na virada dos anos 80. Conforme o autor, a social-democracia, que nasce na Europa em fins do século XIX, ao orientar não apenas os governos de vários países, mas inspirando uma gama bastante variada de reformas sociais pelo mundo afora, tornou-se uma das principais forças políticas do mundo contemporâneo. Como afirma, "Os ideais da social-democracia, que no começo do século pareciam 'subversivos', tornaram-se amplamente aceitos. Hoje todo

mundo se diz a favor da democracia, da justiça social e da participação do povo nas decisões. Ou pelo menos evita falar contra" (SD). Trata-se, segundo o autor, de uma "corrente política que quer corrigir as injustiças sociais e melhorar as condições de vida do povo através de reformas livremente consentidas pela sociedade, dentro de um regime democrático" (SD)[44]. Cardoso procura deixar claro a qual vertente social-democrata se filia, isto é, declara pertencer à corrente social-democrata que rompe com a orientação marxista-leninista, que defendia a mudança do sistema capitalista por meios violentos, e "se voltou para a disputa do poder político pelo voto, buscando transformar a sociedade capitalista através de reformas graduais". Por isso, não encara a democracia de modo tático, como forma "temporária para acumular forças à espera da revolução que deverá estabelecer a 'ditadura do proletariado'"; como argumenta, "Se por revolução se entende mudança do regime político e social por meio da violência, a social-democracia não é, decididamente, um movimento revolucionário"[45]. Para Cardoso, não é possível transigir quanto ao regime democrático, pois o cerne da social-democracia é a busca por melhorias sociais através da ampliação das liberdades democráticas e a "subordinação do poder econômico ao controle democrático da sociedade" (SD). Por isso, as mudanças seriam obtidas através da tática do "convencimento", e não pela imposição violenta; e o fato de serem mais lentas não quer dizer que seriam "superficiais ou limitadas" (SD). Nesse mesmo diapasão é que o PSDB, segundo Cardoso, "questiona em primeiro lugar o viés autoritário, que se manifesta muitas vezes na forma de arrogância ideológica e menosprezo pelos métodos democráticos. Vale insistir: para a social-democracia, direitos humanos, pluralismo partidário e eleições livres são valores fundamentais, não meros enfeites da

---

[44] Cardoso prognosticava que o Brasil, dentro de 20 anos, poderia chegar a uma situação igual à da Espanha, em termos de democracia, justiça social e prosperidade.

[45] Cabe observar que Cardoso sempre emprega o termo revolução enquanto processo de transformação social por meios violentos. Em verdade, concebe o elemento violência desconectado dos próprios pressupostos revolucionários. É como se os objetivos de um movimento revolucionário pudessem ser desligados dos meios necessários para obtê-los. Parte-se do pressuposto de que existem vários caminhos e meios para chegar a determinados fins, podendo-se, portanto, escolher qual é o "melhor". Em verdade, trata-se de uma idéia que nos remete a Weber, para quem, a escolha de determinados objetivos implica em ter consciência das conseqüências negativas que podem surgir. O exemplo freqüentemente utilizado é justamente o do socialismo. "A realização de uma sociedade socialista por meios revolucionários implica o uso da força para que as mudanças desejadas sejam levadas a cabo. Porém, a aplicação da força envolve obrigatoriamente a repressão política após a revolução, o que irá negar algumas das liberdades inerentes ao ideal socialista. Em segundo lugar, a construção de uma economia socialista num mundo em que os outros países continuam a ser capitalistas acarretará forçosamente uma série de dificuldades econômicas que os socialistas não previram nem desejaram. Em terceiro lugar, qualquer sociedade socialista, seja ela implantada por que meios for, acabará por transgredir os objetivos por que foi criada, assumindo a forma de um estado burocrático". Ver GIDDENS, Antony. Capitalismo e moderna teoria social, 4 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1994, p. 194.

'democracia burguesa' descartáveis em nome da revolução socialista". É nesse sentido que a utilização de um regime democrático não visa ao acirramento da luta de classes, como algumas vertentes políticas o encaram, mas "simplesmente reconhece que essas lutas existem na mesma medida em que existem desigualdades injustificáveis e exploração dos trabalhadores na sociedade. E afirma que a exploração e as desigualdades são superáveis – que uma distribuição mais equilibrada da riqueza é possível e necessária, sem que para isso a luta de classes precise virar uma guerra sangrenta" (SD). A social-democracia deverá incorporar uma *utopia viável* – proposição mais modesta, porém mais realista – para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo; como argumenta, "ao invés de acreditar na eterna repetição da história (posição conservadora) ou na inevitabilidade da Revolução Salvadora ('utopia nem sempre progressista'), a social-democracia prefere, mais modestamente, acreditar em mudanças progressistas que possam provocar transformações favoráveis às massas" (DSDAL, p. 49).

Dadas as mudanças que ocorreram na estrutura de classes a fragmentação da sociedade e a emergência de valores comuns à humanidade, o partido da social-democracia, que privilegia o fortalecimento do regime democrático, porém não o acirramento das lutas de classes, não pode erigir-se enquanto representante de uma única classe. A social-democracia na América Latina deve aprender com as experiências de suas congêneres européias que, em função do "encolhimento do número da classe operária em sentido estrito, mudaram o caráter monoclassista e revolucionário dos partidos". Ademais, "Com a internacionalização do mercado e a nova revolução industrial, provocada pelo que sinteticamente se pode chamar de *high-tech* (informática, engenharia genética, robotização, mudança na estrutura da empresa etc.), a própria estrutura das sociedades, inclusive na América Latina, sofre súbitas transformações" (DSDAL, p. 49). Ou seja, se a social-democracia européia se adaptou à nova estrutura de classes do mundo contemporâneo, o PSDB deveria reconhecer os novos desafios em relação à sua base de sustentação, tanto em termos de organização quanto em função de sua viabilidade partidária.

Desse modo, a social-democracia, diferentemente dos comunistas, socialistas e do PT, não tem uma visão "monoclassista" da sociedade; ainda que reconheça a exploração social e a desigualdade, o PSDB "não se vê como representante de uma única classe social, mas sim de uma aliança ampla que inclui trabalhadores, classe média e empresários sensíveis às demandas de justiça social. E tampouco pretende ter o monopólio da

representação desses setores". [46] A social-democracia "continua assumindo o ponto de vista da maioria (dos assalariados, dos que defrontam com as 'grandes organizações do capital')", por isso, o PSDB não pretende se constituir enquanto representante de uma única classe, uma vez que entende que a visão de partido único, guardião dos interesses gerais e capaz, por si, de empreender mudanças é uma visão anacrônica, que não corresponde mais aos sinais dos novos tempos. Portanto, a social-democracia "aceita o pluralismo partidário, a convergência, em situações dadas, entre o interesse dos produtores, o dos consumidores e o dos trabalhadores – daí seu empenho no aumento da produtividade e no investimento" (DSDAL, p. 49).

Assim, se por um lado, é possível obter mudanças substanciais na sociedade mesmo abrindo mão da luta de classes e mesmo da revolução, por outro a social-democracia não pretende definir *a priori* um modelo societário, mas um caminho para as mudanças da sociedade. Desse modo, os postulados social-democratas, que incluem a liberdade e a redução das desigualdades sociais, visam menos a uma nova sociedade que à via a ser escolhida, pois, como afirma "temos que pensar o futuro sem modelos acabados e entendendo que deve estar fundado em soluções democraticamente construídas. A História não tem portas de chegada, mas sabemos que existem valores e definições étnicos que podem tornar mais humano o caminho" (NE, p. 68). Essa estrada deve desembocar numa "nova sociedade" que, embora o autor não nos informe qual seja, mesmo porque está no plano dos valores, deve superar as negatividades do sistema capitalista e do chamado socialismo real. Como afirma, "Estamos, assim, diante de dois desafios. O primeiro fica no plano dos ideais, dos valores: que sociedade queremos e quais são as possibilidades de aproximação igualitária entre os grupos sociais e as nações? O segundo fica no plano concreto das transformações: como canalizar o potencial de riqueza do novo ciclo tecnológico para a geração de mais justiça social? (APSVI, p. 104) O futuro, no seu entender, é imprevisível; não há, pois, como definir antecipadamente como será a sociedade. No fundo, tal proposição parte do pressuposto de que a história é sempre o embate de ideais distintos (*à la* Weber), daí insistir, freqüentemente, que os diferentes valores moldariam a sociedade do futuro: "Escolher conscientemente o caminho democrático é entender que o futuro da sociedade só pode ser resultado de muitos ideais diferentes, sustentados por diferentes partidos e interesses. E que esse resultado é sempre

[46] É a mesma proposta de partido que começara a defender no final da década de 70 e de algum modo tentara infundir no MDB e, posteriormente, no PMDB.

provisório, está sempre sujeito a novas mudanças" (SD). Há que observar, no conjunto dessas postulações, tal como se verificou em outras considerações, o acento com que o autor carrega os instrumentos e os meios para obter mudanças. A própria idéia de sociedade do futuro, uma vez que não pode ser definida de antemão, está subordinada à escolha do caminho democrático.

A social-democracia é vista enquanto valor que se reafirma a partir da derrocada do socialismo real e do processo de globalização. No entanto, precisamente em função dessas mudanças é que Cardoso vem chamando a atenção, desde o final dos anos 80, para a necessidade de uma atualização do pensamento de esquerda – incluindo, evidentemente, a própria social-democracia. Como afirma, já nos anos 90 "As extraordinárias mudanças que ocorreram de 1989 para cá, entre as quais a aceleração dos efeitos da globalização, revelaram os limites das teorias e das ideologias hegemônicas deste final de século. E isso não vale somente para o marxismo. Tanto o liberalismo clássico /.../ como a social-democracia (que sofre a crítica do esgotamento do *welfare state*) exigem reformulações radicais que ainda não se completaram /.../. Mudou o mundo, mudou a natureza do capital, mudou a natureza do trabalho. Mudaram também os instrumentos necessários para alcançarmos níveis crescentes de inclusão social" (IGPD, p. 39). Assim, a social-democracia terá de ser renovada, isto é, deverá refazer os seus instrumentos e suas propostas a fim de ser uma alternativa viável em face dos problemas e desafios do mundo contemporâneo. Cardoso ressalta, que essa nova configuração do mundo avançou apenas no plano valorativo; como assegura "estamos ainda numa etapa de 'ganhos conceituais'. Passar para a etapa posterior, de transformar em ações concretas esta convergência de valores, é a tarefa que temos pela frente. E é preciso andar rápido, porque, se permanecerem apenas no plano do 'abstrato', das promessas, os valores podem perder rapidamente sua base de legitimidade, num momento em que crescem as pressões dos povos pelas conquistas da democracia, no sentido mais amplo do termo, e pelo progresso material" (UV, p. 92). A reafirmação dos valores democráticos corresponde a um momento oportuno para imprimir mudanças: a questão é como transformar os valores em mudanças efetivas, ou, como afirma, "O desafio maior é justamente o de harmonizar, de combinar as ações nacionais e a cooperação internacional não apenas como valores, mas também no encaminhamento de assuntos concretos".

Ocorre que, além do colapso do socialismo real e da aceleração da globalização, "o mundo parece defrontar-se com a dicotomia antiga entre o 'neo-liberalismo' triunfante e uma pálida social-democracia, lutando por sua sobrevivência como ideologia ainda 'moderna'" (CPNMI, p. 22). A crise que a social-democracia atravessa, especialmente nos países que escolheram este caminho, torna-se mais delicada pela avalanche neoliberal, que opera como ideologia contraposta àquela corrente política e, portanto, precisa ser combatida. Ante este embate ideológico Cardoso sugere um *aggiornamento* da própria social-democracia, enquanto alternativa tanto em relação à esquerda tradicional quanto em relação ao liberalismo renovado. Para isso, impõe-se uma dupla tarefa: reafirmar a social democracia como valor e apresentá-la como opção viável.

Para Cardoso, repor a questão dos valores é "crucial", visto que são estes que devem orientar as ações políticas (ou "modelá-las") e a definição dos meios necessários às mudanças. Basta lembrar, nessa direção, que um dos principais equívocos do socialismo real, segundo ele, foi ter desdenhado da liberdade individual enquanto valor; portanto, a nova esquerda emergente ou a reafirmação da social-democracia terá que recolocar esta questão, assim como a da justiça social, e conciliá-los com a luta política. Assim, se o socialismo real fracassou em termos políticos e sociais, não podendo ser referência para a social democracia, tampouco poderia sê-lo a vaga neoliberal, que vinha sendo propalada desde os anos 80, com sua teoria do fim do estado – que, segundo Cardoso, é, ideologicamente, irmã siamesa da concepção do fim da história, cujo arauto foi Fukuyama. No entanto, a social-democracia não será uma opção viável se não reconhecer as positividades do mercado, uma vez que este, como já foi aludido, promove o desenvolvimento e a produção de riqueza, isto é, essa forma de organização da produção engendra o desenvolvimento das forças produtivas e, com efeito, cria as condições materiais que permitem extirpar a pobreza. Ademais, no seu entender, o mercado se mostrou politicamente mais flexível que o modelo do socialismo real ao possibilitar caminhos diferenciados de gestão política. De modo que é possível obter melhoria social mesmo no âmbito do capital[47]. Portanto, a única alternativa à "esquerda" é lutar pela ampliação do bem-estar social, de forma independente da alteração do modo de produção.

Por outro lado, Cardoso entende como positivas as recentes experiências da social-democracia européia, ao reconhecer as vantagens da economia de mercado. Ou seja, a

---

[47] Na verdade, Cardoso separa as condições materiais de existência de suas relações sociais de produção, fundadas na produção social da riqueza e em sua apropriação privada.

própria experiência da social-democracia européia, que conseguiu se afirmar graças a construção do estado do bem-estar social, confrontou-se com a crise deste e está sendo obrigada a refazer-se. Como afirma, "a correção de rumos, sobretudo na França e Espanha, era necessária. Não tivesse havido a revalorização da idéia de 'mercado competitivo' e de 'empresa moderna' e os ventos maléficos da crise do leste teriam derrubado a cidadela social-democrática" (CPNMI, p. 23). Assim, é preciso reconhecer, segundo Cardoso, "que os sistemas de mercado têm traços comuns e peculiaridades. Neste sentido, é fundamental retomar os parâmetros de valor, enraizá-los nas formações nacionais, para que tenhamos padrões e critérios para avaliar o que é efetivamente positivo para os países /.../ Se não houver uma crença em valores, em sentido do avanço social, a sociedade se desorienta e a liderança se esvazia" (NE, pp. 72-3). Ou, dito de outro modo, "sabemos que a economia de mercado tem muitas variantes. É preciso modelar a que queremos e, nisto, o jogo político e os padrões ideológicos serão decisivos" (NE, p. 68). Caberia, pois, verificar em que sentido, com que meios, em qual direção os mecanismos de mercado poderiam ser introduzidos e regulamentados em cada país, mas em qualquer situação é decisivo o enraizamento de valores e o "jogo político".

Contra a revitalização da crença liberal, do século XVIII, nas virtudes do mercado enquanto única alavanca para a satisfação dos interesses individuais e coletivos, Cardoso propõe, então, um *aggiornamento* da social-democracia, "enquanto brecha que permite, *cum grano salis*, limitar os abusos do poder, tanto público quanto privado, para obter o que nas filosofias anteriores parecia impossível: que a mola individual (melhor dito, privada) da prosperidade pressione a eficiência da economia e que o interesse coletivo seja preservado, através da esfera pública democratizada, para que os deserdados deixem de sê-lo". (CDDPAI, p. 42). Desse modo, um *aggiornamento* da social-democracia, para fazer face às mudanças em curso no mundo e, portanto, tornar-se uma opção viável, pressupunha mostrar as insuficiências da vaga neoliberal, mas reconhecer as virtudes do mercado e estabelecer mecanismos políticos de correção de suas distorções[48]. Nesse processo o estado, diferentemente da visão neoliberal, deverá cumprir um papel decisivo, ainda que devam ser revistas suas funções, como veremos mais adiante.

---

[48] Hélio Jaguaribe vai nessa mesma direção: "A essência do modelo social-democrático consiste na preservação de uma economia de mercado, com todo o dinamismo e a criatividade da iniciativa privada, submetendo-as, através de um estado democrático, a um controle social /.../. É essa síntese, que reúne o legado positivo das experiências e idéias da economia de mercado com o da justiça social, que o PSDB se propõe a realizar, nas condições brasileiras". In PSDB. Social-democracia hoje, 1990.

Ora, se Cardoso coloca em segundo plano, como vimos, a preconcepção de sociedade do futuro, ele paradoxalmente já optou por um tipo de sociedade, uma vez que a economia de mercado, triunfante, é inamovível. Ainda que esta não assegure, por si só, a redução da desigualdade, não é possível abrir mão de suas virtudes – cabe, então, conformá-la aos mecanismos democráticos, e com isso chegar a uma variante de economia de mercado mais compatível com os interesses democráticos. Desse modo, supõe-se que os mecanismos de gestão e controle políticos, norteados pelos valores democráticos, possam moldar e disciplinar o mercado. Ademais, assegura que, "neste mundo emergente, se é certo que não existirá a correspondência automática entre dinamismo econômico e poderio militar, por isso mesmo, a motivação para a hegemonia não será encontrada apenas nas regras do mercado" (CPNMI, p. 16), do que se depreende que os valores continuam a operar não apenas como "modelador" da ação política, como são antes focos de motivação para a ação.

Cardoso acredita que o embate ideológico entre a vaga neoliberal e a social-democracia será uma tendência do futuro; como afirmará mais tarde, "O próximo século poderá assistir a um embate entre as formas de capitalismo especulativo, com a sua não-ideologia, acreditando que o mercado deva regular a sociedade, e uma proposta de sociedade que, embora não cega às vantagens do mercado, e reconhecendo a globalização do sistema produtivo, vá além disso. Conteria a crítica à nova ordem, em nome do 'comunitarismo', de valores humanos, de bem–estar e felicidade assumidos em relações sociais de novo tipo" (MP, p. 334). Assim, uma vez que o embate de ideais distintos continuaria a existir, no qual a defesa do neoliberalismo terá um peso significativo, as ações corretivas do mercado teriam de ser conduzidas em nome dos valores democráticos. Poderíamos concluir, então, que não se trata mais, nem no presente e nem no futuro, do embate ideológico a favor ou contra uma dada forma de organização social, mas do embate ideológico entre duas vertentes subsumidas ao próprio capital, uma querendo fazer crer que a política tem escopo mínimo, a outra postulando o seu alcance máximo, a primeira conformando-se com os imperativos do mercado e a segunda tentando disciplinálo, via política. Ora, se os liberais mais ortodoxos transformam o mercado no espírito da bonança, Cardoso também faz questão de mostrar o quão bem-aventurado é ele, mas, tal

como um crente que dispensa a idolatria (ao mercado), ele recorre à "Providência" (a política)[49].

Cardoso ainda assevera que, para que a perspectiva social-democrata não seja estiolada pelo assédio neoliberal, é preciso incorporar a esse processo de *aggiornamento*, uma nova utopia. Como afirma, "até que ponto o reencontro com o conceito da 'humanidade' no âmago de uma civilização tecnológica que deu origem a uma cultura racional, desencantada, recoloca (sem o antigo universal-concreto de Marx) a questão da justiça social, da busca da igualdade e da felicidade, enfim, de uma nova utopia?" (CPNMI, p. 22). Trata-se de incorporar à perspectiva social-democrata uma dimensão um pouco mais generosa que favoreça as massas, como explica: "hoje é forçoso reconhecer que falta à social-democracia o charme da utopia. /.../ para que a nova vaga "social-democrática /.../ sacuda o mundo no próximo milênio, será necessário tirar a social-democracia da palidez de suas atuais correntes, gordas e preguiçosas, graças aos êxitos anteriores. Para que a social-democracia possa pôr em xeque o triunfalismo irritante do neoliberalismo ingênuo, é preciso repor o extermínio da pobreza como questão central da política futura" (CPNMI, pp. 23-4)[50]. E justifica que "Essa utopia 'viável', contradição em termos, parte do pressuposto de que a promoção da justiça social é viável, porque o desenvolvimento da civilização tecnológica e capitalista cria as possibilidades, pelo lado da acumulação de riqueza e conhecimento, e a necessidade, pela exclusão social que gera, da correção das distorções e desequilíbrios" (UV, p. 93).

Nessa mesma direção, considera ainda que a ação política deve se concentrar naqueles que gozam de privilégios, para que as políticas compensatórias não reproduzam as desigualdades, mas possam levar as massas "a condições mínimas de dignidade humana, eliminando as formas de pobreza absoluta". Para Cardoso, o ideal de combate à desigualdade, aos privilégios, deve ser um "modelador" da ação política no espectro social-democrata, sem que se percam de vista os mecanismos pelos quais esses ideais possam ser efetivamente alcançados. Contudo, o problema ainda não está resolvido, pois o que significa desigualdade ou privilégios? "Na visão tradicional de esquerda, o privilégio se identificava com uma classe, com os detentores dos meios de produção. Agora, sabemos que os empresários têm um papel no desenvolvimento e a economia de mercado

---

[49] Como postula sempre, "Afinal, a política é menos 'a arte do possível' do que a 'arte de tornar possível aquilo que é necessário'".

[50] Faz-se necessário registrar que se trata de um princípio antigo, desde os anos 80, especialmente de 1986, de que o sentido de utopia é "a luta para acabar com a pobreza"

não é incompatível com a atenuação de desigualdades sociais. Há desigualdades aceitáveis. O problema é eliminar as vantagens dos que já têm uma posição assegurada na estrutura social, de tal forma que as políticas de governo não se tornem, como indiquei, reprodutoras da desigualdade" (NE, p. 70).

De fato, Cardoso, ao postular uma utopia viável, com vistas a uma renovação da social-democracia, pretende ampliar o horizonte dessa vertente, preconizando a valorização da inclusão social, a luta contra a pobreza e as injustiças sociais, pois são esses os valores que devem balizar a ação política de modo a enfrentar os novos desafios, tanto em contraposição à ideologia neoliberal quanto para converter as "virtudes" do mercado em benefício da maioria. Entretanto, trata-se de uma proposta explicitamente limitada, já que o desafio não é suprimir as diferenças de classe e nem mesmo todas as desigualdades, mas atenuar as formas de pobreza absoluta e de privilégios. Ele adverte, porém, que esses ideais não podem perder de vista os instrumentos, já que é preciso ajuntar aos ideais de justiça o de democracia, pois como afirma, "Para almejar a sobrevivência, é necessário associar justiça social e liberdade ao instrumento político" (RNSCA, p. 6). A equação para o *aggiornamento* da social democracia compreende, pois, a manutenção da economia de mercado, a defesa da inclusão social e dos valores democráticos e a luta política enquanto instrumento resolutivo.

A democracia representativa

Vimos que Cardoso acredita que as mudanças em curso no mundo fizeram emergir um conjunto de valores comuns à humanidade, que estão acima dos interesses de classe, de sorte que um novo pensamento à esquerda deve se constituir tendo em vista não os interesses de classes, mas a idéia de um novo universalismo. Entretanto, continua ele, a multiplicidade de novos temas e questões na arena política constitui-se em novos conflitos, ainda que fragmentados; como afirma, "ao matar a dialética hegeliana (e a da Revolução Marxista) não poderá esquecer-se da 'microdialética do cotidiano' nem de que, mesmo sem a busca de um Fim último, o conflito, a luta (também das classes) continuará sendo o motor da história. Esta continuará existindo, só que sem uma configuração final pré-determinada, será como sempre foi, aventura abertura à ação dos homens" (CPNMI, p. 24).

Mas curioso mesmo é notar que Cardoso, ao mesmo tempo em que tenta "salvar" os valores democráticos, intentando mostrar sua prevalência no mundo contemporâneo,

especialmente a partir da degringolada do socialismo real, depara-se com o problema da crise da democracia representativa ou crise da "democracia de massas". Avalia que esta crise tem também a ver com o fato de as próprias instituições democráticas terem sido pouco alteradas desde o seu surgimento, a despeito de o mundo ter sido modificado drasticamente. As sociedades tornaram-se mais complexas e a própria idéia de democracia representativa passa a preencher parcialmente a mediação entre os interesses individuais e os coletivos. Houve um enfraquecimento das instituições tradicionais, especialmente dos partidos, que estão cada vez mais desacreditados pela sociedade e que já não têm controle sobre os eleitores e suas demandas. Se no passado ainda desempenhavam a função de catalisador dos interesses de classes, porque expressavam idéias que refletiam tais interesses, com o esmaecimento das diferenças ideológicas, reforçado pela própria fragmentação da sociedade, os partidos perderam boa parte de sua capacidade de mobilização. Cardoso adverte que a perda de legitimidade dos partidos e descrédito nas instituições constituem um sério problema, já que as decisões políticas continuam passando pelas instituições. De modo que é preciso, dada a nova configuração da sociedade, repensar a própria concepção de democracia representativa, bem como novos mecanismos de organização que possam orientar a questão da cidadania, do estado e demais instituições. Os partidos precisam buscar novas formas de mobilização que possam refletir interesses coletivos e que ultrapassem os problemas mais limitados.

Frente a isso, Cardoso considera que o maior desafio nas sociedades contemporâneas e globalizadas, uma vez que o processo de modernização fragmenta tanto o capital quanto o trabalho, é o conciliar e articular novos ideais comuns, que mobilizam menos – ainda que alguns interesses estejam mais articulados com a sociedade do que outros – com a fragmentação dos interesses e com as distintas formas de atuação política. Ou seja, como resolver o problema de uma sociedade que incorporou temas universais e ao mesmo tempo é fragmentada? Como equacionar os interesses nacionais ante as pressões internacionais? Como mediar e articular novas formas de participação da sociedade de massas diante da crise da democracia representativa?

Como já foi apontado, Cardoso considera que a dinâmica do mundo atual, engendrada pela globalização, não oferece base para um pensamento pessimista deste processo; ao contrário, a despeito da fragmentação dos interesses, trata-se de uma dinâmica que permite a emergência de múltiplos canais de participação política, tornando possível, o que denomina, por vezes, uma "utopia poliárquica". Cardoso afirma ainda que "a política não é o centro de toda a mudança; e tampouco o estado e os partidos constituem

os únicos instrumentos para a reforma. A 'poliarquização' das sociedades contemporâneas, como apontado por Robert Dahl, é um fato". Por isso assevera: "ou bem construímos *mecanismos* e *instituições* com as quais o cidadão possa se relacionar, nos vários níveis da sociedade, com a *res publica*, ou os caminhos que conduzem à nova sociedade não serão criados. Podemos, e devemos, discutir o local do 'público', os limites que a sociedade de massa e a sociedade organizacional impõem à construção da 'opinião pública'. /.../ Não podemos, entretanto, fugir da redefinição do escopo da política e de entendê-la para muito além do estado e do partido" (RNSCA, p. 7). Ou seja, Cardoso considera importante a formação de múltiplos canais de participação da sociedade para além do estado e dos partidos quando afirma que a "política não é o centro de toda a mudança", está sugerindo formas de atuação e mobilização da sociedade, incluindo as de participação direta, que transcendem o estado e os partidos, abrangendo novas organizações. Dentre estas estão as ONGs, que por sua vez exemplificam a nova complexidade de correlação de forças políticas do mundo contemporâneo atuam como instâncias racionalizadoras das demandas sociais e como mecanismo de pressão sobre o estado, portanto, exercem uma força política importante. Contudo, isso não significa que ele confira importância idêntica a todas essas instâncias de participação e de representação institucional. Entende que as ONGs são os novos medianeiros entre sociedade e estado, "são agentes catalizadores de mudanças. Por isso digo, caso se tenha alguma coisa a pedir, é melhor pedir a uma ONG do que ao estado. Isso desde que a ONG entenda que seu papel não é de destruir o estado. Ela não pode se confundir com um partido, porque, sendo partido, necessariamente, vai atacar e disputar com o governo. Se houver, e há, ONGs que têm uma visão do público, elas é que deviam avaliar crescentemente a ação do estado. Ou seja, é a sociedade que tem que avaliar a ação do estado. /.../ O público contido nessa noção tem que respeitar o estatal, respeitar o privado, e não se confundir, nem ser inimigo, de nenhum dos dois. Até essa idéia se fixar de uma maneira nítida, vai levar algum tempo, mas acho que aí é que está o novo da sociedade contemporânea. Isso é igual aqui, na Europa ou nos Estados Unidos. É a emergência do público nesse sentido que é o novo. Inclusive a questão da cidadania tem muito a ver com isso. Os partidos vêm perdendo a antiga condição de expressão da sociedade por quê? Porque estão sendo destronados por esses novos organismos, que atuam no setor público sem ser partidos" (PSS, pp. 326-7).

Cardoso, embora postule formas de democracia participativa, tem em relação a ela várias objeções. Se essas organizações, que têm escapado tanto do controle do estado quanto do das instituições tradicionais, significaram novas formas de mediação entre

estado e sociedade civil, elas não são suficientes, porquanto a democracia direta não pode ser substituto da democracia representativa, já que esta envolve a estrutura do regime político – mesmo porque as decisões econômicas e políticas passam necessariamente por uma estrutura legal e institucional. De modo que ao privilegiar as formas de participação direta corre-se o risco de se perder de vista, segundo Cardoso, o estado enquanto instrumento, provavelmente o mais importante, no processo de transformação social. Como afirma, "Existe aqui um risco para a democracia, já que tais atividades podem encorajar o povo a pensar que a sociedade pode agir totalmente sem o estado e que as autoridades legalmente constituídas 'dificultam' o progresso ou criam uma barreira desnecessária que impede negociações diretas entre as partes em torno de um contrato ou disputa" (PAP, p. 14). Ele sugere, então, que se encontre uma forma de equilíbrio entre a "participação de toda a sociedade e a função do estado".

No entanto, o acento sempre recai sobre o papel do estado[51]; isto é, a ampliação da participação dos cidadãos na esfera da deliberação pública não pode renunciar à necessária mediação com o estado, visto que esse cumpre papel decisivo no processo de transformação. Como afirma, "Nós precisamos fomentar um maior realismo sobre as capacidades do estado se quisermos restaurar a viabilidade da democracia e fazer com que os cidadãos percebam que eles também têm responsabilidade de encaminhar os nossos problemas. Compete ao estado agir em áreas estratégicas para mostrar que ele é ainda um instrumento político positivo e altamente qualificado" (PAP, p. 12). Em face, então, das novas demandas econômicas, sociais e políticas do mundo globalizado o estado dever ser reposto, visto que "um dos objetivos centrais do processo de transformação é a mudança do estado. É fundamental que o estado mude para que se torne agente de transformação" (APSVI, p. 105)[52]. Não lhe cabe mais continuar sendo fonte de investimento direto, mas terá de se ocupar dos investimentos em infra-estrutura e em serviços públicos. Assim, "a missão do estado de direcionar o desenvolvimento (*steering capacity*) passa a ser muito mais importante do que a tentativa comprovadamente ineficaz de substituir a iniciativa privada na produção de bens e de serviços que não têm natureza essencialmente pública" (IGPD, p. 42).

De maneira que são legítimas e necessárias as formas de participação direta, que envolvam o conjunto da sociedade no processo de deliberação política sem que se

---

[51] Ainda que declare que sua proposta não prescinde da sociedade civil, "não sou hegeliano" (FSP, 13/10/96).

[52] Trataremos mais adiante das propostas de Cardoso para a reforma do estado brasileiro.

distanciem e negligenciem os mecanismos de representação institucional e sua necessária vinculação com o estado, como declara: "Só a junção dos movimentos de protesto com a ação racional dos governos, movidos ambos pela utopia da igualdade, poderá acabar com tanta pobreza perante os céus" (CPNMI, p. 25). Desse modo, os mecanismos de mobilização e organização da sociedade são importantes para que se estabeleçam as pontes de intermediação dela e de suas demandas com o estado, mas a instância decisória final são as instituições e o estado. Ademais, as próprias demandas sociais, a despeito da ampliação dos novos canais políticos, continuam sendo dirigidas a ele.

De sorte que a fragmentação da sociedade, tanto na esfera do capital quanto na do trabalho, a multiplicidade de temas e grupos de organização e de mobilização só levam a conclusão de que o estado "ainda deve ser estudado como *instrumento decisivo no projeto de transformações*" (APSVI, p. 105). Como afirma ainda, "o cerne da ação política hoje é justamente o de criar um espaço político onde esses interesses se harmonizem racionalmente. É nesse sentido que julgo fundamental entender que, com a globalização, o estado necessita recompor suas funções" (IGPD, p. 42). De modo que é no estado que ocorre a consolidação do verdadeiro espaço público, onde os diversos interesses se põem e encontram sua resolução, isto é, ele é o principal *locus* da (ação) política e de racionalização dos interesses sociais. Assim, pode afirmar, como vimos acima, que o estado e os partidos não são os únicos instrumentos para a mudança precisamente porque entende que os demais mecanismos de organização e mobilização política são importantes no jogo de correlação de forças, porém o estado é a instância decisória.

Cabe registrar ainda que essas postulações têm como embasamento um diálogo com a vertente democrático-habermasiana, ao assimilar a chamada equação do discurso racional na esfera pública. Cardoso propõe que um projeto de transformação social centrado na luta contra a desigualdade e pela consolidação da democracia possa ser forjado por "valores de uma esquerda crítica, de corte habermasiano, que poderá compreender as diversidades e contradições do mundo contemporâneo e, ao mesmo tempo, dar pautas para as políticas que signifiquem melhoria efetiva das condições de vida da maioria e aperfeiçoamento permanente do jogo democrático" (NE, pp. 70-1). Ou seja, se a luta de classes deixa de ser o centro de gravitação política, se a "arena da pólis" se fragmenta, a melhor forma de encaminhar as soluções seria através do discurso público da racionalidade. Como argumenta o autor, "não existem mais demônios a serem eliminados (como a burguesia na perspectiva marxista tradicional); os atores políticos não tentam impor sua visão do que é verdadeiro a partir de uma perspectiva ideológica excludente; a

tolerância e o diálogo passam a prevalecer e, assim, o peso do argumento – e a capacidade de organização, de mobilização, os atributos de legitimidade etc. – se tornariam decisivos no processo de definição das políticas e dos projetos sociais; idealmente, valeriam mais as forças de persuasão do que o poder econômico /.../. A democracia, como ideal, passa a ser um jogo de razão. Os padrões éticos, obtidos em consenso social mais amplo, julgam, sem as dicotomias fechadas da guerra fria, a ação política" (NE, p. 69). Assim, conforme o autor, as soluções políticas demandariam um "discurso público racional", de sorte que ele é que deve agora parametrar a luta política.

Vale a pena lembrar que Cardoso, durante o momento crítico da realidade brasileira, que foi o governo Collor, invoca precisamente o discurso da razoabilidade, visando a um entendimento nacional, dentro de parâmetros constitucionais e democráticos. Afirma ele, ainda enquanto senador: "Esse discurso hoje é dificílimo, porque o nosso mundo não é razoável. E num país como o Brasil, onde a sociedade não é razoável e a injustiça é gritante, é muito difícil fazer o discurso da razoabilidade. /.../ Acredito sinceramente que, se abdicarmos do discurso da razoabilidade, nós só temos como juízo a força, nós só temos para dirimir dúvidas a violência. Se não acredito na possibilidade de através do argumento convencer – o que significa etimologicamente 'vencer junto' -, qual é alternativa de que disponho? É a força. E o pior é que da força alguns já dispõem. Então, o discurso da razoabilidade, no meu modo de entender, interessa sobremaneira àqueles que não dispõem da força, que são a maioria. É por isso que insisto tanto, /.../ que é preciso chegar a alguma forma de razão. Se não chegarmos a alguma forma de razoabilidade, nós vamos partir para um outro patamar da política" (DCN, 30/10/91). Com base nessa concepção, Cardoso chega inclusive a afirmar, diversas vezes, que a esquerda brasileira, que não percebeu o sinal dos novos tempos, é "fundamentalista", não notou que para avançar na democracia é preciso "colocar as questões na arena pública e argumentar, ir às raízes, tentar convencer /.../ quem não entende isso não entende como se faz uma política 'moderna' mas, enfim, uma política que faça avançar". Como afirma ainda, "Jorguen Habermas está certo ao dizer que em qualquer debate público, apenas a proposta sustentada pelos melhores argumentos deve prevalecer" (Veja, 10/09/97). Ou seja, convencer e persuadir, através da razão, é a melhor forma para ampliar o consenso, e o consenso é o que leva à legitimidade.

Não se pode perder de vista que, na propositura cardosiana, o discurso da razoabilidade pressupõe a institucionalização da democracia, visto que será por meio desta que se dará a revitalização da esfera pública e desse modo se obterá um espaço apropriado

no qual o discurso racional se expresse, mediando assim os interesses e conflitos. Nessa direção, Cardoso sugere que a nova esquerda – de talhe habermasiano – deverá se dar conta da nova dinâmica das sociedades contemporâneas e perceber que "O novo, à esquerda, não é apenas a descoberta dos movimentos sociais. É também a criação de outro espaço público. No qual a idéia de justiça permita compatibilizar o interesse coletivo com as liberdades individuais e permita, sem substituir a teoria clássica da democracia representativa, institucionalizar formas da democracia participativa. Essa utopia viável – contradição em termos – conciliará direitos e motivações individuais com o fato de os indivíduos pertencerem a situações comuns, coletivas, incorporará a angústia pela sobrevivência da humanidade (lutas ecológicas e segurança coletiva) e, sem menosprezar o espontâneo na vida social, proporá meios institucionais para a participação direta. Ela há de ser a mola para o reencontro entre Razão (menos abstrata e triunfalista que a razão liberal do mercado) com a subjetividade, com a fragmentação da vida social e a desistência da busca da Totalidade (como na ideologia pós-moderna)" (NE, p. 76). Somente através dessa equação – que prioriza a institucionalização da representação e da participação – poderá haver uma revitalização do espaço público, no qual seja possível a negociação, a partir de um discurso racional, dos interesses conflitantes.

Cardoso ainda afirma que "A revitalização da arte da política pode seguir vários caminhos", e que, para que haja a consolidação da democracia, é necessário que esta seja defendida não apenas como valor, mas que suas instituições funcionem de forma eficaz, de modo que é imperativo o fortalecimento da democracia representativa, o aperfeiçoamento do regime democrático – que inclui, especialmente no caso brasileiro, a renovação da legislação partidária, do Congresso e, sobretudo, do estado. Cabe ressaltar que a defesa desse conjunto de mecanismos de participação, que prioriza, é claro, o estado e as instituições, informam-nos, o que já foi assinalado em outro momento, que a perspectiva democrática de Cardoso tem sempre como norte a ampliação e o aperfeiçoamento de formas de representação, que só têm validade teórica e prática se mediarem suas ações com o universo do estado e demais instituições.

Capítulo 5

Projeto de modernização para o Brasil

Desde o final dos anos 80, Fernando Henrique Cardoso vinha alertando para a necessidade de definição de um projeto futuro para o país. Este passaria necessariamente pela modernização da economia e por uma política de integração no mundo contemporâneo, cuja nova lógica de produção já vinha moldando a feição da sociedade em vir-a-ser. O Brasil já não mais poderia postergar essa tomada de posição, sob pena de perder o bonde da história e sucatear todo o seu parque produtivo, de modo que o país precisaria, pois, integrar-se às novas forças de transformação do mundo contemporâneo. No início de 1988, Cardoso apresenta o que podemos chamar de um esboço do seu projeto de modernização que, na ocasião, fora denominado de "as opções nacionais", no qual enfatizara a necessidade de internacionalização da economia, o discurso a respeito no Senado, em janeiro do mesmo ano, provocou bastante alarde e alvoroço entre os chamados setores mais à esquerda. A proposta de Cardoso se colocava a partir de três nódulos centrais: "1. Integrar-se, soberanamente, na economia internacional e desenvolver o 'espírito de empresa'. 2. Optar pela modernização das relações entre estado, empresa e sociedade. Para isso, além da valorização de uma política educacional e científica que forme cidadãos e desenvolva a criatividade tecnológica e social, é necessário delimitar com clareza as áreas de investimento público e as formas de cooperação entre este e o setor privado, assegurando-se as condições de reprodução para o capital nacional e de cooperação com o investimento externo, sem xenofobias nem submissões. 3. Optar pela democracia social, que tem como pré-condição a modernização do estado, a partir de uma reforma profunda do aparelho burocrático para aumentar sua eficiência, permitindo que a ação do governo seja isenta de populismo e venha carregada, de fato, da vontade de melhorar as condições de vida do povo. Este é hoje um imperativo moral; o Brasil já atingiu um patamar de riqueza e desenvolvimento econômico que torna criminosa a indiferença das elites diante da miséria" (DCN, 29/01/88).

Antes de destrinçar essas propostas, convém assinalar que elas foram pouco alteradas desde então, a ênfase se punha na modernização da economia e do estado, respectivamente sob novas bases e novas funções, e na reinserção na economia mundial. Essas eram vistas como prioridades centrais para as quais, no entender de Cardoso, deveriam convergir todos os esforços políticos. São essas postulações, ainda que com

desdobramentos e orientações específicas, que foram contempladas no Programa do Manifesto de Fundação do PSDB e alçadas como bandeiras na campanha de Mário Covas à Presidência da República em 1989. Apesar do malogro da empreitada, Cardoso empenhou-se, como veremos, na realização dessas propostas, ao menos em parte, durante o governo Collor. A definição de um projeto de modernização consubstanciado por novas políticas de desenvolvimento industrial, tecnológico, educacional - que implicaria uma nova fase de internacionalização da economia brasileira e em medidas de desregulamentação e liberalização do mercado nacional – esbarrava em questões institucionais. Por isso, Cardoso alertava, naquela ocasião, que a Assembléia Nacional Constituinte havia chegado à sua fase de votação sem, contudo, dar-se conta dos imperativos constitucionais para a atualização, mesmo porque um projeto de modernização visando aos rumos futuros do país passara ao largo dos debates constituintes. Ou seja, avaliava que o teor da discussão e das propostas estava aquém de um projeto institucional adequado a um país rumo à modernização.

A nova carta constitucional corria o risco de ser tolhida por uma disputa estéril e falaciosa entre "estatismo" e "privatismo", entre excessos de direitos sociais e ausência de mecanismos para realizá-los. No seu entender, não se tratava, no fundo, de uma polarização entre conservadores e progressistas, mas, respectivamente, da reminiscência do atraso e do populismo. Ou seja, de um lado, setores encastelados no estado que se aferravam aos esquemas clientelistas e "cartoriais" da máquina e, de outro, setores que defendiam os direitos sociais, mas sob o viés populista. De fato, a nova Constituição, que foi promulgada em 88, conforme o autor, ficou aquém dos postulados da modernização, acabou cristalizando uma série de dispositivos em relação à economia e ao estado, inferiores ao que a sociedade exigia para se modernizar. Consagrou regras de intervenção do estado na economia, mantendo o monopólio do seu controle sobre alguns setores, definiu leis de restrição ao capital estrangeiro, enfim, erigiu-se um aparato constitucional mais moldado aos princípios de autarquia e isolamento que de uma economia moderna e integrada. Mas, a proposta de modernização exigia outras formas de articulação entre estado e sociedade, cujos moldes jurídicos e institucionais objetivamente não foram contemplados pela nova Constituição.

Cardoso avalia que esta acabou sendo a expressão de um momento de transição, no qual a falta de compreensão clara dos novos problemas levou os atores políticos a se deixarem guiar por idéias e concepções já ultrapassadas, o que acabou facultando a consagração de dispositivos legais anacrônicos, ou seja, as formas de articulação entre o

estado e a sociedade, que haviam sido criadas e consolidadas entre os anos 30 e 80, foram juridicamente institucionalizadas no momento mesmo em que a transnacionalização da economia e o esgotamento interno do projeto nacional-desenvolvimentista exigiam um novo arcabouço institucional.

5.1. Esgotamento do "modelo" de desenvolvimento

Assim, um projeto de modernização para o país implicava um novo arcabouço institucional, além da definição de um conjunto de medidas mais imediatas para sanar a crise que o país atravessava, na alteração do chamado modelo de desenvolvimento – baseado na substituição de importações –, cujos traços remontavam ao estilo de desenvolvimento varguista, marcado por orientação autárquica e pelo estado intervencionista. De modo que assegurar a modernização da economia e reinseri-la no mercado mundial implicaria numa ruptura com todas as formas de privatização do estado, desvencilhando-o das amarras populistas que o sufocam e o imobilizam; pressupunha, portanto, uma reforma deste órgão, que redefinisse suas funções e suas políticas de desenvolvimento.

Para Cardoso, o modelo de desenvolvimento prevalecente não apenas havia gerado enormes distorções para a economia brasileira, mas também havia se esgotado – daí que um projeto de modernização deveria se dar numa "perspectiva bem diferente daquela que marcou os 'os anos de ouro' do desenvolvimento econômico à base da 'substituição das importações'. Com efeito, para aquele propósito, as barreiras protecionistas, a edificação de um estado capaz de dinamizar a economia (e, portanto, de poupar e investir), a prevalência da formação do mercado interno como catalisador do crescimento econômico e a crença no nacionalismo como pilar do interesse do país, constituíram os ingredientes fundamentais e suficientes para a 'arrancada do desenvolvimento'. Isso, somado a certo distributivismo forçado pelas corporações e regulado pelo estado, se não produzia o 'bem-estar' geral, enraizava um empresariado e dava acesso à civilização 'urbano-industrial' a amplos setores da classe média, bem como a setores mais limitados dos trabalhadores" (AEAL, p. 58). Essa estratégia de desenvolvimento, de origem cepalina, baseada no "modelo" de substituição de importações, em função do seu caráter protecionista, comprometeu a produtividade e a modernização das empresas, apesar dos baixos salários pagos, como explica, "E criou-se um problema grave: porque cresceu protegida da concorrência estrangeira, a indústria brasileira teve pouco estímulo para aumentar a

produtividade e aprimorar seus produtos. Por isso eles são freqüentemente piores e mais caros - apesar dos baixos salários - do que os de outros países" (SD).

Cardoso enfatiza o fato de o modelo de desenvolvimento, baseado na substituição das importações, ter cumprido um papel histórico congruente com as condições do país, naquele momento. Este modelo teve, conforme acredita, "inegáveis efeitos positivos, sobretudo na criação de alicerces para o desenvolvimento futuro dos países latino-americanos. O fato de que hoje reconheçamos que se esgotou não deve excluir a compreensão de que desempenhou um papel importante. Sabemos que as exigências para lançar um desenvolvimento moderno, de base industrial, impunham que o estado assumisse, em medida relevante, a função de empresário, suprindo algumas lacunas que correspondiam ao estágio de desenvolvimento das sociedades latino-americanas daquele momento. As idéias não são absolutas, expressam sempre conteúdos históricos" (NASAL, pp. 40-41).

Cabe observar que agora Cardoso critica tal estilo de desenvolvimento devido a determinados traços que teriam prevalecido a partir do processo de industrialização iniciado por Vargas sem, contudo, preocupar-se em demarcar as diferenças e inflexões dessa trajetória, por ele mesmo apontadas em trabalhos anteriores[1]. Sua crítica privilegia, agora, o que considera insuficiência do modelo, que obstou a modernização da economia[2]. Não se trata de retomar aqui suas teses sobre esse período da história brasileira, mas de apenas lembrar que ele saudou a equação do regime militar, visto que teria colocado a economia brasileira em compasso com a atualidade. Ou seja, o projeto de desenvolvimento dos militares, que pressupunha a aliança no interior do tripé da economia brasileira – estado, capitais locais e multinacionais –, significava, a despeito de seus constrangimentos políticos e sociais, um avanço importante em direção à modernização.

---

[1] Entretanto é preciso mostrar o que são as diferenças para Cardoso entre um período e outro. Vale citar aqui a dissertação de Ivan Cotrin, espcialmente capítulo II. "Mas não faz a conexão entre a alteração nas posições políticas aliancistas e os padrões industriais, que de fato determinaram as primeiras, impedindo a continuidade da orientação nacionalista do processo de desenvolvimento. Dessa forma encadeia os processos de industrialização como se um fosse conseqüência do outro, e indiferentes os seus conteúdos e perspectivas no processo geral de industrialização. Embora apontando o caráter seletivo da indústria de JK, isto é, indústria voltada para setores definidos em termos de 'poder de compra', dado o tipo de mercadoria produzida, Cardoso não polemiza a respeito de alternativas à industrialização que possibilitassem uma exclusão menos intensa dos setores populares", in *Capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso*, dissertação de mestrado, Unicamp, 2001. p. 95.

[2] É certo que Cardoso confessa que a conscientização dessas "insuficiências" deu-se por etapas, primeiro detectara que o modelo não era indutor de melhoria social, e a partir da crise percebeu que ele atravancava o próprio desenvolvimento e a modernização.

É certo que Cardoso, ao longo do regime militar – especialmente a partir do governo Geisel, quando já era visível o esgotamento do "milagre" econômico – insiste numa reorientação do modelo econômico, inclinando-se positivamente, apesar de algumas críticas, à tentativa desse governo, que denominou de "autoritarismo esclarecido", em "reverter" o modelo. Ocorre que agora Cardoso refaz sua crítica não para alterar a sua opinião de que a estratégia de desenvolvimento conduzida pelos militares foi acertada, ao menos no seu momento inicial, mas para apontar certos aspectos que teriam constrangido a modernização da economia. Como afirma, "Naquela época acreditava-se que os fundamentos para a entrada da América Latina na 'modernidade' seria a aliança entre capitais locais, estado e empresas multinacionais" e, segue o autor, "É até possível que essa estratégia de crescimento econômico fosse a mais adequada para assegurar que o novo capitalismo' não se asfixiasse no corporativismo estatal, no protecionismo e na idéia de manter as economias em condições autárquicas. Mas a realidade que dela resultou foi uma pesada dívida externa, uma orientação exportadora mais baseada na necessidade de produzirem-se excedentes na balança comercial para a pagar a dívida (com contração de importações) do que na idéia da nova economia global. Foi, portanto, o reforçamento do protecionismo até mesmo para salvaguardar empresas estrangeiras já instaladas. Foi o imobilismo social e o peso desproporcional dos oligopólios sustentados pelas políticas oficiais" (AEAL, p. 56).

Já na década de 80, "fica clara a falta de condições para que promovesse um processo sustentável de auto-financiamento (e do momento em que se esgota a capacidade de poupança externa e a capacidade fiscal do estado se enfraquece, não havia simplesmente poupança privada que levasse adiante o crescimento); o peso da máquina estatal, em que se multiplicam atividades empresariais e regulamentadoras, se mostra ineficiente e incapaz de acompanhar as mudanças no mundo e no Brasil; o controle das variáveis macroeconômicas se perde com a inflação, em alguns casos, hiperinflação dos anos 80; finalmente, percebe-se, sobretudo quando se compara, já nos final dos anos 80, com as experiências asiáticas, que o modelo simplesmente enfraquecera a competitividade da economia como um todo" (NASAL, pp.39-40). Contudo, todas essas "distorções" bem como a crise econômica, a partir de meados da década de setenta, são atribuídas ao modelo de desenvolvimento varguista: "Atravessamos a década de 80 às cegas, sem perceber que os problemas conjunturais que nos atormentavam – a ressaca dos choques de petróleo e dos juros externos, a decadência do regime autoritário, a superinflação – mascaravam os sintomas de esgotamento estrutural do modelo varguista de desenvolvimento". Apenas no

final da década de 80 percebeu-se que "o Brasil vivia não apenas um ciclo de desenvolvimento de longo prazo. Que a própria complexidade da matriz produtiva implantada excluía novos avanços da industrialização por substituição de importações. Que a manutenção dos mesmos padrões de protecionismo e intervencionismo estatal sufocava a concorrência necessária à eficiência e distanciaria cada vez mais o Brasil do fluxo das inovações tecnológicas e gerenciais que revolucionavam a economia mundial" (DCN, 15/12/94).

Cardoso avalia que, em verdade, a maioria dos países latino-americanos perdeu tempo ao persistir nesse modelo de desenvolvimento anacrônico em face da nova dinâmica da economia mundializada e por ter exagerado, especialmente na década de 80 em "políticas de captação de empréstimos externos graças à abundância dos eurodólares e de taxas de juros aceitáveis", com o que perderam as chances de se adequar à nova dinâmica do capitalismo. Ou seja, enquanto se produzia no mundo uma nova lógica de desenvolvimento, baseada na "combinação entre 'organização' (portanto, racionalidade), liberdades públicas e individuais e maiores níveis de igualdade" (AEAL, p. 51), a América Latina seguiu um caminho inverso, optando pela manutenção do modelo de substituição de importações. Pior que isso, na avaliação de Cardoso, "A própria perspectiva de 'desenvolvimento econômico' adotada manteve, no essencial, a visão 'rostowiana' das etapas de crescimento e a América Latina não se envergonhou – nos seus círculos oficiais – até mesmo de proclamar 'bendita poluição' quando se tratava de atrair as 'indústrias sujas' do Primeiro Mundo. Com tal falta de perspectiva, não é de estranhar que a 'alternativa' para competir que mais prosperou nas últimas décadas tenha sido a tradicional; potencializar as vantagens comparativas oferecidas por recursos naturais que se acreditavam abundantes e a utilização de mão-de-obra barata" (AEAL, p. 56). Portanto, outro equívoco do caminho escolhido pela América Latina teria sido o fato de que "se está aceitando a super-exploração da mão-de-obra, como pilar do crescimento econômico e a depredação do meio ambiente como fator de progresso" o exato oposto do que pressupõe a nova lógica da produção capitalista.

De modo que, agora, já não se trata de asseverar que o regime militar colocou a economia em compasso com a modernidade, mas de mostrar que os militares não fizeram o suficiente, perderam as chances de avançar rumo à modernização e à internacionalização, "Perdemos muitas oportunidades na nossa história. Os militares, quando tinham o poder, poderiam ter modernizado muito mais. Não o fizeram. Aliaram-se às oligarquias e não as levaram a apoiar as mudanças necessárias" (MP, p. 130). Quando

os militares tinham não apenas o poder, mas também as condições econômicas mais favoráveis para dar novo curso ao desenvolvimento, reforçaram o modelo varguista, protecionista e intervencionista. Tal modelo acabou constrangendo o desenvolvimento econômico e a modernização, na direção da "idéia de uma economia global".

A persistência nesse tipo de desenvolvimento também acabou comprometendo a possibilidade de integração na América Latina, como havia sido postulado pela Aladi[3] (Associação Latino-Americana de Integração, criada pelo Tratado de Montevidéu de 1980), enquanto o resto do mundo já caminhava na direção da formação dos blocos. Embora a Associação tenha sido "vítima de um engano em que incidiram quase todos os países membros. Inebriados pela miragem dos petrodólares e pelo crescimento geométrico do comércio mundial nos anos 70, eles saíram à procura de parceiros munidos de dólares no resto do mundo, com os quais não precisariam intercambiar desgravações tarifárias ou negociar complicados esquemas de comércio equilibrado. Para flexibilizar ainda mais os mecanismos de integração soberana de suas políticas econômicas 'autônomas'), os países-membros preferiram romper com as obrigações existentes e confiar nas chamadas 'forças de mercado'" (DCN, 10/08/90). Além disso, diante da crise da dívida externa latino-americana, bem como da escassez de divisas na década de 80 houve pouca vontade política em relação ao processo de integração, optando-se por acordos bilaterais com os países mais prósperos. Mas o que mais pesou na falta de vigor das pretensões integracionistas da Associação foi o fato de os países-membros terem insistindo no modelo de desenvolvimento cepalino "que, se por um lado, permitiu um vigoroso processo industrializador em toda a região, alimentou, por outro lado, modelos de crescimento singularmente autárquicos e fortemente desestabilizadores do comércio exterior na vertente da produção para os mercados" (DCN, 10/08/90).

Cardoso sugere que os NICs (*Newly Industrialized Coutries*) asiáticos buscaram caminhos alternativos, que diferentemente da América Latina, não levaram à estagnação econômica, à inflação e ao aumento do peso da dívida externa que sufocaram a economia latino-americana nos anos 80. Foram mais cautelosos na obtenção de recursos externos, implementaram políticas sociais mais consistentes e conectaram-se mais rapidamente que a maioria dos países latino-americanos ao mercado mundializado. A alternativa asiática foi, assim, mais exitosa, "já que sustentada em melhor perfil de distribuição de renda

[3] Essa associação foi precedida pela Alalc, fundada em 1960, cujos efeitos foram positivos, conforme Cardoso, mas que perderam dinamismo em menos de dez anos.

voltada para a acumulação interna de capital e tecnologia o que levaria mais tarde a modelos mais eficazes de enfrentamento das questões da globalização)" (IGPD, p. 41). Portanto, souberam fazer as escolhas políticas mais adequadas quanto à questão do desenvolvimento, uma vez que incorporaram o espírito empresarial moderno, e por isso gozam de condições melhores e mais próximas ao mundo desenvolvido.

Vê-se, então, que todos os argumentos visam à conclusão da insuficiência do chamado modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações, de modo que a crise econômica dos anos 70 no Brasil, a estagnação do processo de modernização e integração latino americana e tudo o mais são imputados à herança do modelo varguista de desenvolvimento, marcado pela forte intervenção estatal e pelo protecionismo. A análise negligencia, portanto, as inflexões no padrão de acumulação que se assistiram a partir de JK e foram intensificadas pelos militares, que não foram tratadas adequadamente por Cardoso, embora ele não tenha deixado de reconhecer as diferenças entre um momento e outro[4]. Agora, o esgotamento do modelo, que não foi mais capaz de promover o desenvolvimento, a partir de determinado momento, deve-se, no entender de Cardoso, aos mecanismos herdados da era Vargas.

Sua tese é a de que esse modelo de desenvolvimento sufocou a concorrência e obstou a integração econômica no mercado mundial, bem como seu ajustamento aos padrões de produção modernos, de modo que agora, quando essas economias tentam fazer os ajustes internos necessários à globalização, deparam-se com um clima duplamente desfavorável: crise econômica interna e concorrência internacional mais acirrada. Assim, ao assistir ao processo de internacionalização da economia – que tende a reduzir a participação nacional na composição das mercadorias, na medida em que suas fases de produção disseminam-se por várias partes do mundo, especialmente aquelas intensivas em tecnologia –, o modelo de desenvolvimento varguista torna-se anacrônico. Ainda que tal tendência, que coloca em xeque formas de desenvolvimento autárquico, não tenha sido o resultado, na avaliação de Cardoso, de meros processos econômicos, já que a tendência à internacionalização da produção "se fortaleceu não apenas em razão do barateamento dos custos de produção (decorrente da revolução técnica e tecnológica), da maior mobilidade dos fatores de produção e, ainda, da queda das tarifas de transporte e comunicações. Foi resultado, igualmente, da progressiva redução da proteção tarifária e não-tarifária, em sucessivas rodadas de negociação multilateral em foros como o GATT, patrocinadas

---

[4] Sobre esse período, ver: COTRIM, Ivan. *Capitalismo dependente...*, op. cit.

principalmente pelos países desenvolvidos, mas que passaram a engajar também os países de industrialização recente, ávidos por novos mercados" (IGPD, pp. 41-2).

Ademais, se essa é a tendência no plano mundial, as condições internas brasileiras não possibilitam a continuidade do modelo de substituição de importações, uma vez que "Hoje o Brasil tem um parque industrial bastante completo. Por isso mesmo, há menos oportunidades para a implantação de novas indústrias por substituição de importações" (SD). Por outro lado, a complexidade da economia brasileira e a capacidade de acumulação desenvolvida não facultam mais a permanência de um modelo protecionista. De modo que o esgotamento do "modelo" de desenvolvimento no Brasil coincide com a nova dinâmica do capitalismo mundial que, ao intensificar a internacionalização da produção, inviabiliza a própria manutenção do modelo. A globalização da economia impossibilita as alternativas de desenvolvimento econômico nacional, portanto, não há que fazer senão definir uma nova estratégia de desenvolvimento conectada com a economia mundial, ou melhor, a reinserção internacional torna-se um imperativo para a modernização e a sobrevivência nacionais. Assim, segundo Cardoso, para ocorrer um salto de modernização seria preciso colocar "na ordem do dia os temas da reforma do estado e de um novo modo de inserção do país na economia internacional" (DCN, 15/12/94) ou, como afirmara em 1988, "Assumir a posição pelo desenvolvimento implica em um processo que, à falta de um nome melhor chamarei de 'modernização' mas que na verdade é da globalização da economia" (DCN, 29/01/88).

Em face do novo patamar técnico e científico da produção capitalista mundial, a economia brasileira necessitava dar um salto. Não se tratava apenas de retomar o crescimento econômico, mas de promovê-lo em novas bases. Como afirmou nosso autor, "é preciso revolucioná-lo", introduzindo e desenvolvendo novos métodos e técnicas de produção, já que "Uma coisa é produzir soja, leite, café, gado. E assim mesmo se for toscamente, porque, senão, será necessário seleção de sementes, cruzamento de raça, engenharia genética, informática e tudo o mais. Porém, outra coisa, com diferenças em escala exponencial, é ser produtor de aviões, computadores, produtos da química fina etc." (DCN, 29/01/88). Assim, o imperativo é crescer a partir de novas bases produtivas - que garantam a qualidade e a produtividade –, alçando a indústria e a agricultura aos novos padrões da moderna produção capitalista. Isso pressupunha uma *nova* estratégia de desenvolvimento econômico, centrada numa "política científica e industrial ousada" e num

"planejamento de investimentos" (DCN, 29/01/88). Observe-se, contudo, que dar o "salto" ou "revolucionar" a economia significa precisamente modernizá-la[5].

Para assegurar a modernização e uma nova fase de internacionalização da economia seria preciso quebrar uma série de entraves, erigidos pelo modelo de desenvolvimento anterior, sobretudo no que tange ao seu aspecto protecionista – isto é, implica, obviamente, na execução de medidas de desregulamentação e liberalização econômicas, embora Cardoso não utilize esses termos. Quer dizer, impunha-se romper com o modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações, bem como com a forma de estado que deu sustentação àquele modelo. Conforme Cardoso, se no passado essa estratégia favoreceu o desenvolvimento, ela agora é um entrave ao progresso, mesmo porque ela só tem favorecido aos grandes monopólios; daí afirmar que a social-democracia "reconhece que o esforço de crescimento econômico é condição para o bem-estar social; reconhece que certas práticas protecionistas podem ser úteis para criar as condições internas de competitividade; mas ela condena as práticas monopolistas e oligopolistas quando já existem condições internas de acumulação e de competitividade, mesmo que sustentadas em nome da defesa do mercado nacional" (DSDAL, p. 46).

Observe-se outro aspecto da sua avaliação sobre o chamado modelo de desenvolvimento varguista: não se trata apenas de mostrar que este modelo esgotou-se porque não é mais capaz de promover o desenvolvimento e a modernização, mas também de mostrar, ainda que de modo um tanto tímido, que não tem sentido mantê-lo, pois isso significaria preservar formas de protecionismo que beneficiam àqueles setores da burguesia local que dispõem de condições de acumulação e investimento, mas que tiram proveito dos mecanismos protecionistas. Cardoso avaliava que o Brasil já dispunha de um importante aparato industrial e tinha acumulado condições suficientes não apenas em termos econômicos, mas também sociais, que lhe permitiriam ingressar numa nova fase de modernização. Como ilustra o autor, "O próprio desenvolvimento econômico já ocorrido tornou a sociedade mais complexa, mais exigente e mais participante das decisões – e, sobretudo das 'não-decisões' – na área econômica e social" (CNDE, p. 76). Ele, porém, ressalta que, em função das condições mais adversas dos países dependentes frente à globalização, infletir a trajetória do desenvolvimento econômico, político e social do país

[5] Em outro item deste capítulo discutiremos a natureza desse projeto de modernização.

exigiria uma "revolução digna de Copérnico" ou o que por vezes denomina de "perestroika brasileira"[6].

---

[6] É nesse mesmo diapasão que Mário Covas defende sua plataforma de governo no Senado, em 28 de junho de 1989: "O PSDB tem um programa consistente e factível para o Brasil. Um programa fundamentado nas idéias básicas da mais vitoriosa experiência política do pós-guerra: a social-democracia. Esse programa reflete as aspirações mais profundas do povo brasileiro. Ele será o fundamento de nossa prática de governo, superando alternativas impostas pelo imobilismo, pelo medo às mudanças e por compromissos com o passado. Tomamos a decisão de marchar rumo a um país renovado, que ingresse numa nova era. Sem ambivalências. Sem temor de ousar. Sem concessões à demagogia irresponsável /.../. Compreendo a função política na democracia o instrumento mais eficaz para a transformação e o aperfeiçoamento das estruturas sociais" (DCN, 29/06/89). Assevera o então senador que o Brasil não poderia fechar os olhos para as transformações do mundo, mas deveria traçar um caminho próprio para a modernização, com autonomia e sem "submissões", porém autonomia e interesses nacionais não devem ser sinônimo de isolamento. "Ser nacionalista, hoje, é defender uma política nacional de desenvolvimento. Não é hora de se querer simplesmente reformar o passado, nem de se conformar com o presente. É hora de atualizar objetivos antecipando o futuro. O verdadeiro nacionalismo impõe a capacidade do país para a competição internacional e a defesa da nossa parte na 'renda mundial'. Não faz sentido isolar o país numa autarquia. Ele deve participar da nova ordem política mundial. /.../ O Brasil precisa importar mais do que faz atualmente. Não podemos ser a 25ª Nação exportadora do mundo e, ao mesmo tempo, exibir o terceiro superávit comercial, ultrapassado apenas pelo Japão, Alemanha. Temos que exportar bastante para importar bem mais que hoje, a fim de aumentar a produção interna, trazer tecnologia moderna e aliviar as finanças do Governo /.../. Serão bem-vindos investimentos estrangeiros, dentro das normas constitucionais e nos marcos de uma nova política industrial, tecnológica e de desenvolvimento. Do exterior, o Brasil quer meios de produção, quer sócios e não credores. /.../ Daremos passos ousados para atrair capitais de risco, desenvolvendo nosso comércio exterior e aliviando a dívida" (DCN, 29/06/89). E preconiza uma reforma do estado, nos mesmos termos de Cardoso: superar os fundamentos da crise do estado, dotá-lo de novas funções; "Vamos privatizar com seriedade e não apenas na retórica. Vamos captar recursos privados para aumentar os investimentos de empresas públicas estrangeiras e rentáveis. Vamos profissionalizar a direção das estatais, estabelecer um código de conduta. /.../ Basta de gastar sem ter dinheiro. Basta de tantos subsídios, de tantos incentivos, de tantos privilégios sem justificativas ou utilidade comprovada. Basta de empreguismo. Basta de cartórios. Basta de tanta proteção à atividades econômicas já amadurecidas. Mas o Brasil não precisa apenas de um choque fiscal. Precisa, também, de um choque de capitalismo, um choque de livre iniciativa, sujeita a riscos e não apenas a prêmios" (DCN, 29/06/89). A idéia de "choque de capitalismo" deve ser traduzida como o intento de romper tanto com o padrão de desenvolvimento anterior quanto com a forma de estado, o que podemos dizer que era também uma espécie de mensagem à burguesia brasileira, supondo que chegara o momento de os empresários assumirem os riscos do desenvolvimento, prescindindo das formas cartoriais. Em verdade, o PSDB já intentava fazer o que Collor anunciou, uma modernização da economia e do estado que pressupunha a abertura da economia e a reforma da burocracia estatal, ainda que houvesse divergências quanto à forma, o modo e a velocidade das mudanças. Mais que isso, aquelas propostas anunciadas pelo PSDB são, em grande medida, o núcleo do programa de Cardoso na Presidência, de modo que o próprio Cardoso considera uma "injustiça" dizerem que está "copiando" Collor, como declarou "Devo dizer com franqueza que o governo saiu do PSDB. /.../ o programa do PSDB foi basicamente escrito pelo Serra e por mim, depois de discussões com o André /.../. Foi um núcleo de idéias, de conceito. Não se move o mundo sem conceito. Se você voltar ao discurso do Mário Covas chamado 'choque de capitalismo', verá que as idéias gerais do atual governo estão lá. Alguém disse: 'Vocês estão fazendo o que o Collor fez'. Não, antes do Collor já diziamos isso" (PSS, p. 207) É importante tomar nota que Cardoso, de fato, como veremos, concordava com algumas medidas propostas por Collor, fundamentalmente no que tange à desregulamentação e a abertura da economia, mas sempre discordou da forma pela qual este governo as encaminhava. Na medida em que não estamos examinando o governo FHC, mas tão somente o posicionamento de Cardoso em relação ao governo Collor, não podemos efetivamente entrar nas diferenças de fundo que separam o governo Cardoso do governo Collor.

5.2. Crise e reforma do estado

Com base na tese da falência do modelo de desenvolvimento varguista é que Cardoso vem defendendo, portanto, a reconstrução do estado brasileiro. No entanto, avaliava que o debate existente na América Latina, acerca do estado e de sua crise não atingia o cerne da questão, pois, orientado freqüentemente pela falsa dicotomia estado x mercado, resultava em alternativas equivocadas: redução ou ampliação do estado. Como afirma, "creio que esse tipo de enfoque não chega a estabelecer a discussão verdadeira, que não gira em torno da oposição estado *versus* mercado ou privado *versus* estado, mas da oposição entre público e privado" (DCDP , p. 130). Assim, a discussão em torno da opção entre estatismo ou liberalismo era fortemente ideologizada, uma vez que falseava a verdadeira questão, pois nenhuma das duas alternativas permitirá que o estado "desempenhe uma função consistente na transformação da sociedade" (CDLA, p. 139).

O Brasil teria que se haver com os próprios fundamentos da crise do estado, ou seja, a reconstrução deste impunha uma crítica ao estado como ele realmente é, denunciando suas distorções e limitações. A esquerda, argumenta o autor, que ainda permanece com a idéia de estado "demiurgo" e não ajustou suas propostas aos sinais dos novos tempos, "não tem sido capaz, até o momento, de fazer uma crítica consistente do estado. O estado ainda é considerado uma coisa sagrada (inviolada) e isso é uma visão ultrapassada. Nós temos de dessacralizar o estado e reconhecer que o estado é um instrumento. Se isso é bom ou mau depende do modo como o estado é usado, para servir ou ir contra o interesse público" (CDLA, p. 139). Do mesmo modo, não compartilha com a tese liberal de que, dada a falência do estado, chegou a hora e a vez do mercado, nem com a suposição de que o afastamento do estado das decisões econômicas seja suficiente para sanar sua crise. Como afirma, "Não compartilho com a afirmação de que o estado latino-americano, que se criou na década de 30, quebrou em 1982. O processo histórico é mais complicado. De alguma maneira se condenou com antecipação o *welfare state* que na realidade não existiu. No fundo foi um estado do mal-estar. Não compartilho com a perspectiva que afirma que depois da depressão de 30, o estado se organizou como um ator importante que permitiu a tomada de decisões sobre desenvolvimento, porém que foi, de alguma maneira, minado, deteriorado, pela pressão do clientelismo, o corporativismo e o patrimonialismo, e que agora as forças liberais vão substituir esse estado. Não creio que o processo tenha ocorrido dessa forma; nem que tampouco que tenham se desenvolvido todas as potencialidades do *welfare state* na América Latina" (DCDP, p. 130).

Mas Cardoso ressalta que é difícil se contrapor à vaga neoliberal, que condena qualquer gestão pública, num ambiente no qual as oposições ainda se aferram ao nacional-populismo, "que confunde os interesses do país e do povo com a manutenção de empresas nãos mãos do estado, mesmo quando ineficientes e sustentadas pelo Tesouro, isto é, por todos os que pagam impostos" (DSDAL, p. 43), de sorte que a esquerda também reage às mudanças tentando preservar uma forma de estado arcaica, pois, corporativista e clientelista.

De qualquer modo, Cardoso sugere uma avaliação correta da crise do estado brasileiro e a definição de propostas viáveis e eficientes para sua necessária renovação, isto é, a reconstrução do estado pressupunha uma crítica aos fundamentos da sua própria crise, que denuncie suas distorções e limitações. No seu entender, esta crise, que torna incapaz o estado brasileiro de resolver os problemas da maioria, residiria na própria forma de relacionamento *estado* e *sociedade*, que se erigiu desde os primórdios da industrialização brasileira, quando o primeiro assumiu um papel cada vez mais ativo no processo de desenvolvimento econômico. O resultado é que "Se hoje o estado está endividado, falido, é porque nos últimos 50 anos, em nome do desenvolvimento, ele transferiu maciçamente recursos do conjunto da sociedade para grupos privados" (SD), sob as mais variadas formas: através de subsídios e incentivos diretos, e de mecanismos pelos quais as empresas estatais punham no mercado produtos com preços artificialmente baixos. Esse tipo de relação entre estado e sociedade, que fora incrementado com o processo de burocratização do aparato estatal e a penetração aí dos interesses privados, durante o regime militar, é que reduziu a capacidade do estado de lidar com os problemas econômicos e sociais. Em verdade, este acabou conformando diversas orientações, ao longo de sua história. Como afirma: "nosso estado, na forma em que foi cristalizado pelas práticas governamentais e pela Constituição de 1988, é um resultado híbrido de tendências heterogêneas. *Grosso modo*, ele é a confluência de três, no mínimo, situações e racionalizações distintas: a da era Vargas[7], a qual teve vários momentos, mas que no fundamental significou o fortalecimento de um estado intervencionista no plano econômico, com alguma abertura para a 'proteção social' no campo dos direitos

[7] Importa registrar que em seu famoso discurso de despedida do Senado Cardoso: afirmara "Acredito firmemente que o autoritarismo é uma página virada na história do Brasil. Resta, contudo, um pedaço do nosso passado político que ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas, ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu estado intervencionista" (DCN, 15/12/94).

trabalhistas e da previdência, e certa desatenção aos processos democrático-representativos; a da Constituição de 1946, com acento nos aspectos político-representativos da democracia; e, finalmente, a do período burocrático-autoritário dos governos militares, que enfatizou a tendência intervencionista no plano econômico (embora absorvendo a presença de capitais privados, sobretudo internacionais) e deu espaço a uma certa tecnocracia desenvolvimentista, mas que, obviamente, retrocedeu nos aspectos democrático-representativos, embora talvez tivesse até acentuado os aspectos de 'proteção social' de grupos específicos da sociedade" (NSRE, p. 8)[8].

Mas se Cardoso considera que o estado brasileiro foi o resultado desse amálgama de diferentes orientações, ao longo de sua história, ressalta que houve uma inflexão significativa a partir do regime autoritário, pois, como afirma, "O estado montado na época de Getúlio não chegou a ser um estado do bem-estar social, mas bem ou mal deu reconhecimento a camadas não oligárquicas da sociedade. Isso foi positivo. Sobre esse estado, o regime militar atuou com grande ímpeto, para que atingisse a forma atual. Foi no regime autoritário que ele sofreu o maior impulso no sentido de ser um estado privatizado, por um lado, e, por outro, um estado que favorece políticas sociais que mantêm a desigualdade. Os gastos públicos crescem e, não obstante, as camadas pobres não recebem os benefícios. No máximo, o estado foi capaz de atender a classe média, em alguns momentos. Depois, nem a classe média, porque a classe média passou a ter padrões de exigência maiores – educação pública, por exemplo, deixou de atendê-la" (PSS, pp. 288-9).

Assim, a crise ou a falência do estado brasileiro decorre desse processo de deformação que sofreu devido à privatização e às formas de clientelismo e fisiologismo que o pressionam, de modo que foi se construindo um instrumento controlado por setores contrapostos aos interesses públicos. Ou seja, as empresas estatais assim como os setores financeiros estabeleceram-se como organizações afastadas do controle do próprio governo, do Congresso e da sociedade, isto é, "Constituíram-se fundos de acumulação que, num dado momento, foram até úteis. Mas chegou-se a um ponto em que o que se tinha era um monstrengo burocrático incapaz de decidir em termos de uma estratégia, que só se movimentava em função das pressões" (PSS, p. 93). A tese é de que o estado, que se desenvolveu ao longo do processo de industrialização no Brasil, foi sendo privatizado, e

---

[8] Cardoso considera que "Juscelino tentou mudar o sistema varguista. Mas Geisel reafirmou a era Vargas" (MP, p. 81).

com mais forte razão durante o regime militar, precisamente porque foi controlado por forças políticas vinculadas diretamente a determinadas forças da sociedade civil, isto é, setores privados se incrustaram no estado, tanto na esfera das empresas estatais quanto no âmbito da máquina administrativa. Assim, o aparato estatal passa a ser controlado por interesses privados sem que a sociedade tenha acesso e participe de suas decisões, situação esta que foi agudizada pelo regime militar[9]. Desse modo, o "enfeudamento" do estado – que envolve também toda uma política de preços para beneficiar o setor privado consumidor dos seus produtos - é em grande medida responsável pela deficiência das estatais bem como pela má qualidade dos serviços públicos; educação, saúde etc.[10] Assim, erigiu-se no Brasil um *estado do mal estar-social*, pois "Ele sempre foi incapaz de oferecer bem-estar. Então, não adianta você se aferrar a uma fórmula que não resolveu o problema da maioria" (PSS, 288)[11]. Mas, uma vez que foi se deteriorando, com a crise fiscal e a inflação, que minaram sua capacidade de atuar, o "estado passou a não servir mais nem às classes dominantes. Passou a ser um corpo doente" (PSS, p. 289).

A constituinte não apenas perdeu as chances de refazer o estado como acabou cristalizando práticas anteriores e uma forma de estato anacrônica em face da nova situação nacional e internacional. Como afirma, "A constituição é antiautoritária e nisso está bem. Garante muitos direitos, mas é também nacional-estatizante, autárquica. Em nome do antiautoritarismo, manteve privilégios, como já disse, transformou tudo em regra constitucional. Concedeu excessivas prerrogativas às polícias militares e a outras instituições, tornando-as independentes do poder político" (MP, pp. 130-1). Cardoso avalia que a constituinte ficou premida por um debate falacioso, com base na dicotomia estatismo/liberalismo. Tal enfoque não conseguira dar conta da relação entre inflação e déficit público, uns "responsabilizando o déficit pela inflação e os outros achando que não há relação entre uma coisa e outra. Na prática, tanto existe a ineficiência e o desperdício do governo /.../ quanto é sabido que o déficit, hoje, decorre em grande parte dos juros da dívida externa e interna, que enchem os cofres dos prestamistas do estado (mãos privadas).

---

[9] Em verdade, a crítica é a mesma que Cardoso começara a fazer, desde os anos 70, através do conceito de "anéis burocráticos", em que procurava mostrar que a forma de vinculação de uma boa parcela da burocracia estatal com o setor privado – porque os seus interesses coincidiam em muitos momentos - acabara obscurecendo interesses e decisões que, no fundo, não eram propriamente estatais e menos ainda públicos, mas fundamentalmente privados.

[10] Considera, por exemplo, que o SUS (Sistema Único de Saúde) não deu certo porque o governo transferiu recursos públicos para as mãos privadas.

[11] Não é por outra razão que, na concepção de Cardoso, o problema da exclusão social deve ser encaminhado via estado.

Decorre, por outro lado, de uma política de subsídios à atividade privada e de preços e tarifas dos bens produzidos pelas estatais que beneficiam, de igual modo, a empresa privada. /.../ Ou seja, se quisermos prosseguir no itinerário da modernização teremos de reagir contra o cartorialismo e o clientelismo, que não apenas enchem de votos os políticos ligados a estas práticas, mas enchem de dinheiro os bolsos e os cofres dos homens que não sabem senão falar de 'iniciativa privada', mas vivem dos favores oficiais" (CON, p. 10).

De modo que a saída do círculo vicioso não é nem estatismo nem liberalismo, mas dotar tanto o setor privado quanto o estatal do "espírito verdadeiramente empresarial" e "liberar o Tesouro do assédio de seus prestamistas e beneficiários e ampliar consideravelmente a área de pressão social sobre as políticas públicas para torná-las, de fato, instrumentos do bem-estar, da distribuição de renda e de melhores condições de vida para o povo" (CON, p. 10). Assim, o caminho da modernização passa pela reforma do estado que o liberte das amarras clientelistas e cartorialistas, que apenas favorecem os setores privados, como também pela eliminação dos subsídios e protecionismos que obstaram a assimilação do espírito de empresa moderna, e, ainda, pela abertura da economia, para que tanto o setor privado quanto o estatal assimilem o espírito de empresa, visto que "Empresa, neste sentido, quer dizer: organização, tecnologia, (portanto criatividade) e um certo espírito de risco que só a competição assegura" (CON, p. 8).

Segundo Cardoso, a reconstrução do estado brasileiro pressupunha ainda a crítica e o combate sistemáticos ao corporativismo, herança do estado brasileiro, na sua forma patrimonialista, que atende clientelas políticas, interesses privados e corporações burocráticas. O corporativismo decorre da forma pela qual o estado atuou no processo de industrialização, enquanto produtor direto, em que acabou se tornando elemento-chave na relação capital/trabalho e "adquiriu interesse direto nos conflitos sobre distribuição de renda. Nisso reside uma das principais causas da infeliz tendência brasileira para firmar acordos corporativistas, /.../ o paternalismo marca a legislação trabalhista oficial desde a ditadura de Vargas" (PAP). Essa forma de estado, se é certo que favoreceu o capital e a burocracia civil e militar, também favoreceu determinadas categorias "não diretamente ligadas ao capital (basta ver os abusos e privilégios, ideologicamente transformados em 'direitos', na previdência social e na saúde)" (NSRE, p. 12).

Cardoso argumenta que o corporativismo na América Latina produziu efeitos mais perversos que na Europa. "O corporativismo e mesmo o *trade-unionismo* podem ter levado algumas economias européias a dificuldades na competição econômica mundial e à perda na corrida por maiores níveis de produtividade" (DSDAL, p. 40). Aqui, as pressões

corporativistas e o conjunto de direitos e garantias sociais, assegurado durante anos, pesarem sobre o conjunto da sociedade e da economia. A distribuição de renda e os benefícios sociais na Europa afetaram negativamente o capital, enquanto na América Latina o corporativismo afeta negativamente a própria classe trabalhadora, pois, além das desigualdades entre ricos e pobres, há uma disparidade entre os próprios trabalhadores, devido a sua capacidade diferenciada de organização e pressão, de modo que os interesses corporativos acabam obstando a universalização dos benefícios sociais.

Ao mesmo tempo, montou-se uma estrutura na máquina do estado que só tende a atender determinados segmentos da sociedade, haja vista a diferença salarial entre a base do funcionalismo e os cargos de alto escalão, e mesmo o esquema previdenciário que absorve grandes recursos em detrimento dos setores de educação e saúde. Desse modo, o corporativismo, que Cardoso também define como "forma moderna e não por isso menos negativa do clientelismo político" (SD), contribuiu para que o estado seja incapaz de generalizar os benefícios sociais. Erigiu-se, assim, no Brasil, um estado do mal-estar social, pois fundado em privilégios. É nessa linha de raciocínio que Cardoso vem combatendo freqüentemente o que chama de viés corporativista nas oposições brasileiras. Como afirma, "Não se pode confundir democracia com defesa de uma determinada corporação. Freqüentemente, ao se falar em nome do povo e da democracia, está-se falando em nome do interesse de uma parte. Não que não seja legítimo o interesse da parte. É que ele não deve substituir a busca obsessiva da universalização. Isso é muito difícil, porque as pessoas levantam o seu interesse específico como se fosse universal. Isso requer uma luta. Quando se diz 'Precisamos universalizar a educação', isso inclui quebrar interesses enraizados no Congresso, nas prefeituras, na corporação dos professores. Então é uma luta e, como essa luta não está sendo colocada numa perspectiva ideológica, como devia, parece perseguição" (Veja, 10/09/97)[12].

Por isso, considera Cardoso, a posição da social-democracia no Brasil, que tem como centro o combate à injustiça e à desigualdade sociais, deve ter claro que "para defender o ponto de vista dos trabalhadores e dos assalariados é preciso dois cuidados iniciais: restringir o corporativismo e não descuidar da produção (da eficiência, da produtividade, da necessária ligação entre distribuição e produção /.../. Essa preocupação diferenciaria a social-democracia nas condições latino-americanas tanto da européia

[12] Cardoso continua achando que a esquerda não faz uma crítica correta ao estado e, por isso, resiste às reformas deste, tentando preservar o funcionalismo. "É por isso que digo que há uma aliança da direita conservadora com a esquerda tradicional" (MP, p. 135).

quanto do populismo pré-existente" (DSDAL, p. 39). Assim, romper com a tradição do passado é reconhecer que o desenvolvimento econômico é um "requisito para o bem-estar social" (DSDAL, p. 39). Desse modo, a social-democracia no Brasil deve, pois, se contrapor ao estado clientelista e protecionista, que concede melhorias apenas para grupos segmentados. De sorte que superar o corporativismo pressupõe o estabelecimento de certos critérios que devem ser adotados pelo estado; não basta que este reconheça a legitimidade das reivindicações sociais: um partido que pretenda governar "tem a obrigação de perguntar: quais serão as conseqüências do atendimento dessa reivindicação para o conjunto da sociedade?" (SD). Portanto, para universalizar o acesso ao estado é preciso combater todas as formas de corporativismo, fisiologismo e clientelismo. Na prática, isso significaria a eliminação de determinados direitos sociais que, no seu entender, pode levar a perdas sociais, no curto prazo, mas é necessária à universalização dos benefícios no longo prazo. A rigor, Cardoso entende que não está combatendo direitos sociais, mas privilégios travestidos de direitos, incrustados, por exemplo, na previdência social e na saúde[13].

Curioso notar que Cardoso acredita que desse modo a social-democracia possa diferenciar-se não apenas do populismo-corporativista, mas também da "direita liberal" que "critica toda e qualquer reivindicação por ser parcial e benéfica apenas a alguns setores" (DSDAL, p. 40), preferindo o mercado enquanto promotor da igualdade social. Mas nos parece que sua crítica ao corporativismo é feita quase no mesmo diapasão da crítica liberal às reivindicações sociais, pois certas reivindicações são vistas como parciais, que atenderiam somente a determinados segmentos da sociedade em detrimento da maioria. Convém lembrar que Cardoso sempre defendeu a necessidade de pressão organizada dos trabalhadores por melhores salários ou benefícios, alegando que a melhoria salarial, por exemplo, dependeria fundamentalmente da capacidade de pressão da classe trabalhadora. Agora, entretanto, sugere que o estado deva racionalizar as reivindicações e apoiar aqueles setores que, de fato, mereçam obter vantagens; caso contrário não poderá "universalizar" as "vantagens sociais". É certo que ele continua postulando como positiva a organização dos trabalhadores de modo a ampliar sua participação no capital, mas no

---

[13] Como afirmou: "Daí que as reformas propostas e a caminho de implementação firam interesses constituídos: não sendo possível generalizar privilégios ou 'direitos', dada a crise fiscal, o ingresso de novos participantes na máquina de distribuição do estado ficou bloqueado e o particularismo passou a ser defendido corporativamente mesmo por setores, como os sindicatos, que, em tese, deveriam ser defensores do interesse público, da generalização do atendimento e dos setores populares marginalizados" (NSRE, p. 12).

que se refere à reforma do estado, parece-nos que está propondo uma cota de sacrifício, a ser paga pelos trabalhadores, até que seja assegurada tanto a reforma do estado quanto o desenvolvimento econômico. Só então estariam postas as condições mais propícias para que a pugna entre capital e trabalho seja feita de modo mais racional.

Portanto, se de um lado preconiza a necessidade de organização e de pressão da classe trabalhadora, por outro, indaga, "a diferenciação do trabalho derivada da facilidade do acesso ao Capital /.../ consagra somente formas modernas de organização ou também serve aos que, por artifício político, conseguem consolidar posições corporativas?" (IGPD, p. 39). Ora, as formas modernas de organização e pressão da classe trabalhadora não se constituem em "artifícios políticos"? Ou será que há artifícios políticos mais legítimos que outros? Em verdade, para Cardoso, a resposta é afirmativa, pois os ganhos salariais obtidos por meio de pressões políticas, quando há aumento de produtividade, seriam mais legítimos que aqueles obtidos através de pressões corporativistas, quando negligenciam o fator de produção. Como explica o autor, "o conhecimento tornou-se, como sabemos, um fator concreto de diferenciação entre os trabalhadores, deixando vulnerável a posição daqueles que ocupam a maior parte dos postos de trabalho não-qualificado, sobretudo em países em desenvolvimento. Nesse particular, gostaria de fazer um parêntese: essa diferenciação interna na classe trabalhadora faz lembrar, numa primeira aproximação, a noção de 'burguesia proletária', que no pensamento marxista estava ligada à exploração imperialista. Ora, não se trata mais disso: a ascensão de setores específicos pode ser positiva e representativa dos ganhos de produtividade ou da sua capacidade organizacional. O problema surge quando as vantagens cristalizam-se em mecanismos corporativos, em vantagens desiguais que são fruto muito mais da habilidade política de certos grupos, do que dos avanços da produção. O que parecia moderno pode tornar-se assim conservador, afastado da competição sadia e identificado com as vantagens do clientelismo. Isso ocorre, sobretudo, em certos setores do estado e leva a que, em alguns países, a esquerda tradicional seja utilizada por esses grupos para a defesa de bandeiras paradoxalmente conservadoras, no sentido de manutenção de situações de privilégio" (IGPD, p. 41).

De qualquer modo, os mecanismos corporativistas são formas de conquistas sociais exclusivistas, que se impõem em detrimento dos interesses da maioria e, em conjunto com outras práticas clientelistas e fisiológicas, mina o estado e o destitui de suas funções públicas e verdadeiramente sociais; caberia, pois, restringi-los. A partir de reformas nessa direção, o estado pode se voltar para políticas sociais, incluindo mecanismos de

distribuição de renda, que favoreçam a maioria, especialmente aqueles segmentos com mais dificuldades de organização e mobilização.

Feito o acerto de contas com a forma de estado prevalecente no Brasil, tratar-se-ia, conforme Cardoso, de levar à frente uma das principais tarefas da social-democracia no Brasil: *reinventar o estado*, a partir do espírito de empresa típico do mundo moderno, tal como fora definido por Werner Sombart, que envolve a racionalização, o risco, a competitividade – princípios estes que devem nortear tanto a empresa privada quanto a estatal, porém não restritos ao universo econômico, mas válidos para todas as demais esferas da sociedade, visto que também os partidos e demais organizações da sociedade devem se guiar por esse espírito. Como afirma: "Na medida em que as instituições utilizam a matriz empresarial, poderão ter racionalidade, um desenvolvimento tecnológico, adaptarem um sentido de responsabilidade e aceitarem a competência e o risco" (DCDP). Isto não quer dizer que a social-democracia prescreva a redução do papel do estado na sociedade. Como já foi indicado, Cardoso considera que o mercado, embora seja o principal *locus* da produção de riqueza, eficiência e modernização, por si só não garante o bem-estar social, já que, entregue aos seus "próprios" mecanismos, só tende à monopolização e ao burocratismo, gerando distorções econômicas e sociais. As leis do mercado são insuficientes para compatibilizar os interesses particulares e os gerais. O novo paradigma de estado para levar a frente as mudanças preconizadas pela social-democracia não é nem o estado burocrático e nem o do *welfare state* – ambos, por razões distintas, estavam sendo questionados mundo afora –, nem, ainda, a forma de estado que prevaleceu na história contemporânea latino-americana. Não se trata de repor os modelos que a história já condenou e nem de se subordinar a um liberalismo ultrapassado de estado mínimo. O mundo moderno requer um novo estado, como argumenta: "É como a passagem do mercantilismo para o capitalismo industrial. Estamos numa passagem histórica desse tipo, e quem não entender isso ficará chorando as pitangas, olhando para trás. Ou melhor, julgando o futuro com os olhos do passado. Por essa lente, o futuro está sempre errado (PSS, p. 305). Portanto, a reconstrução do estado brasileiro deveria ser norteada pelos princípios da eficiência, do risco e da competitividade e buscar novas formas de regulamentação, tendo como eixo central sua própria ação, mas sem substituir a iniciativa privada e comprometer aqueles princípios.

Além disso, tal reconstrução deve partir do pressuposto de que as novas circunstâncias nacionais e internacionais exigem um estado que seja mais aberto e mais poroso, capaz de elaborar projetos para a sociedade, mas ao mesmo tempo ofereça acesso

participação da sociedade civil, ou melhor, às organizações da sociedade civil. Em outros termos, Cardoso defende uma relação entre estado e sociedade na qual haja intermediação pelas ONGs, Igreja, sindicatos e outras instituições e demais grupos organizados da sociedade civil. Essa relação de porosidade permitirá a quebra do estado burocrático autoritário e clientelista, visto que esse novo tipo de relação permite à sociedade um controle mais estreito sobre as ações do estado, de modo que estas se tornam mais públicas que estatais, da mesma forma que o controle sobre elas[14]. Por outro lado, essa mesma relação exige que os próprios cidadãos sejam dotados de responsabilidade quanto aos seus deveres, em substituição à cidadania reivindicante, passiva e não construtiva. Em outras palavras, se é certo que o estado deve desempenhar funções públicas, a sociedade não pode simplesmente reivindicar seus direitos, pois isso aliena e desresponsabiliza os cidadãos. Desse modo, o conceito moderno de público não é mais estatal, a oposição binária que a esquerda fazia entre público e privado perdeu a razão de ser, precisamente porque a idéia de porosidade, isto é "essa noção do público que engancha o estado com o mercado" (EVU) desfaz a velha dicotomia entre estado e sociedade. Desse modo, a social-democracia admite os mecanismos de mercado, o princípio da propriedade privada, da livre empresa, mas sugere o controle democrático da sociedade, "através do estado e das organizações não-estatais; e que se preocupa sobretudo em reforçar e tornar mais eficiente a atuação do estado nas áreas diretamente ligadas ao bem-estar social" (SD). Ademais, em função da dinâmica do capitalismo brasileiro, a ação do setor público, longe de ser prescindível, é necessária.

De sorte que as orientações propositivas de Cardoso – que estão referendadas nos primeiros programas do PSDB – enfatizam a descentralização do poder político e a organização autônoma da sociedade civil enquanto pressupostos básicos para o exercício da cidadania. Nessa direção, a reforma do estado teria que empreender a desprivatização do conjunto do estado e a superação do clientelismo, fisiologismo e corporativismo, através do estabelecimento de novos mecanismos de relacionamento entre o estado e a sociedade. A começar pela ampliação da descentralização dos recursos do estado, isto é, transferindo encargos e responsabilidades da União para os estados e municípios. Toda a máquina administrativa deveria ser modernizada, a fim de assegurar a eficiência no exercício de funções de caráter público, controladas pela sociedade. Trata-se, assim,

---

[14] Observe-se que se trata das mesmas propostas que fizera na década de 70, quando postulava o controle público para contrabalançar o poder da burocracia.

conforme o autor, de reformar "a fundo a máquina estatal (da União aos estados e municípios) responsável pelas políticas sociais. O desvio de recursos do FGTS para a construção de moradias de luxo, por exemplo, também é uma forma de "privatização" do estado. O mesmo se pode dizer da sub-remuneração, negligência, empreguismo, clientelismo e corrupção que deterioram os serviços públicos" (SD). Assim, não se trata de sanar a crise do estado simplesmente privatizando as empresas estatais, ainda que isso seja necessário, de acordo com alguns critérios, mas trata-se de "acabar com as várias formas de loteamento da máquina do estado e de desvio dos seus recursos para o enriquecimento privado de empresários, tecnocratas e políticos fisiológicos" (SD).

Cardoso entendia que a privatização de algumas estatais poderia ser incluída na reforma do estado, ainda que não fosse a prioridade, visto que a principal tarefa era imprimir um caráter público ao estado. Por outro lado, não se combatem os monopólios do mercado ou a concentração da propriedade por meio da privatização ou da nacionalização da produção. O importante é verificar os resultados das atividades empresariais, independentemente da natureza da empresa, privada ou estatal, nacional ou estrangeira. Ou seja, verificar se essas empresas garantem dinamismo produtivo, eficiência, salários bem pagos e produtos a preços competitivos no mercado. Cardoso sugere ainda que seja analisada a pertinência da continuidade de certas estatais que foram construídas simplesmente porque na ocasião de sua formação não havia capital privado disponível para o empreendimento. Certos setores que no passado foram considerados estratégicos e apanágio da soberania nacional são atualmente, como "certos serviços públicos, setores siderúrgicos (que não os mais simbólicos), muito da petroquímica e tantos outros mais, peso morto nos lombos do combalido erário" (RBFH, p. 44). De modo que, nos casos em que se impuser a privatização, o processo deveria ser conduzido de modo a garantir o interesse público e evitar o monopólio privado, isto é, as empresas privatizadas deveriam atuar num regime de concorrência que permitisse a competitividade e, com efeito, a absorção de novas tecnologias, de modo a elevar o padrão de consumo. O mercado competitivo seria, assim, o "antídoto" para os males existentes tanto no setor estatal quanto no setor privado.

Além disso, importa tornar as decisões de investimento e consumo – tanto privado quanto estatal – decisões públicas, isto é, criar mecanismos para que sejam transparentes e controláveis pela sociedade e não simplesmente, como sucedeu-se no passado, pela

burocracia estatal ou privada[15]. É importante lembrar que Cardoso avaliara, no final dos anos 80, que o processo de privatização no Brasil seria tênue: "o estado não vai sumir do mapa, para ser substituído por forças do mercado. Ademais, com respeito ao processo de privatização de que tanto se fala, creio que se vai privatizar pouco, pois não tem quem compre. Ou serão pequenas partes do estado as que passarão para mãos privadas utilizando a conversão dos títulos da dívida. Minha visão não é catastrofista" (DCDP, p. 135). Contudo, Cardoso altera essa posição, reconhecendo, especialmente quando entra para o governo, que a privatização de muitas estatais foi a forma encontrada para alcançar a eficiência e modernização dessas empresas, porquanto as várias formas de incentivo do estado, fruto de várias pressões políticas, não surtiram o efeito necessário. De qualquer modo, naquela ocasião, tinha uma maior preocupação em preservar os setores estratégicos da economia, acreditando que "Será benfazeja se não for, ao invés da anterior, 'socialização das perdas', privatização, sem custos, do patrimônio público e se dela não se esperar nem o milagre nem o desmantelamento da capacidade do poder público para ativar a economia" (CDDPAI, p. 44).

As áreas de prestação de serviço e diretamente ligadas ao bem-estar da população não poderiam ser privatizadas, pois "No Brasil é ilusão pensar em resolver a educação, a saúde e a previdência privatizando, com essa massa de carentes. Digo isso porque não sou estatizante, sou realista" (Veja, 20/05/92). A reforma do estado deveria incluir uma "redefinição corajosa da previdência, para pagar melhor os aposentados e pensionistas que mais precisam, acabando-se com os abusos da aposentadoria precoce para quem dela menos necessita[16]. Isso sem mencionar a urgência da descentralização e do entrosamento entre usuários e burocracia nos programas de saúde, habitação e da própria previdência" (FSP, 14/02/91). Caberia ainda uma política de carreira para melhorar a qualidade profissional do funcionalismo. Assim, modernizar o estado implicaria um conjunto de reformas como o fito de refinanciá-lo e, com isso, recuperar sua capacidade na tomada de decisões, tanto no que se refere à promoção do desenvolvimento econômico quanto no desenvolvimento de políticas sociais, desvencilhadas das formas de clientelismo.

Como foi indicado, Cardoso propõe que o Brasil se prepare internamente para se inserir no mercado mundializado, uma vez que a nova lógica de produção pressupõe mão-

---

[15] A criação das agências de regulamentação, durante o governo FHC, foi justificada com esses mesmos argumentos.

[16] Nessa matéria, Cardoso chamava a atenção para o problema de aposentadoria por tempo de serviço e para as vantagens corporativas de alguns setores do funcionalismo.

de-obra qualificada e capacidade de fazer pesquisa científica e tecnológica e de incorporá-la ao processo de produção. O país deveria, pois, acelerar sua "corrida democrático-tecnológico-científica", investindo, sobretudo, em P&D, bem como em educação, já que esta "é a base do desenvolvimento em todos os níveis". Como afirma, "Sem uma reforma profunda e abrangente nesta área não haverá cidadania, ou pelo menos o voto dificilmente será 'deliberativo', no sentido de informado e resultante de decisão realmente autônoma" (CDDPAI, p. 46). Considera que, a despeito do seu enorme atraso social, "a parte mais desenvolvida do Brasil tem uma base industrial e uma capacidade instalada de pesquisa que permitem competir em algumas faixas dessa corrida" (SD).

O Estado deve promover "uma verdadeira revolução educacional" que "sacuda a apatia do sistema de ensino desde o primeiro grau até a universidade. Que democratize o acesso à educação recuperando a escola pública, tão abandonada nos últimos anos" (SD). A reforma educacional deveria priorizar a qualidade do ensino primário e secundário, especialmente elevando a remuneração e a formação do professor, de modo a superar a baixa escolaridade e o analfabetismo do país. O professorado deveria ser submetido "a um sistema de mérito, com concursos e responsabilidade. Nada de 'promoções automáticas' e menos ainda de salários de fome" (CDDPAI, p. 46). A melhoria do ensino básico é vista como condição para universalizar o acesso ao ensino público universitário[17]. Considerava ainda irrealista a idéia de privatização das Universidades, uma vez que "matrícula paga não custeia universidade nem aqui nem na Conchinchina; universidade não é só ensino, é pesquisa, que é cara e não pode ser financiada pelas anuidades" (FSP, 23/05/91). Os recursos para o ensino público é que deveriam ser tirados daqueles que podem pagar, por exemplo, indiretamente, através de tributação dos ricos[18].

A proposta de ampliação da descentralização dos recursos públicos deve ser estendida à educação, para evitar que os recursos da União se percam nos canais burocráticos. Nesse sentido, Cardoso defende a autonomia das universidades; que "se liguem às comunidades, aos estados e municípios", porém de modo responsável, (com "mais audácia e responsabilidade dos pesquisadores, mais bolsa e intercâmbio com o

[17] Cardoso ainda defende políticas de combate ao clientelismo no ensino público. Assinala, por exemplo, que a lei que assegura autonomia universitária foi mal interpretada, "O que tínhamos em mente, quando escrevemos aquilo, era a autonomia didática e a liberdade de pensamento, mas a autonomia a que se refere o artigo foi interpretada como autonomia para gastar. As universidades passaram então a gastar – pode gastar que o tesouro paga" (PSS, p. 315).

[18] Sobre a proposta de reforma do estado ver o discurso de Cardoso feito durante debate pouco antes de entrar para o governo federal em 1992 In "As elites brasileiras e a modernização do setor público: um debate" (EBMSP, 1992).

exterior e, de novo, menos burocracia e mais dinheiro para as coisas darem certo" (CDDPAI, p. 46).

Ainda que o estado não possa (e não deva) desempenhar o papel central no processo de desenvolvimento econômico, deve definir políticas de investimentos científicos e tecnológicos e, ao mesmo tempo, promover as condições educacionais mais amplas para a modernização. Nessa direção, sugere uma espécie de parceria entre governo e sociedade civil, para empreender uma política de investimentos científicos e tecnológicos: "vamos ter de investir em ciência e tecnologia o dobro ou o triplo do que investimos hoje. E é preciso saber exatamente como e onde investir, porque os recursos são limitados /.../. O governo, junto com os pesquisadores, técnicos e empresários, tem que escolher ramos nos quais temos condições mais favoráveis, e concentrar os recursos neles. Em outros casos, é mais viável absorver tecnologia através da importação de equipamentos e do treinamento de profissionais brasileiros no exterior" (SD). Nessa matéria, não vê como problema a transferência do erário para os setores privados, mesmo sabendo que "dinheiro público é para ensino público, nos termos da Constituição. Mas público não é igual a estatal. Público é o que serve e é controlado pela comunidade. Sem restrições quanto à orientação ao ensino que for, de fato, privado. E sem mesquinharias quanto à convergência de esforços e de recursos necessários entre os setores privado e público, quando houver programas de interesse efetivo da Nação, como a erradicação do analfabetismo e a ampliação da escolaridade para que ela possa abranger, de verdade, todos os que estão em idade escolar" (CDDPAI, pp. 46-7).

Cabe registrar que Cardoso freqüentemente alertava sobre os riscos que permeavam a reforma que estava sendo executada pelo governo Collor, que poderia levar à uma quebradeira da máquina estatal, ao invés do seu reaparelhamento qualitativo. Mesmo porque alguns setores do estado, importantes enquanto mecanismo de regulação econômica, deveriam ser preservados. Como afirma no Senado, "Acredito que devamos, nessa matéria de privatização, olhar caso a caso e com muita cautela /.../. Não podemos confundir a necessária reorganização do estado com o seu desmantelamento. E no caso de uma empresa como a Petrobrás, antes de propor o fim do monopólio, é preciso analisar muito bem por quê. Por que acabar com o monopólio do transporte do refino do petróleo? Não se vê razão clara para isso. E, por conseqüência, não endosso essas afirmações sem qualificativos /.../ temos que entender que a função pública nas sociedades contemporâneas se mantém com muita força. O que não se pode é confundir estatal com o público. É uma associação de interesses privados e da burocracia, e o interesse do

conjunto da sociedade. Mas não quero que minhas palavras sejam mal interpretadas" (DCN, 30/10/91). Ou seja, o governo estaria levando a uma desmontagem do estado e, com isto, colaborando para o aspecto negativo do mercado; como afirma, "estamos desorganizando o que havia de bom no estado". Tal condução, conforme Cardoso, não seria permitida nem pelos neoliberais, uma vez que não prescindem do estado, "porque eles não são bobos, acaso existe mercado sem lei?" (FSP, 07/05/92)[19]. Assim, a reforma do estado deveria resguardar e assegurar espaços para atuação estratégica do estado com vistas ao desenvolvimento. De sorte que reformar o estado não quer dizer desarticulá-lo, especialmente em áreas imprescindíveis para o desenvolvimento científico, tecnológico, educacional e, sobretudo, em atividades que levam à "abertura de áreas econômicas pioneiras e estratégicas" (FSP, 07/05/92).

Assim, a análise crítica e propositiva de Cardoso em relação ao estado, no despontar da década de 90, vai à direção de demonstrar as insuficiências tanto do chamado modelo de desenvolvimento, baseado na substituição de importações, quanto dos efeitos deletérios da privatização do estado. As reformas propostas acima seriam um ponto de partida para a emergência de um novo estado que supere, inclusive, o paradigma clássico de estado da social democracia, Como afirma em outros momentos, "Gramsci dizia: a social-democracia tem a mesma raiz leninista, via Estado. Hoje, temos de pensar numa nova social-democracia – que não fale a linguagem da corporação, não fale a linguagem da burocracia estatal, não fale uma linguagem contrária à da sociedade civil. Que quer dizer isso na prática? Primeiro, se as forças de mercado vão tomar conta de muitos setores da produção, é preciso regulamentar. E regulamentar de um jeito no qual a sociedade tenha participação. É preciso ter uma preocupação obsessiva com a universalização dos serviços e das políticas públicas" (Veja, 10/09/97). O modelo de estado preconizado por Cardoso seria uma espécie de *welfare state* renovado, que correspondesse aos sinais dos novos tempos: não é o estado que tudo faz, mas o que permite a criação de novas arenas públicas, de modo que os cidadãos participem institucionalmente das decisões políticas.

Voltaremos à discussão sobre o novo paradigma de estado defendido por Cardoso; por ora, é preciso reter que um projeto de modernização, que inclui um salto qualitativo da economia brasileira e seu ajustamento na economia mundial, pressupõe a reconstrução do estado brasileiro sob novas bases, uma vez que as reformas são imprescindíveis "para criar os instrumentos de uma nova articulação entre o país e a ordem mundial, sem que esta se

[19] As demais críticas ao governo Collor serão discutidas em outro momento.

dê, como hoje, à matroca (sem cuidado, ao acaso), respondendo automaticamente às propostas internacionais ou refugiando-se no protecionismo de um 'estatismo envergonhado', manipulado pelos interesses corporativos de funcionários" (RI, p. 178). No plano interno, o estado, ao superar os constrangimentos do passado, pode finalmente se transformar em um instrumento eficiente de indução do desenvolvimento econômico e de justiça social.

5.3. Delineamentos para uma política de abertura econômica e de desenvolvimento econômico

Como vimos, Cardoso vem apontando para a necessidade de alteração do chamado modelo de substituição de importações e de reconstrução do estado nacional, de modo a infletir a trajetória de desenvolvimento econômico, político e social do país. No entanto, enfatiza que um projeto de modernização conectado com uma política de reinserção da economia no mercado mundial deve estar parametrado pelas novas contingências da globalização. Traçar um novo caminho de modernização pressupunha levar em conta duas questões intimamente relacionadas. Primeiro, como já aludido, a nova lógica do desenvolvimento capitalista não se apóia mais na exploração de recursos naturais e mão-de-obra. Segundo, precisamente em função desse novo caráter do desenvolvimento capitalista, alteram-se drasticamente a situação e as relações de dependência dos países em relação à globalização e as alternativas viáveis de desenvolvimento. Em outras palavras, traçar um projeto de futuro para o país pressupunha levar em conta a nova dinâmica do sistema capitalista mundial, entender que se estava assistindo ao despontar de nova ordem que impunha novos desafios e problemas, redefinindo, inclusive, a situação de dependência não apenas do Brasil, mas de todos os chamados países em desenvolvimento. Assim, frente à nova dinâmica do sistema capitalista mundial, que não tem mais como pressuposto a exploração de recursos naturais e de mão de obra barata, era imperativo traçar uma política de desenvolvimento econômico e de reinserção econômica, tendo em conta tanto as novas possibilidades quanto os novos constrangimentos postos pela globalização.

A revolução que se processou no âmbito produtivo "resultou numa mudança significativa nas vantagens comparativas das nações. A posição competitiva de um país em relação aos demais é, cada vez mais, determinada pela qualidade de seus recursos humanos, pelo conhecimento, pela ciência e tecnologia aplicadas à produção. Abundância

de mão-de-obra e matérias primas é vantagem comparativa cada vez menor, na medida em que aqueles dois fatores de produção representam parcelas declinantes do valor agregado em praticamente todos os bens. Essa tendência irreversível torna improvável que o êxito dos países do Sul derive exclusivamente da mão-de-obra barata e dos recursos naturais" (CSG). Ou seja, o processo de expansão capitalista, sob o novo patamar de produção, intensivo em conhecimento e em tecnologia, tende a excluir países inteiros, que ficaram a margem desse processo de revolução tecnológica, e produzindo uma massa de inexplorados[20]. De modo que o desequilíbrio social, econômico, e tecnológico entre países desenvolvidos e em desenvolvimento marcam a nova relação Norte-Sul. Cabe assinalar, contudo, que Cardoso passa a reconhecer que a divisão Norte-Sul é insuficiente para expressar a nova reconfiguração do mundo uma vez que o processo de globalização altera as relações entre todos os países e, sobretudo, daqueles que compunham o chamado Terceiro Mundo de maneira que o mundo passa a ser configurado por aqueles que pertencem ou não à globalização.

Diferente do passado em que existiam tendências mais ou menos comuns entre as nações que se enquadravam na situação de dependência, atualmente o conjunto desses países apresenta variações estruturais bastante significativas. Uma parcela do chamado Terceiro Mundo, incluindo Brasil, Índia, Indonésia, embora "incapazes de fazer o salto completo da integração" possuíam as condições internas necessárias "para escapar da 'quarteirização' que conduz à pobreza desesperançada" (RNSCA, p. 11). Outros países que, de uma forma ou de outra, conseguiram se integrar ou obter nichos no mercado mundial, como os chamados tigres asiáticos, Chile e mesmo Colômbia, este pela via do narcotráfico, estão de alguma maneira conectados com a economia mundial, mas uma grande parte do chamado Terceiro Mundo, precisamente por não oferecer condições internas minimamente razoáveis de desenvolvimento está condenada ao esquecimento, porque está na condição de inexplorável, de modo que nem todos os países do velho Terceiro Mundo estão em condições de ser integrados na mundialização precisamente porque não oferecem as condições necessárias para as investidas do capital.

De sorte que, na nova ordem mundial, o quadro descrito no passado pela teoria da dependência, no qual parte da periferia se acopla ao sistema mundial, sob a forma da dependência ou sob a forma do modelo de desenvolvimento-dependente associado, torna-

[20] Para enfrentar essa situação, Cardoso propõe treinamento de pessoal e flexibilização das relações de trabalho.

se mais dramático. O chamado Sul encontra-se sob uma dupla ameaça: "aparentemente incapaz de integrar-se, buscando seus próprios interesses, e tampouco capaz de evitar 'ser integrado' como servo das economias mais ricas. Os países (ou parte deles), incapazes de repetir a revolução do mundo contemporâneo e, ao mesmo tempo, encontrar um nicho no mercado internacional, terminarão no 'pior mundo possível'. Não valerão ao menos o trabalho de serem explorados; tornar-se-ão irrelevantes, sem qualquer interesse para a economia global em desenvolvimento" (RNSCA, p. 12). Os atrativos que no passado fizeram com que alguns países se integrassem no mercado mundial, sob a forma da dependência, perderam relevância do ponto de vista do capital, portanto, aqueles países que hoje apenas oferecem recursos naturais e mão de obra abundantes estão condenados a "quarteirização". Ou seja, aqueles países que "não deram o salto tecnológico e não passaram uma espécie de mutação da sociedade (com a revolução educacional, a melhoria do nível salarial, a desconcentração relativa da renda e da propriedade, sobretudo, agrária, e assim por diante) correm o risco de perder o bonde da história. Por certo, algumas economias 'periféricas', como eram chamadas conseguiram industrializar-se parcialmente, como a brasileira. Têm ainda (desde que criem e tenham acesso às novas tecnologias aos mercados) oportunidades de integração à nova moda mundial. Outras, entretanto, a maioria delas, amargarão na miséria, na desimportância mesmo para serem exploradas. Formarão um 'Quarto Mundo' sem esperanças e duvidoso futuro" (FSP, 20/12/90). Forma-se assim uma grande massa da população mundial que não está sequer em condições de ser explorada, pois não dispõem "dos recursos da inteligência, da nova tecnologia e que é inútil para a riqueza dos países prósperos" (CPNMU, p. 7). Assim, na medida em que a nova forma de expansão do capital, passa a ter como critério: o patrimônio de conhecimento do país, mão-de-obra qualificada e capacidade de fazer pesquisa científica e tecnológica e de incorporá-la ao processo de produção, "Isso torna irremediavelmente pesado o custo derivado da desigualdade social, da baixa escolaridade e do analfabetismo, da ausência de investimentos em pesquisa básica e aplicada, da débil conexão do empresariado com a universidade e da própria exigüidade da comunidade científica".

Portanto, a nova reconfiguração mundial será dada por aqueles que pertencem ou não a globalização, como afirma o autor, "E minha primeira observação é a de que a globalização está dando origem a uma nova divisão internacional /.../. A situação internacional desta metade da década de 90 é muito mais complexa. O mundo pode ser dividido entre as regiões ou países que participam do processo de globalização e usufruem

seus frutos e aqueles que não participam. Os primeiros estão geralmente associados à idéia de progresso, riqueza, melhores condições de vida; os demais associados à exclusão, marginalização, miséria" (CSG). Assim, o que denomina de nova divisão internacional expressa dois extremos, mediados pela globalização, o mundo integrado, associado a riqueza, e o mundo excluído da globalização, marcado pela fome, pela pobreza e fadado ao esquecimento[21]. No entanto, embora reconheça que os países avançados não ficaram imunes a essas transformações, já que a exclusão social também está presente nos países avançados e integrados, Cardoso tende a explicar esses dois extremos; o da abundância de riqueza e o da miséria extremada, basicamente pela questão do desenvolvimento tecnológico. Ou seja, no caso dos países que não fizeram a revolução tecnológica do século, não conseguirão integrar as massas nesse novo modo de produzir e, conseqüentemente estarão incapacitados de se integrar na globalização. Nos pólos avançados e integrados, a exclusão não ocorre pela ausência da revolução tecnológica, mas pela própria modernização tecnológica, que leva ao desemprego estrutural, já que "A globalização significa competição com base em maiores níveis de produtividade, ou seja, maior produção por unidade de trabalho. O desemprego resulta assim dos mesmos motivos que levam uma economia a ser competitiva", que vem sendo acentuando nos países avançados, particulamente na Europa, de modo que "Há um sentimento de exclusão, de mal-estar em vastos segmentos das sociedades ricas integradas na economia global, alimentando a violência e, em alguns casos, atitudes de xenofobia" (CSG). Parece que Cardoso reduz as contradições do capitalismo mundializado, sobretudo nas relações entre centro e periferia, a uma defasagem tecnológica, como se inexistissem relações de subalternidade entre os países. Do mesmo modo a referência às conseqüências negativas do desenvolvimento tecnológico, que no entender de Cardoso leva à miséria e exclusão, não aparece relacionada com a lógica de reprodução do capital, este tomado, evidentemente como uma dada forma de relação social, que se mundializa, mas a um imperativo de competitividade da economia de mercado. Em verdade o que se perde mesmo nessa análise é o próprio caráter de exploração do capital bem como a própria dimensão da contradição entre forças produtivas e relações sociais, contradição esta que é a expressão necessária da dinâmica de reprodução do próprio capital. O autor ao afirmar

---

[21] Cardoso entende que está havendo uma nova divisão internacional do trabalho, mas não chega a desdobrar essa questão, apenas sublinha que "em decorrência da abertura da economia e do imperativo da competitividade e produtividade é preciso saber qual será a composição setorial de uma economia industrial periférica e integrada a uma nova divisão internacional do trabalho" (IGPD, p. 46).

que a "história é impiedosa com aqueles que ficam à margem do *main-stream*" parece ignorar que essa história tem sido a história do capitalismo, e que esse engendra um desenvolvimento desigual e combinado, de modo que se esse modo de produção se mundializa, mundializam-se igualmente suas contradições. Deixaremos para outro momento o desdobramento dessas questões, convém aqui continuar registrando a análise do autor sobre os novos imperativos para os países dependentes.

O que o autor salienta é que houve, nas últimas décadas, um conjunto de transformações que separa a situação de dependência do passado e a que se descortina atualmente, obrigando à uma redefinição das estratégias de luta no âmbito local e desse em face ao internacional. Assim, se a internacionalização da produção se acentuou, tal processo leva necessariamente a uma redefinição do espaço produtivo nacional, isto é, à redução em termos de alternativas de desenvolvimento auto sustentado, com efeito, as propostas de substituição de importação ou de desenvolvimento auto sustentado, inviabilizam-se. Como explica, "No passado, era possível responder politicamente às velhas relações de dependência apelando para a 'autonomia nacional', demandando maior investimento industrial para corrigir a deterioração nos termos de troca, e expandindo o mercado doméstico de modo a quebrar a cadeia do 'enclave de dependência' e estimular a distribuição interna da renda. Agora, a resposta política exige que o Sul, ele também, construa um novo tipo de sociedade" (RNSCA, p.12). Cabe lembrar que essas respostas já eram anacrônicas no passado, em face do processo de internacionalização do capital, "Durante décadas, os países em desenvolvimento tentaram influenciar a construção de uma nova ordem internacional. A verdade é que /.../ essa nova ordem já estava sendo forjada e hoje atende pelo nome de Globalização" (IGPD, p. 23). De qualquer forma, se no passado, era possível ainda estabelecer estratégias de desenvolvimento nacional, baseadas em políticas protecionistas e no desenvolvimento do mercado interno, atualmente a dinâmica da globalização põe em xeque essas alternativas. Em outros termos, se no passado havia justificativa e, de certo modo, era possível apelar para autonomia nacional, para enfrentar os laços de dependência, hoje tal proposta, segundo Cardoso, é anacrônica, pois leva ao isolamento e o isolamento à estagnação, em alguns casos, leva a formas de regressividade. De modo que, "Queiramos ou não, a globalização econômica é uma nova ordem internacional. Precisamos aceitar este fato com realismo; do contrário, nossas ações estarão destituídas de qualquer impacto efetivo. Isso não significa inércia política, mas uma perspectiva inteiramente nova sobre as formas de agir na cena internacional /.../ Precisamos também reconhecer nossas diferenças. O Sul não pode ser considerado como

uma entidade única. A globalização acelerou e aprofundou a diferenciação entre os países em desenvolvimento em termos de sua capacidade de tirar proveito dos fluxos internacionais de investimento comércio" (CSG). Cabe, portanto, segundo o autor, repensar a questão da dependência; o que é e o que propõe *no novo contexto mundial.*

Cardoso considera que justamente porque não há mais um conjunto de tendências, mais ou menos comuns na América Latina, como na época da teoria da dependência, não existe um único modelo de abertura e de inserção válido para toda a América Latina. Como afirma, o processo de globalização "está levando a diferentes estratégias de ajuste que marcam caminhos muito distintos para os países da região. Não posso pensar que a Argentina chegue ao que chegou o México (haga lo que hizo), não porque não o queira mas sim porque são situações muito distintas. E talvez no Brasil se de um salto que conduza a uma integração de outro tipo. Não sei. Porém não posso estabelecer as mesmas saídas para Bolívia e Equador. Chile e Brasil têm recuperado sua capacidade de decisão de maneiras diferentes. Essa diversidade de caminhos vai marcar o futuro na América Latina, e seria uma presunção imaginar um mesmo caminho para toda a América Latina. Haverá pois diversos caminhos para os distintos países da região" (DCDP, p. 135). Contudo, os diversos caminhos não implicam na eliminação de problemas e desafios comuns que ainda marcam o conjunto da América Latina e precisamente por isso caberia um esforço de integração regional desses países, senão da totalidade, no curto prazo, ao menos de acordos mais restritos que o fortalecessem para uma reinserção mundial, como veremos mais à frente.

Mas a despeito das adversidades do mundo periférico frente a globalização, Cardoso considera que existiam condições propícias para a interferência, ao menos, de alguns países na política internacional que permitiriam forçar uma integração ou condições de integração mais vantajosas para os países em desenvolvimento. Acreditara inclusive que a própria posição ostensiva dos Estados Unidos, como "os donos do mundo", após o desmoronamento da União Soviética e a Guerra do Golfo, sobretudo frente às nações mais prósperas, abria a possibilidade de uma reforma da ONU a fim de lutar contra o sistema de veto e exclusão. Embora advirta que "ou os países do Primeiro Mundo entendem que deverão alargar o que chamou de 'fronteiras tecnológicas' para dinamizar e englobar as economias marginalizadas, ou sofrerão as conseqüências políticas de sua atitude egoísta. Quais? Massas de inimpregáveis para Europa migrarão, o terrorismo" (FSP, 20/12/90).

Alguns países do Sul teriam chances de assegurar sua reinserção no mercado mundial, porém, para que não significasse simplesmente estreitamento dos vínculos com o

mercado mundial, teriam que ingressar no que chamara "corrida democrático-tecnológico-científica", investindo, sobretudo em P&D bem como em educação. Como afirma, para um mundo globalizado, "a resposta política exige que o SUL, ele também, construa um novo tipo de sociedade"; a partir de investimento educacional, melhoria da produtividade do capital humano, salto tecnológico e ao mesmo tempo democratizando a sociedade, na verdade reformando a própria sociedade civil para assegurar uma integração positiva com a economia mundial. Teriam que selecionar "uma política de abertura dos mercados, uma política industrial apropriada, uma política educacional que torne possível integrar as massas na cultura contemporânea, uma política de ciência e tecnologia capaz de sustentar o crescimento econômico etc.) sem ser tragados pela globalização da economia mundial" (RNSCA, p. 12). Mas mesmo que os países obtivessem algum êxito, ainda que parcial, na chamada "corrida democrático-tecnológico-científica", precisariam definir como iriam se integrar na globalização. Ou seja, não bastava simplesmente desenvolver as condições internas para um salto qualitativo no modo de produzir, mas definir, politicamente, as estratégias de inserção mundial.

Cardoso alertara freqüentemente para a urgência na tomada de posição do Brasil frente a globalização visto que integrar-se ou reintegrar-se no mundo globalizado, e ter acesso a tecnologias e mercados, é condição de sobrevivência e bem estar para para os países dependentes, como afirma "Esse é o momento para o Brasil forçar um entendimento em escala internacional. Mas é fundamental que o país mude e mostre aqui dentro, através de uma mudança radical, que quer se transformar num país desenvolvido" (Veja, 04/09/91), porém adverte, a opção pela inserção "precisa ser assumida sem ambigüidades para definir políticas que a acelerem e, por sua vez, que protejam a sociedade e o país dos efeitos negativos de algumas de suas conseqüências. Há dois riscos polares nessa questão: se o país não se integra à economia global, sofre a 'cambodjização'; se o faz sem soberania das decisões, passa a ser reserva de mercado dependente dos centros mundiais de poder" (DCN, 29/01/88). Isto não quer dizer que os "social-democratas latino americanos devam apoiar pura e simplesmente a liberalização ou a abertura das economias nacionais" e sim, de um lado, empenharem-se, por sua "perestroika", "isto é, reestruturar sua economia, tornando-a menos protecionista e mais eficiente. /.../ Isto não significa abrir irresponsavelmente o mercado brasileiro, de uma hora para outra, à concorrência estrangeira. Significa, isto sim, desenvolver nossa capacidade própria em ciência e tecnologia e fortalecer a indústria brasileira para torná-la mais competitiva, aqui dentro e no mercado externo" (SD).

Cardoso considera que a social-democracia não precisa "aderir ao neoliberalismo" para conduzir a abertura econômica e fazer o ajuste externo necessário para a integração. Em verdade, sugere uma nova postura em relação ao conjunto de questões que envolvem as relações externas do Brasil, entre elas, a própria dívida externa, a inflação e a crise do estado[22]. No que diz respeito à essas questões, sabe-se que desde meados da década de 80 a discussão acerca da crise do estado e da dívida externa, abarcava a quase totalidade dos países latino americanos. A questão do "ajuste" necessário das economias latino americanos tornara-se um dos pontos centrais do debate político nesta região, sobretudo em relação as instituições financeiras internacionais, que vinham oferecendo as suas próprias "receitas" para sanar a crise. Quanto a isso, Cardoso entendia que as receitas neoliberais não poderiam ser encaradas de forma pragmática e não ideológicas, simplesmente avaliando o que deu certo em outros países. Ou seja, para enfrentar esse conjunto de questões era necessário articular politicamente um projeto próprio para o país a fim de equacionar conjuntamente o problema da dívida, da inflação e a forma pela qual o país iria se inserir na globalização[23]. Afirma, "Minha aposta é que se pode sair desse impasse, que há modos de fazê-lo e que, de fato, há que fazer os ajustes e que isto tem que ser o resultado das decisões dos principais atores internos" (DCDP). Segue o autor, "Penso que a expressão ajuste não assinala com profundidade o que se passa. Porque o termo ajuste provém dos organismos internacionais para referir-se a algo contigente como é o controle da política fiscal e da política monetária. Porém, de fato, não se trata apenas disso; se trata da reinserção no mercado mundial, que mudou profundamente. E aqui a questão não é saber se haverá inserção ou não, mas se as economias mundiais nos vão inserir ou se nós vamos nos inserir. Esse é o problema. A discussão acerca de se as economias vão fazer um processo de globalização ou não é inconseqüente, pois as economias vão fazê-la, a pergunta é: sob que condições? Quem toma as decisões sobre os

---

[22] Cardoso era favorável que a negociação da dívida externa fosse feita sob o critério de condições internas para pagamento. Chegou a propor no Senado: "que o pagamento da dívida obedecesse a dois parâmetros: a manutenção do nível de reservas correspondentes a quatro meses de importação brasileira (cerca de 7 ou 8 bilhões de dólares) e o respeito à 'capacidade interna de pagamento' (orçamento superavitário, depois de feitos os investimentos não-inflacionários requeridos por nosso desenvolvimento /.../ introduzi uma cláusula de 'salvaguarda' para o caso da emergência de fatores de perturbação inesperada que não sejam da responsabilidade dos credores ou devedores e estabeleci que as conversões da dívida devem ser feitas com deságio e através de mecanismos de mercados (como os leilões)". Asseverava que fossem resguardados os dispositivos constitucionais, nos quais, o "endividamento externo seja decidido de comum acordo com o executivo e o legislativo" (FSP, 13/09/90).

[23] Uma das críticas que fizera ao Governo Collor reside exatamente na falta de articulação desse conjunto de questões, uma vez que esse governo insistira na estabilização monetária a qualquer custo.

caminhos que vão ser percorridos para chegar a esta globalização? Assim como a dicotomia privado-estatal é ideológica porque falseia a questão, também a oposição mercado interno-mercado externo, inserção ou não, é falsa, porque indefectivelmente (se va hacia una inserción). O problema é outro. É saber como se faz essa inserção, quem controla o processo, quem diz que sim, que não, como se negocia, como se discute" (DCDP, p. 132).

Por outro lado, a estratégia de reinserção internacional implicava num esforço maior, em face de problemas e desafios ainda comuns na América Latina para retomar o processo de integração regional. Como já foi indicado, Cardoso avalia que os países latino americanos perderam tempo, especialmente na década de 80, ao insistir no chamado modelo de desenvolvimento cepalino, recuando na história, enquanto o resto do mundo caminha em direção à aceleração da formação dos blocos regionais, com o avanço da CEE, com as indicações claras da formação de um bloco asiático a partir de iniciativas de Japão em relação aos tigres asiáticos, com os Acordos entre EUA, Canadá e México. Apenas no final da década de 80, devido a essas transformações no mercado mundial e conseqüentemente devido aos riscos de marginalização, é que se repõe, especialmente por parte de alguns governos locais, o projeto de integração da região, estabelecendo compromissos de cooperação, expresso pelo Grupo do Rio, que sucedeu o Grupo dos Oito (DCN, 10/08/90)[24]. Cabe registrar que Cardoso, durante o Governo Collor, criticara freqüentemente a falta de articulação e de propostas do país em relação a essas organizações[25] e mesmo o esforço tímido desse Governo em relação ao Mercosul[26]. A despeito disso, nesse momento, vários passos foram dados em direção à integração, tanto pelo Brasil quanto por outros países da região. Nesse novo contexto, Cardoso considerava promissor o futuro da Aladi, "os diversos países membros da região têm hoje clara consciência de que a integração a ser promovida no âmbito da Aladi não pode mais se eximir de enfrentar a concorrência externa, numa inútil e custosa – para os consumidores

---

[24] O manifesto do PSDB de 1988 já enfatiza a necessidade de integração regional.

[25] Avaliara, por exemplo, que o rompimento do Brasil com a AIC, (Acordo Internacional do Café), em julho de 1989, teve efeitos deletérios para o país, já que "tornaram-se sem efeito as cláusulas econômicas e as cotas de exportação que o tratado estabelecia". De modo que a ausência de política do país reduz a capacidade de pressão dos cafeicultores internos bem como diminuem as oportunidades de expansão das exportações de café, principalmente de divisas. Além disso, complica principalmente a situação dos pequenos agricultores e não o dos grandes, que têm conexão com o mercado internacional. Enfim, "Ruim com o AIC, pior sem ele" (FSP, 06/02/92).

[26] Em março de 1991, o governo F. Collor de Melo participou em Assunção do Encontro que firmou o Mercado Comum do Sul (Mercosul) juntamente com os Governos da Argentina, Paraguai e Uruguai. O tratado de Assunção entrou em vigor em novembro de 1991.

de nossos países – política comercial de 'avestruz' /.../ a Aladi enfrenta agora o desafio propiciado pela 'Rodada Uruguai' do GATT: ou a desgravação generalizada a ser rapidamente introduzida nas pautas tarifárias nacionais é radical e efetiva, ou o Tratado concebido para a região perde sua própria razão de ser, ao ser superado nos fatos pelo novo contrato em gestação em Genebra. Seria portanto necessário não só as políticas comerciais que se desenham naquelas negociações tenham igualmente uma repercussão no nível regional, mas também que as políticas macroeconômicas nacionais sejam postas de conformidade com as exigências da preferência regional" (DCN, 10/08/90). Cardoso propõe que, devido as diferenças existentes entre os países da região fosse priorizado acordos mais restritos, por exemplo, entre Brasil e Argentina, mas assevera que essas dificuldades existentes não poderiam levar à ambição de alguma relação "especial" na qual se optasse por acordos unilaterais com um parceiro mais desenvolvido, como afirma, "Se alguma relação especial deve haver, que seja, antes de mais nada, entre os próprios países do continente". Nesse sentido, prescreve um fortalecimento do mercado comum latino americano ou, em curto prazo, acordos mais restritos entre alguns países, antes de qualquer acordo com outros blocos, especialmente contra a chamada "Iniciativa para as Américas" de George Bush. Esta ainda que fosse uma iniciativa positiva, era colocada de forma unilateral pelo Governo dos Estados Unidos, "Sem dúvida que os países latino-americanos devem abrir suas economias e mercados à saudável competição dos parceiros externos. Mas devem fazê-lo em função de critérios próprios e prioridades por eles mesmos traçados e não necessariamente para atender a 'cantos de sereia' extra-regionais, que ademais vêm formuladas em termos muito vagos e gerais" (DCN, 10/08/90). Com essa preocupação, propunha que a Aladi assumisse a função de coordenar as respostas aos desafios postos pela globalização, seja em relação as investidas do parceiro do norte, seja em relação aos demais blocos, seja ainda em função dos Acordos de comércio ao nível mundial, a serem formulados pelo antigo GATT, isto é, a Associação deveria "mostrar aos principais parceiros desenvolvidos que nosso empenho em abrir mercados e liberalizar o comércio tem de ser correspondido com fatos positivos no campo do acesso a mercados, não com meras palavras de apoio e novos perdidos de abertura irrestrita a seus próprios interesses comerciais" (DCN, 10/08/90). Não obstante, Cardoso considerava que a "Iniciativa para as Américas" era uma tendência inevitável para o futuro da América, mas a integração regional deveria ser antes priorizada, "Numa fase ulterior, portanto, os países do Mercosul poderão aproveitar o quadro institucional fornecido pelo 'acordo mais um', assinado em meados do ano passado com os Estados Unidos para estabelecer as linhas de

um futuro acordo de livre comércio com aquele país" (DCN, 20/03/92)[27]. Embora esteja fora do nosso escopo de pesquisa o exame da política externa empreendida por Cardoso durante o período em que ocupou o cargo de Ministro das Relações exteriores é importante registrar que foi essa a posição que Cardoso levou nos encontros internacionais. Por exemplo, em Londres, cujo tema do encontro era "O Brasil e a comunidade econômica européia", Cardoso declara que a integração européia foi "um modelo e um alerta contra o risco de marginalização", por isso, "Aprendemos que integração significa maiores fluxos de comércio, de investimento e de cooperação; significa mais do que o mero acréscimo de mercados; que o processo de integração deve ir além da liberalização do comércio; que a integração teria grande impacto sobre certos setores das várias economias envolvidas; que alcançaria não apenas o nível de produção de bens e serviços, mas também o desenvolvimento de tecnologias; que levaria à harmonização das políticas macroeconômicas por meio de um complexo de barganha; e que o processo deveria respeitas as soberanias nacionais, a despeito de todas as concessões voluntárias que eram exigidas enquanto, em muitos aspectos, as fronteiras desapareciam" (MRE, p. 4). Cardoso adverte que o aprofundamento das relações entre Brasil e a CEE teria que rever as políticas de subsídios, de investigações *anti-dumping* tanto no setor agrícola quanto industrial que afetariam negativamente as relações com os Brasil. Enfim, aponta um conjunto de medidas da CEE que contrastam com a política de abertura de vários países latino-americanos, ou seja, denuncia o descompasso, profundamente negativo para esses países, entre o que se concede aqui e o que se protege lá[28].

Cardoso avaliando, em 1992, os efeitos positivos do então recente Mercosul, afirma que a progressiva eliminação das barreiras comerciais e tarifárias entre os países membros colaria os empresários diante dos seguintes desafios: "Passou o momento da tranqüila segurança propiciada por reservas de mercado ou subsídios estatais. A questão agora é a de saber como enfrentar um mercado interno certamente muito mais amplo, mas onde passam a jogar plenamente as regras da concorrência e da eficiência. A partir da conformação definitiva do Mercosul, o diferencial de preço será dado, em princípio, pela produtividade relativa de cada empresa acrescido do custo frete, ou seja, passa a valer,

---

[27] Cardoso prescrevia que para a discussão das formas de acomodação entre diferentes economias houvesse o envolvimento não apenas dos empresários e governo, mas também de sindicatos, congresso e outras organizações da sociedade civil.

[28] A proposta que Cardoso passa a defender é de fortalecer o Mercosul, e por meio deste entrar na Europa, nos Estados Unidos e na Ásia, pois se ficar somente no Mercosul não é possível dar "solavancos" na economia brasileira.

integralmente, a regra da competitividade. Nesse mundo, sem fronteiras econômicas que se desenha, os principais ganhadores somos nós, enquanto consumidores, uma vez que teremos à disposição produtos mais baratos e de melhor qualidade. Mas as empresas também ganharão com a integração. Elas estarão, por força da modernização tecnológica que terão de operar, plenamente capacitadas, em princípio, para disputar outros clientes em terceiros mercados, à condição, evidentemente, que a tarifa externa comum, a ser implementada em 1995, não atue como um novo mecanismo de reserva de mercado e de desvio de comércio" (DCN, 20/03/92). Importa chamar a atenção para a natureza da estratégia de Cardoso em relação à integração, que é a mesma em relação à defesa de um grau de abertura e integração maiores com o resto do mercado mundial. Cardoso parte do pressuposto que uma exposição maior dos produtores internos à concorrência externa, forçaria à uma modernização, uma vez que o critério de renovação tecnológica e eficiência é fator decisivo de sobrevivência num mercado concorrencial. Isso teria como resultado ganhos de produtividade que se converteriam em melhoria no consumo interno. Supõe ainda, que naquele momento, os próprios empresários estariam cônscios desses benefícios positivos da integração[29] e portanto, não manifestariam resistências, como afirma: "O setor privado, diga-se de passagem, já não mais assume o papel de freio dos instrumentos de liberalização e de abertura comercial, como acontecia até um passado ainda bem recente. Consciente do caráter irreversível das mudanças decididas no mais alto nível político, ele começa a ajustar-se progressivamente à nova realidade do mercado comum: não apenas o conhecimento recíproco dos mercados nacionais dos países vizinhos aumentou bastante no período recente, mas sobretudo, começam a desenvolver-se associações pragmáticas entre empresários do mesmo setor ou de ramos complementares dos países membros do Mercosul. Como conseqüência, houve um aumento exponencial no comércio intra-regional. O intercâmbio no Mercosul aumentou em mais de 70%, passando de 1,3 bilhão de dólares para 2,3 bilhões" (DCN, 20/03/92)[30]. Além desses benefícios, a integração contribuiria para potenciar a produção dos países membros, uma vez que beneficiaria "o comércio de ponta do futuro: *Know-How*, pesquisa científicas aplicadas e outros produtos de inteligência" (DCN, 20/03/92).

---

[29] Apesar de saber da resistência de argentinos a importações de produtos brasileiros, mesmo diante de acordos já firmados sobre a reciprocidade na transação de equipamentos. Conforme DCN, 26/03/92.

[30] Importa observar que Cardoso não alude a qualquer tipo de resistência do empresariado brasileiro, seja em relação ao Mercosul, seja em relação a abertura que Collor estava promovendo.

No entanto, a busca de integração e de estreitamento dos laços com os países avançados deveria se dar de acordo com uma política própria de abertura, na qual se assegure uma "integração soberana ao sistema econômico internacional". O que vem a ser soberania? "deve significar capacidade de decidir sobre o modo como se dará a integração à economia mundial. A soberania exige a definição das prioridades nacionais em matéria de desenvolvimento industrial, científico e tecnológico. Só com prioridades claras saberemos evitar tanto o protecionismo fútil como o aberturismo irresponsável" (MPSDB)[31]. Nessa direção é preciso que se discuta "caso a caso, os graus e os modos pelos quais deve dar-se a abertura das economias latino americanas. E seu critério básico será o da igualação, nos salários, nas tecnologias e no consumo, entre o setor exportador da produção e o mercado interno. Em qualquer dos dois mercados, a social-democracia não aceita que o preço do progresso seja o aviltamento do valor da mão-de-obra" (DSDAL, pp. 46-7). Por outro lado, optar pela reinserção e pela aceitação do capital externo não significa abandonar o interesse nacional, este não pode mais ser definido, como fora no passado, pelo velho nacionalismo ou pela esquerda tradicional, sempre identificando desenvolvimento e independência nacionais, pois, "Num mundo cada vez mais integrado, desenvolvimento não rima com isolamento. País independente, hoje, significa país capaz de defender seus próprios interesses dentro de um relacionamento crescente com o mercado internacional e com o capital estrangeiro" (SD). Ademais, num mundo globalizado, importa pouco a nacionalidade do capital, o mais importante é assegurar que haja produção local.

Nesse sentido, considera que a social-democracia está longe de propor uma ruptura com o capital estrangeiro[32], ele é bem vindo e deve ser direcionado segundo os novos critérios de interesses nacionais. Sua entrada deve ser garantida, inclusive demonstrando-se internamente que há perspectiva de lucro para esse capital, mas desde que a remessa de lucros "não desequilibre o nosso balanço de pagamentos" (SD). E desde que "adicione saber tecnológico e não seja para fortalecer enclaves (cuidado com as 'zonas francas')" (CDDPAI, p. 44). Sob essa nova ótica, o estado, via BNDES, p.e., deve financiar as

[31] Cabe esclarecer que nos programas do PSDB não há indicação de quais seriam os setores internos que estariam mais ou menos expostos a abertura, apenas indica-se que caberiam "medidas temporárias" de reserva de mercado. Contudo, durante o período Collor, Cardoso foi contrário a intenção desse governo de alterar a lei de informática, ao noticiar-se a "redução do fim da proteção por 2 anos /.../ que vai haver uma ampla abertura de tudo que diga respeito à informática e que as *joint*, que, pela lei da informática estavam limitadas aos 30% do capital estrangeiro – passam a ter 51 nacional e 40 estrangeiro" (DCN, 14/09/90).

[32] Em outros momentos ressalta: "Aliás, somos o único partido que diz no programa uma coisa desafiadora: favorável ao capital estrangeiro: subordinado ao sentido público nacional, era bem-vindo" (IPFP, p. 184).

empresas que têm condições de pagar, não importa se são nacionais ou estrangeiras. No entanto, advertia que, naquele momento, o país não poderia nutrir grandes expectativas para a entrada do capital estrangeiro visto que este estaria mais interessado "no mundo capitalista desenvolvido - onde a formação de blocos econômicos regionais cria novas oportunidades de investimento - e na Europa Oriental. Por isso não tem cabimento dificultar, da nossa parte, a entrada de capital estrangeiro. Pela mesma razão, não adianta oferecer vantagens especiais para atrair as multinacionais se elas não acreditarem no potencial do Brasil. E isto só quem pode garantir é o próprio Brasil, com seus próprios recursos e com maturidade política para definir suas prioridades em matéria de desenvolvimento" (SD).

O interesse nacional não se coaduna com isolamento, "Trata-se, portanto, de uma questão de gradação e da escolha de alternativas políticas que, seletivamente, assegurem o que é fundamental: o interesse público. Existe, obviamente um 'interesse nacional' para a social-democracia. Mas ele não vale por si; precisa ser filtrado pelo interesse do povo, pelos interesses públicos" (DSDAL, p. 46). Isso não significa, segundo Cardoso, desconhecer os "desníveis e conflitos entre os países nem a necessidade de políticas que sustentem o interesse nacional" (SD). Mas a defesa do interesse nacional no mundo globalizado significa a defesa dos interesses públicos e populares e pressupõe agora "a busca de condições mais vantajosas de participação na economia internacional" (SD). Para tanto, Cardoso adverte, em vários discursos no Congresso, para a necessidade do país se preparar melhor para a abertura, e para o processo de integração regional, fortalecendo a produção e reduzindo subsídios, que dificultam a integração, e criando mecanismos de ajustes para que a produção local não seja estiolada pela concorrência externa[33]. Como declara, "Não se trata de opormo-nos à integração em nome de produtos já existentes; trata-se de se fazer um programa de reconversão. /.../ temos, ao mesmo tempo, que preparar as instituições que vão lidar com esse processo, assim como a economia, pois certamente será benéfica par a maioria, mas prejudicial aos que estão abaixo da média" (DCN, 18/03/92).

Não se trata, pois, de fazer uma abertura sem critérios, mas de conduzi-la de forma seletiva e proteger determinados setores da economia local, Cardoso, contudo, não especifica quais seriam os setores que deveriam estar mais ou menos expostos à

[33] A exemplo do que estava ocorrendo em São José do Rio Pardo, interior de São Paulo, com a produção de cebola que estava sendo desbancada com a importação argentina.

concorrência, apenas alude a "medidas temporárias de reserva de mercado". De todo modo o importante é ter claro que a defesa dos interesses nacionais não pode mais ser sinônimo de isolamento, protecionismo e subsídios e sim a busca da modernização. Mesmo porque está na base da globalização exatamente o processo de mundialização da produção, processo este viabilizado pelo desenvolvimento científico e tecnológico em escala universal de sorte que "a busca de autonomia completa (ainda que tecnológica) é um valor que tem mais a ver com a 'política de grande potência' – tão a gosto dos governos militares – e com um ideal de isolamento que se choca contra a tendência universalizadora da ciência e da produção modernas, do que com o interesse popular" (DSDAL, p. 46). A abertura da economia vai de encontro a esse processo de modo a colocar a economia nacional em compasso com as novas formas de produção modernas. O importante, pois, não é busca de qualquer tipo de autonomia produtiva, mas garantir a sua modernização, portanto o tratamento a ser dado à abertura da economia bem como a empresas nacionais e estrangeiras deve priorizar a introdução de novas tecnologias[34]. Conclui-se que, se de um lado, a abertura da economia vai de encontro a tendência a internacionalização da produção, aos imperativos da globalização, de outro, é também o pressuposto necessário, ainda que não seja o único, para a alteração do modelo de desenvolvimento, baseada na substituição de importações uma vez que este manteve-se graças aos mecanismos de protecionismo do mercado, entre outros.

Cardoso enfatiza que os critérios para a definição de uma política de abertura e de desenvolvimento econômico devem ser concernentes com os interesses nacionais, estes agora redefinidos pelos verdadeiros interesses públicos e populares. Para atendê-los, "o critério da competitividade, da absorção (e produção) de meios tecnológicos que permitam ganhos de produtividade, é a pedra de toque de políticas econômicas que tenham por objetivo aumentar o bem estar social da população. Esse é o desiderato da social-democracia" (DSDAL, p. 46). Nessa direção, a política de abertura e de desenvolvimento econômico deveria ser acompanhada por mecanismos de regulação que assegurassem uma

[34] É nessa direção que considera que a abertura da economia, promovida durante o Governo Collor, não resultou na incorporação de novas tecnologias em alguns setores, especialmente no de automóveis, como lembra Cardoso, "o presidente Itamar começou a prestar atenção à questão dos automóveis. Nessa altura, não havia incorporação de tecnologias novas. Então, ele forçou a abertura do setor porque estávamos produzindo automóveis antiquados, como dissera o presidente Collor". Mas quando assume a Presidência avalia que já era o momento de reduzir o processo de abertura, como declara, "Quando vim para a presidência, fizemos o que seria considerado protecionismo. Diga-se de passagem, que apesar de a oposição me acusar de neoliberal, o que eu fiz foi fechar setores específicos da economia, porque era necessário. No caso dos automóveis, criamos um regime especial e aumentamos a tarifa de importação de automóveis, dando facilidades às empresas para produzirem aqui" (MP, p. 226).

economia competitiva. O estado deve, pois, "preservar a igualdade de competição porque, senão, nosso capitalismo não cria raízes" (PSS, p. 301). Neste caso, em lugar do estado produtor direto entra o estado regulador, não sob a forma de protecionismos e privilégios ou de regulação cartorial, mas para garantir uma economia competitiva, de modo a evitar o quanto possível o monopólio privado e, com efeito, as práticas abusivas e deletérias de tal forma de atuação privada. Nessa direção, as empresas privadas ou estatais deveriam atuar num regime de concorrência que permitisse a competitividade e, com efeito, a absorção de novas tecnologias[35], o incremento produtivo, produtos de melhor qualidade e preços mais baixos.

Em verdade, Cardoso pretende assegurar a modernização da produção, que teria como efeito a melhoria no padrão de consumo e ampliação do mercado interno, por isso, assevera que o critério para a abertura deve ser "o da igualdade, nos salários, nas tecnologias e no consumo, entre o setor exportador da produção e o mercado interno. Em qualquer dos mercados, a social-democracia não aceita que o preço do progresso seja o aviltamento do valor da mão-de-obra" (DSDAL, pp. 46-7). Importa observar que o intento de melhorar o padrão de consumo interno e garantir uma forma de desenvolvimento econômico, (esta não mais baseada no "aviltamento da força de trabalho"), não significa dicotomizar mercado interno x mercado externo, mas promover a modernização tecnológica de ambos, como afirma, "Contemporaneamente, e para isso aponta a social democracia, o importante não é rechaçar o mercado externo e basear o crescimento da economia no consumo interno, mas é diminuir as diferenças entre como se produz e o que se consome interna e externamente. Na medida em que houver um esforço exportador (para pagar a dívida, por exemplo) baseado na exploração extensiva de mão-de-obra, ou mesmo enquanto se conceber a economia exportadora em termos de plataformas isoladas do consumo interno, está-se sustentando um modelo anacrônico de desenvolvimento que desserve aos interesses da maioria da população" (DSDAL, p. 46). Cardoso considera ainda que o incentivo às exportações não é prejudicial ao mercado interno. Sobre isso, convém registrar um argumento utilizado por ele, enquanto ministro das relações exteriores, ao propor um esforço concentrado para ampliar as exportações do país, "Aí vem a discussão antiga de que o Brasil precisa olhar para o mercado interno. Isso é uma bobagem. Quando você amplia as exportações você aumenta o mercado interno também.

---

[35] Advertia sobre os riscos de transações que embora significassem a absorção de tecnologia fosse de tecnologias já ultrapassadas no Primeiro Mundo, como se via em algumas negociações entre Brasil e França em 1991. Conforme discurso no Senado DCN, 29/11/91.

Você deu emprego, injetou recursos na economia. Nenhuma economia sobreviverá se não estiver conectada com resto do mundo" (FSP, 02/01/93). Por este ângulo, a sobrevivência econômica do país depende da ampliação do mercado externo, e este, por sua vez, amplia e dinamiza o mercado interno.

Seu discurso de despedida no Senado deixa mais clara a estratégia; afirma que o novo imperativo é "Exportar para importar: esta é a regra que deve presidir ao novo ciclo de crescimento, importar equipamentos e insumos para acelerar a modernização e a expansão da indústria, da agricultura e dos serviços domésticos. Importar bens de consumo, sim, mantendo uma proteção tarifária moderada, para que os preços internos se aproximem dos preços internacionais, e os ganhos de produtividade já ocorridos e por ocorrer se transfiram, efetivamente, para o conjunto da sociedade. É muito importante ter claro que esse mecanismo permite que a sociedade, no seu conjunto se beneficie dos ganhos de produtividade, porque, se não tivermos a possibilidade de uma referência externa de preços, os ganhos de produtividade aumentarão ainda mais exponencialmente a concentração de renda, sem que disso se beneficie o conjunto da população. É assim que se combina crescimento e distribuição de renda nas economias capitalistas modernas" (DCN, 15/12/94). Além disso, como vem preconizando, o estado deve, em determinados momentos lançar mão de mecanismos de regulação de modo a evitar privilégios tanto do setor exportador quanto do setor importador, o governo deve, assim, "estar atento para não comprometer o desempenho das exportações e da produção para o mercado interno por uma apreciação artificial do real" e "Também terá de estar atento – mais que isso, bem preparado – para reagir prontamente à tentativas de *dumping* e outras práticas comerciais ilícitas do lado das importações" (DCN, 15/12/94).

Ainda que o autor não chegue a especificar como seria possível "diminuir as diferenças entre como se produz e o que se consome interna e externamente" ou mesmo como articular a exportação com o mercado interno de consumo, embora a abertura econômica faça parte desta estratégia, deixa claro que não tem sentido privilegiar nem o setor exportador e nem o setor voltado para o mercado interno, o que pode ser traduzido como não mais incentivar, subsidiar e proteger. Assim, ambos os setores - externo e interno- deveriam estar expostos igualmente à concorrência, mesmo porque, como já foi indicado, não tem sentido manter práticas protecionistas, que levam a monopolização, se já existem "condições internas de acumulação e competitividade". Sugere também que o objetivo é aproximar esses setores em termos de competitividade, isto é, os dois mercados (externo e interno) deveriam se igualar ao nível da concorrência, da qualidade e da

produtividade, o que pressuporia renovação tecnológica, que por sua vez, alteraria a forma de utilização da força de trabalho. Nesta direção, o autor parece sugerir que o "aviltamento da força de trabalho" possa ser enfrentado a partir dessa equação: redefinição dos mercados externo e interno por meio da modernização. Ou seja, produzir mais e melhor passa a ser o pressuposto para universalização dos ganhos sociais, para a eliminação das diferenças salariais, enfim para a melhoria e ampliação do padrão de consumo.

De fato, Cardoso visa a alterar a composição de forças entre o mercado interno e o mercado externo, mas não naquilo que se produz, mas fundamentalmente em termos de modernização da produção, de modo que, a alteração na composição de forças entre os mercados interno e externo não passa propriamente por uma alteração daquilo que se produz mas no *como* se produz. Nesse sentido temos, por enquanto, a seguinte estratégia; a ampliando das exportações, que teria resultados positivos para o mercado interno, e a dinamização da produção interna. Ambos os mercados deveriam ser igualados, especialmente em termos de modernização, para que os ganhos de produtividade se convertam em benefícios para os trabalhadores e consumidores em geral. O fato é que Cardoso não indica nenhuma estratégia para ampliar o mercado de consumo interno além da equação da modernização da economia. É o que podemos concluir ao avaliar outras questões como, por exemplo, a relativa à questão agrária no Brasil.

Quanto ao aspecto da reforma agrária, embora Cardoso enfatize que ela é uma das principais matérias para atacar a questão da desigualdade social e apresente propostas nessa direção, entende que a reforma agrária é uma bandeira social ultrapassada, como declara "Para mim, reforma agrária é uma demanda do século XIX. Tem que ser atendida, porque é uma demanda importante, mas é do século XIX, e o MST usa métodos de demandar do século XIX" (PSS, p. 321) Avalia que houve uma ideologização da questão agrária no Brasil tanto pela direita quanto pela esquerda, esta freqüentemente sacralizando a pequena propriedade, aquela o grande proprietário, que impediu que a própria legislação avançasse nessa matéria[36].

De qualquer forma, sua proposta e a da PSDB é que haja "uma política de reforma agrária que assegure a exploração racional da terra, subordinada à sua função social e

---

[36] Para Cardoso a defesa da pequena propriedade é ultrapassada uma vez que "num país abudantíssimo em terras (e terras relativamente baratas), cheio de minifúndios, ambos de baixíssima produtividade, a verdadeira questão não é o 'tamanho' da terra, é a produtividade e justiça social para os milhões de 'sem-terra'" (CDDPAI, p. 47). Por outro lado, entende que hoje os latifundiários são tigre de papel "não tem mais força", já que "O arcabouço jurídico da terra no Brasil mudou. Quando você muda o arcabouço jurídico, o efeito pode não ser imediato, Leva dez, quinze, vinte anos. Mas vem" (PSS, p. 323).

contribua para elevar os níveis de emprego e renda dos trabalhadores rurais. Tal política terá de combinar tributação progressiva [37] e desapropriações de acordo com as peculiaridades de cada região, de modo a garantir melhor distribuição de terras" (MPSDB). Propõe que a Constituição avance nesta matéria, a partir da legislação complementar, "visando, principalmente, a regulamentar o 'rito sumário' no julgamento dos recursos de desapropriação e ao refraseamento dos entraves constitucionais", como por exemplo, em relação aos "limites mínimos para que um imóvel possa ser objeto de desapropriação (que excluem todos minifúndios e boa parte da área culturável) e a sacralidade da noção de 'propriedade rural'". Acredita assim que "Desideologizada a questão agrária e havendo, de fato, vontade política, um plano realista de assentamento de algumas centenas de milhares de famílias por ano pode e deve ser executado" (CDDPAI, p. 47)[38]. Considera, contudo, que não é suficiente um programa de desapropriação, pois este exige "investimentos em transporte, armazenamento, assistência técnica, financiamento da produção, educação. Investimentos que também são necessários, diga-se de passagem, para melhorar as condições dos pequenos proprietários e trabalhadores assalariados do campo" (SD)[39].

Importa chamar a atenção que as propostas referentes a questão agrária no Brasil visam de um lado, um tratamento adequado para os trabalhadores sem terra, uma reforma agrária, que significa distribuição de terras e apoio ao pequeno agricultor, com uma "política agrícola com sustentação de preços dos produtos da cesta básica dos trabalhadores" (CDDPAI, p. 44)[40]. De outro, visam à manutenção da estrutura agrária moderna e produtiva, como afirma "As desapropriações para fins de reforma agrária devem ser feitas estritamente dentro da lei e com parâmetros claros para dar tranqüilidade

---

[37] Defende a taxação não apenas sobre grandes propriedades improdutivas como também sobre "a renda da empresa agrícola".

[38] Cabe lembrar que boa parte dessas propostas foi implementada durante o governo FHC: "O rito sumário de desapropriação para fins de reforma agrária está previsto na lei complementar número 76, de 6 de julho de 1993, que altera o processo judicial de desapropriação eliminando alguns procedimentos e reduzindo os prazos exigidos pelo Código do processo civil. O imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR) foi modificado pela lei 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 1997. Essa lei criou um sistema de tributação progressiva da propriedade rural improdutiva – quanto maior a propriedade improdutiva, maior será o imposto a ser pago -, incumbiu a Secretaria da Receita Federal da arrecadação e instituiu que o valor da desapropriação será o valor declarado pelo proprietário para fins de tributação (PSS, p. 322).

[39] Cardoso entende que a reforma agrária é limitada para o mundo atual, "Como estamos numa economia capitalista, em que os *agrobusiness* crescem muito, creio que esse setor da produção familiar será, no máximo, complementar, e, em média, de subsistência" (PSS, p. 324).

[40] O autor não fornece detalhes sobre essa proposta.

à empresa agrícola e ao pequeno proprietário", segue o autor, "Mas o Brasil também não pode se dar ao luxo de desestabilizar a empresa agrícola produtiva, que gera alimentos, matérias-primas e divisas. A agricultura brasileira mudou muito nos últimos trinta anos. Hoje há uma profunda integração entre agricultura e indústria - a chamada agro-indústria. Muitos latifúndios viraram grandes empresas rurais. Muitos camponeses tradicionais viraram pequenos empresários. E surgiu um vigoroso proletariado rural de 'bóias-frias' e empregados permanentes" (SD). Vê-se assim que o autor não tem outra alternativa que não promover a reforma agrária, embora reconheça que esta não seja uma proposta progressista, e preservar os setores modernos da estrutura agrária no Brasil, visto que eles geram emprego, alimentos e divisas para o países. Resta saber se, de fato, essa equação, que efetivamente não toca *no que se produz e para quem se destina*, permite assegurar que a produção de alimentos seja assimilada pela maioria.

Em outros momentos, Cardoso sugere algo mais ousado – mas somente na aparência - em relação aos interesses populares. Por exemplo, quando manifesta concordância com os termos para definição de um novo projeto de desenvolvimento definidos pelo Fórum Nacional de 1990. A intenção era tomada por Cardoso como realista, acima de tudo, pois se definia os objetivos e estipulava-se os meios e os passos necessários para a realização de um projeto nacional. Havia a proposição, compartilhada por alguns participantes do Fórum de que o país precisaria encontrar o caminho de "um tipo de crescimento sustentado para gerar 'a formação gradual (mas relativamente rápida do verdadeiro mercado de consumo de massas'" (RBFH, p. 46)[41]. Nessa direção, o caminho proposto era bastante claro, conforme Cardoso, "A estratégia que levaria o país a um novo patamar de desenvolvimento econômico implica, portanto, um processo de crescimento sustentado, com investimentos maciço em capital humano para reverter os fatores de concentração de renda. Como condições complementares apontava-se uma política de rendas baseada em salários reais crescentes (após o controle da inflação), recuperação gradual do salário mínimo, prioridade para a produção de bens de salários e uma coalizão para dirigir o país, incorporando nela importantes segmentos das classes trabalhadoras" (RBFN, p. 46). Ou seja, um novo projeto nacional era entendido pelo Fórum e referendado por Cardoso enquanto a expressão de uma perspectiva de desenvolvimento econômico com inclusão social, isto é, garantir a elevação dos salários e

---

[41] Cardoso apóia-se numa síntese do Encontro feita por João Paulo dos Reis Velloso, intitulada "Democracia de massas, crescimento e reformas" In: *Reis Velloso J.P. dos (coord.) Fórum Nacional: As perspectivas do Brasil e o novo governo*. São Paulo: Nobel, 1990, p. 46.

"de bem estar social coletivo e responsabilidade compartilhadas entre vários segmentos da sociedade na definição dos rumos do país" (RBFN, p.47). Entretanto, quando Cardoso avalia as mudanças políticas e mesmo ideológicas ocorridas no país desde o Fórum de 1990 a 1992, afirma que essas mudanças colaboraram para a convergência de opiniões em torno da formulação de um projeto nacional, no seguinte sentido, "Já não se vê o apoio à exportação como se fosse prejudicial por si só para o crescimento do mercado interno, embora estejamos longe de ter clareza quanto à necessidade, enfatizada pelo Fórum, da função de um efetivo mercado interno de massas" (RBFH, p. 47). Embora tenha concordado com as sugestões do Fórum para a formulação de um projeto nacional, que enfatizavam a necessidade da criação de um mercado de massas, reafirma que os incentivos às exportações não se contraditam com a questão do mercado interno, mas não explicita se concorda ou não com a criação do mercado de massas, nos termos em que fora defendido pelo Fórum, em verdade não volta mais a tratar dessa questão. Porém, como veremos, essa proposta, ao menos nos termos em que foi apresentada por Reis Velloso, não se distancia muito da natureza das propostas que Cardoso defende. Cabe registrar que o próprio trabalho que Cardoso apresenta durante o Fórum de 1990 não alude a questão do mercado de consumo de massas, naquela ocasião, arrolava um conjunto de medidas em curto prazo, que deveriam ser implementadas pelo novo governo e asseverava que o desenvolvimento econômico é o pressuposto essencial para melhoria social[42].

A retomada do crescimento econômico dependia da solução da inflação, da dívida externa e outros constrangimentos, que por sua vez, implicavam numa imediata reforma do estado. Entendia que o problema do Brasil, naquele momento, não era privado, mas público, "são as finanças do estado que capengam, não as das empresas, que, a serem corretos os balanços recentemente publicados, somados ao buraco negro da 'economia informal', vão bem, obrigado", portanto, "É preciso arrecadar mais e melhor e gastar menos com o pagamento dos juros e com desperdícios, tanto de pessoal quanto de subsídios. /.../ Basta isso, e o 'milagre' ocorrerá de novo. O nome técnico das políticas todos sabem: reforma fiscal /.../, alongamento do perfil da dívida interna, idem da externa, com topes para transferência de recursos líquidos e, a partir daí, sim, sem demagogia, austeridade nos gastos públicos (além dos ajustes cambais e monetário). E, se quiserem, cadeia para alguns sonegadores, tanto para atender ao pendor romano do circo, quanto

[42] Nesse momento o autor propugna que para a realização desse projeto será preciso governabilidade (CDDPAI, p. 43).

porque, de fato, ou se restabelece a moralidade, ou ... e já se sabe o que aconteceu até agora" (CDDPAI, p. 44). Cabe assinalar que Cardoso, nesse momento, enfatiza que a responsabilidade maior para a retomada do crescimento econômico era do estado não do setor privado. As reformas necessárias do estado, de algum modo, repercutiriam no setor privado, de modo a induzi-lo e dinamizá-lo. O autor não informa exatamente como se daria esse processo, mas é possível pensar que o solavanco da economia ocorresse a partir do momento em que o estado restringisse os subsídios, eliminasse os mecanismos cartoriais, que beneficiam o setor privado, ao lado, evidentemente da abertura da economia brasileira, daí Cardoso alertar que, para além da reforma do estado, seria preciso reconhecer "duas máximas da economia: sem mercado interno forte, a prosperidade será para poucos; sem participar intensa e deliberadamente na internacionalização da economia, adeus progresso tecnológico, divisas para importar o necessário e prosperidade para quem quer que seja. E, neste contexto, que dúvidas não haja: o capital estrangeiro só virá se houver prosperidade (e não como pré-requisito para obtê-la)" (CDDPAI, p. 44)[43].

Cardoso acreditava que a retomada do crescimento econômico, na ordem de 5 a 6% do PIB ao ano, era o necessário para "a realização de programas mais sérios de mudança social" (CDDPAI, p. 43), mas em curto prazo, desde que se fizesse um ajuste nas contas públicas, seria possível enfrentar o problema da desigualdade a partir das seguintes medidas: além da reforma agrária, como já vimos, "crescimento real do salário mínimo, à taxa de 3% ao mês, como previsto pela lei e não realizado /.../ reformulação completa do sistema educacional e apoio aos programas de desenvolvimento científico e tecnológico". Reconhecia, no entanto, que tais reformas eram parciais, porém realistas, e previa, "Acredito que retomando o crescimento, e portanto expandindo-se ainda mais o nível de emprego e declinando a inflação, basta elevar o piso salarial para que, mantida a democracia, as forças sindicais sejam capazes de forçar, por si, a redistribuição da renda monetária real" (CDDPAI, p. 45). Enfatiza a necessidade de respeitar a constituição e não recuar na lei salarial, pois retomando o crescimento econômico, os mecanismos de negociação se encarregariam de ampliar as conquistas dos trabalhadores. Ocorre que existiam tarefas mais imediatas naquele momento; tirar o Brasil da crise econômica e da inflação, que por sua vez, sacrificam os trabalhadores. Como se trata de um desafio difícil e complicado, assevera que é preciso "competência para tomar medidas em várias frentes ao mesmo tempo e para ajustar essas medidas de acordo com as circunstâncias, dentro de

[43] O que pode ser lido como: se não houver a "arrumação da casa" capital estrangeiro não vem.

uma estratégia geral". Admite que "para que um plano de ajuste da economia funcione realmente, vai ter que sacrificar quem até hoje foi poupado: os mais ricos, dentro do Brasil[44], e os credores da dívida externa, que naturalmente vão resistir a isso". Haveria "um risco real" de que, por exemplo, o combate à inflação, caso provocasse recessão e desemprego, sacrificar ainda mais a classe trabalhadora. Contudo, avalia essa situação do ponto de vista da relação custo benefício, pois, a manutenção da inflação também corrói os salários, portanto, sugere que também os trabalhadores pensem nos benefícios em longo prazo, "Ser social-democrata é ter compromisso com a verdade. É melhor reconhecer as dificuldades do que fazer promessas demagógicas que levam o povo à descrença. Mas ser social-democrata é antes de tudo ter compromisso com os trabalhadores. Por isso a atitude básica dos social-democratas brasileiros diante da crise só pode ser a de lutar para que o custo do combate à inflação não caia, como sempre, nas costas dos assalariados" (SD). Mas, uma coisa é afirmar que a social democracia deve lutar para que o combate a inflação não prejudique os trabalhadores e outra coisa é sugerir que, em certos momentos, ela precisa "opor-se, em nome do crescimento econômico e da racionalidade a médio prazo, a demandas sociais que, por justas que sejam, criem situações que impeçam no futuro a continuidade dos benefícios que desejam. Esta é outra dimensão da contradição já abordada entre vantagens para um grupo específico e universalização dos benefícios. Só que neste caso não se trata apenas de uma vantagem corporativa. Medidas gerais em si justas (por exemplo, aumentos salariais) podem não ser sustentáveis no decorrer do tempo, e (ou) podem tirar mais no futuro do que concedem, como benefício, no presente" (DSDAL, p. 41). Ou seja, dada as dificuldades daquele momento, dada a necessidade de retomar o crescimento econômico, as demandas e reformas sociais mais significativas devem ser colocadas para o futuro.

Vê-se, assim, que todas as indicações de Cardoso que visam uma melhoria social estão subordinadas a equação do desenvolvimento econômico ou a modernização, sem que apareça, contudo, qualquer menção ao chamado mercado de consumo de massa. Na verdade, nos parece que essa proposta, que surge no Fórum de 1990, não parece diferir,

---

[44] Nessa direção, Cardoso afirma que em relação às elites brasileiras, a postura do PSDB é "de uma expectativa cautelosa", pois, se parte dela reconhece a necessidade de mudanças sociais, pouco se compromete com as mudanças que implicam na eliminação dos privilégios, muitos ainda limitam-se a preconizar a receita neoliberal, "'quanto menos governo melhor': basta tirar o estado da economia e liberar o mercado para garantir a felicidade geral". Sugere, então, que as elites não precisam ser social-democrata para se comprometerem com a transformação, "Basta não se agarrar cegamente às vantagens - reais ou imaginárias - da ordem social existente" (SD).

em termos substanciais, da equação proposta por Cardoso. Ela fora defendida por Reis Velloso, que também parte da mesma crítica de Cardoso ao populismo (que dissocia desenvolvimento e distribuição), ao corporativo, ao clientelismo e cartorialismo empresarial. Defende também a tese que o crescimento da economia brasileira na ordem de 5% do PIB viabilizaria um conjunto de mudanças significativas em termos de consumo bem como a idéia de estimular a negociação dos trabalhadores para a obtenção de ganhos salariais, desde que a inflação fosse estabilizada. Argumenta que "A experiência dos diversos 'milagres' europeus do pós-guerra ilustra a criação desse mercado de consumo de massa na alternativa resultante de um novo surto de investimento, que aumenta o PIB e a produtividade, e viabiliza as elevações normais, sem artificialismo e sem inflação, do emprego e dos salários reais. Dessa forma, os salários reais também pode crescer, mas em consonância com o aumento da produtividade (salvo no caso do salário mínimo, em que talvez se possa dar um pouco mais)"[45]. O autor sugere que se a onda de crescimento dos anos 70 não tivesse sido interrompida ou se o Brasil tivesse crescido na margem de 5% na década de 80, teria sido possível resolver progressivamente o problema do emprego de modo que "a mão-de-obra já seria hoje, provavelmente, o fator relativamente escasso em relação ao capital físico" e mais que isso, "Essa ocorrência representaria a garantia da formação do autêntico mercado de consumo de massa (para distinguir da atual situação, de um aparente mercado de consumo de massa; a diferença é que, no último caso, para as classes de renda baixa, o aumento da procura por bens duráveis de consumo, inclusive televisão, se verifica à custa dos bens de consumo básicos". Ora, como se explica então que no auge no "milagre" econômico o consumo tenha se caracterizado exatamente dessa forma? Em verdade, o problema não está no padrão de acumulação, mas precisamente no fato de que a onda de crescimento foi interrompida, pois, a continuidade do crescimento teria repercutido sobre os setores responsáveis pelos bens de consumo assalariados. A estratégia deste autor, portanto, é garantir um "crescimento sustentado", que pressupunha o controle da inflação e do balanço de pagamentos, e investimento em capital humano. Embora o autor enfatize a necessidade de completar essa estratégia com uma política de crescimento progressivo do valor real dos salários e "prioridade, no perfil de produção, aos bens de salários", não especifica como essa última política poderia ser executada. De qualquer modo, nos parece que o principal mecanismo pensado pelo autor, para viabilizar a criação do mercado de consumo de massas seria o crescimento econômico, em níveis

[45] Velloso, João Paulo dos Reis. "Democracia de massas, crescimento e reformas", op. cit. , p. 32.

razoáveis, que, por sua vez, absorveria parcela significativa da mão-de-obra disponível. Assim, "pela criação do mercado de massa, que expandiria a economia industrial moderna e a esta iria incorporando, crescentemente, novas parcelas das gradações intermediárias, com repercussão sobre a economia de subsistência. Segundo, pela valorização do capital humano, em especial nessa economia de subsistência, permitindo evoluir para as gradações intermediárias"[46]. Em essência trata-se de uma proposta, que embora enfatize a necessidade de criação do mercado de consumo de massas, não se diferencia da estratégia defendida por Cardoso. Ambas postulam, nos mesmos termos, desenvolvimento econômico e modernização, enquanto pressupostos para a distribuição de renda, bem como a reforma do estado.

De todo modo cabe reter que Cardoso postula a necessidade de alteração do modelo de desenvolvimento econômico prevalecente no país. Se este modelo gerou diversas distorções que comprometeram a modernização e levou à estagnação, visto que prevaleceu a produção de produtos de baixo padrão e com elevados preços, mesmo à custa de baixos salários, para retomar o crescimento econômico e melhorar tanto os salários quanto o padrão de consumo é preciso forjar um novo modelo desenvolvimento baseado no mercado competitivo, pois este é que assegura a competitividade e a introdução de novas tecnologias, que garantem a produtividade e a sofisticação da produção. As medidas necessárias e mais imediatas nessa direção são a abertura da economia e a reforma do estado. Com a primeira tem-se, não apenas a introdução de novos equipamentos e insumos, necessários a modernização de toda a estrutura produtiva, mas um referencial externo de preços que permitiria que os resultados da modernização, isto é, os ganhos de produtividade, se traduzissem em benefícios para a maioria da população. É a partir dessa equação que deve ser entendida seu intuito de melhorar o padrão de consumo e mesmo fortalecer o consumo de massas. Convém registrar que Cardoso já na Presidência avalia que com a abertura da economia brasileira, feita por Collor e seguida pelo seu governo, houve uma melhoria para as massas e não para a classe média, pois, "garante-se uma certa baixa de preços do que se importa, sobretudo bens de alimentação, vestuário, bens de consumo durável, televisão, geladeira etc. A indústria nacional teve de se ajustar ao preço internacional, por causa da competição. Mas a gente não consegue importar serviços. São os *não-tradables* como se chama em economia, os que não são comercializáveis. Educação, escola, médico, dentista, aluguel de casa, serviços pessoais" (MP, p. 27).O

[46] *Op., cit.*, p. 33.

propósito parece claro; expor a economia brasileira a concorrência externa para que ela seja forçada a dar o salto necessário em termos de modernização; transferir o eixo do desenvolvimento e dinamismo do estado para os setores privados, via reforma do estado e abertura da economia.

Vale assinalar que, no entender de Cardoso, o estado é elemento central nesse processo de modernizado, "é exatamente na intersecção entre, por um lado, o desenvolvimento científico e tecnológico e a modernização e racionalização crescente dos serviços públicos e, por outro lado, a preservação do espaço para que a sociedade reivindique, que se insere o Estado moderno" (DCN, 29/01/88). Para que o estado se transforme num instrumento de mudanças e justiça social, "o primeiro cuidar é evitar atribuir-lhe condições que historicamente perdeu. É impossível ressuscitar o estado desenvolvimentista da América Latina dos anos 60. O Estado no século XXI não terá o papel central no processo de investimentos. A massa de recursos do capital está disseminada em um sistema financeiro impessoal e por empresas transnacionais. Porém, não haverá investimento se o estado não souber cumprir suas tarefas de 'vigilância' macroeconômica, se não for um marco de referência estável para os agentes econômicos privados, se não for capaz de exercer eficazmente suas funções regulatórias ou de planejamento estratégico" (APSVI, p. 105). Não se trataria de inverter a tendência do Estado na história brasileira, cujo papel sempre foi o de agente propulsor do desenvolvimento das forças produtivas e mesmo de investimento em setores estratégicos da produção, continua, portanto, a desempenhar um papel importante na sociedade, mas o seu papel se altera, não mais sob a forma de protecionismo e subsídios, mas como instrumento que forneça e induza as condições gerais do desenvolvimento econômico; articule o setor público e os setores privados, defina políticas de desenvolvimento, sinalize as mudanças tanto em virtude das necessidades internas do país quanto para que reaja de modo eficiente em relação à globalização. Nesse sentido, o estado deve sinalizar o mercado e priorizar investimentos em determinadas áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico e para o bem estar social. Na prática, isso significa, estabelecer novas prioridades, investindo em educação, ciência e tecnologia, em "áreas de fomento, através de bancos públicos, ou em áreas estratégicas e pioneiras" (DSDAL, p. 42). Na verdade, o que Cardoso vem insistindo não ultrapassa, em termos mais significativos, essas proposições, isto é, a reconstrução do estado, para que se transforma num instrumento de justiça social, terá que garantir as condições do desenvolvimento econômico e definir políticas sociais que possam universalizar o seu atendimento.

5.4. Estado como instrumento de melhoria social

Esse conjunto de propostas econômicas sugere que a preocupação com a inclusão social não encontra outra equação na economia senão em sua modernização. Ou seja, a vinculação que Cardoso estabelece entre produção e distribuição não ultrapassa a equação da modernização da economia, que aumente a produção de riqueza, sem indicar como essa produção de riqueza seria reorientada, no próprio universo produtivo, de modo a garantir a ampliação do consumo e a inclusão da maioria. Postula a inclusão social - de forma genérica – e adverte que ela pressupõe o desenvolvimento econômico, mas nos parece que isso não significa vinculação, mas separação, isto é, separação entre produção e distribuição. Não se trata de uma conclusão arbitrária porque o próprio autor enfatiza que o crescimento econômico não é garantia de ampliação de benefícios ou que a inclusão social não depende apenas do desenvolvimento, mas de outra equação que é de natureza política. Para esclarecer melhor essa questão convém expor outras considerações do autor nas quais, no plano especificamente propositivo, articula a questão da miséria e da inclusão social com as dimensões econômica e política, enquanto instâncias separadas.

Cardoso enfatiza, por vezes, que o Brasil não pode ser classificado como um país subdesenvolvido, mas como um "país mal desenvolvido" tanto economicamente como socialmente. "Nos últimos cinqüenta anos o Brasil se industrializou num ritmo impressionante. O crescimento das cidades, a expansão da rede de estradas e das telecomunicações, a modernização dos serviços e da agricultura, tudo isso nos aproxima dos países desenvolvidos /.../. Mas a distância ainda é grande", dada a disparidade ainda existente entre as camadas mais ricas da população e a parcela excluída das benesses do progresso. No entanto, sua tese explicativa para essas disparidades é que "o relativo atraso econômico dificulta a superação do atraso social", de modo que a exclusão social não se deve ao modo pelo qual o país se desenvolveu, mas fundamentalmente porque o país não se desenvolveu o suficiente. Nessa linha de raciocínio segue o autor, "O problema fundamental da social-democracia européia é redistribuir a riqueza gerada pelo capitalismo. No Brasil, a distribuição pura e simples da riqueza existente significaria um nivelamento por baixo, uma redistribuição da pobreza" (SD). Ou seja, trata-se da tese que Cardoso vem preconizando, especialmente em sua crítica à esquerda tradicional brasileira, da necessidade de vincular a questão social com desenvolvimento econômico. Afirma que a social democracia no Brasil é crítica em relação "ao estilo atual de desenvolvimento",

mas se quiser superar os equívocos do passado, terá que ajuntar prosperidade econômica e distribuição de renda, assumindo a "responsabilidade frente às necessidades de acumulação e de crescimento econômico", caso contrário terá fracassado (DSDAL, p. 42). Um dos equívocos do passado, segundo Cardoso, ficou expresso na Constituição de 1988, que tinha a preocupação, correta, de resgatar a dívida social, o problema é que "nós esquecemos de financiar tudo isso. /.../ Ou seja, na medida em que aumentamos o nosso compromisso com a decisão constitucional de dar atendimento social mínimo à população, diminuímos a nossa capacidade de investir em estradas, em ciência, e tecnologia, nas Forças Armadas, na segurança, em tudo mais que não seja definido de forma vinculada. Se erro houve, não foi o de dar ênfase à necessidade do gasto social; foi o de não termos pensado como financiar. Simplesmente tomamos a decisão de que deve ser assim e o estado que faça o que bem entender com os seus recursos para atender às demandas da sociedade. /.../ Os gastos estão engessados, a receita já vem engessada, mas não na proporção necessária para atender aos reclamos da sociedade" (DCN, 05/11/93)[47]. De modo que a postulação de inclusão social é sempre apresentada, tanto nos textos e discursos de Cardoso quanto nos programas do PSDB, a partir de uma equação que tem como pressuposto o crescimento econômico. Ou seja, se a riqueza existente é insuficiente para promover o bem estar, tratar-se-ia de impulsionar o quanto antes o desenvolvimento econômico, ou melhor, superar "o relativo atraso econômico" e, paralelamente, enfrentar a crise do estado. Ou posto de outro modo, "O crescimento econômico rápido e sustentado é condição necessária para a erradicação da miséria e a diminuição das desigualdades sociais e regionais. Isto não significa em adiar a divisão mais justa da renda para um futuro remoto, implica, sim, em saber que o crescimento e a distribuição da renda exigem grandes esforços, elevados investimentos, tecnologia moderna e eficiência na utilização dos recursos" (MPSDB). Cardoso adverte que ao postular a necessidade de vincular desenvolvimento econômico e inclusão social, não significa compartilhar com a "teoria do bolo", como explica "A opção é clara: é preciso crescer e distribuir renda ao mesmo tempo. É este o desafio que a social-democracia tem que enfrentar para mostrar a que veio no Brasil" (SD). Mas crescer e distribuir renda ao mesmo tempo não implica numa alteração no que se produz, mas numa alteração do instrumento político, é este que

[47] Cardoso reconhece, evidentemente no âmbito de sua visão politicista, que durante a formulação da constituição de 1988, houve um descuido com os pressupostos materiais; a definição de direitos sociais na Constituição de 1988 não é suficiente para garantir a inclusão social. Ora, mas toda a sua luta pela democratização até momento esteve centrada nas prerrogativas institucionais.

permite conciliar desenvolvimento econômico e distribuição de renda. Para explicitar melhor esta tese, convém registrar um comentário de Cardoso sobre uma pesquisa realizada em 1992[48]. Cardoso avalia que essa pesquisa demonstra que houve no Brasil, nos períodos de recessão econômica, uma agudização da pobreza "Mas surpreende como ela diminui rapidamente, bastando haver certa folga econômica (a despeito de persistente concentração de renda). Por exemplo: "entre 1970 e 1980 – época de grande crescimento econômico – a, pobreza diminuiu 40%, apesar da concentração da renda e do descaso com a questão social. De igual modo, logo depois do Plano Cruzado, houve diminuição da pobreza em quase 30%, logo depois aumentada nos dois anos de penúria, 1987, 1988. A conclusão a tirar não é a de que basta o crescimento econômico. É que, se com ele, mesmo sem políticas sociais coordenadas, já há uma sensível melhoria de vida para os pobres, imagina-se o que pode ser feito com uma política social correta e uma administração competente". Por outro lado, mesmo nos períodos de penúria econômica, "Apesar na piora no rendimento da população mais pobre, alguns indicadores sociais melhoraram", tais, como acesso a saneamento básico, educação, e mesmo de acesso a eletrodomésticos. Os fatores que explicam essa melhora social são os "programas em andamento que amadureceram na década dos 80, maior número de reivindicações populares graças à democratização, como enfatiza Vilmar Faria, crescimento mais lento da taxa populacional etc. Tudo isso prova que o Brasil está convivendo com tanta pobreza e miséria porque os grupos de poder ainda não decidiram atacar de rijo a questão". Conclui, então que "Mesmo com as enormes dificuldades econômicas, a ação pública eficaz – sem corrupção, sem clientelismo e melhor financiada – será capaz de diminuir a pobreza. Mas para isso é preciso consciência social, vontade política e uma ação pública (governo, Congresso, administração) que motive a sociedade" (FSP, 14/02/92). Ou seja, não basta que ocorra desenvolvimento econômico é necessário pressão política para combater a miséria, "Só com muita pressão de outras forças. Sem pressão, não fazem. Não fizeram na Suécia, na Alemanha, na Espanha, em nenhum lugar. Só fazem se houver uma força política que leve a uma renegociação, que obrigue, que mostre que podem sobreviver até com bastante proveito, mas dentro de um contexto social mais equitativo" (PG84). No Brasil, já existiam condições para se combater a miséria, "Não fazemos porque não houve a decisão política efetiva de fazê-lo. A médio prazo é possível fazer isso" (PG84).

---

[48] Trata-se de um estudo feito por Vilmar Faria e Nelson do Valle (do IPEA), intitulado: "A conjuntura social brasileira, dilemas e perspectivas".

É precisamente nessa mesma linha de raciocínio que Cardoso critica o Governo Collor, que no seu entender foi negligente quanto a questão social, como afirma, "não se diga que o grau de desenvolvimento do país nos permite colocar essas questões com ênfase. Hoje o PIB deve andar pela casa dos 380 bilhões de dólares...É só dividir por 150 ou 160 milhões de pessoas para ver que a renda per capita situa-se entre 2.500 e 3 mil dólares", e acrescenta, "a base produtiva do país já permite alterar as coisas para melhor, inclusive, no que se refere a aumentar o bem-estar dos mais pobres; as reformas necessárias, pelo menos no plano econômico, já estão à vista. Mas falta o cimento para construir a nova Nação. Essa argamassa não se fará só com esperança e metas corretas. Ela requer coordenação política, confiabilidade e competência. E é isso, precisamente, o que falta" (FSP, 14/11/91). Vê-se assim que Cardoso tenta, ao mesmo tempo, explicar a questão da miséria e combatê-la a partir de uma articulação econômica e política, mas mantendo a separação entre as duas dimensões. Primeiro, defende a tese de que o "relativo atraso econômico" é que explica o atraso social; o desenvolvimento econômico é pressuposto para o combate a miséria, isto é, o desenvolvimento econômico é "necessário para realização de programas mais sérios de mudança social" (CDDPAI, p. 43). Em seguida, assevera que mesmo que não haja desenvolvimento econômico auspicioso é possível minorar a pobreza através das pressões e articulações políticas. Nesta leitura, a produção de riqueza não assegura a resolução social, tornam-se, assim, necessários programas sociais e políticas públicas que reduzam a miséria social ou que favoreçam a inclusão social. Enfim, são necessárias, portanto, a ação do Estado e pressões políticas no âmbito da sociedade civil, para que seja possível a definição de um conjunto de políticas e programas sociais. De modo que tanto numa situação em que o nível de desenvolvimento econômico é baixo quanto no momento em que é maior a produção da riqueza - pois aumentam-se os recursos disponíveis que podem ser redirecionados pelo estado ou através das pressões políticas dos interessados[49], a política é o elemento que permite distribuir os resultados da produção, portanto imprescindível para resolver o problema social. Desse modo, o que permite a mediação entre o que ocorre no plano material (economia) e o que

[49] A equação sugerida por Cardoso parte do pressuposto de que é fundamental garantir a produção de riqueza para ser possível distribuí-la. Nos parece, então, que o significado que confere ao termo "estilo de desenvolvimento" tem a ver com o tipo de orientação política prevalecente e não propriamente com a estrutura econômica em si, ou com a forma pela qual o capital se organiza no país, daí afirmar que "As experiências autoritárias na América Latina mostraram também o descompasso entre crescimento e equidade. Os padrões de distribuição de renda se deterioram em alguns casos. Ficou patente que as políticas de desenvolvimento devem ser estruturadas por valores que não são apenas os da dinâmica econômica" (DMPTE, p. 151).

se passa no plano social (a miséria) é a política. Ou seja, é a política, tomada como fator isolado, e indeterminado, que opera como elemento resolutivo[50]. Ou seja, a inclusão social depende da produção de riqueza, mas para que se torne realidade é necessária a ação do estado. De modo que é preciso ressaltar aqui o tipo de ligação que o autor faz entre produção e distribuição; distribuir a renda pressupõe aumentar a produção de riqueza, porém esta não é entendida como fator único ou isolado, menos ainda determinante, pois que carece da mediação política; da atuação do estado e das pressões políticas da sociedade.

Contudo, resta esclarecer ainda em que medida o estado deve atuar em relação a questão social. De um lado, o estado deve racionalizar as demandas, priorizando os segmentos sociais mais excluídos da sociedade, "uma verdadeira democracia econômica e social supõe que a ação do estado se volte efetivamente para as maiorias menos organizadas ou inorganizáveis: os consumidores, os contribuintes, sobretudo os pobres e os excluídos. Para isso é preciso resgatar o estado da pilhagem dos 'interesses estratégicos' das 'conquistas sociais' exclusivistas, do corportativismo – numa palavra, dos privilégios que distorcem a distribuição de renda" (DCN, 15/12/94). De outro, deve estabelecer políticas que indiretamente tenham desdobramentos positivos para as demais camadas da sociedade, mas essas, menos excluídas e mais organizadas politicamente, dispõem de instrumentos próprios de organização e pressão, que podem garantir a sua inclusão. Ademais, no que se refere à questão salarial o escopo de atuação direta do estado comprovou-se historicamente limitado, especialmente nos momentos em que no Brasil tentou-se aumentar artificialmente os salários[51]. O estado apenas pode assegurar, por vezes, um aumento do valor nominal dos salários e não seu valor real, isto é, elevar o seu poder de compra. Assim, sem desenvolvimento e modernização "a pugna entre investimento e consumo, capital e trabalho, torna-se imanejável, como em um jogo de soma zero" (DSDAL, p. 43). Ademais, "o próprio aumento da produtividade do trabalho proporcionado pelo progresso científico e tecnológico tem permitido conciliar aquilo que parecia inconciliável nos primeiros tempos do capitalismo: a manutenção dos lucros, por

---

[50] Ou seja, parte do pressuposto de que havendo desenvolvimento, incremento tecnológico e ação eficiente do estado é possível garantir o atendimento das pressões dos trabalhadores, sem que isso comprometa o desenvolvimento econômico ou os interesses da maioria, como se dá pela via corporativista.

[51] Seja através de políticas populistas ou mesmo de planos econômicos, como foi o Plano Cruzado. Ou seja, o governo tem apenas o poder de elevar o valor nominal do salário, mas não o valor real, isto é, o poder de compra dos salários, ademais, o Plano Cruzado já demonstrou que simplesmente congelar os preços não resolve o problema da distribuição de renda.

um lado e o aumento real dos salários e a redução da jornada de trabalho, por outro lado" (SD). Vê-se claramente aqui que a bandeira da modernização visa a atender tanto aos interesses dos trabalhadores quanto do próprio capital.

De qualquer modo, garantindo o desenvolvimento econômico os próprios trabalhadores podem lutar por aumentos reais de salário, como afirma, "isto só acontece quando os trabalhadores se organizam e pressionam para garantir sua participação nos benefícios do progresso", segue o autor, "Em todos os países onde a fatia do trabalho nesse bolo aumentou proporcionalmente, foi graças à pressão organizada dos próprios trabalhadores, através dos seus sindicatos e partidos" (SD). Portanto, nas condições brasileiras, do início da década de 90, ganhos reais dos salários só seriam obtidos no longo prazo, quando fosse retomado o crescimento econômico em patamares consideráveis e a partir da pressão das forças sindicais.

De acordo com esta equação, o papel do estado deve ser, pois, o de proporcionar as condições para uma economia moderna e competitiva, em que o progresso científico e tecnológico sejam introduzidos, de modo a oferecer tanto à classe trabalhadora quanto ao capital condições mais eficientes de negociação. Por outro lado, deve oferecer as condições políticas necessárias para que a pugna entre capital e trabalho seja mais racional, isto é, deve "respeitar a autonomia dos sindicatos e o direito de greve, para que a negociação entre empregados e empregadores seja realmente livre" (SD). Ocorre que o progresso científico e tecnológico se de um lado permite melhores condições de negociação entre capital e trabalho, de outro incide negativamente sobre o conjunto da classe trabalhadora, visto que ele provoca o chamado desemprego estrutural. Este afeta mais especialmente aqueles trabalhadores que sequer estão em condições de ser explorados, isto é, aqueles destituídos de formação profissional. De modo que o avanço nas forças produtivas expulsa milhões de trabalhadores do mercado de trabalho, formando assim uma massa de marginalizados e provocando um "abismo entre a prosperidade dos setores da sociedade integrados no mundo da ciência e tecnologia - inclusive os técnicos e trabalhadores especializados - e a miséria dos marginalizados" (SD). Em face dessa situação, o autor propõe um planejamento de política de investimento que considere o impacto da introdução de novas tecnologias sobre o nível de emprego, "Os trabalhadores e seus representantes devem ser ouvidos - não para frear o progresso, mas para evitar o

desemprego[52] e garantir a recolocação dos trabalhadores dispensados" (SD). Propõe ainda uma política educacional que permita reeducar a força de trabalho para o desempenho nas novas funções no mercado de trabalho.

E para arrebatar a atuação direta do Estado na elevação das condições de vida da classe trabalhadora o Estado "Pode garantir a reposição correta da inflação, para que os trabalhadores concentrem suas energias na luta por aumentos reais. Pode aumentar gradualmente o salário mínimo, com reajustes maiores do que a média, para diminuir a distância entre os salários mais altos e os mais baixos, deve oferecer ainda serviços públicos eficientes, através de saneamento básico, transporte, educação, saúde e outros serviços do gênero e programas sociais" (SD). Posto isto, quais seriam os meios através dos quais o Estado poderia viabilizar estas propostas, além do desenvolvimento econômico e da reforma na máquina estatal? Impunha-se uma ampla reforma tributária, de modo a desonerar a classe trabalhadora da maior parte da carga tributária e com isso obter mais recursos, pois "A social-democracia encara os impostos como um instrumento de justiça social - um meio de tirar renda de quem ganha mais e distribuir para quem ganha menos sob a forma de serviços públicos e benefícios sociais. Uma reforma tributária que realize esse princípio elementar de justiça permitirá ao Brasil investir mais, tanto em desenvolvimento como em bem-estar social, sem sobrecarregar de impostos os trabalhadores e a classe média" (SD).

Chegamos a um ponto que nos permite traçar um paralelo entre a proposta social democrata e a vertente nacional populista que Cardoso critica. Começamos pela questão de princípios; ambas as vertentes propugnam a inclusão das massas. Para Cardoso, a propositura nacional-populista concedia participação sem democracia e despreocupava-se, em certa medida, com a questão do desenvolvimento, que poderia, em longo prazo, assegurar a continuidade da participação das massas populares. A social democracia, por sua vez, prega que a distribuição não pode ser desvinculada da questão do desenvolvimento e da democracia. No entanto, não podemos deixar de observar que embora o chamado estado populista fosse menos inclinado a questão democrática, garantia a participação econômica das massas populares, enquanto, a social democracia, que se julga mais progressista, considera que uma participação econômica efetiva não pode ser outorgada apenas pelo estado mas conquistada pelos próprios trabalhadores, via sindicatos

[52] Parece que o desemprego estrutural é entendido como fruto apenas do desenvolvimento tecnológico, isto é, não há qualquer menção ao fato de que o avanço das forças produtivas dá-se sob a base da propriedade privada da ciência e dos meios de produção.

e demais instituições. Mas, mesmo por esse ângulo da comparação, estamos diante de propostas limitadas. No primeiro caso, nos termos em que Cardoso critica a vertente populista, vemos trabalhadores obliterados por organizações políticas subordinadas ao controle do estado. No segundo caso, o da social democracia, vemos trabalhadores politicamente "livres", mas subordinados fundamentalmente a "correlação de forças". É certo que mesmo que não tenhamos como referência o ideário populista, a social democracia cardosiana é também limitada na própria definição do seu ideal, já que "Igualdade real, para a social-democracia, significa salários crescentes e oportunidades iguais de crescer e se desenvolver como ser humano para todos os trabalhadores e filhos de trabalhadores" (SD) e mais limitada ainda quando se verifica os meios pelos quais visa a alcançar esse ideal.

Antes de avançarmos nas considerações o projeto de modernização de Cardoso convém apresentarmos seu posicionamento em relação ao governo Collor.

5.5. Governo Collor

De modo geral, essas são as principais propostas que Cardoso defendeu e tentou viabilizar durante o governo Collor[53].

Embora o PSDB encontre-se na oposição e não tenha aceitado participar da gestão Collor, Cardoso apóia várias das propostas apresentadas por este governo e se empenha - a rigor, antes do ápice da crise política produzida pela denúncia do esquema PC Farias - por um entendimento nacional que pudesse garantir a governabilidade e, o quanto possível, a realização das propostas governamentais. É certo que a postura de Cardoso, como freqüentemente salienta, não é de adesão ao governo, mas de adesão às propostas de mudanças estruturais, necessárias para a modernização do país. Nessa direção, tenta sensibilizar os grupos políticos, bem como a opinião pública em geral - e para isso se vale não apenas da tribuna no Congresso, como também da imprensa - dos riscos iminentes de um "oposicionismo desestabilizador". Insiste que o Congresso, as elites brasileiras e especialmente as oposições partidárias têm responsabilidades quanto à tomada de decisões sobre os rumos do país. Crê que das massas desorganizadas não viria o apoio necessário para sustentar nenhum projeto sério de reformas; e pergunta: "estarão os setores

[53] Cabe registrar que Cardoso não publicou nenhum trabalho mais sistemático sobre tal governo. Avaliamos o seu posicionamento através dos discursos proferidos no Senado e de alguns artigos publicados na imprensa nacional.

organizados da sociedade (sindicatos, mídia, universidades, empresas, igrejas, etc.) dispostos a ceder, tanto em suas vantagens corporativas quanto em sua obstinação, em não distinguir o que é oposição legitimamente democrática da necessidade de apoiar mudanças?". Todos esses setores deveriam compreender que a democracia, em si, é o reconhecimento das diferenças e espaço de negociação dos conflitos. Ele acrescenta: "Nesse aspecto, o único campo de batalha é o parlamento" (CDDPAI, p. 52).

O presidente, por seu turno, poderia ter a "grandeza" de reconhecer a importância do Congresso enquanto espaço de negociação, até por conta de suas frágeis bases políticas de sustentação. Como afirma: "por que não imaginar que o Congresso venha a ser a verdadeira mesa de negociações, tornando-se nossa Moncloa multitudinária?"[54]. Assim, à luz da experiência espanhola – na qual houve um conjunto de acordos, negociações e diálogos permanentes que garantiu não apenas a transição, mas a inclusão de segmentos diferenciados da sociedade – Cardoso propõe um entendimento nacional, dentro dos parâmetros institucionais democráticos. Salienta que não se trata de pleitear um consenso ingênuo, mas da busca negociada de soluções, o que leva necessariamente a perdas para determinados setores[55]. Na verdade, o que Cardoso propõe, desde o início do governo Collor, é "parlamentarizar o sistema de decisões", isto é, este governo, "se não quiser despreocupar-se nem governar com medidas de impacto, vai ter que estabelecer algum modo de relacionamento com o Congresso. É isso que estou chamando de uma maior parlamentarização, uma maior discussão anteriormente ao envio de mensagens, a criar-se um caso" (GOP, p. 279).

Embora não seja possível analisar aqui o governo Collor, parece importante lembrar que, se este fracassou na tentativa de garantir uma nova fase de acumulação no país, foi responsável pelas principais medidas de abertura da economia brasileira. A rigor, a abertura tem início, ainda que de forma tímida, ao final da gestão Sarney[56], mas é inegável que seu ritmo acelerou-se bastante durante a era Collor. Já em 1990, intensifica-

---

[54] Desde o período da transição política brasileira, Cardoso tem como referência para o Brasil a transição espanhola.

[55] Incluindo alguns da própria classe trabalhadora.

[56] "No período 1988/93, o governo reduziu drasticamente a proteção aos produtores nacionais. Duas reformas, em 1988 e 1989, promoveram a queda da tarifa média sobre as importações, que baixou de 51% para 35%. A maioria das barreiras não-tarifárias foi eliminada em 1990, culminando com o fim da reserva de informática em outubro de 1992. Além disso, um cronograma preanunciado de reduções tarifárias aos poucos levou o valor nominal da tarifa média sobre importações de 32,2% (com dispersão de 19,6%) em 1990 para 14,9% (com dispersão de 8,2%) no segundo semestre de 1993" GIAMBIAGI, Fábio et al. O Brasil na década de 90: uma transição bem-sucedida? Texto para discussão 91, BNDES, Rio de Janeiro, nov. 2001.

se o processo de liberalização do comércio exterior, com a desregulamentação de entraves administrativos às importações e às exportações[57], além do corte brutal de subsídios e a eliminação de uma série de controles administrativos sobre o setor privado[58]. O intuito de tornar a economia brasileira mais aberta e concorrencial foi ainda contemplado por uma série de políticas de combate aos monopólios já em 1991[59].

No entanto, se no plano da abertura e desregulamentação da economia as medidas foram mais imediatas, o mesmo não se observou em relação à reforma do Estado. Basta lembrar que as principais metas que faziam parte dessa perspectiva (como as reformas fiscal e tributária e a modernização do aparelho estatal) não foram executadas.

De todo modo, independentemente da discordância de Cardoso em relação a vários aspectos das medidas efetivamente tomadas ou intentadas pelo governo Collor, houve indubitavelmente uma certa confluência de posições, vale frisar, no que diz respeito à abertura da economia e à reforma do Estado, ainda que não concordasse com a forma como essas duas questões estavam sendo encaminhadas, por exemplo, no tocante ao controle sobre o processo de abertura e à ameaça de "quebradeira" do Estado, bem como na falta de uma política interna de investimentos industriais e tecnológicos para garantir a competitividade das empresas locais frente à concorrência externa[60]. Mas, na medida em que a abertura econômica e a reforma do Estado eram vistas por Cardoso como intervenções estruturais e necessárias, e Collor sinalizava efetivamente nessa direção, Cardoso passa a legitimar, se não exatamente o governo, ao menos algumas de suas medidas[61]. Nesta linha, importa registrar que as primeiras intervenções desta gestão foram

---

[57] Os feitos seguintes ocorreram no ano de 1990: criação do livre mercado de câmbio; eliminação dos entraves burocráticos às importações; redução de 50 para 25% do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante; início da reforma tarifária gradual; regulamentação da importação de veículos; flexibilização da importação de bens de informática; e, manutenção da moratória não declarada da dívida externa junto aos credores privados.

[58] Foi criado um Programa Federal de Desregulamentação (PFD) que funcionou ativamente desde março de 1990 até o impeachment em 1992. Ver a esse respeito OLIVEIRA, Gesner. *Brasil real: desafios da pós-estabilização na virada do milênio*. São Paulo: Mandarim, 1996.

[59] Em 1991, o governo Collor complementa a lei antimonopólio de 1962.

[60] "O ponto de partida da modernização do Estado deve ser outro: refinanciá-lo adequadamente e orientá-lo para políticas sociais a serem desenvolvidas sem clientelismo" (FSP, 20/02/92). Denunciava que as principais mazelas do aparelho do Estado permaneciam intactas, a saber, o clientelismo, a corrupção, as licitações fraudadas, entre outras. Ao invés de uma modernização do Estado, dos serviços públicos, de uma política de carreira para melhorar a qualidade profissional do funcionalismo, "fez-se uma 'limpa' espetacular no funcionalismo, que resultou /.../ na fúria antiestatizante, segmentos da sociedade passaram a predicar e a praticar a desobediência civil com os impostos. Não os pagam" (FSP, 07/05/92).

[61] Vale frisar que estamos examinando o posicionamento de Cardoso durante o governo Collor e não fazendo uma comparação entre este e o governo FHC de modo a explicitar as diferenças entre as duas gestões.

vistas, inicialmente, como eficientes do ponto de vista da recuperação da capacidade do Estado em tomar decisões. Este estaria saindo da situação de imobilidade, produzida pelo governo anterior, como afirma "Creio que na América Latina quando se pensava que o inevitável ia ocorrer, sucede o inesperado. Quando todos pensavam que no Brasil havia chegado a hora do liberalismo, (do dia para a noite), o Estado que estava freado, amarrado, que não podia mover-se pela dívida, atua". No tocante à dívida interna, por exemplo, "o governo a resolveu em 24 horas, expropriando ou seqüestrando – não sei qual é a palavra – os prazos fixos. Tomou-se a decisão de que 80% dos bens financeiros, não importa de quem, deixavam de pertencer a essa pessoa por 18 meses. No total, isso soma mais que a dívida externa, pois são 115.000 milhões de dólares que têm sido congelados, desaparecendo um mecanismo pelo qual o Estado permanentemente criava novos títulos e tinha que aumentar a taxa de juros para que mais gente seguisse comprando estes papéis. Hoje, o Estado recuperou sua força, sua capacidade de atuar, e a economia privada que está financiada, depende do Estado". Avaliara que, apesar de o Estado brasileiro ser ainda 'patrimonialista' e 'corporativista', ele estava recuperando sua capacidade na tomada de decisões, "E se o sistema político foi capaz de fazer isto ao nível interno, claro que fará o que seja indispensável ao nível externo" (DCDP, pp. 134-5). Ou seja, como já foi indicado, Cardoso apostava na possibilidade de modernização do país, a despeito dos seus problemas econômicos e sociais, e acreditava que aquele governo tinha, pelo menos inicialmente, condições de ajustar o país ao nível internacional e restabelecer as relações com os credores internacionais[62]. Mas advertia – dadas as frágeis bases de sustentação do governo e a dimensão dos ajustes estruturais necessários – sobre a necessidade de vinculação mais racional e democrática entre Estado e sociedade com o fito de um acordo.

---

[62] Cardoso era favorável a que a negociação da dívida externa obedecesse ao critério de condições internas para pagamento. Chegou a propor no Senado "que o pagamento da dívida obedecesse a dois parâmetros: a manutenção do nível de reservas correspondentes a quatro meses de importação brasileira (cerca de 7 ou 8 bilhões de dólares) e o respeito à 'capacidade interna de pagamento' (orçamento superavitário, depois de feitos os investimentos não-inflacionários requeridos por nosso desenvolvimento /.../ introduzi uma cláusula de 'salvaguarda' para o caso da emergência de fatores de perturbação inesperada que não sejam da responsabilidade dos credores ou devedores e estabeleci que as conversões da dívida devem ser feitas com deságio e através de mecanismos de mercados (como os leilões)". Propugnava que fossem resguardados os dispositivos constitucionais, nos quais o "endividamento externo seja decidido de comum acordo com o executivo e o legislativo" (FSP, 13/09/90). De fato, em o Senado Federal aprovou, em junho de 1991, o Acordo da Dívida Externa, onde ficou estabelecido que o país já saldaria, em 1991, "2 bilhões de dólares daqueles atrasados, emitirá bônus de longo prazo sobre o restante, ao portador e utilizáveis no programa de privatização ou qualquer outro tipo de conversão que vier a ser criado, além de liberar o pagamento de dívida externa do setor privado e assumir o compromisso de saldar, pelo menos 20 por cento dos débitos vincendos em 1991" in Discurso no Congresso Nacional de Jutahy Magalhães em 05/09/91. Cabe lembrar que, a despeito da moratória, o país continuou efetivando transferências líquidas de capitais, em 1990.

Críticas apontadas à Política Econômica de Collor

Entretanto, embora Cardoso esboçasse simpatia pelos impulsos de modernização de Collor, não deixava de apontar várias lacunas tanto no programa do governo quanto na forma e meios utilizados para realizá-lo. Existiam ainda dois problemas-chave que lhe chamavam a atenção; o primeiro refere-se ao equívoco do governo em priorizar o combate à inflação em detrimento de políticas econômicas igualmente urgentes, em postergar ou colocar em segundo plano a própria reforma fiscal e outras medidas de caráter estrutural em nome da estabilização da moeda e, sobretudo, a forma pela qual o governo tentava dar cabo da inflação, isto é, de modo ortodoxo, tendo como base uma política recessiva, a seu ver, exagerada[63]. Cardoso procura alertar que, restringir a política econômica ao controle monetário poderia levar à estagnação. O segundo problema, que deriva do primeiro, era a ausência de uma política definida e consistente ou, mais precisamente, de programas sociais eficazes para combater a miséria, o desemprego, enfim, dirimir as condições precárias de vida da maioria da população brasileira. Para agravar essa situação, o governo não dispunha de uma política de crescimento econômico, especialmente do setor agrícola, já que a falta de colaboração do Estado afetava fundamentalmente os pequenos produtores e, com efeito, o nível de emprego. Não haveria razão, segundo Cardoso, para cuidar das questões sociais depois do controle monetário, pois "são políticas que não precisam, nem devem esperar que primeiro se estabilize a economia" (FSP, 08/08/91).

Como já foi mencionado, Cardoso, além de discordar da forma como a reforma do Estado estava sendo encaminhada pelo governo, apontava a ausência de um projeto definido de inserção no mercado mundial. No seu entender, faltava precisamente uma articulação entre os ajustes interno e externo, isto é, o combate à crise do Estado e à inflação não poderia se apartar de uma política de renegociação da dívida externa, da reforma do Estado e, sobretudo, de uma política de reinserção da economia no mercado mundial, concomitantemente a uma política de indução para a retomada do crescimento econômico. O governo Collor deveria, então, dar prossecução a uma política de

---

[63] A política ortodoxa é estabelecida em maio de 1990, quando o governo abandona a idéia de pré-fixação dos salários (indexação) e define uma meta monetária. São, então, congelados temporariamente, preços e salários e bloqueados ativos financeiros de pessoas físicas e jurídicas. Em outubro de 1990 tem início, de fato, a recessão no país. No primeiro trimestre de 1990, as taxas mensais de inflação foram de 68,2%, 74% e 82,2%. A partir do Plano Collor I, em março de 1990, a inflação declinou para 14% ao mês, porém voltou a subir a partir de setembro, ficando em torno dos 16% a 19% entre novembro e dezembro.

'arrumação da casa', definindo ao mesmo tempo o tipo de ajuste da economia brasileira nos negócios internacionais.

Cardoso criticava com freqüência a falta de coordenação política do governo e sua negligência em relação aos canais institucionais, que estariam bloqueando a execução dos ajustes necessários e, conseqüentemente, a retomada do crescimento econômico e a modernização do país. Nessa direção, não cabe aqui retomar os ajustes e desajustes provocados pelos Planos Collor I e II[64] e as demais medidas levadas a cabo já sob a administração de Marcílio Marques Moreira, mas apenas lembrar que as intervenções empreendidas pelo governo – se tiveram o mérito de debelar a ameaça da hiperinflação – em muitos momentos não surtiram o efeito esperado, principalmente no que concerne à retomada do crescimento econômico e mesmo na redução substantiva da inflação[65].

Cardoso insistentemente alertava que a continuidade de uma política recessiva obstava a retomada do desenvolvimento econômico e onerava o salário da classe trabalhadora. Considerava que o principal desafio era a reconstrução nacional e não o combate obsessivo à inflação. No seu entender, era visível que a persistência do governo em princípios ortodoxos não estava dando conta dos principais fatores que induziam a inflação. As medidas empreendidas, ainda que apenas parcialmente levadas a efeito (como o rigor monetário, o equilíbrio orçamentário e a política fiscal), mostravam-se insuficientes para combater a inflação. Cardoso insiste, então, que o combate à inflação deveria ser mediado por um conjunto de políticas econômicas; de um lado, por iniciativas do governo que induzissem a retomada do crescimento econômico e, de outro, por medidas eficazes que combatessem os fatores que colaboraram com a alta dos preços, a

---

[64] O Plano Collor II estabelecia um congelamento de preços, por pouco tempo, e dos salários, que deveria ser mais longo. Cardoso sugeriu ao Congresso corrigir as distorções do Plano Collor II, "a maior das quais, a que mais debilita sua credibilidade perante a opinião pública, é a adoção de um tarifaço no exato momento em que se congelam os salários" (FSP, 07/02/91).

[65] Ademais, várias propostas ou não foram aprovadas ou foram postergadas. O Congresso não aprovou a proposta do governo de aumento de impostos, nem encaminhou as reformas liberalizantes com a rapidez desejada. A reforma administrativa não atingiu a redução de pessoal pretendida, apenas colocou 120 mil servidores em disponibilidade. Fato que ainda foi agravado quando a Justiça determinou o pagamento dos seus salários. A privatização não foi efetivada em 1990, quando se esperava uma venda massiva de 11 empresas neste ano. Cabe lembrar que, apenas em outubro de 1991 tem início o programa de desestatização com a privatização da Usiminas. No total foram privatizadas, durante o Governo Collor, apenas 13 empresas públicas, cujo pagamento foi feito, em sua maior parte, com 'moeda podre', isto é, títulos vencidos ou a vencer de dívidas da União. Portanto, fracassa a intenção do Governo em obter recursos via privatização. Além disso, no primeiro ano do governo Collor houve redução de 4,6% do PIB brasileiro, quase um milhão de desempregados e redução do valor real dos salários.

saber, a crise do Estado. Cobra do governo, então, "medidas duras para tirar o Estado da situação de quebradeira crônica a que a crise fiscal o levou"[66].

Cardoso reconhecia, entretanto, a resistência dos setores privados, sobretudo dos oligopólios, em relação às medidas governamentais. Nessa direção, aproveitando-se de um pronunciamento de Eduardo Teixeira[67], tenta mostrar quais são as verdadeiras "causas" da inflação. Nesse pronunciamento acusara uma parcela do empresariado de não colaborar com o Plano, fazendo estoques, repassando os custos financeiros aos preços, indexando os salários e transferindo aos preços valores acima da indexação. Tal constatação, segundo Cardoso, não deixa de revelar a principal causa da inflação: "É isso aí, preços administrados pelos oligopólios, somados a estoques especulativos e a salários repassados resultam em remarcação de preços e, portanto, em inflação". Avalia que a inflação é, no fundo, "a expressão de um *conflito distributivo* entre tesouro, salários, juros e preços. Nesta batalha, até hoje, no lado perdedor, estão os salários e os contribuintes, via Tesouro" (FSP, 27/09/90).

A inflação diz respeito a uma acumulação desordenada que só pode ser enfrentada, na visão de Cardoso, se houver entendimento entre os vários setores, "Custará muito, mas só com mais negociação e entendimento sairemos do buraco" (FSP, 27/12/90). O remédio 'monetarista' do governo mostrou-se ineficiente no combate à inflação, pois os grupos oligopólicos já demonstraram sua capacidade de pressão ao impor preços, inclusive acima da inflação, como afirma: "na queda de braço entre governo e esses grupos, em geral, ganham os grupos oligopólicos, os cartéis que impõem preços" (DCN, 30/10/91)[68]. Cobra, então, do governo e do Congresso a aprovação de leis que regulamentem os cartéis e apresenta, inclusive, um projeto anticartel, que não foi aprovado "porque nunca houve interesse efetivo em colocar de uma maneira não personalizada, mas objetiva, os

---

[66] Cardoso defendia uma reforma tributária. Aliás, elaborou um projeto sobre a tributação de fortunas, com a participação de Roberto Campos, que foi aprovado por unanimidade no Congresso mas, em função de várias pressões e críticas, permanece engavetado. Argumentava, no entanto, que, se o princípio estava em tributar os mais ricos, haveria também um impacto fiscal: "ele terá um efeito positivo para controlar a sonegação". Propunha ainda que se regulamentasse a tributação da exportação de produtos semi-elaborados, questão que também já tinha sido aprovada pelo Congresso "sob a forma de um substitutivo na Câmara, ou ainda definir o direito de tributar, para impedir que Estados e municípios cobrem impostos sobre as mesmas atividades" (FSP, 11/04/91).

[67] Presidente da Petrobrás (1990-91) e ministro da Infra-estrutura (1991). Enquanto secretário do Ministério da Economia, indicado por Zélia Cardoso, participou da elaboração do Plano Collor.

[68] Por conta disso, a preocupação "com o ritmo da redução das tarifas aduaneiras para preservar segmentos industriais importantes" passa a ser vista como atrasada, justamente porque os setores da indústria local "desafinaram tanto, carregando nos preços, que no enredo sem autor do novo Brasil os consumidores ouvem mais o grito dos exportadores do que o dos produtores para o mercado interno" (FSP, 20/02/92).

mecanismos pelos quais seria possível controlar esses desmandos que podem ocorrer quando a economia é mais cartelizada. A nossa é amplamente cartelizada. O jogo de braços é hoje entre governo contra setores cartelizados" (DCN, 30/10/91). Observe-se que Cardoso, independentemente da correção das causas que confere à inflação, não deixa de explicitar a posição – aliás, historicamente comprovada – dos segmentos oligopólicos do capital em se apropriarem dos lucros e de impor a socialização das perdas. Mas, resolver o problema da inflação, para o qual colaboram os setores oligopólicos, passaria, de um lado, pela introdução de mecanismos de regulamentação que disciplinassem o grande capital e, de outro, pela negociação política. Contudo, Cardoso não nos informa em que termos essa negociação deveria ser feita, e se a ela deveria ser atrelada uma política de abertura econômica, que certamente afetava esses setores[69].

No início de 1991, devido à resistência do Congresso em apoiar o Plano Collor II, o governo esboça uma iniciativa de ampliar sua base de apoio político, a partir de contato com alguns congressistas e lideranças regionais, como o PFL, para o qual entrega dois ministérios, e com alguns governadores, entre eles, Leonel Brizola. Apóia projetos de autoria de FHC, como o de tributação sobre fortunas, de participação dos empregados nos lucros e concessão de serviços públicos à iniciativa privada. Mas, na visão de Cardoso, o governo equivocava-se nos seus alvos, uma vez que ficavam de fora de sua articulação o Congresso e as lideranças empresariais. Em março do mesmo ano, é apresentado ao Congresso o Programa de Reconstrução Nacional (PRN), com o intuito de reafirmar o compromisso do executivo com as reformas modernizadoras. Em linhas gerais,

---

[69] Sobre essa questão nos parece importante observar que, nesse momento, ainda que a política de abertura tenha sido acelerada, os setores monopólicos ainda gozavam de um protecionismo do mercado interno bastante elevado, fato que pode sugerir as dificuldades para debelar a inflação. A análise de Gesner Oliveira vai nessa direção ao sugerir que os planos de combate à inflação, anteriores ao Plano Real, fracassaram precisamente porque não conseguiram se desvencilhar do círculo vicioso de um ambiente de mercado interno bastante protegido. "De fato, o fechamento da economia constitui uma das maiores dificuldades em planos anteriores. O processo perverso é bem conhecido. Logo depois da queda da taxa de inflação as empresas e assalariados retomam seus planos de investimento e consumo, a demanda pressiona uma oferta limitada no curto prazo, os preços sobem, os salários indexados aos preços acompanham e o mesmo acontece com os preços de serviços em geral, fazendo com que retorne a espiral inflacionária. /... / para evitar que isso ocorra são necessárias medidas na área fiscal, monetária e de desindexação, entre outras, que naturalmente demandam tempo para maturar. /.../ Porém, neste contexto, é o grau atingido de abertura da economia que assegura elevado grau de concorrência com os importados, impedindo que a espiral inflacionária opere conforme descrito antes". Assim, a aceleração da abertura econômica, especialmente entre 1993/94, parece ter sido decisiva para o combate da inflação na fase do Plano Real, pois "os significativos avanços obtidos com as reformas estruturais ainda não haviam amadurecido o suficiente em 1990/91 para auxiliar de forma decisiva o combate inflacionário. Foi apenas no Real que, por exemplo, a maior abertura da economia impôs elevado grau de concorrência externa, auxiliando a queda da inflação nos segmentos produtores de bens comerciáveis". In *Brasil Real: desafios da pós-estabilização na virada do milênio*, op. cit., pp. 79-112.

destacavam-se as chamadas reformas estruturais do Estado como, por exemplo, um sistema de concessão de serviços públicos, a desregulamentação dos serviços portuários, a quebra do monopólio das estatais em algumas áreas, entre outros. No que tange ao ajuste das contas públicas, propunha-se a revisão da estabilidade no emprego de servidores públicos, bem como outras medidas para combater a sonegação e aumentar a arrecadação de tributos. No fundo, o PRN reapresentava as propostas de reforma do governo, com poucas modificações, e ficou praticamente paralisado até Marcílio Marques Moreira assumir a pasta da Fazenda, quando reedita várias de suas propostas através do que ficou chamado 'Emendão'[70], o que também não surtiu efeito.

Cardoso concorda com vários propósitos apresentados no PRN e no Emendão, especialmente quanto à reforma fiscal e tributária, embora proponha negociação sobre as emendas. Quanto ao PRN afirmara: "Diria nobres senadores, que a linha essencial é a de que o desenvolvimento social do Brasil depende de uma modificação profunda na estrutura da economia e na estrutura da repartição de renda, e que, por detrás disso, está um forte esforço do aumento da produtividade e da capacitação tecnológica. Esse ponto, pelo menos, parece-me à primeira vista – ele vem reiterado em todo texto – que coincide com postulações do PSDB e mais especificamente com a do nosso candidato à presidência da República em seu programa, em sua proposta de Governo" (DCN, 19/03/91). Reafirma que o diagnóstico do governo estava correto, precisamente no que concerne à necessidade e urgência do Brasil de "se modernizar e se rearticular na economia internacional". Mas entendia que o governo não sinalizava com ações sólidas, de sorte que era necessário acompanhar os passos concretos do governo, nessa direção, pois, "entre o diagnóstico e a realidade há sempre um abismo" (DCN, 19/03/91).

O PRN, segundo Cardoso, mantinha a mesma postura do governo quanto à questão social, "Infelizmente, as áreas onde esse ponto de vista é menos claro, de onde transparece com menos nitidez aquilo que poderia ser uma mensagem de reconstrução nacional, é nas áreas sociais" (DCN, 19/03/91). Também não havia um esforço do governo quanto à reforma educacional, o mesmo valendo para a questão agrária: "ainda tem-se a ilusão de imaginar que os assentamentos serão incentivados ali onde o Estado não é necessário".

---

[70] O 'Emendão' é apresentado ao Congresso em agosto de 1991, e propunha 33 emendas constitucionais. Reeditava várias diretrizes do PRN, destacando-se as seguintes propostas: fim do monopólio estatal na exploração do petróleo, gás natural e minerais; proposta da concessão de prestação de serviços públicos como energia elétrica e telecomunicações; revisão de encargos e receitas entre União, municípios e Estados, com o intuito de uma reforma tributária; bem como, revisão das regras para aposentaria. Nenhuma dessas propostas foi implementada durante o governo Collor.

Concorda com o diagnóstico de que é necessário um enxugamento da máquina do Estado e de que a iniciativa privada deve participar ativamente da reconstrução nacional, porém "não se pode manter a idéia de que por isso não é mais necessária uma ação estatal, e especialmente nas áreas da pobreza. E a área do campo é precisamente uma área da pobreza, é uma área em que precisa haver uma ação estatal concertada, uma ação que permita um desenvolvimento efetivo". Concluía que o PRN expressava um descompasso entre as propostas econômicas e a questão social, de forma que, "pessoalmente, a mim me parece mais fácil aceitar algumas propostas na área econômica do que o tipo de desenvolvimento social aqui sugerido" (DCN, 19/03/91). Cardoso visualizava que o Programa esboçava a intenção de abandonar a política recessiva; em seus termos, o governo mantém o combate à inflação "mas renuncia à política que só através da recessão é possível reduzir a inflação" (DCN, 19/03/91). De fato, o governo havia amadurecido em alguns pontos, mas a questão central naquele momento "diz respeito à questão de como vamos retomar o crescimento econômico e de que maneira se compagina isso com o controle da inflação" (DCN, 19/03/91). O PRN, de fato, não indicava essa questão, mas Cardoso asseverava que "Uma coisa me parece certa /.../ o Brasil não suporta mais níveis de controle do seu processo produtivo com vistas a controlar o processo inflacionário que eleve a taxa de desemprego e de miséria como a que estamos assistindo" (DCN, 19/03/91).

Cabe salientar que, no entender de Cardoso, a retomada do desenvolvimento econômico estaria sendo obstada não apenas pela política restritiva do governo, mas também pela falta de iniciativas que induzissem essa recuperação. O governo não poderia limitar-se ao esforço de redução dos gastos públicos e nem à política de capacitação tecnológica que, embora tímida, vinha tendo o apoio de certos empresários. Não poderia, assim, imaginar que todas as condições já tivessem sido criadas, como se tudo "dependesse da iniciativa dos empresários". Caberia ao governo, pois, definir "em que área se vai reativar a economia", pois "Não penso que num país como o Brasil a reativação da economia possa repousar apenas no setor privado. Seria um equívoco. O mercado moderno exige um planejamento indicativo e ações do governo, exige investimentos do governo em áreas novas e em áreas que tenham um efeito em cadeia para reativar a economia". Cardoso não chega a apresentar nenhuma proposta específica nessa direção, mas sugere que, através da fiscalização do orçamento, haveria mecanismos para definir "uma política de indução da nova etapa de desenvolvimento econômico" (DCN, 19/03/91).

Cardoso criticara o governo pela falta de direcionamento da economia em direção a uma nova fase de acumulação, em parte, devido à política restritiva e à ausência de uma política de inversões eficaz que estimulasse a retomada dos investimentos, mas, sobretudo, devido ao tipo de condução política do governo, que não buscava uma articulação com a sociedade. No seu entender, o governo negligenciava um prévio entendimento que pudesse fortalecer a base política do seu plano econômico. Em suas palavras, "Ou se consegue uma mudança efetiva das bases políticas e sociais do governo ou qualquer proposta será inoperante, mesmo que tecnicamente correta. Mas, para conseguir credibilidade junto à sociedade, por sua vez, a 'classe política' precisa estar munida de uma proposta que altere os rumos atuais. Alguns itens da nova agenda estão claros". O governo limitara-se a enviar ao Congresso suas propostas, sem um acordo político anterior, de modo que os parlamentares não tinham outra opção senão aprovar ou rejeitar os projetos recebidos. Cardoso também reconhece que o Congresso foi incapaz de "articular-se para propor saídas para crise e para sustentá-las" e não se sensibilizou com as razões que levaram o governo a propor o "Emendão". Essas, conforme Cardoso, eram simples: "O Tesouro Nacional está falido, está exaurido e os cofres estaduais estão deficitários. Isso é real e o País tem de saber como é que se vai corrigir esta situação". Tal realidade não poderia ser enfrentada "enquanto não nos dispusermos ao diálogo e esse inclui a todos nós, e não pode ser mais jogo de cena. A situação do país é muito grave para isso", e sem negociação não haverá saída (DCN, 05/09/91). Mas, embora Cardoso reconheça a resistência do próprio Congresso em aprovar as reformas, não chega a explicitar quais os interesses que estariam na base desta resistência, de modo que o impasse entre Governo e Congresso sempre aparece como decorrência da falta de negociação política, como uma espécie de fator determinante, e não pelos interesses econômicos e políticos organizados no Congresso que, de uma forma ou de outra, estariam sendo contraditados pelas medidas do Governo.

De qualquer forma, Cardoso avaliara que uma parcela do Congresso, incluindo evidentemente o PSDB, ou pelo menos alguns expoentes do seu partido, concordaria, ao menos em linhas gerais, com o projeto de modernização governamental, o que daria uma certa base de sustentação, desde que as medidas fossem negociadas; contudo, o governo não se dispunha a essa negociação com o Congresso ou quando a tentava era ineficaz. Vale o registro de um pronunciamento de Jutahy Magalhães, em que analisa o fracasso das políticas do governo Collor, "uma interpretação crítica alternativa da política econômica em 1990, complementada pelo Plano Collor II, reside, talvez, não no diagnóstico que a equipe econômica fizera da situação, nem na formulação do Plano de Estabilização, mas

na forma da execução da política do governo Collor. Aqui, seguramente, abre-se um espaço que transcende os limites da análise econômica convencional e que pede passagem para outros ramos do conhecimento" E para arrematar, afirma o senador: "a democracia pode viabilizar alguma coisa entre os extremos, mediante negociação constante. Negociar, do ponto de vista político, significa abrir mão de parte do poder e a chave da questão está no como, o quê, quando e com quem negociar, num raio que abranja todos os segmentos de sociedade e sem lances de esperteza" [71].

Na avaliação de Cardoso, a maior responsabilidade pela não aprovação das reformas necessárias é do governo, e não do Congresso, já que várias propostas do governo teriam condições de serem aprovadas, "Eu e outros senadores mais apoiamos o caminho. De repente esse caminho desaparece, não por obra nossa, mas por desaguisados internos ao Governo. /.../ Falta coordenação, falta capacidade de transformar o objetivo em prática efetiva" (DCN, 30/06/91). De acordo com ele, "o 'Emendão' caiu no esquecimento do próprio governo, não porque houve oposição no Congresso, faltou articulação política, empenho do governo pela sua aprovação. O governo renovou nos temas da agenda, mas não se seguiu uma ação administrativa e política competente. O emendão e a reforma tributária 'estão morrendo na praia'" (FSP, 14/11/91).

O governo Collor fracassa nas políticas de contenção da inflação, assim como nas demais propostas de reestruturação do Estado, de sorte que este permanece em crise e imobilizado, "A crise que nós vivemos não é de 'legitimidade' é do Estado em sentido amplo" (DCN, 05/09/91). De modo que a situação de impasse, para a qual colaboraram as práticas recessivas do governo, bem como sua negligência confessa em se articular politicamente, estava amarrando governo e sociedade num círculo vicioso, com a ameaça constante de inflação e estagnação e de risco de uma quebradeira generalizada das empresas, em relação a estas, o principal obstáculo era o financiamento da produção, pois "as empresas já não têm como financiar o estoque, já não têm como ter previsão para os seus investimentos nem de curtíssimo prazo. Não tem mais política salarial que se agüente" (DCN, 30/10/91). Isso não invalida a responsabilidade de alguns setores empresariais, mas a crítica, segundo Cardoso, não pode ser dirigida aos empresários em geral, sem distinção, como Collor fizera, sem separar "o joio do trigo", pois "dessa forma não ajuda a encontrar uma saída porque não faz distinção, e ao não separar faz com que forças poderosas, por outras razões, fiquem desconfiadas e à margem" (DCN, 30/10/91).

---

[71] Pronunciamento de Jutahy Magalhães no Congresso Nacional em 05/09/91.

Conforme avançam os impasses do governo Collor, já em meados de 1991, Cardoso começa a alertar para a ameaça de uma crise política e institucional de grandes proporções no país. Avaliara que, diferentemente da crise que precedeu o golpe de 64 – em que os militares tinham uma alternativa de poder e um projeto – o Brasil, naquele momento, estava sem rumo, beirando a hiperinflação e uma crise institucional. Em sua avaliação, o risco de paralisia de decisões era iminente: "O Congresso deixou de decidir, o que é um prenúncio da crise" (Veja, 04/09/91). Contudo, é preciso atentar para as causas que Cardoso atribui a essa crise. De fato, observava-se uma falta de consenso e de coesão interna no país em torno do governo Collor, mas isso, no entender de Cardoso, deve-se menos à natureza e ao conteúdo das propostas apresentadas que à falta de credibilidade e de articulação política governamental. Afirma diversas vezes que o diagnóstico de realidade do governo Collor estava correto e que a agenda política já estava definida, tanto pelas propostas apresentadas pelo executivo, quanto pelos projetos apresentados no Congresso. Em outras palavras, conforme Cardoso, a despeito dos planos de modernização de Collor, especialmente em nome da abertura da economia e da reforma do Estado, terem sido aceitos pela sociedade, houve um recuo, sobretudo, do setor industrial. Este estava amedrontado precisamente porque o governo não havia definido claramente um projeto para um longo prazo, um caminho a seguir, e se articulado com os diversos setores da sociedade.

Os investidores externos, por sua vez, recuaram porque não tinham ações concretas internamente, já que "os banqueiros e os investidores não se afastam de um país por causa da retórica, mas porque não há ordem neste país" (Veja, 04/09/91). Assim, a falta de credibilidade do governo, a falta de apoio do Congresso e de demais segmentos importantes da sociedade estava levando o país ao caos, em verdade havia uma paralisia que poderia comprometer o futuro do país. Em outros termos, corria o risco de perder as chances que se abririam no mercado internacional e de buscar negociações com os organismos internacionais em face da globalização. Como afirmara, "O Brasil tem de se ajustar ao compasso do mundo e, se não se ajustar num período razoável de tempo, de três a cinco anos, por exemplo, ele fica simplesmente como a Argentina ficou nos últimos vinte anos – patinando. Só que a Argentina patinou a partir de um nível alto de recursos de bem-estar e, no Brasil, esse índice está muito baixo" (Veja, 04/09/91).

À medida que avança a crise econômica e política, Cardoso passa a insistir no Senado sobre a necessidade de um entendimento nacional entre governo, Congresso e demais segmentos da sociedade e propõe uma espécie de governo de união nacional como

alternativa àquela situação. Apela ao próprio Congresso para iniciar uma tomada de posição, entre as principais lideranças políticas do país e articular um entendimento com a sociedade. A situação brasileira naquele momento não ia se resolver apenas através de um "*impeachment* ao presidente e mudar o regime para parlamentarista. Isso não resolve. O que resolve é ter capacidade para articular forças na sociedade com um propósito definido de retomar o crescimento e o caminho do desenvolvimento"[72] (Veja, 04/09/91).

Diante das imensas dificuldades do país, cada setor não poderia reivindicar o impossível, tratar-se-ia, pois, de uma espécie de trégua entre os partidos, para que se pudesse "repor o Estado em condições de agir e a economia em condições de competir e de aventurar-se no mercado internacional". Nessa linha, criticara freqüentemente as oposições, bem como as lideranças sindicais, que não buscam um entendimento nacional, limitando-se às reivindicações imediatistas: "Ou temos uma compreensão da sociedade moderna, uma sociedade capaz de se expandir e que o limite da expansão é que deve ser negociado, e as vantagens, advindas da expansão, é que devem ser negociadas, ou nem sequer a reivindicação sindical encontrará apoio nos próprios trabalhadores. A grande mudança do sindicalismo europeu foi essa; foi que ele percebeu que a reivindicação fundamental, como disse /.../ é política e global. /.../ Acho que a nossa responsabilidade, como líderes, como senadores, é, precisamente, a de mostrar um caminho de colocar objetivo que não se consumam no desgaste do cotidiano. A política não é, como dizem os americanos, um jogo de soma zero, no qual quando um ganha o outro perde". Avalia que, enquanto se pensar dessa maneira, não haverá saída; é preciso, pois, alinhavar uma proposta na qual haja ganhos para todos, mesmo que esses ganhos sejam desiguais, entendendo que a luta continua e que, portanto, haverá possibilidade de pressionar, num segundo momento, por maiores vantagens. Negociar não é abrir mão do papel de oposição, mas questiona: "cabe ao líder político apenas vociferar o mal estar das massas? Ou cabe ao líder político dar soluções que levem a um bem estar para essas massas?". Desse modo, governo e oposição devem se responsabilizar pela construção da nova realidade, como afirmara, "Ninguém faz acordo na calmaria. Acordo se faz na briga, mas a briga não pela briga em si, mas briga tendo um objetivo". Sugere ainda que a oposição deveria se mirar no exemplo do líder sindical Vicentinho, que se dispôs a negociar com as montadoras e o governo. Uma oposição responsável é, pois, mostrar "os caminhos da

---

[72] Quando é denunciado o envolvimento do presidente Collor com o esquema PC Farias, Cardoso adere ao impeachment imediatamente.

reconstrução" (DCN, 30/06/91). Para isso, não é obrigatório fazer coligações partidárias ou mesmo participar de algum ministério, mas evitar que a situação de desgoverno atinja os mecanismos institucionais de ação democrática.

Assim, a ação política de Cardoso, nesse período, visa sempre à busca de um entendimento nacional. Sua argumentação vai ao sentido de que várias das propostas apresentadas pelo governo mereciam apoio por parte da oposição e, portanto, pressupunham uma negociação, ou melhor, uma nova equação política; paralelamente, como veremos, tenta realizar algumas reformas, de modo a superar a crise política. Por essas razões, Cardoso declara, desde o início do governo Collor, que não caberia uma oposição sistemática ou desestabilizadora, mas uma oposição responsável, empenhada na busca de soluções para o país. Argumenta que, desde os resultados das eleições de 1989, a posição do PSDB havia sido definida como "oposição ao governo, mas não ao país".

Entretanto, a postura ativa de Cardoso nessa direção não foi destituída de fricções no interior do PSDB. Houve, inclusive, vários contatos de Cardoso com Collor[73], e mesmo um convite formal deste para que participasse do governo, mas que acabou não resultando em nenhum acordo formal entre PSDB e governo. Na época, especulou-se sobre uma suposta crise de identidade do PSDB. Embora não concordasse com essa tese e tenha declarado várias vezes que a decisão de não participar do governo fora *dele* e do partido, importa registrar que as próprias alusões de Cardoso a discussões travadas no interior do partido revelam que suas posições divergiam deste[74].

Reconhecera que a posição do PSDB era de oposição ao governo, mas postulara: "Trata-se de saber o que é bom para o país, do ângulo de um partido social democrático. Há, portanto, inicialmente duas questões: uma valorativa sobre que tipo de sociedade que queremos construir (para definir-se o que é bom) e outra política sobre os instrumentos adequados para alcançar o que se define como desejável para o país. Em ambos os níveis há divergências legítimas dentro do PSDB[75]. No âmago dessas divergências vive-se a crise

---

[73] Já em junho de 1990, Collor recebeu no Planalto os líderes do PSDB, no Senado e na Câmara, FHC e Euclides Scalco (PR). Em fevereiro de 1991, Fernando Collor voltou a insistir numa participação do PSDB, por intermédio de FHC, fez um convite formal para que o PSDB se incorporasse ao governo; propunha inclusive que o PSDB pusesse em prática algumas de suas propostas, como o fim dos subsídios e o programa social. Neste momento, além de Cardoso, Serra também se mostrou inclinado à participação. Mário Covas, porém, acusa publicamente o governo de antidemocrata.

[74] José Serra foi convidado por Collor para substituir Zélia Cardoso. Ver seu depoimento a esse respeito In *Conversas com economistas brasileiros II*, São Paulo, Editora 34, 1999, p. 36.

[75] Foge ao escopo deste trabalho um exame dessas divergências. No entanto, algumas afirmações sugerem que a questão da abertura econômica era a que mais suscitava polêmica no interior do PSDB, bem como a reforma do Estado. Nessa direção, podemos observar a posição de Jutahy Magalhães, do PSDB, contra a

mais geral das esquerdas. Estas procuram se recolocar mundialmente para não serem caudatárias de teses anacrônicas que fazem passar como 'progressistas' reivindicações corporativistas, impeditivas da reforma do Estado, e transformam práticas que dificultam o avanço do progresso técnico e da competição em baluartes do interesse nacional". Em vários momentos, Cardoso sugere que certas posições anacrônicas, com as quais caberia um acerto de contas, ainda perduravam no interior do próprio PSDB. Contrário ao temor do partido de se ver confundido com o neoliberalismo, argumentara que não é só o neoliberalismo que deve empunhar as bandeiras da modernização, mas todos aqueles que têm compromissos "com as reformas de base da sociedade" (FSP, 01/11/90). Portanto, reconhecer pontos positivos na proposta de modernização de Collor não é 'adesismo', mas permanecer, como a esquerda, achando que o governo é uma reminiscência do autoritarismo é não propor nada no lugar. Argumenta ainda que, se Collor não tem de fato uma proposta social, "está mudando práticas de governo e está rompendo nós górdios do modelo de desenvolvimento anterior que se esgotara. Além disso, diante do imobilismo passadista dos setores situados à esquerda do espectro político (com raras exceções) Collor está buscando ligar simbolicamente as massas espoliadas a uma expectativa de futuro. Podemos não acreditar nisso. A crítica do PSDB ao governo não deve, entretanto, partir da viseira do passado /.../. Cobremos, desde as reformas econômicas até as políticas e as sociais". Assim, uma vez que o governo Collor apresentava algumas propostas positivas em termos de modernização, o PSDB, que pelo seu ideário e forma de atuação política diferencia-se dos demais partidos de oposição, deve ocupar o espaço que lhe é próprio e desempenhar o seu papel, mas se "não utilizar sua peculiar capacidade de articular-se do centro-esquerda ao centro – que, queiramos ou não, inclui setores que hoje definem a política econômica do governo Collor – terá perdido a chance histórica de identificar-se com seus objetivos e com seu eleitorado" (FSP, 08/11/90). Para se distinguir, pois, de certos setores imobilistas da esquerda, que persistem em propostas extemporâneas e

---

política recessiva e a abertura descontrolada: "Abre-se o mercado interno à importação indiscriminada de produtos estrangeiros quando milhares de empresas nacionais, oneradas por elevados encargos fiscais, altos custos de tarifas sobre serviços básicos, péssimas condições do sistema de transporte e comunicações, ficam impossibilitadas de concorrer com as empresas estrangeiras que, além de pagarem menores preços por esses componentes, já amortizaram seus custos com capital fixo. A abertura está sendo feita em nome da quebra de monopólios e cartéis, quando o ideal seria aplicar a lei contra o abuso de poder econômico. De outra forma, as práticas cartelistas continuam, como se viu, impunemente, na época em que os preços estavam liberados, vender-se, por exemplo, o cimento e o leite pelo mesmo preço em toda a praça de Brasília. Há excessiva fuga de capitais para o exterior, seja na forma de depósitos diretos em bancos estrangeiros, seja em subfaturamento nas exportações e superfaturamento nas importações. Há notícias de que o volume de recursos evadidos desta forma nos últimos anos supera o valor da dívida externa" (DCN, 19/03/91).

apostam no 'quanto pior melhor', o PSDB não poderia se imiscuir de se articular com os setores-chave do governo, de modo a ampliar mais positivamente a agenda política do governo. O PSDB deveria se constituir enquanto pólo aglutinador das várias forças progressistas, liberais e democráticas e, inclusive, de setores empresarias, que se dispusessem a apoiar as reformas estruturais[76].

"Pacto Social"

Cardoso, de fato, insistiu, durante todo o período Collor, num entendimento nacional, numa espécie de pacto social para sair do impasse produzido pelo governo Collor. Sua mensagem às oposições foi sempre a mesma: a idéia de uma oposição responsável, comprometida com a necessidade de mudança, reconhecimento dos aspectos positivos de algumas propostas do governo e, por fim, apoio necessário para garantir as reformas. Como afirmara, o governo "deve receber apoio naquilo que tem de positivo" (Veja, 20/05/92), pois, "Nem seria justo deixar de reconhecer que o governo tem tentado cortar seus gastos e imprimir certo rumo modernizador ao país. Tem tentado mesmo equacionar de forma mais responsável as grandes questões que amarram a nossa economia, como a da dívida externa e, agora, a da reforma tributária" (FSP, 08/08/91). Porém, na sua avaliação, certos setores da oposição contribuem para o quadro de descrença e impasse, uma vez que não apóiam as propostas de reformas inovadoras do governo e nem as reformas políticas, não procuram uma saída, que dependeria muito mais da boa vontade dos partidos e do Congresso do que do governo. Embora o PSDB não tenha entrado para o governo, Cardoso não apenas mantém essa avaliação como insiste, até pouco antes da crise do *impeachment* de Collor, em um acordo. A despeito disso, torna-se uma figura ativa dentro e fora do Congresso, em face dos embates constantes entre este e o governo, para viabilizar um acordo político, um entendimento nacional, como propõe em 1991; enfim, tenta sensibilizar as oposições para um novo equacionamento político, para a partilha de decisões, que pressupunham apoio a certas medidas do governo; empenha-se, como vimos, num entendimento político entre os vários segmentos da sociedade, de maneira a garantir a governabilidade.

---

[76] Tal avaliação não se contradita com as justificativas de Cardoso, em 1994, quando sua candidatura alicerça-se num amplo arco de alianças, nucleado pela presença do PFL; mesmo ficando de fora as demais forças progressistas, acreditava que o PSDB fosse suficientemente forte para contrabalançar as forças conservadoras.

Avaliara, entretanto, que os instrumentos políticos de que o país dispunha ainda não eram suficientes para um processo de negociação. Erigiu, então, as reformas políticas como garantias de melhores condições institucionais de negociação e, portanto, da saída do impasse político e econômico. Entendera que, sob o sistema político vigente, especialmente em situações como a do governo Collor (que não dispunha de maioria estável no Congresso), haveria sempre um choque entre os dois poderes[77] e, com efeito, a virtualidade constante de uma crise institucional. Argumenta, ademais, que as reformas políticas não dependem da resolução da questão econômica, mas, antes da iniciativa e esforço do Congresso e dos partidos. Afirmara, em meio à discussão do 'Emendão' no Congresso, que "o ritmo da crise brasileira acelerou-se. /.../ A crise está se precipitando. As dificuldades estão aumentando. Vamos, então, encará-las. A questão fundamental é, como condicionante, econômica, mas, como detonador, política. Vamos enfrentar a questão do sistema de governo. Vamos perguntar ao povo. Vamos nos organizar de uma vez num ou noutro sistema. Mas não caoticamente, como estamos hoje, quando nós, Congresso, temos força para paralisar, e não para decidir. E o governo não tem condição – mostrou agora – de governar sem que nós alteremos algumas coisas. Vamos tomar isso com firmeza, mas na sua integridade, na sua totalidade" (DCN, 05/09/91). Conforme se agudiza a crise política e econômica, Cardoso insiste cada vez mais nas reformas políticas, chegando a alertar: o próprio Collor reforçou a debilidade do sistema, "não acreditou em partido e não tem partido. E tem que mudar o sistema. Do contrário é golpe" (Veja, 20/05/92). De fato, em vários momentos Cardoso não descarta a possibilidade de que uma crise institucional poderia levar água ao moinho das aspirações golpistas, daí insistir num entendimento nacional, dentro dos parâmetros constitucionais e democráticos.

Importa observar que, no entender de Cardoso, as reformas políticas criariam os mecanismos necessários para garantir a governabilidade e tirar o país da situação de impasse naquele momento específico, como também assegurariam no longo prazo a própria consolidação da democracia no país. O Estado de direito pelo qual a oposição lutou durante o processo de transição, eliminando em 1985 o que chamara de entulho autoritário, ainda precisaria ser aperfeiçoado, como afirmara: "Desde 1985, jogamo-nos a fundo na criação de um 'Estado de Direito'. Mas ele veio capenga", pois "não tivemos 'pensamento institucional' ou engenharia política: que sistema partidário seria o melhor

[77] Avalia que a cambulhada de medidas provisórias devia-se em grande parte à debilidade do sistema político vigente.

para o Brasil? Que tipo de voto majoritário, proporcional, misto? Que forma de governo?". Segundo Cardoso, a Constituição de 1988, ainda que tenha avançado em certas conquistas institucionais, garantido a liberdade de organização partidária e outras formas de expressão da sociedade, não forneceu a fórmula "de como organizar-se melhor a democracia", especialmente numa sociedade "de massas carentes e desinformadas". Sua tese é de que, numa sociedade de massas, como a brasileira, "empobrecidas e fragmentadas e sem instituições aptas a encaminhar soluções para seus problemas, os riscos de um 'curto-circuito' são permanentes. Não se trata das antigas sociedades hierarquizadas, onde as classes dispunham de recursos organizativos para orientar condutas e atuar. Trata-se de sociedades que podem entrar em ebulição como conseqüência de faíscas inesperadas, sem que seus líderes, atores, e organizações, disponham de recursos para dirimir os conflitos emergentes. Isso as torna sociedade com altos riscos institucionais" [78] (FSP, 12/05/92). Cardoso sugere, então, que os limites democráticos, ainda prevalecentes, residiam nas acanhadas conquistas institucionais. Era preciso, pois, avançar mais na institucionalização da democracia, de modo a garantir ao Estado e à sociedade melhores instrumentos para fazer face às crescentes demandas sociais. Assim, tornava-se urgente uma revisão constitucional que incluísse as reformas políticas, especialmente o parlamentarismo, a partidária e um novo sistema eleitoral[79].

Fazia-se necessária uma reformulação partidária que reduzisse a proliferação dos partidos e melhorasse a sua qualidade, além de ser condição "essencial para a ação do legislativo e eventualmente para a sustentação do regime parlamentarista" (FSP, 26/03/92). O mesmo vale para o sistema eleitoral, pois o vigente distorcia a representação do eleitorado, além de dificultar o acompanhamento do eleitor sobre o seu representante. Em consonância, Cardoso apresenta ao Senado o projeto para o estabelecimento do voto proporcional misto. Essa fórmula permitiria combinar a eleição de deputados votados nos distritos com deputados gerais, de forma que "Por esse sistema será possível reconstituir no conjunto da Câmara a proporção que cada partido, mesmo derrotado, tiver obtido nos distritos. Assim, reequilibra-se a proporcionalidade e assegura-se plenamente a representação das minorias, sobretudo das ideológicas" (FSP, 25/10/90). Argumenta ainda que, "Precisamos pensar na engenharia institucional, que nos dê espaço para convergência

---

[78] Chegara a alertar sobre os riscos de uma 'fujimorização' do Brasil, ainda que afirme que "Collor não é Fujimori".

[79] Isso "porque entendo que não há democracia forte sem parlamento forte, afinado com as aspirações da sociedade e apto a dividir poderes e responsabilidades na direção do Estado" (DCN, 15/12/94).

política e de objetivos. Nossas mudanças precisam de uma linha de força, consolidada nos partidos, nos sindicatos e em toda a sociedade. O mérito de reagrupar os partidos, reduzindo o número deles com acesso ao Congresso, e mudar o sistema de voto está em dotar a vida política de maior representatividade do eleitorado, de fazer eleições mais baratas e dar ao eleitor condições de controlar o político que escolheu. É um dos elos para conectar o país. /.../ Os partidos fracionados como estão não conseguem formar o pólo" (Veja, 20/05/02), isto é, o pólo de convencimento, que permita à sociedade pressionar o Congresso e, conseqüentemente, avançar nas reformas. Sem essas reformas políticas o país estaria à mercê da democracia publicitária, que fortalece o cesarismo, e não o parlamentarismo. Ainda que tais reformas não sejam capazes de tirar o país da crise econômica e social, elas aperfeiçoariam o caminho no qual seria possível encontrar as soluções.

Defesa do Parlamentarismo

Cardoso tentara antecipar a escolha do regime de governo e a revisão constitucional para 1992. A votação do primeiro poderia ser precedida da que tratava da reforma partidária e eleitoral, visto que, se o parlamentarismo fosse introduzido, poderiam diminuir as resistências das elites políticas em relação às outras reformas. Até por uma questão de sobrevivência, os deputados iriam preferir regras que favorecessem a composição de maiorias estáveis no Congresso e barateassem as campanhas eleitorais. Além disso, propunha alteração na forma de escolha do regime de governo, isto é, em lugar de plebiscito, um *referendum*, pois, através deste, "ao invés de perguntar aos eleitores se estão genericamente a favor do presidencialismo ou do parlamentarismo, primeiro vota-se uma lei definindo o sistema de governo que, depois, é submetida à apreciação do eleitorado".

Na sua visão, o presidencialismo está mais adequado ao autoritarismo e à ditadura do que à democracia e à ampliação da participação popular[80]. O sistema presidencialista já se demonstrou frágil e débil para promover o consenso em torno das questões econômicas e sociais, "Entrou em curto-circuito em 1937 e 1964. E agora volta a se mostrar frágil

[80] Embora Cardoso não admita que esteja estabelecendo "uma relação necessária entre presidencialismo e desigualdade, ou entre parlamentarismo e justiça social", defende o parlamentarismo com o argumento de que "Os avanços da social-democracia européia no campo social se deram, sem exceção, sob sistemas parlamentaristas. Enquanto isso, o único país desenvolvido que adota o presidencialismo, os EUA, convive até hoje com desigualdades sociais dilacerantes. Sem falar do atraso social e da instabilidade política generalizados nos países presidencialistas da América Latina" (FSP, 31/01/93).

diante da dispersão das forças políticas nacionais, incapaz de produzir o mínimo de consenso de que o país necessita para enfrentar os tremendos desafios da modernização do Estado e da economia" (FSP, 31/03/93). Sob o regime parlamentarista, é mais fácil chegar ao consenso, visto que o governo tem mais chances de obter maioria no parlamento; propicia, além disso, uma maior responsabilidade do Congresso na tomada de decisões, na medida em que permite o atendimento de todos os partidos "da coalizão governante com uma participação efetiva nas decisões do Executivo" e, através do dispositivo de dissolução da Câmara – que é a regra fundamental do parlamentarismo caso não se forme uma maioria definida para indicar o primeiro-ministro – tem-se "um ótimo antídoto" contra os parlamentos que apóiam o governo somente no momento de distribuição dos cargos, mas retiram o amparo no momento de tomada de decisões difíceis.

Por outro lado, argumentara que o parlamentarismo propicia um convívio melhor com o pluripartidarismo que o regime presidencialista. Dado o número bastante elevado de partidos no Brasil, mesmo com reformulação partidária, visando a sua redução e fortalecimento, ainda haveria um número razoável, o que, sob o regime presidencialista, é fator constante de instabilidade entre legislativo e executivo. Ademais, a história do presidencialismo no Brasil – na qual, com exceção apenas de JK, nenhum governo conseguiu executar integralmente seu plano de governo – mostra como é falsa a idéia de que, nesse regime, o presidente, eleito pelo voto direto, tem mais força para impor a vontade popular. Por outro lado, o parlamento no Brasil não tem mais o mesmo perfil elitista, clientelista e oligárquico do passado, "hoje quem vota: são as grandes massas urbanas /.../ hoje o povo recorre mais ao Congresso; a sociedade pressiona mais através do Congresso com muita freqüência do que nos escritórios do executivo" (DCN, 17/08/91).

Num regime parlamentarista, "o processo de decisão fica mais transparente e permite que a pressão da sociedade se exerça mais diretamente sobre o sistema político, pois propicia mais e melhor informação" (FSP, 17/10/91). Some-se a isso que, num regime parlamentarista, a obrigatoriedade de aprovação de um programa de governo é imprescindível, o que leva, necessariamente, ministros e Câmara a informarem a opinião pública sobre os principais argumentos que envolvem a tomada de decisões, ou seja, a sociedade tem mais condições de pressionar os deputados e, por meio deles, o próprio executivo. Nessa direção, afirmara: "Não têm pois razão os que pensam que é preciso primeiro resolver a crise econômica para depois cuidar da crise institucional. Elas estão ligadas de modo indissociável" (FSP, 17/10/91). Colocadas nestes termos, a crise econômica não se dissocia da crise institucional, porém um equacionamento desta é que

permitiria resolver aquela. Verdade é que não se trata de uma novidade na concepção de Cardoso, uma vez que defendera as reformas políticas nesse momento no mesmo diapasão que criticara a negligência de uma parcela da esquerda brasileira pelas liberdades institucionais em nome da questão social ou da revolução. Por isso, mesmo em face da gravidade dos problemas econômicos e sociais, daquele período, a questão institucional não poderia ser encarada como questão secundária, "Como se presidencialismo e parlamentarismo fosse mera perfumaria jurídica (variações de 'superestrutura'), quando na verdade são instrumentos essenciais, mais ou menos eficazes, para resolver os problemas sociais e econômicos. A hora de atacar as reformas políticas é agora, quando ainda há tempo de corrigir o curso da nossa democracia antes que ela naufrague na ingovernabilidade diante da estagnação econômica e do agravamento da miséria" (FSP, 31/01/93). Ou seja, uma clara subordinação do equacionamento material ao equacionamento institucional. Cardoso empenhara-se durante todo tempo na discussão das reformas políticas precisamente porque entendera que elas eram a saída para a crise daquele momento. Nessa direção, quando, enfim, seu esforço pela antecipação do plebiscito não surte efeito (o Congresso acaba não aprovando a antecipação do plebiscito)[81], avalia que uma transição "seria muito mais facilitada se tivéssemos feito a antecipação do plebiscito /.../ porque teríamos a possibilidade de um diálogo que não fosse ao redor de questões que são importantes, mas que dificultam muito mais o entendimento. As questões do dia-a-dia são mais difíceis para um entendimento, por mais paradoxal que pareça, do que a idéia da construção de um novo Brasil. /.../ perdemos uma oportunidade de dar outro rumo à política brasileira. Esse é o meu julgamento" (DCN, 09/11/91).

Mas Cardoso se vê tolhido, em suas iniciativas, não apenas pelas oposições mas pelo próprio governo, que não se dispõe a negociar e em se articular com a sociedade. Conforme sua avaliação, várias das propostas apresentadas por Collor já tinham sensibilizado alguns setores da sociedade, porém o problema é que o governo não dá

---

[81] Cardoso obtivera do presidente Collor seu apoio para as reformas políticas e seu compromisso em não interferir no processo de votação pelo Congresso da antecipação, o que efetivamente não ocorre. O Congresso, em novembro de 1991, não aprova a antecipação do plebiscito, com uma boa dose de manobra do governo. Cardoso, indignado, compara esse episódio ao de Sarney, quando se empenhou na prorrogação do mandato: "Não entendo os homens quando estão no poder que não percebem, às vezes, que a grandeza é melhor para eles próprios do que aferrar-se mesquinhamente a um dia mais de mandato ou a uma forcinha a mais do exercício do poder". Ficara agora realmente desesperançado com o presidente: "sempre vi no presidente a vontade de, até quebrando louças, inovar. /.../ Então, imaginei que Sua Excelência pudesse, agora, 'tomar o pião na unha' e, com muita força, recuperar o ímpeto inicial, pelo menos do apoio que tivera inicialmente. Infelizmente Sua Excelência não se viu nesse papel ou, pelo menos, parece-me que se vislumbrou esse papel foi por pouco tempo" (DCN, 09/11/91).

demonstrações convincentes na direção de efetivá-las, "estamos vendo apenas palavras" (Veja, 04/09/91). Avaliara que falta de credibilidade no governo derivara em grande medida do tipo de comportamento e condução política de Collor[82]. Trata-se do estilo 'atropela, mas faz' que, além de ferir os princípios democráticos, ou de substituir a legitimação pelo princípio da eficiência, desarma o próprio governo (FSP, 06/09/90). A incapacidade de se articular com a sociedade, de negociar e mesmo de persistir nas propostas levam o executivo ao imobilismo.

Importa chamar a atenção para o fato de que a tese explicativa de Cardoso sobre a irresolução dos problemas, no caso, a persistência da inflação, a ausência de crescimento econômico, a crise do Estado, bem como a situação de impasse a que chega gradativamente o país, reside sempre na incapacidade política do governo em se articular com a sociedade e de levar à frente as reformas necessárias[83]. De sorte que entendia que a maior responsabilidade pela situação de impasse e imobilidade do país era do próprio governo, já que "quem recebeu a aprovação da maioria do eleitorado recebeu, também, o encargo de manter as condições para que o país, através de seus diversos segmentos, tenha uma chance para mudar e melhorar" (FSP, 15/11/90). Assim, diante de tantos problemas para serem resolvidos, o governo caiu no imobilismo precisamente por falta de articulação política com a sociedade; porém, como salienta, "quando a descrença e a desconfiança predominam, a eficácia da ação governamental reduz drasticamente. Pior ainda: quando não existem rumos definidos, a própria oposição termina por chafurdar na mesma pequenez da falta de um projeto para o país e para a sociedade" (FSP, 15/11/90).

De modo que a articulação política tanto aparece como explicação como fator de resolução da crise. Na mesma direção, alerta diversas vezes que, em face das dificuldades econômicas do país e das finanças do estado, a trégua e a negociação política, entre os

---

[82] Conforme a crise econômica se agravava, Cardoso afirmava que o problema maior é político, "já não se trata de uma questão meramente econômica. /.../ acredito que as forças políticas devem pensar no que está acontecendo, pensando no Brasil e no seu povo, e ver se é possível chegar a algum tipo de entendimento, ou seja, através de alguns pontos que permitam arrebanhar a confiança /.../. Não ter ilusões. A crise é de confiança /.../. Todos sabemos que o governo não dispõe de maiorias estáveis no Congresso. Isso é verdade. O presidente da República foi eleito com enorme votação, mas houve uma eleição posterior a essa e, aí, os partidos que apóiam o presidente não ganharam maioria no Congresso. Isso não é nada dramático. Nos Estados Unidos o presidente não dispõe, há muito tempo, da maioria no senado, e, as vezes, nem na Câmara. E mesmo assim governa. Mas, para governar, propõe metas e negocia" (DCN, 30/10/91).

[83] Esta incapacidade política aparece por vezes como fator determinante do fracasso, que deixa de ter conexão com o conteúdo da proposta apresentada e mesmo com os interesses de classes, contra os quais as propostas eventualmente se chocam. A recessão e as dificuldades para a retomada do desenvolvimento são os únicos fatores que estariam inquietando o empresariado. Não há, entretanto, nenhuma indicação de que a abertura da economia, nos moldes em que ela estava se dando, tenha levado o empresariado a retirar seu apoio ao governo Collor.

diversos setores, eram precondições "para que se faça o essencial: a retomada do crescimento econômico, a melhoria dos salários [84], a redistribuição de renda e a implantação de políticas de bem-estar social", dentro do universo constitucional e democrático.

Nessa mesma direção, no segundo semestre de 1991, como já foi mencionado, em face da retomada da inflação, da falta de investimento e mesmo de um novo descontrole nas contas públicas, Cardoso alerta para o perigo de uma crise institucional, devido à situação de desgoverno. Importa observar que Cardoso percebe que essa situação já indica o recuo das elites brasileiras, sobretudo das empresariais. "A angústia nacional aumentou, a profunda descrença, que já era corrente no povo, se instalou, definitivamente, nas elites do país" (DCN, 05/09/91). Em tal situação também se encontram as lideranças políticas, e ele aponta a responsabilidade daqueles "que poderiam e deveriam definir os rumos e coordenar as ações para sairmos do impasse perdem-se olhando para o próprio umbigo /.../ É duro reconhecer, mas as forças políticas que lutaram contra o regime autoritário e tiveram seu momento de grandeza ao restituírem a democracia e a liberdade, falharam redondamente na tarefa de governar. Não conseguiram fazer com os esforços convirjam para a solução de quatro ou cinco problemas básicos sem os quais a 'crise' será como um moto contínuo de arruina as esperanças de construção de uma sociedade melhor" (DCN, 05/09/91).

A partir desse momento, Cardoso passa a acreditar que a saída do impasse político se daria mais pela iniciativa do Congresso e de algumas lideranças políticas, não mais pelo governo. Incita freqüentemente o Congresso a buscar uma nova rearticulação política, posição reforçada quando não consegue obter a antecipação do plebiscito sobre a escolha do regime de governo, processo obliterado pelo próprio governo. O PSDB, segundo Cardoso, manteria sua posição de que o país precisa de uma convergência de esforços: "Estamos sempre prontos a essa convergência, naturalmente, agora, muito mais assentados na sociedade do que na expectativa de que aqueles que conduzem o Estado possam fundir as aspirações nacionais e, dessa maneira, obter uma transição mais fácil para um país

---

[84] Diante das pressões por aumentos ou reposição salarial, Cardoso entende que o governo não pode, dada a sua falência, suportar aumentos, "seria desastroso que passasse a emitir títulos da dívida para dar aumentos". Contudo, a busca da estabilização da economia não poderia prosseguir onerando a classe trabalhadora, portanto sugere "O melhor seria pensar num reajuste das contas do governo, retomada do crescimento ou se discute uma política econômica geral que, permita em prazo razoável e com equidade, permita melhores condições de vida para todos" "Não há outro caminho., Ou sentamos à mesa de decisões para tomar medidas que tirem o país do impasse, ou o conflito torna-se retórico e resulta em prejuízo dos mais fracos." (FSP, 18/11/91)

democrático e próspero" (DCN, 09/11/91). Reconhece que as conquistas da constituição de 1988 ampliaram o espaço para o controle público, por exemplo, o Supremo Tribunal toma decisões de suma importância independentemente do poder central. Entende que o país já é capaz de "absorver crises e de propor alternativas", mas é preciso "um esforço ainda maior de convergência, para que o Brasil possa tomar o impulso que necessita", sobretudo para que a conciliação "não seja das elites, mas que seja uma conciliação ao redor dos interesses nacionais e populares". Nessa direção, reivindica do Congresso uma tomada de posição, uma definição de pauta minimamente consensual, independente da iniciativa do governo, "ao invés de nos queixarmos sempre de que o governo não faz. Se não faz, façamos nós!" (DCN, 30/06/91).

De todo modo, Cardoso tenta novamente uma articulação com o governo e com as oposições, com vistas a um acordo. Nesse momento, discutia-se inclusive a possibilidade de um governo de coalizão[85], idéia não descartada por Cardoso, porém tida como imatura em seus termos "as uvas estão verdes". Afirma que foi com "o propósito único e exclusivo de tirar o país do círculo de giz do descrédito, do desânimo e da crítica demolidora das instituições que o recém eleito presidente do PSDB, Tasso Jereissati, e eu mantivemos, há duas semanas, conversa política com o presidente da República" (FSP, 19/09/91). A posição do PSDB era a de continuar apoiando medidas que fossem "a favor do país", para tirá-lo da inércia. De fato, Cardoso sempre foi bastante cauteloso na aproximação com a gestão Collor, fato que se deve não apenas às divergências no interior do seu partido, mas das dificuldades reais em dar sustentação àquele governo. À medida que a crise agudiza-se, tal sustentação, na visão de Cardoso, só seria possível com o apoio de outros partidos e demais lideranças da sociedade, ou seja, o PSDB aceitaria um acordo com o governo, para sair da crise, desde que envolvesse sindicatos, empresários e outros partidos. Chega mesmo a afirmar que o PSDB não estaria disposto a ser meramente um colorido social-democrata no governo, sem condições efetivas de influir na tomada de decisões.

Em meados de 1992, repõe-se no PSDB, a discussão de participar ou não do governo Collor; a posição de Cardoso era afirmativa, mas o partido decide negativamente. Cardoso sugere duas explicações para o insucesso de um acordo. Primeiro, teria havido uma espécie de recuo do próprio presidente. Como afirma: "Como toda a direção do

---

[85] Cabe lembrar que o próprio Mário Amato, então presidente da Fiesp, já vinha falando em entendimento nacional.

PSDB, terminei a semana passada desgastado e preocupado com os rumos do meu partido. É claro que os tucanos tinham o direito de continuar na oposição: afinal, o presidente está mostrando que dispunha de alternativas para tentar uma virada política sem o PSDB." Contudo, argumenta que as razões para que o PSDB participasse do governo eram "Ajudar o país e o presidente a completarem essa virada mais depressa e a um custo menor em termos de recessão e clientelismo. Mostrar na administração federal que os tucanos são capazes de pôr suas idéias e experiência para funcionar a favor do país. Consolidar a aliança pelas reformas políticas fundamentais (parlamentarismo, voto distrital misto, fortalecimento dos partidos). Devo dizer que não encontramos da parte do presidente nenhuma restrição que invalidasse essas razões. Encontramos, sim, uma obstinação enorme em levar adiante as reformas políticas e econômicas, mesmo através de alianças conservadoras. E a expectativa de contrabalançar essas alianças com o apoio dos tucanos". Observe-se que se, de fato, o presidente tentara se articular com outras forças partidárias, não era em razão das divergências com o PSDB; ademais, uma eventual presença do PSDB no governo garantiria ao presidente um reforço político absolutamente necessário naquele momento, portanto, as próprias explicações de Cardoso indicam que a resistência veio do PSDB, e não do governo. Discorda inclusive explicitamente das justificativas do partido, que temia ser confundido "'com a direita' e abrir mão da marca oposicionista na véspera da eleição"[86]. Entretanto, afirma Cardoso, "A situação do país não é tão boa que a oposição possa se dar ao luxo de apostar no pior para ganhar eleições. E até de um ponto de vista partidário estreito, quem diz que as eleições municipais vão se polarizar pró e contra o governo Collor: E daqui a seis meses o voto vai ser contra as decepções dos últimos dois anos, ou a favor das expectativas de recuperação dos próximos dois?" Cardoso reconhece, entretanto, que seria irresponsabilidade do partido partir para um acordo internamente dividido, até porque isso enfraqueceria a negociação, mas importa chamar a atenção para as outras razões de fundo apresentadas pelo partido. O PSDB ainda estava dividido precisamente em torno das teses da esquerda brasileira, que Cardoso vem repudiando desde os anos 70. Como afirma, "Afinal, o que significa ser de 'esquerda' no Brasil hoje: cultivar uma nostalgia encabulada do nacionalismo estatista dos anos 50, ou apostar na modernização do Estado e na auto-organização da sociedade dentro de uma economia de mercado? E o que nos distingue dos demagógicos e populistas da oposição?

[86] Refere-se às eleições municipais, em que o PSDB já havia fechado acordos com outros partidos no nível municipal.

Temos saídas viáveis para a crise econômica, ou vamos repetir os chavões de um distributismo e desenvolvimento inconseqüentes, que não entregam o que prometem e deixam a conta para a próxima administração? Continuaremos culpando o capital estrangeiro' por nossa pobreza, ou sustentaremos políticas sociais e reformas na educação, na saúde e na Previdência para diminuir as desigualdades? Enquanto essas questões não estiverem claras, não só nos documentos, mas na cabeça e na ação dos tucanos, vamos voltar a nos enroscar em nossas próprias penas diante de opções políticas como a da semana passada" (FSP, 16/04/92). Isso demonstra, no mínimo, que a perspectiva de Cardoso de romper com o chamado modelo de substituição de importações não era compartilhada por todos os tucanos[87].

Mas, independentemente da resistência das oposições e do Congresso em geral, Cardoso atribui a responsabilidade do impasse político ao próprio governo, mesmo porque, se o fórum de discussão é o Congresso, os instrumentos de ação efetiva estão com o executivo. Ademais, o governo Collor, que foi eleito com o voto da maioria, não correspondeu efetivamente às expectativas daqueles que o elegeram; "teve o mérito de abrir uma agenda nova no país. Só que não criou condições para que ela avançasse. O presidente Collor não venceu a batalha do convencimento" (Veja, 20/05/92). Fora incapaz de delinear uma estratégia de desenvolvimento clara e consistente, que pudesse ser confiável (RBFH, p. 49). Em verdade, o governo errara duplamente: primeiro porque teria negligenciando as precondições políticas para a retomada do crescimento, segundo porque não deu demonstrações e iniciativas concretas que não apenas colaborassem para a retomada do crescimento, mas que sinalizassem um projeto de longo prazo para o país.

Na visão de Cardoso, o *convencimento* é fundamental para viabilizar as mudanças, conquanto "Se a sociedade está convencida, ela pressiona o Congresso e aí a coisa anda". É evidente que essa sociedade tem nome, e o próprio Cardoso alude, por vezes, a resistência do empresariado, embora não tenha analisado exatamente em quais pontos haveria ou não convergência em torno do projeto de Collor: limita-se a reafirmar a falta de credibilidade do governo e a descrença do empresariado. É certo que freqüentemente menciona a falta de iniciativa da administração em sinalizar para a retomada do crescimento econômico, isto é, oferecer as condições necessárias para uma nova fase de acumulação, fato que realmente explica o recuo do empresariado, porém questionamos a

[87] Essas divergências no interior do PSDB talvez expliquem alguns desencontros dos tucanos durante a administração de FHC. Mas isso é discussão para outro trabalho.

suficiência explicativa desse fato. Na verdade, o que foi possível concluir dos discursos examinados é que Cardoso atribui o fracasso do governo Collor – ou mais precisamente do projeto de modernização – às questões mais de ordem política que econômica, ou pelo menos não evidencia quais eram os interesses materiais que estavam sendo contraditados pelo projeto ou condução do governo Collor. Assim o ilustra, num dado momento: "estamos chegando aos limites do que é possível fazer com a política econômica atual. Ninguém, 'caeteris paribus', propõe alternativas. É preciso mudar os pressupostos /.../ "Mais do que política econômica, precisamos é de política /.../ uma renegociação nacional que nos tire do buraco" (FSP, 30/04/92).

De qualquer modo, em sua avaliação, se o governo Collor ficou aquém daquilo que fora definido pelo Fórum de 1990 como "projeto nacional", já que "Reduziu o 'projeto nacional' ao 'tiro certeiro' e à modernização de aspectos do Estado e das políticas de desenvolvimento, desligando-as da idéia correta de 'projeto nacional', que, como vimos, pressupõe integração social, a elevação dos níveis de bem-estar coletivo e responsabilidade compartilhadas entre vários segmentos da sociedade na definição de rumos do país" (RBFH, p. 47).

Segundo Cardoso, Collor produziu um "tremor de terra" no país. Sua experiência, a despeito dos equívocos, colaborou para a revitalização da sociedade e um consenso maior em torno das principais reformas necessárias ao país, como privatização, redução do déficit público e a necessidade de internacionalização da economia, de modo que o país estava "diante de um novo projeto nacional, pelo menos *in fieri*" (RBFH, p. 48).

Considerações sobre o projeto de modernização de Cardoso

Convém deixar claro que não se trata de discutir, aqui, quais seriam as alternativas viáveis ou inviáveis para o país neste momento, mas cumpre detectar a natureza da proposta de Fernando Henrique.

Como vimos, a abertura da economia e a reforma do estado são questões chaves na proposta de modernização de Cardoso. Elas são vistas como fundamentais para a quebra do padrão de desenvolvimento anterior que havia gerado distorções econômicas e sociais e comprometido a produtividade e a modernização da economia, devido, entre outros fatores, ao seu alto grau de protecionismo. Afora os condicionantes e imperativos postos pela nova fase de acumulação capitalista, a reinserção da economia brasileira no mercado mundial, que implicaria, entre outras medidas, na operação de políticas liberalizantes no

mercado brasileiro, levaria, a partir de determinados parâmetros e critérios, à uma economia realmente de mercado. A abertura da economia, ao lado de um conjunto de políticas de desenvolvimento científico e tecnológico, provocaria o "choque de capitalismo", acirrando a concorrência e levando a incorporação de novas tecnologias. Processo este que teria dois desdobramentos positivos; melhoria no padrão de consumo interno, uma vez que baratearia os custos e ampliaria o consumo e ao mesmo tempo capacitaria a economia brasileira a participar da concorrência no mercado mundial. Em outras palavras, a abertura da economia, aliada ao acesso ao capital estrangeiro e as novas tecnologias, teria como efeito a modernização necessária para fazer face à própria globalização. É certo que a incorporação de novas tecnologias não ocorreria apenas através da abertura da economia, dependeria de um conjunto de reformas internas, a começar pela reforma do estado, que poderia capacitá-lo a definir políticas de desenvolvimento tecnológico, junto com a iniciativa privada, mas sem abertura econômica não haveria possibilidade de modernização da economia brasileira, tanto porque ela forçaria a concorrência interna e, com efeito, imporia a necessidade de investimentos e reestruturação, quanto porque traria as tecnologias de ponta do exterior. De maneira que uma política de abertura faz parte da própria estratégia de se preparar internamente para a reinserção mundial.

A proposta de modernização implica ainda numa reforma do estado. Esta lograria, entre outras coisas, desvencilhar o estado das amarras dos setores privados, capacitando-o a imprimir políticas de desenvolvimento necessárias à modernização e à inclusão social. Em outras palavras, a reforma do estado implicaria no seu desvencilhamento tanto dos interesses corporativos da burocracia quanto dos mecanismos cartoriais, isto é, a reforma visa a alterar a forma de relacionamento entre o setor público e o setor privado. Cardoso supõe, assim, que seja possível *libertar* o estado não dos interesses privados, mas da forma pela qual esses interesses se manifestaram no estado, vale dizer, das formas e mecanismos pelos quais o setor privado (burguesia) tem se mantido no país[88]. Assim, o estado ao se libertar dessas formas deletérias incrustadas no estado, que têm comprometido o verdadeiro interesse público, pode continuar impulsionando o desenvolvimento econômico, porém de forma mais racional, eficiente e moderna, de modo a conciliar os

[88] É preciso reconhecer que Cardoso, a seu modo, tenta atacar as debilidades da burguesia brasileira, que tem a ver com o seu parasitismo congênito. O que pode ser explicado pela forma de objetivação do capitalismo no Brasil, em que se reconheça a debilidade estrutural da burguesia e a forma de subordinação do capital, tema que já tratamos anteriormente.

interesses públicos com os interesses privados. É precisamente este o ideal de estado de Cardoso. De sorte que seu postulado de *reinvenção do estado* significa também uma forma de "disciplinar" e alavancar o próprio capital, visto que o estado ao *moralizar* e reformar sua máquina oriente o setor privado a seguir o mesmo caminho: o da modernização. A rigor, reinventar o estado brasileiro, segundo Cardoso, significa desprivatizá-lo e construir um conjunto de mecanismos pelos quais a sociedade possa controlá-lo. Os princípios e critérios para tal empreitada devem ser: a busca pela eficiência e competitividade, a busca da modernização tecnológica, a busca do interesse público através de mecanismos que permitam a transparência das decisões, que são tomadas tanto na esfera privada quanto na esfera estatal, com vistas à obtenção do controle por parte da sociedade. Com isso, o estado pode se transformar de um lado, em um instrumento que oriente o desenvolvimento econômico e de outro, em um instrumento de justiça social e alçar o país à condição de parceiro moderno e competitivo no mercado mundial. Mas cabe frisar que nessa nova equação, o estado é chamado tanto para racionalizar as novas engrenagens do capital com vistas à modernização quanto para direcionar os resultados desse processo, uma vez que desenvolvimento econômico é pressuposto para o bem estar, porém não é garantia de universalização dos seus resultados, são, pois, necessárias políticas de compensação, que devem ser empreendidas pelo estado. De modo que na base de todas as suas postulações está a idéia de estado enquanto instância racionalizadora tanto do mercado quanto das demandas sociais[89]. Entretanto, qual é o agente dessas mudanças? Quais os setores que iriam operar o estado? Quem são os agentes que empreenderiam uma empreitada como esta? Como conquistar o poder? Essas são questões de fundo que não aparecem nas proposições de Cardoso. O estado ideal que intenta inventar parece emergir simplesmente do sistema democrático, pela via da participação institucional, de modo que a conquista e controle desse estado se dariam pela via institucional.

No plano propriamente econômico, os termos nos quais Cardoso articula sua proposta de modernização não ultrapassam a postulação de desenvolvimento a partir de novas bases produtivas em termos de qualidade e produtividade. Esse parece ser o significado que conferia a proposta de "revolucionar" a economia, como afirmara nos final

---

[89] Mais que isso, o Estado deve ter uma função simbólica: "ou o estado é capaz de projetar um modelo de futuro para a sociedade, ou não consegue ter uma função integradora nacional. Penso que o estado tem de voltar a ter essa capacidade de reafirmar valores positivos para o país. Se se apresentar como estado de uma facção, de uma classe, não cumpre essa função, qualquer que seja essa classe. Creio que, nessa missão simbólica do estado, cabe também o papel pessoal do presidente de projetar um modelo de sociedade do futuro" (MP, p. 213).

dos anos 80. Isto é, dotar a economia da capacidade de absorção de tecnologia, de instrumentos técnicos e operacionais, que garantissem a ampliação da riqueza. Assim, há que se ressaltar que o que chama, por vezes, de "mudança do modelo econômico", trata-se na verdade de um salto qualitativo em termos de reestruturação produtiva e de sofisticação nos modos e técnicas de se produzir, daí insistir na necessidade de "aumentar o coeficiente de massa cinzenta em nosso modelo econômico", através do investimento em educação, ciência e tecnologia. Assim, nos termos em que propõe uma alteração do "modelo econômico", visando à modernização da economia, não corresponde efetivamente num reordenamento econômico no que se refere ao padrão de acumulação, ou mais precisamente ao que se produz, quer dizer apenas, crescimento, acumulação e modernização. Dito de outro modo, o projeto de modernização de Cardoso, que tem como pressuposto, uma nova reinserção mundial, não implica numa reestruturação interna no que diz respeito *ao que se produz e para quem se produz,* mas numa restruturação que visa, a partir da quebra de formas protecionistas e cartoriais, à modernização no que concerne ao *como se produz*. De maneira que o projeto de modernização, equacionado nestes termos, certamente não inclui qualquer estratégia que intente romper ou mesmo reduzir algum laço de dependência e de subordinação econômica do país. É certo que há muito havia detectado a impossibilidade de autonomia econômica e agora frente à globalização vê esta alternativa como mais anacrônica ainda, de modo que o destino reservado aos países dependentes continua sendo o da internacionalização.

De qualquer modo, em termos gerais, Cardoso propugna desenvolvimento econômico ou modernização com inclusão social. Nos parece, entretanto, que os termos nos quais articula essa postulação não inova substancialmente o caminho trilhado pelo país em termos de desenvolvimento.

Cardoso continua partindo do pressuposto de que não há outro caminho para o desenvolvimento senão pela via de um novo engate com a economia internacional, a fim de introduzir novos recursos e tecnologia. Afirma, ainda, que o estado tem de continuar cumprindo o papel de propulsor da economia – porém, qual é mudança de fundo em relação ao seu papel anterior? –, e que o desenvolvimento nacional deve ser compatível com os interesses populares, sem que nos especifique e explique como. Ou seja, como vimos, não há qualquer indicação de uma estratégia específica que inclua os setores produtivos destinados à força de trabalho ou que vise a ampliação do mercado de consumo interno, exceto em termos gerais de aumento de produtividade.

E, além disso, preconiza que é necessário "exportar para importar", de modo que nos põe diante de questões que não se compatibilizam: como compatibilizar um setor exportador que tradicionalmente se voltou para o mercado externo em detrimento do interno com a proposta de inclusão social? Ou seja, de uma estrutura agrária que desde as suas origens esteve estruturada para o atendimento das necessidades externas em detrimento das necessidades internas? Não será esta a reposição do velho caminho de desenvolvimento trilhado pelo país, como já tivemos oportunidade de mostrar? Isto é, uma trajetória de industrialização que longe de romper com o sistema arcaico de uma produção agrícola voltada para os interesses externos concilia-se com ela?

Não será a velha reconciliação com o historicamente velho, do envolver de um desenvolvimento que mantém inalterado o que há de mais arcaico: a ampla exclusão de parcelas da classe trabalhadora? Não foi essa forma arcaica que foi se agigantando e se aperfeiçoando no decorrer da história do capitalismo brasileiro, que se reproduziu durante nos principais momentos de modernização da industrialização brasileira: JK e o "milagre" econômico (1968-1973)? Isto é, uma estrutura produtiva capitaneada pelos oligopólios, sobretudo internacionais, que requer constantemente importações crescentes de bens de produção e crescentes remessas de lucros, donde a necessidade do "esforço exportador" (basicamente agrário), cuja equação está assentada na super-exploração da força de trabalho, que se viabiliza precisamente pelo fato do grosso da produção dirigir-se ou a exportação ou a uma parcela bastante restrita do mercado interno, mantendo em segundo plano a produção voltada para as necessidades mais elementares da maioria da população – o que mantém elevado o valor de tais bens de consumo básicos, sem que, entretanto, seja necessário, para os interesses prevalecentes do capital, aumento salarial compatível, uma vez que não é essa a produção, nem esse o segmento do mercado interno, que de fato lidera a acumulação.

De maneira que a miséria se reproduz não porque não houve desenvolvimento e modernização suficientes, ou por deficiência técnica ou política, mas fundamentalmente porque a miserabilidade é a base dessa mesma modernização.

Nos parece ainda que além de se tratar de uma perspectiva de modernização que está subsumida ao historicamente velho, ela está atrelada a uma concepção politicista visto que o autor argumenta que a inclusão social não decorreria imediatamente do desenvolvimento econômico, ainda que a modernização lograsse melhorar internamente o padrão de consumo, mas dependeria da interferência do estado e de outros mecanismos institucionais e políticos.

De fato, nos termos em que Cardoso postula desenvolvimento econômico não é mesmo possível garantir a universalização dos seus benefícios, uma vez que produção e distribuição são pensados e articulados como instâncias separadas. Ou seja, para Cardoso modernização da economia significa fundamentalmente ampliação da produção de riqueza, que levaria à obtenção ampliada (pelo estado) de recursos disponíveis, que por sua vez, permitiriam "realização de programas mais sérios de mudança social" (CDDPAI, p. 43). Ou seja, modernização econômica expressa uma equação que significa precisamente reestruturar o aparato produtivo interno, dotando-o de técnicas e métodos sofisticados de gerenciamento e de produção que permitem a ampliação da riqueza e não propriamente a sua distribuição. Esta faria parte de outra equação: a política fundamentalmente institucional, de modo que produção e distribuição não fazem parte de uma totalidade estruturalmente integrada, mas de equações separadas. Assim, a despeito de sua crítica ao ideário distributivista que ignora a produção - e, de fato, não é possível distribuição sem produção - também acaba separando a produção da distribuição.

Em verdade, nos parece que ignora a relação estrutural e determinante da produção sobre a distribuição. Estas, como Marx nos informa, devem ser pensadas como momentos diversos de uma mesma unidade, como afirma, "O resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio, o consumo, são idênticos, mas que todos eles são momentos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade /.../ Uma forma determinada da produção determina, pois, formas determinadas do consumo, da distribuição, da troca, assim como relações determinadas destes momentos entre si /.../ A própria distribuição é um produto da produção, não só no que diz respeito ao objeto, podendo apenas ser distribuído o resultado da produção, mas também no que diz respeito à forma, pois o modo preciso de participação na produção determina as formas particulares da distribuição, isto é, determina de que forma o produtor participará na distribuição"[90].

Não custa a perceber que o projeto de modernização de Cardoso, que postula a inclusão social, parte de uma equação diametralmente oposta a esta orientação marxiana, que relaciona a distribuição à lógica da produção, ou melhor, reconhece a distribuição enquanto resultado da produção. O que significa que para obter uma determinada forma de distribuição – como a inclusão social – é necessário rearticular a produção. Mas isso não aparece em Cardoso e nem pode ser visto como novidade, já que sempre concebeu a política como instância determinante e, por isso, resolutiva. No fundo sempre prevalece a

---

[90] Marx In Grundrisse, apud *Revista Ensaio 17/18*, São Paulo: Ensaio, 1990, p. 97.

tese de natureza liberal, como vimos no capítulo anterior, quando afirma que a economia de mercado é intangível na medida em que ela é o principal *locus* da produção de riqueza e, portanto, geradora das condições materiais necessárias ao bem-estar social, cabendo ao estado a função de corrigir suas "imperfeições" e "distorções". Ou seja, é o mesmo seccionamento do pensamento liberal, para o qual o universo da produção e reprodução da vida material pertenceria a leis naturais (imutáveis) da sociabilidade e restritas ao universo privado, enquanto a distribuição dependeria da interferência de uma vontade (política). Em Cardoso isso aparece através da crença de que é possível controlar politicamente o capital.

De qualquer modo, nos parece que o projeto de modernização que Cardoso apresenta neste momento apenas oferece novos recursos ou uma nova roupagem para a continuidade do caminho trilhado pelo país. É uma proposta que visa essencialmente o aperfeiçoamento do capital num novo ciclo de acumulação, repondo a história brasileira, repondo o caminho do desenvolvimento, em que modernização e inclusão social sempre estiveram estruturalmente contrapostos, uma vez que é por meio deste antagonismo que o capitalismo no Brasil se viabilizou.

Nos parece, enfim, uma proposição estreita e subsumida ao real, que se conforma com a rota que o capitalismo brasileiro, de origem colonial, evidenciou ao longo de sua história. Não vemos mais que um esforço para encontrar mecanismos para aperfeiçoar e mesmo aprofundar esse caminho.

Em verdade, expressa uma proposta que se coaduna com toda a sua produção intelectual na qual a única equação para o desenvolvimento e modernização do país é posta pela associação com o capital externo, sem que jamais tenha intentado uma alternativa de desenvolvimento na perspectiva do trabalho. Repõe, portanto, nesse momento, a idéia de que a solução das carências sociais e econômicas do país dependeria de sua inserção na economia internacional, com a introdução de novos recursos tecnológicos, com a modernização do espaço produtivo, a serem controlados por um estado *reinventado* – moderno e eficiente. Ou seja, mantém a crença *ontopositiva* da política, uma vez que esta permitirá estabelecer a "boa parceria" com o capital externo, compatibilizar interesses privados e populares, enfim, os reordenamentos socioeconômicos e a correção das "imperfeições" e "distorções" do mercado ficam a cargo do estado ou da política, como instâncias resolutivas.

Considerações finais

Conforme ficou demonstrado no decorrer deste trabalho, Cardoso, em suas objeções incessantes às análises mecanicistas, acaba por autonomizar a esfera política. Ainda que, por vezes, procure demonstrar que há reciprocidade entre esta e as demais, prevalece sempre a idéia da política como dimensão autônoma, determinante e *et por cause* resolutiva das questões socioeconômicas. Mesmo nos momentos em que o autor tenta abrandar a idéia de autonomização da política argumentando, como vimos, que esta é *relativa* – uma vez que existem determinadas conjunturas que não permitem mudanças mais radicais –, sua explicação sempre se projeta pelo seccionamento dos vários momentos que compreendem a totalidade da vida social e, através deste parcelamento, erige a idéia de correlação de forças para explicar determinadas mudanças.

Cardoso chega a articular, por meio do mesmo seccionamento, a idéia de pacto de dominação, burocracia, ideologia e regime político enquanto dimensões distintas do estado para concluir que o estado não é a expressão de uma parcialidade – ele também expressa interesses que lhes "são próprios", de modo que não pode ser tomado como "comitê executivo da burguesia", visto que depende das alianças, depende do jogo político e da correlação de forças, de tal modo que a própria trama material (o econômico) subsume-se àquelas variáveis. Termina por sugerir, ao separar estado e regime político e seccioná-los da base material, que uma correlação de forças mais favorável – ou, mais precisamente, uma situação política que expressa uma maior margem de manobra, isto é, uma *autonomia relativa* – é aquela oferecida por um regime político mais flexível.

Convém registrar que se trata de um procedimento analítico que tem sua gênese bem anterior a esses trabalhos que nos ocupamos, donde vale, a título de demonstração, remontar aquelas preocupações iniciais que levaram o autor a análise do capitalismo dependente brasileiro, não com o fito de encetar uma discussão sobre essa problemática, mas o de apenas evidenciar que se trata de uma concepção que veio desde então se aprofundando. A teoria da dependência pretendia, como assinalou Chasin, em seu repúdio ao economicismo, que unilateralizava as relações entre países imperialistas e periféricos e conferia aos primeiros a determinação sobre os rumos do segundo, "recuperar e entender a concreta existência do pólo subordinado em sua estrutura e dinâmica, para desvendar com isso sua natureza e as implicações dela decorrentes". Ocorre, entretanto, que no seu desdobramento tem-se uma análise invertida uma vez que o "pólo subordinante" esfuma-

se, bem como as relações estruturais entre países subordinados e subordinantes, ou seja, se subtraem as particularidades sociais e reduz a problemática das relações desiguais e combinadas, próprias do movimento contraditório do capital, à "graus de desenvolvimento". Suprimindo as particularidades fica-se apenas com o universal abstrato: o capital na forma de tipo ideal. E ao suprimir os vários entrelaçamentos que perfazem as entificações sociais desiguais na rota do capital, perde-se também a própria legalidade deste: "a contradição capital e trabalho"[1], de modo que o capital passa ser entendido "simplesmente como a interatividade dos homens moldadas pelo engenho tecnológico, cuja feição social passa a ser uma questão política" e, com isso, são suprimidas as clivagens de classe. A partir daí a realidade passa a ser analisada através de construtos ideais, isto é, de um rearranjo subjetivo que molda a realidade, fazendo desaparecer a questão da relação capital trabalho. Assim, as classes sociais são substituídas "pela noção de agentes, não mais submetidos a contradições, mas apenas a conflitos, ou seja, figuras isoladas que por seus interesses particulares entram em choque, embora sempre passíveis de ajustamento e coordenação pela via das regras públicas de convivência, vale dizer, da ação política na comunidade do estado". Suprimindo as classes sociais, a análise se projeta por uma relação linear entre indivíduo e sociedade concebidos como instâncias paralelas e autônomas, de maneira que está aí a plataforma teórica que permite sustentar o seccionamento entre o universo da produção e reprodução da vida material – que fica restrito à esfera do "egoísmo racional" –, e o universo político – tomado como instância da "vontade ativa". Elaboração que permite, pois, entronizar o ideal de aperfeiçoamento dos processos políticos: das instituições e do estado, enfim a luta pela democracia, que passa a ser identificada à liberdade, isto é, não como forma do poder de estado e, portanto, como expressão de uma liberdade limitada, mas o ideal de liberdade a ser alcançado.

Uma vez que a forma de liberdade democrática é arbitrariamente desencarnada da malha societária que a fundamenta, isto é, dos constrangimentos sociais que a erigem, ela pode ser elevada a um padrão societário. Foi por meio desse mesmo seccionamento da totalidade da vida social – autonomização da política e a elevação do paradigma liberal de democracia como critério de verdade ou como ideal a ser alcançado, que foi possível a Cardoso trabalhar também, como vimos, com um outro tipo ideal – o autoritarismo –, com o qual vem analisando a história brasileira e, mais especialmente, a ditadura militar de

[1] CHASIN, J. "A sucessão na crise e a crise na esquerda", in *Revista Ensaio 17/18*, São Paulo, Ensaio, 1989, p. 75.

1964, a qual contrapôs a formalização da democracia. Na condição de tipos ideais, como vimos, autoritarismo e democracia não explicam e nem apreendem as formas particulares de formações sociais e, conseqüentemente, as formas de dominação específicas das trajetórias distintas do capitalismo, o que resulta, pois, na eliminação da questão básica: se a objetivação da democracia é possível em determinadas entificações históricas ou quais são as condições de sua possibilidade em cada formação capitalista particular.

Foi por meio dessa autonomização da política que Cardoso analisou o "novo autoritarismo" latino-americano, ou melhor, as experiências de golpes militares ou civis nesta região, procurando descartar a relação "causal" entre desenvolvimento econômico e regime político, seccionando o estado em pacto de dominação, burocracia, ideologia e regime político, argumentando que a forma da articulação dessas "variáveis", isto é, a correlação de forças ou o tipo de aliança que se projeta em cada caso – vale dizer que se projeta sempre por meio e no interior do estado – é que permite ou garantir o desenvolvimento econômico ou alterar a forma de regime político. O decisivo, portanto, é a correlação de forças que pode ou não levar a cabo as transformações, isto é, reorientar o curso da vida socioeconômica.

Nesse sentido, as principais mudanças operadas a partir do golpe militar no Brasil e em outros países, tanto no que se refere à acumulação quanto no que diz respeito ao processo de ajuste interno dos países à economia mundial, dependeram antes da natureza do "reordenamento do estado" que do tipo de regime. No caso brasileiro, as mudanças foram possíveis graças a correlação de forças que emergiu da intervenção perpetrada pelos militares, mas a instauração e a prevalência do "regime autoritário" obedeceram mais aos ditames daqueles grupos burocráticos que passaram a controlar o estado que dos grupos privados locais ou internacionais, argumento que permite ao autor sustentar que os militares não são o "braço armado" dos interesses privados nacionais e internacionais. Assim, a variabilidade dos regimes políticos, que são separados e deslocados de seu matrizamento socioeconômico como "esferas" relativamente autônomas, passa a depender do "jogo político" ou da vontade ativada, uma vez que, como nos diz Cardoso, a definição das regras políticas dependeria da "imaginação" e da "capacidade de organização política" dos indivíduos.

Sob esse viés politicista não poderia mesmo haver determinação do econômico sobre o político, ao contrário, este foi abstraído da materialidade social e dotado da capacidade de reordenamento social. Foi neste diapasão que Cardoso sugeriu, como vimos, que tanto o padrão de acumulação como a forma do "regime" poderiam ter sido alterados

no auge do "milagre" econômico (1968-1973), bem como analisou o processo de abertura política no Brasil a partir de 1974, para o qual a crise do milagre não foi determinante para a abertura política, mas apenas um fator a mais que se somou a antigos conflitos no interior do bloco de poder quanto ao modelo institucional e a dinâmica do processo de desenvolvimento dependente-associado, que propiciou a formação de uma sociedade reivindicante.

À propositura política que daí resulta vinca-se, ainda, a idéia de que o caminho do desenvolvimento dependente-associado é o único possível, isto é, o golpe militar, ao cumprir a função modernizadora no plano econômico – visto que garantiu, mediante a reestruturação do estado, o ajustamento necessário do país ao capitalismo internacional, sabendo, portanto, se aproveitar das condições externas favoráveis –, logrou consolidar aquele caminho. De modo que Cardoso, a partir daí, não se volta mais para a questão do desenvolvimento no sentido de infletir o seu curso, exceto para ensejar sua modernização. No final dos anos 80, como vimos, parte dos mesmos pressupostos, acreditando, porém em sua complementação mediante os ajustamentos políticos, já que confere a esta esfera o campo de atividade que permite conduzir a realidade.

De todo modo, Cardoso passa todo o período da luta contra a ditadura militar defendendo a institucionalização da democratização sem que a ela articule uma alternativa econômica ao padrão de acumulação prevalecente, politicizando a oposição e os movimentos sociais, especialmente no momento das greves do ABC, no qual não atinou para o fato de que o movimento sindical, ao se repor, tocava, querendo ou não, nos pilares da ditadura, isto é, que poderia, de fato, constituir a possibilidade de escapar ao ardil do politicismo, armado pela própria ditadura, e conseqüentemente, partir para sua crítica efetiva, para a crítica da totalidade de seu ordenamento sócio-econômico-político a partir da única perspectiva que possibilita isso – a do trabalho.

No fundo, Cardoso estava obliterado para uma crítica efetiva à transição do bonapartismo para a institucionalização da autocracia burguesa, em primeiro lugar, pelo seu viés politicista, que subsume a economia aos reordenamentos políticos. Ademais, insistiu, desde o início, que a ditadura foi modernizadora no campo econômico, ainda que politicamente reacionária, sem mencionar o fato de que também objetou que superexploração da força de trabalho era o pilar de sustentação do padrão econômico vigente, de sorte que, embora apontando para algumas debilidades da organização econômica, não chega jamais a fazer sua crítica efetiva e, conseqüentemente, a encetar uma alternativa econômica nucleada pela perspectiva do trabalho.

Desvinculada da malha societária na qual deita suas raízes, a esfera política passa a ser hiperacentuada (esvaziada) nas reflexões de Cardoso, já que ele procura privilegiar a discussão sobre as formas político-institucionais, apresentando, como vimos, uma série de procedimentos circunscritos às regras institucionais, tendo como *locus* central o estado, sob a crença de que somente por este meio é possível levar a efeito as demais mudanças. Supondo que, com isso, estivesse propondo algo substancialmente superior àquilo que os "gestores do capital atrófico" ofereciam para o processo chamado equivocadamente de redemocratização do país, mas que, no fundo, nos parece que facilitou a "transição transada" e pelo alto, cujo objetivo central era a manutenção dos pilares de um padrão de acumulação centrados na contraposição entre modernização econômica e desenvolvimento social, equação que perfaz o modo e ser e ir sendo do capitalismo brasileiro. Isto é, a velha reposição, sempre em patamares agigantados, da conciliação entre o velho e novo. Assim, as proposições de Cardoso não poderiam tocar nos limites de uma abertura política que fora comandada pelos mesmos "gestores do capital atrófico" e sustentada pelas mesmas classes, que lograra, com uma nova roupagem, manter inalterada a estrutura econômica e a natureza autocrática do estado, uma vez que são propostas circunscritas no mesmo diapasão da tática politicista da burguesia.

Diferentemente da esquerda pré-64, que buscava o acabamento do capitalismo brasileiro, isto é, a autonomia do que é incompletável, Cardoso se empenha pelo acabamento via aperfeiçoamento da política. Ou seja, se a velha esquerda intentava o complemento do capital no plano econômico, Cardoso busca o seu complemento via política numa busca incessante de modernizar o estado. Daí suas propostas centrarem-se na criação de canais de controle sobre o estado e a burocracia, para o qual se faz necessário igualmente o aperfeiçoamento das regras institucionais De modo que nos vimos diante de uma perspectiva de democratização, de um expoente significativo da oposição brasileira, que a restringe ao aperfeiçoamento institucional, que não servindo, de fato, aos trabalhadores, servia, entretanto, ao capital.

Assim, seu esforço analítico e prospectivo volta-se para ao campo estritamente político, cujo maior esforço reside na luta pela institucionalização da democracia e para a sua "consolidação". Aspecto que, nos parece, não se justifica simplesmente pelo engajamento político partidário do autor em tela, mas fundamentalmente porque, uma vez que dá como satisfatória sua investigação histórica e econômica, acredita que certas angulações nesta esfera dependerão de reorientações políticas. Cardoso mesmo reconhece que abandonara suas preocupações com as estruturas, com as classes, com a sociedade do

futuro, para se ocupar com as questões do cotidiano, e que essas remetiam, no seu entender, à questão da democracia, das instituições, dos movimentos sociais, dos sindicatos e afins[2]. Ou seja, a mudança de preocupação teria decorrido da percepção de que a necessidade de luta democrática e a preocupação com problemas conjunturais levaram-no a se afastar das questões "estruturais" ou com as "utopias maiores"[3].

Esse tipo de procedimento vai se aprofundando cada vez mais, a tal ponto de Cardoso subtrair as classes sociais de suas análises, embora no plano do discurso, num tom meramente protocolar, afirmar que elas existam. O mundo parece se mover por conceitos e valores. É o que o autor nos leva a pensar em suas análises sobre a globalização e o desmoronamento do chamado socialismo. Ou seja, partindo do mesmo seccionamento da totalidade da vida social e tomando como referência o paradigma liberal de democracia Cardoso avalia, como vimos, que um dos principais equívocos do chamado socialismo real residiu na prioridade dada a garantia das necessidades sociais em detrimento da democracia e da eficiência econômica. Assim, partindo do pressuposto de que não houve desenvolvimento econômico suficiente que permitisse o atendimento das necessidades básicas da população, conclui que as insuficiências materiais daquela sociedade advieram de sua incapacidade política e valorativa, uma vez que optou por uma economia centralmente planejada, organizou-se politicamente de forma burocrática e, com isso, obliterou a liberdade individual, a criatividade e, conseqüentemente, o desenvolvimento científico e tecnológico que poderia ser revertido em benefícios sociais.

De sorte que o pecado original da experiência socialista foi a defesa intransigente do socialismo em detrimento da democracia e da participação política[4]. Neste caso, prevaleceu a ideologia igualitária em detrimento da liberdade, concepção esta que, no seu entender, matizou o pensamento da esquerda tradicional, visto que esta desdenhou da "capacidade da democracia formal de promover melhorias nas condições de vida do proletariado e do campesinato"[5]. Cardoso chega mesmo ao extremo do subjetivismo

---

[2] Ver, a esse respeito, especialmente seus pronunciamentos publicados em *Utopia Viável*.

[3] Como afirmou mais recentemente "sabíamos que, sem as transformações e em primeiro lugar no sistema político, não haveria condições de vida digna para nossos povos. Isto não quer dizer que visse na democracia a resolução imediata dos problemas sociais, até porque entendia que a quebra com o autoritarismo não seria dada apenas com a retirada do grupo que estava no aparelho, isto é, o autoritarismo estava incrustado historicamente, tinha raízes sociais profundas e, talvez por isso, saímos da experiência autoritária mais conscientes do que era necessário para transformar efetivamente as sociedades latino-americanas" (NASAL, p. 40).

[4] Nesse sentido afirma que o bolchevismo é "destrutivo" e "leva ao totalitarismo" (PSS, p. 197).

[5] NE, p. 71.

quando afirma que "Falharam os valores, os objetivos éticos, porque os ideais se enrijeceram, perderam vitalidade, levaram ao enfraquecimento dos regimes, tanto porque se criavam novas modalidades de desigualdades /.../ quanto porque a liberdade individual foi subestimada como um valor em si, necessário e imprescindível para a afirmação dos cidadãos" (APSVI, pp. 97-8). Na verdade, toda a sua análise gira, num círculo vicioso, em torno de valores, ideais e escolhas políticas, e não aparece o questionamento sobre o por quê, o como, e em quais condições surgiram a centralização, o burocratismo, o dogmatismo, enfim como e por quê os homens fizeram tais escolhas. E, concretamente, dado o seccionamento da vida societária e a autonomização da política, esse questionamento não poderia aparecer, porquanto longe de avaliar as condições e os limites históricos e nacionais que confrontaram tal experiência, bem como as contradições específicas de uma determinada forma de sociabilidade a partir de sua materialidade, Cardoso parte da idéia da ausência de liberdade política, da ausência de valores democráticos, para explicar as mazelas sociais e a contrafação socialista – esta, na verdade, passa ao largo de suas reflexões.

A subsunção ao paradigma liberal evidencia-se ainda mais ao entronizar as virtudes da economia de mercado, que no entender de Cardoso, provou, sobretudo com a aceleração da globalização, que é mais flexível que o socialismo, já que "encontrou as condições políticas do progresso, dadas essencialmente pelos regimes democráticos". A partir daí, como vimos, o autor passa a sugerir que a derrocada do chamado socialismo e a aceleração da globalização, que implica na existência de liberdade em todos os âmbitos da vida, fizeram emergir valores comuns à humanidade, que transcendem as oposições de classe, ampliando-se, pois, as "áreas de consenso" internacional. Nesse sentido, ainda que reconheça que a globalização é um processo que efetiva uma tendência do capitalismo, sua análise vai se projetando no sentido de suprimir – ou pelo menos arrefecer – as suas contradições, fato que permite – na verdade, segundo ele, exige – a social-democratização do mundo.

Ocorre, todavia, que a social-democracia depara-se com a avalanche neoliberal dos anos oitenta, ao que Cardoso sugere um *aggiornamento*, enquanto alternativa tanto em relação à esquerda tradicional quanto em relação ao liberalismo renovado.

Enquanto alternativa à esquerda tradicional, a social-democracia terá de resolver a questão que, segundo Cardoso, foi posta por Marx, do fim do universal concreto: o proletariado. Afirmação que requer novamente registro: "até que ponto o reencontro com o conceito da 'humanidade' no âmago de uma civilização tecnológica que deu origem a uma

cultura racional, desencantada, recoloca (sem o antigo universal-concreto de Marx) a questão da justiça social, da busca da igualdade e da felicidade, enfim, de uma nova utopia?" (CPNMI, p. 22). Ou, ainda: "Se Marx fez do proletariado a classe universal e da luta de classes fenômeno que não conhecia fronteiras, os temas globais hoje nos fazem lembrar que existe algo de universal que transcende as ideologias tradicionais" (UV, p. 91).

Convém demarcar, sem que possamos alargar essa discussão, que em Marx a finalidade da revolução social, posta como possibilidade pela "lógica onímoda do trabalho", não era a realização dos interesses de uma classe (proletariado), mas precisamente a emancipação humana, o que pressupõe evidentemente uma ação prática conscientemente orientada para esta tarefa.

Questão que remete à afirmação do desenvolvimento individual enquanto gênero, de um processo no qual os indivíduos recuperam as suas próprias forças, que foram alienadas no plano da atividade e das relações práticas entre os indivíduos; que remete à forma pela qual os indivíduos sociais se põem mediante a atividade vital, através da qual exteriorizam suas capacidades genéricas humanas, porém subsumidos de maneira alienada e estranhada ao capital, que sob essa contradição não suprime a essência genérica da atividade humano-societária, mas que emerge desta mesma formação social o agente que possui a potencialidade virtual de negação do próprio capital.

Trata-se, pois, de um problema que sequer pode ser mencionado em poucas linhas, mas que não nos impede, entretanto, de demarcar que a revolução social é precisamente a superação de um desenvolvimento e de ampliação da essência genérica do homem que não é apropriada pelas próprias individualidades que perfazem o gênero humano. De maneira que a revolução social não levaria à afirmação de uma classe (do proletariado) como classe universal, mas precisamente a negação de uma classe negada, isto é, de uma classe excluída da sociedade, o que implica em uma dupla negação. Numa síntese precisa: o proletariado "materializou-se apenas enquanto primeira negação, enquanto expressão da pobreza e da opressão, só como figura da exploração capitalista, lutou apenas como vítima da miséria. Jamais se materializou como negação da negação, aquele que, ao negar a própria negatividade e se auto-suprimir, suprime a miséria espiritual e material de modo universal. Foi simplesmente incapaz de lutar como a negação da negação"[6].

[6] CHASIN, José. "Ad hominem – Rota e prospectiva de um projeto marxista". In: *Ensaios Ad Hominem*. Santo André: Ad Hominem, 2000, pp. 66-67.

Que seja possível dizer que o operariado deixou de ser a vanguarda do trabalho, diferentemente do momento histórico em que Marx o detectou como o pólo mais avançado da atividade vital do homem, a questão passa ao largo em Cardoso. Compreensível, uma vez que o autor nunca se pôs nessa perspectiva, é que não se indaga qual seria o setor eventualmente emergente, e passa a substituir os agentes – ausentes – da transformação por uma espécie de "enteléquia" de formas de participação institucional, que, em si, poderia orientar e regenerar a sociedade.

Assim, considera que dado o fim "das utopias" resta uma social-democracia renovada. Para isso, sugere uma dupla tarefa: reafirmar a social-democracia como valor e apresentá-la como opção viável. Opção viável significa precisamente tomar a economia de mercado como intangível, uma que vez que ela é o espaço da criatividade e da riqueza. Contudo, visto que ela não assegura por si só o bem estar social, cabe, então, submetê-la aos mecanismos democráticos, à gestão e ao controle político, e com isso chegar a uma variante de economia de mercado mais compatível com os valores democráticos.

Assim, diante do neoliberalismo que postula o escopo mínimo da política, teríamos a variante social-democrata, que preconiza o seu alcance máximo, a primeira conformando-se com as imperfeições do mercado, a segunda tentando discipliná-lo, via política. Mas, Cardoso também crê, tal como os liberais ortodoxos, no "espírito de bonança" do mercado, entretanto, como um crente que dispensa a idolatria (ao mercado), ele recorre à "Providência" (a política)[7]. Trata-se, em verdade, do velho corte liberal – o mercado corresponde à esfera intangível do egoísmo racional, e a democracia à esfera da vontade ativa que permite reordenar aquele. Cardoso não pode, pois, ultrapassar o gradiente do capital precisamente porque se põe na tarefa de aperfeiçoá-lo.

Para Cardoso a democracia, enquanto valor – diferente da forma pela qual a esquerda tradicional a tomava, de maneira "instrumentalizada" –, e a luta por novas formas de participação política, são cada vez mais "universais". De sorte que, por esse formalismo, mas que é perspectivado pelo seu viés politicista, a democracia deixa de ser considerada como meio orgânico do "anel de ferro" que reproduz a anatomia da sociedade[8] e se converte num valor universal situado acima das contradições do capital e das classes sociais. A clivagem própria do capital, na qual as classes sociais são a mediação da relação alienada e estranhada, se transforma em "diferenças" e

[7] Como postula sempre, "Afinal, a política é menos 'a arte do possível' do que a 'arte de tornar possível aquilo que é necessário'".

[8] Remeto o leitor para a II parte da Introdução desta dissertação.

"particularismos" que podem se expressar num espaço público de modo que cada qual – capital/trabalho – põe-se num espaço universalizado, qual seja, o espaço da moral, dos valores, enfim da ética na política. Trata-se, pois, do aperfeiçoamento das formas democráticas como espaço a ser moldado por valores, pelos direitos do homem, pelo ideal de igualdade e justiça social, já que, como nos diz, o "tema da desigualdade deve ser objeto direto da ação política. É um modelador da ação".

Findo o volteio, a política aparece em Cardoso como esfera determinante e espaço da autodeterminação humana.

Como aludimos no início deste trabalho, a política, na acepção marxiana, é ontonegativa, uma vez que pela sua origem ela é usurpação das energias sociais, processo pelo qual é possível identificar a sua verdadeira natureza, donde que se constata que é "ontonegativa, precisamente, porque exclui o atributo da política da essência do ser social, só admitindo como extrínseco e contingente do mesmo"[9].

Enquanto tal, ela é sempre a expressão de uma situação limitada, e enquanto expressão de uma situação limitada, por mais que o estado ou a política adquira uma forma democrática, será sempre a expressão de uma liberdade limitada, já que "pertence ao anel perpetuador da totalização recíproca entre sociedade civil e estado". Fato que remete a investigação da própria natureza da política e da democracia ou das formas de representação política, e da incontornável questão da emancipação humana.

Entretanto, o que temos assistido, a partir da derrocada do chamado socialismo real, na esteira de outros fracassos e insucessos das lutas do trabalho, desde 1848 - cujo itinerário não podemos sequer apontar - e a aceleração da mundialização do capital, que reproduz em escala planetária as formas estranhadas da existência humana, é que essas experiências, ao invés de favorecerem a reposição da incontornável questão da emancipação humana, são renegadas ao esquecimento. Em seu lugar erige-se com força cada vez maior a crença *ontopositiva* da politicidade e da perenidade do capital. No lugar de ter essas experiências históricas como referência de elucidação da falência da política, enquanto instância resolutiva das carências sociais, tem-se a crença na ilusão politicista – na crença da política enquanto esfera determinante e resolutiva de problemas cuja raiz é sócioeconômica. No lugar da elucidação do caráter social e metapolítico da revolução social, que tem como finalidade a emancipação humana, temos a crença da política

[9] CHASIN, J. "Marx; estatuto ontológico e resolução metodológica" in *Pensando com Marx*, São Paulo: Ensaio, 1995, pp. 367-8.

enquanto esfera da autodeterminação do homem. Enfim, ao invés de se reconhecer nestas experiências a comprovação do caráter limitado e estranhado da democracia, enquanto forma política, temos a reafirmação do ideal liberal democrático como padrão de liberdade social e no lugar de intentar a superação da política temos o ideal de sua perfectibilização.

Visto que a política encontra sua lógica determinativa na malha econômico-social, sua superação não depende de uma "determinação volitiva", mas de uma ação conscientemente orientada para a emancipação humana .

Situação que, em suma, impõe a incontornável questão, numa formulação precisa de Chasin:

"Agora, diante do que se passa, uma pergunta se impõe: sofridos e maduros, estamos nos despojando, e com razão, de uma tralha de sonhos perversos, ou simplesmente, encabulados, perdidos nos desvãos de um labirinto inacabado, estamos desistindo, nada mais nada menos, do que de nós mesmos, despejando, com alguma cerimônia, no latão dos detritos, a desafiadora e incontornável problemática da emancipação humana?"[10].

[10] CHASIN, J. "Democracia política e emancipação humana", in *Ensaios Ad Hominem*, tomo III, Santo André : Ad Hominem, 1999, p. 92.

Abreviaturas utilizadas

As obras de Fernando Henrique Cardoso foram citadas no corpo da dissertação conforme as abreviações abaixo, seguidas do número de página.

AD	Autoritarismo e democratização, data especificada no texto.
AEAL	Alternativas econômicas para a América Latina, 1990.
ALSDO	A América Latina e o socialismo na década de 80, 1982.
APSVI	Agenda para o século XXI, (*In Utopia viável*), 1995.
AT	A agenda da transição, 1985.
BTEPC	O Brasil e as tendências econômicas e políticas contemporâneas, 1994.
CCP	Chile: um caminho possível, 1973.
CD	A construção da democracia, data especificada no texto.
CDB	A construção da democracia no Brasil, 1989.
CDDD	La construccion de la democracia: desafíos y dificultades, 1990.
CDDPAI	Congresso, desenvolvimento e democracia: persp. e ação imediata, 1990.
CDLA	The crisis of development in Latin America , 1991
CEBM	Capitalismo e Escravidão no Brasil meridional, 1991.
CEM	A crise econômica mundial e o modelo político brasileiro, 1975.
CIC	Constituinte, o início da caminhada, 1987.
CMTMS	La Contribution de Marx à la Théorie du Changement Social, 1969.
CNDE	O Congresso nacional e desenvolvimento econômico, 1989.
CON	A crise e as opções nacionais, 1988.
CPCSP	Cultura e participação na cidade de São Paulo, 1973.
CPNMI	Caminhos para o novo milênio, 1990.
CPNMU	Comunicação para um novo mundo, 1993.
CRAAL	Da caracterização dos regimes autoritários na América Latina, 1982.
CSB	A crisma de São Bernardo, 1981.
CSCC	As classes nas sociedades capitalistas contemporâneas, 1982.
CSG	Conseqüências sociais da globalização, 1996.
CSP	Considerações sobre a situação do país, 1983.
DADTD	Desenvolvimento associado-dependente e teoria democrática, 1983.
DAL	A democracia na América Latina, 1984.
DCDP	Diversos caminos, distintos países, 1991.
DCN	Discursos proferidos no Senado e publicados no Diário do Congresso Nacional, acompanhados das datas.
DDAL	Dependência e desenvolvimento na América Latina, 1970.
DMPTE	Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos, 1995.

DN	A Democracia necessária, 1983.
DPM	Democracia para mudar, 1978.
DS	Un desafio a los sociologos, 1983.
DSC	La democracia en las sociedades contemporáneas, 1981.
DSDAL	Desafios da social-democracia na América Latina, 1990.
EAE	Estatização e autoritarismo esclarecido: tendências e limites, 1976.
EAL	O Estado na América Latina, 1977.
EBMSP	As elites brasileiras e a modernização do setor público, 1992.
ECM	Estado capitalista e marxismo, 1977.
EED	Expansão estatal e democracia, 1977.
EIDEB	Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil, 1972.
ELDM	Entrevistas a Lourenço Dantas Mota, data especificada no texto.
EOPACP	A Europa ocidental e o Pacto Atlântico após a crise do petróleo, 1978.
EPI	As eleições e o problema institucional (3), 1977.
EPPAL	Estado y proceso político en América Latina, 1977.
ER	As eleições e o resto, 1982.
EVU	Entrevista a Esquerda 21, 1996.
FD	Falsa democratização, 1990.
GOP	Governabilidade e a ótica dos partidos, 1990.
GPI	Globalização e política internacional, 1996.
IAP	Idéias e atuação política, data especificada no texto.
ID	Interdependência e desenvolvimento, 1979/1980.
IGPD	O impacto da globalização nos países em desenvolvimento, 1996.
IN	Identidade nacional, 1995.
IP	A implantação do parlamentarismo, 1991.
IPFP	Inesperado processo de formação política, 1992.
IPGF	Ideologias no pós-guerra fria, 1995.
ISL	As idéias e seu lugar, data especificada no texto.
LP	Liberdade e penúria, 1992.
MD	As multinacionais e a democratização, 1975
MP	O mundo em português, 1998.
MPB	O modelo político brasileiro e outros ensaios, 1972.
MPI	Um modelo político institucional, 1988.
MPSDB	Manifesto e programa do PSDB, 1988.
MRE	Ministério das Relações Exteriores, Brasil e a integração européia, 1993.
MSAL	Mudanças sociais na América Latina, 1969.
MSB	Mudanças na sociedade brasileira, 1987.
NASAL	A nova agenda sociológica da América Latina, 1995.
NE	A nova esquerda, 1995.

NM	A nova maioria, 1984
NSRE	Notas sobre a reforma do estado, 1998
ODRG	As opções democráticas, regimes de governo, 1987.
PAP	In praise of the art of politics, 1996.
PDEP	Procópio, um depoimento, 1987.
PDEM	La persistencia democratica, 1982.
PDMA	Perspectivas de desenvolvimento, e meio ambiente: caso do Brasil, 1979.
PDSP	Partidos e deputados em SP, 1978.
PEFP	Política externa, fatos e perspectivas, 1993.
PG84	Entrevista a PG84, 1992.
PGFHC	O pensamento global de FHC, entrevista a Revista República, 2000.
PH	Partidos, hoje, 1983.
PIP	O projeto institucional e o povo, 1975.
PL	Produção com liberdade, 1991.
PLEA	Primeiro limpar o entulho autoritário, entrev. a Lorenço D. Mota, 1985.
PLME	O Poder Legislativo Moderno no Estado: Declínio ou Valorização, 1984.
PM	PMDB: Um partido de massas? 1981.
PMDB	O PMDB depois do pacote, 1986.
PMS	Problemas de mudança social, outra vez?, 1986.
PPB	Poulantzas e os partidos do Brasil, 1982.
PPPP	Os partidos políticos e a participação popular,1980.
PSDO	"Las políticas sociales en la década de los anos ochenta, 1983.
PSP	"A periferia de São Paulo e o contexto da ação política,1983.
PSS	O presidente segundo o sociólogo, entrev. a Roberto P. de Toledo, 1998.
QC	As quatro crises, 1983
QDC	A questão da democracia contemporânea, 1977.
QP	A questão dos partidos, 1978.
QPC	Quem a paga a conta? (prefácio da obra de Paulo R. Souza), 1989.
QSD	Quels styles de développement?, 1977.
RALE	Relações entre América Latina e Europa, 1993.
RBFH	Reflexões sobre o Brasil e o Fórum hoje, 1992.
RI	Reforma e imaginação, FSP, 10/07/94.
RNSCA	Relações Norte-Sul no contexto atual, 1996.
RO	Os rumos da oposição, 1979.
RPMS	Regime político e mudança social, 1981.
SD	A social democracia: O que é, o que propõe para o Brasil, 1990.
SDAL	The surprises of development in Latin America, 1980.
SE	La sociedad y el estado, 1984.
SPB	Sociedade e política no Brasil no pós-64 (prefácio), 1983.

SPCP	São Paulo 1975 crescimento e pobreza, 1976.
TDB	A transição democrática no Brasil, 1984.
UD	Universidade e desenvolvimento, 1983.
UV	A utopia viável, 1995.

Referência bibliográfica

Obras de Fernando Henrique Cardoso

Livros

A construção da democracia. Estudos sobre política. São Paulo: Siciliano, 1993.

A democracia necessária. São Paulo: Papirus, 1983.

As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1993.

e MULLER, G. *Amazônia: expansão do capitalismo*. Mimeo, São Paulo, Cebrap, 1977.

Autoritarismo e Democratização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

Capitalismo e Escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Difel, 1977, 3 ed.

Democracia para mudar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

e FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Ensaio de interpretação sociológica. 7 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1970.

Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil. São Paulo: Difel, 1974.

Mudanças sociais na América Latina. São Paulo: Difel, 1969.

O modelo político brasileiro e outros ensaios. 3 ed. São Paulo: Difel, 1977.

e SOARES, Mário. *O Mundo em Português*: um diálogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

e TRINDADE, Hélgio (org.). *O novo socialismo francês e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Perspectivas – idéias e atuação política. GRAEFF, Eduardo P. (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

et al. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976.

Artigos

"A agenda da transição", in *Lua Nova*, v. 2, n. 7, 1985.

"A América Latina e o socialismo na década de 80", *in O novo socialismo francês e a América Latina,* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

"A bibliografia de ciência política sobre o Brasil 1949-1974", in *Dados*, n. 18, 1978.

"A crise e as opções nacionais", discurso proferido na sessão do dia 28/01/1988, in *Diário do Congresso Nacional,* jan. 1988.

"A crise econômica mundial e o modelo político brasileiro", debate com Celso Furtado, presidido pelo Senador Roberto Saturnino Braga, *in Cadernos Opinião*, n. 2, 1975.

"A crisma de São Bernardo", in: *Álbum memória de São Bernardo,* São Bernardo do Campo: Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1981.

"A democracia na América Latina", in *Novos estudos*, Cebrap, n. 10, out. 1984.

"A educação em cartaz", Folha de São Paulo, 23/05/1991.

"A Europa Ocidental e o Pacto Atlântico após a crise do petróleo", in *A crise da ordem mundial*. Símbolo, 1978.

"A implantação do parlamentarismo", *in Parlamentarismo e presidencialismo em debate*, Revista do Instituo de Estudos Brasileiros da USP, n. 32, 1991.

"A nova agenda sociológica da América Latina", in *A utopia viável*, Brasília: Presidência da república, 1995.

"A nova esquerda", in *A utopia viável*, Brasília: Presidência da república, 1995.

"A nova maioria", discurso proferido na sessão do dia 27/04/1984, Brasília, 1984.

"A paixão pelo saber", in *O saber militante. Ensaios sobre Florestan Fernandes*, Paz e Terra / Unesp, 1987.

"A periferia de São Paulo e o contexto da ação política", in *Cebrap*, 1983.

"A questão da democracia contemporânea", in *Ensaios de Opinião*, n. 5, 1977.

"A questão dos partidos", in *Contexto*, n. 5, mar. 1978.

"A social democracia; o que é, o que propõe para o Brasil", documento distribuído pelo escritório político do senador FHC e coordenado por Eduardo Graeff, 1990.

"A transição democrática no Brasil", síntese do debate com Fernando Henrique e Roberto Freire, Secretária do Interior de São Paulo, in *Cepam*, 1984.

"A utopia viável", in *A utopia viável*, Brasília: Presidência da república, 1995.

"Agenda para o século XXI", texto preparado para a publicação no jornal alemão Frankfurter Allgemeine Zeitung, in *A utopia viável*, Brasília: Presidência da república, 1995.

"Ainda a crise de identidade", Folha de São Paulo, 08/11/1990.

"Ainda a inflação", Folha de São Paulo, 27/09/1990.

"Ainda um pacote", Folha de São Paulo, 07/02/1991.

"Alerta, Folha de São Paulo", 15/11/1990.

"Alternativas econômicas para a América Latina", in palestra proferida no Seminário *Nuevos escenarios y nuevas políticas para iberoamérica*, Salamanca, 20/07/1990.

"As classes nas sociedades capitalistas contemporâneas (notas preliminares)", in *Revista de Economia Política*, v. 2/1, n. 5, jan./mar. 1982.

"As eleições e o problema institucional (3): notas sobre Estado e sociedade", *in Dados*, n. 14, 1977.

"As eleições e o resto", in *Novos Estudos*, Cebrap, v. 1, n. 4, nov. 1982.

"As elites brasileiras e a modernização do setor público: um debate", in *Idesp*, 1992.

"As multinacionais e a democratização", *in Opinião*, mai. 1975.

"As opções democráticas, regimes de governo", in *Arquivos do Ministério da Justiça*, Edição Especial – Constituinte, Estado e Sociedade, ano 40, n. 160, jul./set. 1987.

"As quatro crises", in *Cebrap*, v. 2, n.3 , nov. 1983.

"Balsonaro e o fantasma autoritário", Tendências/Debates, Folha de São Paulo, 12/05/1992.

"Brasil: transformação e reformas", in *O brasil e o mundo no limiar do novo século*, v. I, Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

"Breve resposta aos presidencialistas", Tendências/Debates, Folha de São Paulo, 31/01/1993.

"Café sem escândalos", Folha de São Paulo, 06/02/1992.

"Caminhos para o novo milênio", conferência proferida na abertura do encontro organizado pela Associação para o Desenvolvimento Econômico e Social, em 14/11/1990, in *SEDES*, Lisboa, 1990.

"Chile: um caminho possível", *in Argumento*, v. 1, n. 1, ago. 1973.

"Ciencia y consciencia social", *in América Latina: dependecia y subdesarrollo*. San José: Editorial Universitária Centro-americana, Educa, 1973.

"Comunicação para um novo mundo", in *Cultura, Vozes*, n. 3, mai./jun. 1993.

"Congresso, desenvolvimento e democracia: perspectivas e ação imediata", in *As perspectivas do Brasil e o novo governo*, São Paulo: Nobel, 1990.

"Conseqüências sociais da globalização", conferência pronunciada no Indian International Centre, Nova Delhi, India, em 27/01/1996, in *Cadernos do PSDB, Os caminhos da social democracia*, ano I, abr. 1996.

"Considerações sobre a situação do país", discurso proferido na sessão do Senado do dia 27/04/1983, Biblioteca do Senado Federal, 1983.

"Constituinte, o início da caminhada", Brasília: Biblioteca do Senado Federal, 1987.

"Cultura e participação na cidade de São Paulo", *in Cebrap*, n. 14, 1973.

"Da caracterização dos regimes autoritários na América Latina", in *O novo autoritarismo na América Latina*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, n.18, 1982.

"De novo o mesmo", Folha de São Paulo, 08/08/1991.

"Desafios da social-democracia na América Latina", in *Novos Estudos*, Cebrap, n. 28, out. 1990.

"Desarrollo y medio ambiente: el caso de Brasil", in *Revista de la Cepal*, n. 12, dez. 1980.

"Desarticulação", Folha de São Paulo, 14/11/1991.

"Desentendimento geral", Folha de São Paulo, 19/09/1991.

"Desenvolvimento associado-dependente e teoria democrática", paper apresentado à conferência "Democratizing Brazil", Yale University, New Haven, de 01 a 04/03/1983, in *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

"Desenvolvimento sustentável: variações sobre o mesmo tema", in *Ciência e Ambiente*, ano II, n. 3, 1991.

"Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos", conferência pronunciada em Washington, em 05/1995, in *Revista de Economia Política*, v. 15, n. 4, out./dez. 1995.

"Discurso proferido no Senado", Diário do Congresso Nacional, 29/01/88.

"Discurso proferido no Senado", Diário do Congresso Nacional, 29/06/89.

"Discurso proferido no Senado", Diário do Congresso Nacional, 10/08/90.

"Discurso proferido no Senado", Diário do Congresso Nacional, 14/09/90.

"Discurso proferido no Senado", Diário do Congresso Nacional, 14/11/90.

"Discurso proferido no Senado", Diário do Congresso Nacional, 19/03/91.

"Discurso proferido no Senado", Diário do Congresso Nacional, 30/06/91.

"Discurso proferido no Senado", Diário do Congresso Nacional, 17/08/91.

"Discurso proferido no Senado", Diário do Congresso Nacional, 05/09/91.

"Discurso proferido no Senado", Diário do Congresso Nacional, 30/10/91.

"Discurso proferido no Senado", Diário do Congresso Nacional, 09/11/91.

"Discurso proferido no Senado", Diário do Congresso Nacional, 29/11/91.

"Discurso proferido no Senado", Diário do Congresso Nacional, 18/03/92.

"Discurso proferido no Senado", Diário do Congresso Nacional, 20/03/92.

"Discurso proferido no Senado", Diário do Congresso Nacional, 26/03/92.

"Discurso proferido no Senado", Diário do Congresso Nacional, 05/11/93.

"Discurso de despedida proferido no Senado", Diário do Congresso Nacional, 15/12/94.

"Discurso pronunciado na Cepal em Santiago do Chile", em 02/03/1995.

"Diversos caminos, distintos países", in *Hacia un nuevo orden estatal en América Latina*, Chile: Fondo de Cultura Económica, 1991.

"Dívida Externa", Folha de São Paulo, 13/09/1990.

"Dúvidas e Certezas", Folha de São Paulo, 06/09/1990.

"Economia e movimentos sociais na América Latina", in *Brasiliense*, 1985.

"Estado capitalista e marxismo", *in Estudos Cebrap*, n. 21, jul./set. 1977.

"Estado y proceso político en América Latina", post scriptum a dependencia y Desarrollo en América Latina, in *Revista Mexicana de Sociologia*, v. 39, n. 2, abr./jun. 1977.

"Estatização e autoritarismo esclarecido: tendências e limites", *in Estudos Cebrap*, n. 15, jan./mar. 1976.

"Expansão estatal e democracia", in *Ensaios de Opinião*, n. 5, 1977.

"Falsa democratização", in *Revista USP*, n. 8, dez. 1990, jan./fev. 1991.

"Felipe Gonzáles e o Terceiro Mundo", Folha de São Paulo, 20/12/1990.

"FHC põe suas idéias no lugar", caderno Mais especial sobre FHC, Folha de São Paulo, 13/10/1996.

"Globalização e política internacional", conferência proferida na Universidade de Witwatersrand, Johannesburgo, África do Sul, 27/11/1996, in *Revista brasiliense de políticas comparadas* v. 1, n. 1, jan./abr. 1997.

"Governabilidade e a ótica dos partidos", in *As perspectivas do Brasil e o Novo Governo*, Fórum Nacional, 1990.

"Grandes fortunas", Folha de São Paulo, 11/04/1991.

"Idéias para a modernização do Brasil", texto apresentado no Fórum Nacional, in *BNDES*, nov. 1988.

"Identidade nacional", conferência pronunciada na cerimônia de outorga do título de Doutor Honoris Causa pela universidade de Berlin, em 20/09/1995, in *Cadernos do PSDB, Os caminhos da social democracia*, ano I, abr. 1996.

"Identidade Tucana", Folha de São Paulo, 01/11/1990.

"Ideologias no pós-guerra fria", aula ministrada na cerimônia de outorga do título de Doutor Honoris Causa pela universidade de Coimbra, em 17/07/1995, in *Cadernos do PSDB, Os caminhos da social democracia*, ano I, abr. 1996.

"In praise of the art of politics", in *Journal of democracy*, v. 7, n. 3, jul. 1996.

"Inesperado processo de formação política", in *Brasileiro: cidadão?*, Cultura Editores Associados, 1992.

"Inflação com humildade", Folha de São Paulo, 27/12/1990.

"Interdependência e desenvolvimento", in *Cadernos de Opinião*, n. 15, dez./ago. 1979/1980.

"La construccion de la democracia: desafíos y dificultades", in *Estrategias para el desarrollo de la democracia: en Peru y América Latina*, Instituto de Estudios Peruanos / Fundación Friedrich Naumann, 1990.

"La Contribution de Marx à la Théorie du Changement Social", *in Marx et la Pensée Scientifique Contemporaine*, Paris: Mouton, 1969.

"La democracia en las sociedades contemporáneas", in *Nueva sociedad*, n. 55, jul. 1981.

"La persistencia democratica", resumen de la conferencia sobre el tema de la democracia en la obra de José Medina Echevarría, in *Medina Echevarría y la sociologia latino-americana*. Madrid: Ediciones cultura hispanica, Instituto de cooperación iberoamericana, 1982.

"La Sociedad y el Estado", in *Pensamiento Iberoamericano*, n. 5, jan./jun. 1984.

"Las políticas sociales en la década de los anos ochenta: nuevas opciones?", in *El trimestre Económico*. Mexico, v. 50, n. 1, jan./mar. 1983.

"Liberdade e penúria", 1992.

"Livros que inventaram o Brasil", aula magna do Instituto Rio Branco, proferida pelo então ministro das relações exteriores em 8/03/1993, in *Novos Estudos*, Cebrap, n. 37, 1993.

"Mais política, menos economia", Folha de São Paulo, 30/04/1992.

"Manifesto dos Fundadores do PMDB à Nação", *in Revista do PMDB*, ano 1, n. 1, jul. 1981.

"Manifesto e Programa do PSDB", in *Diário Oficial da União*, seção I, 06/07/1988.

"Mudanças na sociedade brasileira", in *A virada do século*, Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/USP, 1987.

"Multiculturaslimo e racismo: uma comparação Brasil- Estados Unidos", pronunciamento do presidente da república na abertura do seminário "multiculturalismo e racismo", 1996, in *Secretaria dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça*, 1997.

"Notas sobre a reforma do Estado", in *Cebrap*, n. 50, mar. 1998.

"Novas leis", Folha de São Paulo, 26/03/1992.

"O alienista", Folha de São Paulo, 14/02/1991.

"O Brasil e a integração européia", conferência pronunciada no Royal institute for internacional afaairs, Londes, 28/01/1993, in *Boletim de diplomacia econômica – Ministério das Relações exteriores*, n. 14, fev. 1993.

"O Brasil e as tendências econômicas e políticas contemporâneas", seminário de Brasília, foi convocado pelo então presidente eleito FHC e realizado no Palácio do Itamaraty nos dias 02 e 03/12/1994, in *Fundação Alexandre Gusmão*, 1995.

"O círculo de giz do tucano", Folha de São Paulo, 16/04/1992.

"O Congresso nacional e desenvolvimento econômico", in *Modernização política e desenvolvimento*, José Olympio, 1989.

"O estado na América Latina", *in O estado na América Latina*, Paulo Sérgio Pinheiro (coord.), Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Cedec, 1977.

"O impacto da globalização nos países em desenvolvimento", conferência pronunciada no Colégio do México, em 20/02/1996, in *Cadernos do PSDB, Os caminhos da social democracia*, ano I, abr. 1996.

"O PMDB depois do pacote", in *discurso proferido na Convenção Nacional do PMDB em 06/04/86*, Biblioteca do Senado Federal, 1986.

"O Poder Legislativo Moderno no Estado: Declínio ou Valorização", in *Revista de Informação Legislativa*, ano 21, jan./mar. 1984.

"O projeto institucional e o povo", *in Opinião*, jan. 1975.

"Os partidos políticos e a participação popular", in *O povo em movimento*, Vozes, 1980.

"Os rumos da oposição", in *Ensaios de Opinião*, n. 13, ago./set. 1979.

"Parlamentarismo X Presidencialismo – Uma visão comparativa", in *Cadernos do Cedesen*, n. 4, 1992.

"Partidos e deputados em São Paulo: o voto e a representação política", in *Os partidos e as eleições no Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

"Partidos, hoje", in *Por que Marx?* , Rio de Janeiro: Graal, 1983.

"Personagens sem autores", Folha de São Paulo, 20/02/1992.

"Perspectivas de desenvolvimento, e meio ambiente, o caso do Brasil", Revista Civilização Brasileira, 1979.

"PMDB: um partido de massas?", *in Revista do PMDB*, ano 1, n. 1, jul. 1981.

"Política externa: fatos e perspectivas", in *Política externa*, v. 2, n. 1, jun. 1993.

"População e crescimento econômico: notas sobre a estrutura sócio-econômica de São José dos Campos", *in Cebrap* (Estudos de População, I), 1977.

"Poulantzas e os partidos do Brasil", in *Novos Estudos*, Cebrap, v. 1, n. 2, abr. 1982.

"Problemas de mudança social, outra vez?", XI Congresso Mundial de Sociologia, New-Dehli, em 08/1986, in *Novos Estudos* Cebrap, n. 16, dez. 1986.

"Procópio, um depoimento", in *Novos Estudos*, Cebrap, n. 17, mai. 1987.

"Produção com liberdade", in *Comunicações e artes em tempo de mudança – Brasil, 1966-1991*, São Paulo: ECA / SESC, 1991.

"Projeto: A construção da democracia no Brasil", in *Cedec – Visões da transição,* v.1, 1989.

"Quels styles de développement?", in *Études*, n. 346, jan./jun. 1977.

"Reflexões sobre o Brasil e o Fórum hoje", in *Visões do Brasil,* Nobel, 1992.

"Reforma do Estado", Folha de São Paulo, 07/05/1992.

"Reforma Política", Folha de São Paulo, 25/10/1990.

"Regime político e mudança social (Algumas reflexões a propósito do caso brasileiro)", in *Revista de Cultura e política,* n. 3, nov./jan. 1981.

"Relações entre América Latina e Europa: Três pontos de vista", in *discurso proferido durante a cerimônia de Encerramento da XI Conferência Interparlamentar Comunidade Européia – América Latina,* São Paulo: Konrad-Adenaver-Stiftung, 1993.

"Relações Norte-Sul no Contexto Atual: Uma nova dependência?", in *O Brasil e a Economia Global*, BAUMANN, Renato (org.), Ed. Campus, 1996.

"Só cortar não resolve", Folha de São Paulo, 18/11/1991.

"Tem jeito?", Folha de São Paulo, 05/12/1991.

"The crisis of development in Latin America", in *Eight essays on the crisis of development in America*. Amsterdam: Centrum voor Studie en Documentatie van Latinjs Amerika, 1991.

"The surprises of development in Latin America", in *IFDA Dossier*, n. 16, mar./apr. 1980.

"Trancos e barrancos", Folha de São Paulo, 17/10/1991.

"Tudo a ver", Folha de São Paulo, 14/02/1992.

"Um ex-aluno", in *Dentro do texto, dentro da vida. Ensaios sobre Antonio Candido*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

"Um modelo político institucional", in *Revista de Comunicação e Política*, n. 8, 1988.

"Uma homenagem a Vilmar Faria", in *Novos Estudos Cebrap*, 62, mar. 2002.

"Un desafio a los sociologos", in *IFDA Dossier*, n. 36, jul./ago. 1983.

"Universidade e desenvolvimento", in *Educação Brasileira*, ano V n. 11, 2 sem. 1983.

"Violência e Reação", in *Civilização Brasileira*, n. 24, v. III, jun. 1980.

Entrevistas

A utopia realista, por André Petry, Veja, 20/05/1992.

As razões do presidente – o sociólogo Fernando Henrique expõe a doutrina do governo Fernando Henrique, por Roberto Pompeu de Toledo, Veja, 10/09/1997.

Deve-se discutir com os militares a função que lhes cabem e seus limites, por Lorenço Dantas Mota, O Estado de São Paulo, 07/08/1983.

Em busca da saída, por Expedito Filho, Veja, 04/09/1991.

Emigrantes enviam US$ 2,4 bi ao país, por Josias de Souza e Gilberto Dimenstein, Folha de São Paulo, 02/01/1993.

Fernando Henrique Cardoso, Lua Nova, n. 39, 1996.

Fernando Henrique Cardoso, por Lourenço Dantas Mota, Brasília, 1985.

FHC aponta novo limite à ação dos Estados nacionais, pelo conselho editorial, caderno especial Globalização, Folha de São Paulo, 02/11/97.

FHC, Jornal Opinião, 26/08/1974

Gazeta Mercantil, 19/06/1997.

O pensamento global de FHC, por Jorge Caldeira, Luiz Felipe D'Ávila e Reinaldo Azevedo, Revista República, ano 4, n. 40, fev. 2000.

O presidente segundo o sociólogo. Entrevista de FHC a Roberto Pompeu de Toledo. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

Os rumos da oposição (1). Folha de São Paulo, 24/05/1979.

Os rumos da oposição (2). Folha de São Paulo, 23/04/1981.

Presidente Fernando Henrique Cardoso, por Roberto Freire, Domingos Leonelli e José Genoíno, Esquerda 21, 1994.

Primeiro Limpar o Entulho Autoritário, por Lorenço Dantas Mota, O Estado de São Paulo, 27/01/1985.

Reforma e Imaginação, Folha de São Paulo, 10/07/1994.

Retomar o crescimento e redistribuir a renda, PG84, set./out. 1992.

Sarney parece Figueiredo, por Paulo Moreira Leite, Veja, 29/06/1988.

Prefácios

FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais na América Latina*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

HIRSCHMAN, Albert O. *Autosubversão*. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

MANTEGA, Guido & MORAES, Maria, *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MARTINS, Carlos Estevan. *A tecnocracia na história*. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

MÉSZÁROS, István. "Política Radical e Transição para o socialismo – reflexões sobre o centenário de Marx", In Marx Hoje, op., cit.,

_____. *Para Além do Capital*, São Paulo, Unicamp, Boitempo, 2002

PRANDI, José Reginaldo, *O trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo: Símbolo, 1978.

QUINTANA, Enrique Fuentes, et. al. *A transição que deu certo*. São Paulo: Trajetória Cultural, 1989.

SORJ, B., TAVARES, M. H., *Sociedade e política no Brasil no pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SOUZA, Paulo Renato. "Quem paga a conta?", 1989.

TACHINARDI, Maria Helena, *A Guerra das patentes: o conflito brasil e EUA sobre propriedade intelectual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

Obras de outros autores consultados

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, 4 ed., Petrópolis: Vozes, 1987.

AMARAL, Roberto. *FHC: os paulistas no poder*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho*. São Paulo: Ensaio, 1986.

ARAÚJO, Ilza. *Políticas e poder: o discurso do planejamento*. São Paulo: Ensaio, 1996.

BARROS, José M. R. M, BELLUZZO, Luis G., OLIVEIRA, Francisco e GIANNOTTI, José A. *O primeiro ano do governo FHC*, São Paulo: Novos Estudos, Cebrap, n. 44, mar. 1996.

BERLINCK, Manoel Tosta. *Fernando H. Cardoso: Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, Revista de sociologia, 1964.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política.* São Paulo: Unesp, 1995.

BOITO JÚNIOR, Armando. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*, 2 ed., São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHASIN, J. "Conquistar a democracia pela base", *in Temas de ciências humanas*, n. 7. São Paulo, 1979.

_____. *Ensaios Ad Hominem*, Tomo III, A determinação ontonegativa da politicidade, São Paulo: Ad hominem, 2000.

_____. "A esquerda e a Nova República". *Revista Ensaio n. 14*, São Paulo: Ensaio, 1985.

_____. "A miséria da república dos cruzados", *Revista Ensaio*, n. 15/16, São Paulo: Ensaio, 1986.

_____. "'¿Hasta Cuando?' A Propósito das Eleições de Novembro", *in Revista Ensaio* n. 10. São Paulo: Escrita, 1982.

_____. "Ad hominem Rota e prospectiva de um projeto marxista". *In Ensaios Ad hominem*, 1, tomo I, Santo André: Ad Hominem, 1999.

_____. *O integralismo de Plínio Salgado. Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. 2 ed. Santo André: Ad Hominem, 1999.

_____., "As máquinas param, germina a democracia!" *In Revista Ensaio* n. 7. São Paulo: Escrita, 1980.

_____. "Marx – estatuto ontológico e resolução metodológica", in *Pensando com Marx*. São Paulo: Ensaio, 1995, pp. 335-537.

_____. "Da Razão do Mundo ao Mundo Sem Razão", *Marx hoje*, São Paulo: Ensaio, 1983.

_____. "A sucessão na crise e a crise na esquerda", *in Revista Ensaio*, n. 17/18. São Paulo: Ensaio, 1989.

_____. "A politicização da totalidade: oposição e discurso econômico", in *Temas de ciências humanas, n. 2*, São Paulo: Grijalbo, 1977.

CHESNAIS, A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

COLLIER, David, *O novo autoritarismo na América Latina.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COTRIM, Ivan. *Capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso*, dissertação de mestrado, Campinas: Unicamp, 2001.

COTRIM, Lívia. "A crítica do populismo: elementos para uma problematização", *in Revista Puc Viva*, ano 2, n. 8, mar./abr. 2000.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e. *"Política empresarial em tempos de crise, apoontamentos teóricos e reflexões sobre o Brasil"*, in Primeira Versão, n. 48. Campinas: IFCH, 1992.

DALLARI, Dalmo. *O estado de direito segundo FHC*, in Praga, estudos marxistas, n. 3, 1997.

FARIA, Vilmar e VALLE, Nelson do (do IPEA)."A conjuntura social brasileira, dilemas e perspectivas"

FERNANDES, Florestan. "Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo". São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. *A revolução Burguesa no Brasil, ensaio de interpretação sociológica.* Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FILHO, Expedito. *Fernando Henrique Cardoso: crônica de uma vitória.* Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos.* Petrópoles: Vozes, 1997.

_____. São Paulo: Folha de São Paulo, 03/07/1994.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Pós-Graduação em mentira,* São Paulo: Folha de São Paulo, 14/04/1998.

GERMANI Gino, *Política y sociedad en una epoca de transición.*

GIAMBIAGI, Fábio, et al. *O Brasil na década de 90: uma transição bem-sucedida? Texto para discussão 91*, Rio de Janeiro: BNDES, nov. 2001.

GIDDENS, Antony. Capitalismo e moderna teoria social, 4 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

GOERTZEL, Ted G. *Fernado Henrique Cardoso e a reconstrução da democracia no Brasil.* São Paulo: Saraiva, 2002.

GOLDENSTEIN, Lídia. *Repensando a dependência.* Tese doutoral apresentada na Unicamp, Instituto de economia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

HELLER, Agnes. *O homem do renascimento.* Lisboa: Presença, 1982.

INGRAO, Pietro. *As massas e o Poder.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HUNTINGTON, *O choque de civilizações, e a recomposição da ordem mundial*, Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

KAHL, A. Joseph. *Modernization, Exploitation and Dependency in Latin America: Germani Gonzáles Casanova and Cardoso.* New Jersey: Books New Brunswick, 1976.

KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e Autoritarismo, gênese e trajetória do MDB - 1966/1979.* São Paulo: Vértice, 1988.

LEHMANN, David. *FHCardoso: Da dependência à democracia,* São Paulo: Novos estudos Cebrap, n. 14, pp. 31-6, fev. 1986.

LEONI, Brigitte Hersant. *Fernando Henrique Cardoso: O Brasil do possível*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LINS, Juan J. "The Future of an Authoritarian Situation of the Institutionalization of an Aurhoritarian Regime: The Case of Brazil". *Authotitarian Brazil: Origins, Policies and Future*. New Haven: Yale University Press, 1973.

_____. "An authoritarian regime: Spain", publicado em 1964.

LUKÁCS, Georg. "As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem", *in Revista Temas de Ciências Humanas*, n. 4, 1978.

_____. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MAGALHÃES, Jutahy. *Discurso no Congresso Nacional*, 05/09/1991.

MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. *A economia política brasileira em questão 1964-1975*.

MARTINS, José de Souza. "Sociologia e militância", in *Revista Usp Estudos Avançados*, v. 11, n. 31, São Paulo, set./dez.1997.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 5 ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 1986.

_____. Manuscritos econômicos e filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1989.

_____. *A miséria da filosofia*. 2 ed. São Paulo: Global, 1989.

_____. *Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

_____. *A questão judaica*. Textos Filosóficos. Lisboa: Edições 70,

_____ e ENGELS, Friedrich. *A sagrada família ou Crítica da crítica crítica*. 2 ed. Lisboa: Editorial Presença.

MENEGUELLO, Rachel. Electoral Behaviour in Brazil: The 1994 Presidential Elections. in International-Social-Science-Journal, v. 47, n. 4, dec. 1995. (Document delivery from University Microfilms International – UMI).

MORAES, Joaquim Quartim de. "El 'status' teórico de la noción de dependência", *in Dependecia y estrutura de clase em América Latina*. Buenos Aires, 1975.

NOELI, Vânia. *O Satânico Dr Go: a ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva*. Dissertação apresentada na PUC-SP, 1999.

NOGUEIRA, Paulo Batista Jr. *Dependência: da teoria à prática, Folha de São Paulo*, 18 de dez. 1997.

O'DONNELL, Guilherme. "Modernization and bureaucratic authoritarianism: studies in south american politics", 1973.

OLIVEIRA, Gesner. *Brasil real: desafios da pós-estabilização na virada do milênio*. São Paulo: Mandarim, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. *Economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1989.

PÉCAUT, Daniel. *Entre le people et la nation: les intellectuels et la politique au Brésil*, Paris: Maiosn des Sciences de l'Homme, 1989.

_____. *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação.* São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Luis Carlos. *Compromisso e compromisso*, São Paulo: Folha de São Paulo, 15/04/1998.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Estado e alianças na Argentina: 1956-1976", in *Estado na América Latina*, Rio de Janeiro / São Paulo: CEDEC, 1977.

PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*, São Paulo: Cia das Letras, 1989.

RAGO FILHO, Antonio. *A ideologia 64: Os gestores do capital atrófico*, tese de doutoramento defendida na PUC de São Paulo, 1998.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

RUSSO, Sonia Morgenstern e MELHEN, Celia Soibelmann. *PMDB, democracia sempre*. São Paulo: Global, 1987.

SADER, Emir. "Nós que amávamos tanto O Capital", *In Praga*, Revista de Estudos Marxistas, n. 1, set./dez. 1996.

SINGER, Paul. *FH Cardoso X FH Cardoso*, Praga: Estudos marxistas, n. 4, dez. 1997.

_____. *Cidade e tempo*, São Paulo: Cebrap, 1972.

SOLA, Lourdes. *Revista de Occdente*, n. 174, nov. 1995.

SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*, Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

SUASSUNA L. e NOVAES, Luis Antonio. *Como Fernando Henrique foi eleito presidente*. São Paulo: Editora contexto, 1994.

TOLEDO, Caio Navarro de. *Iseb: Fábrica de ideologias*. São Paulo, Ática, 1977.

_____ (org.). *1964: Visões Críticas do Golpe, Democracia e Reformas no Populismo*, Campinas: Unicamp, 1997.

TOURAINE, A. *La societé post-industrielle*. Denoëel, 1969.

TRASPADINI, *A Teoria da (Inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

VAISMAN, Ester. *A determinação marxiana da ideologia*. Tese de doutoramento, Belo Horizonte: UFMG, 1997.

VASCONCELOS, Gilberto F. *O príncipe da moeda, Tempo e Espaço*, FFLCH-LE, 1997.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. "Democracia de massas, crescimento e reformas" In: Fórum Nacional: As perspectivas do Brasil e o novo governo. São Paulo: Nobel, 1990.

VON-BULOW, Marisa. *Some Hypotheses about the Brazilian Elections of 1994*, Algunas hipotesis alrededor de las elecciones brasilenas de 1994, in Estudios-Sociologicos, Facultad Latinoamericana Ciencias Sociales, Mexico, v. 13, n. 38, mai./ago.1995.

WEBER, Max. *Economia y Sociedad, esbozo de sociologia comprensiva*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1996.

WEFFORT, F. *Notas sobre a Teoria da dependência: teoria de classes ou ideologia nacional?*, São Paulo: Estudos I, Cebrap, 1971.

_____. *A utopia Viável: trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso*. Brasília: Presidência da República, 1995.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE